E. L.DA
QUARIOS
CANTARA
ORTUGAL

MONUMENTOS

DE

PORTUGAL

Historicos, Artisticos e Archeologicos

POR

IGNACIO DE VILHENA BARBOSA

Socio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa
membro de differentes academias e outras associações scientificas e litterarias
nacionaes e estrangeiras

1886

CASTRO IRMÃO—EDITORES

5, Rua do Marechal Saldanha, 7—LISBOA

Digitized by the Internet Archive
in 2016

https://archive.org/details/monumentosdeport00barb_1

MONUMENTOS

DE

PORTUGAL

Historicos, artisticos e archeologicos

POR

IGNACIO DE VILHENA BARBOSA

Socio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa,
e membro de differentes academias
e outras associações scientificas e litterarias
nacionaes e estrangeiras

1886

CASTRO IRMÃO — EDITORES

81 Rua da Cruz do Pau — LISBOA

Senhor:

Nenhum paiz se póde ufanar de ter fastos mais gloriosos que Portugal. Brilham nas suas paginas, a par dos mais heroicos feitos militares, e de mil exemplos sublimes de todas as virtudes christãs e civicas, as arrojadissimas navegações e descobrimentos, que abriram novas e amplas vias ao commercio e ao convivio das nações, rasgando novos e dilatadissimos horisontes á civilisação da humanidade.

Cada um d'esses grandes factos historicos, que tornaram respeitado o nome portuguez, cercando-o de uma aureola de gloria, tem em o nosso paiz, como padrão que o commemora, immortalisando ao mesmo tempo os heroes d'essas façanhas, um mosteiro, egreja ou ermida: um castello ou solar; um sepulcro ou simples lapida epigraphica.

Todos esses padrões, grandiosos ou humildes, ricos d'arte ou de rude singeleza, são documentos do mais subido valor para a nossa justificada ufania de obreiros activos e potentes da moderna civilisação.

Contra esses padrões tem conspirado em differentes epocas os cataclysmos da natureza e a ignorancia e barbaridade dos homens. Se esses terriveis inimigos tem de exercer a sua acção destruidora sobre essas testemunhas dos seculos passados, que ainda nos restam de pé, fiquem ao menos archivados em corpo de volume as suas feições e as memorias historicas, que os recommendam á attenção e apreço dos portuguezes e á desvelada vigilancia dos poderes publicos.

Tal foi o pensamento, que deu origem a este livro.

A grandeza e excellencia do assumpto, embora debuxado em quadros de pallidas côres, é que me anima, Senhor, a dedical-o a Vossa Magestade, como tributo devido ao Soberano illustrado e destincto cultor das boas letras, que tem comprovado o seu amor da patria por tantos modos incontestaveis.

Digne-se Vossa Magestade acceital-o tambem como homenagem de acatamento e acrisolado affecto do

De Vossa Magestade
subdito reverente e admirador

Lisboa 24 d'abril
de 1886.

Ignacio de Vilhena Barbosa.

Ignacio de Vilhena Barbosa

IGNACIO DE VILHENA BARBOSA

O auctor da obra, que temos a honra de prefaciar, é um dos escriptores mais correctos, mais trabalhadores, e mais verdadeiramente uteis ao seu paiz de que hoje se ufana e se honra a litteratura portugueza. A sua vida inteira, toda de trabalho e de estudo, tem sido consagrada exclusivamente á investigação das coisas portuguezas, á sua popularisação e á sua glorificação. Tendo, póde dizer-se, por divisa o conhecido proloquio latino: *Nisi utile est quod facimus, stulta est gloria,* tem procurado constantemente, n'um trabalho indefesso e consciencioso, tornar-se util aos seus concidadãos, mostrar-se filho amantissimo da nossa patria, proclamador das suas glorias, das virtudes e das façanhas dos nossos maiores, *cicerone* illustrado dos nossos monumentos, incançavel esquadrinhador de todas as joias que podem encontrar-se na nossa historia litteraria e politica. Podiam sorrir-lhe ambições, que alguns reputariam mais altas e mais fascinadoras; podia, como tantos outros, empregar o seu estylo, em que se revê, modificada pela acção do tempo, a prosa crystallina dos nossos quinhentistas, em vibrar vernaculamente o seu gladio de jornalista contra adversarios, nas luctas implacaveis da politica, aspirar tambem ás honras e aos proveitos de uma elevada situação official. Affastou-as completamente do seu caminho... essas ambições que vão hoje arrancar a todas as carreiras litterarias e scientificas os que mais n'ellas se illustram, e pacificamente, serenamente, talhando para si no jornalismo como que um placido eremiterio onde conta aos leitores as maravilhas do nosso passado, e onde lhes explica as bellezas e as sumptuosidades

dos nossos monumentos, julga-se bem pago de todos os seus trabalhos, quando tem a consciencia de haver contribuido para accender no espirito dos seus contemporaneos uma chamma de orgulho patriotico, e de ter decifrado para os que os ignoram os mysterios de algumas d'essas paginas de granito, onde se inscreveram nas abobadas arrojadas e nas esbeltas columnas as nobres aspirações do espirito dos nossos avoengos, e nos mil rendilhados e arabescos em que se recorta a pedra, os sonhos ideaes da sua phantasia.

E no meio das paixões convulsas e dos clamores zombeteiros que resoam por ahi, n'um constante deprimir da nossa individualidade nacional, faz gosto ouvir esta voz serena e mansa, alheia aos clamores roucos dos combatentes, entoar o hymno perpetuo da nossa grandeza de nação, e da nossa gloria de povo civilisador.

O sr. Ignacio de Vilhena Barbosa tem hoje 74 para 75 annos, porque nasceu a 31 de julho de 1811. Pertence felizmente a essa raça de eruditos, que respiram com proveito o pó das bibliothecas, e chegam aos 90 como Cenaculo, que ainda passaria dos cem, se as tempestades da invasão franceza, os horrores da tomada de Evora, e as brutalidades dos guerrilheiros hespanhoes que o levaram para Beja, não tivessem introduzido na sua existencia, quando elle já chegára á florescente idade dos oitenta e quatro annos, uma perturbação que tinha de lhe ser fatal.

Aos 74 annos o sr. Vilhena Barbosa trabalha como se tivesse vinte. É a idade em que descançam os que não trabalharam nunca. Se o sr. Vilhena Barbosa tivesse gasto, como tantos outros, ao serviço do Estado, umas poucas de mangas de alpaga, se tivesse passado trinta annos da sua vida na improba tarefa de escrever tres officios por dia, aos cincoenta annos já estaria de tal modo fatigado e exhausto que iria pedir ao Estado a justa recompensa dos seus pesados serviços, e um pedaço de pão para a sua velhice, já que a sua mocidade e a sua idade viril as consumira em serviço do seu paiz. Como porém o sr. Vilhena Barbosa tem passado a sua vida toda a trabalhar sem descanço, n'uma labutação continua de investigações difficeis, aos 74 annos está fresco e lepido pondo a ultima demão nas obras já executadas, e delineando outras para executar.

Destinando-se á vida monastica, o sr. Vilhena Barbosa estudou o que hoje chamariamos os seus preparatorios no estabelecimento regio

do bairro do Rocio, e no collegio de S. Vicente de Fóra. Em maio de 1828 tomou o habito de noviço na congregação dos conegos seculares de S. João Evangelista, e entrou no convento do Beato Antonio, onde estudou theologia, não podendo, por motivo de grave e prolongada doença, ir frequentar essa mesma disciplina na universidade de Coimbra, como fizeram os seus companheiros de noviciado.

Estou convencido que a vida monastica sorriria extremamente ao illustre academico. Aquelles largos dias de estudo, passados na livraria conventual, no meio dos pesados in-folio, arrancando das paginas pulverulentas das chronicas da ordem tantas historias formosissimas, e tão valiosos subsidios historicos, relendo vinte vezes com um prazer supremo os periodos de fr. Luiz de Sousa tão repassados de suave mysticismo, os serões da cella onde á branda luz da lampada do trabalho faria correr a penna pelo papel, essa vida de socego, de meditação, de erudita palestra com os illustrados consocios, de estudo não perturbado pelas agitações da vida, seria talvez o ideal do nosso escriptor, se por outro lado as nobres aspirações do seu espirito liberal, e a resistencia da sua alma ás tentações enervadoras do mysticismo, o não predispozessem muito pouco para acceitar as exigencias da vida religiosa. Foi por isso que em 1834 quando a revolução triumphante, na promiscuidade inevitavel das medidas radicaes, arrancou do seu ninho tantos abutres reaccionarios, e expulsou do seu asylo tantos espiritos illustrados e beneficos, o sr. Vilhena Barbosa deixou, talvez com saudade, esse tranquillo porto onde aprendera a orientar as suas vélas no mar da sciencia, mas entrou com alegria n'esse novo mundo liberal, onde todos se occupavam com azafama da reconstrucção da sociedade portugueza, e onde um obreiro como o sr. Vilhena Barbosa, apto para todos os misteres, sabendo servir-se de todas as ferramentas litterarias, não podia deixar de encontrar favoravel acolhimento.

Em 1839 encontramol-o já á frente de um jornal. N'esse periodo de actividade e de propaganda, todos os grandes espiritos percebiam que chegára o momento de se democratisar a sciencia e a litteratura, como se democratisára o governo. No antigo regimen tudo se fazia para a côrte e pela côrte. Era para a côrte que Racine escrevia as suas tragedias, Buffon a sua *Historia Natural*. A propria *Encyclopedia*, essa precursora inconsciente da Revolução, não se destinava ao povo com os seus longos artigos recheiados de erudição. Os ponderosos

Todas estas distincções litterarias são a justa recompensa de uma vida exclusivamente consagrada ás letras, e que tem corrido isenta do favor official. Cargo remunerado pelo Estado suppômos que teve apenas o de redactor do *Diario do Governo,* que exerceu desde 1848 até 1850, no tempo em que esse periodico official era mais alguma coisa do que uma simples compilação de decretos e de portarias.

Uma vez porém se lembrou o governo de utilisar as vastas aptidões do sr. Vilhena Barbosa. Foi quando em 1881 o encarregou de colleccionar objectos que representassem a arte ornamental portugueza na Exposição de Kensington em Londres. Essa exposição foi para nós um triumpho, e maior triumpho ainda foi a Exposição da arte ornamental de 1882 em Lisboa. Á actividade, ao gosto, á sciencia de Vilhena Barbosa se deveu em grande parte esse notavel exito. Basta dizer-se que os objectos obtidos por elle nas provincias do Norte e em Lisboa representavam um valor superior a 800 contos de réis.

O culto das letras e o culto da amizade têem sido para elle duas religiões. Se vivesse no tempo em que expirava a republica de Roma, o sr. Vilhena Barbosa pertenceria áquella roda ciceroniana, tão ligada entre si pelos mais affectuosos laços, e onde se consagrava ás letras um culto fervido e puro. Quinto Pomponio Attico era o typo supremo d'essa pequena pleiade, em cujo seio Cicero se refugiava com um grito de jubilo quando podia vêr-se livre dos tumultuosos negocios politicos. A existencia do sr. Vilhena Barbosa tem corrido placida e serena, semeando affectos, e não tendo odios. Permitta que no frontispicio d'este seu livro se inscreva não só a homenagem que é devida pelo critico á sua vasta erudição e ao seu formoso talento, mas tambem a homenagem que é devida por um confrade á bondade nativa do seu coração e á levantada nobreza do seu caracter.

4—4—86.

Pinheiro Chagas.

INTRODUCÇÃO

I

HISTORIA da architectura é quasi tão antiga como a da humanidade, pois começa nos tempos pre-historicos, logo que o homem, deixando as grutas naturaes, em que vivia como animal selvagem, construiu habitação para se abrigar das inclemencias do tempo, e dos ataques das feras. A estas primitivas moradas damos hoje o nome de «habitações lacustres» por serem construidas nos lagos sobre estacaria. Este primeiro passo do homem no caminho da civilisação corresponde, segundo se presume, á segunda e terceira edades da humanidade, edade da pedra polida, aproximando-se do seu termo, e á do bronze.

Acompanhando sempre a par a marcha da civilisação de todos os povos da terra, no seu vagaroso desenvolvimento, a architectura, primeira arte que floresceu no seio da sociedade, tem tido por especial e constante missão satisfazer, quanto os seus meios lhe permittem, as necessidades do corpo social, determinadas pelas idéas e pelos costumes, nas suas contínuas evoluções, e tambem pela natureza do clima e do solo.

Como succede ás nações, e na vida humana, a architectura tem tambem as suas edades naturaes. Tem a infancia, com os seus passos incertos e mal seguros, e dirigidos pelos escuros caminhos da ignorancia; a adolescencia, em que principia a comprehender as normas do seu mister; a juventude, em que se lhe alargam as raias do artificio e em que o enthusiasmo a exalça até ás regiões da poesia; a virilidade, em que o amor do estudo illumina e doura as difficeis veredas do trabalho, impellindo o artista para o templo da gloria; a edade madura em que ella prosegue desassombradamente com andar firme e seguro, aperfeiçoando-se e creando o bello, esclarecida pela razão e pela experiencia. E finalmente tambem tem a architectura, como a humanidade, e sempre determinada pelas phases d'esta, as suas edades de decadencia, de senectude e de caducidade, em que se lhe corrompe o bom gosto, em que se lhe confundem as noções do bello, em que se esquece dos seus triumphos, e das suas tradições

in-folio escreviam-se para serem lidos nos gabinetes dos fidalgos illustrados, e nas cellas dos frades eruditos. Tinham sido impressos e encadernados com o intuito de irem repousar nas estantes de leitura, onde o erudito, bem aconchegado na sua poltrona de couro tauxiada de prégos doirados, os saboreava pagina a pagina, sorvendo a um tempo a pitada e a sciencia, sacudindo com a ponta dos dedos o rapé que lhe caira na camiza, e corrigindo nas largas margens do livro, com a sua penna de pato cuidadosamente aparada, algum erro do auctor.

A arte era igualmente para os privilegiados. A gravura era uma arte especial, não um meio de popularisar as outras. Aquellas deliciosas gravuras do seculo XVIII, feitas cuidadosamente no gabinete, escrupulosamente buriladas com tempo e vagar, differiam tanto das gravuras improvisadas das nossas illustrações modernas como os pesados coches d'esse tempo dos nossos rapidos americanos.

De subito entra o povo em scena, é elle o soberano, é elle a côrte, é elle o Mecenas. Adeus tragedias polvilhadas segundo a etiqueta, o sopro shakespeariano, que agita as multidões, como o vento das Hebridas agita as vagas do mar do Norte, invade a scena theatral; em vez das academias, que tomavam por divisa o *Odi profanum vulgus et arceo,* as sociedades de instrucção que ao vulgo se dirigem; em vez da sciencia massuda, que se destinava aos iniciados, a sciencia amena e popular, em vez da gravura a talho-doce a lithographia, em vez do in-folio o jornal.

Comprehenderam assim a sua missão os grandes escriptores portuguezes: Herculano fundou o *Panorama,* Castilho a *Revista Universal,* e ao lado d'elles apparecia o sr. Ignacio de Vilhena Barbosa com o seu *Universo Pittoresco.*

Herculano procurava, juntamente com a popularisação da historia, com a publicação de verdadeiros primores litterarios, fundar em Portugal a arte da gravura em madeira, Castilho reservava unicamente a sua *Revista* para as sciencias e para as letras, o sr. Vilhena Barbosa no seu *Universo Pittoresco,* onde a historia e a geographia tinham um logar proeminente, abria as suas portas á lithographia.

É interessantissimo esse jornal, cujas collecções são hoje rarissimas, e alli começou o sr. Vilhena Barbosa a espalhar com mão prodiga os thesouros da sua erudição.

Durou seis annos o *Universo,* e nunca mais o sr. Vilhena Barbosa teve um periodico exclusivamente seu; mas a sua collaboração era requestada por quantos se publicavam no paiz, e a sua penna elegante e facil não era avara dos seus artigos. O *Panorama* na sua segunda serie teve-o por assiduo collaborador. Escreveu na *Illustração Luso-Brasileira,* no *Panorama photographico de Portugal,* no *Mosaico,* no *Ramalhete do Christão,* nas *Artes e Letras,* na secção folhetinistica do *Commercio do Porto.* O que tornava sobre tudo preciosa a sua collaboração não era só a sua vasta sciencia, e o seu estylo limpido e agradavel, mas a rara facilidade com que tratava todos os assumptos e se prestava a adaptar o fructo das suas leituras ao gosto e á intelligencia dos leitores do jornal. Rebenta a guerra do Oriente, que chama a attenção de toda a Europa, o editor do *Panorama* quer dar aos seus leitores uma idéa do que seja esse imperio da Turquia, cujo destino vae ser jogado nos lances de uma guerra tremenda? Quem se ha de encarregar de resumir a historia da Turquia, que Lamartine escrevera em dez volumes? Vilhena Barbosa.

N'uma serie de artigos rapidos, amenos, que se liam com delicia, conta a historia do imperio turco, e dá aos leitores do *Panorama* uma idéa succinta e exacta do que fôra nos tempos passados esse homem enfermo, que o imperador Nicolau queria obrigar, um pouco sem ceremonia, a fazer testamento a seu favor.

Eu era então um rapazito dos meus doze annos, avido de leituras, e de uma curiosidade infatigavel. Devorei com prazer indizivel os artigos do sr. Vilhena Barbosa. Graças á lucidez perfeita da narrativa, e á memoria tenacissima das crianças, os acontecimentos ficaram profundamente gravados no meu espirito. Nunca mais li, parece-me, a historia da Turquia, nem mesmo a de Lamartine. Tinha lido a da Russia, e ficou-me de emenda. Não sou comtudo, no que respeita a historia turca, dos mais ignorantes. Pois a que sei, ensinou-m'a o sr. Vilhena Barbosa.

Quando se fundou porém o *Archivo Pittoresco,* o sr. Vilhena Barbosa dedicou a esse periodico todo o seu affecto, o seu trabalho, o seu perseverante estudo, o seu inexcedivel zelo. A obra do sr. Vilhena Barbosa póde dizer-se que está resumida de um modo perfeitamente caracterisado na sua collaboração do *Archivo Pittoresco.* Os seus excellentes livros *Exemplos de virtudes civicas e domesticas, Estudos historicos*

gloriosas, em que perde os estimulos que incitam o engenho a tocar na meta da perfeição.

E todas estas differentes edades da architectura são o effeito obrigado, indeclinavel das diversas phases da civilisação dos povos. E por esta razão, os monumentos, qualquer que seja a sua grandeza ou mesquinhez, sejam quaes forem as mãos que os fabricaram, a epocha e o logar em que foram erigidos, são verdadeiros livros, em que está escripto, com mais exacção e verdade, do que o poderia fazer a penna habil de um escriptor conscienciosо, a historia dos seus fundadores, a sua vida publica e intima, o seu atraso ou adiantamento nas vias do progresso.

A estructura dos templos, das fortalezas ou logares fortificados, dos edificios dedicados a actos da vida publica, ordem judicial, ou administrativa ou militar, ou de recreação; das habitações da nobreza ou das classes mais abastadas; a estructura d'esses monumentos de outras éras, respeitados pela acção do tempo, ou cahidos em ruinas, revelam-nos de modo claro as idéas religiosas e politicas do povo, que os levantou; a sua tactica de guerra e meios defensivos; a sua fórma de governo, e de administração judicial, pelo menos na parte relativa á punição criminal; os divertimentos publicos, nos quaes se ostentam em toda a sua luz os costumes populares; os habitos singelos ou de luxo das classes elevadas, ou das mais favorecidas da fortuna. Emfim a architectura dos monumentos da antiguidade, e a sua ornamentação decorativa dão-nos a medida do estado de desenvolvimento das artes na epocha em que foram construidos, e por conseguinte mostram á evidencia o grão de civilisação em que se achavam os seus fundadores.

Os dolmens e outros monumentos pre-historicos, juntamente com os instrumentos de pedra lascada e polida, descobertos modernamente, reunidos, analysados e estudados attentamente, habilitaram os sabios archeologos a reconstruir a sociedade humana n'esses tempos primitivos, de que não ficaram memorias escriptas, nem tradiccionaes.

Do mesmo modo as ruinas de Palmyra e de Balbec, de Memphis e de Thebas, a de cem portas, revelam-nos, sem o auxilio dos livros, não só a existencia d'esses grandes imperios da antiguidade que se sumiram na voragem dos seculos, mas tambem o seu poderio e florescencia nas artes e na industria, e por conseguinte os seus usos e costumes. Nos monumentos que nos restam da Grecia antiga e do imperio romano, estão escriptos minuciosamente os fastos d'estas duas nações, os seus admiraveis progressos em todos os ramos do saber humano, as suas emprezas gloriosas, travando da espada e da lança; os seus assombrosos triumphos nas letras e nas artes, manejando a penna, o pincel e o scopro.

Procurando satisfazer, no desempenho da sua missão, as necessidades d'esses dois povos, determinadas pelo seu desenvolvimento moral, a architectura erigiu templos, palacios, theatros e circos apropriados aos usos e costumes, creados por esse desenvolvimento. Assim tambem, obedecendo ao impulso das idéas, que elevavam o espirito publico ás altas regiões da poesia nas praticas da religião, e da gloria no mister das armas, ornamentou aquelles edificios com

estatuas, baixos relevos e outras esculpturas, e pinturas, que abriram amplas vias aos progressos dos outros ramos da arte, fazendo d'estes, a seu turno, novos instrumentos da civilisação.

Pela natural, e constante evolução que leva as nações, sempre pelos mesmos caminhos; do berço ao apogeo da sua grandeza e prosperidade, e d'aqui á sua decadencia e perdição, a culta Grecia e o poderoso imperio romano foram invadidos e avassallados pelos seus inimigos, tornando-se de senhores em escravos.

Os differentes povos septentrionaes, vandalos, alanos, suevos, godos, etc., que se lançaram sobre o imperio romano do Occidente, enfraquecido e impotente, principalmente por effeito da corrupção dos costumes, inundando todas as provincias como a lava destruidora de um vulcão, cevou nas populações e nos proprios monumentos os odios e desejo de vingança, por longos annos soffreados, contra os seus antigos oppressores.

Fundando no solo conquistado os seus novos reinos, e estabelecendo-se nas cidades por elles arruinadas, os invasores, já na posse pacifica do paiz, não cuidaram de reconstruir os monumentos, por que não tinham significação, nem prestimo para o viver d'esses povos semi-barbaros. Portanto, lá foram assentar as suas pequenas e pobres habitações, e os seus acanhados e mesquinhos templos a par ou entre as ruinas ainda magestosas dos esplendidos padrões da civilisação romana.

Os artistas que a representavam tinham succumbido sob o ferro dos invasores, ou tinham procurado refugio e trabalho em Constantinopla e nas outras cidades do imperio romano do Oriente.

Com a acção do tempo, por effeito dos costumes e da legislação que vieram encontrar nos paizes conquistados, e pela influencia do clima mais benigno, não tardaram os vencedores dos romanos a trilhar, embora com passos vagarosos e mal firmes, o caminho dos progressos humanitarios. Por conseguinte a architectura, acompanhando estes de perto, foi modificando, ampliando e melhorando a estructura dos templos, dos castellos e a das proprias casas de habitação. E como a politica, nas espheras governativas, e o viver da nobreza se resumissem por assim dizer, nos negocios da guerra e nos exercicios e praticas de força e dextreza, deu ás igrejas a fórma exterior de fortalezas, para que as suas abobadas podessem servir de logar de refugio e de defensa; e construiu os paços dos soberanos e dos fidalgos ao abrigo de altas muralhas ameiadas, fortalecidas com torres e bastiões.

Áquellas beneficas influencias, veiu juntar-se mais tarde a que era produzida pelo aspecto grandioso de tantas reliquias da arte romana. Então os architectos, adoptando com muita parcimonia, algumas feições d'essa architectura que erigiu tão formosos monumentos, crearam o—estilo latino—, começando a ornamentar, posto que com pouca discrição e mau gosto, os templos christãos anteriormente quasi nus de ornatos.

Quando o imperador Constantino o Grande, no meiado do seculo IV, transferiu a capital do imperio romano para Bysancio, a que deu o nome de Constantinopla, engrandeceu-a por todos os modos, aformoseando-a com sumptuosos

edificios, construidos segundo as regras da architectura, que então prevalecia em Roma, e que já não era a classica em toda a sua pureza.

No correr dos tempos, e por effeito do contacto com as nações orientaes, foram-se introduzindo muitas modificações nos usos e costumes romanos de Constantinopla. Por conseguinte a architectura, recebendo tambem da arte asiatica algumas modificações, creou o—estilo romano-bysantino—, que ao diante mais inspirado pela arte oriental, se denominou simplesmente—estilo bysantino.

Quando os povos septentrionaes, destruidores do imperio dos Cesares, já constituidos no Meio Dia e Occidente da Europa, em monarchias solidamente estabelecidas, progrediam, ainda que mui lentamente, como disse, no caminho da civilisação, foram travando relações, senão intimas, pelo menos de cada vez mais frequentes com o imperio do Oriente, e por conseguinte com a sua grande e opulenta capital, Constantinopla.

D'essas relações resultou o seu natural effeito, natural em todos os tempos e com respeito a todos os povos, actuando nos mais atrasados a influencia dos usos e costumes, e não poucas vezes das proprias idéas dos mais adiantados. Portanto, juntamente com importantes modificações nos usos e costumes, receberam de Constantinopla o—estilo romano-bysantino—que substituiu o—estilo latino—.

Estes dois estilos constituem o primeiro periodo da architectura, desde o estabelecimento do christianismo até ao meiado do seculo XI.

A lucta do feudalismo, então em toda a força da sua organisação com o poder real, e a d'este com o poder theocratico, deram causa a graves perturbações e discordias em differentes estados da Europa.

A architectura, querendo emancipar-se da influencia d'aquelles estilos, já mal accordes com os seus progressos, mas não podendo isentar-se da acção que sobre ella exercia o espirito de desordem, que lavrava por toda a parte em resultado d'aquellas luctas, que tendiam a abalar os fundamentos da sociedade, e que por fim a constituiram sobre novas bases; a architectura, repito, creou o estilo Romão, composto de regras da arte antiga e da neo-grega. Este segundo periodo da arte, apenas abrange o espaço de um seculo, do meiado do seculo XI até ao meiado do XII.

Não tratando de escrever a historia da architectura, que demanda grosso volume e escriptor mais competente e auctorisado, mas simplesmente de traçar um quadro que sirva de base a algumas considerações relativas áquelle ramo da arte em Portugal, passarei a occupar-me sómente d'este paiz.

II

A situação geographica d'este reino nos confins da Europa, o seu affastamento do convivio das nações mais adiantadas no caminho da civilisação, e por conseguinte o grande atraso em que se achava por effeito d'estas circumstancias, faziam com que o movimento que se operava nas idéas e nas artes nos grandes centros da Europa, chegasse muito retardado a Portugal. Foi assim que o estilo Romão, iniciado nos outros paizes no meiado do seculo XI, só foi admittido em o nosso obra de cincoenta annos depois.

Coincidiu portanto a sua introducção com o estabelecimento do condado de Portugal por D. Affonso VI, rei de Castella e Leão, em favor de seu genro o conde D. Henrique de Borgonha, e de sua filha D. Theresa.

O governo do conde D. Henrique de Borgonha foi todo occupado em combater os sarracenos e alargar os limites do novel condado. Tempos tão agitados e em paiz tão pobre, não eram certamente azados para grandes construcções, que não fôssem fortalezas. Todavia, não se póde duvidar de que se fizeram algumas edificações grandiosas. Uma d'ellas foi a da sé do Porto. Infelizmente d'essa fundação, ou como alguns escriptores pretendem, reedificação, não restam da frontaria senão as duas torres, menos as duas pequenas cupulas que lhes fazem corôa. Em dois dos gigantes que se encostam ás ditas torres, vêem-se grosseiramente esculpidos dois navios com corvos na pôpa e na prôa, o que manifesta que os referidos gigantes foram alli construidos por ordem d'el-rei D. Affonso Henriques, depois da chegada do corpo do martyr S. Vicente a Lisboa. Esta circumstancia, e a de não se achar a cantaria d'aquelles gigantes travada com a das torres, como é uso e determinam as regras da architectura, mas simplesnente encostados, provam que foram alli postos para fortalecerem as torres, e por conseguinte que estas eram muito anteriores, e que teriam apresentado algumas fendas que tornassem necessaria aquella obra.

As frentes das torres são inteiramente lisas, e as janellas da construcção primitiva tem arco de volta redonda.

A parte central da frontaria da sé do Porto, com o seu portal, é obra do architecto italiano Nicolau Mazoni, nos principios do seculo XVIII. Este mesmo architecto foi quem dirigiu os trabalhos, que deram a essa antiquissima igreja o aspecto, em grande parte de um templo moderno, cobrindo com estuques e doiraduras quasi tudo, quanto podia ser distinctivo da sua antiguidade. Todavia lá estão dando testemunho d'esta as duas galerias abertas, que correm sobre as naves lateraes, e deitam para a central.

Estas galerias, introduzidas nas basilicas de Roma, constituem uma das feições caracteristicas do estilo Romão, que presidiu á edificação das sés de Lisboa, e de Evora, sob o sceptro de D. Affonso Henriques, e de outras igrejas do nosso paiz.

O estilo Romão produziu templos sumptuosos, e com certa riqueza de ornamentação, não só na Italia, mas tambem em outros reinos. Porém em Portugal, modificado pelas differentes influencias, a que atraz me referi, imprimiu em todas as suas producções o cunho da singeleza e da austeridade, representantes da vida social e habitos guerreiros dos portuguezes n'essas éras.

Entendo, pois, que o corpo da igreja e cruzeiro da cathedral portuense, embora desfigurados pelos reformadores do seculo passado, é o da fundação do conde D. Henrique de Borgonha e de sua mulher a rainha D. Theresa. E é muito para lastimar, que não nos reste edificio algum importante, que eu saiba, d'esse estilo architectonico em o nosso paiz sem que fôsse alterado pelos innovadores.

III

Na segunda metade do seculo XII introduziu-se na architectura o estilo ogival, impropriamente chamado gothico, pois que não foi conhecido em paiz algum sob o dominio dos godos ou dos visigodos. No seu principio era uma mistura do ogival e do Romão. Depois pouco a pouco se foi libertando das normas d'este ultimo até constituir um estilo homogenio, attingindo toda a sua pureza e perfeição.

Segundo me parece, esta revolução na arte foi devida aos triumphos obtidos pelo poder theocratico sobre a realeza.

Estabelecida a supremacia dos papas, até ao ponto de dispor das corôas dos soberanos, não podiam continuar a subsistir ante este poder victorioso, quaesquer estilos architectonicos, que participassem, mais ou menos, como se via em quantos até então tinham dominado, das influencias da architectura do paganismo.

Por conseguinte por effeito do curso das idéas, que submettiam os povos e os reis, em quasi todas as suas relações, á auctoridade absoluta dos summos pontifices, os architectos foram creando um estilo, que, emancipado de todas as fórmas e decorações pagãs, representasse exclusivamente, com a toda a sua elevação e magestade, o espirito do Christianismo. E com effeito, nenhum outro é tão apropriado, como este, em minha opinião, ás praticas da nossa religião; nenhum outro infunde nos fieis tanta veneração e respeito, nenhum lhes desprende tanto a alma das coisas mundanas, elevando-lh'a até ao throno do Omnipotente.

Possuimos muitos exemplares d'esses estilos architectonicos, dominantes n'este reino até meiados do seculo XIV. Porém com os caracteres genuinos de cada estilo, apenas conheço pequenos templos, de construcção mesquinha, e que sómente mostram nas portas e janellas feições architectonicas pronunciadas. As igrejas de construcção mais grandiosa têem passado por tantas e taes

reedificações, sem respeito algum á harmonia artistica, que poucas apresentam algumas feições caracteristicas da architectura que presidiu á sua fundação, e não poucas ha que raros vestigios mostram da sua primeira estructura, como na dos mosteiros de Odivellas, de Chellas, de Arouca, e de muitas outras.

IV

Não obstante referirem-se as memorias antigas a mestre Bernardo, e a mestre Sueiro, como architectos distinctos, que viviam em Coimbra no seculo XII, é innegavel que nos primeiros tempos da monarchia era forçoso, amiudadas vezes, recorrer a artistas estrangeiros, quando se tratava da fundação de algum edificio de maior importancia.

A guerra sem treguas, travada n'este paiz entre os campeões de Christo e os sectarios do alcorão, obstou ao adiantamento das artes até que a conquista do Algarve por el-rei D. Affonso III, pôz termo ao dominio dos moiros em Portugal.

A paz trouxe ao reino as suas naturaes e beneficas consequencias. Começaram a progredir mais desassombradamente a agricultura, o commercio interno e as artes. El-rei D. Affonso III edifica o primeiro paço real, digno n'este nome que houve no paiz [1]; pois que as moradas dos soberanos seus antecessores em Guimarães, em Coimbra e em Lisboa, seriam hoje habitações acanhadas para uma familia burgueza pouco abastada e de modesto viver.

Se se comparar o mausoleu d'el-rei D. Diniz, obra do primeiro quartel do seculo XIV, no mosteiro de Odivellas, com as esculpturas dos nossos templos, dos dois seculos anteriores, as quaes se reduzem quasi exclusivamente aos capiteis das columnas, poderá dizer-se, talvez, que a esculptura ornamental principiou a desenvolver-se entre nós depois d'aquella pacificação. E comparando-se o mausoleu d'el-rei D. Diniz com os d'el-rei D. Pedro I, e de D. Ignez de Castro, em Alcobaça, e com o d'el-rei D. Fernando I, feito no fim do mesmo seculo XIV, ha poucos annos transferido do côro da igreja do convento de S. Francisco, de Santarem, para o museu archeologico do Carmo em Lisboa, reconhecer-se-ha que n'esse periodo de uns 40 annos, relativamente aos dois tumulos de Alcobaça, e de pouco mais de meio seculo, em relação ao ultimo, a esculptura em pedra fez assignalados progressos n'este reino. E póde dizer-se com affoiteza, que caminharam a par d'ella honrosamente tanto a esculptura em madeira e em metal, como a architectura.

---

[1] Os paços de S. Bartholomeu, junto ao castello de Lisboa.

V

Circumstancias extraordinarias, acontecimentos de grande importancia na ordem politica e moral vieram impellir poderosamente a nação, e por consequencia necessaria as artes para as amplas vias do progresso civilisador.

O trato mais intimo que se estabeleceu com os estrangeiros em tempo d'el-rei D. Fernando,[1] e que ainda mais se estreitou no reinado seguinte, com a vinda do duque de Lencastre e sua familia, e com o casamento da filha d'este principe, D. Filippa, com el-rei D. João I; e as victorias que asseguraram a independencia de Portugal, firmando sobre a fronte do mestre d'Aviz a corôa, que lhe fôra dada pelas côrtes reunidas em Coimbra, dispozeram os primeiros elementos para uma epocha de rejuvenescimento, de perfeita virilidade da nação. Depois a heroica empreza de Ceuta, os audaciosos descobrimentos atravez da ignota vastidão dos mares, e o pavilhão das quinas dominando triumphante e glorioso na Africa, na Asia e na America, deram o ultimo remate áquelle potente impulso.

Elevou-se o espirito publico ao som dos hymnos da victoria. Inflammaram-se os peitos de devoção civica. O amor da gloria tornou-se paixão dominante nos portuguezes; e o seu poderoso influxo, fazendo germinar todo o genero de sentimentos nobres, de idéas elevadas, e de aspirações ousadas, produziram o genio nas artes e nas letras, pois primeiro surgira nos campos de batalha, e sobre as ondas do Oceano.

Este quadro, resplandecente de luz, abrilhantado por todas as virtudes e por todos os fulgores da gloria, que podem fazer a grandeza de um povo, estampou-se, como um perfeito retrato pintado na tela por mão de mestre, primeiramente na igreja monumental da Batalha, e depois na de Santa Maria de Belem.

Tudo quanto tornou illustre e grande esta nação, desde os fins do seculo XIV até meiados do seculo XV, lá está symbolisado no templo da Batalha, na vastidão das suas naves, na immensa altura das suas abobadas, na elegancia e nobreza das columnas, tão arrojadamente lançadas aos ares para sustentarem aquella fabrica maravilhosa; nas estatuas e baldaquinos rendilhados dos seus porticos, nas rendas delicadas de phantasiosa invenção, nas pyramides tão graciosas, na infinita variedade de exquisitos desenhos e brincados lavores, e emfim n'aquelles motes, divisas e brazões, emblemas da fé religiosa, do amor da patria e do trabalho, da gloria e dos costumes cavalleirosos, que por todas as partes do monumento resaltam da pedra.

O estilo architectonico, com a sua formosa ornamentação, que produziu o

---

[1] O conde de Cambridge, e sua familia, com muitos fidalgos da côrte de seu pae, el-rei de Inglaterra.

monumento da Batalha, veiu-nos do estrangeiro. Se o acceitámos em toda a sua pureza e perfeição, foi porque se amoldava exactamente ao estado de desenvolvimento moral da nação.

Prevaleceu esse estilo ogival puro até meiados do seculo XV. Começou no reinado de D. Affonso V a sua degeneração, trocando aquella pureza e sabia distribuição de ornamentos por maior copia de ornatos, distribuidos com menos bom gosto.

Accentuou-se mais essa degeneração da architectura gothica sob o sceptro d'el-rei D. João II, como se póde observar na gravura, que existe, do portal da igreja do hospital de Todos os Santos, no Rocio de Lisboa, fundação d'este soberano, concluido por el-rei D. Manuel, e destruido pelo terremoto e incendio do 1.º de novembro de 1755.

No reinado de D. Manuel completou-se aquella degeneração pela opulencia e desmedido luxo dos ornamentos, e pela alliança dos mais oppostos estilos.

A este estilo caprichoso dá-se entre nós o nome de «gothico florido,» ou simplesmente «Manuelino.» Ambos lhe quadram: o primeiro pela profusão d'ornatos que prodigalisou nas suas creações; o segundo porque essa transição na architectura completou-se em o nosso paiz, quando D. Manuel subiu ao throno, e acabou logo depois d'este monarcha descer á sepultura. Esse estilo, porém, que muitas pessoas julgam ser creação nacional, veiu-nos de fóra, como todos os outros, e tão retardado, apesar das activas relações commerciaes, que as differentes nações da Europa entretinham com Lisboa, tornada pelo arrojo de Vasco da Gama emporio das mercadorias do Oriente, que o mosteiro de Nossa Senhora de Belem, monumento da descoberta da India, e precioso typo d'aquelle estilo architectonico, foi o ultimo edificio gothico, que se construiu na Europa.

VI

Quando o imperio do Oriente, enfraquecido pela corrupção dos costumes, começou o desmoronar-se ao duro embate das hostes musulmanas, vindas do interior da Asia, principiaram os sabios e os artistas a sahir de Constantinopla, onde já não encontravam segurança, e lhes escaceava o trabalho, emigrando primeiramente para á Italia, e depois tambem para a Allemanha. Augmentou esta emigração á maneira que o perigo crescia e se aproximava, até que baqueou o imperio do Oriente, cahindo Constantinopla em poder dos turcos, capitaneados por Mahomet II (1453).

Aquelles emigrados levaram comsigo para a Europa central os germens de uma grande revolução social, que primeiramente se accentuou nas idéas e nos costumes, por effeito da propaganda que os sabios fizeram, por meio da penna e com a palavra, das excellencias da civilisação, a que deveram a sua

grandeza e prosperidade os imperios romanos do Occidente e do Oriente; e que actuou depois nas artes, porque os artistas emigrados foram introduzindo n'ellas os caracteres da arte classica da antiga Grecia.

Logo que foi iniciada essa revolução, nasceu d'ella a lucta, como consequencia natural; a lucta das novas idéas e a das que até então predominavam; igualmente a lucta dos interesses existentes com os que as novas idéas tendiam a crear. Este pleito estampou-se na architectura, produzindo o estilo gothico-florido, no qual vieram alliar-se, com ornatos que os representavam exactamente, os estilos classico, gothico puro e arabe.

Assim que se consumou o triumpho, tão disputado, das novas idéas nas letras e nas artes, sahiu d'elle o estilo do renascimento. E aquella revolução, de que elle é representante, completando-se a seu turno, quando o descobrimento da carreira da India, pondo em contacto a Asia e a Europa, e creando o commercio maritimo de longo curso, estabeleceu novas condições de existencia para a sociedade, derrocou pela base o feudalismo, erguendo á maior altura a realeza.

Em quanto pois na Italia, na Allemanha e na França havia mais de um seculo, que predominava em todas as suas edificações a architectura da renascença, construia-se junto a Lisboa o mosteiro de Nossa Senhora de Belem, segundo o estilo gothico-florido.

Este mosteiro, verdadeiro padrão das glorias, que illuminaram com tão brilhante luz os horisontes da nossa patria em todo o reinado de D. Manuel o *Afortunado*, tambem é o marco, que assignala o começo da decadencia de Portugal, pois que sempre e em toda a parte, a ruina dos imperios principia pela corrupção dos costumes.

Quando os reis do Oriente, curvando-se respeitosamente ante o throno glorioso d'el-rei D. Manuel começaram a vasar o oiro e pedraria dos seus thesoiros nos cofres de Portugal, trocou-se em brandura a rigidez dos nossos costumes; converteu-se em galanteria a simplicidade dos seus habitos; e se o valor e a coragem prevaleceram contra a molleza, filha do luxo, foi por que a victoria, conservando-se fiel ás nossas bandeiras, continuou a enramal-as de loiros, inflammando os peitos portuguezes com os brilhantes raios da gloria militar.

Esse estilo architectonico, de que é typo o mosteiro de Belem, não foi creação nossa; mas se o acceitámos sem modificação alguma no luxo e explendor da sua ornamentação phantasiosa e alegre, foi porque se casava intimamente com o estado moral da nação. Assim a transição nos estilos architectonicos foi operada na architectura em perfeito accordo com a transição, que se operava na vida social. A imaginação dos artistas, estimulada de um lado pelo vivo reflexo das nossas armas triumphantes nas mais oppostas e longinquas regiões do globo, e de outro lado pelas liberalidades do rei afortunado, voou sem pêas pelos espaços infinitos da poesia, e imprimindo no marmore as inspirações do seu enthusiasmo, e os devaneios do seu espirito exaltado, retratou o viver da côrte, cujos habitos e costumes iam passando da nobreza para as outras classes na justa proporção.

Retratou fielmente com mil diversidades de figuras, de baldaquinos rendilhados, de graciosos arabescos, de rendas delicadissimas, de lindos festões e grinaldas de flores, e de emblemas significativos nos porticos e janellas, nas cimalhas, nos altares, nas columnas, nas abobadas e nas arcarias do monumento manuelino, os saraus dos paços da Ribeira e de Cintra; os autos de Gil Vicente; os romances dos trovadores cantados ao som do alaude; as danças, em salões esplendidos, das formosas damas e gentis donzeis, vestidos de sedas com passamanes de oiro, e adornados de joias e de plumas; os torneios, os jogos de cannas, e as corridas de toiros, em que se ostentava todo o genero de pompas; e, emfim, as procissões civicas, em que el-rei D. Manuel, para galardoar o heroismo, levava ao seu lado, seguido de numeroso e brilhante prestito, com todo o apparato da realeza, o immortal Pacheco, na sua volta da India, e desde os paços da Ribeira até á sé, onde se renderam graças ao Creador pelas victorias alcançadas por aquelle heroe.

Todo esse viver de festas e de luxo lá está gravado no monumento com mais clareza e exacção, do que o poderiam fazer os caracteres gothicos em extensa e minuciosa inscripção.

VII

Essa aureola, porém, que tamanha luz espargia sobre todo o reino, esvaeceu-se bem depressa. Como o meteoro, que fulgura rasgando o espaço com rapidez vertiginosa, para se envolver logo e se perder nas trevas da noite, assim brilhou e se eclipsou a estrella de Portugal.

A decadencia da poderosa monarchia, que dictára leis á maior parte dos soberanos do Oriente, originada pela corrupção dos costumes, já bem manifestada durante o reinado de D. Manuel, começou a fazer-se sentir com mais evidencia pouco depois d'el-rei D. João III empunhar o sceptro.

O genio naturalmente melancolico d'este soberano, exacerbado ainda mais pelos golpes do infortunio, que lhe roubou do berço para a sepultura tantos filhos, uns apoz outros, deixando-lhe apenas um, como por cruel irrisão, para tambem o arremessar ao sepulchro na flor da edade, ainda não completos os 17 annos, quando estava prestes a ser pae; as mortes prematuras de quasi todos os irmãos do monarcha; estas e outras razões, que para brevidade omitto, déram á côrte de D. João III um aspecto de tristeza e austeridade, que contrastavam singularmente com as alegrias e liberdades da côrte de seu pae.

Os saraus foram banidos do paço, com raras excepções. A nobreza, para ser agradavel ao monarcha, limitou as suas festas. O povo, privado dos espectaculos publicos, que se faziam a miudo por occasião das solemnidades da côrte, e que tanto o alegravam, resentindo-se tambem da paralysação, que essas mudanças nos costumes traziam ao commercio e á industria, entristecia-se a

seu turno. E o soberano, a nobreza e o povo procuravam, de dia para dia, cada vez mais, nas devoções e nas ceremonias pomposas de religião, a occupação das horas vagas, que outr'ora eram preenchidas com festas profanas.

Foi n'estas circumstancias que se introduziu em o nosso paiz o estilo da renascença.

VIII

Acabára-se a fabrica arrojada da abobada do cruzeiro da igreja de Belem, reinando D. João III. Concluira-se igualmente o arco da entrada da capella-mór com os seus dois formosos pulpitos. Ia-se dar principio áquella parte do templo, que a architectura gothica mais se esmerava de ornamentar, a capella-mór, quando o architecto João de Castilho, que então dirigia as obras d'aquelle edificio, seduzido pelos encantos da novidade, pôz de lado o risco primitivo, e traçou novo plano, segundo as regras do estilo da renascença.

O resultado lá se vê, como que enxertado no mais florido templo da architectura gothica, uma capella-mór da *renascença portugueza*, um montão de marmores exteriormente assimilhando-se a uma caixa colossal de pedra, desataviada de ornatos; interiormente quasi que limitada na sua ornamentação a algumas columnas jonicas, e almofadas e apainelados com suas molduragens, tudo de marmores de côres, na abobada e nas paredes.

Não foi este o estilo da renascença, que erigiu nos outros paizes, principalmente na Italia e em França, tantos monumentos formosissimos, e tão opulentamente ornamentados, como, por exemplo, a cathedral de Florença[1]. Mas esse estilo de fórmas esbeltas, e de ornamentos brincados, symbolisando alegrias e festas, não podia agradar e ser acceito em Portugal em completa opposição ás idéas, aos usos e costumes então reinantes. Por esta razão, pois, modificou o architecto radicalmente o novo estilo na sua introducção em o nosso paiz, submettendo o seu lapis áquellas imperiosas influencias. E o mesmo aconteceu a todos os outros architectos na traça das obras que fizeram, de fundação ou de reconstrucção, em todo o reinado d'aquelle soberano, deixando, por conseguinte, bem assignalada nos edificios que levantaram, a decadencia da monarchia e da architectura.

---

[1] É um specimen d'esse estilo o tumulo de D. Diogo Pinheiro, cuja gravura se vê a pag. 137.

IX

N'aquelle periodo brilhante de rejuvenescimento e de prosperidade da nação, tudo floresceu n'esta terra abençoada. Em quanto o mestre de Aviz arvorava a bandeira portugueza sobre as muralhas de Ceuta; em quanto ao aceno do infante D. Henrique ousados nautas descobriam os archipelagos dos Açores e de Cabo Verde, as ilhas da Madeira e de Porto Santo, e a costa occidental da Africa; em quanto Bartholomeu Dias desencerrava do tenebroso manto de mysterios, com que o envolvera a ignorancia e a superstição, o cabo Tormentoso, a que pôz o nome de Boa Esperança; em quanto Vasco da Gama ensinava á Europa o caminho da India, e Pedro Alvares Cabral rasgava o véo que occultava o Brazil; em quanto descobriam—João da Nova a ilha de Santa Helena, Tristão da Cunha a ilha da Ascenção e outras; Lourenço de Almeida a de Ceylão, Abreu as Molucas, e Ruy Pereira Coutinho a de Madagascar; em quanto Fernão de Magalhães dava volta ao mundo em um fragil lenho; em quanto D. Francisco de Almeida, Affonso de Albuquerque, e tantos valentes capitães plantavam na Asia, na Africa e na America o symbolo sagrado do christianismo, conjuntamente com o pavilhão das quinas; desenvolviam-se e adquiriam igual brilho as letras e as artes.

Fernão Lopes, primeiro historiador portuguez, Duarte Galvão, Ruy de Pina, Garcia de Rezende, e Damião de Goes escreviam as chronicas dos nossos reis; preparava-se João de Barros para eternisar com a sua elegante penna a ousadia d'aquelles navegadores, e as proezas d'aquelles guerreiros; creava Gil Vicente o theatro nacional, divertindo a côrte ao mesmo tempo que castigava os vicios; Bernardim Ribeiro, traçando no *Parnaso Lusitano* a senda que, mais tarde, havia de trilhar ufano o immortal cantor das glorias de Portugal, cantava amores e saudades na sua lyra melancholica; e ainda outros escriptores eternisavam os seus nomes, glorificando a patria.

N'esse mesmo periodo de pouco mais de um seculo, surge das faxas infantis a pintura em Portugal, desenvolvida e abrilhantada pelo Grão Vasco, Gaspar Dias, Campello, Antonio e Francisco de Hollanda, Gregorio e Christovão Lopes, Duarte d'Armas e outros. São celebrados como eximios esculptores e gravadores, Pedro de Frias, Diogo Pires o Moço, Diogo da Carta, João Gonçalves Rua, Braz Nunes, Pedro Taca e Jeronimo Luiz. Gil Vicente, transformando na primorosa custodia de Belem o oiro do primeiro tributo de vassalagem que os soberanos do Oriente pagaram á corôa de Portugal, adquire o justo epitheto de «mais famoso ourives portuguez que a posteridade lhe deu, e até hoje lhe tem conservado». E, finalmente, illustraram-se honrando a architectura nacional, os architectos Affonso Domingues, Martim Vasques, Fernam de Evora e Matheus Fernandes no convento da Batalha; Affonso e Gon-

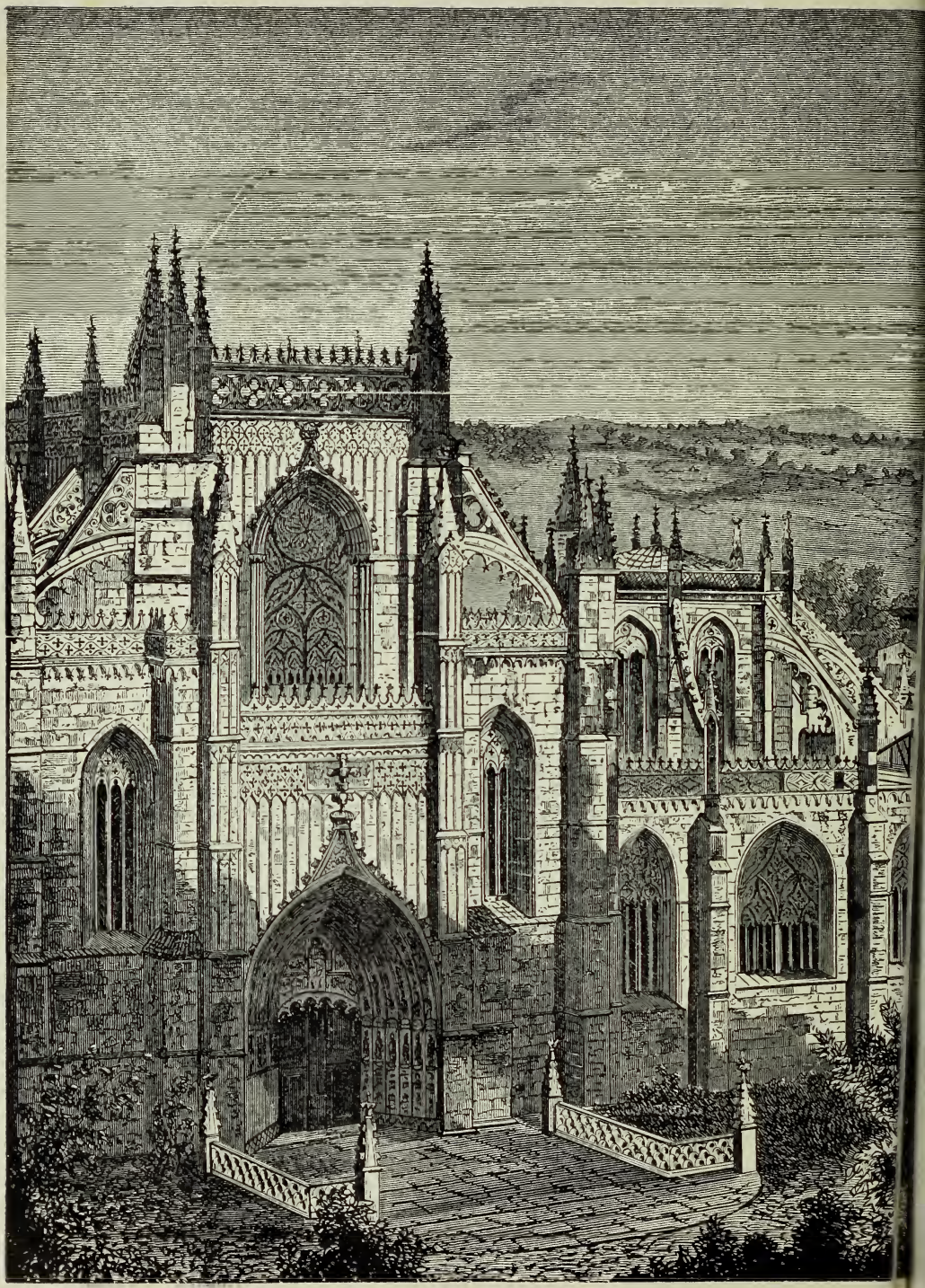
çalo Annes no convento do Carmo, em Lisboa; mestre Valentim na sé do Porto; Pedro Affonso e Marcos Pires no mosteiro de Santa Cruz em Coimbra; Martinho Lourenço e Affonso de Moraes no convento de S. Francisco de Evora; Diogo de Castilho nos paços de Coimbra; Antonio do Quental no convento de Christo, em Thomar; Thiago d'Arruda e Francisco d'Arruda nos paços de Evora; João Cordeiro, Marcos Fernandes, Martim, e seu filho João Rodrigues nos paços de Cintra; Boutaca no convento de Jesus, em Setubal; o mesmo artista, Lourenço Fernandes, Affonso Rodrigues, Francisco de Benavente e João de Castilho no mosteiro de Belem.

X

Os monumentos de que vou tratar n'este volume, foram todos fundados segundo os differentes estilos a que me tenho referido n'esta introducção, e que predominaram em Portugal desde o principio do governo do conde D. Henrique de Borgonha até ao reinado de D. João III.

Não procurei fazer um quadro dos progressos das bellas artes em o nosso paiz, nem com respeito sómente á architectura, de maneira a constituir um epitome da sua historia. Carecia para isso de forças intellectuaes e de espaço. O meu fim foi simplesmente indicar as epochas em que julgo que foram introduzidos n'este reino os differentes estilos architectonicos; as modificações por que passaram na sua entrada, as influencias moraes que determinaram essas modificações, e as causas que têem concorrido para que tenham sido alterados nas suas feições primitivas quasi todos os nossos monumentos, sendo muitos os que não conservam vestigio algum, que comprove a epocha da sua fundação, nem que revele o seu primeiro estilo.

Esta ultima circumstancia tambem me impediu de seguir ordem chronologica na disposição dos artigos.



Frontaria da igreja do convento de Santa Maria da Victoria

CONVENTO

DE

SANTA MARIA DA VICTORIA

Vulgarmente chamado da Batalha

I

O voto e o triumpho

A existencia das nações, como na dos homens, ha momentos solemnes pela gravidade das circumstancias, pela eminencia do perigo, em que a autonomia d'aquellas e a vida d'estes pendem de um fio tenuissimo.

Portugal viu-se collocado n'uma situação extrema e afflictiva pela morte d'el-rei D. Fernando.

Estreita leira de terra, physicamente fallando, tornára-se grande, forte e respeitado, pelo valor e união de seus filhos, e pela energia e coragem dos seus monarchas. Porém, a corôa do fundador da monarchia, que passára de herdeiro a herdeiro até ao esposo de Ignez de Castro sempre entretecida de louros virentes, refulgindo sempre com o reflexo da gloria das armas portuguezas, ao cingir a fronte de D. Fernando, o formoso, perdeu o esplendor, marcaram-lhe inteiramente o lustre os revezes da guerra, que a imprudente ambição do moço rei acarretára sobre o seu paiz.

D. Fernando estreára o seu reinado, declarando guerra a D. Henrique II de Castella; e pouco antes de o terminar rompeu no mesmo excesso com D. João I, filho e successor de Henrique II.

Os exercitos castelhanos, atravessando e talando a seu bel-prazer todo o reino de Portugal, durante aquellas duas campanhas, até virem pôr cerco a Lisboa, e roubarem-lhe e incendiarem-lhe os arrabaldes, lançaram a nação no maior desgosto e desalento que se póde imaginar. Mas, ainda peior do que os revezes da guerra foi o effeito moral do procedimento d'el-rei. D. Fernando, assistindo, quasi presenciando mudo e quedo, a marcha dos castelhanos sobre a sua capital; soffrendo com aviltante impassibilidade, que o inimigo varresse os campos e açoitasse as cidades a ferro e a fogo; quebrou

todos os brios no animo dos portuguezes; deu motivo a dizer d'elle o principe dos nossos poetas: «Um fraco rei faz fraca a forte gente».

Como se tudo isto fôsse ainda pouco para anniquilar as forças da nação, vieram as discordias civis augmentar os elementos dissolventes do corpo social.

Rendêra-se el-rei ás graças seductoras de D. Leonor Telles de Menezes, que era casada com João Lourenço da Cunha, e tanto cresceu n'elle a paixão, que, cegando-lhe os olhos d'alma e fazendo-o surdo ás representações de seus conselheiros, e ás supplicas do seu povo, levou-o a tirar a mulher a seu marido, e a dar-lhe com o titulo de rainha a mão de esposo.

D. Leonor tinha tanto de engraçada e formosa, como de astuta e dissimulada, de intrigante e vingativa. Imperando absoluta no coração e na vontade d'el-rei, em quanto procurava abater com uma das mãos as frontes mais altas dos seus contrarios, abria com a outra os cofres da munificencia real, e distribuia liberalmente honras e dinheiro, com que ia reunindo parciaes em torno de si.

D'est'arte se dividiu a nação em parcialidades inimigas, e correu á solta e triumphante a corrupção. Assim se converteu em lucta aberta ou latente todo o longo periodo em que D. Leonor Telles esteve sentada no throno dos nossos reis.

A tantas nuvens que se accumulavam nos horisontes da patria, de dia para dia cada vez mais negras e ameaçadoras, crescia novo e mais temeroso foco de tempestades, ao tempo em que el-rei D. Fernando jazia moribundo no leito da dôr.

A infanta D. Beatriz, filha unica d'este soberano, achava-se casada com el-rei de Castella, D. João I; e em virtude do contracto nupcial, haviam de succeder na corôa d'estes reinos, por morte d'el-rei D. Fernando, e no caso de não deixar filho legitimo varão, D. Beatriz e D. João I, ficando, porém, com as redeas do governo, como regente, a rainha D. Leonor Telles, até que sua filha D. Beatriz tivesse um filho chegado á edade de 14 annos. Era esta a recompensa que a ambiciosa esposa de D. Fernando exigira do seu genro pelos serviços que lhe prestára no ajuste d'aquelle tratado. E para que a presa lhe não escapasse das mãos, cuidou com tempo em afugentar do reino os que podiam disputar-lh'a.

Por sua causa viram-se obrigados a expatriarem-se seus cunhados, os infantes D. Diniz e D. João, filhos d'el-rei D. Pedro I e da desditosa D. Ignez de Castro; e acolhendo-se a Castella ahi foram presos logo que el-rei D. João I recebeu a noticia da morte do sogro. E se a unica vergontea da arvore dos nossos reis, que restava no solo natal, D. João, mestre d'Aviz, filho bastardo d'el-rei D. Pedro I, não foi victima de egual ou peior sorte, é porque mais cauto e melhor aconselhado que seus irmãos, soube livrar-se com astucia de todas as ciladas que lhe armou D. Leonor Telles.

Soou emfim a hora fatal para o monarcha e para a nação. D. Fernando baixou ao tumulo ainda moço, no vigor da edade, mas com o coração envelhecido e exhausto pela lucta das paixões. E a sua morte foi o signal para rebentar em tumultos a cidade de Lisboa, e depois d'ella todo o paiz, e para invadir as fronteiras do reino o exercito castelhano.

Tudo prognosticava um cataclismo politico, onde se subverteria irremediavelmente a independencia e liberdade dos portuguezes. Porém aquelle instincto da conservação, que a Providencia dispensou aos homens como um pharol mysterioso nas escuras veredas da vida, levou o povo a acercar-se do mestre d'Aviz, acclamando-o defensor e regente do reino.

Joven e valoroso, déra a medida da sua ousadia e da sua dedicação pela causa publica, vingando com a morte do conde Andeiro, nas proprias salas do paço real, as affrontas feitas pelo valido ao thalamo d'el-rei D. Fernando, e ao pundonor nacional.

E pouco depois mostrou-se digno do titulo que lhe deu o povo, defendendo Lisboa gloriosamente contra as tropas castelhanas commandadas em pessoa pelo seu rei, que vieram combatel-a em porfiosos e repetidos assaltos, estreitando-a durante cinco mezes em apertado sitio, não obstante achar-se a cidade mal abastecida de gente d'armas, e ainda mais falta de mantimentos.

Á voz eloquente do doutor João das Regras, que fez prevalecer a suprema lei da salvação publica a todas as considerações da justiça e da legitimidade, as côrtes reunidas em Coimbra dão a corôa ao mestre d'Aviz, e acclamam-n'o D. João I, rei de Portugal.

Mas quando tudo parecia sorrir paz e ventura; quando a victoria, começando a enramar de loiros as nossas armas, compellia o pretendente castelhano a recolher-se envergonhado ás suas fronteiras; quando os tres estados do reino, pronunciando aquelle solemne veredictum, exaltavam novamente o principio da soberania do povo, origem gloriosa da monarchia portugueza, e constituiam a nação em novas e solidas bases; achou-se d'improviso Portugal á borda do abysmo, que tantas nacionalidades tem sorvido!

El-rei D. João I de Castella, embora desfavorecido da fortuna, não abandonára a sua pretenção ao throno de nossos reis. Levantando o cerco de Lisboa, e retirando-se pressuroso para os seus estados, um unico pensamento lhe absorvia todas as faculdades d'alma, um só cuidado lhe occupava todo o tempo depois de entrado em Castella: era obter pela força o que os portuguezes lhe negavam pelo direito. Não iam interessados n'isso simplesmente o capricho e a ambição de um soberano. Fazendo valer os pretendidos direitos da rainha sua esposa, e a mais vantajosa condição de um tratado de paz, realisava ao mesmo tempo o sonho doirado dos reis seus predecessores e de todos os castelhanos, e limpava a nodoa que o valor dos portuguezes lançára sobre a sua corôa real e sobre as armas de Castella.

Invoca, pois, os brios nacionaes; chama em torno das suas bandeiras a melhoria da nobreza de Castella e Leão, os populares mais esforçados, e quantos estrangeiros queiram vir servir a seu soldo. Empenha os recursos do paiz; lança mão de todos os meios; apresenta-se por todos os modos para vencer em transe de honra, em lucta desesperada. E eil-o transpondo as raias da Beira, á frente de um exercito de trinta e um mil homens, em cujo numero se contavam oito mil de cavallo, e muitos centenares de francezes, navarrenses e gascões.

Ao mesmo tempo que tão potente exercito se dirigia ao coração do reino, a armada castelhana, composta de quarenta náos, doze barcas, dez galés, tres lenhatos e cinco barchotas, surgia no Tejo, e se estendia em linha por diante da cidade de Lisboa.

O mestre d'Aviz apenas conseguiu pôr em campo seis mil e quinhentos homens, em que entravam só mil e setecentos de cavallo.

Quem não daria tudo por perdido, vendo tamanha desigualdade de forças e a maior parte da nobreza da nação no arrayal inimigo, e as principaes fortalezas e praças de guerra obedientes á voz de Castella? Mas não tremeram, apesar de tudo isso, nem duvidaram da victoria o mestre d'Aviz e D. Nuno Alvares Pereira, o denodado mancebo, pouco antes elevado ao supremo cargo de condestavel.

Ao alvorecer do dia 14 d'agosto de 1385, descia a pequena hoste portugueza dos oiteiros visinhos do logar d'Aljubarrota para uma vasta planicie povoada de urzes, onde passava a estrada real. Fazendo alto foi posta immediatamente em ordem de batalha, aguardando o inimigo que as noticias davam saído de Leiria com direcção a Lisboa, e que a todos os momentos ali era esperado.

Collocadas as tropas convenientemente, segundo a tactica de guerra então usada, o condestavel tomou o commando da vanguarda; el-rei ficou na rectaguarda á frente do corpo de reserva; e por detraz de tudo os carros e mulas da bagagem, arranjados a modo de trincheiras, e defendidos por muitos peões e besteiros, além dos pagens, e dos homens de serviço, ou bagageiros.

Assim que el-rei viu tudo prestes, aproveitando o tempo que lhe dava o inimigo, cuidou de se reconciliar com Deos, e de implorar a intercessão de Maria Santissima. Depois de se confessar ao arcebispo de Braga, D. Lourenço, que o acompanhava armado como cavalleiro, e tendo recebido a communhão das mãos do mesmo prelado, prostrou-se humildemente diante de uma imagem da Virgem, que trazia em seu oratorio, e supplicando a sua protecção para as armas portuguezas, fez voto, entre outros, de erigir e dedicar-lhe um sumptuoso mosteiro, se lhe concedesse a victoria na batalha que ia pelejar.

Acabada a oração, voltou para o arrayal, e poz-se a armar cavalleiros varios mancebos, com o que excitára o enthusiasmo das tropas.

Era meio dia quando assomou o exercito castelhano na ladeira de um monte, descendo tambem para o valle. Assoberbava a terra aquella immensa multidão de gente armada, e aquelle exercito talvez ainda maior, que vinha na retaguarda conduzindo as bagagens. O sol fazendo scintillar as lanças reluzentes, e as armaduras de fino aço de tantos fidalgos, que el-rei de Castella trazia comsigo, augmentava o effeito d'aquella vista, effeito bello e maravilhoso para quem o podesse gosar sem preoccupação, mas atterrador, de certo, para um inimigo incomparavelmente mais fraco pelo numero, e pela qualidade do armamento.

Perceberam o mestre de Aviz e o condestavel a impressão desanimadora que tal vista fizera em seus soldados, e sem lhes dar tempo a que o desalento ganhasse forças, correm por todas as fileiras com rosto alegre, ora invocando o nome da patria, ora estimulando os brios nacionaes. A uns recordavam-lhes a superioridade do valor portuguez em tantos combates de que saíram vencidos os castelhanos, sendo elles muitos e os nossos poucos. A outros pintavam-lhes em quadros de vivas côres a sorte de Portugal, se caisse nas garras do leão de Castella.

Fallando assim, os seus rostos tornaram-se tão radiantes e as suas palavras saiam-lhes dos labios tão cheias de convicção, que as suas esperanças e o seu ardor se communicaram a toda a hoste portugueza como por effeito de magnetismo.

Entretanto tinha el-rei de Castella disposto o seu exercito em ordem de batalha; de modo que rompeu a peleja tendo os nossos as faces ainda afogueadas pelo enthusiasmo, que lhes acenderam no peito as phrases patrioticas d'el-rei e do condestavel.

Foi terrivel o accommettimento das duas hostes. Os castelhanos, conscios da sua força, e julgando envolver e desbaratar no primeiro encontro tão fraco inimigo, caíram furiosos sobre os nossos ao som da sua grita de guerra *Castella e Santiago*. Os portuguezes, fortalecidos pelo amor da patria e da liberdade, e cheios de fé na santidade da sua causa, bradando *Portugal e S. Jorge* repelliram o inimigo com incrivel valentia. Mas este, repetindo os ataques, e sempre crescendo em numero, punha os nossos em grande aperto e difficuldade.

D. Nuno Alvares Pereira, espalhando a morte entre os adversarios a cada bote da sua espada, fazia prodigios de valor á frente da sua phalange.

Outro tanto praticava na direita da linha a *ala dos namorados*. Capitaneada pelo intrepido Rui Mendes de Vasconcellos, e arvorando o seu pendão verde, symbolo da esperança, fazia mil gentilezas d'armas, rechaçando os castelhanos, e sustentando a sua posição como rochas impassiveis no meio das ondas embravecidas.

El-rei de Castella, enfurecido com tão obstinada resistencia, reune forças consideraveis, junta-lhes os seus mais esforçados cavalleiros, e manda carregar o centro da nossa linha. É tremendo e irresistivel o embate, pela rapidez do movimento, e porque o impelle um esforço desesperado. Debalde tentam os nossos soldados fazer de seus peitos um dique contra a torrente impetuosa. O centro da linha fraqueja emfim, cede ao peso descommunal que a opprime, rompe-se, e franqueia o passo ao inimigo. Mas eis que assoma de improviso o mestre d'Aviz com a sua destemida phalange, e faz parar os que julgavam empunhar já a palma do triumpho.

É alli que se empenha a lucta mais encarniçada d'este dia memoravel. Em quanto as duas partes contrarias pelejam braço a braço, e arcam peito a peito, em duelo de morte, o mestre d'Aviz, arremettendo com a espada em punho, e á voz de *Portugal e S. Jorge* pelo meio dos inimigos, desordena-lhes as fileiras, e leva diante de si o terror e a confusão.

Os castelhanos recuam espavoridos, e o primeiro passo que dão para a retaguarda é como o toque da trombeta chamando os portuguezes ao combate geral. O nosso pequeno exercito, animado pela presença do seu rei, estimulado pelo valor e coragem com que elle arrosta todos os perigos, move-se instantaneamente como um só homem, e arremeça-se unido contra o grosso do exercito castelhano.

N'este momento sae d'entre os nossos um guerreiro como raio despedido das nuvens. Vê-se logo tumultuarem os combatentes em torno d'el-rei de Castella, e em seguida o mesmo guerreiro rompe pelo meio da multidão, abrindo caminho com a espada, e trazendo em volta do corpo um panno de seda com brazão d'armas bordado de ouro. É Antão Vasques d'Almada, que fôra arrancar das mãos do alferes mór de Castella a bandeira real, e que vinha radiante de gloria entregal-a ao rei de Portugal!

O inimigo, completamente desordenado, não disputou por mais tempo a victoria. Aquelle grande e lustroso exercito, que pouco antes ameaçava conquistar Portugal, fugiu vergonhosamente disperso e perseguido por um punhado de valentes.

El-rei de Castella foi tão precipitado na fuga, que nada salvou da sua recamara, e tão só e occulto entrou em seus estados que por algum tempo o julgaram morto na batalha os seus vassalos[1].

O campo ficou juncado de castelhanos mortos no rijo da acção, porém a maior mortandade foi-lhes feita depois de acabada a peleja, deixando-se os fugitivos apanhar quasi sem resistencia. Os escriptores castelhanos calculam

[1] Este soberano fugiu para Santarem, e d'alli veiu embarcado até Lisboa, onde passou para bordo de sua armada, que estava fundeada no Tejo d'onde logo saiu em direcção á Andaluzia.

a perda do seu exercito em dez mil homens, contando-se em o numero dos mortos muitos fidalgos das principaes familias de Hespanha.

Foi riquissimo o despojo da batalha, pois caíram em poder dos portuguezes o arrayal do inimigo com todas as bagagens, em que havia grandes riquezas, por quanto, segundo o costume da epocha, os mais ricos fidalgos do sequito d'el-rei de Castella, entre os quaes se via o infante D. Carlos, herdeiro do throno de Navarra, traziam comsigo custosas baixellas de prata.

O despojo foi repartido entre os soldados; o mestre d'Aviz apenas tirou da tenda real doze anjos de prata, e o oratorio, tambem de prata com obra de esmalte, em que D. João I de Castella ouvia missa todos os dias; e d'estes tropheos fez doação á collegiada de Nossa Senhora da Oliveira em Guimarães.

A batalha de Aljubarrota ficou commemorada em nossos fastos militares como o mais glorioso feito d'armas dos portuguezes. A gravidade das circumstancias em que se achava o paiz; a desigualdade das forças combatentes; a desvantagem do terreno para os nossos, sendo o inimigo tão superior em cavallaria; a brevidade com que foi alcançado o triumpho, pois dizem que bastou meia hora de combate para aquelles poucos portuguezes desbaratarem tão poderoso exercito; emfim, as consequencias d'este triumpho, que assegurou a independencia da nação, e que firmando a corôa na cabeça do mestre d'Aviz, lançou os fundamentos á epocha mais verdadeiramente gloriosa de Portugal; todas estas razões dão, sem duvida, áquella batalha o logar mais honorifico entre as victorias dos portuguezes.

O condestavel D. Nuno Alvares Pereira edificou a ermida de S. Jorge, como padrão do sitio onde teve começo a peleja, e mais tarde fundou o convento do Carmo, em Lisboa, com a invocação de Nossa Senhora do Vencimento do Monte do Carmo. E o mestre d'Aviz não tardou a cumprir o seu voto, erigindo, a pouca distancia do logar do combate, como digno monumento de tão assignalado feito, o *Convento de Santa Maria da Victoria*, que por sua riqueza e perfeição artistica se tornou celebre em toda a Europa sob o nome popular de *Convento da Batalha*.

II

Fundação do convento

Tão grande na elevação da alma, e na valentia do braço como leal no cumprimento das promessas, o vencedor d'Aljubarrota não deixou emmurchecerem-se os loiros de tão assignalado triumpho sem dar testemunho publico da sua gratidão e piedade.

Ainda muitas fortalezas e praças de guerra guardavam obediencia ao rei de Castella, ainda a lucta estava acesa nas fronteiras de Portugal, onde o condestavel D. Nuno Alvares Pereira sustentava o lustre das armas portuguezas; ia o mestre d'Aviz em romaria a Nossa Senhora da Oliveira, em Guimarães. Não o cercavam, porém, n'esta jornada as pompas da realeza. O principe, a quem a nação havia cingido a fronte, pouco antes, com a corôa de Affonso Henriques; o heroe que acabava de humilhar, vencendo-o, o poderoso monarcha de Castella e de Leão, caminhava agora a pé em longa viagem como o ultimo dos seus soldados, como o mais pobre e humilde dos seus vassallos.

Com egual promptidão com que se desempenhava da promessa feita a Nossa Senhora da Oliveira na hora solemne do perigo, cuida D João I em cumprir o voto que fizera tambem á Virgem de edificar em sua honra um convento magnifico.

Porém, caso singular e difficil de se explicar, não se sabe a data precisa d'esta fundação. Ao passo que consta, não só o anno, mas tambem o mez e o proprio dia em que o fundador da monarchia deu principio ao mosteiro d'Alcobaça, nem pelo menos se sabe com certeza o anno em que o mestre d'Aviz lançou a pedra fundamental nos alicerces do convento da Batalha!

Cresce de vulto esta falta, se considerarmos que diz respeito ao nosso primeiro monumento, primeiro aos olhos da arte e na significação historica. E ainda se aggravará mais, por não haver circumstancia que a atenue, se nos lembrarmos que similhante fundação pertence a uma epocha que deu assumpto para o nosso primeiro livro de historia, a chronica de D. João I, escripta por Fernão Lopes, auctor contemporaneo d'este monarcha.

Não se pense que a certeza d'essa data apenas satisfaria um capricho da curiosidade. A data da fundação dos monumentos é em geral um indicador por meio do qual se podem afferir os passos que deu, ou vae dando no caminho da civilisação o povo que levanta esses padrões do seu progresso. Mas no caso presente tem muita maior valia, e mais alta significação, porque o monumento de que trato abriu uma epocha inteiramente nova para as artes n'este paiz. E não sómente a abriu, poderei dizer tambem que a fechou, constituindo por conseguinte simultaneamente a chronica do periodo mais glorioso para as artes que tem tido Portugal, e o unico typo perfeito e completo d'aquelle genero de architectura que possuimos.

Não lancem, portanto, os meus leitores á conta de prolixidade o que passo a escrever sobre esta materia.

Frei Luiz de Sousa, o elegante chronista da ordem de S. Domingos, não achou no cartorio do convento da Batalha, onde viveu alguns annos, documento algum por onde constasse a data da fundação. Todavia suppõe que

este successo se realisou no proprio anno de 1385 em que os portuguezes ganharam a victoria d'Aljubarrota.

Diz o referido escriptor no livro 6.º da *Historia de S. Domingos*, fallando d'el-rei D. João I:... «Com a victoria deu Deus ao portuguez tambem o reino, que brevemente foi reduzido todo á sua obediencia. Mas no tempo que tardou em o quietar de todo, não quiz dilatar o cumprimento e desobrigação do voto. Com as armas ás costas revia traças, consultava architectos, buscava officiaes; e ganhando por uma parte á força logares rebeldes, que lhe resistiam, ia por outra edificando paredes sagradas. E foi assim, que já havia tres annos que a obra do mosteiro corria, quando, estando de cêrco sobre o castello de Melgaço, assentou de o dar á ordem de S. Domingos, segundo o achamos declarado no testamento, que muitos annos depois fez, em uma verba, que diz assim: — *Porque nos prometemos no dia da batalha que houvemos com el-rey de Castella, de que Nosso Senhor Deos nos deu victoria, de mandarmos fazer á honra de Nossa Senhora Santa Maria, cuja vespera então era, a cêrca donde ella foy um mosteiro; o qual despois que foy começado nos requereu o doutor João das Regras do nosso conselho, e por Lourenço Lamprea, nosso confessor estando nós em cerco de Melgaço, que ordenassemos que fosse da ordem de S. Domingos. E nós duvidámos de o fazer, porque assim foy nosso prometimento de se fazer á honra da dita Senhora Nossa Santa Maria. E responderam-nos que a dita ordem espicial era muito da dita Senhora, declarando-nos as razões porque; as quaes vistas por nós, acordámos, e prouvemos de ordenar o dito mosteiro que fosse da dita ordem*, etc.

«Tanto que el-rei se fez senhor de Melgaço, e se veiu recolhendo para baixo, parou na cidade do Porto, e n'ella mandou passar carta de doação á ordem no principio do anno de 1388, cujo treslado tirado do proprio, que se guarda no cartorio do convento é o seguinte:»

O documento que frei Luiz de Sousa passa a transcrever é datado do Porto aos 4 de abril de 1388. N'esta doação declara el-rei que o mosteiro já estava começado.

É pois fóra de toda a duvida que o edificio teve começo entre os annos de 1385 e 1388. Ao ultimo devo pôr de parte, não só pelo que refere a doação, mas principalmente pelo que diz el-rei na citada verba do seu testamento, em que dá por principiada a obra do convento achando-se no cêrco de Melgaço, aonde chegou em janeiro de 1388. O anno de 85 tambem pede a boa razão que o ponha fóra do calculo, pois que não é crivel, que, fazendo el-rei o voto, e dando-se a batalha no dia 14 de agosto, podesse começar-se n'esse mesmo anno, no curto espaço de quatro mezes e meio, uma obra de tal grandeza e magnificencia. Ficando restricta a escolha aos annos de 1386 e 87, direi que o maior numero de conjecturas me levam a designar o pri-

meiro d'estes como o da fundação do convento. Attenta a pequena differença de um anno, não merece a pena, sem duvida, fazer aqui estendal d'essas conjecturas. Bastará accrescentar ao que deixo exposto, que o sabio patriarcha D. Frei Francisco de S. Luiz, na sua erudita memoria sobre o edificio da Batalha, diz que foi no anno de 1386 que principiaram os trabalhos.

Queria el-rei que se erigisse o monumento da sua piedade no proprio logar onde vencêra os inimigos da patria; porém oppunham-se a estes desejos a secura e asperezas do terreno, tão pobre que mal se vestia de enfesadas urzes; tão arido que não havia por alli signal de agua, a não ser a que caia do céo em chuva ou em escaços orvalhos; e tão deserto, finalmente, que não se via uma choupana, nem sequer uma arvore que quebrasse a monotonia d'aquellas tristes charnecas.

Sendo pois necessario procurar nas visinhanças sitio mais appropriado, escolheu e comprou el-rei a Egas Coelho, e a sua mãe, Maria Fernandes Meira a quinta do Pinhal, junto á aldeia da Canoeira, e situada em um fresco valle, abundante d'aguas, a meia legua de distancia do logar onde se pelejára a batalha.

Foi n'esta quinta que se fundou o convento. E tanta pressa tinha D. João I em ver consagrado aquelle logar pela oração, que tendo doado á ordem de S. Domingos o convento apenas principiado, como acima disse, determinou que fossem logo alguns religiosos tomar posse d'elle. Passado pouco tempo quiz que fossem viver nas casas da quinta, celebrando n'ellas os officios divinos, em quanto as obras proseguiam. Cumpriu-se a vontade real, indo assistir nas ditas casas o padre mestre frei João Martins com outros companheiros, correndo o anno de 1388, no qual el-rei lhes fez doação da referida quinta do Pinhal.

Á ordem dominicana, na sua qualidade de mendicante, não lhe era permittido possuir beus de raiz; porém D. João I que *havia por desauctoridade e menoscabo de nome real viver de esmolas a casa, que tinha o seu nome*, solicitou e obteve do papa Bonifacio IX, que a este convento por excepção fosse concedida a faculdade de possuir propriedades e rendas perpetuas, e acceitar heranças.

Progrediram as obras do convento da Batalha com muita actividade e rapidez por todo o reinado d'el-rei D. João I. Porém, não obstante ser este muito longo, pois que abrangeu um periodo de 38 annos, desde 1385, em que o mestre d'Aviz foi acclamado rei, até 1433, em que falleceu, não bastou para o acabamento de tão grandioso edificio. Durante os cinco reinados que se seguiram ao do fundador continuaram constantemente os trabalhos de construcção, incluindo n'elles os da chamada *capella imperfeita*. Em outro logar mais adequado tratarei das obras executadas em cada um d'esses reinados.

Da fundação do convento originou-se a fundação da villa da Batalha. As primeiras construcções que se fizeram foram para serviço das obras do monumento, taes como a *casa do mestre*, *a casa das medidas*, *a casa da feria*, *a casa da carpintaria*, *a da vidraria*, *da ferraria*, *os fornos da cal*, *telheiros*, e outras officinas.

Uma edificação tão vasta, tão morosa apesar da actividade dos trabalhos, e que requeria o emprego de tantos braços, e de tão variados officios, não podia deixar de attrair, e de entreter n'aquelle logar, outr'ora ermo, numerosa multidão de gente, não só de operarios, mas tambem de vendedores de generos e mercadorias para o necessario fornecimento d'esse centro não pequeno de consumidores. Assim se foram construindo casas a par d'aquellas officinas para se accommodar n'ellas uma povoação, posto que adventicia e com caracter provisorio que, pelas razões expendidas, veiu a ficar permanente.

Todas estas construcções foram feitas nos terrenos da *quinta do Pinhal*, em que se fundava o convento; e como el-rei D. João I determinára que frei Lourenço Lampréa, seu confessor, fosse viver religiosamente com mais alguns companheiros nas antigas casas da mesma quinta, em quanto o convento não se achava em estado de os receber, edificou-se tambem alli uma ermida para os ditos religiosos celebrarem os officios divinos.

D'est'arte serviram de nucleo á casaria da villa as officinas da obra e as habitações dos operarios, bem como lhe serviu de matriz a ermidinha dos religiosos, cujas ruinas ainda lá se vêem. Ao diante, feita doação da quinta aos religiosos pelo monarcha fundador, e achando-se os frades já residindo no convento, foram estes aforando chãos a pessoas particulares com a clausula de levantarem casas, reservando porém uma parte para cêrca do convento. Mais tarde el-rei D. Manuel completou aquella doação, encorporando n'ella as mencionadas officinas, e auctorisando os religiosos a disporem d'ellas logo que não fossem precisas para as obras. Portanto, cumprida que foi esta condição, trataram os padres de as dar de aforamento com a mesma clausula com que aforaram os chãos. Sendo a povoação já bastante crescida no começo do reinado d'el-rei D. Manuel, foi por este soberano desannexada do termo de Leiria, a que pertencia, e erigida em villa no fim do anno de 1498, ou principio de 1499. Foi tambem este monarcha o fundador da egreja parochial, da invocação de Santa Cruz, a qual teve começo no anno de 1512, concluindo-se no de 1532.

III

Fastos do convento

Não corresponderam á grandeza e magnificencia da fabrica os fastos do convento. A humildade da ordem, cujo instituto era mendicante; e a pobreza da communidade, a quem el-rei D. João I, obtida a dispensa pontificia, doára os bens apenas sufficientes para uma parca sustentação, não permittiam os privilegios e proeminencias ecclesiasticas, nem o apparato das ceremonias, nem os explendores do culto que tornavam celebres alguns mosteiros de Portugal.

Os fastos do convento da Batalha resumem-se em um breve catalogo de nomes illustres das pessoas que n'elle jazem, de outras que n'elle viveram, e de muitas que o tem visitado para lhe admirarem as bellezas e os primores. Das primeiras, em que se comprecndem os reis e principes da dynastia d'Aviz, desde D. João I até D. João II, fallarei em outro logar. D'entre as segundas nomearei o doutor *frei Lourenço Lampréa*, 1.º prior do convento, pessoa de muito saber e auctoridade; *frei Luiz de Souza*, o elegante chronista da ordem de S. Domingos, que alli foi por algum tempo conventual, aquelle mesmo patriota que no seculo, com o nome de Manuel de Sousa Coutinho, preferiu incendiar e ver reduzida a cinzas a sua propria casa, a vêl-a occupada pelos governadores do reino sob a usurpação de Filippe II de Castella, os quaes, fugidos da peste que devastava Lisboa, se aposentaram n'ellas com violencia; e finalmente *D. frei Francisco de S. Luiz*, o illustrado monge benedictino que, abraçando a revolução de 24 de agosto de 1820, saíu do claustro para ir á cidade do Porto tomar parte conspicua no governo provisorio do reino; que depois da queda da constituição foi desterrado primeiramente para o convento da Batalha, e mais tarde para o da serra d'Ossa; e que tendo cingido a mitra episcopal de Coimbra e presidido ao ministerio do reino, foi elevado ao solio patriarchal de Lisboa, em cuja dignidade o colheu a morte no anno de 1845. Este sabio prelado é uma das glorias litterarias de Portugal.

Os nomes que compõem a terceira parte d'aquelle catalogo são os de quasi todos os nossos reis e principes, desde que se erigiu o monumento até hoje; e os da maior parte dos soberanos, principes e outras pessoas notaveis que tem vindo a Portugal n'esse longo espaço de quatro seculos e meio.

Commemoram, porém, os annaes d'este convento dois successos lamentaveis de que foi theatro. Em 1810, na terceira e ultima invasão franceza, os soldados do exercito do marechal Massena fizeram consideraveis estragos no edificio, e mutilaram e profanaram os tumulos reaes, julgando encontrar dentro d'elles alguns objectos preciosos. No anno seguinte foram devorados pelas

chammas um dormitorio e outras partes do convento, correndo grande perigo todo o edificio de ser invadido pelo incendio.

Pela extincção das ordens religiosas em 1834 ficou o convento devoluto, e conservou-se em bastante desamparo até ao anno de 1840 em que as côrtes, tendo-o declarado monumento nacional, consignaram uma verba annual de dois contos de réis para a sua reparação e restauração, nas quaes se tem trabalhado sem descanço até ao presente. Começaram estes trabalhos em 1840 sob um plano que honra o distincto general de engenharia, Luiz da Silva Mousinho d'Albuquerque, a quem foi incumbida esta ardua e difficilima tarefa, e' da qual se desempenhou com summa proficiencia. Primeiro proveu aos reparos geraes do edificio para obstar á ruina que o ameaçava, principalmente pela infiltração das aguas nas abobadas: depois encetou as obras da restauração, seguindo á risca, não só o mesmo gosto da architectura, mas tambem os desenhos primitivos. Os acontecimentos politicos do paiz occasionaram a sua exoneração d'este importante encargo; no anno de 1843 todavia as obras continuaram com direcção não menos zelosa e intelligente; e acham-se quasi inteiramente concluidas. Na descripção do monumento irei indicando os trabalhos de restauração executados.

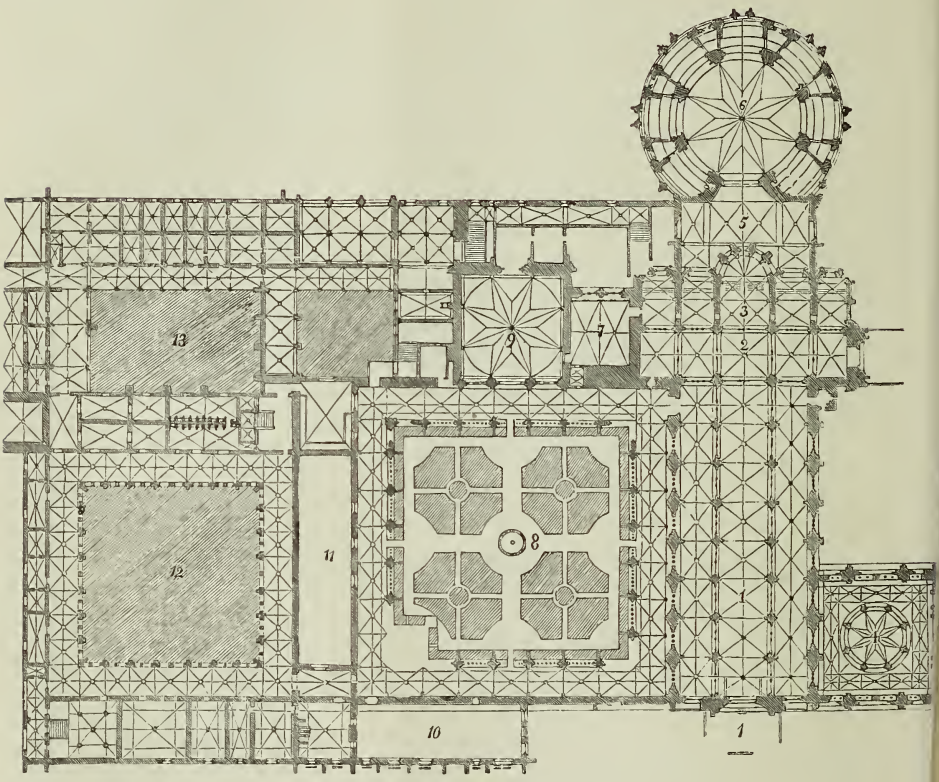
IV

Situação e planta geral do edificio

Está edificado o convento da Batalha em terreno baixo, cercado de collinas e montes, que lhe limitam o horisonte, sobre tudo do lado da fachada principal do templo. Entretanto se o não rodeasse tão de perto a casaria da villa, pela maior parte de mesquinha apparencia, a sua situação seria de muita amenidade e belleza, pois que o valle em que está assentado é um dos mais frescos e aprasiveis d'esta nossa provincia da Extremadura. O rio Lena, que corta o valle, só no inverno é caudaloso, mas no verão traz sempre a agua sufficiente para conservar o viço e a frescura que a primavera dá ao arvoredo que o assombra, aos prados e pomares que o orlam, e ás proprias veigas que a pouca distancia o rodeiam.

Apezar de não estar longe da cidade de Leiria, por onde passa a estrada real que conduz de Lisboa ás provincias do norte do reino, até ha poucos annos era difficil o accesso ao convento da Batalha pelo estado lamentavel dos caminhos. Hoje felizmente não succede assim. O nosso primeiro monumento póde ser visitado dos estrangeiros sem que nos envergonhemos das difficuldades do trajecto, nem do estado do edificio. Uma bem traçada e espaçosa

lameda, partindo do adro do templo, vem communicar com a bella estrada macadamisada, construida ha annos, entre o Carregado e Coimbra, e que concluindo-se depois até ao Porto, uniu em faceis communicações as duas primeiras cidades do reino, antes que o caminho de ferro as aproximasse com mais estreitos laços.



Planta geral do edificio da Batalha

Levar-me-hão a bem sem duvida os meus leitores, que antes de começar a descripção do edificio, lhes dê conhecimento da planta geral, que, além de me auxiliar n'aquella descripção, serve tambem para dar uma idéa mais justa da grandeza do monumento.

A planta, cuja gravura aqui se vê foi copiada de outra do riquissimo livro, que o architecto inglez Jams Murphy escreveu e ornou de excellentes gravuras em 1792, todo dedicado á descripção do edificio monumental da Batalha.

A planta e mais gravuras com que se adorna aquella obra dão cabal testemunho dos talentos e pericia do architecto britanico pela exactidão com que foram tiradas, assim como tambem attestam o valor artistico do monumento, que lhe mereceu tão serio e aturado estudo[1], e uma edição tão dispendiosa como é a da *Historia e descripção do real convento da Batalha.*

A fórma d'este livro é *in-folio*, e a dita planta occupa duas folhas d'elle, em frente uma da outra, em toda a sua altura e largura. A gravura junta é pois cópia de uma photographia, a qual reduziu aquella planta ás pequenas dimensões em que figura n'este livro.

Os numeros que se vêem na planta indicam as suas divisões do modo seguinte: 1, adro e porta principal do templo; 2, corpo da egreja; 3, cruzeiro, no qual está a porta travéssa e as quatro capellas; 4, capella mór; 5, capella sepulchral do fundador; 6, pateo detraz da capella mór, onde fica a entrada das capellas imperfeitas; 7, capellas imperfeitas; 8, sachristia; 9, casa do capitulo; 10, claustro real edificado em vida de D. João I; 11, refeitorio; 12, adega; 13, claustro construido por el-rei D. Affonso V; 14, outro claustro mais inferior.

V

Exterior do templo

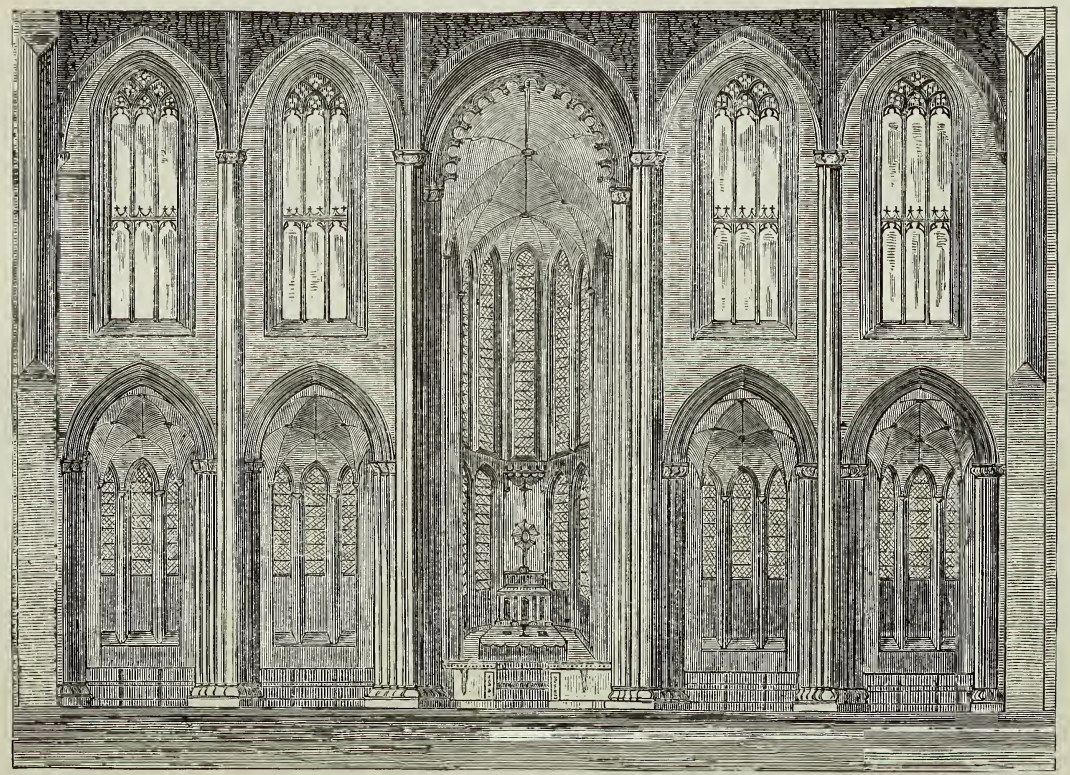
Pedia talvez a melhor ordem d'este trabalho, que fizesse preceder a descripção do monumento dos nomes dos architectos, que deram a traça e dirigiram as obras. Porém preferi deixar para o fim esse catalogo, por duas razões que julgo ponderosas. Primeiramente porque, sendo assumpto de controversias quem foi o architecto que fez a planta e dirigiu as obras em seu principio, em vez de uma simples resenha de nomes será forçoso escrever um longo capitulo em que terei de recorrer á historia do paiz, da arte, e do proprio edificio, para refutar ou fundamentar opiniões; o que de certo tem um logar mais adequado ao cabo da descripção.

Além d'isto, sendo justo que accrescente aquelle catalogo com os nomes dos outros artistas distinctos, que alli deixaram padrões do seu talento, tambem pede a boa razão que os nomeie depois de fallar das suas obras.

Tempo é, pois, de me occupar da parte material d'esse monumento, trophéo e padrão da gloria militar e artistica de Portugal.

A fachada principal do templo está voltada para oeste, e deita para um

[1] Murphy veiu a Portugal em 1789 e esteve alguns mezes na Batalha, examinando e estudando o edificio.



Capella mór e capellas do cruzeiro da egreja da Batalha

adro pouco espaçoso, e mais baixo que o terreno que o cérca. Primitivamente estava o adro desafrontado, porém as chuvas do inverno, no decurso do tempo, foram arrojando sobre o edificio tal quantidade de terra, por effeito da sua situação mui baixa, que lhe obstruiram os adros das portas principal e travéssa, bem como a base das frontarias da egreja.

Esta circumstancia obrigou os frades, para evitar maiores despezas, a construirem em torno de cada um dos ditos adros um pequeno muro, que lhe deu a apparencia de um tanque, para o qual se descia por uma escada de varios degráos.

Ao presente acham-se desembaraçadas do entulho, e completamente descobertas as bases das fachadas do templo, e o adro principal alargado e guarnecido, em vez de muro, com gradaria de pedra, decorada de pyramides, no mesmo gosto das que ornam o edificio.

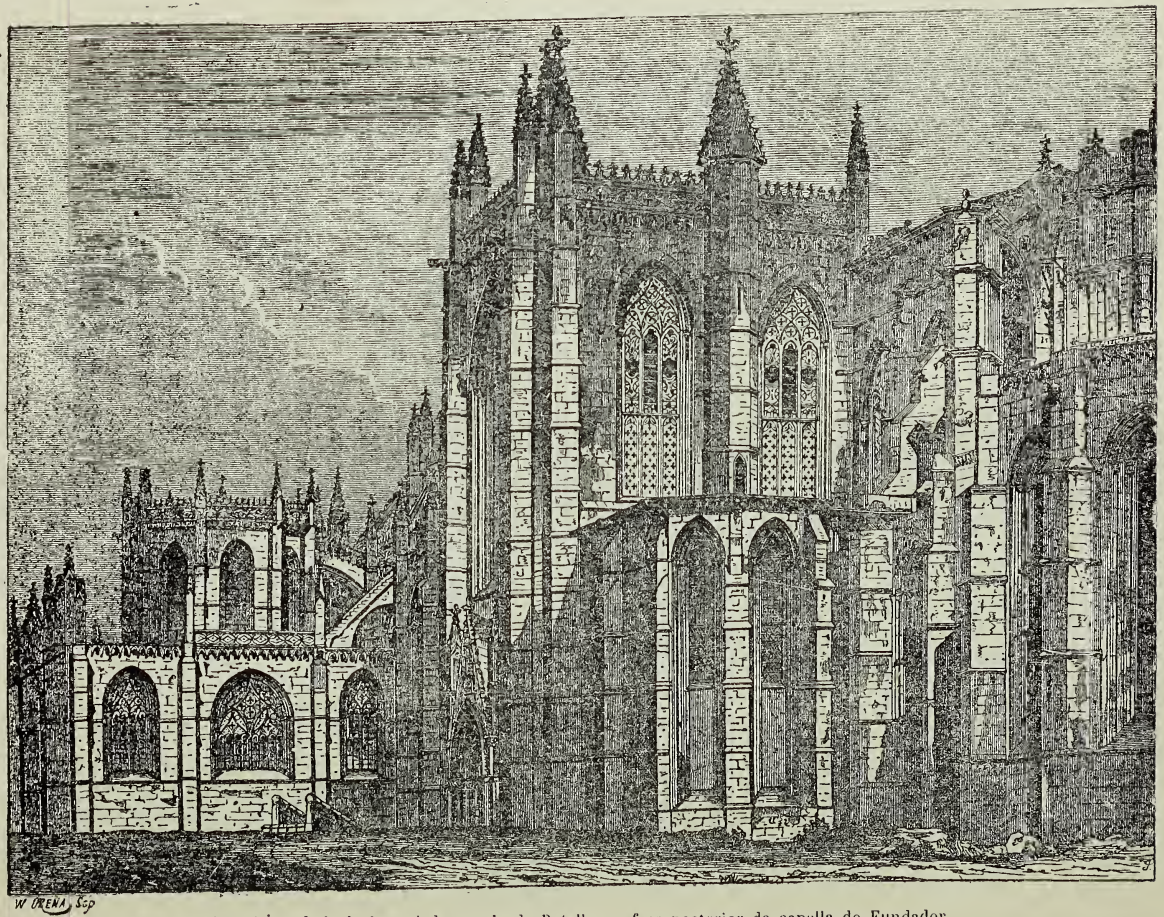
Todas as pessoas entendidas, tanto nacionaes como estrangeiras, que tem visitado o monumento da Batalha, collocam-n'o entre os mais perfeitos typos do gothico puro que ha na Europa. Dão-lhe direito a este logar a nobreza e elegancia das fórmas, a severidade das linhas, a belleza e sobriedade dos ornatos, a perfeição com que tudo está acabado, e finalmente a singular harmonia que reina em todas as suas partes.

Não é preciso ser muito versado nos estudos d'architectura para conhecer, logo ao primeiro relancear d'olhos, essa admiravel unidade de pensamento que presidiu á edificação do templo, unindo todas as suas partes nas mais estreitas e intimas relações.

A frontaria principal do templo é tão formosa como singela. Não procurou o architecto sobrecarregal-a de ornamentos superfluos, como se vê na maioria dos edificios gothicos, e com os quaes muitas vezes se pretende occultar ou disfarçar faltas de boas proporções, ou outros defeitos não menos graves. Pelo contrario, ornando com mais esmero a porta e janellas, sem deixar inteiramente nua de adornos a parede correspondente á nave principal, deu realce ao esbelto prospecto do templo, conservando-lhe a magestade de um estilo severo e simples.

O portal é formado de muitas columnas, d'entre as quaes resaltam numerosas estatuas dos apostolos e de outros santos, collocadas sobre peanhas, e debaixo de baldachinos, tudo aberto em rendas, e lavrado de silvas e arabescos.

A grande janella, que fica sobre o portal, é uma obra de extraordinaria belleza e de incrivel trabalho. Com razão diz frei Luiz de Sousa, o elegante chronista da ordem dominicana, descrevendo esta janella, «que se não podia obrar com mais subtileza e cuidado em trancinhas de agulha, ou em lavor de cera, ou no espelho de uma viola os que o cinzel alli fez na pedra». E continuando accrescenta: «Os vãos que na viola ficam abertos para dar logar



Cruzeiro e fachada lateral da egreja da Batalha, e face posterior da capella do Fundador

ás vozes, que fórma no interior, ficaram cá cerrados de vidraças... debuxadas todas de côres finas e pinturas varias de armas e divisas do reino, de tenções e emprezas d'el-rei. E como são muitos os vãos, porque o circulo é muito dilatado, communica dentro muita claridade, e paga com a graça das côres o que ellas lhe diminuem na pureza da luz. Mas faz pasmar a firmeza com que se mantem obra tão miuda tantos annos ha em logar tão alto.»

Esta parte do frontispicio é coroada com uma renda ou grade de bonito feitio e delicado lavor, flanqueada de pyramides guarnecidas de esculpturas a modo de plumagem. Aos lados do portal encostam-se ás paredes, subindo até á ogiva da janella, dois gigantes ou botareos, decorados singelamente, e com eguaes pyramides por corôa.

As outras duas janellas que se abrem n'esta fachada pertencem ás naves lateraes do templo, que são muito mais baixas do que a nave central. N'estas janellas, além das columnas que as guarnecem e dividem, só as bandeiras ostentam os delicados lavores da janella principal.

As naves lateraes tambem são coroadas de graciosas rendas, e flanqueadas de gigantes com suas pyramides, porém aquelles inteiramente despidos de ornatos.

As fachadas lateraes da egreja não são menos nobres e bellas. A do lado do norte cae sobre o claustro real, e a da parte do sul deita para uma rua da villa. Compõe-se este lado do monumento dos dois corpos das naves central e lateral; do cruzeiro, e da capella mór.

A nave central é toda rasgada em 16 formosas janellas, 8 por banda, com suas divisões de columnas e bandeiras de pedra rendilhadas, correndo-lhe por cima a mesma gradaria que corôa a fachada principal, egualmente decorada de pyramides.

As naves lateraes contam quatro janellas menos porque o espaço d'estas na do lado do sul, é occupado com a capella sepulchral, chamada do *fundador*. As janellas d'estas duas naves são eguaes em feitio ás que lhe ficam superiores, porém de maiores dimensões. Corre-lhes por cima a mesma corôa de grades e pyramides. Entre as janellas das naves lateraes erguem-se gigantes ou botareos, que correspondem ás pyramides das grades, junto das quaes pyramides se appoiam os gigantes ou botareos vasados e abertos em quarto de circulo, e guarnecidos de recortes, que servem de sustentaculo á nave central, prolongando-se em todo o seu comprimento, e nascendo da parte superior da parede, entre as janellas, e contiguo á base das pyramides que decoram a gradaria da dita nave central.

O cruzeiro, do lado da fachada do sul, apresenta um prospecto tão bello e grandioso, que o poderia desejar para sua frontaria principal qualquer sé com pretenções a sumptuosa. A porta travéssa e uma grande e formosa janella tomam a frente do cruzeiro em quasi toda a sua altura e largura, e diria

toda exclusivamente, se não fossem os gigantes ou botareos que a robustecem por ambos os lados, e a renda de pedra que a corôa, juntamente com os esbeltos e floreados corucheos em que terminam os gigantes. A porta travéssa é muito differente da principal, mas de um risco tambem elegante, e com tal combinação nos ornamentos, que, apesar de ser toda coberta de brincados, e variados lavores, póde-se dizer que está decorada com elegancia e singeleza. Quanto á janella, todo o seu luxo consiste, além das columnas que a formam, na bandeira, que é uma renda de graciosa invenção e de subtil lavor, sustentada por delgadas columnas que dividem as vidraças de vidros córados.

No lado opposto do cruzeiro abre-se uma janella similhante a esta no feitio, porém mais pequena, por causa do altar que lhe fica por baixo em correspondencia á porta travéssa. Tem o cruzeiro mais quatro janellas eguaes ás da nave central, duas que deitam sobre a cobertura das naves lateraes, e duas sobre as abobadas das capellas do mesmo cruzeiro, collateraes da capella mór.

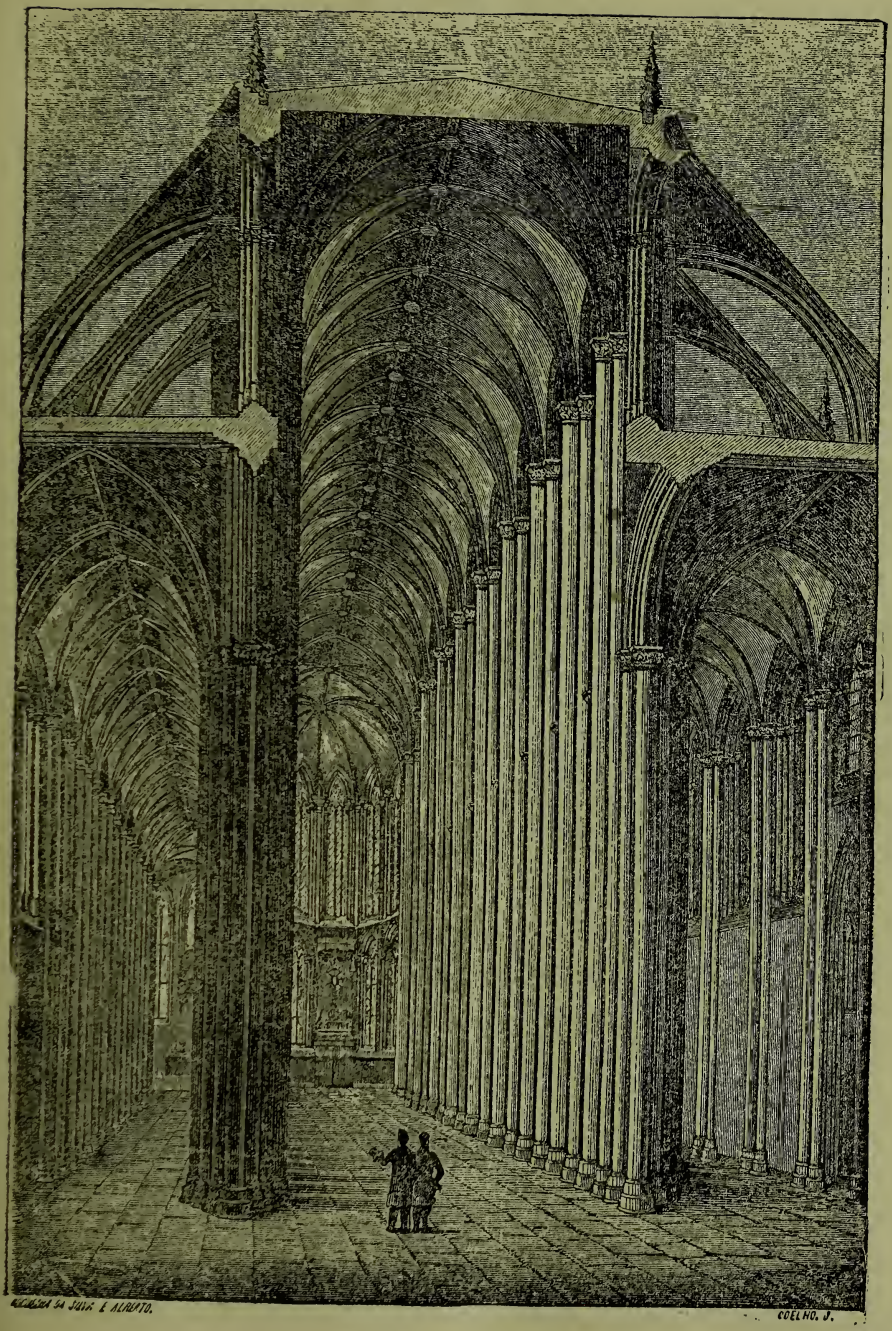
Tem a capella mór a fórma polygonal, e por corôa a mesma renda de pedra e corucheos floreados que servem de remate aos gigantes que a cercam, no intervallo das janellas. Nas paredes lateraes abrem-se as janellas na parte superior, deitando sobre as coberturas das capellas do cruzeiro. O fundo da capella mór é todo rasgado, d'alto a baixo, de janellas dispostas em duas ordens, as cinco superiores muito grandes, indo acabar nos gomos da abobada; as outras cinco mais pequenas.

Visto de cima da abobada apresenta o templo a fórma de uma perfeita cruz, sendo feita a haste pela nave central do corpo da egreja, os braços pelo cruzeiro, e o prolongamento da haste pela capella mór. As abobadas das tres naves, do cruzeiro, e da capella mór são cobertas por lageas ou telhões de pedra. Dão accesso para estes terrados duas escadas em helice com 120 degraos abertos no grosso das paredes do cruzeiro, onde tem a entrada; e cuja cobertura são elegantes e altas pyramides, ou corucheos todos arrendados e lavrados com diversidade de esculpturas.

VI

Interior do templo

O aspecto grandioso e bellezas externas do edificio parece prepararem, é certo, o viajante para a bella perspectiva que o interior do templo lhe vae offerecer. Todavia, a impressão que se sente ao transpor o limiar da porta é tal como se nada nos houvesse disposto para o maravilhoso quadro que se patentea de subito aos nossos olhos.



Interior da egreja da Batalha

É aqui que se revela com mais clareza o pensamento elevado e nobre do architecto; a sabedoria com que calculou as proporções de cada uma das suas partes, e com que uniu todas em um laço de perfeita homogeneidade; e finalmente a arte e o bom gosto com que distribuiu os ornamentos, alliando a magnificencia com a singeleza, de modo que esta não fica prejudicada com a riqueza dos ornatos, nem estes desdizendo das fórmas severas do todo.

Contemplando a austera magestade do templo; fitando a vista n'aquella longa serie de grossos pilares que dividem as naves, compostos de esbeltas e delgadas columnas, que sobem quasi desde o pavimento até á abobada, lisas e singelas como a verdade revelada pelo Salvador, o nosso espirito eleva-se naturalmente até ao céo, e possue-se de verdadeiros sentimentos religiosos. A sua attenção não é absorvida, nem sequer desviada d'esses sentimentos pela profusão dos adornos, imagem real dos prazeres e vaidades do mundo. Mas para que esta nobre simplicidade se não convertesse em monotonia; para que tal sobriedade de ornatos não parecesse pobreza, achou o architecto o meio de distribuir ornamentos, enriquecendo o templo sem desvirtuar, antes fazendo sobresair essa simplicidade que o nobilita, e que tão perfeitamente quadra com os augustos mysterios da nossa religião. As janellas, unicamente as janellas, foram os logares que o architecto escolheu para dispôr esculpturas e paineis, que deram singular realce a toda a fabrica interior.

As cincoenta janellas em que estão rasgadas todas as paredes da egreja, ostentando os mais graciosos e delicados lavores, que o cinzel póde esculpir na pedra, e projectando atravez das côres variegadas dos vidros essa frouxa luz mysteriosa, tão cheia de religião e poesia; produzem um effeito admiravel, sobretudo as que circundam a capella mór, fazendo-lhe um fundo transparente de vivas côres.

Tem o templo de comprimento desde a porta principal até ao fundo da capella mór $80^{m},29$, dos quaes pertencem ao corpo da egreja e cruzeiro $66^{m},66$. O comprimento do cruzeiro desde a porta travéssa até ao altar de Jesus é de $33^{m},30$.

A nave central, com $32^{m},46$ de altura, e $7^{m},44$ de largura, é sustentada e dividida das duas naves lateraes por 16 pilares, 8 por banda. Os pilares, cujas bases quadrangulares contam $2^{m},66$ por cada face, são formados por varias columnas, de fustes delgados e lisos, e com os capiteis ligeiramente decorados de delicados lavores. Os arcos da nave do meio, bem como os que dividem os gomos das abobadas das tres naves, formando as arestas resaltantes, são inteiramente lisos. Apenas nos remates ou fechos, onde se unem os arcos no centro dos espaços rectangulares comprehendidos entre cada quatro pilares, resaltam engraçados e bem trabalhados florões.

As paredes das naves lateraes, que as janellas deixam livres, são egualmente lisas: um só portal se abre n'ellas; é o que dá entrada para a capella do Fundador.

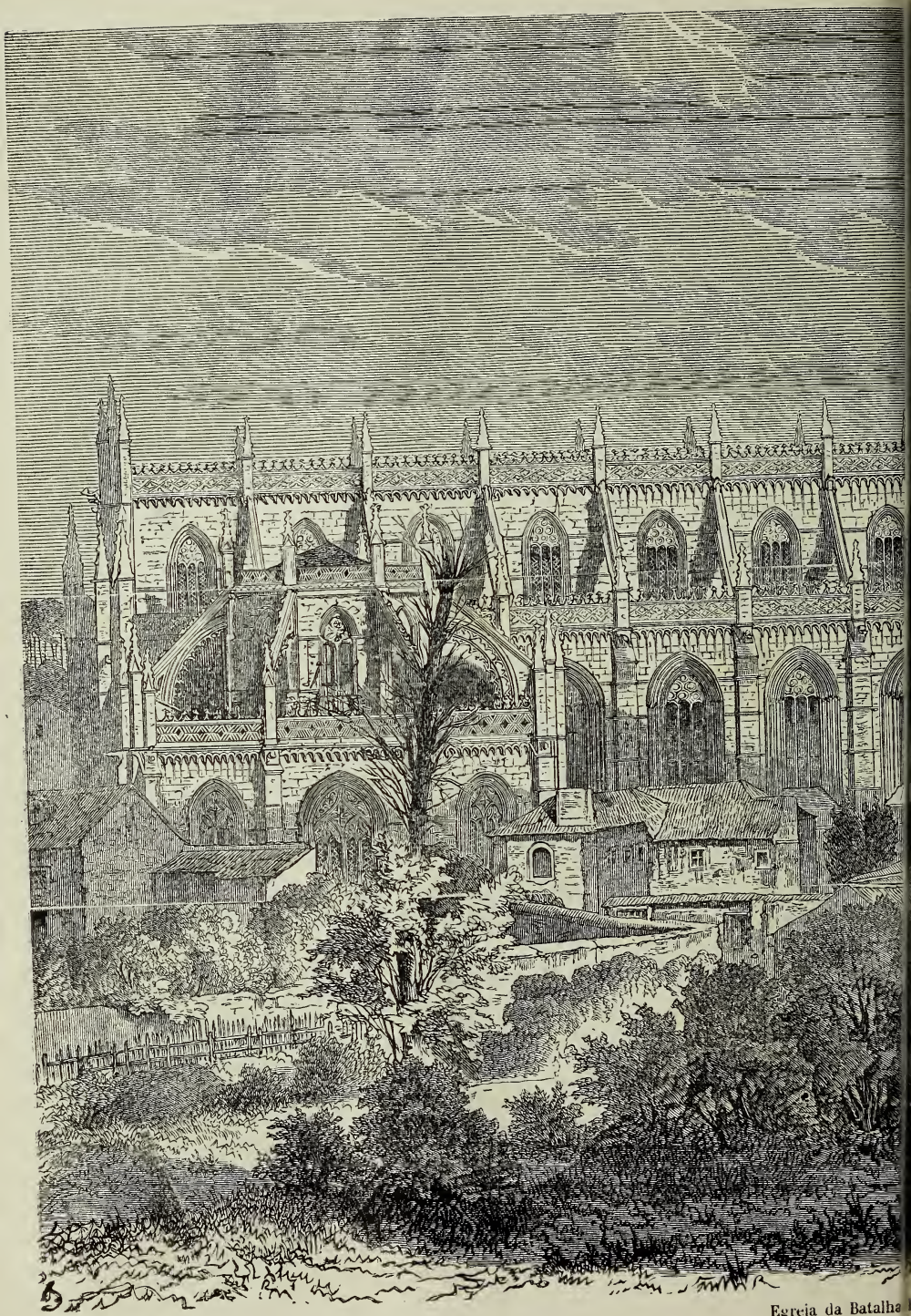
Encontram-se duas sepulturas no corpo da egreja: uma no pavimento, contiguo á porta principal, outra junto do portal que dá entrada para a capella do Fundador. Aquella tem esculpida na campa a seguinte inscripção: *Aqui jas Matheus Fernandes mestre que foi destas obras, e sua mulher Izabel Guilheme, e levou-o nosso Senhor a dez dias de abril de* 1515: *ella levou-a a...* A segunda sepultura é egualmente raza. Está ornada de varias esculpturas, com a letra *d*, allemã minuscula, relevada no centro da campa, e despedindo raios para toda a orla da sepultura, onde se vê muitas vezes repetida a mesma letra. Descança n'este logar o insigne varão Diogo Gonçalves de Travassos. O epitaphio acha-se em uma lapide embebida na parede proxima, e diz assim: *Em nome do padre, do filho e do sancto spirito amem.*

Em o anno do nacimento de nosso senhor Jhũ Xpõ de mil e quatro centos... annos foi lançado sob esta grande pedra o corpo de diogo gonsalues de travaços cavaleiro cryado do muy grande rey elrey dom Joham de muy alta e muy o splandecente, e duravell memoria, cuja alma eternalmente regne com a san... dad... nselho do muy alto e muyto poderoso senhor elrey dom affonso o quinto, e do... magnifico e grande senhor de louuada prudencia inffante dom pedro duque de... e regedor das terras do dito senhor, e ayo do muyto excellente principe senhor dom pedro daragam, condestabre dos regnos de portugal, e senhorio, e dos illustres senhores dom Jaymes, e dom Joham seus irmãos.

Na frente do cruzeiro, aos lados da capella mór, estão quatro capellas, duas de cada parte. As do lado do evangelho são dedicadas a Santa Barbara, e Nossa Senhora do Rosario. A primeira d'estas capellas é contigua á sachristia, para a qual tem porta. Desde muitos annos não tem retabulo nem altar. Vê-se n'ella um tumulo, porém ignora-se quem ahi jaz; caso este por tantas razões bem singular.

Frei Luiz de Sousa, chamando-lhe sepultura baixa, diz que jaz n'ella «um cardeal, de cujo nome e sangue se perdeu a memoria: tem-se por certo seria chegado á casa real».

Esta opinião é sem fundamento, pois que ha noticia de todos os cardeaes que tem havido no reino desde a erecção da egreja da Batalha, e sabe-se que nenhum d'elles alli repousa. Mas é notavel que frei Luiz de Sousa, que escreveu a sua *Historia de S. Domingos* ha mais de dois seculos e meio, não achasse meio de saber quem está encerrado n'aquelle mausoleu. Tambem o cardeal patriarcha, Dom frei Francisco de S. Luiz, nada descobriu a este respeito que, como disse em outro logar, residiu no convento da Batalha algum tempo, que aproveitou diligentemente em investigações no seu cartorio, de que resultou a sua interessante *Memoria Historica sobre as obras do real Mosteiro de Nossa Senhora da Victoria, chamado vulgarmente da*



Egreja da Batalha Fac

apellas imperfeitas.

Batalha, impressa no tomo x das Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

Este sabio prelado, referindo-se na dita memoria áquelle tumulo, diz «que mostra ter tido em cada uma das tres faces da tampa dois escudos de armas, os quaes se vêem picados e apagados, com mostras de o terem sido de proposito, ou por ordem que para isso houvesse, ou por outro algum motivo. Hoje é impossivel advinhar cujas cinzas alli estejam depositadas».

Talvez este mausoleo fôsse feito para algum dos reaes cadaveres, que se conservam no edificio em caixões de madeira, e que, em razão de se construir as capellas imperfeitas, onde deviam ser recolhidos os ditos cadaveres, ficasse aquelle mausoleo inutil, e sem destino, e por esse motivo se mandassem apagar os brazões d'armas, para que no futuro não fossem causa de falsas supposições. A não ser assim, custa a crer que se perdesse a memoria de quem jaz em um tumulo de pedra, levantado em tal egreja, onde tão poucos se vêem, e ácerca da qual tanto se tem escripto desde o fim do seculo XVI.

Na outra capella junto da de Santa Barbara que é consagrada como dissemos a Nossa Senhora do Rosario, está o Santissimo Sacramento. No alto do sopedaneo, do lado do evangelho, ergue-se um tumulo de marmore branco, pequeno, e com as faces cobertas de sylvados e flores em relevo. Tem no centro de cada face o escudo das armas reaes assentadas sobre a cruz da ordem d'Aviz, vendo-se o banco de pinchar atravessando os castellos superiores do dito escudo. Não tem epitaphio ou letra alguma, o que deu motivo á variedade de opiniões sobre as cinzas que encerra. O banco de pinchar, distinctivo de infante, não deixa duvidar da qualidade da pessoa que n'elle repousa, assim como a cruz d'Aviz, que apparece por baixo do escudo é prova sobeja de que pertencia á familia de D. João I. A melhor opinião é a que refere achar-se n'este tumulo o filho primogenito de el-rei Affonso V, e da rainha D. Isabel, que morreu menino, e se chamou João como o segundo que veiu a succeder no throno a seu pae.

A primeira capella da parte da epistola é da invocação de Nossa Senhora da Piedade, sendo antigamente dedicada a Nossa Senhora do Pranto. N'esta capella foi depositado provisoriamente o corpo d'el-rei D. João II, quando o trasladaram da sé de Lisboa, em 1499, em quanto se não concluia o jazigo que lhe estava destinado nas capellas imperfeitas. Porém como estas não se acabaram alli ficou e se conserva em um caixão de madeira, collocado sobre um estrado alto, para o qual se sobe por varios degráos.

Até ao anno de 1810 conservou-se inteiro e incorrupto o corpo d'este grande monarcha; porém nas profanações commettidas nos tumulos reaes pelos soldados francezes do exercito do marechal Massena foi tirado do caixão o cadaver do *Principe perfeito*, e lançado para cima de uns entulhos, d'onde,

passado tempo, foi novamente collocado na caixa mortuaria, não inteiro como antes, mas apenas restos informes!

O patriarcha D. Francisco de S. Luiz refere na citada memoria, a visita que fez a este caixão, pelo modo seguinte: «O que é certo e indubitavel é que alli estava e esteve, por mais de 300 annos, inteiro o corpo d'aquelle soberano, que nós mesmo, no anno de 1809, por benigna condescendencia do prior que então era, vimos, e com nossas mãos apalpamos, não lhe achando outro defeito mais que a extremidade do rosto, na barba, já um pouco gastada do tempo.»

No pavimento da mesma capella, junto á base d'este tumulo, está uma sepultura raza com um brazão d'armas relevado. Tambem não tem epitaphio, e ignora-se que ossada cobre. Apenas se presume, por mostrar o escudo cinco estrellas em aspa, que pertence a algum individuo do appellido Coutinho.

Contiguo a esta capella e á porta travéssa está a quarta e ultima capella do cruzeiro. O altar e retabulo são de marmore branco com obra do mosaico.

Diz o chronista Frei Luiz de Sousa que esta capella fôra dada por el-rei D. João I ao mestre da ordem de Christo D. Lopo Dias de Sousa. O patriarcha D. Francisco de S. Luiz põe em duvida esta asserção, por não ter achado vestigio algum que a confirmasse, ou auctorisasse. Entretanto, é certo que n'ella se vêem dois mausoleos d'esta illustre familia. Um é de Diogo Lopes de Sousa, 2.º conde de Miranda, o outro talvez seja do 1.º conde de Miranda Henrique de Sousa. O primeiro d'estes mausoleos está mettido debaixo de um arco, do lado da epistola. É magnifico. Todo de marmore branco e preto com delicados lavores de mosaico, e varias esculpturas, assenta sobre leões, e remata em uma corôa ducal. O segundo está defronte d'este. É uma grande caixa de pedra, de singelo lavor, tendo nas faces escudos d'armas dos Sousas. Estão sepultados n'esta mesma capella a condessa D. Mecia, mulher do 1.º conde Henrique de Sousa. Parece que tambem ahi descança Vasco de Sousa, que foi reitor da universidade de Coimbra.

O altar de Jesus, que fica fronteiro á porta travéssa, tem o retabulo de pedra, porém no estilo chamado do renascimento. Adornavam os lados d'este altar, e não sei se ainda lá estão, dois paineis a oleo, de Nossa Senhora, e o do Evangelista, pintados pela celebre Josepha d'Obidos; e no alto outros dois attribuidos ao Grão Vasco.

Na parede do cruzeiro, junto da porta travéssa, entrando do lado esquerdo, existe uma inscripção latina, que ao presente se não póde ler por se achar a pedra muito estragada pelo fogo, que os francezes ahi fizeram em 1810. Frei Luiz de Sousa diz que se referia á trasladação da rainha D. Filippa.

A capella mór não desdiz do estilo austero que se observa em toda a egre-

ja. Entretanto o architecto, sem quebra d'essa nobre simplicidade que é feição caracteristica d'este monumento, fez sobresahir em formosura a capella mór ao resto do templo, como geralmente se pratica em quasi todas as egrejas. Conseguiu este fim dando ao fundo da dita capella a fórma polygonal, e applicando-lhe um systema de janellas, com vidraças illuminadas a côres, representando passos da Paixão, ou da vida dos santos, que pela sua contiguidade parece, a quem olha do meio do templo, um painel geral transparente do mais bello e grandioso effeito, como já ha pouco observei.

No meio da capella, junto ao sopedaneo do altar, e cortando os degráos d'elle, levanta-se o sepulchro em que repoisam o herdeiro da corôa do fundador, e a rainha sua mulher.

É uma caixa de pedra grande e lisa, sem mais ornato além das estatuas dos dois soberanos, deitadas sobre a tampa. Os conjuges estão com as mãos direitas travadas e com a esquerda el-rei segura em uma acha d'armas, que tem ao lado; e a rainha sustenta um livro.

É incorrecto o desenho d'estas figuras, e a esculptura não é boa; defeitos communs nas estatuas tanto d'esta época, como das que a precederam, e lhe succederam entre nós, onde este ramo da arte nunca floresceu, salva alguma excepção. Nos portaes ou em outras partes dos edificios gothicos, onde as estatuas apparecem no meio de mil variadas esculpturas, e brincados lavores, não dão aquelles defeitos tanto na vista. Porém estando solitarias, e desacompanhadas de ornamentos, como succede no presente caso, avultam então bastante.

Quando foi construido este mausoleo não lhe pozeram inscripção alguma, e assim se conservou por longa serie d'annos, pois que ainda a não tinha quando frei Luiz de Sousa escreveu a *Historia de S. Domingos*, sendo passado mais de seculo e meio. Depois, não sei em que tempo, mas certamente não seria muito posterior, gravaram-lhe na cabeceira que está voltada para o altar mór a seguinte singela inscripção; em caracteres gothicos dourados:

H. J.
EDUARD. I PORTUG. ET ALG.
REX, ET REGINA ELE
ONORA UXOR EJUS.

Diz em vulgar: Aqui jazem Duarte 1.° rei de Portugal e dos Algarves, e a rainha Leonor, sua mulher.

Não se sabe a data precisa do acabamento da egreja. É certo porém que estava concluida em 1416, porque n'esse anno foi depositada a rainha D. Filippa na capella mór, por não estar concluida a *capella do Fundador*, destinada para jazigo real.

O tempo, no correr de mais de quatro seculos, fez alguns estragos no interior da egreja, arruinando bastantemente as vidraças e os ornamentos de pedra; porém muito mais consideraveis foram os damnos feitos pelos proprios frades, que mal apreciando as bellezas d'arte, não duvidavam sacrifical-as a qualquer conveniencia ou capricho. Assim mutilaram aquelle admiravel systema de janellas, que constitue o fundo da capella mór, obstruindo a primeira ordem d'ellas com um grande tabernaculo de madeira branco e dourado, de máo gosto. Cortaram as columnas dos lados da capella mór a fim de collocarem os espaldares de madeira pintados e dourados de duas ordens de cadeiras para o serviço de côro. Desfiguraram as duas capellas do cruzeiro, contiguas á capella mór, tapando-lhes as janellas do fundo com dois grandes retabulos de madeira, cujo desenho desengraçado e pesado contrasta sensivelmente com a architectura do templo. E finalmente mascararam com um orgão e coreto a ultima janella da nave esquerda, que é notavel por se differençar das outras pela originalidade dos ornatos.

Na restauração do templo, a que se tem procedido com o maior zelo e acerto foram removidas todas estas mesquinhas construcções, restituindo-se o monumento á sua forma primitiva. Unicamente nas vidraças é que não foi possivel restaurar a antiga belleza. Só se poderia conseguir esse fim, substituindo-as por outras novas, mandadas fazer ao estrangeiro, onde melhor se imita o antigo processo da illuminura em vidro. Isto porém demandava despezas muito superiores á verba consignada para a restauração do edificio. N'estas circumstancias, o intelligente engenheiro, a quem foi confiada a principio esta restauração, tomou um expediente acertadissimo. Aproveitou os fragmentos mutilados das vidraças das naves e cruzeiro, em que se viam figuras e outros desenhos para completar as vidraças da capella mór, e para formar pequenos quadros ou medalhões destinados para o centro das novas vidraças das ditas janellas das naves e cruzeiro, sendo preenchido o restante das mesmas vidraças com vidros lisos córados. Quando o nosso paiz estiver florecente, e que lhe vier com a prosperidade o amor das artes, o respeito para com o seu glorioso passado, e o apreço pelos seus monumentos, creio firmemente que será então completada a restauração do templo da Batalha, mandando-se vir para todas as janellas vidraças com illuminuras geraes, como teve primitivamente.

Portugal é pobrissimo n'este especimen da arte, que em quasi todos os paizes da Europa constitue um dos mais bellos ornamentos das egrejas d'architectura gothica. O pouco que outr'ora possuimos n'este genero ou tem desapparecido completamente em consequencia dos cataclismos, que por tantas vezes tem alastrado de ruinas este paiz; ou está reduzido a simples reliquias que mal deixam ajuizar da sua belleza primitiva.

Entretanto quem nunca visitou essas sumptuosas cathedraes de Hespanha,

de França, de Inglaterra, e de Allemanha, póde fazer uma idéa do maravilhoso effeito produzido por taes obras d'arte, indo ver a grande e formosissima janella da egreja de Nossa Senhora da Pena, na serra de Cintra, mandada fazer á Allemanha por el-rei, o senhor D. Fernando II.

VII

Capella do fundador

A sumptuosa capella sepulchral, chamada *do Fundador*, por ser o jazigo de D. João I e de sua mulher e filhos, ergue-se ao lado da egreja, no mesmo alinhamento do frontespicio d'esta. É uma obra magnifica, e tão formosa e esbelta no exterior como no interior.

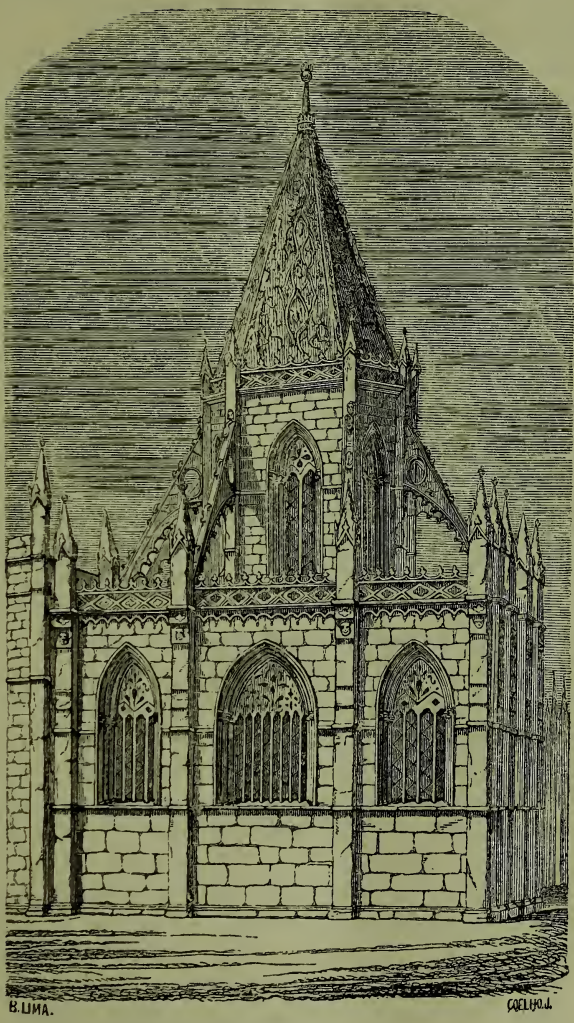
A perfeita harmonia que reina entre a sua architectura e a do templo prova de sobejo, sem ser preciso recorrer a documentos, que pertencem á mesma epocha, e tiveram por auctor o mesmo architecto.

Quando el-rei D. João I fez o seu testamento, em 1426, ainda esta capella não se achava concluida, pois que este soberano, dispondo no dito testamento o logar em que havia de ser lançado o seu corpo, determina que seja a capella mór da egreja, onde tinha sido depositada a rainha D. Filippa, sua mulher, ou *a outra* (diz el-rei) *que nós ora mandamos fazer, depois que for acabada*. Devia-se, porém, concluir em vida d'este monarcha, por quanto, fallecendo d'ahi a sete annos, em 1433, no anno seguinte foi o seu corpo trasladado da sé de Lisboa, onde estava depositado, para a capella do Fundador, e ahi foi collocado conjunctamente com o da rainha D. Filippa em o mausoleo que lhes estava destinado.

Compõe-se a capella ao presente de dois corpos, mas segundo o risco primitivo deve constar de tres.

O primeiro fórma um quadrado na projecção horisontal, tendo em cada uma das tres fachadas, que olham para oeste, sul, e este, tres grandes e formosas janellas. Pelo lado do norte, onde tem a porta, pega com a egreja, e occupa o espaço de tres janellas da nave lateral. É guarnecido este corpo, na parte superior, de uma renda de pedra, egual da que faz corôa ao templo, com suas pyramides correspondentes aos gigantes que fortalecem as paredes entre as janellas.

O segundo corpo levanta-se do centro da abobada do primeiro, servindo de cupula para dar mais luz á capella. É por conseguinte muito mais pequeno, e de fórma octangular, com uma brincada janella em cada uma das oito faces. Tambem tem gigantes entre as janellas, e por cima a mesma guarni-



Exterior da capella do Fundador, representada antes do terremoto que lhe derrubou a cúpula

ção de renda e pyramides. E ainda além d'isso é cercada esta fabrica com gigantes ou botareos vasados e abertos em quarto de circulo, e guarnecidos de recortes, de modo que, sendo postos alli para firmeza d'este segundo corpo, servem-lhe ao mesmo tempo de adorno.

Este corpo oitavado estava coberto com telhões de pedra, mas devia ser aberto e terminar em uma grande, e elevada pyramide ou corucheo, todo vasado no interior, e exteriormente lavrado em graciosas esculpturas, encimadas por um enfeite a modo de plumas. Este terceiro corpo, que faltava, e que é um remate essencial á elegancia e belleza do resto do edificio, deve ser construido.

A magnificencia interior excede muito a exterior. Servir-me-hei aqui das palavras de fr. Luiz de Sousa, não só porque ellas pintam as mais das vezes o que descrevem, como se fossem pinceis molhados em vivas cores, discorrendo por cima da tela, mas tambem porque são modelo de linguagem classica.

«É uma grande sala quadrada de noventa palmos por cada lado, fabricada da mesmo sorte de cantaria da egreja, e coberta d'abobada, com um zimborio que artificiosamente nasce do meio d'ella sobre oito pilares, como a effeito de metter mais luz dentro, mas na verdade para lustre e magestade da capella, e junctamente estribo da abobada; porque sobe em grande altura em fórma oitavada e trinta e oito palmos de diametro, seguindo a situação das columnas, e fazendo duas faces do mesmo lavor e feitio, uma para dentro e outra para fóra; e vae vasado todo em roda até á mais alta parte d'esta em frestas mui rasgadas e grandes e tão largas, como é cada parte do oitavado, e todas são cerradas com suas vidraças, como as da egreja e capella, e n'ellas se vêem debuxadas as armas do reino e divisas do rei que as mandou fazer.

«E porque o zimborio se levanta demasiadamente sobre as primeiras frestas, corre uma divisão ou cordão de cantaria em redondo, para firmeza da obra, e sobre elle sobem outras frestas em direito das que ficam debaixo com o mesmo lavor e guarnição de vidraças e illuminação, até pegarem na chave onde fecha toda a obra, a qual fica tão alta, que d'ella ao pavimento ou lageado da capella ha noventa e dois palmos. Este zimborio assim feito faz pavilhão a duas sepulturas e um altar, que ao justo lhe ficam debaixo, e entre as columnas em que estriba.» Estas sepulturas de que falla o chronista são d'el-rei D. João I e da rainha D. Filippa, sua mulher. Antes de me occupar d'ellas tratarei das dos infantes seus filhos, que estão em volta da capella.

Na parede do lado sul, que é a que fica fronteira á porta da capella, abrem-se quatro arcos todos lavrados na parte posterior com diversidade de lavores. Estão mettidos n'estes arcos quatro mausoleos.

No primeiro, começando a contar do lado de oeste, estão dous sepulchros a par um do outro. No da parte de fóra jaz o infante D. Pedro, duque de

Coimbra, e regente do reino na menoridade de seu sobrinho e genro, el-rei D. Affonso v. Foi o terceiro filho d'el-rei D. João, *de Boa Memoria*, mas immediato ao infante D. Duarte que succedeu na corôa [1]. O sepulchro da parte interior do arco encerra as cinzas da infanta D. Isabel d'Aragão, filha de D. Jayme, conde de Urgel, e mulher do dito infante D. Pedro.

Sobre a tampa vêem-se os brazões d'armas dos dois conjuges: o do infante consta de quinas reaes sobre a cruz d'Aviz, com a orla dos castellos, tendo cortados os superiores com o banco de pinchar, destinctivo dos infantes: o de D. Isabel é um escudo bipartido, estando n'elle á direita o brazão do esposo, e á esquerda o seu, que se compõe de barras e escaques.

Na face do tumulo estão tres brazões em relevo entre variados desenhos. O do centro é do infante, na fórma mencionada, só com a differença de ter por cima o braço de uma balança, cujos pratos pendem de um e outro lado do escudo. Em vez de elmo ou corôa tem uma touca ornada de pedras e flores, especie de turbante, a que chamavam fôta, de que o infante usava em vida. Os outros dois brazões são: um de D. Isabel, tal qual se acha na tampa; o outro é o da ordem da Jarreteira, de que o infante D. Pedro foi cavalleiro; e consiste em um escudo com a cruz, divisa, e letra da ordem.

No friso superior do tumulo corre uma graciosa cercadura de troncos e folhagens, tudo em relevo, deixando ler nos claros a palavra franceza *desir*, que significa desejo, muitas vezes repetida, a qual era a letra ou mote do infante.

No segundo arco está o mausoleo do infante D. Henrique, duque de Vizeu, senhor da Covilhã, governador da ordem de Christo, e illustre iniciador dos descobrimentos dos portuguezes. Avulta sobre a tampa a estatua do infante, vestido de armas brancas, e com uma touca ou fôta na cabeça.

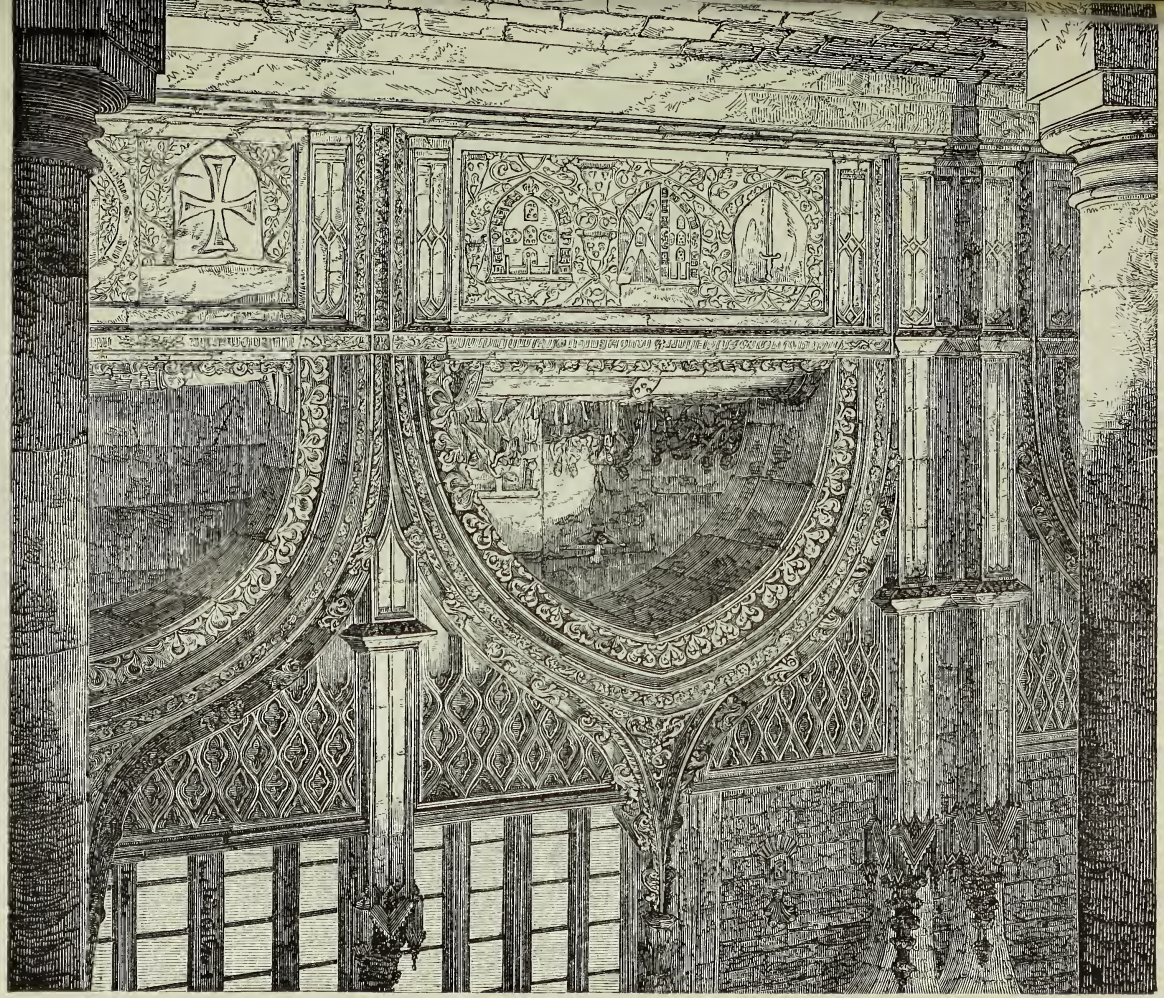
Descança esta sobre uma almofada, e debaixo de um baldaquino vasado, e aberto em rendas com delicados lavores.

No friso resalta da pedra por entre a folhagem a letra do infante, em máo francez: *Talant de bien fere*, com a qual exprimia o seu animo de bem fazer. Por baixo do friso lê-se o seguinte epitaphio, gravado em letra allemã minuscula em uma só linha, a todo o comprimento do mausoleo:

Aqui jaz o muito alto e muito honrado senhor, o ifante dom amrique governador da ordem da cavallaria de no.....om Joham e rainha filipa, que aqui jazem n'esta capella, cujas almas deos por sua merce aja, o qual se finou em..... na era de mil e.....

A primeira lacuna que se acha na inscripção é resultado de falha na pedra. As letras que faltam deveriam ser: *sso senhor Jesus Christo filho d'el-*

[1] O primogenito, chamado D. Affonso morreu de 10 annos de edade, e jaz na sé de Braga em tumulo de bronze.



rei D. A outra lacuna attribue-a o cardeal patriarcha D. Francisco de S. Luiz, na sua citada memoria, a ser preparada a pedra e esculpida a inscripção em vida do infante, e a terem-se esquecido de gravar o dia, mez, e anno, do fallecimento do principe, que succedeu a 13 de novembro de 1460.

A face do tumulo é decorada tambem com tres escudos entre ramagens e fructos. O escudo do meio é o brazão d'armas do infante, egual ao de seu irmão, D. Pedro, menos na balança. O escudo da direita tem a cruz da ordem da cavallaria de Jesus Christo, de que o infante era mestre.

O escudo da esquerda ostenta a cruz, divisa, e letra da ordem da Jarreteira.

Seguem-se no terceiro arco os tumulos do infante D. João, condestavel de Portugal, e mestre da ordem de S. Thiago, e da infanta D. Isabel, sua mulher, filha de D. Affonso, conde de Barcellos, e 1.º duque de Bragança.

A frente do mausoleo é ornada egualmente com tres escudos em fundo coberto de silvados, e umas bolsas, cada uma com tres vieiras, allusivas á ordem de S. Thiago. O escudo do centro é o brazão de D. Isabel. É bipartido, tendo de um lado as armas de seu marido, e do outro as suas proprias, que são os cinco escudetes das quinas sobre duas palas em aspa. O escudo da esquerda é o brazão do infante, egual ao de seu irmão D. Henrique. E o escudo da direita tem a espada da ordem de S. Thiago. Por entre as folhagens do friso apparece a lettra *Je ai bien raison*, que quer dizer: Tenho boa razão.

No fundo do arco resaltam da parede tres grupos de figuras em relevo inteiro, mas de mau desenho, e de grosseira esculptura. Representam tres passos da paixão de Jesus Christo. O grupo da extrema direita mostra o Senhor caminhando para o Calvario com a cruz ás costas e cahido por terra. O grupo do centro representa o Salvador pregado na cruz; e o da esquerda o descendimento da mesma cruz.

D'estes infantes D. João e D. Isabel descende a maior parte dos soberanos da Europa, por sua filha D. Isabel que foi rainha de Castella, mulher de D. João II, paes de D. Isabel, a Catholica, rainha de Castella, da qual procede a actual familia imperial da Austria que se póde considerar como tronco de varias outras familias reinantes.

Finalmente no quarto arco está o sepulchro do infante D. Fernando, mestre da ordem d'Aviz, que por sua morte entre ferros, ao cabo de penoso martyrio em longo captiveiro, é appellidado o *infante santo*.

A frente do tumulo é ornamentada com ramagens e fructos, e dois escudos, um com o seu brazão, que differe dos de seus irmãos em estar assente sobre a cruz floreteada da ordem d'Aviz; o outro com a cruz d'esta mesma ordem de cavallaria.

A gravura mostra todo o arco e tumulo do infante D. João, a metade dos do infante D. Henrique e uma pequena parte dos do infante D. Fernando.

Nas paredes dos lados de oéste e éste abrem-se oito arcos, quatro em cada uma, e em tudo eguaes aos da parede do sul, onde estão os tumulos dos infantes.

Eram destinados estes oito arcos para receber outros tantos mausoleos de pessoas reaes, porém não foram aproveitados para esse fim, não obstante ficarem depositados na egreja e na casa do capitulo os corpos de varios soberanos e principes por não terem sepulturas proprias. Foi a causa d'isto a fundação do novo jazigo real por detraz da capella mór, que por não chegar a concluir-se se chama—*capellas imperfeitas*.

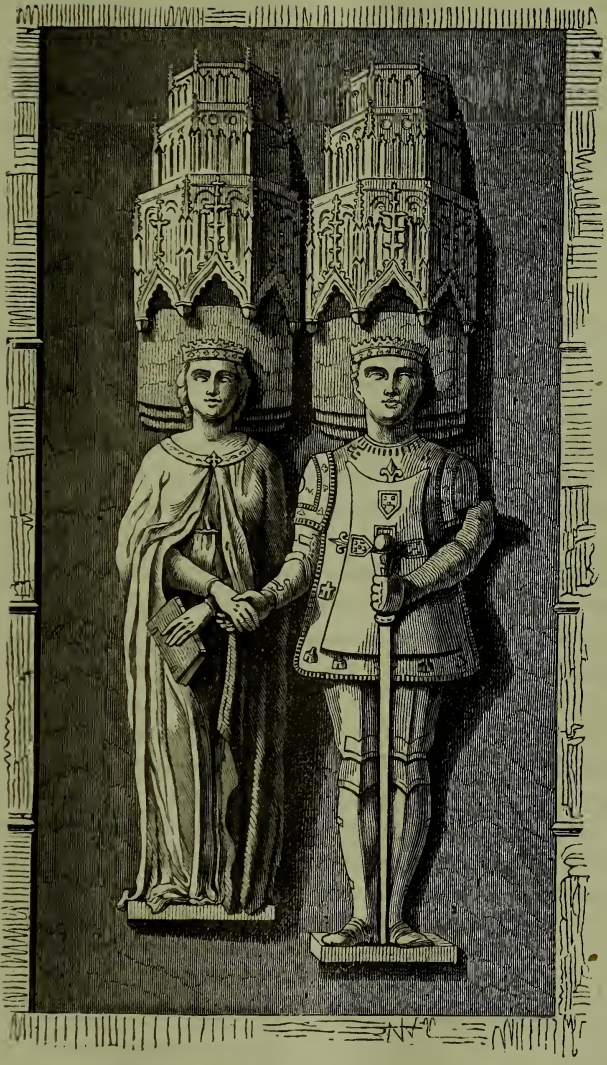
Como ficassem devolutos os ditos arcos, dispozeram altares nos quatro do lado d'éste, e armarios nos outros quatro da parte de oéste; correspondendo a cada tumulo um altar e um armario, isto é, cada altar tinha pintado no retabulo o santo da particular devoção do infante, cujo mausoleo lhe ficava em correspondencia; e os armarios guardavam os paramentos e alfaias necessarias para a celebração dos officios divinos nos altares a que pertenciam.

Hoje porém nada d'isto existe. Altares e armarios foram destruidos pelos francezes, na invasão de 1810, de maneira que poucos vestigios deixaram. Nos altares havia algumas boas pinturas, que eram attribuidas ao Grão Vasco; e nos armarios admirava-se preciosa obra de talha relevada, entre as quaes avultavam as divisas, emblemas, e letras do infante a que o armario pertencia.

No meio d'esta sumptuosa capella ergue-se o mausoleo do *Fundador*. Cercam-n'o as oito columnas que sustentam a cupula, deixando muito espaço livre entre si proprias e o tumulo. Tem este a fórma de uma grande caixa inteiriça de marmore branco; dentro da qual estão encerrados os corpos d'el-rei D. João I e da rainha D. Filippa, sua mulher.

Sobre o monumento avultam as estatuas dos dois soberanos, de vulto inteiro, deitadas. El-rei está armado. Com a mão esquerda aperta a espada, e com a direita trava da dextra da rainha. Esta tem um livro na mão esquerda. Ambos tem a fronte cingida com diadema. Descançam-lhes as cabeças em cima de almofadas, detraz das quaes se levantam como doceis dois formosos baldaquinos, todos abertos em rendas de variados feitios e delicados lavores. Nas faces do lado de fóra mostram os brazões d'armas d'el-rei e da rainha. O de D. João I tem as quinas reaes, assentadas sobre a cruz d'Aviz, e orladas com os castellos, e em cima a corôa real. O escudo de D. Filippa é bipartido, tendo de uma parte o brazão d'armas do marido, e da outra o seu proprio, que é esquartellado, com os leões em dois quarteis oppostos, e as flores de liz nos outros dois.

A esculptura das estatuas não é boa, entretanto, comparadas com as que possuimos executadas nos reinados anteriores, revelam importantes progres-



Tumulo d'el-rei D. João I e da rainha D. Filippa

sos n'este ramo da arte. Os baldaquinos, porém, são primorosamente esculpidos, como é toda a obra de ornamentação do templo.

O friso superior do tumulo é guarnecido com um silvado em meio relevo, alternando-se as folhas com as amoras. Entre a folhagem vê-se a letra franceza *Il me plait* muitas vezes repetida em metade da circumferencia do monumento; e na outra metade a lettra *pour bien*, do mesmo modo entresachada com as folhas e frutos, e muito repetida.

Era o mote, que ao uso do tempo, el-rei tomára para si, dando assim publico testemunho de quanto presava o bem geral.

D'esta divisão do mote, apparecendo do lado do monarcha sómente o *Il me plait*, e do lado da rainha o *pour bien*, tiraram fundamento alguns escriptores para attribuir a D. Filippa, como empresa sua, a segunda parte do dito mote. Todavia é fóra de duvida que, não obstante esta circumstancia que parece auctorisar de certa maneira aquella opinião, as duas partes da letra constituiam o mote usado por el-rei D. João I, e que apparece em uns logares por inteiro, e n'outros indistinctamente uma das metades.

Na face do mausoleo do lado de oeste, que é a cabeceira, achava-se esculpida a cruz da ordem da Jarreteira, circumdada da liga com a lettra— *Hony soit qui mal y pense.* Estes relevos, porém, foram em grande parte destruidos pelos soldados francezes, por occasião da invasão de 1810, os quaes, nas diligencias de abrir o tumulo, praticaram um rombo n'aquelle logar. Finalmente ficaram sufficientes vestigios da insignia e divisa d'aquella ordem, que nos attestam que D. João I fôra cavalleiro d'ella.

Nas duas faces lateraes do mausoleo estão gravados em caracteres allemães minusculos os epitaphios dos dois soberanos. São em latim, e tão extensos que se lhes póde chamar biographias. Vou copiar a versão que fez do d'el-rei, o chronista Fr. Luiz de Souza, porque, além de ser interessante por se achar compendiada n'elle a vida de tão illustre monarcha, declara ao certo a data em que se começou a contar os annos pela era do nascimento de Christo, deixando-se a de Cesar, ponto em que muitos auctores discordam.

«Em nome do Senhor jaz n'esta sepultura o serenissimo, e sempre invicto, victoriosissimo, magnifico, e em virtudes esclarecido principe Dom João, decimo rei de Portugal, e sexto dos Algarves, e o primeiro entre todos os christãos, que depois da perda geral da Hespanha foi senhor da famosa cidade de Ceuta em Africa. Nasceu este excellentissimo rei na muito nobre e muito leal cidade de Lisboa, no anno do Senhor de mil e trezentos e cincoenta e oito, e n'ella foi armado cavalleiro em edade de cinco annos por mão do serenissimo rei Dom Pedro, seu pae. E tomando á sua conta depois da morte d'el-rei Dom Fernando, seu irmão, o governo da mesma cidade, e de muitas outras forças, que se lhe entregaram, defendendo-a valorosamente contra el-rei de Castella, que nove mezes a teve cercada por mar com mui

grossa armada, e por terra com grande exercito, accommettendo-a com muitos e apertados assaltos, e sendo ajudado de muitos portuguezes.

«Sendo depois levantado por rei na cidade de Coimbra com geral alegria no anno de 1385, fez por sua pessoa, e de seus capitães, grandes feitos em armas, e entrando muitas vezes pelas terras de seus inimigos, alcançou notaveis victorias: e a principal que teve a que Deus lhe deu junto a este convento, vencendo e desbaratando em batalha campal a el-rei Dom João de Castella, que trazia comsigo um poderoso exercito de seus vassallos, e vinha acompanhado de muitos portuguezes, e outros estrangeiros que o serviam. E logo foi ganhando á força de armas muitas terras e castellos, de que os inimigos se tinham apoderado, que depois valorosamente sustentou e defendeu por toda a vida. E conhecendo que Deus fôra o que lhe dera a victoria por intercessão da gloriosissima Virgem Nossa Senhora, que succedeu na vespera da sua festa da Assumpção por Agosto, mandou á sua honra edificar este convento, que é a melhor obra de toda Hespanha. E com desejos de maior gloria de Deus, e pretendendo que só a elle se reconhecesse n'este reino superioridade em tudo, assentou que os annos que pelo tempo atraz se costumavam contar nos autos e instrumentos publicos pela era de Cesar, se reduzissem ao nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo; e fez que começasse a correr esta conta do anno de mil e quatrocentos e vinte e dois em diante, no qual andava a era de Cesar em 1460.

«E achando estes reinos não menos estragados de costumes, que desbaratados das insolencias dos inimigos, pôz diligencia em os emendar e apurar, desterrando com seu exemplo e obras santas todas as devassidões e maldades que geralmente se uzavam, e prantou e fez florecer em seu logar obras de virtude, honestidade e honra. E procurando escusar guerras com christãos deixou antes da sua morte assentada com elles paz perpetua para si e para seus successores. E abrasado em fogo da fé passou em Africa com uma grossissima armada, em que havia mais de duzentas e vinte velas, a maior parte náos de grande porte, e galés reaes: e foi acompanhado n'ella do infante Dom Duarte, seu filho e herdeiro, e dos infantes Dom Pedro e Dom Henrique, e do conde de Barcellos, Dom Affonso, seus filhos; e de grande poder, e numero de animosos vassallos; com os quaes no mesmo dia em que pôz os pés em terra de moiros, tomou de assalto com espanto do mundo a fortissima e famosa cidade de Ceuta. E pouco tempo depois vindo sobre ella (segundo se affirma) mais de cem mil combatentes moiros de Barberia e Granada, e tendo-a apertadamente cercada, elle a mandou soccorrer pelos infantes Dom Henrique e Dom João, e pelo conde de Barcellos, seus filhos, e por outros senhores e fidalgos; os quaes accommettendo os moiros os fizeram levantar e fugir com morte de muitos; e toda a sua armada desbaratada, mettendo muitos navios no fundo, queimando e tomando outros; e assim livrou a cidade,

«E havendo dezoito annos menos oito dias, que se cumpriam vespera da Assumpção da Virgem Nossa Senhora do anno de 1433, que a tinha tomado e fortificado bastantemente contra todo accommettimento de inimigos; no mesmo dia, mez e anno acabou este gloriosissimo rei bemaventuradamente sua vida na cidade de Lisboa, rodeado de seus filhos, e de grande parte da nobreza do reino, deixando a cidade de Ceuta em poder do mui alto e mui poderoso rei Dom Duarte, seu filho, que á imitação de tal pae procura mantel-a e governal-a com estes reinos na fé de Jesus Christo. O mesmo rei Dom Duarte trasladou com grande honra e magestade o corpo d'el-rei seu pae, acompanhando-o seus irmãos, o infante Dom Pedro, duque de Coimbra e senhor de Montemór, e o infante Dom Henrique, duque de Vizeu, e senhor da Covilham, e governador do mestrado de Christo, e o infante Dom João, condestavel de Portugal, e governador do mestrado de Santiago, e o infante D. Fernando, e o conde de Barcellos, Dom Affonso, filho do dito rei D. João: o qual ao tempo de seu fallecimento não tinha outros, se não duas filhas, que estavam casadas, e viviam em suas terras com seus maridos, uma a infanta Dona Isabel, duqueza de Borgonha e condessa de Flandres, e senhora de outros muitos estados; e outra a senhora Dona Beatriz, condessa de Hontington, e Arundel em Inglaterra. Assistiram mais n'esta trasladação todos os netos e bisnetos que havia d'el-rei D. João, a saber: Dom Affonso, conde de Ourem, e D. Fernando, conde de Arrayollos, filhos do conde de Barcellos. E tinha n'este tempo outro neto, que era o infante Dom Affonso, filho primogenito d'el-rei Dom Duarte: os quaes contados com os filhos fariam todos numero de vinte pessoas. Accudiram tambem e foram presentes todos os bispos que havia no reino com outros muitos prelados com grande numero de clerezia, e frades, e os senhores de terras, e alcaides móres, e fidalgos particulares. Assim foi trazido o real corpo com muita reverencia a este convento: e entrou n'elle aos trinta dias do mez de Novembro do dito anno; e foi sepultado na capella mór com a rainha Dona Filippa, sua unica mulher, e mãe illustrissima d'el-rei Dom Duarte e dos infantes ditos. E no anno seguinte, aos quatorze de Agosto, foram os corpos ambos com nova pompa passados a esta capella, que para sua sepultura tinham edificado. E achavam-se presentes a mui alta e excellentissima princeza Dona Leonor, rainha d'estes reinos, e as infantas Dona Isabel, duqueza de Coimbra, e Dona Isabel, mulher do infante Dom João, com a maior parte dos prelados e nobreza do reino, até ficarem recolhidos em suas sepulturas. As almas tenha o Senhor Deus em sua gloria. Amen.»

O epitaphio da rainha D. Filippa é egualmente muito extenso. Trata da sua genealogia, das virtudes que a adornavam, e das principaes acções da sua vida.

Entre duas das oito columnas, que sustentam a cupula, está um altar,

Rainha D. Filippa de Lencastre

voltado contra os pés das estatuas dos soberanos. Foi levantado para a celebração dos anniversarios funebres d'el-rei e da rainha.

Guardavam-se outr'ora n'esta capella sepulchral um elmo, espada, e outras peças da armadura d'el-rei D. João I; bem como um oratorio de madeira com sua obra de talha doirada, que pertencera ao mesmo rei D. João I, de Portugal, e que elle levou na sua recamara, quando foi ao encontro dos castelhanos, na gloriosa jornada d'Aljubarrota. Este modesto oratorio contrasta pela sua singeleza com o riquissimo oratorio de prata e esmalte que o mesmo soberano tomou, apoz a victoria a D. João I de Castella, e logo depois foi offerecer a Nossa Senhora da Oliveira em Guimarães. Não ha muitos annos ainda se conservavam na dita capella algumas d'aquellas reliquias do grande rei, e tambem o oratorio, posto que bastante damnificado. Presentemente não sei se ainda alli existem.

VIII

Sachristia

Entra-se na sachristia por uma porta que se abre na capella de Santa Barbara, que é a ultima das capellas do cruzeiro, do lado do evangelho.

Não obstante ser uma parte importante de tão sumptuoso edificio, não sobresae a sachristia por merecimento algum architectonico. Era porém notavel no tempo dos frades pelas reliquias, vasos sagrados, alfaias e paramentos que n'ella se guardavam, e que tinham sido dadas pelo augusto fundador.

As reliquias santas achavam-se encerradas em uma cruz de oiro, e eram dos apostolos S. Pedro e S. Paulo, de S. Jorge, e de S. Braz, e um pedacinho da esponja, com que deram a beber a Christo o fel e vinagre. Juntava-se n'estas reliquias á estimação religiosa o apreço historico, pois que foram enviadas a el-rei D. João I por Manuel Paleologo, imperador de Constantinopla, achando-se em Paris no anno de 1401, onde viera com o fim de solicitar dos soberanos do occidente da Europa auxilio contra os turcos, que proseguindo de triumpho em triumpho pelo interior do imperio do oriente, ameaçavam não só Constantinopla, capital do imperio, mas tambem a toda a Europa.

Vieram acompanhadas estas reliquias de uma carta do imperador, assignada da sua propria mão, e escripta em uma folha de pergaminho, em grego e latim, com sello de oiro pendente. Guardava-se esta carta no cartorio do convento. Ignoro para onde foi levada depois da extincção das ordens religiosas; e na mesma ignorancia me acho a respeito das santas reliquias.

De prata branca e doirada fizera presente ao convento el-rei D. João I das

seguintes peças: 15 corpos de santos; 28 calices; 14 pares de galhetas; 5 caldeiras com os seus hysopes; 8 turibulos; 6 navetas; 9 cruzes para os altares; 4 cruzes maiores, sendo uma para o altar mór, e 3 para as procissões; 2 castiçaes grandes, e 12 mais pequenos; 6 grandes tocheiros, dois dos quaes pesavam noventa e um marcos; 7 grandes alampadas; 1 lanterna; 5 caixas de ostias; 5 porta-pazes; 2 gomis, ou jarros, com os seus competentes pratos, ou bacias para lavar as mãos; e 2 campainhas. Pesava toda esta prata, segundo diz o chronista de S. Domingos, *mais de mil e dusentos marcos; e valia muito por feitio e por ser grande parte d'ella doirada; e reduzida a pezo ordinario passava de desoito arrobas; magnifico e real emprego em serviço da casa de Deos pera em tempo que não havia India, nem Indias.*

D'esta prata foram vendidos em 1540 oitocentos e onze marcos, precedendo bulla do papa Paulo III, que auctorisou a venda para ser empregado o dinheiro que produzisse em alguns bens para sustentação dos religiosos, visto ter fallecido o fundador sem dotar o convento do modo que tencionara fazel-o. A prata que ficou para o serviço divino, cujo pezo excedia a 300 marcos; e o rico thesouro de alfaias e paramentos bordados a oiro e prata, e dados pelo monarcha fundador; foram d'aqui tirados quando se supprimiram os conventos em 1834.

Junto á sachristia ha uma construcção rectangular, pela qual sóbe uma escada em ellypse, e que serve de base a uma torre contigua ao cruzeiro da egreja. Faz cupula a esta torre uma grande pyramide de pedra lavrada e aberta com muitos lavores e arrendados, a qual se eleva com singular elegancia e magestade muito acima das partes mais altas do edificio. Este gracioso ornamento d'aquella grande fabrica foi ha pouco reconstruido completamente, pois que toda a pyramide se tinha alluido em tempos modernos por effeito de um tremor de terra.

IX

Casa do Capitulo

Da sachristia passa-se para a casa do Capitulo. É esta sala uma das partes mais admiraveis do edificio monumental da Batalha. É quadrangular, tendo cada lado 18^{m},90; e todavia, não obstante estas dimensões cobre a sala uma abobada abatida, de pedra, com tal arte fabricada, que não precisou fortalecel-a o architecto com pilar algum ou columna em que se appoiasse,

No centro da abobada rematam os artesões em um grande florão de mui delicada e excellente esculptura. Da solidez da construcção d'esta sala dão testemunho mais de quatro seculos e meio, máo grado das convulsões do solo, que tantas destruições causaram nos ornatos superiores do edificio.

Conta-se que na edificação d'esta sala duas vezes caíu a abobada ao descimbrar e tirar as cambotas que a sustinham, ficando sepultados nas ruinas alguns operarios. Affiançou o architecto que seria mais bem succedido na terceira tentativa, porém el-rei determinou, apesar d'esta promessa, que fossem tiradas as cambotas por criminosos condemnados a pena ultima. Mas d'esta vez ficou firme a abobada, e triumphante o architecto, que dizem fôra generosamente recompensado por el-rei. Esta é a tradição popular, mas em todo o caso foi sem questão um triumpho verdadeiro da arte. As pessoas entendidas, que entram n'esta sala, vêem na construcção audaciosa da sua abobada a resolução de um problema da architectura.

A casa do capitulo communica com o *claustro real* por um portico, que se abre entre duas grandes janellas. Tanto o portal como as janellas são mui singulares pela sua elegancia e belleza, mostrando ao mesmo tempo aquella pureza d'estylo que se observa em todas as partes do templo.

Uma grande janella, cujas vidraças são ornadas com primorosos quadros coloridos, derrama n'esta casa abundante luz.

Esta sala, bem como a sachristia, pertencem ás obras primitivas, isto é, ás que se executaram em vida d'el-rei D. João I. Todavia, algumas pessoas, enganadas pelas pinturas das vidraças, julgaram dever attribuir esta casa a el-rei D. Manuel. Nas ditas vidraças vêem-se, não ha duvida, as divisas d'este ultimo soberano; e entre ellas figura o seu escudo d'armas bi-partido, tendo de um lado as armas de Portugal, e do outro as de Castella. Usou o monarcha d'este brazão durante a vida de sua primeira mulher, D. Isabel de Castella, e depois de serem declarados e jurados principes herdeiros d'aquella corôa, por morte do principe D. Affonso, unico filho varão dos reis de Castella Isabel e Fernando. Tendo D. Manuel casado com aquella princeza em outubro de 1497, no 2.º anno do seu reinado, e enviuvando em agosto do seguinte anno, no qual deixou de ser principe herdeiro do reino visinho, titulo que passou para seu filho o principe D. Miguel da Paz, que apenas sobreviveu a sua mãe 22 mezes, claro está que as mencionadas vidraças foram alli postas muito antes de se completar o terceiro anno do reinado de D. Manuel.

Era pequeno certamente, o espaço de pouco mais de dois annos para se levar a cabo uma fabrica tão difficil e cuja abobada, se a tradição é verdadeira, foi necessario fazer por tres vezes. A architectura d'esta sala testefica de um modo tão irrecusavel que o seu fundador foi o mesmo que erigiu o templo, que se tornam superfluos e escusados quaesquer outros argumentos.

Mas sempre apresentarei em abono da minha opinião uma prova de muito peso, e vem a ser, que nos florões da abobada, que servem de remate aos artesões, vêem-se os escudos d'armas d'el-rei D. João I. E note-se que o escudo d'armas d'este soberano não se confunde com nenhum dos outros brazões reaes, porque assentam as quinas sobre a cruz floreteada da ordem d'Aviz, de que o mesmo soberano fôra mestre, tendo sobre o elmo e corôa o dragão alado. E além d'isso ainda tem outro distinctivo muito particular, que é estar o dito escudo collocado obliquamente, como el-rei D. João I usava em signal da illegitimidade do seu nascimento.

No meio d'esta sala vêem-se dois tumulos collocados sobre estrados de madeira, com escadas em quadrado. Um que se eleva sobre sete degráos, encerra as cinzas d'el-rei D. Affonso V, e de sua virtuosa mulher, a rainha D. Isabel, filha do sabio e desditoso infante D. Pedro, duque de Coimbra. O outro, que se ergue sobre seis degráos, guarda os restos do mallogrado principe D. Affonso, filho herdeiro d'el-rei D. João II, que morreu de uma queda do cavallo em que andava nos campos de Santarem junto ao Tejo, contando apenas 16 annos de edade.

Foram assim construidos provisoriamente estes dois tumulos, em quanto se lhes não dispunham mausoleos de marmore em logar mais apropriado, como ao diante direi. Porém, como acontece quasi sempre entre nós, ficou permanente o que se fez para estado provisorio.

Existe n'esta casa uma obra de esculptura, que tem dado assumpto para algumas controversias. É uma figura de homem, vestida de roupas talares, com uma touca na cabeça, ao uso do seculo XV, e na mão direita uma esquadria. Acha-se esta pequena figura de corpo inteiro em um angulo da sala, e resultando de uma das misulas, que servem de appoio aos artesões da abobada.

Não se póde duvidar de que representa o architecto, que dirigiu tão soberba obra. No que póde haver questão é sobre o nome do eximio artista. Os que, illudidos pelas pinturas das vidraças d'esta sala, attribuem a sua construcção a el-rei D. Manuel, pretendem que seja aquella figura o retrato de Matheus Fernandes, que foi o architecto sob cuja direcção correram as obras das *capellas imperfeitas* no reinado d'aquelle soberano. Esta opinião porém é absurda não só pelas razões que acima expendi, mas tambem por outras muito ponderosas, que apresentarei quando tratar das *capellas imperfeitas*, e dos principaes artistas empregados na edificação geral do monumento.

A controversia rasoavel sómente poderá recair sobre dois nomes Affonso Domingues, e mestre Houguet, ou Huet. Aquelle foi o primeiro architecto da Batalha; e este o segundo, depois da morte de Affonso Domingues, succedida antes do anno de 1402. Para evitar repetição de um grande apparato de argumentos, reservarei para logar mais appropriado a exposição d'essas razões.

X

Claustro real

Sae-se da casa do Capitulo para o claustro principal do convento, que, por ser obra do fundador do monumento, e por distincção dos outros claustros, se ficou chamando — *Claustro real.*

Fórma um grande quadrado, com 55^{m},46 de comprimento por cada lado. Da parte do sul encosta-se á egreja em toda a extensão da nave. Da parte do norte está contiguo á grande adega, e outras officinas do convento. Pelo lado d'este corre por diante da sachristia e casa do Capitulo; e pelo de oeste prolonga-se com o refeitorio e com o adro do templo.

Toda a belleza e magnificencia d'esta fabrica estão resumidas nas rendas delicadissimas de pedra curiosamente lavrada, que formam as bandeiras, que ornam os angulos curvilinios dos arcos. E aqui se dá o mesmo caso, que se encontra na sala do Capitulo.

O claustro pertence ás obras empreendidas por el-rei D. João I, do que dão testemunho não só o proprio testamento d'esse monarcha, pois que n'elle deixa recommendado ao seu successor o acabamento do mesmo claustro; mas tambem o seu escudo d'armas, que está esculpido no florão da abobada em um dos angulos do dito claustro.

Entretanto as bandeiras dos arcos foram feitas em tempo d'el-rei D. Manuel, como o testificam as divisas d'este soberano, que são a esphera armillar e a cruz da ordem de Christo, que avultam no meio das laçarias e mais variados lavores das ditas bandeiras.

Tambem é obra d'este ultimo soberano o brincado portal que fica na extremidade oriental do lanço do norte d'este claustro, e dá accesso para o interior do convento.

Á vista d'isto deve-se crer com justo fundamento que não obstante os 7 annos que viveu D. João I depois de fazer o seu testamento deixou o claustro por acabar, e que assim se conservava incompleto, isto é, na parte ornamental, quando el-rei D. Manuel subiu ao throno; e nem este monarcha o concluiu, porque ficaram sem o costumado remate das pyramides os gigantes ou botareos, que fortalecem as paredes exteriores das arcadas, e sem a competente renda ou grade de pedra os terrados que cobrem as mesmas arcadas, as quaes rendas se fizeram e collocaram, modernamente no progresso da restauração do monumento. Nem era crivel que em um edificio de tal magnificencia deixasse o architecto uma das suas partes principaes, como em todos os mosteiros são considerados os claustros, tão nu de ornamentos.

que lhes augmentasse o convento. Deferiu o monarcha aos supplicantes, mandando accrescentar ao edificio mais outro claustro, um grande dormitorio, uma casa de noviciado, outra para hospedaria, e mais algumas officinas.

Começaram-se estas obras no anno de 1551, concorrendo el-rei para ellas com uma consignação annual de cem mil réis, quantia que não era pequena para aquelles tempos, em que o alqueire de trigo ainda regulava de 20 a 25 réis.

Para ajuda da mesma obra imploraram e conseguiram os frades do summo pontifice permissão de venderem os foros da capella do infante D. João, que fôra mestre de Santiago, e filho d'el-rei D. João I.

Ganhou muito o convento em capacidade com estes accrescentamentos, pois que, além da casa de noviços, ficou possuindo cellas para sessenta religiosos. Porém o monumento nada lucrou, antes perdeu, porque todas essas obras feitas no reinado de D. João III, mais desengraçadas e mesquinhas do que as do tempo d'el-rei D. Affonso V, desdizem completamente da magestade e primor da fabrica d'el-rei D. João I.

Esta parte do convento foi devastada pelos francezes na invasão de 1810. Das portas e janellas fez lenha para o fogo a soldadesca, e por occasião da retirada deixou o edificio prezo das chammas. Podia o incendio produzir gravissimos prejuizos se se communicasse a todo o convento. Felizmente destruiu apenas a casaria que nenhum merecimento tinha aos olhos da arte. Estas ruinas nunca foram reparadas, antes tem augmentado com a acção do tempo no correr de mais de meio seculo.

XIV

Capellas imperfeitas

Estas capellas chamadas *imperfeitas* por terem ficado incompletas, não só não pertencem ao systema das obras primitivas, mas até prejudicaram o templo, detrás do qual se levantam, mascarando e impedindo a vista externa da capella mór, e roubando ás suas esbeltas janellas o maravilhoso effeito da luz atravez dos quadros coloridos e transparentes, que constituem uma das maiores bellezas d'aquella magnifica egreja.

Foram construidas estas capellas para servir de pantheon real, onde se recolhessem nos mausoleos proprios os corpos dos reis e principes, que jazem na egreja e casa do capitulo em tumulos provisorios e indignos da realeza. A sua fundação deu motivo a variedade de opiniões ácerca da epocha e do

nome do fundador, não obstante haver documento irrecusavel que os declara.

Fr. Luiz de Sousa, dizendo que o assumpto é controverso, parece inclinar-se a que foi a rainha D. Leonor, mulher d'el-rei D. João II, a fundadora d'estas capellas, achando-se já viuva, e reinando el-rei D. Manuel, seu irmão. O elegante chronista da ordem dominicana apresenta como fundamento d'esta opinião acharem-se em deposito, sem sepultura propria, os corpos d'el-rei D. João II e do principe D. Affonso, esposo e filho muito queridos da rainha D. Leonor, e possuir esta soberana a par de avultados rendimentos uma alma magnanima.

O cardeal patriarcha D. Francisco de S. Luiz, na sua excellente *Memoria historica sobre as obras do Real Mosteiro de Santa Maria da Victoria*, publicada pela Academia Real das Sciencias, diz o seguinte: «Succedeu-lhe a D. João II o senhor D. Manuel, e em seu tempo se começaram, e levaram ao ponto em que ainda hoje estão as chamadas *capellas imperfeitas*, que parece haverem sido destinadas na mente d'este feliz monarcha para jazigo seu, dos reis seus predecessores, e dos principes, cujas respeitaveis cinzas estavam como em deposito na egreja e capitulo, sem accommodação propria e conveniente. Mas ainda que geralmente se convem no tempo da construcção d'esta bella e magnifica obra, não ha comtudo opinião bem assentada sobre quem fôsse o seu verdadeiro auctor; porque muitos a querem attribuir á senhora D. Leonor, irmã d'el-rei e viuva do senhor D. João II, e o proprio Fr. Luiz de Sousa parece ter estado indeterminado e perplexo a este respeito e haver por ventura dado occasião á presente incerteza com o que diz no capitulo XIX, não longe do fim. Nós não duvidâmos do grande e religioso animo d'esta augusta senhora, nem tão pouco da saudosa contemplação, que lhe mereceriam os prezadissimos penhores, que tinha sem jazigo proprio, na casa da Batalha: mas não julgamos que esta só razão seja bastante para lhe attribuirmos a fundação d'aquella obra, nem achamos monumento ou testemunho algum que isso nos persuada; achando na mesma obra, e, por assim dizer, em cada uma de suas pedras, muitos e claros indicios que apontam o senhor D. Manuel como seu unico auctor e fundador.»

Todavia, apesar da auctoridade e animo investigador d'estes dois distinctos escriptores, o verdadeiro fundador das *capellas imperfeitas* foi el-rei D. Duarte, isto é, o que as mandou fazer e lhe deu começo, com o intento declarado de servirem de jazigo para si, para sua esposa e para os reis e principes seus descendentes.

Segundo uma noticia antiga, manuscripta, que vi ha bastante tempo, el-rei D. Duarte deixára encommendado em seu testamento que se proseguisse na obra das *capellas imperfeitas* até ao seu acabamento. Entretanto não póde isto servir de testemunho, porque tal documento se perdeu ao que parece nas

que lhes augmentasse o convento. Deferiu o monarcha aos supplicantes, mandando accrescentar ao edificio mais outro claustro, um grande dormitorio, uma casa de noviciado, outra para hospedaria, e mais algumas officinas.

Começaram-se estas obras no anno de 1551, concorrendo el-rei para ellas com uma consignação annual de cem mil réis, quantia que não era pequena para aquelles tempos, em que o alqueire de trigo ainda regulava de 20 a 25 réis.

Para ajuda da mesma obra imploraram e conseguiram os frades do summo pontifice permissão de venderem os foros da capella do infante D. João, que fôra mestre de Santiago, e filho d'el-rei D. João I.

Ganhou muito o convento em capacidade com estes accrescentamentos, pois que, além da casa de noviços, ficou possuindo cellas para sessenta religiosos. Porém o monumento nada lucrou, antes perdeu, porque todas essas obras feitas no reinado de D. João III, mais desengraçadas e mesquinhas do que as do tempo d'el-rei D. Affonso V, desdizem completamente da magestade e primor da fabrica d'el-rei D. João I.

Esta parte do convento foi devastada pelos francezes na invasão de 1810. Das portas e janellas fez lenha para o fogo a soldadesca, e por occasião da retirada deixou o edificio prezo das chammas. Podia o incendio produzir gravissimos prejuizos se se communicasse a todo o convento. Felizmente destruiu apenas a casaria que nenhum merecimento tinha aos olhos da arte. Estas ruinas nunca foram reparadas, antes tem augmentado com a acção do tempo no correr de mais de meio seculo.

XIV

Capellas imperfeitas

Estas capellas chamadas *imperfeitas* por terem ficado incompletas, não só não pertencem ao systema das obras primitivas, mas até prejudicaram o templo, detrás do qual se levantam, mascarando e impedindo a vista externa da capella mór, e roubando ás suas esbeltas janellas o maravilhoso effeito da luz atravez dos quadros coloridos e transparentes, que constituem uma das maiores bellezas d'aquella magnifica egreja.

Foram construidas estas capellas para servir de pantheon real, onde se recolhessem nos mausoleos proprios os corpos dos reis e principes, que jazem na egreja e casa do capitulo em tumulos provisorios e indignos da realeza. A sua fundação deu motivo a variedade de opiniões ácerca da epocha e do

nome do fundador, não obstante haver documento irrecusavel que os declara.

Fr. Luiz de Sousa, dizendo que o assumpto é controverso, parece inclinar-se a que foi a rainha D. Leonor, mulher d'el-rei D. João II, a fundadora d'estas capellas, achando-se já viuva, e reinando el-rei D. Manuel, seu irmão. O elegante chronista da ordem dominicana apresenta como fundamento d'esta opinião acharem-se em deposito, sem sepultura propria, os corpos d'el-rei D. João II e do principe D. Affonso, esposo e filho muito queridos da rainha D. Leonor, e possuir esta soberana a par de avultados rendimentos uma alma magnanima.

O cardeal patriarcha D. Francisco de S. Luiz, na sua excellente *Memoria historica sobre as obras do Real Mosteiro de Santa Maria da Victoria*, publicada pela Academia Real das Sciencias, diz o seguinte: «Succedeu-lhe (a D. João II) o senhor D. Manuel, e em seu tempo se começaram, e levaram ao ponto em que ainda hoje estão as chamadas *capellas imperfeitas*, que parece haverem sido destinadas na mente d'este feliz monarcha para jazigo seu, dos reis seus predecessores, e dos principes, cujas respeitaveis cinzas estavam como em deposito na egreja e capitulo, sem accommodação propria e conveniente. Mas ainda que geralmente se convem no tempo da construcção d'esta bella e magnifica obra, não ha comtudo opinião bem assentada sobre quem fôsse o seu verdadeiro auctor; porque muitos a querem attribuir á senhora D. Leonor, irmã d'el-rei e viuva do senhor D. João II, e o proprio Fr. Luiz de Sousa parece ter estado indeterminado e perplexo a este respeito e haver por ventura dado occasião á presente incerteza com o que diz no capitulo XIX, não longe do fim. Nós não duvidâmos do grande e religioso animo d'esta augusta senhora, nem tão pouco da saudosa contemplação, que lhe mereceriam os prezadissimos penhores, que tinha sem jazigo proprio, na casa da Batalha: mas não julgamos que esta só razão seja bastante para lhe attribuirmos a fundação d'aquella obra, nem achamos monumento ou testemunho algum que isso nos persuada; achando na mesma obra, e, por assim dizer, em cada uma de suas pedras, muitos e claros indicios que apontam o senhor D. Manuel como seu unico auctor e fundador.»

Todavia, apesar da auctoridade e animo investigador d'estes dois distinctos escriptores, o verdadeiro fundador das *capellas imperfeitas* foi el-rei D. Duarte, isto é, o que as mandou fazer e lhe deu começo, com o intento declarado de servirem de jazigo para si, para sua esposa e para os reis e principes seus descendentes.

Segundo uma noticia antiga, manuscripta, que vi ha bastante tempo, el-rei D. Duarte deixára encommendado em seu testamento que se proseguisse na obra das *capellas imperfeitas* até ao seu acabamento. Entretanto não póde isto servir de testemunho, porque tal documento se perdeu ao que parece nas

ruinas que o terremoto de 7 de janeiro de 1531, causou á torre do castello de S. Jorge, que encerrava o archivo real, e que por este motivo se denominava *torre do Tombo*, nome que ficou ao archivo depois que destruida quasi de todo a mesma torre pelo terremoto de 1755, se mudou para outro edificio.

Supponhamos que o dito testamento se perderia por occasião d'esta catastrophe, juntamante com muitos outros documentos importantes que então desappareceram, porque o auctor da *Historia Genealogica da Casa Real Portugueza* diz que debalde o procurára no referido archivo. E bem sabida é a solicitude com que elle investigou e colligiu os outros testamentos reaes e mais documentos com que enriqueceu aquella historia.

Felizmente, porém, não nos faz falta o testamento d'el-rei D. Duarte para comprovar a minha asserção. Em favor d'ella vou apresentar um testemunho não menos auctorisado, porque é tambem de um rei, e neto d'aquelle a quem chamo *fundador*.

No tomo 2.° das *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*, vem o testamento d'el-rei D. Manuel, e n'elle se acha um periodo, a pag. 333, que diz assim: «Item rogo muito e encomendo que se mandem acabar as capellas da Batalha, naquella maneira que milhor parecer, que seja conforme a outra obra, assy lhe dem entrada para a Igreja do Mosteiro da milhor maneira que parecer, e mandem mudar para ellas, sendo primeiro de todo acabadas, e assy seus Altares, e todas as outras cousas necessarias, *El-Rey D. Duarte que foi o primeiro principiador dellas*, e assy El-rey D. Affonso v, meu thio, e El-Rey D. João, que Deus aja, e o principe D. Affonso meu sobrinho.»

Eis aqui, pois, declarado e resolvido, de modo authentico, um ponto tão controverso da historia do edificio monumental da Batalha. O que me faz motivo de reparo é que, sendo o douto patriarcha D. Francisco de S. Luiz tão sabedor d'historia patria, e que tendo procedido a tantas diligencias e investigações para elaborar a sua excellente *Memoria historica*, acima citada, não conhecesse, ou não se lembrasse de consultar o testamento d'el-rei D. Manuel, que tanta luz derrama não só n'esta questão, mas tambem em muitos outros assumptos da nossa historia.

D'aquella disposição testamentaria tiram-se nuturalmente varios corollarios importantes para a materia de que trato.

Em primeiro logar fica demonstrado que não pararam as obras das capellas imperfeitas, como julga o patriarcha D. Francisco de S. Luiz, por ter escolhido el-rei D. Manuel para seu jazigo o mosteiro de Belem, pois que as ditas obras não só continuavam no anno de 1517, em que foi feito o testamento, mas tanto a peito as tinha tomado este monarcha que, não obstante declarar logo no principio do mesmo testamento, que queria ser sepultado no

Capellas imperfeitas da Batalha, vistas exteriormente

mosteiro de Nossa Senhora de Belem, dentro na capella mór,[1] recommenda ao seu successor que as acabe, e mude para ellas os feretros reaes, que estavam em deposito.

Em segundo logar fica, senão provado, presumivel com muito bom fundamento, que progrediram aquellas obras até ao fim do reinado de D. Manuel, pois não é crivel que as deixasse parar quem quatro annos antes de morrer, mostrava tanto empenho na sua conclusão.

Deve-se portanto ter por averiguado, não só que foi no tempo de D. João III que as obras pararam, mas tambem que não succedeu isso logo no principio do seu reinado, antes continuaram os trabalhos ainda por alguns annos, o que se mostra muito clara e positivamente nas ultimas guarnições de esculptura, que se collocaram nas ditas capellas, e que são ornamentos pertencentes exclusivamente á architectura chamada do renascimento, d'aquelles que nunca figuraram n'essa architectuea de transição que denominamos gothico-florido ou Manuelino, como demonstrarei quando descrever e fizer vêr em gravura o interior das mesmas capellas.

As capellas imperfeitas estão situadas por detraz da capella mór do templo, e das quatro capellas do cruzeiro, como se póde ver na planta geral do edificio da Batalha a pag. 14.

Constituem estas capellas um grande edificio de fórma octogona, independente da egreja, porém ligado á capella mór d'esta e ás duas capellas immediatas por um pateo rectangular, cujas paredes lateraes são como o prolongamento das paredes tambem lateraes do corpo da egreja.

Compõe-se aquelle edificio exteriormente de dois corpos principaes: o primeiro é formado pelo portico da entrada e por sete capellas, cada uma de tres faces, e cada face rasgada em dois terços da sua altura em uma formosa janella ou grande fresta de arcos ponteagudos. Separam as janellas, travados com os quatro angulos de cada uma d'estas capellas, gigantes ou botareos, que acompanham as paredes até á abobada, que cobre a mesma capella, faltando-lhes as pyramides, que os deveriam coroar, assim como falta a grade ou renda de pedra, que os havia de unir, guarnecendo a dita abobada. O espaço que fica entre as sete capellas é aproveitado, sendo tambem abobadados e fechado com uma parede, que sobe a pouco mais de meia altura das paredes lateraes, tendo no centro uma fresta ou janella. Assim fica este primeiro corpo independente do superior pela parte externa, e resaltando d'elle

[1] Diz o testamento: Item minha vontade he de minha sepultura ser no Mosteiro de N. Sr.ª de Belem, dentro na capella mór, diante do Altar mór, abaixo dos degraus, e que se me não faça outra sepultura, senão hua campa cham, de maneira que possa andar por cima della, e assy mando que se me faça.

Não lhe satisfez porém seu filho a ultima parte d'esta vontade. Em vez de sepultura humilde erigiu-lhe um mausoleu.

Portal das capellas imperfeitas

para fóra. O segundo corpo é formado por oito grandes macissos de pedra, e por outras tantas janellas nos intervallos d'estes. Aquelles macissos são compostos de muitas columnas delgadas, enfaxadas de espaço a espaço com umas faxas lavradas, a modo de anneis. Estes feixes de columnas, cujas bases assentam nos intervallos das capellas do corpo inferior, acostam-se aos angulos e deviam servir de gigantes ao edificio central, destinado a cobrir o espaço octogonal, ou grande capella em torno da qual estão as sete capellas do corpo inferior, e o portal, que completa as faces do octogono.

A suspensão das obras deixou por acabar esta parte do edificio do modo que se vê na gravura a pag. 51, copiada de uma photographia.

A capella de Santa Barbara, que é a ultima do cruzeiro da egreja, do lado do evangelho, communica-se com o convento por um corredor, no qual, exactamente por de traz da dita capella, está uma pequena porta que deita para um vão, onde se acha outra pouco maior com a cruz da ordem de Christo e duas espheras armillares esculpidas na parte superior d'ella; e ornada com uma tarja e cifra em relevo, em que avulta a letra E, primeira do nome *Emmanuel*. Dá passagem esta porta para o pateo rectangular, que sepára a capella mór da egreja das capellas imperfeitas e que era destinado a servir de vestibulo a estas ultimas.

Este pateo está descoberto; mostra porém por um pedaço de abobada que n'elle se vê, que esta o devia cobrir todo. Aquella abobada, inteiramente differente de todas que existem no monumento de D. João I, é achatada, e dividida por numerosos artesões, com muitos florões de variados lavores. Esta obra denuncia por sua propria estructura que foi feita na mesma epocha em que se construia a da egreja de Nossa Senhora de Belem.

É pois n'este pateo que fica a entrada das capellas imperfeitas. O magestoso portal que lhe dá ingresso logo previne o visitante da magnificencia e belleza da ornamentação interior; e ao mesmo tempo lhe está indicando, que tem diante dos olhos um monumento de differente estylo architectonico d'aquella que vem de contemplar. Aquella nobre simplicidade, ou sabia parcimonia de ornatos gentis, que destinguem a fabrica de D. João I, é substituida na obra que vamos observar pela profusão das decorações, por esse luxo ornamental, que faz uma das principaes feições do estylo gothico-florido, representante da epocha d'el-rei D. Manuel.

Servir-me-hei para a descripção d'este portal das frases com que o desenhou o chronista da ordem dominicana. Depois de fallar da primeira porta, que tem por cima as espheras e a cruz da ordem de Christo, diz assim: «Esta porta dá serventia para um pateo descoberto, que fica por detraz da capella mór da egreja, e ao justo defronte d'ella mostra uma formosa portada, que se fórma de uns cordões, que, começando de baixo, sobem ao alto; e em volta, sem fazer signal de capitel, nem outro genero de divisão em ne-

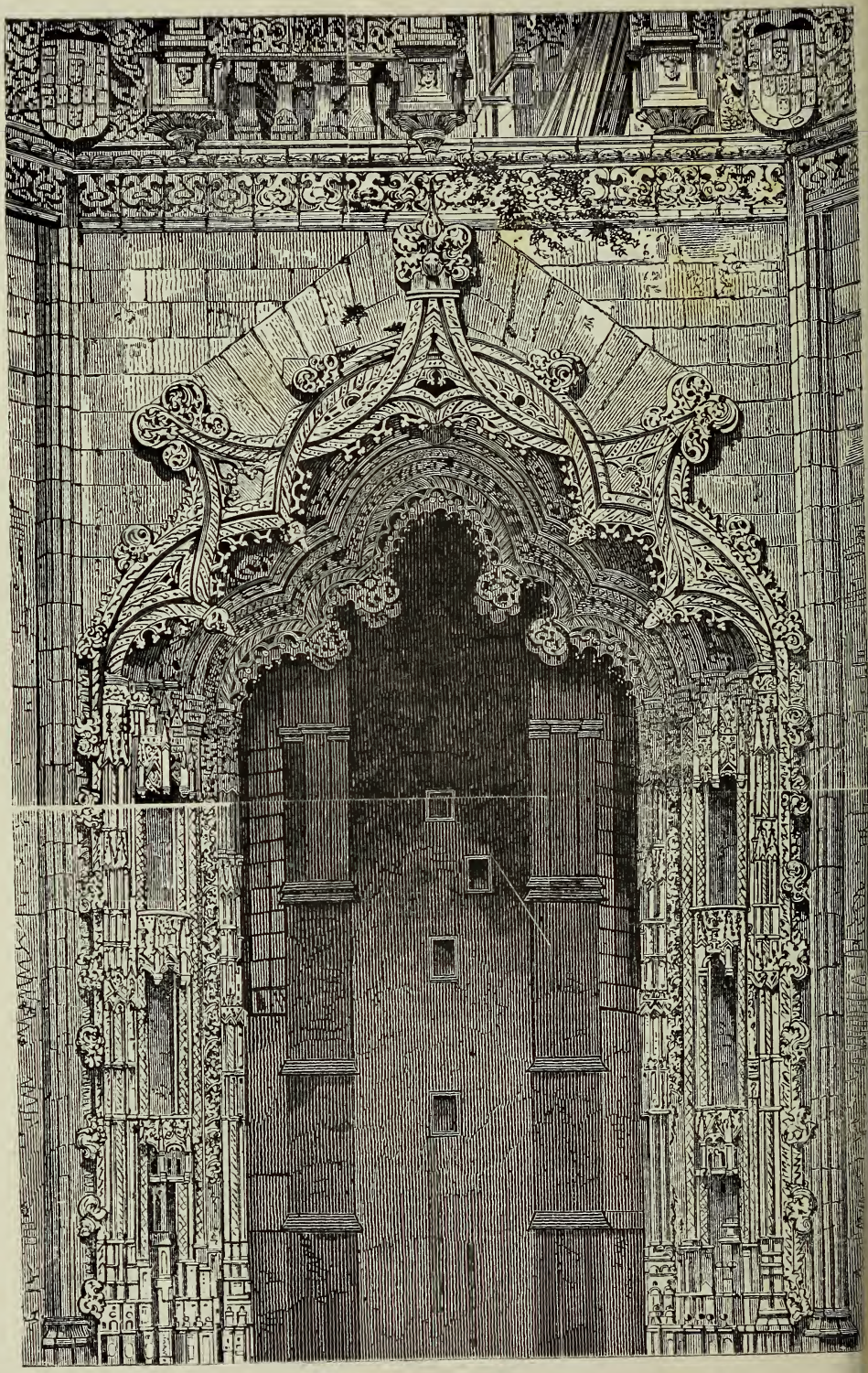
nhuma parte, tornam a descer pela outra até o chão: e começando a fazer com o primeiro, que fica mais fóra de todos, uma grande abertura de portal, os que se lhe juntam, que são seis, vão recolhendo e apertando a entrada com tal diminuição, que vem a ficar em uma moderada porta. São os cordões todos sete, desiguaes em grossura, como tambem são differentes em feitio; mas todos entalhados de variedade e subtileza de lavores tão perfeitos, e com tanto primor e mimo obrados, como se fóra na mais facil e obediente madeira, de quantas servem para esculptura. Assim fazem a obra admiravel de custosa, considerado o tempo que levaria de lavrar e polir cada pedra, e as muitas que se perderiam, estalando com a força do ferro e subtileza do lavor. Em quatro cordões d'estes é parte do feitio uma letra interposta a espaços, a qual escripta com os mesmos caracteres que tem esculpida, é a seguinte: *Tanyas erey*... communicada a letra com pessoas de grande juizo assentámos ser grega. Porque *Tanyas* é accusativo do nome grego *Tanya*, que é o mesmo que região: e *erey* é o imperativo do verbo *Eréo*, cuja significação é buscar, inquirir, investigar. E fica-se dizendo em nome do Senhor do templo a el-rei D. Manuel, que o edificava... buscae, inqueri novas regiões e climas; como animando-o a não desistir de seus valorosos pensamentos. E quadra bem a significação com a empreza, que então actualmente occupava este principe, do descobrimento da India; e tambem com a divisa de sua mysteriosa esphera, que aceitada por elle a outro fim, foi prognostico de se lhe haver de sugeitar grande parte do mundo.»

Transpondo este lindo e gracioso portal, que a gravura junta representa, entra-se no grande espaço octogonal, cercado pelas sete capellas, das quaes a mesma gravura mostra tres.

Este espaço octogonal, que a suspensão dos trabalhos deixou como uma grande praça descoberta, cercada das sete capellas mencionadas, e do portico da entrada, com o qual se completa o octogono, devia constituir a grande capella destinada ao jazigo do seu fundador.

São todas as sete capellas eguaes na fórma, nas proporções, e na ornamentação geral, variando apenas em certos emblemas e divisas. Posto que exteriormente apresentem tres faces, no interior tem a fórma de um semicirculo. Os arcos que lhes dão ingresso são ponteagudos. Sustentam-os delgadas columnas com seus capiteis de lavores variados. E guarnecem-lhes o angulo curvilineo recortes como de uma renda. A abobada é de pedra, e toda artesoada, com seus florões

A capella, que d'entre as sete fica fronteira ao portico da entrada, era destinada para receber as cinzas d'el-rei D. Manuel, conforme o indicam os emblemas, que n'ella se vêem esculpidos. São estes a esphera e a cruz da ordem de Christo, e a letra grega *Tanyas erey*, de que já fallei, a qual se acha gravada nos remates dos angulos da mesma capella.



Portal das capellas imperfeitas, do lado interior

Tambem nos florões da abobada das sete capellas, e nos arcos d'estas pela parte de fóra, estão esculpidas ora a cruz da ordem de Christo, ora as espheras em uns logares sem letra alguma, e n'outros a cruz com a letra *In hoc signo vinces;* e a esphera com as palavras *Espera in Domino.*

Outra capella tem um pelicano esculpido na pedra, sabida divisa d'el-rei D. João II, do que se collige que alli deveria ser collocado o mausoleu d'este grande rei. Assim tambem a que devia encerrar o corpo d'el-rei D. Affonso V destingue-se pelo *rodisio,* emblema de que usou este soberano, algumas vezes acompanhado da letra *É rodisio,* com a qual queria expressar quanto folgava de que o advertissem dos seus erros, pois que a dita letra sôa do mesmo modo que as palavras: *Erro dise-o.*

Não obstante serem os arcos das sete capellas decorados com diversidade de esculpturas delicadas, sobreleva a todos na riqueza dà ornamentação, e na perfeição dos lavores o portico da entrada, do lado interno. É um arco polycurvo de phantasiosa invenção, e todo coberto de rendas e relevos tão brincados e subtis, que os não faria mais perfeitos e mimosos na madeira o melhor entalhador.

A gravura d'este magnifico portico, copiada com a mais escrupulosa exactidão de uma excellente photographia, dá uma idéa mais cabal d'esta obra d'arte do que o poderia fazer a mais minuciosa descripção.

Sobre este portico e as sete capellas corre em volta da parede um friso todo lavrado de relevos, no gosto da architectura do renascimento. Por cima do friso, e em correspondencia das capellas e do portico, abrem-se oito janellas; e entre estas, nos angulos, resaltam da parede os escudos das armas reaes, e a cruz da ordem de Christo guarnecidos pela parte superior e pelos lados de uma cercadura de folhagens em relevo. A janella sobre o portico é defferente das outras. Além de ser mais larga, tem a fórma de uma tribuna, com balaustrada e mais decorações proprias do estylo do renascimento.

Pararam as obras deixando as paredes em toda, ou em quasi toda a altura das janellas.

Pois que os leitores já podem ajuizar da structura das capellas imperfeitas por esta breve descripção, e ainda mais pelas gravuras que vão juntas, passarei agora a expender algumas considerações ácerca d'esta fabrica por tantos respeitos singular.

As capellas imperfeitas são uma verdadeira excrescencia do edificio monumental da Batalha, não só por não ter entrado no plano primitivo do monumento, e pelo muito que prejudica o templo externo e internamente como ponderei em outro logar, mas tambem porque destróe aquelle pensamento de unidade que presidiu á traça do edificio, e que constitue um dos titulos que mais o recommendam ao exame e apreço dos artistas intelligentes.

Se esta fabrica fôsse construida segundo o mesmo estylo d'architectura,

que vemos no templo e na capella do fundador, ainda assim dava occasião a justa censura a escolha do local pelas razões expostas. Porém accresce a isto, o que não é menos lamentavel, a differença e até confusão dos estylos architectonicos. Examinarei rapidamente quaes são esses differentes estylos, e o modo porque se operou similhante amalgama.

Sendo el-rei D. Duarte o fundador das capellas imperfeitas, como demonstrei, devemos suppor com boa razão, que o architecto chamado para fazer a traça a deliniára no mesmo gosto d'architectura do monumento visinho. Adduzirei em abono d'esta opinião dois argumentos: 1.º que em todo o reinado do mestre d'Aviz não apresentou a architectura entre nós variação alguma. N'esse longo periodo apenas se aperfeiçoou o estylo gothico, então usado, attingindo a sua maior pureza e elegancia; e n'este estado se conservou durante o curto reinado de D. Duarte. O segundo argumento, que fortalece o antecedente, é que as primeiras obras das capellas imperfeitas estão construidas conforme o estylo gothico puro.

Observe-se as sete capellas exteriormente, e ver-se-ha nas suas janellas a mesma elegancia de fórmas e nobre simplicidade que destinguem o monumento de D. João I. Tanto aqui, como interiormente nos arcos das ditas capellas até aos capiteis das columnas, não se descobre um unico lavor, que altere a magestosa singeleza d'aquellas esbeltas columnas. Não se vê alli, nem nas paredes externas, nem nos gigantes que as robustecem, enfeite algum d'essa ornamentação caprichosa, que é uma das feições caracteristicas da architectura gothico-florida, que acompanhou todo o reinado d'el-rei D. Manuel.

Creio, por conseguinte, que esta parte do edificio pertence ás obras começadas por el-rei D. Duarte, e continuadas por seu filho, el-rei D. Affonso V. É verdade que sob o governo d'este ultimo soberano começou a introduzir-se no paiz aquelle estylo florido, já muito antes seguido no meio dia da Europa, o qual, sendo uma degeneração da architectura gothica, era o ponto de transição para a do renascimento. Todavia, quem n'essa epocha dirigiu a continuação d'aquella obra teve o juizo e bom gosto de lhe não fazer alteração alguma no estylo architectonico. E note-se que se se considerar em que os cinco annos do reinado de D. Duarte era um espaço de tempo bem curto para se poder dar grande desenvolvimento aos trabalhos de uma fabrica tão grandiosa, ainda quando se queira conceder que elles tiveram principio logo que este monarcha subiu ao throno, dever-se-ha attribuir a el-rei D. Affonso V uma grande parte do edificio a que chamo *primeiras obras*, por mostrarem as mesmas feições que predominam no templo contiguo.

El-rei D. João II teve o seu reinado tão agitado de discordias e tão cortado de desgostos, e escaceou-lhe tanto o tempo para as reformas e emprezas uteis que empreendeu e projectou, que mal lhe chegou para cuidar de edificações; e tanto foi assim, que algumas que desejava levar a effeito, apenas

se limitou a deixal-as recommendadas ao seu successor; como aconteceu com a torre de Belem, com a egreja de Santo Antonio em Lisboa, e com mais outras obras.

Em vista d'estas razões, talvez nada fizesse, ou pouco adiantasse a construcção das capellas imperfeitas. Porém, se alguns trabalhos alli se executaram por sua ordem, estão certamente comprehendidos na mesma parte do edificio que attribuo a seu pae e avô, os reis D. Duarte e D. Affonso v. Persuadiu-me a isso vêr nas abobadas das sete capellas, nos angulos curvilineos dos seus arcos, nos dois porticos, ou, direi melhor, nas duas faces, exterior e interior, do portico da entrada das ditas capellas, e nos portaes que dão ingresso para o pateo, que as precede, e lhe devia servir de vestibulo, os emblemas, motes e divisas d'el-rei D. Manuel, e todos os signaes que caracterisam a architectura gothico-florida. Toda esta obra tem pois o cunho do fundador do mosteiro de Belem.

Nos portaes que dão para aquelle pateo vêem-se duas inscripções, uma em letra allemã, e outra em letra romana, dizendo ambas: *Perfectum fuit anno Domini* 1509. Em vulgar: Acabou-se esta obra no anno do Senhor de 1509. Apenas servem estas inscripções de declarar o anno em que se concluiram os mencionados portaes, por quanto as construcções d'el-rei D. Manuel fallam por si da epocha da fundação, e do nome do fundador.

O grande portico da entrada, das capellas, com as suas duas faces de desenho e lavores inteiramente differentes, é tudo obra do mesmo soberano, ou porque os seus antecessores não tivessem começado esta parte do edificio, ou porque o architecto, desdenhando a singeleza de outras éras, e querendo ostentar alli a fecundidade da sua imaginação e o luxo da architectura então dominante, demolisse o que estava feito, para edificar de novo.

Já disse que continuaram os trabalhos depois da morte d'el-rei D. Manuel. Para comprovar esta asserção não é preciso recorrer ao testamento d'este monarcha. Basta vêr o friso que corre sobre as capellas, e tudo mais que se levanta d'ahi para cima para se reconhecer, que esta parte do edificio foi construido em tempo d'el-rei D. João III, pois que não ha alli um unico ornamento que não pertença exclusivamente á architectura do renascimento, que se introduziu em Portugal no começo do reinado d'este soberano.

Foi recebido este novo estylo architectonico com tamanho enthusiasmo: obteve tão geraes applausos como restauração gloriosa das artes, que o estylo gothico, sem excepção do *florido*, que era a transição para o do renascimento, em razão de certos ornatos que acceitára d'este, foi proscripto e anathematisado. Os monumentos que se achavam em construcção foram por conseguinte acabados segundo as regras do novo estilo. Assim enxertaram no templo gothico de Belem uma capella mór com pretenções a arremedar a architectura classica, ou da antiga Grecia. E nas *capellas imperfeitas da Ba-*

talha lá foram, não só dar um novo e differente remate ao monumento gothico, mas até destruir, com menoscabo da arte, o pensamento concebido pelo primeiro architecto do edificio para lhe formar a abobada. Como se póde vêr na gravura a pag. 56 o friso acima referido cortou os feixes de delgadas columnas, que, acostados aos oito angulos, deviam ir servir de base aos artesões da abobada.

D'est'arte tambem collocaram sobre o portico manuelino de mil variados relevos uma tribuna com a sua balaustrada, perfeito exemplar do estylo do renascimento. E n'este mesmo genero de architectura construiram as janellas sobre as sete capellas ogivaes.[1]

Vêem-se pois nas capellas imperfeitas tres diversos estylos architectonicos, representantes de tres differentes epochas da nossa historia: o *gothico puro*, que é como o padrão das emprezas cavalleirosas d'el-rei D. João I e de seus illustres filhos; e dos primeiros descobrimentos dos portuguezes; o *gothico florido*, onde o cinzel esculpiu os fastos gloriosos de Portugal, triumphante, poderoso e temido na Africa, na Asia e na America; e finalmente o do *renascimento*, que, em opposição ao seu titulo, marca o principio da nossa decadencia no poder, na riqueza, e nas proprias artes.

A julgar pela obra, que nas capellas imperfeitas deve ser attribuida a el-rei D. João III, ha todo o fundamento para dizer que os trabalhos se prolongaram alli durante uma boa parte do reinado d'esse soberano. Não sei a epocha precisa em que pararam, nem tenho indicio algum para a conjecturar. Apenas posso suppôr que, ordenando a suspensão dos trabalhos, aquelle monarcha desistiu de levar a obra por diante, pois que mandou fazer os mausoleus que estão na capella môr do templo, e trasladou para elles os corpos da rainha D. Leonor d'Aragão, e d'el-rei D. Duarte, seu esposo, que el-rei D. Manuel recommendára em seu testamento que fôsse trasladado para as capellas imperfeitas.

Desde que el-rei D. João III levantou mão das *capellas imperfeitas* ficaram estas em completo abandono. Nem cobriram, sequer, para resguardo das chuvas, as abobadas das sete capellas, e os topos dos massiços que as separam, e que eram destinados a servir de sustentaculo, ou de gigantes á cupula que devia cobrir o grande espaço octogonal, em torno do qual se abrem as mesmas capellas. Nem o portico, com ser obra tão mimosa, e de tanto enlevo, mereceu em tempo algum dos poderes publicos, que olhassem pela sua conservação, abrigando-o de qualquer modo contra as inclemencias das estações.

---

[1] Ainda no seculo passado o architecto encarregado de reparar os estragos causados no templo de Belem pelo terremoto de 1755, commetteu aquelle absurdo, e deu egual prova de mau gosto, guarnecendo o côro com um largo friso lavrado e balaustrada, em substituição da antiga renda de miudos lavores.

D'este desprezo resultaram bastantes estragos n'esta grandiosa fabrica. Aquellas abobadas e massiços foram-se toldando de uma vegetação tão vigorosa, que, resistindo ás seccuras do estio, parecia enraizar-se em terreno fertil. As raizes das plantas e a infiltração das aguas desconjunctaram muitas pedras, e tal damno causaram, principalmente na parte construida da abobada do pateo, que precede as capellas, que uma boa porção d'ella veiu a baixo. Mas o que ainda é mais para sentir, pela importancia do prejuizo, e pela sua significação moral, são as devastações feitas n'aquelle magnifico portico pelas mãos do homem. Houve verdadeiros vandalos, que se atreveram a quebrar com martelo varios pedaços d'aquellas delicadissimas rendas, e d'aquelles brincados remates e a arrancar dos nichos, ou peanhas algumas estatuas que decoravam o portico!

Não tem sido só portuguezes os cumplices n'este acto de barbaridade. Tambem mãos estrangeiras se tem manchado n'esta obra de destruição, guiadas pela cubiça de levarem comsigo, como objectos artisticos e despojos de um monumento historico, esses fragmentos tão indigna e sacrilegamente roubados. O mal data já de muitos annos. Presenciaram-o, e até algumas vezes foram conniventes n'essas praticas criminosas os proprios frades, que chegaram a arrancar das vidraças do templo cabeças de santos, para presentearem alguns viajantes illustres, que visitaram o seu mosteiro. Em nosso tempo desappareceram do referido portico as estatuas de S. João Baptista e de S. Domingos.

Quando se começou a cuidar systematicamente da conservação e restauração do edificio monumental da Batalha, em 1840, foram estirpadas todas as plantas, que vegetavam sobre os topos dos massiços e sobre as abobadas das sete capellas. O illustre engenheiro, Luiz da Silva Mousinho d'Albuquerque, triste victima das nossas luctas civis, cuja morte foi uma perda tão grande não só para as letras e sciencias, que tanto lhe deveram, mas tambem para todos os commettimentos civilisadores d'este paiz, este nosso benemerito compatriota, pois, que então dirigia os trabalhos da conservação e restauração do monumento, projectava, quando estivessem concluidas, ou muito adiantadas as obras mais urgentes no edificio principal, voltar a sua attenção e disvelos para as *capellas imperfeitas*. Não entrava no seu plano proseguir no acabamento da obra, mas sim fazer alli os trabalhos necessarios para a preservar da ruina com que a ameaçava a successão dos tempos. Tinha portanto resolvido resguardar as ditas abobadas e topos dos massiços com alguma especie de cobertura, que as defendesse das chuvas, e lançasse as aguas fóra do edificio; abrigar do mesmo modo os dois porticos, exterior e interior, e as paredes lateraes, impedindo que as correntes d'agua pluvial, escoando-se pela parede, viessem gastar as preciosas esculpturas d'aquelles porticos; lagear ou cobrir de asphalto o grande espaço octogonal para evi-

tar a vegetação, tornando-o de facil accesso; e em fim apear os restos da abobada do pateo, que precede as ditas capellas, deixando assim mais desaffrontada, e com mais luz a capella-mór da egreja.

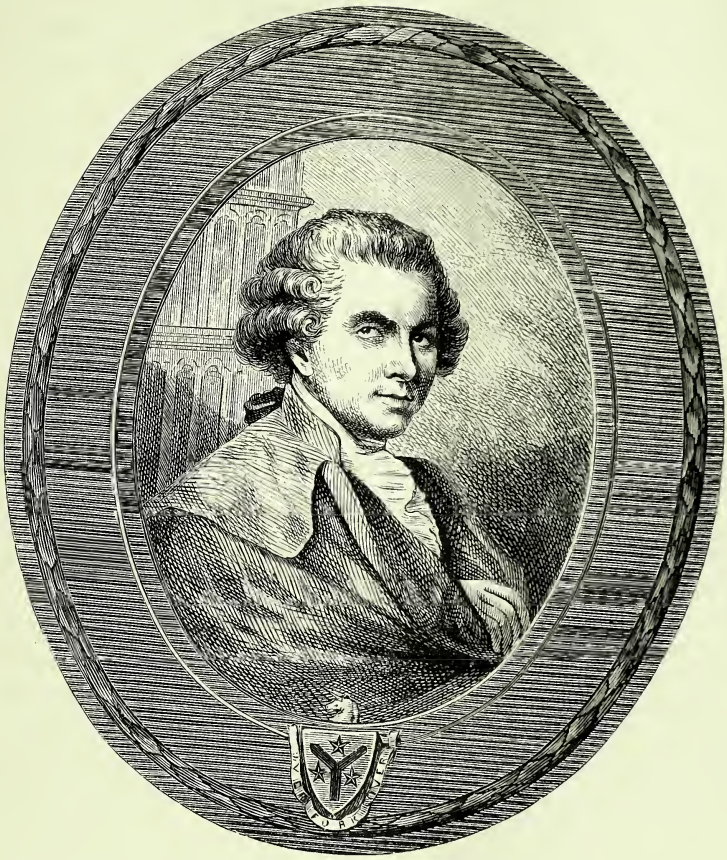
Não teve tempo, infelizmente, para pôr em pratica o seu plano. Alguns annos antes da sua morte, os acontecimentos politicos affastaram-n'o da superintendencia e direcção das obras da Batalha. Estas continuaram sempre até hoje sem interrupção, de maneira que a restauração da egreja acha-se concluida, bem como a do claustro real; faltando apenas a da capella do Fundador.

Julgo que ainda não se fizeram nas *capellas imperfeitas* os resguardos projectados por Mousinho d'Albuquerque. Não procederão a esses reparos, provavelmente, sem que esteja restituido ao seu estado e belleza primitivos o monumento de D. João I. É de esperar, porém, que a intelligente direcção, que tem presidido aos trabalhos d'aquella restauração, não deixará de empregar os meios convenientes para preservar da ruina o edificio das *capellas imperfeitas*. Conserve-se, pelo menos, o que existe, porque, além dos primores de esculptura, que encerra, e que mostra o aperfeiçoamento que attingiu entre nós este ramo da arte no primeiro quartel do seculo XVI, aquella construcção é como um capitulo da historia da architectura portugueza, onde os estudiosos podem ler os passos que ella deu desde o glorioso reinado de D. João I até ao de seu terceiro neto el-rei D. João III; periodo importantissimo para o estudo d'aquella historia, porque abrange os progressos que levaram a architectura nacional ao seu maior grau de perfeição e explendor, e o principio da sua decadencia.

Jacob Murphy que, como disse em outro logar, examinou e estudou com verdadeiro amor da arte todo o edificio monumental da Batalha, procurou descobrir pelo exame da parte construida das *capellas imperfeitas*, o complemento d'essa obra conforme o concebera o architecto, que a delineára. N'esse intuito, e em resultado dos seus estudos, traçou um risco do exterior das *capellas imperfeitas*, como elle conjecturava que deveriam ser depois de concluidas. Esse risco constitue uma das bellas gravuras que adornam o seu magnifico livro sobre o monumento da Batalha, de que já fallei. D'essa gravura é copia, em ponto muito reduzido, a que se vê a pag. 66.

O distincto architecto inglez, guiando-se pela architectura exterior das sete capellas, e pelos massiços, ou grossos pilares compostos de delgadas columnas, que separam pelo lado externo as mesmas capellas, fez o seu desenho conjectural muito aproximado, provavelmente, ao que foi traçado pelo primeiro architecto das capellas imperfeitas.

As rendas e pyramides com que guarneceu os terrados sobre as sete capellas; os curucheus pyramidaes, todos lavrados e vasados, com que rematou os massiços ou grossos pilares; os angulos curvilineos que deu aos arcos das



Jacob Cavanah Murphy

oito grandes janellas do octogono; as bandeiras rendilhadas, e sustidas por delicadas pilastras, com que as ornou; os lavores que deliniou na parte superior das paredes, em torno da cupula; e a fórma d'esta, como uma vasta pyramide octogonal, dão ao todo do edificio um caracter de unidade, similhante ao que distingue o monumento de D. João I. Toda essa obra projectada por Murphy está lançada nos moldes do estylo gothico-puro. Observando-se com attenção este projecto de acabamento, reconhecer-se-ha, que condiz perfeitamente com a architectura exterior das sete capellas. E o edificio assim concluido apenas desharmonisaria da architectura do visinho monumento em ter por gigantes aquelles grossos pilares compostos de muitas columnas delgadas, e ser interrompido o seguimento uniforme dos fustes das mesmas columnas com anneis ou faxas, que lhe roubam a singeleza e lhe diminuem a elegancia.

O estylo gothico puro admittia esse systema de pilares, parecendo feixes de columnas, porém só os vemos empregados no interior dos templos. Externamente não me recordo de outro algum exemplo, pelo que julgo, que se poderá reputar por uma liberdade que tomou o primeiro architecto das *capellas imperfeitas*. Esta liberdade já significa um desvio da pureza do estylo gothico; e este desvio ainda se acha mais bem caracterisado nas faxas acima referidas, pois que estas eram proscriptas pela architectura gothica pura. Mas se se attender a que a primeira faxa corresponde em altura ás abobadas das sete capellas, poderá suppôr-se com bom fundamento que não foi o primeiro architecto d'este edificio o que incorreu em tal desvio, mas sim o que dirigiu as obras, com mui notavel alteração de estylo primitivo, no reinado d'el-rei D. Manuel.

Considerado, porém, no interior, difficilmente poderia o projecto de Murphy apresentar a mesma harmonia que mostra no exterior. Não quero alludir sómente aos differentes estylos que ahi reinam, e que bastam de per si para constituirem uma verdadeira anarchia artistica. Referi-me especialmente ás mudanças que n'esse interior operou o estylo do renascimento. Com taes mudanças é que o projecto de Murphy discordaria completamente, se as não substituisse.

Não quadra a cupula pyramidal, nem a fórma ogival e ornatos gothicos das janellas do octogono com o estylo do renascimento, que se observa nas ultimas obras alli feitas. Tambem não condiz com estas a abobada artezoada propria d'aquelle genero de cupulas; e além d'isso faltava-lhe um dos seus naturaes sustentaculos, os feixes de columnas que nos oito angulos deviam servir de appoio aos artesões da mesma abobada, columnas que vemos cortadas e terminadas pelo friso a que acima me refiro. Seria pois necessario, para estabelecer alguma harmonia, demolir tudo o que alli se construiu no reinado d'el-rei D. João III, sob um estylo que forçosamente determinava um remate muito differente d'esta obra.

Todavia, posto que não se trate, nem se pense no acabamento das *capellas imperfeitas*, foi muito louvavel o empenho com que o architecto Murphy procurou adivinhar o pensamento que presidiu ao risco primitivo, traçando um projecto de conclusão d'aquelle edificio, que, ao mesmo tempo que acredita os seus conhecimentos artisticos, nos habilita a formar uma idéa, sem dúvida muito aproximada, da fórma exterior d'este singular monumento depois de concluido.

XV

Principaes artistas empregados na construcção do mosteiro

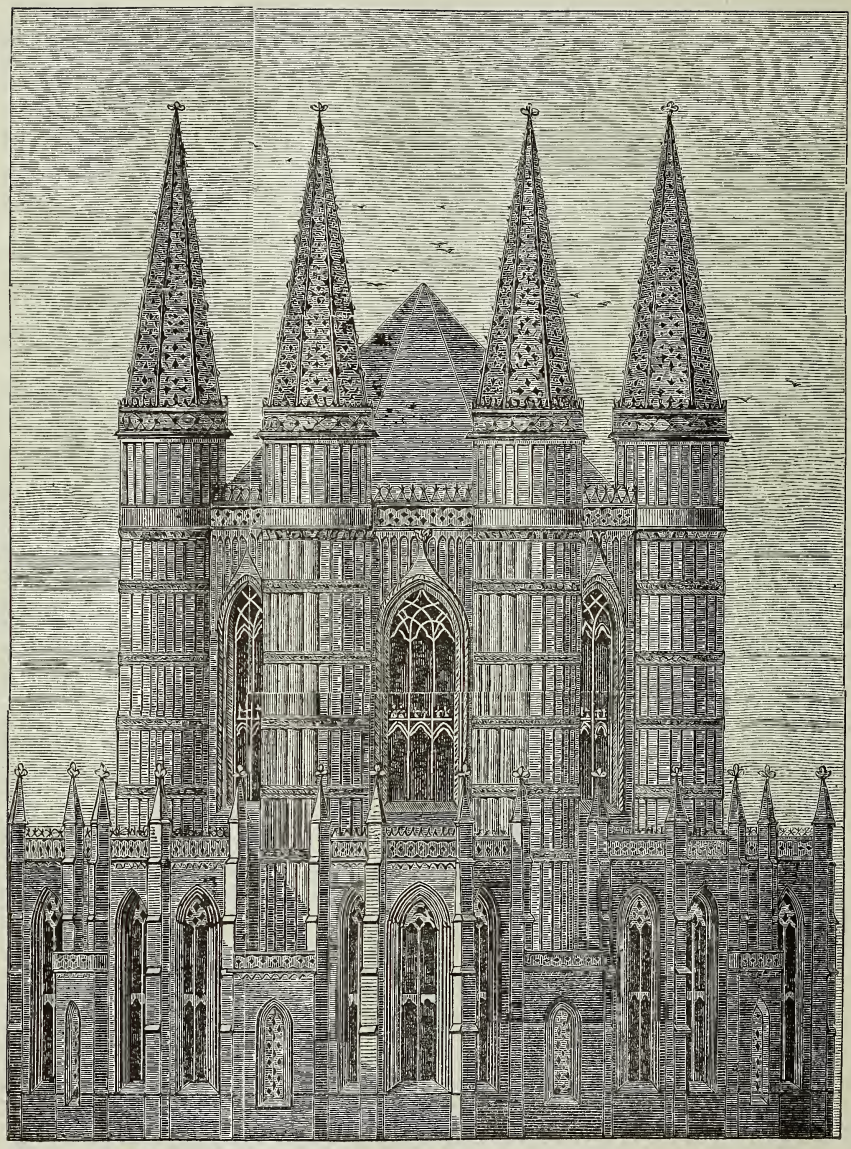
Depois de ter tratado do edificio monumental da Batalha, não com a miudeza que o assumpto requeria para que se pozesse bem em relevo todos os seus primores, nem com os juizos e considerações necessarias ao esclarecimento das diversas questões d'arte, que lhes dizem respeito; mas do modo que me foi possivel, e em attenção aos limites, que tracei a este trabalho, resta-me agora consignar aqui os nomes dos principaes artistas, que concorreram para a edificação do monumento.

Se me contentasse de fazer uma simples resenha d'esses nomes, mui facil me seria a tarefa; pois que o patriarcha D. Francisco de S. Luiz colligiu-os na sua já citada memoria historica, depois de ter investigado com verdadeiro zelo e cuidado o real archivo da Torre do Tombo e o cartorio do respectivo convento; e adduziu acerca d'elles algumas noticias interessantes. Mas como o meu desejo me leva mais longe, e por caminhos escurissimos, difficil se me torna a empreza.

O que n'este assumpto muito convinha, e onde folgaria de chegar, se podesse, era designar a parte que teve cada um dos artistas n'esse glorioso trabalho. Sem essa designação nunca se poderá julgar completa a historia do monumento, por mais habilitado e competente que seja o escriptor que houver de a traçar. Infelizmente é este o capitulo mais escuro e mysterioso d'aquella historia.

Reconheceu esta conveniencia o sabio auctor da referida memoria historica, esforçando-se por lançar alguma luz na questão. Porém as trevas que a envolviam não eram d'aquellas que se desvanecem facilmente.

Logo ao entrar na materia se apresenta a maior difficuldade d'ella, e a



Projecto de conclusão para as capellas imperfeitas, pelo architecto Murphy

que mais importaria vencer para honra e credito de Portugal. Alludo á questão de quem foi o primeiro architecto do convento da Batalha.

Esta é que é a questão que mais interessa ao nosso orgulho de nação civilisada, e que mais aproveita á historia da arte portugueza; pois que o monumento de D. João I é a obra d'architectura mais homogenea e completa, e de maior primor e perfeição que até hoje se tem construido em o nosso paiz; sendo ao mesmo tempo reputada entre os estranhos como um dos mais perfeitos exemplares da arte gothica existentes na Europa.

Apezar de todas as investigações que se tem feito, não se tem encontrado documento algum contemporaneo, que declare o nome do architecto, que deliniou tão maravilhosa fabrica. Todavia a tradição passada de paes a filhos, e acceite por varios escriptores antigos, diz que esse eminente artista se chamava *Affonso Domingues*. O que se sabe positivamente, porque consta de documentos officiaes, que este architecto dirigiu as obras nos primeiros annos da fundação: que era fallecido em 1402; e que não apparece documento que falle de outro architecto do edificio em todo o periodo de 16 annos de andamento dos trabalhos desde o começo d'estes em 1386 ou 87 até á referida data de 1402.

É muito para admirar, não devo negal-o, que houvesse n'aquella epocha em Portugal um artista tão consumado como o que fez o risco do monumento, achando-se a architectura entre nós, antes da execução d'esta obra, em um estado, que se não era de grande atrazo, tambem não se lhe poderá chamar de adiantamento; em um estado, pelo menos, que nenhuma memoria ou documento nos auctoriza para o considerarmos como eschola, d'onde podesse sair um artista tão completo.

Todavia, se estas considerações podem servir de fundamento para recusar a Affonso Domingues a gloria da invenção de um desenho, tão bello e engenhoso, tambem deverão servir para o julgar incapaz de dirigir a construcção de similhante fabrica; pois é tal, que forçosamente demandaria para esse serviço um architecto de subido talento, e de reconhecida pratica. Porém, como não se póde duvidar de que lhe fôsse commettida a execução e direcção da obra, concluirei, que não deve causar espanto que tivesse capacidade para fazer a traça, quem soube dirigil-a com tamanho acerto e sciencia.

N'este caso lançarei mão de uma conjectura, não pela necessidade de sair do embaraço, mas porque me parece acceitavel, e muito plausivel. Vem a ser, que talvez Affonso Domingues tivesse saido da sua patria, antes da acclamação do mestre d'Aviz, com o intento de se instruir e aperfeiçoar na sua arte. Bem sei que n'essa epocha não eram dados os artistas, pelo menos os nossos, a procurar taes meios de estudo. Entretanto, tendo estado em Portugal, no reinado d'el-rei D. Fernando, e com alguma demora, dois principes inglezes, o duque de Cambridge, e um seu irmão natural, filhos de Duarte III,

rei de Inglaterra, póde ser que Affonso Domingues, levado pelo amor da arte ou por outro qualquer respeito, se resolvesse a acompanhar algum d'elles na sua volta para Inglaterra, paiz classico da architectura gothica do genero do da Batalha.

Pena é que em materia de tanto interesse seja mister recorrer a conjecturas; comtudo não se devem despresar, mormente se são adduzidas, não para fundamento, mas unicamente para corroborar outras razões, ou para procurar alguma explicação plausivel do que de si é escuro.

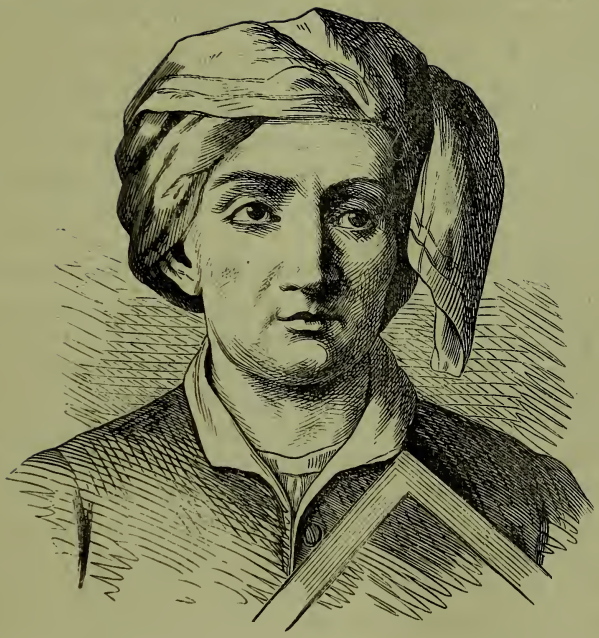
Portanto, em vista do que deixo exposto, creio que foi Affonso Domingues o architecto que traçou a planta do mosteiro da Batalha, e dirigiu as obras até á sua morte. Não se sabe ao certo o anno em que falleceu, mas deveria ser na entrada do seculo xv, por que de um documento do anno de 1402 consta que já era fallecido, e que fôra substituido na direcção da obra da Batalha por mestre Huet, ou Huguet, ou Ouguet, pois que o seu nome se acha escripto d'estes differentes modos nos documentos que lhe dizem respeito.

Nasceu Affonso Domingues na cidade de Lisboa, e foi baptisado na egreja parochial de Santa Maria Magdalena. E a isto se reduzem todas as noticias que a historia archivou de um artista tão distincto, do architecto que erigiu o monumento, que apesar do correr dos seculos, e dos progressos da civilisação, é ainda hoje a obra prima, o monumento por excellencia entre os mais bellos e sumptuosos edificios de Portugal.

Attendendo aos annos que Affonso Domingues esteve á frente d'aquelles trabalhos, deve-se suppôr que deixou a igreja em bastante adiantamento, e apenas começadas a capella do Fundador, a sachristia, casa do capitulo, e claustro real; pois que nas fundações dos mosteiros era costume dar principio ao mesmo tempo ás suas principaes officinas, embora se activassem mais os trabalhos em umas que em outras.

O retrato que adorna este livro a pag. 69 é copiado do busto esculpido em pedra, que se vê na casa do capitulo, e do qual fallei a pag. 44.

Tambem não é ponto cabalmente averiguado, que esse busto represente as feições de Affonso Domingues. Sendo construida a maior parte da casa do capitulo depois da sua morte, ha justo motivo de dúvida ácerca do nome da pessoa que o dito busto representa. Que é o retrato do architecto da obra não se duvída, nem se póde duvidar, porque lá lhe esculpiram a esquadria, bem significativa divisa. Mas de qual dos dois architectos será? De Affonso Domingues, que deliniou e deu principio á casa, ou de mestre Huet, que lhe succedeu no cargo, e executou a parte principal da obra? Parece mais provavel, que fôsse uma homenagem prestada ao artista já fallecido, que era o verdadeiro auctor de toda aquella estupenda fabrica. E esta opinião acha-se fortalecida pela tradição. Assim forçoso é acceital-as, na falta de documento que mais valha.



Affonso Domingues

Entretanto offerece-se-nos uma dúvida, que, não podendo resolvel-a, a deixarei aqui consignada como um simples reparo. A touca, especie de turbante em volta da cabeça, como se vê no referido busto, foi moda estrangeira, introduzida em o nosso paiz, segundo creio, nos principios do seculo XV, mas posteriormente ao anno de 1402. Parece-me que a sua introducção coincidiu com a de outras modas no vestuario, e com a dos motes em francez de que usaram como divisa el-rei D. João I, e todos os seus filhos; modas e usos que nos vieram com o muito trato que teve com estrangeiros a côrte d'este soberano.

Foi n'este reinado que se principiaram a introduzir, ou pelo menos, que se fez maior importação de modas e usos estrangeiros, sobre tudo francezes. E d'isto se queixavam os affeiçoados a Castella, lançando todos esses escandalos e affrontas aos bons usos e costumes do povo, como elles diziam, a cargo d'el-rei e de seus filhos, e principalmente d'estes, que eram os primeiros a dar o exemplo n'essas innovações.

Nas pessoas nobres caía-lhes da touca, mais parecida com um chapéo do que com um turbante, sobre o hombro uma ponta, que descia até abaixo da cintura; e outras vezes até quasi aos pés; a qual ora deixavam fluctuar á mercê do vento, ora prendiam na cintura ou lançavam sobre o hombro, caindo parte para as costas, e outra parte sobre o peito.

Nos plebeus era a touca do feitio que amostra o retrato. Todavia, ainda que seja admitida como certa esta minha opinião, a introducção da moda foi tão pouco posterior á morte de Affonso Domingues, que não se póde affirmar que elle não chegasse a usar d'ella, e sobretudo se acaso viajou pelo estrangeiro, como me inclino a crer, onde a dita moda era muito mais antiga.

Succedeu a Affonso Domingues, como disse, na direcção da obra da Batalha *mestre Huguet* ou *Huet*. Da vida d'este artista ainda ha menos noticias, pois que até se ignora qual era o paiz da sua naturalidade. A julgar, porém, pelo seu appellido poderá dar-se-lhe a França por patria. Tambem não ha certeza do anno em que morreu. Presume o patriarcha D. Francisco de S. Luiz, que seria em 1438, ou pouco antes.

Sendo obras suas, como entendo que são, o acabamento da egreja, da capella do Fundador, da sachristia, da casa do capitulo, e do refeitorio, e grande parte do claustro real, bem merece o epitheto de digno successor de Affonso Domingues, pela grande pericia com que dirigiu tão difficeis trabalhos.

Foi este mesmo architecto, certamente, quem fez o risco primitivo e deu principio ás capellas imperfeitas, pois que el-rei D. Duarte, seu fundador, falleceu n'esse anno de 1438, pouco depois de ter morrido mestre Huguet.

A este artista succedeu no mesmo cargo *Martim Vasques*, que andava empregado nas obras desde o tempo d'el-rei D. João I. Ainda foi nomeado

por carta d'el-rei D. Duarte, poucos mezes antes da sua morte. Não logrou por muitos annos o seu novo emprego, pois que já não vivia em 1448.

Continuou a obra do claustro real, que deixou por concluir, e desenhou e começou a construcção do segundo claustro, chamado de *Affonso V*, por ser feito durante o reinado d'este soberano; e proseguiu com a obra das capellas imperfeitas em conformidade com o risco primitivo. A julgar do seu merecimento pela traça do segundo claustro é forçoso confessar que em talentos ficava muito áquem dos architectos, que o precederam.

Teve por successor n'estes trabalhos o seu sobrinho, Fernão d'Evora, que dirigiu a continuação d'elles durante a maior parte do reinado de D. Affonso v, pois que ainda vivia no anno de 1473. Concluiu o segundo claustro, e os dormitorios e mais officinas, que se levantam por cima e em volta d'elle. Este architecto não executou obra alguma importante de risco seu em que podesse mostrar a sua habilidade. Parece que se lhe seguiu Matheus Fernandes. Se assim succedeu, não fez coisa notavel até ao fim d'aquelle seculo.

Subindo ao throno el-rei D. Manuel, e resolvendo acabar as capellas imperfeitas encarregou d'essa empreza ao architecto *Matheus Fernandes*. Como se desempenhou d'ella já o sabem os meus leitores. Alterou o risco primitivo, dando ao monumento de porte simples e severo as feições brincadas e caprichosas da architectura, que symbolisava as felicidades e gloria do reinado de D. Manuel. Relevando-se-lhe similhante desacato, era sem dúvida um architecto muito destincto. Em tudo o que alli executou, principalmente nos dois porticos, exterior e interior, deu evidentes provas de ser um engenhoso interprete da architectura gothico-florida. Foi elle tambem, certamente, que fez os desenhos para as janellas da casa do capitulo, e outras obras de ornato feitos na mesma epocha.

Falleceu Matheus Fernandes a 10 de abril de 1515, succedendo-lhe no cargo outro architecto do mesmo nome, que se presume ser seu filho. Sob a direcção d'este *Matheus Fernandes* 2.º correram provavelmente as obras das capellas imperfeitas durante os seis annos que ainda viveu el-rei D. Manuel, pois creio que progrediram em todo o seu reinado, e d'esta opinião dei em outro logar os fundamentos. Consta de um documento que ainda era *mestre das obras da Batalha* em 1525, quarto anno do reinado de D. João III. Falleceria, talvez em 1528, porque por alvará do 1.º de junho d'este anno nomeou el-rei D. João III a Antonio de Castilho por mestre das ditas obras.

Foi *Antonio de Castilho*, ao que parece, o architecto, que commetteu a barbaridade de fazer a terceira e mais repugnante alteração no risco primitivo das capellas imperfeitas, enxertando o estylo do renascimento na architectura gothico-florida. Não fez o artista esta affronta á arte e ao bom gosto, porque não fôsse capaz de levar a cabo a obra como a projectára Matheus Fernandes. Bastam as construcções que desenhou e dirigiu no convento de

Thomar, para lhe estabelecerem a sua reputação de eximio architecto n'esse estylo gothico-florido, que nas capellas imperfeitas sacrificou ao amor da novidade.

Antonio de Castilho foi o ultimo architecto habil empregado nas obras da Batalha. As das capellas imperfeitas pararam de todo, segundo julgo, sob a sua direcção.

O claustro de D. João III, se foi riscado por elle, não lhe faz honra. Quanto ao dormitorio, livraria, enfermaria, e outras officinas construidas no tempo, e por ordem d'aquelle soberano tiveram por architecto *Antonio Gomes*, que não se illustrou, por certo, com similhante obra.

Continuou a preencher-se nos seguintes reinados o cargo de *mestre das obras da Batalha*, andando-lhe annexo o usufructo de uma casa para sua habitação na villa da Batalha, e proxima ao mosteiro, porém a sua missão reduzia-se a vigiar pela conservação do monumento.

Quanto aos outros artistas, que alli trabalharam, ainda estou menos habilitado para indicar as obras que cada um executou. Todavia acompanharei com algumas conjecturas a resenha dos seus nomes, e officios, extrahida da memoria do patriarcha D. Francisco de S. Luiz:

Mestres das vidraças

Deve-se entender por este titulo, ou pelas qualificações de *vidraceiro* e *vidreiro* que apparecem nos documentos antigos os artistas que faziam aquelles admiraveis quadros de vivissimo colorido, representando scenas do velho e novo Testamento, e das vidas dos santos, armas, emblemas e divisas, que constituiam o ornamento de todas as vidraças, e eram o enlevo dos olhos.

Mestre Guilherme de Bellês ou *de Bolleu*, cujo nome figura em documentos de 1448, 1463 e 1473.

Mestre João vivia nos fins d'esse seculo.

Mestre Antonio Taca falleceu reinando D. João III. Deveriam ser estes tres artistas, ao que parece, que executaram a obra das vidraças da igreja e da capella do fundador, e a das vidraças da casa do capitulo em tempo d'el-rei D. Manuel.

Antonio Taca 2.º e *Antonio Taca* 3.º que se presume serem filho e neto do 1.º e *Antonio Vieira*, que morreu pelos annos de 1659, discipulos da eschola alli creada por mestres Guilherme e João, foram empregados, sem dúvida, na obra da Batalha como reparadores, pois que depois da morte de el-rei D. Manuel não se formou obra alguma d'este genero, a não ser simplesmente reparações.

Mestres de artes ou officios não designados

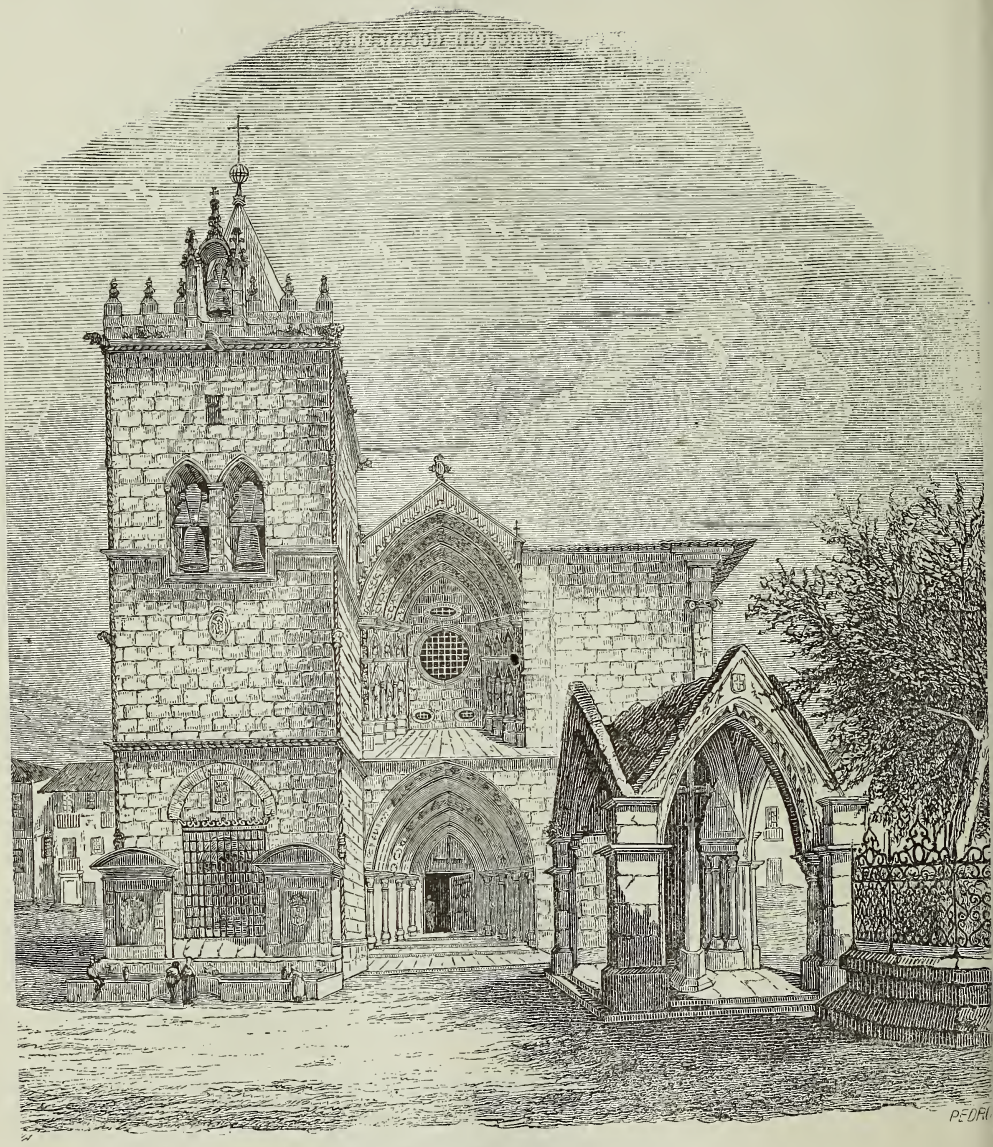
Mestre Conjati. Apparece este nome em documentos de 1428 a 1443.
Mestre Miguel. Idem 1440.
Mestre Boutaca ou *Botaca.* Idem de 1509 a 1519, sendo já fallecido em 1528.
Mestre Thomaz. Idem de 1512.
Mestre Courato. Idem de 1514.

Apezar d'aquella falta de designação, creio attendendo ás datas, que estes cinco artistas trabalharam no edificio da Batalha como esculptores em pedra, os dois primeiros nas obras do monumento primitivo; e os ultimos tres nas capellas imperfeitas, e nos outros melhoramentos ou aperfeiçoamentos emprehendidos por el-rei D. Manuel, e dos quaes dei noticia. Mestre Boutaca era tambem habil architecto. Deixou provas do seu talento em varias construcções grandiosas que deliniou e dirigiu, como foram o mosteiro da Nossa Senhora de Belem, e o de Jesus, em Setubal.

Mestres de artes ou officios designados nos documentos

Gil Eannes, imaginador, 1465.
Affonso Lopes, imaginario, 1534 a 1555.
Duarte Mendes, entalhador, 1535.
Henrique Francez, entalhador, 1535.
João Gonsalves da Rua, entalhador, 1536.
Pero Taca, entalhador, 1549 a 1561.
Francisco Taca, pintor, 1566.
Alvaro Mourato, pintor, 1592.

Chamavam antigamente *imaginador* ou *imaginario* aos estatuarios e esculptores d'ornato em pedra. A estes ultimos tambem ás vezes designavam com o nome de entalhador; porém este termo era mais commumente applicado aos esculptores em madeira, como ainda hoje se applica.



Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, em Guimarães

A COLLEGIADA

DE

NOSSA SENHORA DA OLIVEIRA

EM GUIMARÃES

I

Dos principios do seculo x governava a provincia de Entre Douro e Minho, em nome dos reis de Leão e das Asturias, D. Hermenegildo Gonçalves Mendes, conde de Tuy e do Porto, casado com D. Muma, ou, como então diziam Mumadona, tia de D. Ramiro II, rei d'aquelles estados.

Ficando viuva, e possuidora de avultados bens, a condessa Mumadona resolveu fundar um mosteiro, com o fim de suffragar a alma do esposo, que tanto amára, e de buscar um asylo, onde vivesse o resto de seus dias retirada do mundo, e só para Deus.

Entre as numerosas propriedades legadas pelo conde D. Hermenegildo a sua mulher e seus filhos, havia uma quinta situada na provincia de Entre o Douro e Minho, a pouca distancia do rio Ave, e perto do ribeiro Celho, denominada *Vimarães* ou Vimaranes, do nome de uma aldeia, que lhe ficava proxima. N'esta quinta, pois, que coubera em partilha a sua filha D. Urraca, e que esta trocára por outra pertencente a sua mãe, deu principio a condessa Mumadona á fundação do mosteiro pelos annos 927 a 929, depois de obtidas as licenças necessarias. Concluidas as obras doou o mosteiro á ordem benedictina, fazendo-o povoar de monges e freiras. Era n'esses tempos muito usada esta pratica de habitarem no mesmo convento frades e freiras, mas inteiramente separados em duas partes do edificio, que não tinham communicação entre si, sendo apenas commum o templo, no qual as duas communidades religiosas assistiam aos officios divinos, em lugares tambem separados e distantes um do outro.

Chamavam-se *mosteiros duples*. Diversas razões originaram esta pratica. A principal era, sem dúvida, a pobresa d'aquella idade, que tornava difficil,

por falta de meios, a edificação de mosteiros. Nos mosteiros duples poupavam-se as despezas da construcção de uma igreja, pois que o mesmo templo servia para os dois conventos de religiosos e religiosas.

Auctorizada pelo testamento de seu marido, que lhe permittira dispôr da quinta parte dos seus bens em beneficio dos desvalidos e dos peregrinos, para amparo de orphãos e viuvas, e para fundações religiosas, fez doação ao mosteiro de muitas quintas, terras, marinhas e outras propriedades, vasos sagrados, cruzes, castiçaes, lampadas, paramentos e outras alfaias para adorno do templo e exercicio do culto, sinos para a torre, livros de reza, roupas, moveis e utensilios para uso dos monges e monjas; e para o serviço dos mosteiros e da lavoura de algumas terras visinhas 30 cavallos, 70 eguas e 50 muares. Não havia então em toda a provincia cenobio mais ricamente dotado do que este.

A condessa Mumadona dedicou a igreja a Nossa Senhora e ao Salvador do Mundo, e recolheu-se ao mosteiro das religiosas.

Apesar das grandes despezas de construcção e ornato, e de todo o necessario para commodidade dos moradores do edificio, e não obstante a doação de muitas propriedades, para a sua sustentação, ainda restaram á fundadora importantes bens, cujos rendimentos eram por ella applicados em soccorrer a pobresa, consolando e enxugando as lagrimas, por differentes modos, aos infelizes.

Attrahidos por tão continuados actos de caridade, e pela vida exemplar dos religiosos, vieram aninhar-se á sombra do sanctuario muitos habitantes da proxima aldeia de Vimaranães e outros que viviam solitarios por aquelles arredores, tirando parco e mesquinho sustento dos pequenos tratos de terreno, que cultivavam. Aquella aldeia e esta povoação constituiram o burgo, mais tarde villa, e hoje cidade de Guimarães.

Na epocha em que se levou a effeito esta fundação, já a provincia de Entre Douro e Minho estava inteiramente desaffrontada de mouros. Porém, não estava isenta das terriveis invasões d'esse povo guerreiro que abria caminho a ferro e a fogo pelo meio das povoações indefezas, deixando atraz de si longo rasto de sangue e de cinzas. Não se julgando, pois, em segurança no seu asylo de paz, nem os seus bons religiosos, contra as correrias dos infieis, mandou construir perto do mosteiro, junto á aldeia de Vimaranães, um castello para defensa d'aquelles lugares, e que em caso de necessidade offerecesse refugio seguro aos moradores do convento e da povoação.

Depois do fallecimento da condessa Mumadona, o mosteiro continuou a opulentar-se com as doações, que lhe fizeram os descendentes da fundadora. Mas quando se achava n'estas circumstancias tão prosperas, as vicissitudes da sorte descarregaram-lhe um golpe cruel. Correndo o anno de 967 foi invadida a provincia de Entre Douro e Minho por um exercito sarraceno, capita-

neado pelo feroz Al-Coraxi, rei de Sevilha. Os invasores assaltaram tão repentinamente, durante a noute, o mosteiro de Nossa Senhora e o burgo visinho, que os seus moradores, não todos, mal tiveram tempo de se refugiarem no castello da condessa Mumadona, sem poderem levar comsigo o seu movel mais precioso. Assim cahiram a povoação e o mosteiro em poder dos mouros, que destruiram a primeira, então ainda pequena e pobre, e saquearam e devastaram o segundo, levando d'elle um rico despojo.

Graças aos seus avultados rendimentos, conseguiram os religiosos, em um breve periodo, reparar os estragos no edificio, e guarnecel-o com as alfaias e moveis precisos. Porém passado pouco tempo sobreveiu-lhe uma igual calamidade. D'esta vez vinha á frente do exercito inimigo o celebre Al-Mansor, aquelle valente e ousadissimo general musulmano, que foi o terror das populações christãs pela sua audacia e crueldade. O mosteiro e o burgo foram novamente roubados e assolados; e o castello esteve quasi a ser tomado por tão implacavel inimigo. E sel-o-ia, de certo, se os mouros prolongassem o cerco, porque não se achava a fortaleza abastecida sufficientemente de viveres para alimentar por muito tempo a grande quantidade de gente, que se acolhera dentro de seus muros.

Pretendem alguns auctores que o castello fôra tomado pelos mouros n'estas duas invasões. Os escriptores que emittem esta opinião não a auctorizam com prova alguma, nem razão plausivel.

Na verdade poucas memorias nos restam d'esses tempos tão remotos. Passava-se a maior parte dos acontecimentos sem que fôssem registados nos archivos da historia. Todavia, nos mosteiros, embora não tivessem ainda chronistas, eram commemorados por algum modo, escripto ou gravado, os grandes successos que lhe diziam respeito, taes como a sua fundação, acommettimentos e perseguições de mouros, etc. Foi por esta fórma, sem dúvida, que chegou ao nosso conhecimento a noticia da fundação do mosteiro e do castello, e d'aquellas invasões. Se d'estas ultimas se perderam, no correr dos tempos, as memorias escriptas contemporaneas, foram estas substituidas pelas tradicionaes. Parece-me pouco provavel, attendendo á riqueza da fundadora, e á necessidade que havia de defensa para o seu mosteiro, que 37 ou 38 annos depois da fundação d'este cenobio não estivesse ainda o castello, senão inteiramente concluido, pelo menos em circumstancias de offerecer tenaz resistencia ao inimigo. E ainda menos provavel me parece, que fôsse tomado pelos mouros, sem que estes fizessem grande morticinio nos christãos, segundo costumavam fazer nas suas invasões, como represalias, quando se apoderavam de povoações, fortalezas e mosteiros. Se encontravam resistencia, passavam ao fio da espada todos os christãos, como estes faziam n'elles a seu turno, quando eram vencedores. Mas ainda que não achassem resistencia, não deixavam de cevar a sua vingança no sangue dos captivos. Ora as memorias,

que nos dão noticia do saque dado pelos mouros na povoação e no mosteiro, não deixariam em silencio o morticinio feito no castello, se fôsse por elles entrada a fortaleza. Mas ainda que não se dê peso a estas considerações e se admitta como um facto incontestavel a tomada do castello pelo exercito de Al-Coraxi no anno de 967, não é crivel que, depois de tão dura provança, estivesse por concluir esta fortaleza no anno de 998, ao tempo da segunda invasão, capitaneada por Al-Mansor. Em negocio de tamanho interesse para os monges, que dispunham de grossas rendas, e para os populares do visinho burgo, que tinham numerosos braços validos, o periodo de mais 32 annos, era sufficiente para se construir desde os alicerces um castello de tão pequena area, como o de Guimarães, quanto mais para acabar uma fortaleza, que andava em construcção ha tantos annos.

N'este castello, da invocação de S. Mamede, e doado ao mosteiro pela condessa Mumadona, estabeleceram a sua residencia, e a sua côrte na qualidade de soberanos de Portugal, o conde D. Henrique de Borgonha e a sua mulher a rainha D. Thereza. Nos paços d'esta fortaleza, dos quaes ainda restam bastantes vestigios para se ajuizar da sua architectura, e divisões interiores, nasceu D. Affonso Henriques, o illustre fundador da monarchia, aos 25 de julho de 1109.

Foi extincto o mosteiro sob o governo do conde D. Henrique de Borgonha, que fez da igreja de Nossa Senhora capella real, alcançando bulla pontificia para a sua erecção em collegiada com um dom prior e conegos. Parece que se effectuou esta reforma em 1109. O mesmo soberano deu principio á reedificação da igreja, que sómente se acabou nos fins do reinado de seu filho, em 1172. Supponho, porém, que não se procedeu a uma reconstrucção *á fundamentis*, e que os trabalhos não proseguiram em todo esse comprido periodo, antes pelo contrario teriam longas interrupções, pela razão de que, passados pouco mais de dois seculos, periodo que não é muito dilatado para a existencia de edificios d'este genero, achava-se a igreja bastante arruinada, quando el-rei D. João I se propoz a reedifical-a.

D. Affonso Henriques augmentou muito o lustre d'esta collegiada, impetrando e obtendo dos summos pontifices novas prerogativas, que a elevaram quasi ás honras de uma sé.

Até aos principios do ultimo quartel do seculo XIV a antiquissima imagem da Virgem, que se venera n'aquella collegiada, não tinha denominação alguma particular. A invocação tanto da imagem, como da igreja, era simplesmente de *Nossa Senhora.* Eis a lenda que deu origem ao titulo de *Nossa Senhora da Oliveira.*

No começo do seculo XIV existia junto da igreja de S. Torquato, uma legua distante de Guimarães, uma frondosa oliveira, que dava o azeite para a lampada do santo. Foi esta oliveira arrancada, transportada para Guima-

rães, e ahi plantada defronte da porta da collegiada de Nossa Senhora, sem dúvida com o intento de que prestasse á imagem da Virgem igual serviço ao que até então prestára a S. Torquato. Seccou logo a arvore, e secca a deixaram ficar no mesmo lugar, e assim se conservou até ao anno de 1342, em que Pero Esteves collocou a par da oliveira uma cruz, que seu irmão, Gonçalo Esteves, comprára na Normandia e a trouxera para Guimarães. Foi collocada alli a cruz aos 8 de setembro do referido anno, e tres dias depois reverdeceu a oliveira, deitando novos rebentões, e cobrindo-se de folhagem viçosa. Divulgou-se instantaneamente por toda a villa a noticia do successo. Correram em tropel os fieis a presencearem o prodigio, e a prostrarem-se cheios de dovoção perante a santa imagem da Virgem, que d'ahi em diante cresceu em fama de milagrosa sob a invocação que os devotos lhe deram de *Nossa Senhora da Oliveira*.

II

Tanto augmentou a devoção dos fieis para com a imagem de Nossa Senhora da Oliveira, e por tal modo se estendeu pelo reino essa devoção, que em poucos annos era um dos sanctuarios de Portugal mais afamados e concorridos de romagens. Foi por esta razão que o mestre de Aviz, quando se achou á frente da heroica empreza de defender a independencia nacional, e se viu, com as suas tropas pouco numerosas, bisonhas e mal armadas, na presença do exercito castelhano, incomparavelmente mais poderoso pelo numero, pela disciplina e pelo armamento; quando viu pendentes da sorte de uma batalha, no memoravel dia 14 de agosto de 1385, os destinos da gloriosa monarchia de Affonso Henriques, recorreu, cheio de fé e de esperança, á intercessão de Nossa Senhora da Oliveira. E prostrado ante o altar no proprio dia em que ia ferir-se a peleja, fez voto solemne, se alcançasse a victoria, de ir a pé em romaria ao templo da dita Senhora, de fazer-se ahi pesar, afim de lhe doar igual peso de prata em vasos sagrados e alfaias, e de reedificar o seu templo.

Passadas algumas horas, apenas, eram derrotados completamente os castelhanos no campo de Aljubarrota, e o seu rei fugia vergonhosamente diante de um punhado de portuguezes, deixando em poder dos vencedores o acampamento com todas as bagagens do exercito, e a tenda real com a preciosa baixella da sua recamara. Foram ouvidas as preces, e satisfeitos os desejos do mestre de Aviz; pois ficou assegurada com esta victoria a independencia de Portugal. E não se demorou o triumphador em dar cumprimento ao voto que fizera na hora do perigo. Lá atravessou a pé quasi todo o reino, para

se ir prostrar agradecido ante a santa imagem da Virgem. Mas não limitou a sua gratidão a fazer-se pesar a prata, e a reconstruir a igreja. Levou comsigo e offereceu á Senhora o oratorio e doze anjos de prata da capella de el-rei de Castella, que lhe foram tomados na batalha de Aljubarrota. E, não obstante tratar de erigir o sumptuoso monumento da Batalha em commemoração d'aquelle feliz successo, resolveu começar logo a transformar a velha e arruinada igreja da condessa Mumadona em um templo novo e grandioso.

Foi encarregado de fazer o risco e dirigir as obras o architecto João Garcia; e começaram os trabalhos em 1387. Treze annos depois, apesar de terem corrido as obras sem interrupção, e sempre com actividade, sómente a capella-mór se achava concluida, posto que em muito adiantamento o cruzeiro e corpo da igreja. Mas tão impaciente estava el-rei D. João I por ver a imagem de Nossa Senhora da Oliveira reverenciada e festejada em o seu novo templo, que, sem esperar pelo acabamento da igreja, ordenou que fôsse sagrada a capella-mór e se trasladasse para o seu altar a santa imagem.

Foi uma festa pomposa e em tudo régia. Celebrou-se a cerimonia da sagração no dia 23 de janeiro de 1400. Foi sagrante o bispo de Coimbra D. João de Azambuja, e assistiram a esta solemnidade e á festa da inauguração que se lhe seguiu, o arcebispo de Santiago de Galliza, D. João Manrique; D. Rodrigo, bispo de Ciudad Rodrigo; el-rei D. João I, sua esposa a rainha D. Filippa de Lencastre; seus filhos legitimos, os infantes D. Duarte, D. Pedro, depois duque de Coimbra, e D. Henrique, ao diante duque de Vizeu, e seu filho bastardo D. Affonso, conde de Barcellos, e mais tarde 1.º duque de Bragança.

Dizem que por essa occasião el-rei ficára tão descontente da obra, por não corresponder á grandeza do seu animo e dos seus desejos, que manifestára em publico o seu desagrado ao architecto, reprehendendo-o por ter sido mesquinho na traça, havendo recebido carta branca para delinear com largueza e primor. E não deve causar admiração este reparo em um soberano, que foi o fundador do templo monumental da Batalha, no qual a vastidão e magestade do edificio se alliam perfeitamente com a opulencia, primor e sabia distribuição dos ornamentos.

O corpo da igreja e cruzeiro ficaram concluidos no principio de 1401, e foram sagrados pelo mesmo prelado, sendo então bispo do Porto, no dia 23 de janeiro do referido anno.

El-rei D. João I deu ricos paramentos e outras alfaias a esta igreja, além das peças de prata, a que me referi. Impetrou e obteve do summo pontifice novos privilegios para esta collegiada, com os quaes subiu muito em auctoridade e esplendor; e, usando do poder real, augmentou em prerogativas e isenções o dom prior e os conegos, e concedeu honras e outros favores a quantas pessoas dependiam d'esta igreja. Para se fazer uma idéa da singularidade e importancia de taes privilegios e isenções, bastará dizer-se que,

não só o dom prior, e as mais dignidades e conegos, mas até os seus criados, caseiros, e todo o genero de servidores eram isentos de todas as contribuições, *solitas* e *insolitas*, quer do estado quer do concelho, e não podiam ser obrigados a irem á guerra, nem a serviço ou encargo algum contra sua vontade. Todas estas isenções eram tambem concedidas aos foreiros da collegiada; de modo que não só as propriedades d'esta estavam livres de tributo ou de qualquer outro onus, mas até os bens particulares na posse dos seus foreiros, caseiros e servidores disfructavam igual favor.

Datam estes privilegios e isenções do tempo do conde D. Henrique de Borgonha, que foi o soberano que os concedeu. No correr dos seculos, por occasião de necessidades do thesouro real, quasi sempre motivadas por guerras, o fisco attentou contra taes isenções, querendo obrigar os privilegiados ao pagamento de impostos, e a outros encargos. Porém, depois das queixas dos lesados, das representações do cabido, e dos inqueritos ordenados pelo soberano para se conhecer da justiça dos queixosos pela revisão dos privilegios, e apreciação dos fundamentos com que foram outhorgados e confirmados, ficava a collegiada vencedora. Deram-se estes letigios em differentes epochas, assignaladamente sob os reinados de D. Affonso v, de D. Manuel, e de D. Pedro ii, em dezembro de 1699.

Aos favorecidos com similhantes isenções chamavam—privilegiados das *Tabuas Vermelhas*, porque todos elles se achavam inscriptos em umas tabuas pintadas de vermelho, em duplicado, das quaes uma se guarda no cartorio do cabido, e a outra no archivo da camara. A primeira é um como livro do tombo da collegiada; a segunda era um registro official para servir de guia ás auctoridades e justiça no lançamento de fintas e impostos, da distribuição de outros encargos publicos, e no julgamento das demandas sobre esse assumpto.

Conservou el-rei D. João i até ao fim da vida a mais entranhada devoção a Nossa Senhora da Oliveira; e deram-se coincidencias muito notaveis da festividade da mesma Senhora com os successos principaes da vida d'este monarcha. A victoria de Aljubarrota, que assegurou a independencia de Portugal, e a corôa na cabeça de D. João i, foi ganha por este soberano no dia 14 de agosto de 1385, em que a igreja celebra a vespera da festa da Assumpção da Virgem. Em 1415 passou esse dia atravessando o mar em direcção á costa de Africa quando ia para a conquista de Ceuta, prologo glorioso da epopeia das navegações, descobrimentos e conquista dos portuguezes. N'este mesmo dia do anno de 1433, ao cabo de 76 annos de idade e 48 de reinado, finou-se a sua heroica existencia para começar a vida da immortalidade.

Disse acima, que el-rei D. João i ficára descontente da obra da reedificação da igreja de Nossa Senhora da Oliveira, por não corresponder ao que tinha encommendado ao architecto. E na verdade tão mal correspondeu este artista aos intuitos do soberano, que não só foi mesquinho, não direi nas pro-

porções que deu ao templo, mas quanto á ornamentação e elegancia da igreja e até peccou por falta de solidez. Passados pouco mais de dois seculos e meio, a capella-mór, sobre acanhada, ameaçava ruina. Tratou-se então de a reconstruir, e como era necessaria uma reedificação *á fundamentis*, recorreu o cabido á munificencia do principe D. Pedro, que depois reinou com o nome de D. Pedro II, e então governava o reino na qualidade de regente pela deposição de seu irmão, el-rei D. Affonso VI. Annuiu o regente aos rogos do cabido, não sei se auxiliando-o apenas com algumas quantias para ajuda das obras, se tomando a si todas as despezas da reconstrucção. Seria, talvez, pelo primeiro modo, considerando nas avultadas rendas do cabido e do dom prior. Fôsse, porém, como fôsse o que é certo é que a obra deixou muito a desejar, tanto pelo lado da capacidade e largueza precisas para as funcções, que alli se costumam celebrar, como pelo contraste anti-artistico, que fazia uma capella-mór de architectura moderna, e desataviada de ornatos, fazendo parte de um templo gothico, uma capella-mór segundo a architectura portugueza do meiado do seculo XVII, pesada, desengraçada, destituida, por assim dizer, de estylo algum architectonico definido.

Foi esta a primeira affronta que os reedificadores fizeram ao monumento do mestre de Aviz. Infelizmente foi precursora de muito maior injuria. Em tempos modernos, enfastiados os conegos da veneranda singeleza e magestosa severidade do templo do seculo XIV, e querendo gastar os rendimentos accumulados do priorado, séde vacante, lembraram-se de alindar a igreja, pondo-a á moderna, enfeitando-a garridamente, e innundando-a de luz, á custa das esbeltas ogivas das janellas, e da arcaria, que lhe dividia as naves! A cantaria ficou occulta sob os alvos estuques. Desappareceram do interior do templo, todas as suas feições gothicas sob o brincado das douraduras. A igreja de Nossa Senhora da Oliveira ficou qual sala de baile, resplandecente de luz, de alvura e de ouro! Porém, pouco depois dos douradores terem acabado de a ataviarem, rebentou sobre Guimarães uma trovoada medonha, e despediu um raio sobre a igreja da collegiada, que percorreu todas as douraduras, sem excepção de uma só, lambendo-lhe o ouro, emblema das galas mundanas, e deixando-lhe em seu lugar a côr roxa, symbolo da modestia, e dos mysterios da Paixão de Christo!

III

Levanta-se a frontaria da igreja de Nossa Senhora da Oliveira em uma praça, pequena, não obstante chamar-se «Praça Maior», nome que lhe foi dado em tempo em que era, com effeito, a maior que havia dentro da cêrca

de muros da villa. A fachada do templo tem uma unica porta, e sobre esta uma grande janella, similhante no feitio á da igreja da Batalha. O architecto só cuidou de ornar estas duas partes da frontaria, mas soube atavial-as, principalmente a janella, com tão formosas galas da architectura gothica, que se póde dizer affoutamente, que o frontespicio da collegiada ficou obra sumptuosa.

É formado o portal por quatro arcos ogivaes, sustentados por onze delgadas columnas, tendo os espaços intermedios guarnecidos de variados lavores. A janella, começando logo por cima do portal, e elevando-se a quasi toda a altura da fachada do templo, compõe-se de outros quatro arcos ogivaes, que se vão abrindo no grosso da parede, como no portal, e diminuindo sempre em altura e largura.

Guarnecem os arcos muitas estatuas de santos, de vulto inteiro, collocadas sobre peanhas de brincados lavores, e cobertas com uns baldaquinos rendilhados. Dividem os arcos uns festões vasados, compostos de flores, fructos e folhagem, esculpidos com a maior perfeição e delicadeza, que o granito permitte ao mais habil esculptor. Infelizmente a acção corrosiva do tempo tem deteriorado em differentes partes esta obra admiravel de arte gothica. Porém, é uma triste verdade, que ainda tem padecido mais por effeito da mão brutal dos homens, do que pelo embate das tempestades no correr dos seculos. Esses quatro arcos ogivaes, com as suas estatuas, peanhas, baldaquinos e festões, faziam moldura a um espelho grande e formosissimo, em que a luz se coava para dentro da igreja suave e docemente, através das pinturas dos vidros, e por entre mil variados lavores esculpidos em pedra.

Os reformadores ignaros, que proscreveram do interior do templo todas as fórmas e ornamentos, até ao derradeiro vestigio da architectura do seculo XIV, vendo, talvez, quebrados muitos d'aquelles vidros coloridos, e despedaçadas tambem algumas partes d'aquella obra de esculptura, que lhes servia de caixilho, entenderam que a melhor e mais prompta restauração d'esse magnifico espelho era lançar-lhe o camartello, deital-o todo abaixo, e substituil-o por uma parede de cantaria lisa, com quatro oculos envidraçados um maior e os tres muito mais pequenos, distantes uns dos outros e desengraçadissimos. E ainda não contentes com este ultrage á arte e ao monumento do mestre de Aviz, lá foram enfeitar o visinho cunhal da mesma fachada com uma pilastra com seu capitel de ordem jonica!

Contigua á porta e janella da igreja, do lado esquerdo de quem entra n'ella, ergue-se a torre dos sinos, resaltando muito da frontaria do templo, e composta de tres corpos, divididos por uns cordões, e coroados por uma cupula pyramidal cercada de ameias. Não é esta torre a da reedificação emprehendida por el-rei D. João I. Essa foi demolida em 1515, e no seu lugar deu logo principio á actual torre o dr. Pedro Esteves Cogominho, ouvidor das terras

do duque de Bragança D. Jayme. Colheu-o, porém, a morte quando a obra apenas chegava a um terço da altura que devia ter. Proseguiu nos trabalhos da construcção e poz-lhe o remate seu filho, o dr. Diogo Pinheiro, commendatario de diversos mosteiros, dom prior da collegiada de Nossa Senhora da Oliveira, prelado de Thomar e mais tarde bispo do Funchal.

O pavimento inferior da torre é occupado por uma capella, com duas portas, uma para a igreja e outra, ornada com varias columnas e diversidade de lavores, mas vedada com grade de ferro, que deita para a praça. Por toda a frente da torre, junto ao envasamento, e encostado á parede, está um chafariz com grande tanque. Sobre este tanque resaltam da parede da torre, aos lados da dita porta da capella, dois escudos de armas, o de el-rei D. João I e o da villa, hoje cidade de Guimarães, em que se vê a imagem de Nossa Senhora da Oliveira, que lhe deu o titulo. Por cima da porta da capella está o brazão dos Cogominhos.

A capella tem no centro um altar de pedra com a imagem de Jesus Christo crucificado entre as da Virgem Maria e de S. João Evangelista. O altar está junto á cabeceira de dous mausoleus, collocados a par um do outro. Jazem n'elles o fundador da capella e torre, Pedro Esteves Cogominho, e sua mulher D. Isabel Pinheiro. São os dois tumulos de pedra, toda lavrada em silvados arabescos e outros desenhos. Sobre as tampas estão deitadas as estatuas dos dois consortes, trajando vestidos de gala ao uso do seu tempo. Esta circumstancia, de muito apreço para o estudo dos trajos, é de tanta maior importancia, quanto é raro encontrar-se nas estatuas tumulares, que existem em o nosso paiz. Estas, pela mór parte, estão vestidas de roupas talares, sem mostrarem distinctivo algum das modas do seculo. Cérca os mausoleus uma grade de ferro.

Na frontaria do templo, ao lado do portal, da parte direita de quem n'elle entra, está embebida na parede uma grande lapida, com o escudo d'armas de el-rei D. João I e por baixo d'elle uma inscripção. O brazão real mostra ter sido pintado a côres e dourado. Vêem-se dois anjos a segural-o, e um outro sustenta-lhe a corôa, servindo-lhe como de timbre. A inscripção diz assim: *Era de MCCCCXXV annos do mez de Maio foy começada esta obra por mandado del Rey Dom João dado pela graça de Deos a este Reyno de Portugal: este Rey Dom João houve batalha real com El Rey Dom João de Castella nos campos d'Aljubarrota, e foy della vencedor, e á honra da victoria, que lhe deu Santa Maria, mandou fazer esta obra por João Garcia, mestre da pedraria.*

Ao tempo em que alli foi collocada esta lapida ainda se contava pela éra de Cezar; que é a que se vê na inscripção, e que corresponde ao anno de 1387 da éra de Christo.

Quem podér entrar na igreja sem pensar no delicto de lesa arte e de lesa

historia, que alli se commetteu, ficará agradado das boas proporções do templo, da alta e elegante arcaria, que o divide em tres naves, e das torrentes de luz, que das suas amplas janellas e da cupula do cruzeiro se derramam por todo o seu interior, tornando resplandecentes a alvura e polimento dos estuques, e fazendo scintillar as douraduras, que ornamentam profusamente os altares, os arcos e paredes das naves e todo o tecto. Porém, se se considerar em que essas torrentes de luz, e esses mesquinhos ouropeis foram obtidos á custa da profanação do monumento, pela destruição de todas as suas feições gothicas, sentir-se-ha pesar e indignação.

Se a igreja não conserva vestigio algum da sua antiguidade, possue, todavia, uma antigualha do mais alto preço, que lhe não pertencia, mas que para alli levaram no seculo XVII. Junto á porta do templo, á esquerda de quem n'elle entra, está um nicho aberto na grossura da parede, e fechado com porta de grades de ferro. Dentro vê-se uma pia baptismal, tosca e grosseiramente lavrada em granito ennegrecido pelo correr dos seculos. Não tem lavores, nem feição alguma, que caracterisem um estylo architectonico. Não é uma obra simplesmente singela, é um trabalho rude, é uma pedra quasi informe. Mas que opulencia, e que bellezas não tem esse tosco e tisnado granito das memorias historicas, que encerra! Quanto mais vale do que quaesquer excellencias e primores de arte, vasios de recordações, que os illustrem e glorifiquem! N'essa pia monumental ministrou S. Giraldo, arcebispo de Braga, as aguas do baptismo ao primeiro rei de Portugal. Na porta está um letreiro, que diz: *N'esta pia foy bautisado El-Rey Dom Affonso Henriques pelo Arcebispo de Braga S. Giraldo.* E no friso do nicho lê-se em outra inscripção: *Esta obra mandou faser Dom Diogo Lobo da Silveira, indigno Prior d'esta Igreja, no anno do Senhor de* 1664.

Achava-se esta pia, até á data acima indicada, na pequena e antiquissima igreja de S. Miguel, parochia da villa velha de Guimarães, e capella real do conde D. Henrique de Borgonha, e da rainha D. Thereza, no tempo em que viveram no castello da condessa Mumadona, visinho da mesma igreja. Este humilde templo, pobre de arte, mas rico de tradições, assim despojado da sua pia baptismal, que tanto o auctorizava e ennobrecia, ainda lá existe de pé, e não obstante pesarem-lhe sobre as suas abobadas mais de nove seculos, conservou-se aberto ao culto até tempos muito modernos, em que principiou a alluir-se. Felizmente acha-se restaurado, graças ao zelo religioso e patriotico de alguns vimaranenses. Resta-me ainda dizer, ácerca da pia, e com magoa o farei, que este padrão da historia de Portugal, por tantos titulos venerando, não escapou á senha reformadora dos reedificadores. Julgando que lhe davam belleza, ou que lhe augmentavam a respeitabilidade com mesquinhos arrebiques, pintaram-lhe um friso de azul, e douraram-lhe outros!

No corpo da egreja ha oito capellas, quatro de cada lado. Os seus reta-

Pia baptismal de D. Affonso Henriques

bulos, de pintura a oleo, representando as santas imagens a quem as capellas são consagradas, tem muito merecimento artistico, e fazem honra ao seu auctor, o fallecido lente de pintura da academia das bellas artes de Lisboa, Joaquim Raphael, que os pintou pelos annos de 1846 a 1849. São estes oito paineis as obras d'arte mais importantes, que ha n'este templo, não fallando nos objectos preciosos, que se guardam no seu thesouro, na sachristia, e dos quaes tratarei ao diante.

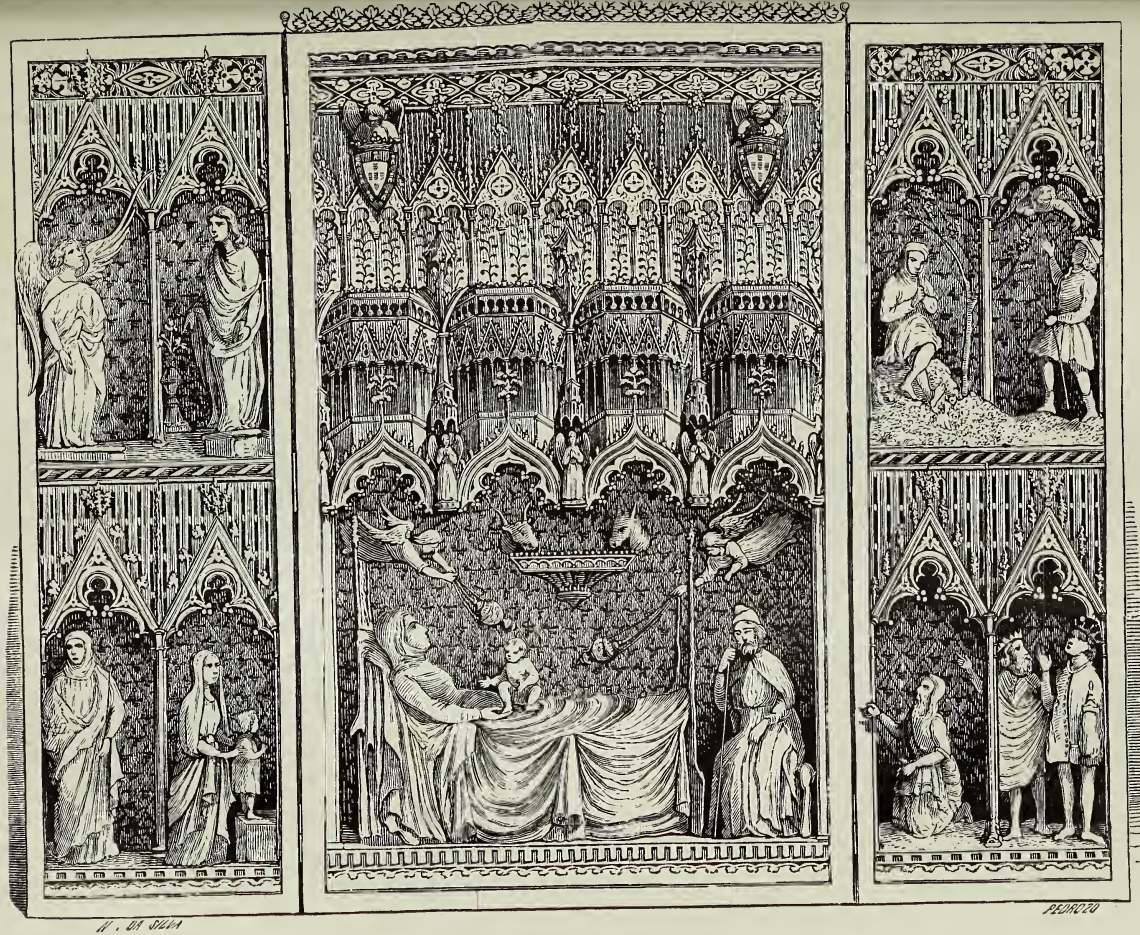
O que ha na capella-mór mais notavel e digno de attenção é a imagem de Nossa Senhora da Oliveira, de roca, e de vestidos de seda e brocado, recamados de ouro. Se a memoria me não falha tem de altura um metro, pouco mais ou menos. Refere a lenda que a trouxera a Guimarães, isto é á villa velha, o apostolo S. Thiago, e que a collocára em um templo gentilico, que alli existia dedicado a Ceres, o qual fôra n'essa occasião purificado e consagrado á Virgem pelo dito apostolo. Diz mais a lenda que n'esse templo se conservou a imagem, até que a condessa Mumadona a trasladára para a igreja do seu mosteiro, onde tem permanecido até hoje. Segundo a opinião de alguns antiquarios, a actual egreja parochial de S. Paio occupa o logar em que se erguia o mencionado templo de Ceres.

Ainda que a imagem da Virgem não tenha tanta antiguidade, como a lenda lhe attribue, é sem questão antiquissima, e tem toda a probabilidade de ser do tempo da condessa Mumadona.

IV

Tem a igreja da collegiada duas sachristias, uma pertencente á irmandade do Santissimo, e a outra aos conegos. N'esta está uma capella feita, ou reconstruida em 1686, na qual se venera com grande devoção dos fieis uma imagem de Nossa Senhora, em pintura muito antiga, que, segundo refere a tradição, e se acha escripto em um velho pergaminho, existente no archivo da collegiada, foi trazida de Roma para esta igreja de Nossa Senhora da Oliveira, no reinado de el-rei D. Diniz, por Paio Domingues, dom prior de Guimarães e deão da sé de Evora.

Guarda-se n'esta sachristia, em um grande armario com portas bem chapeadas de ferro, o magnifico thesouro de vasos sagrados, cruzes, joias do ornato da imagem de Nossa Senhora da Oliveira, e outras alfaias. É o thesouro mais rico de objectos preciosos de arte antiga, que ha no reino. Ao grande numero d'esses objectos, que o compõem, ainda accresce outra circumstancia de muito apreço, e é que entre elles acham-se alguns, que são



Oratorio de prata de D. João I, de Castella

verdadeiros primores de arte, e outros que são padrões gloriosos da historia de Portugal.

Mencionarei as peças mais notaveis d'este thesouro. Começarei, sem seguir ordem chronologica, pelo celebrado oratorio, doado a Nossa Senhora da Oliveira por el-rei D. João I. É de madeira exteriormente, e da fórma de um armario, com duas meias portas, tendo de altura 1m,34; de largura, estando fechado, quasi 1 metro, e se estiver aberto, 2 metros aproximadamente. No interior é todo de prata dourada com obra de esmalte.

O corpo do armario, que terá de fundo uns 10 centimetros, divide-se, na largura, em duas partes, a inferior, mostrando todo o fundo, representa uma como camara; a superior apresenta a fórma de uma fachada gothica, puchada á frente do armario, e fazendo abobada á inferior. N'esta acha-se uma cama em que está deitada uma imagem de Nossa Senhora, com o Menino Jesus; e aos pés da cama vê-se S. José, sentado e encostado ao seu bordão.

Por cima da cama e das imagens da Virgem e de S. José resaltam da parede da camara, no centro uma representação da mangedoura, que serviu de berço ao Menino Jesus, com as cabeças do boi e da mulinha, e nos lados dois meios corpos de anjos com thuribulos nas mãos, em acção de incensar a Jesus recemnascido. As imagens da Virgem e de S. José tem uns 34 centimetros de altura, e são, bem como o Menino Jesus, de vulto inteiro; tendo o rosto e as mãos com encarnação e o resto do corpo de prata dourada. As paredes e abobada da camara são vestidas de folha de prata dourada com seus lavores. A fachada gothica, a que acima me refiro, é toda de prata dourada com esmaltes de differentes côres e compõe-se de dois corpos distinctos: o superior representa a parede ornamentada de um edificio gothico, na qual se estende uma galeria de nove janellas contiguas, delineadas segundo o mais puro gosto, d'aquelle estylo architectonico, resaltando da dita parede, sobre a galeria de janellas, dois anjos, um em cada extremidade, segurando dois escudos de armas de el-rei D. João I de Portugal: o corpo inferior consta de quatro arcos, que formam a abobada da camara, ou presepio, e sustentam outros tantos pavilhões sextavados, em que se abrem brincadas janellas ogivaes, tudo guarnecido de lindos esmaltes. São separados os quatro pavilhões por delgados pilares, que vão servir de base a cinco capellinhas, que se encostam á galeria acima referida. Nas cinco misulas dos quatro arcos vêem-se cinco pequenas estatuas de anjos, de vulto inteiro, com tochas nas mãos. Fazem-lhes docel cinco formosos corucheus, rendilhados, que terminam em esbeltas e delicadas agulhas.

As duas meias portas do oratorio tem o mesmo fundo d'este, e dividem-se tambem em duas partes, superior e inferior; tendo em cada divisão uma camara ou capellinha, com as paredes vestidas de folha de prata dourada com lavores, e coberta por dois arcos ogivaes, que sustentam uma como parede

toda lavrada com diversidade de desenhos esmaltados. Na meia porta do lado direito está representada a «Annunciação», na parte superior e na inferior a «Apresentação»; na meia porta do lado esquerdo está figurada, na parte superior a «Adoração dos pastores», e na inferior a «Adoração dos reis». Todas as figuras são igualmente de vulto inteiro, de prata dourada, com encarnação nos rostos e mãos, e da mesma altura das de Nossa Senhora e S. José, que estão no presepio.

Em tudo quanto respeita a architectura e ornamentação é este oratorio obra para muito se ver e admirar. Mas as figuras deixam muito a desejar, sobre tudo em correcção de desenho.

Gaspar Estaço, que viveu no seculo XVI, diz no seu livro *Varias antiguidades de Portugal*, que este oratorio se fizera da prata a que se pesou el-rei D. João I, e deu de esmola a Nossa Senhora. O padre Antonio Carvalho, no 1.º tomo da sua *Chorographia Portugueza*, em 1706, refuta aquella opinião de Estaço, dizendo que o seu engano devia proceder de ver n'elle (oratorio) esmaltadas as armas d'este rei, que os conegos da real collegiada mandaram n'elle illuminar para signal, que ficasse aos vindouros, que fôra dadiva sua; no que andaram mal aconselhados; porque se n'isso mostraram a mercê, que o rei lhes fez, escureceram a gloria, com que foi alli trazido. E se este auctor conferira o anjo, de que trata no mesmo capitulo n.º 5,[1] e diz fôra tomado na mesma batalha, não houvera de manifestar ao mundo o seu engano; e juntamente quando confessa, que era da capella real de Castella; porque é certo que el-rei D. João o primeiro de Castella não havia de trazer em sua companhia os anjos, que n'ella serviam de ceriaes, sem trazer o retabulo a que elles allumiavam».

A isto accrescentarei, que visitando esta collegiada, pela primeira vez, em 1845, o conego, que então exercia o cargo de thesoureiro mór, uma das cinco dignidades da collegiada, pessoa illustrada, e ha muito fallecida, disse-me que havia alli a tradição, e a ouvira referir, quando entrára para aquella collegiada, a conegos muito edosos, de que o oratorio, ou retabulo de prata fôra tomado a D. João I de Castella na batalha de Aljubarrota, e depois offerecido a Nossa Senhora da Oliveira por D. João I de Portugal, juntamente com os 12 anjos de prata, que faziam parte do mesmo oratorio, e que era por mandado do cabido, que tinham sido substituidos nos dois escudos de armas os leões de Castella pelas quinas de Portugal.

Ha algumas razões, que vêem em abono d'esta tradicção. Ninguem duvída de que os 12 anjos de prata, que possuiu esta igreja, e dos quaes resta um, tendo sido desfeitos 11 para se fabricarem castiçaes e outras peças, foram

[1] O anjo de prata, que se guarda no mesmo thesouro, e que foi tomado a el-rei de Castella em Aljubarrota.

tomados a el-rei de Castella, porque em todos se achava gravado um letreiro, que dizia, em uns: *Esta obra mando hacer el noble sñor Rey Dom Enrique;* e em outros: *Esta obra mando hacer el noble Rey Dom Juan, hijo del noble sñor Rey Dom Enrique.* O anjo que actualmente se guarda no thesouro da collegiada tem esta ultima inscripção. Por conseguinte os 12 anjos foram mandados fazer por D. Henrique II e por seu filho D. João I de Castella.

Além da razão, que allega o padre Carvalho, dizendo que não era crivel, que o rei de Castella tivesse na sua tenda real os anjos, que serviam de ceriaes para allumiar o retabulo, sem ter ahi o retabulo que deviam allumiar, a confrontação do anjo, que resta, com as figuras do oratorio, mostra, por meio de uma rigorosa analyse, que essas obras têem a mesma procedencia, e que talvez sahissem da mesma officina. Quando o mestre de Aviz cingiu a corôa dos nossos reis, a esculptura em pedra achava-se entre nós muito adiantada nos trabalhos de ornamentação, mas em grande atrazo na estatuaria, principalmente pela falta de correcção no desenho. Sejam provas d'esta asserção as obras da Batalha e varios mausoleos, nomeadamente o de el-rei D. Fernando, ao presente no museu archeologico do Carmo, em Lisboa. Não succedia o mesmo, porém, na esculptura em metal. Como se póde ver em alguns vasos sagrados e relicarios, que ha no reino, feitos n'essa epocha em o nosso paiz, os ourives portuguezes já eram muito perfeitos em todo o genero de lavores ornamentaes, e se não produziam primores de arte em trabalhos de figuras, é certo que não commettiam os erros grosseiros em que geralmente cahiam os esculptores em pedra. Esta differença entre esculptores em pedra e em metal continuou a dar-se nos seculos seguintes. Em quanto os esculptores em pedra, no reinado de D. Manuel, esculpiam grosseiramente, e sem a necessaria correcção de desenho, as estatuas dos portaes da igreja de Nossa Senhora de Belem, o ourives Gil Vicente cinzelava com inexcedivel perfeição a famosa e formosissima custodia de ouro que el-rei D. Manuel doou ao mosteiro de Belem,[1] na qual se admiram as 12 estatuas dos apostolos, obra, como toda a custodia, do maior primor.

As terras do nosso paiz, onde a ourivesaria primeiro se desenvolveu e aperfeiçoou foram Guimarães, Braga e Lisboa. Na ascenção do mestre d'Aviz ao throno, já Guimarães tinha no seu seio ourives muito distinctos. Não creio pois, que sahissem das mãos d'estes artistas as figuras do oratorio em questão, todas mais ou menos incorrectas, sobre tudo a de Nossa Senhora, que está deitada, cuja cabeça, por sua desmesurada grandeza, não está proporcionada ao corpo.

Se se comparar o esmalte dos dois escudos d'armas reaes com todos os outros esmaltes do oratorio, reconhecer-se-ha que não são obra dos mesmos

[1] Guarda-se no gabinete de numismatica do paço da Ajuda.

artistas. Aquelles são menos perfeitos. Não tem o brilho e viveza das côres de todos os outros.

Além d'isso, a fórma portatil do oratorio é mais apropriada ao uso, que lhe dava da sua tenda de campanha el-rei D. João I de Castella, do que ao serviço que tem tido na igreja de Guimarães, onde só é exposto no templo em um dia do anno.

O mestre d'Aviz pesou-se a prata para fazer doação a Nossa Senhora da Oliveira das differentes peças de prata necessarias para o seu culto. E n'este sentido é que se faziam taes votos. Para se fazer idéa do seu peso, direi, que quando o fui buscar a Guimarães, para a exposição d'arte ornamental, que se realisou em Lisboa em 1882, eram precisos 8 homens, ou 6 muito possantes, para o transportarem para as carroças, etc.

Gaspar Estaço, foi, não ha duvida, conego d'aquella collegiada; mas tambem fr. Luiz de Sousa, religioso dominicano, foi por algum tempo conventual do convento da Batalha, e além d'isso chronista mór da ordem, e disse na sua *Chronica*, que as capellas imperfeitas da Batalha foram começadas por el-rei D. Manuel, quando este soberano declára no seu testamento, que foi d'ellas principiador el-rei D. Duarte, seu avô.

Mr. Yriarte, inspector de Bellas Artes em França, enviado a Lisboa pelo presidente da Republica Franceza para estudar e fazer um relatorio sobre a nossa exposição d'arte ornamental, apreciando muito o referido oratorio, disse-me que não vira em paiz algum, de tantos que conhecia, uma obra d'este genero, de taes proporções.

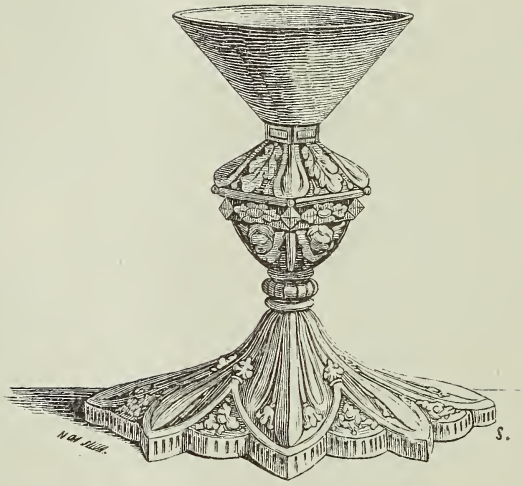
É costume ser exposto este oratorio no altar da capella-mór desde o dia de Natal até á Epiphania, e assim tambem na festa de Nossa Senhora, voltando depois para a sachristia, onde fica encerrado no referido armario. N'este mesmo logar se guarda o anjo de prata, mencionado acima, o qual tem de peso 24 marcos. Se não é uma obra apreciavel pelo primor artistico, é certamente de muito apreço como tropheo glorioso das armas portuguezas, e como padrão da independencia nacional. Antigamente costumavam levar este anjo na procissão do Corpo de Deus, debaixo do palio, pondo-lhe nas mãos o Santissimo Sacramento. Durou esta pratica até 1540, começando d'ahi por diante a ser conduzido tambem debaixo do palio, na procissão do Anjo Custodio, que se faz todos os annos no terceiro domingo de julho. Para que figure de Anjo Custodio do reino, e commemore a victoria, que assegurou a nossa independencia, costumam, só para esta festividade, pôrem-lhe na mão esquerda o escudo das armas reaes, e na direita uma espada.

V

A peça mais antiga, que se guarda no thesouro da collegiada, é um calix denominado de «S. Torquato», que, segundo diz a tradição e memorias escriptas antiquissimas, pertenceu a S. Torquato, martyr, arcebispo de Braga. É estimado, portanto, como reliquia santa e como objecto archeologico. A tradição não é verdadeira, pois que o calix, pela sua fórma e ornamentação, é obra do seculo XIII. S. Torquato viveu e foi martyrisado no seculo VIII. Os calices n'essa epocha eram muito differentes na fórma, e na sua singela ornamentação. É de prata dourada, e de singular feitio, sobre tudo pelo grande diametro da base. Tem de peso cinco marcos e meio. Não sobresae por delicadezas e primores de esculptura. O seu merecimento artistico encerra-se na obra de esmalte. A base é recortada em oito grandes divisões ponteagudas, separadas por uns ornatos de volta redonda. Nas oito grandes divisões estão a imagem de Nossa Senhora e as de sete apostolos, todas de esmalte, e cada uma occupando um d'aquelles oito repartimentos. A patena tem representada a Santissima Trindade tambem em esmalte.

Vê-se alli outro *calix*, de menos remota antiguidade, mas de maior belleza e de mais primorado trabalho. Na elegancia do desenho, em geral, na profusão e boa distribuição dos ornatos, na perfeição das esculpturas, e principalmente na phantasiosa invenção e brincados lavores dos ornamentos gothicos, mostra ser obra dos principios do seculo XVI, epocha em que a ourivesaria portugueza chegou ao seu maior aperfeiçoamento. E com effeito foi offerecido a Nossa Senhora da Oliveira nos fins do reinado de el-rei D. Manuel por Fernando Alvares, mestre eschola d'esta collegiada, e ha toda a razão para crer que teve por artifices os ourives de Guimarães. É de prata dourada, com oito marcos, menos uma onça, de peso. A copa é adornada com seis figuras de anjos, empunhando os emblemas da Paixão, e com outros seis na parte inferior sustentando seis tintinabulos. Decoram o nó seis esbeltos nichos unidos por columnas e variados ornamentos gothicos, e coroados por baldaquinos rendilhados. Occupam estes nichos as estatuas da Virgem e de cinco apostolos. A base é dividida em doze gomos. Nos seis maiores estão esculpidas, em relevo, as imagens de seis apostolos. Nos seis menores ha ornatos de esmalte. Na borda da copa tem gravada a inscripção: *Hic est calix sanguinis mei, novi et.* Na parte superior tem em torno do calix, em esculptura relevada, um formoso côro de anjos em adoração.

Entre as diversas custodias, que se contêem n'este thesouro, extrema-se pela sua grandeza, pelo seu valor intrinseco, pela originalidade e belleza do feitio, e pelo primor com que está fabricada, uma *custodia* de prata dourada,



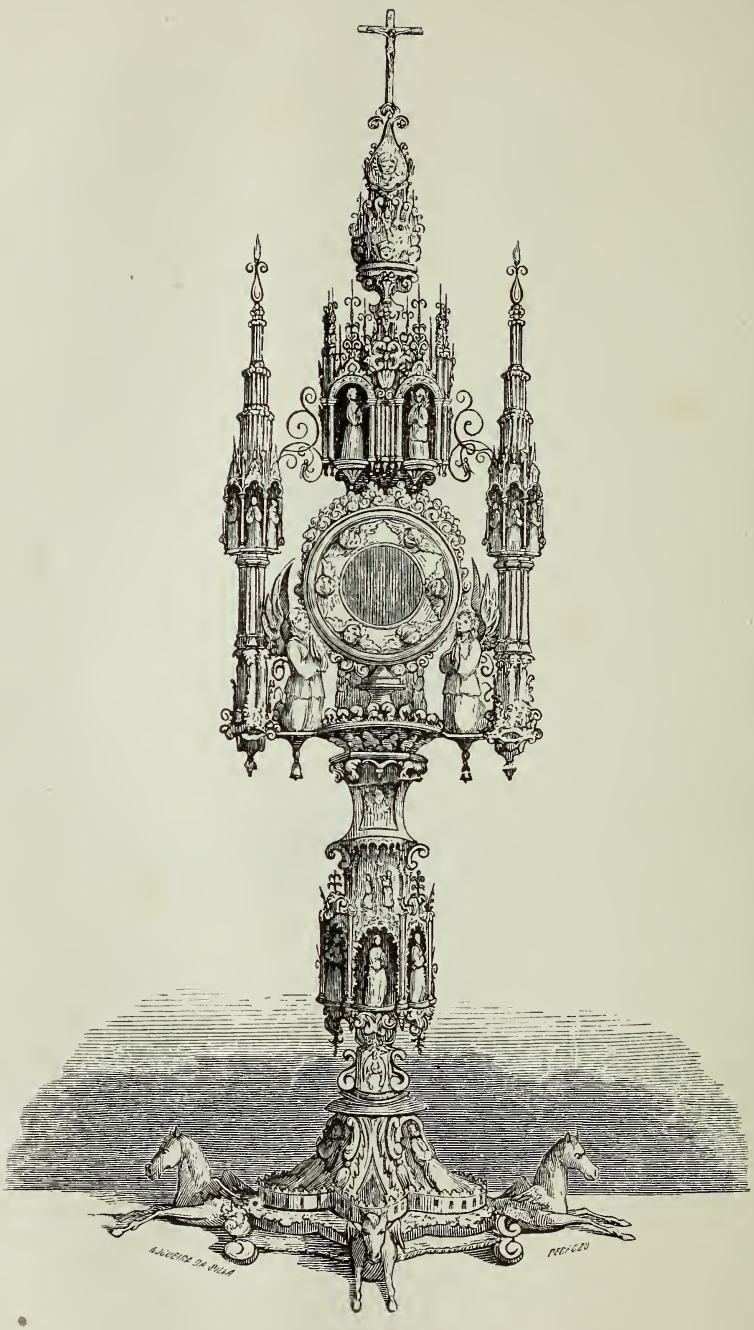
Calix de S. Torquato

que o conego Gonçalo Annes, ou como então se dizia, Gonçaleanes, deu a Nossa Senhora em 1534. Tem de altura 95 centimetros, e quasi a mesma medida de circumferencia na base, incluindo as figuras, em que assenta. Estas figuras, por uma singular anomalia, de que se vêem muitos exemplos tanto em esculpturas em pedra como em metal, nos edificios religiosos e vasos sagrados d'essa epocha, representam dous griphos e duas esphinges, tendo nos intervallos quatro garras de aguia, empolgando quatro bolas. Eleva-se a base em tres degraus, á maneira de throno. No ultimo estão esculpidas em meio relevo as imagens de Nossa Senhora com o Menino Jesus, Santa Isabel, seu filho, S. João Baptista e S. Pedro. D'esta base ou peanha levanta-se o tronco, lavrado com diversidade de desenhos, tendo a meia altura seis nichos com estatuas de santos, debaixo de baldaquinos, vasados e lavrados como rendas. Sustenta este tronco um como prato oblongo, do centro do qual se ergue a pyxide entre dois pilares, compostos de delgadas columnas, e rematando em nichos com pequenas estatuas e floreados baldaquinos. Junto da pyxide e dos pilares sobre a borda do prato, estão dois anjos em adoração, tocando instrumentos de vento. No lado opposto acham-se outros dois anjos, em igual postura. O prato é guarnecido de uma brincada renda e adornado com seis campainhas, que pendem da base dos pilares e da de cada um dos anjos. Serafins, silvados e rendas fazem tres cercaduras em volta da pyxide, sobre a qual se eleva um formoso pavilhão, em que se abrem quatro nichos com as estatuas dos quatro evangelistas, a que fazem docel outros tantos baldaquinos de delicadissimo lavor. Um elegante corucheu, todo lavrado de arabescos, flores e cherubins, e coroado pela imagem de Christo crucificado, serve de remate a esta preciosa e formosissima custodia. Debaixo do prato, em que pousa a pyxide, está gravada a seguinte inscripção: *Esta custodia foi acabada na era de* 1534.

Tambem não ha noticia positiva da terra, onde foi feita esta custodia, mas crê-se com muito plausivel fundamento, que foi em Guimarães.

Não é menos admiravel pela excellencia do trabalho uma cruz grande de prata branca, fabricada na mesma epocha, e doada á egreja da collegiada pelo mesmo conego Gonçalo Annes. Fórma a base da cruz um como throno sextavado, composto de quatro corpos, tres a modo de degraus, e o quarto, em que assenta a cruz, representando o Calvario. Toda esta obra é de prata. Cada uma das dezoito faces d'aquelles tres corpos tem esculpido um quadro de baixo relevo.

Os seis do corpo inferior representam:—Judas entregando a Christo—Jesus Christo em casa de Pilatos—O Senhor com a cana verde na mão—Christo amarrado á columna—Os judeus açoutando o Senhor—e Jesus Christo indo para o Calvario.—Os seis paineis do segundo corpo são mais pequenos, porque os degraus vão diminuindo de altura. Representam: Dois passos da



Custodia de prata dourada, offerecida a Nossa Senhora da Oliveira pelo conego Gonçalo Annes

vida de Nossa Senhora — dois da vida de Christo — a degolação de S. João Baptista — e o propheta Daniel. Nos seis baixos relevos do terceiro corpo vêem-se: S. João Evangelista escrevendo o Apocalypse na ilha de Patmos — S. Matheus escrevendo o Evangelho — Nossa Senhora com Jesus Christo morto nos seus braços — A ressurreição — S. Marcos — e S. Lucas. Todos estes quadros são divididos uns dos outros por mui bem lavrados pilares, adornados de nichos com as estatuas de Salomão, de Moysés, dos seis prophetas, dos quatro evangelistas e dos quatro doutores da igreja. Os pilares, rematando em esbeltas agulhas, ornadas de mui delicados relevos, os brincados baldaquinos que cobrem as estatuas e os quadros, e os variadissimos relevos, que resaltam por toda esta fabrica, tudo no estilo gothico florido, dão-lhe um aspecto grandioso e encantador. O pequeno Calvario, sobre o qual se ergue a cruz, é todo lavrado em arvores, penedos, caveiras e ossos. A cruz é toda guarnecida, com muita diversidade de lavores, entre os quaes avultam onze medalhas de cada lado, umas quadradas, outras circulares, com differentes bustos.

Pesa esta cruz 71 marcos e meio. Serve para ser levada nas procissões, em certos dias festivos, alçada em uma haste de pau.

Outra cruz de prata, processional, com $0^{m},82$ d'altura, toda lavrada de folhagem de carvalho, com as extremidades rematadas em flor de liz, assenta sobre dois corpos oitavados de estilo gothico puro, tão similhantes á architectura da egreja da Batalha, que a estão denunciando como obra da mesma epocha, não obstante a tradição, que diz ter servido a S. Giraldo na solemnidade do baptismo de D. Affonso Henriques.

Provavelmente foi mandada fazer e doada por el-rei D. João I á pequena igreja de S. Miguel do Castello, á qual pertence, posto que se guarde no thesouro da collegiada de Nossa Senhora da Oliveira.

Outra peça antiga, e muito curiosa, é um *cofre de prata* macissa, todo guarnecido de lavores em relevo, com o brazão de armas dos Cunhas. Foi offerecido a esta collegiada pelo seu dom prior Ruy da Cunha. E n'elle depositaram algumas reliquias de differentes santos, as quaes trouxe de Roma para esta igreja o arcipreste Fernando Gonçalves. Tem de peso 27 marcos e duas onças. É costume ser conduzido em algumas procissões.

De entre os vasos sagrados e cruzes, que se guardam n'este thesouro, os que deixo descriptos são os mais notaveis pelo merecimento artistico e archeologico, e pelas memorias historicas, que recordam. Contém, porém, além d'estes outros calices, custodias e cruzes de prata dourada, e diversos relicarios da mesma materia, cinzelados com muito primor, e ostentando graciosos desenhos, tanto na sua fórma, como nos lavores, que os guarnecem.

São muitas, e algumas de grande riqueza, as joias do ornato da imagem de Nossa Senhora da Oliveira, que se guardam n'este thesouro, e que servem

unicamente em dias festivos. Mencionarei as principaes. Uma *corôa* grande de Nossa Senhora, de ouro macisso, toda cravejada de brilhantes, esmeraldas e rubis. Não sei, ao certo, quantos marcos pesa, mas são bastantes. É uma peça de muito merecimento artistico, e de subido valor. Um *peitoril*, todo cravejado de pedras preciosas, obra de grande preço e perfeição.

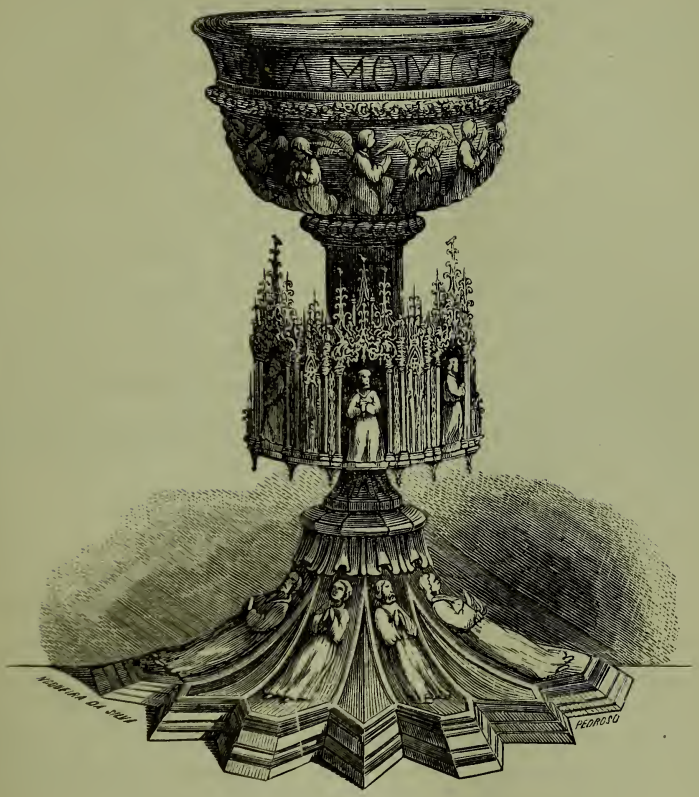
A chamada *meada de Nossa Senhora* consiste em numerosos e compridos cordões de ouro, mui delgados, reunidos em fórma de meada, tão pesada, que custa a sustental-a na mão com o braço erguido. Enfeita-se a imagem da Virgem com esta meada, posta em volta da cintura, que aperta com um nó, cahindo o resto pela frente dos vestidos até aos pés. Esta meada é de trabalho esmerado e delicadissimo. Creio que foi dadiva de D. João da Silva e Salzedo, viajante aventureiro, que deveu ao valor do seu braço a fortuna, que desfructou, e o cargo que exerceu por muito tempo de governador do porto de Santa Maria no reino visinho.

Afóra estas joias, possue Nossa Senhora da Oliveira uma cruz de ouro, cravejada de esmeraldas, offerecida pelo mesmo devoto; um afogador e outras peças de ouro, guarnecidas de aljofares e esmaltes.

São muitas as peças de prata do serviço dos altares e ornamento da igreja, taes como alampadas, castiçaes, cruzes, sacras, calices, galhetas, thuribulos e navetas, jarros e salvas, etc. Entre estas peças ha tambem algumas dignas de particular attenção pela sua antiguidade, elegancia de fórmas, e excellencia de esculptura.

Á vista d'esta resenha, embora breve e incompleta, bem se poderá julgar, que não ha no reino outra igreja, que possua um thesouro tão copioso e tão rico de objectos archeologicos, de preciosidades artisticas e historicas. Se todos estes objectos são muito para ver e admirar, não deve causar menos admiração aos nacionaes acharem alli conservadas todas essas riquezas, depois de duas invasões estrangeiras, que assolaram a provincia do Minho até á cidade do Porto, a do exercito hespanhol commandado pelo general Taranco nos fins do anno de 1807, e a do exercito francez sob as ordens do marechal Soult, duque de Dalmacia, na primavera de 1809.

Escaparam, com effeito aquellas riquezas á rapacidade do inimigo, porque houve na collegiada de Nossa Senhora da Oliveira membros zelosos e diligentes, que se lembraram de esconder todos esses objectos, apenas constou a aproximação dos invasores, e por tal modo souberam occultal-os, que o inimigo, apezar da sua insaciavel avidez, não descobriu o esconderijo, ou não suspeitou, talvez, do encobrimento. Porém, não se pense que os invasores deixaram Guimarães sem exercerem a rapina na collegiada de Nossa Senhora da Oliveira. Levaram d'ella muitas peças de prata, que representavam um grande valor, e que tornavam o seu thesouro ainda muito mais rico do que é presentemente. Mas não era possivel esconder tudo, porque se entendeu,



Calix da real collegiada de Nossa Senhora da Oliveira em Guimarães

e com razão, que n'esse caso correr-se-hia perigo de vir a ser descoberto todo o thesouro, pois não faltam aos invasores implacaveis, e sedentos de ouro, os meios de intimidação e coacção. Usando d'elles, levaram os francezes da Sé de Braga e de outras igrejas do Minho e de muitos templos e estabelecimentos publicos de Lisboa, grande quantidade de objectos preciosos, alguns dos quaes tinham debalde sido escondidos ás vistas do inimigo.

Tambem se guarda no thesouro d'esta collegiada um objecto, cujo valor na actualidade é tão sómente historico. É um pelote de el-rei D. João I, e, conforme a tradição, o proprio que este soberano trazia vestido sobre a armadura na memoravel batalha de Aljubarrota. É o pelote uma especie de casaco largo sem gola nem mangas. Este trajo começou a usar-se entre nós no seculo XIV e durou até fins do seculo XVI. O de el-rei D. João I era primitivamente de brocado de ouro e seda; porém agora pouco ouro se lhe divisa; tão gasto se acha do correr do tempo e das muitas mãos que tem pegado n'elle. Não obstante achar-se despojado do metal que devia tornal-o muito pesado, ainda assim não peza menos de seis a sete kilogrammas, por causa dos volumosos chumaços, que tem, principalmente no peito. Foi offerecido a Nossa Senhora da Oliveira pelo referido monarcha; o que mais corrobora a tradição, juntamente com a circumstancia de ser levado, desde aquella epocha, na procissão que se faz todos os annos, no dia 14 de agosto, anniversario da victoria de Aljubarrota; e que sae da igreja de Nossa Senhora da Oliveira para a praça contigua.

VI

Em um dos braços do cruzeiro da igreja abre-se uma porta, que conduz para o claustro. Não sobresae este pela belleza ou grandiosidade da traça, nem pelas galas da architectura. As suas abobadas são baixas; é acanhada a arcaria; são pequenas as columnas, que a sustentam e mesquinhos e grosseiros os lavores dos capiteis, representando figuras e folhagens. Todavia tem merecimento, não só pela sua antiguidade, mas tambem como typo de claustros de éras de que nos restam mui poucos exemplares; e como tal util para o estudo da historia da architectura nacional. Não sei ao certo a epocha, em que foi construido. Á falta de noticias escriptas ou tradicionaes, sómente se poderia chegar a alguma conclusão pelo estudo e analyse comparativa d'este claustro com outros de éras sabidas. Entretanto não é licito duvidar de que é obra muito anterior ao seculo XIV.

É bem de presumir, que os aluidores, que não respeitaram o templo do mestre de Aviz, monumento venerando de um dos mais gloriosos e impor-

tantes feitos da nação portugueza, não poderiam respeitar o pobre claustro, que apenas se recommendava pela singeleza austera da antiguidade. Por conseguinte tudo foi caiado, muitas vezes caiado, de modo que o granito das arcadas, das paredes e das abobadas, com a grave côr que os seculos lhe foram dando na sua passagem, ficou encoberto, perfeitamente occulto, sob as muitas camadas de cal.

Estende-se o claustro por detraz da capella-mór, constando sómente de tres lanços. Vêem-se n'elle alguns tumulos, de architectura simples e modesta, mettidos em arcos no grosso da parede. Em um dos lanços do claustro abre-se uma porta com arco em fórma de ferradura, sustentado por duas columnas, exactamente segundo o estilo arabe. Em volta do claustro ha varias capellas, algumas das quaes, fundadas por particulares, eram cabeças de morgados.

Está encostado a este claustro, com porta para elle, o *palacio do dom prior*. Apesar do titulo com que se decora, a morada dos prelados d'esta collegiada não apresenta no seu prospecto regularidade, nem nobreza. A frontaria deita para um pateo com um portal que dá sahida para a rua de Santa Maria. É pouco elevada essa fachada; são pequenas e sem ornamentação as suas janellas. Uma escadaria de pedra dá serventia, exteriormente, do paço para o pateo, e é a principal entrada d'aquelle. As salas são poucas e acanhadas. Presentemente uma familia burgueza medianamente abastada achar-se-ia alli mal accommodada. Porém, tal era o viver singelo da nação nos primeiros seculos da monarchia, que este paço, a que bem quadrava então esse nome, era habitação condigna da opulencia e representação dos prelados d'esta igreja.

Quando el-rei D. João I, já victorioso nos campos de Aljubarrota, andou pelo reino a conquistar as terras, que tinham voz por Castella, indo á provincia do Minho com este proposito, encontrou Guimarães opposta á sua auctoridade e defendida energicamente por Ayres Gomes da Silva, que a governava em nome de el-rei D. João I de Castella, em poder do qual tinha cahido, infelizmente, depois que o mestre de Aviz fôra em romaria a Nossa Senhora da Oliveira, em cumprimento da promessa feita antes da batalha, e a offerecer-lhe os tropheus da victoria. Deu-se o assalto; foi entrada a villa á força de armas, e o mestre de Aviz aposentou-se no palacio do dom prior. É natural que esta mesma casa lhe servisse de residencia, quando foi a Guimarães d'aquella outra vez; e assim tambem quando, passados alguns poucos annos, voltou a essa villa, nas proximidades do seu casamento com a rainha D. Filippa de Lencastre. Porém, os auctores, que tratam d'esses successos, apenas designam as casas em que este monarcha se aposentou em Guimarães, com referencia á tomada d'esta villa.

Desfructou esta collegiada, como disse em outro logar, muitos privilegios

e preeminencias, e avultados rendimentos. As reformas politicas acabaram com esses privilegios, cercearam-lhe muito as preeminencias, e tambem lhe diminuiram consideravelmente os rendimentos. Resta-lhe, como memoria da sua passada grandeza, o titulo honorifico de *real e insigne collegiada.*

A dignidade do dom prior, a que correspondem honras episcopaes, tem sido exercida, geralmente fallando, desde a sua origem sob o governo do conde D. Henrique de Borgonha, por individuos de esclarecida nobreza, e, apesar das vicissitudes dos tempos e da fortuna, foi sempre muito considerada na jerarchia ecclesiastica do nosso paiz. No catalogo d'estes prelados figuram, além de muitos fidalgos pertencentes ás principaes familias do reino, dois principes da casa de Bragança. Foram estes D. Fulgencio, filho de D. Jayme, unico do nome e quarto duque de Bragança, e da duqueza D. Joanna de Mendonça, e D. Alexandre, filho de D. João I do nome, e sexto duque de Bragança, e da duqueza D. Catharina, filha do infante D. Duarte, duque de Guimarães, e neta de el-rei D. Manuel. Tambem foi dom prior d'esta collegiada D. João de Bragança, filho do 2.º marquez de Ferreira, e da marqueza D. Eugenia, filha do duque de Bragança D. Jayme.

As collegiadas, que desfructam o titulo de *Insignes*, estão extinctas por lei das côrtes, mas para se verificar a extincção depois do fallecimento das dignidades e conegos. Por esta razão a collegiada de Nossa Senhora da Oliveira não tem dom prior ha muitos annos. Hoje está reduzida a uma só dignidade, o thesoureiro mór, e mais tres conegos.

O archivo d'esta collegiada, situado junto ao claustro, para o qual tem porta, é um dos mais notaveis do reino pela grande copia de escripturas e outros documentos antigos, que possue, não poucos anteriores á fundação da monarchia; e muitos d'elles, embora concernentes aos bens, regalias e isenções concedidas á collegiada, são importantes para a historia de Portugal, pelos personagens que n'elles figuram, ou por successos que narram, ou a que fazem referencia, ou emfim pelas ceremonias, usos e praticas de que dão testemunho.

VII

Resta-me fallar de um monumento, que, não obstante estar separado do edificio da collegiada, diz-lhe respeito.

É o cruzeiro coberto, que se levanta na praça, em frente da porta da igreja, e em distancia de poucos passos do adro. Dão-lhe o nome de *padrão*, e teve por fundador a el-rei D. Affonso IV.

É um edificio composto de quatro arcos ogivaes, formando um quadrado,

coberto de abobada de laçaria de pedra. Compõe-se cada arco de varias columnas delgadas, com seus capiteis de figuras e folhagens grosseiramente esculpidas. Encostam-se os arcos a quatro grossos pilares de cantaria, que formam os quatros angulos, em que se estriba a abobada. Sobre o vertice de cada um dos arcos vê-se o escudo das armas reaes, da maneira que el-rei D. Affonso IV usava d'ellas. Entrando por qualquer dos quatro arcos, sobe-se dous degraus para um pavimento lageado, no meio do qual se ergue, debaixo da abobada, um esbelto e formoso cruzeiro de pedra, fabricado segundo o estilo gothico. Além da imagem de Christo crucificado, adornam este lindo cruzeiro as estatuas de Nossa Senhora, de S. João Evangelista, de S. Damaso, papa, natural de Guimarães, de S. Torquato, martyr, arcebispo de Braga, de Nossa Senhora do Rosario, de S. Filippe, apostolo e de S. Gualter, todas de vulto inteiro. As quatro primeiras estatuas ornamentam a cruz da parte em que está a imagem de Christo crucificado; as tres restantes do lado opposto.

Na haste da cruz está uma lamina de bronze com a seguinte inscripção gravada, tendo todas as palavras separadas umas das outras por uma cruz similhante á da ordem militar de Christo: *A onra d Deus e d Scã Maria, e por esta uila mais onrada ser, e o poboo fez fazer esta obra Pero Steves, de Guimarães, mercador em Lixboa, filho d Estevão Gcia, e de Mta Pez, na E. M. CCCLXXX annos. VIII dias d Setembro.*

M. L. R. O. F. E. X.

Esta data de 1380 é a éra de Cesar, que corresponde á de Christo de 1342.

Este Pero Esteves, filho de Estevão Garcia e de Martha Peres, foi o fundador, isto é o que fez collocar o cruzeiro n'aquelle lugar no dia e éra acima referida.

Mas como disse logo no principio, narrando a lenda de Nossa Senhora da Oliveira, este cruzeiro foi mandado fazer na Normandia e d'alli transportado para Guimarães por Gonçalo Esteves, irmão do dito Pero Esteves.

A cruz tem por base um pedestal composto de varios degraus, que servem de assento ao povo

Debaixo da mesma abobada, encostado ao arco fronteiro á porta da igreja, está um altar com uma imagem de Nossa Senhora da Victoria. Foi alli collocado em commemoração da victoria de Aljubarrota. E, todos os annos, no dia 14 de agosto, anniversario d'este glorioso successo, vão os conegos alli em procissão solemne, levando hasteado o pelote de el-rei D. João I. Depois de se celebrar missa em acção de graças, no altar de Nossa Senhora da Victoria, recolhe-se a procissão ao templo.

Igreja de S. Miguel do Castello em Guimarães

IGREJA

DE

S. MIGUEL DO CASTELLO

Em Guimarães

I

Este templo, que se ergue humildemente proximo das muralhas do castello de Guimarães, é de fabrica tão acanhada, e de construcção tão mesquinha, que não merecia consideração alguma, olhado como simples edificio, se não viessem dar-lhe valia circumstancias muito importantes.

Pequeno, baixo, singelo e pobrissimo de decorações, em todo o rigor d'estes vocabulos, é, não obstante, um padrão precioso para a historia da architectura em o nosso paiz, e ao mesmo tempo um monumento nacional de grande apreço.

Uma tradicção antiquissima, acceita por alguns antiquarios nacionaes, confere a esta igreja as honras de primaz de todas as parochias do arcebispado de Braga. Se a tradição fôsse verdadeira, a fundação da igreja de S. Miguel datava dos primeiros tempos do christianismo. Entretanto não me consta que haja documento authentico, que auctorize similhante tradição. Porém basta-lhe para brazão de antiguidade e nobreza ter sido, no seculo x, parochia do burgo, ao diante villa, e hoje cidade de Guimarães; e ter servido de capella real ao conde D. Henrique de Borgonha e a sua esposa a rainha D. Thereza, quando vieram assentar a sua côrte no visinho castello da condessa Mumadona. E, finalmente, para maior lustre d'aquelle brazão, o fundador da monarchia portugueza recebeu n'esta igreja as aguas do baptismo das mãos do arcebispo de Braga S. Geraldo, no anno de 1109. São estes, pois, os titulos que lhe dão logar entre os monumentos nacionaes.

II

Não ha certeza da epocha em que foi fundada a igreja de S. Miguel. Pretendem alguns escriptores, que já existia ha muito, quando a condessa Mumadona edificou o seu mosteiro. Conforme esta opinião, era parochia sem ter povoação junto de si, vivendo os seus freguezes espalhados, nas suas propriedades ruraes, nos montes e campos circumvisinhos. Porém a opinião mais seguida, e que se abona com mais plausiveis conjecturas, attribue a fundação do templo ao seculo X; sendo por conseguinte edificado para servir de parochia á povoação, que veiu sentar-se á sombra do mosteiro e do castello. O que é certo é que já existia como igreja parochial do dito burgo, quando o conde D. Henrique de Borgonha e a rainha sua esposa se estabeleceram no referido castello.

Os tumulos, que se veem mettidos em arcos, embebidos em uma das paredes exteriores da igreja, comprovam esta ultima opinião, pois que esta pratica foi usada em o nosso paiz nos seculos XI e XII, em que não se permittiam enterramentos dentro das igrejas.

Foi a igreja de S. Miguel a primeira capella real dos paços do conde D. Henrique. Posteriormente passou esta preeminencia para a igreja de Nossa Senhora da Oliveira.

Não sei que conste de documento algum authentico, que D. Affonso Henriques fôsse baptisado na igreja de S. Miguel; nem é natural que exista escriptura alguma contemporanea, pois que n'esses tempos não era costume fazer-se commemoração escripta de taes successos. Porém sendo a igreja de S. Miguel parochia do burgo de Guimarães e do castello do conde D. Henrique, e além d'isso capella real d'este soberano; não tendo os seus paços, construidos sobre um lanço da muralha do mesmo castello, capacidade para conter uma capella,[1] porque nos seus acanhados aposentos achar-se-hia hoje mal acommodada qualquer familia burgueza, por modesta que seja, deve-se, não só presumir, mas crer que seriam baptisados n'esta igreja os filhos do conde D. Henrique e da rainha D. Thereza, nascidos nos paços do castello de Guimarães. Do nascimento de D. Affonso Henriques, n'esses paços não ha que duvidar; d'isso dão testemunho, além da tradição não contestada, passada de pais a filhos no correr dos seculos, muitas memorias antigas, que se encontram não só em livros, mas tambem em documentos.

---

[1] Em uma das torres do castello, fronteira ao paço real, havia uma capella dedicada a S. João Baptista, pequena e pobrissima, onde se dizia missa aos domingos para os presos poderem ouvir; e que não consta que servisse para solemnidades da côrte.

A pia em que a tradição geral refere ter sido baptisado D. Affonso Henriques, foi transportada no anno de 1664, como disse no capitulo antecedente, para a igreja de Nossa Senhora da Oliveira.[1]

A igreja de S. Miguel desfructou grandes privilegios, entre os quaes se contava o de ser sujeita unicamente ao papa com inteira isenção dos arcebispos de Braga. Teve annexo a si desde mui remotos tempos um hospital da invocação do *Anjo*.

III

Não se póde duvidar de que n'este templo se fizeram algumas obras de construcção. D'isto dão testemunho os dois altares collateraes da capella-mór, pois que no seculo a que é attribuida a sua fundação, e ainda no reinado de D. Affonso Henriques, não se admittia nas igrejas, em o nosso paiz, mais do que um unico altar, o da capella-mór. Tambem os trabalhos de reedificação, a que se está procedendo, pozeram a descoberto a fórma primitiva do arco cruzeiro que era de volta redonda; e por conseguinte anterior ao seculo XII, pois que a fórma ogival foi introduzida na architectura portugueza na primeira metade d'esse seculo, sob a regencia da rainha D. Thereza, ou governando já seu filho D. Affonso Henriques.

A reedificação a que alludo, apenas parcial, e que, sem alterar a fórma geral do templo, pouco lhe modificou a architectura, seria talvez emprehendida no reinado de D. Sancho I, pois data do seu tempo o uso de construir nas igrejas mais de um altar, que no principio se limitou a dois, além do altar-mór, e collateraes d'este. Em todo o caso a igreja de S. Miguel tem conservado, com pequena differença as suas feições primitivas, e é esta circumstancia que a torna apreciavel para o estudo da historia da architectura portugueza. E tanto mais apreciavel, quanto é certo, infelizmente, que os terremotos, e ainda mais a ignorancia dos reedificadores, tem dado cabo de quasi todos os edificios religiosos anteriores ou coevos com a fundação da monarchia.

A frugalidade do viver, a simplicidade dos costumes, a rudeza e pobreza da nação n'essa éra remota, em que se constituiu livre e independente, lá se veem estampados, como feições de um rosto humano em limpido espelho, na traça acanhada e humilde da igreja de S. Miguel, nas suas paredes exteriores e interiores, mal affeiçoadas e nuas, no singelo portal, na cantaria

[1] Veja-se o que digo a seu respeito no referido capitulo.

liza das estreitas frestas, na falta geral de ornamentação, e emfim no lavrado grosseiro da pedra. Tudo isto manifesta a infancia da arte portugueza; deitando luz n'esse primeiro capitulo da sua historia, que, pelas razões acima expostas, tanto d'ella carece. Pois essa veneranda sentinella dos tempos, que tem visto passar junto de si tantas gerações; esse padrão dos fastos nacionaes, que zombou por muitos seculos do embate das tempestades, esteve ameaçado de desapparecer da face da terra, não obstante o seu incontestavel jus ao acatamento dos portuguezes.

Ainda não ha muitos annos estava aberto ao culto, e era uma das parochias de Guimarães. Porém a incuria de quem lhe cumpria velar pela sua conservação, deixou arruinar o telhado, a ponto de abater. Com mais alguns annos de abandono, desmoronar-se-iam as paredes pouco a pouco; e em breve seria um montão de pedras derrocadas o templo em que o vencedor de Ourique, o strenuo campeão da fé, o heroico propugnador da independencia dos portuguezes recebeu, com a graça do baptismo, o nome que as suas façanhas tornaram glorioso e immortal.

Houve, felizmente, em Guimarães corações generosos e patrioticos, que se doeram da triste sorte do monumento, e que se propozeram a salval-o da destruição, livrando tambem a sua terra de uma grande vergonha, porque taes ruinas lhe seriam eterno desdouro.

Tomou a seu cargo a execução d'este pensamento uma benemerita commissão de que fizeram parte os srs. padre Antonio José Ferreira Caldas e J. Pinto de Queiroz, ao primeiro dos quaes se deve, se estou bem informado, a idéa inicial. Movida do louvavel empenho de proceder á reconstrucção do templo sem lhe alterar a architectura primitiva, a commissão consultou a real associação dos architectos e archeologos portuguezes. Esta associação, que tem prestado ás artes e ao paiz excellentes serviços, correspondeu benevolamente ao convite, nomeando logo uma commissão para estudar o assumpto e dar o seu parecer.

Para que ella se desempenhasse cabalmente d'este difficil encargo, offereceu-se um dos seus membros, o sr. conselheiro Feijó, para ir examinar o monumento. O distincto engenheiro foi com effeito a Guimarães, e, em resultado do exame consciencioso a que procedeu, redigiu o parecer da commissão com tanto acerto e conhecimento da arte, que foi approvado pelos outros membros da commissão, e logo depois pela associação reunida em assembléa geral.

Seguindo-se pois as indicações apresentadas no referido parecer a igreja de S. Miguel do Castello, foi reedificada e restaurada, conservando a sua antiga simplicidade e pureza de estilo, exemplo muito raro nas reconstrucções dos edificios antigos, a que se tem procedido n'este reino.

CASTELLO DE GUIMARÃES

I

Tratando da collegiada de Nossa Senhora da Oliveira, ficou ahi commemorada a fundação do castello de Guimarães pela condessa Mumadona.

Nos fins do seculo XI as humildes choupanas, que tinham procurado abrigo á sombra das muralhas do castello de Dona Muma, haviam-se transformado em moradas de casas de melhor construcção e estas tanto se tinham multiplicado, que formavam uma grande povoação com o nome de Guimarães. Foi aqui, pois, que os novos condes de Portugal, D. Henrique e D. Thereza, vieram estabelecer a sua côrte, preferindo-a á antiquissima cidade de Braga, provavelmente em attenção á segurança que lhes offerecia aquelle bem construido castello.

Procederam a ligeiras reparações na fortaleza e construiram n'ella uns paços para sua residencia, se é que não se aproveitaram dos que a condessa fundadora teria edificado para sua habitação, quando os sarracenos a constrangessem a deixar o claustro para se refugiar no visinho castello.

Viveram n'estes paços o conde D. Henrique e sua mulher a rainha D. Thereza a maior parte do tempo durante a constancia do matrimonio. N'elles nasceu e foi creado D. Affonso Henriques.

Depois da morte do conde D. Henrique, succedida no anno de 1114, continuou Guimarães a ser séde da côrte de Portugal durante o governo da rainha D. Thereza, e no de seu filho, o infante D. Affonso Henriques, até este principe a transferir para Coimbra, onde o esperavam as honras da realeza.

No decurso d'este periodo foi o castello de Guimarães theatro de importantes acontecimentos.

Primeiramente foram scenas de discordia, provocadas pelos amores do conde D. Fernando Peres de Trava com a rainha D. Thereza, que alienaram da mãe o affecto e obediencia do filho, e da soberana o respeito e lealdade dos vassallos, acabando por expulsal-a do governo. Depois foi o facho da guerra que veiu açoutar as muralhas do castello.

Correndo o anno de 1127, D. Affonso VII rei de Castella e Leão poz o castello de Guimarães em apertado cêrco, para obrigar seu sobrinho, o infante D. Affonso Henriques, a reconhecel-o por suzerano. Tambem este assedio ficou commemorado pelo acto de dedicação do fiel aio de D. Affonso Henriques, D. Egas Moniz, que salvou o principe e a fortaleza dos horrores de um longo cêrco, e talvez do perigo de cahirem em poder dos sitiadores, obtendo, pelo credito da sua palavra e pelo respeito que inspirava a sua pessoa, que o monarcha leonez levantasse o sitio e se recolhesse ao seu reino.

Mais tarde, decorridos quasi dois seculos, foi uma scena de rebeldia, que ahi se passou, durante as funestas discordias do infante D. Affonso, herdeiro da corôa, com el-rei D. Diniz, seu pae. Depois de ter assolado muitas terras do reino, em differentes provincias, deixando assignalada a sua passagem com roubos, morticinios, e sacrilegios, pois que nenhum crime, por mais atroz que fôsse, era defeso aos malfeitores, que o acompanhavam, e que formavam a principal parte da sua hoste, foi sobre Guimarães. Corria então o anno de 1323, da éra de Christo.

Tendo-se-lhe entregado com pouca ou nenhuma resistencia as cidades, villas e castellos por onde fizera caminho, taes como Santarem, Leiria, Coimbra e Porto, esperava o infante que a villa de Guimarães e o seu castello lhe franqueassem do mesmo modo a entrada. Não succedeu, porém, assim, com grande espanto e indignação do principe rebelde. Ás suas intimações para que se lhe rendesse o castello, respondeu o leal e intrepido alcaide, Mem Rodrigues de Vasconcellos: «Que recebera o castello e a villa das mãos do seu soberano, a quem prestára homenagem, e só a elle ou á sua ordem os entregaria.»

Vendo o infante baldadas as mais seductoras promessas, e as mais terriveis ameaças, poz a villa e o castello em apertado cêrco, e por espaço de dez dias repetiu os assaltos quasi sem descanso para os combatentes. Porém, o valor com que os sitiados, á voz do corajoso alcaide Mem Rodrigues de Vasconcellos, repelliam os ataques, ficando sempre victoriosos; e a noticia que o infante recebeu de que el-rei D. Diniz, seu pae, indo em seu seguimento, entrára em Coimbra, e mandára justiçar os individuos que mais se tinham pronunciado n'aquella cidade pela rebeldia do filho, levantou apressadamente o cêrco, e partiu em direcção a Coimbra, revolvendo na mente mil projectos de vingança.

Os rogos e lagrimas da rainha Santa Isabel, conseguiram ainda mais uma vez suspender os furores da guerra civil, congraçando o pae com o filho. E foram estas as ultimas pazes entre D. Diniz e D. Affonso, não porque melhorasse a ruim condição do filho, mas sim porque o indulgente pae não sobreviveu muito tempo a este derradeiro e triste episodio da sua vida.

II

Devolvidos mais quarenta e seis annos, foram novamente postos a provas o valor e lealdade dos filhos de Guimarães.

Estreiára-se el-rei D. Fernando no governo do reino, lançando a nação nos azares de uma guerra com Castella.

D. Pedro I, cognominado o Crú, rei de Castella, fôra assassinado por seu irmão natural, D. Henrique de Trastamara, que em seguida se apossou do throno vago, fazendo-se acclamar rei de Castella e Leão com o nome de Henrique II.

Um grande numero de fidalgos e prelados castelhanos, indignados contra o fratricida, e negando-se a acceital-o por soberano, vieram offerecer aquella corôa a el-rei D. Fernando de Portugal, promettendo ajudal-o n'esta empreza com todo o seu esforço. Joven, inexperiente e ambicioso, e tambem incitado pelo desejo de vingar a morte de el-rei D. Pedro, seu primo co-irmão, D. Fernando I acceitou a offerta, e em breve, á frente dos seus soldados, transpoz as fronteiras da Galliza, onde varias cidades o acclamaram por seu legitimo soberano.

Foi no proseguimento d'esta guerra, de que resultou para o nosso paiz penosos sacrificios e assolações, sem compensação alguma, que el-rei D. Henrique II, depois de percorrer a Galliza, que levantára voz contra elle, invadiu o Minho e veiu pôr cêrco, primeiro a Braga, e em seguida a Guimarães.

Accommetteu el-rei D. Henrique ora os muros da villa, ora o castello, dando-lhes repetidos e vigorosos assaltos, mas sempre baldadamente, porque os sitiados, a cuja frente se achava Gonçalo Paes de Meira, intrepido fidalgo das cercanias de Guimarães, repelliram os ataques com estremado valor.

Perdida a esperença de vencer pelo esforço dos seus soldados, intentou el-rei de Castella obter a victoria por traição. Para este fim introduziu-se na villa, em uma noute, disfarçado em camponez, Diogo Gonçalves de Castro, tendo concertado com o monarcha de Castella lançar fogo á villa em quatro partes differentes, para que fôsse acommettida e tomada durante a confusão produzida pelo incendio. A traição, porém, foi descoberta e o traidor morreu ás mãos do povo.

O mallogro d'esta tentativa, após das successivas derrotas, fez com que D. Henrique II levantasse o cêrco e tomasse a direcção de Coimbra, ao encontro de el-rei D. Fernando.

Castello de Guimarães

III

Não decorreram muitos annos sem que resoassem mais uma vez os gritos de guerra junto aos muros de Guimarães.

Pouco depois de ser acclamado rei de Portugal nas côrtes de Coimbra com o nome de D. João I (1385), o mestre de Aviz tratou de sujeitar á sua obediencia os castellos e terras principaes do reino, que reconheciam a auctoridade do rei de Castella. Partiu, pois, para o Porto, e d'alli seguiu á frente de 300 cavalleiros em direcção a Guimarães.

Em virtude de concerto, pouco antes feito entre el-rei e pessoas influentes na villa, foi esta, durante a noute, entrada e tomada pela hoste do mestre de Aviz.

Não teve, porém, el-rei D. João I igual fortuna com o castello. O alcaide, Ayres Gomes da Silva, apesar de octogenario e enfermo, sentindo-se forte dentro d'aquellas altas muralhas, e no meio dos seus oitocentos homens de armas, estava resolvido a sustentar a fortaleza a todo o transe pelo rei de Castella.

Foi cercado e combatido o castello pela hoste do mestre de Aviz, já muito augmentada com os patriotas vimaranenses, que accorreram a alistar-se sob as suas bandeiras.

Succederam-se, portanto, os assaltos uns após outros, obrando-se de parte a parte gentilezas de valor, até que em fim, perdendo o alcaide a esperança de ser soccorrido, rendeu-se por capitulação.

IV

Em uma das extremidades de Guimarães, entre o norte e léste, estendem-se umas fileiras de casas, tão pequenas, tão humildes e velhas, que mais parecem uma pobre aldeia do sertão, do que um bairro de uma cidade. Todavia, se a riqueza e a arte lhes recusaram os dotes que attrahem a attenção do viajante, concederam-lhes os seculos por nobreza brazão de remota antiguidade. Esse mesquinho bairro é o antiquissimo burgo que precedeu, como já disse, a villa, hoje cidade de Guimarães.

Levanta-se, pois, o velho alcaçar junto d'essa casaria, campeando senhorilmente sobre throno de rochas, em uma collina pouco elevada.

Compõe-se o castello de sete torres quadrangulares, unidas por lanços de

altas muralhas ameiadas, e da torre de menagem, muito mais elevada do que as outras. Duas das sete torres defendem a porta principal da fortaleza, e lhe apertam a passagem. Outras duas guardam a porta que dava sahida para o campo extra-muros, e que olha para o norte. As tres restantes guarnecem as muralhas entre as duas portas, uma do lado de oeste e duas da parte de léste. Todo o castello está construido de grossas pedras de granito.

Encosta-se interiormente á muralha uma escada de pedra, que conduz ao adarve, passeio que vae correndo sobre os muros, em volta das ameias, com bastante largueza para os soldados d'ahi defenderem o castello.

As torres são coroadas por terrados, orlados de ameias, para os quaes se sóbe por escadas de pedra, que, principiando nos adarves, vão encostadas ás paredes exteriores das mesmas torres.

É pouco espaçoso o ambito que as muralhas e a torre de menagem deixam livre no interior da fortaleza. Terá, pouco mais ou menos, 52 metros de comprimento e 36 de largura.

É no centro exactamente d'este espaço que se ergue a torre de menagem, tambem quadrangular e com sua corôa de ameias. A porta de entrada fica no mesmo nivel do adarve da muralha fronteira, o qual servia outr'ora de apoio á ponte levadiça. D'ahi para baixo não se vê na torre portas nem frestas. Todo esse vão interior era destinado para deposito de mantimentos, no caso de cêrco. D'alli para cima era a torre dividida em tres pavimentos, apenas allumiados pela escassa luz que a furto se côa pelas estreitas e pequenas frestas abertas nas quatro paredes.

Presentemente já não existe a ponte levadiça, nem a distribuição dos pavimentos; mas vê-se o logar e vestigios d'elles, assim como se divisam sobre a porta as aberturas a modo de oculos, por onde corriam as cadeias de ferro que suspendiam e baixavam a ponte.

Segundo se lê nos escriptores dos seculos XVII e XVIII, que trataram das antiguidades de Guimarães, via-se, á entrada d'esta torre, gravada em uma pedra, a seguinte inscripção: *Via màris* (caminho do mar). Alguns d'estes auctores pretendem derivar d'esta inscripção o nome de Guimarães, dizendo que é corrupção de *Vimaranes*. O que é certo, por constar de escripturas contemporaneas, é que se chamava *Vimaranes* a quinta em que a condessa Dona Muma edificou o seu mosteiro duplex benedictino, mais tarde convertido em collegiada de Nossa Senhora da Oliveira. Quanto á inscripção, se existiu, gastou-a o tempo. Tendo visitado este castello em differentes occasiões, não obstante minuciosas investigações que fiz, não descobri vestigio algum d'ella.

Além da sua importancia, como monumento de remota antiguidade, e por ser a unica fortaleza do seculo X, que existe no paiz em bom estado de conservação, encerra este castello, como joia em precioso cofre, um padrão his-

torico de alto valor: os restos do paço, onde nasceu o glorioso fundador da monarchia portugueza.

O paço do conde D. Henrique de Borgonha e da rainha D. Thereza occupava todo o lado de oéste do castello, desde a torre visinha das duas, que defendem a porta principal da fortaleza, até ás duas torres, que estão de guarda á porta do norte. As paredes do paço da parte de oéste e norte apoiam-se sobre as muralhas do castello, e conservam-se inteiras, com as suas janellas, mostrando perfeitamente a divisão dos aposentos. As outras paredes do lado de léste e sul teem por assento o mesmo sólo em que se levanta a fortaleza, porém ambas se acham aluidas em toda a sua metade superior.

Constava o paço de dois andares, mui baixos e acanhados. As janellas da frontaria de oéste conservam-se em bom estado. São pequenas, quadradas e divididas ao meio por um pilar de cantaria sextavado. A verga é direita e sextavada, e da mesma maneira as ombreiras. As janellas teem assentos de pedra. Todas as janellas, portas e frestas do castello e da torre de menagem são de verga direita, no que encontrarão os estudiosos uma proficua lição sobre a architectura na epocha da condessa Dona Muma e do conde D. Henrique de Borgonha, isto é, nos seculos x e xi, nos quaes ainda não tinha entrado em o nosso paiz o estilo gothico, ou ogival.

A maior sala do paço tem duas janellas, abertas nas extremidades, deixando entre si um extenso vão de parede, com uma grande e tosca chaminé. Os outros aposentos, bem poucos, apesar de terem demolidas as paredes divisorias, deixam ajuizar com exactidão da sua pequenez. Tambem serviam de aposentos regios as duas torres com que o paço confinava; mas cada uma apenas tem um quarto muito pequeno. Ao presente entra-se no paço pela torre do norte, depois de se ter subido grosseira escada de pedra, encostada á muralha, d'esse mesmo lado, como as outras de que acima fallei.

Entre a torre de menagem e o lanço do muro de léste ficavam a ermida, uma casa, que servia provavelmente de quartel aos soldados, e a prisão. Esta ultima é um apertado cubiculo, com uma janella a pouca altura do chão e defendida por grossos varões de ferro. No centro da casa ergue-se da terra a metade de um rochedo de fórma espherica, ao qual está presa uma grossa corrente de ferro.

A situação do castello é extremamente pittoresca e encantadora. Para o lado da cidade desce o terreno com suave declive, todo assombrado por frondoso arvoredo, que tolda com sua viçosa copa os caminhos que serpeiam pela collina. No lado opposto é formado o pequeno outeiro de grandes penedos, dispostos de modo como se a natureza quizesse fabricar com elles aprumada muralha para assento da fortaleza. Prolonga-se com os penedos extensa fileira de arvores, tão altas que acompanham em quasi toda a altura a parede do antigo paço. Pelos rochedos trepam heras, que vão subindo e vestindo com

seu manto de perenne verdura o vetusto monumento, até lhe engrinaldaren as janellas, d'onde pendem em festões, que se entrelaçam com a ramagem das arvores, que ora as beija docemente impellida pela brisa, ora as açouta agitada pela tempestade.

É bello, pois, e grandioso o aspecto da fortaleza, erguendo entre massiços de verdores o seu vulto venerando, tostado pelo sol de tantos seculos, acatado por tantas gerações, honrado com tão gloriosas memorias, e até enfeitado por tradições poeticas de cavalleria, e por lendas de amores.

Porém, se o castello de Guimarães assim se apresenta á vista com tantos encantos, por qualquer lado que o contemplem, os panoramas que elle offerece ao viajante do alto das suas torres, são tão extensos e variados, e de tão singular formosura e amenidade, que não ha penna que os possa descrever, nem pincel, embora delicado e amestrado, nem tintas, por mais vivas e brilhantes que sejam as suas côres, capazes de retratar com exactidão e verdade os quadros admiraveis com que a natureza ornamentou os arredores do castello.

Para o lado do sul, em logar mais baixo, estende-se a cidade de Guimarães, sobresahindo d'entre apertado cinto de viçoso arvoredo, que parece querer competir com as grimpas dos 16 campanarios dos templos da cidade. Em torno d'esta vê-se larga cercadura de prados verdejantes, orlados de carvalhos e castanheiros, por onde trepam vides até lhes abraçarem os mais altos ramos. Seguem-se aos prados vicejantes collinas, nas quaes se recostam as bellas vivendas do sr. conde de Villa Pouca, e dos herdeiros do fallecido conde de Arrochella, com seus jardins, dispostos em throno, e ornados de fontes e balaustradas.

Olhando para o norte lá se avista o romantico mosteiro de Santa Marinha da Costa, fundado pela rainha D. Mafalda para os filhos de S. Jeronymo, e tão graciosamente situado a meia altura de um monte todo coberto de espessos bosques.

Mais para léste levanta-se a serra de Santa Catharina, com o seu diadema de agigantados penhascos a formarem uma espaçosa lapa, que a devoção dos fieis converteu em capella, consagrada á santa virgem e martyr, que deu o nome á montanha. São tão bastas as copas do annoso arvoredo, que veste a serra, que occultam inteiramente os rochedos descommunaes de que está eriçado o dorso da montanha, e as torrentes que se quebram contra as fragas, e se precipitam sussurrando nos algares.

Para o lado de oéste varia a paizagem, relanceando os olhos perspectivas não menos risonhas e formosas.

Collinas pouco elevadas, valles pouco profundos, por toda a parte verdores, aqui e alli espalhadas muitas casas e ermidas a alvejarem atravez da ramagem das arvores; e tudo isto emmoldurado ao longe por extensas cordilheiras de serras, erguendo-se em amphitheatro umas após outras, constituem novos quadros de infindas bellezas naturaes.

THOMAR

I

Castello dos templarios e convento da ordem militar de Christo

Que immensidade de recordações historicas, que memorias de tamanho vulto estão ligadas a esses dois venerandos padrões da antiguidade! Um, falla-nos d'esses intrepidos campeões da Cruz, que ajudaram o fundador da monarchia, em guerra sem treguas, a libertar o solo de Portugal do jugo sarraceno! Falla-nos o outro d'essa illustre milicia, á qual está associada a gloria dos primeiros descobrimentos dos portuguezes!

O gigante de pedra, que se ergue a cavalleiro da cidade de Thomar, embargava ha sete seculos a marcha triumphante de um dos mais poderosos exercitos, com que os soberanos de Marrocos invadiram a nossa terra para a sujeitarem de novo ao crescente musulmano. Essas altivas torres ameiadas, tão gallhardamente defendidas, que em balde se quebraram contra ellas a sanha e furia do inimigo, viram as hostes marroquinas, pouco antes cheias de orgulho e de arrogancia, levantarem á pressa o arraial, e partirem cobertas de vergonha, por ser vencido por um punhado de homens quem se destinava a conquistar um reino.

Dentro d'aquelles muros cresceu em poder e riqueza a guerreira ordem do Templo, uma das mais famosas ordens de cavallaria que tem existido no mundo, e cujos mestres egualavam quasi os reis nos attributos magestaticos.

O convento, que se estende, a par do castello, sobre o mesmo monte, foi a cabeça da mais opulenta ordem que houve em Portugal. Herdeira dos bens e da gloria militar dos templarios, a ordem dos cavalleiros de Nosso Senhor Jesus Christo, illustrando-se por mil acções de valor e devoção civica em defensa da fé e da patria, adquiriu glorioso nome, que ainda mais refulgiu, quando os seus cavalleiros ao aceno do mestre, o inclito infante D. Henrique,

se lançaram ousados atravez dos mysterios do oceano, em demanda de novas terras, onde plantassem ao lado das quinas portuguezas o sagrado emblema da redempção.

Foi em agradecimento de tantos, tão desinteressados e heroicos serviços, que os nossos soberanos e os summos pontifices accrescentaram a ordem em bens e prerogativas de subida valia e significação. E todo o prestigio e auctoridade provenientes da instituição e concessões pontificias, todos os immensos e sempre crescentes rendimentos do mestrado de Christo, foram empregados pelo digno filho de D. João I em dilatar as raias da sciencia, creando ao mesmo tempo para Portugal novas condições de prosperidade e poderio, novo e mais invejavel genero de gloria.

Como se ainda não bastassem taes memorias, além de muitas outras, para lustre e nobreza d'aquelles padrões da antiguidade, quiz a munificencia de um monarcha que se ataviasse com as mais explendidas galas da architectura e da esculptura o singelo edificio meio religioso meio guerreiro, onde os templarios e os cavalleiros de Christo, de volta de suas empresas militares, vinham depositar os tropheus das victorias e entoar canticos de louvor e orações fervorosas.

Foi el-rei D. Manuel, a quem appelidaram *afortunado* por ter colhido os fructos da semente lançada á terra pelo grande infante D. Henrique, que assim mandou ornar com todas as ostentações da magnificencia a casa do Senhor, onde o infante se inspirára dos altos designios que o immortalisaram.

O que são, porém, as vicissitudes do tempo, a inconstancia da fortuna, e a versatilidade dos juizos humanos? Quem diria áquelles infatigaveis lidadores, sempre promptos a derramarem o seu sangue nos campos da batalha, ou a affrontarem impavidos as iras do oceano em paragens desconhecidas, ou a arrostarem com a fereza dos povos selvagens e barbaros; quem diria a esses dedicados artifices do engrandecimento da patria, que viria tempo em que seria votado ao abandono e ao esquecimento aquelle sagrado ninho, d'onde tantas aguias, rompendo audazes pelas regiões do espaço, elevaram a tamanha altura o nome de Portugal?

Ninguem acreditaria, certamente; ninguem poderia então conceber a possibilidade de que tal sorte viria a caber, no correr dos tempos, a monumentos taes, por tantos respeitos significativos e venerandos! E todavia é uma triste realidade que assim aconteceu.

Envelhecem as instituições, não ha dúvida, como envelhecem os homens. N'estes vão-se enfraquecendo e gastando pelo contínuo uso, os orgãos principaes do corpo, até que, deixando de funccionar, occasionam a morte do individuo. N'aquellas é a relaxação quem principia a desvirtual-as; o natural e progressivo desapparecimento das idéas que lhes deram origem, e das necessidades para que foram creadas, quem lentamente as vae despojando da

sua acção benefica, e por conseguinte despojando tambem da auctoridade e do prestigio, que n'ellas são condições essenciaes de vida e de força; são em fim as novas idéas e as novas necessidades, creadas pelo progresso humanitario, quem determina a sua caducidade, o seu fim.

Acabam, portanto, ou modificam-se as instituições pelo curso natural da civilisação, porém os monumentos que as representam, symbolisando o pensamento grandioso que as creou, e commemorando os beneficios que produziram no seu periodo de esplendor e de força, na epocha das suas tradições gloriosas, esses monumentos, digo, devem ser conservados e acatados, não só pelo respeito inherente a essas venerandas testemunhas do viver dos nossos maiores, mas tambem como documentos preciosos, como parte integrante da historia do paiz. E se n'esses padrões se esmerou a arte, ornando-os e ataviando-os de custosas galas, como vemos no caso de que me occupo, então ainda accrescem em favor da sua conservação, mas conservação esmerada, altas razões de sciencia e de economia.

Ao livro de pedra da historia patria está então adjunto um importante capitulo da historia das artes. E o edificio assim por tantos modos diversos enriquecido, representa um capital valiosissimo, que os interesses publicos pedem que seja cuidadosamente conservado.

Pois apesar de toda essa longa serie de considerações, que recommendam o monumento de Thomar aos attentos cuidados dos poderes publicos, este magnifico edificio, logo em seguida á extincção das ordens religiosas, padeceu uma devastação mais barbara que a que lhe infligiram os francezes na invasão de 1810. Depois tudo ficou durante alguns annos, abandonado e entregue á pilhagem e á destruição.

Foram grandes os actos de devastação que alli se commetteram n'esse triste periodo, que a lucta das paixões politicas fez tão precario e funesto para as artes e para os artistas em todo o reino. Quiz, porém, a boa estrella d'aquelle monumento, que apparecesse mão valedora a obstar á continuação dos actos de profanação e vandalismo.

Ao sr. conde de Thomar, hoje marquez, deve o paiz certamente não passar hoje pela vergonha de ver caido em ruinas um dos seus mais grandiosos e significativos monumentos. Tendo comprado ao estado, pelos annos de 1843, a cerca do convento e uma pequena parte d'este, foi seu primeiro cuidado, na qualidade de ministro do reino que então era, fazer com que se fechassem as portas do profanado templo, que até alli estavam abertas dia e noite como casa de todos desamparada. Depois proveu á limpesa interna do edificio e ás reparações mais essenciaes para resguardo das chuvas.

Correram os annos, deixou de ser ministro; a mão do tempo, pesando cruelmente sobre as santas abobadas e açoitando as vidraças, expoz ás injurias do vento e das chuvas o interior da igreja e d'outras partes do con-

vento, pertencentes ao estado. O sr. conde de Thomar foi então incançavel em solicitar dos governos a reparação d'aquelles estragos. Assim se deve ao seu zelo e ás suas repetidas instancias, vermos hoje preservada de ruina a igreja dos templarios e dos cavalleiros de Christo. Outros serviços prestou ainda o nobre conde no desempenho d'esta honrosa missão, que a si tomou, os quaes hei de referir em occasião opportuna.

Todavia, apesar d'estes esforços, não estão alli a coberto das desvastações do tempo, não direi todas as partes d'aquelle vasto edificio, mas nem sequer todas aquellas, que em respeito á arte e ás recordações historicas mais cumpria preservar de ruina.

Ha pouco tempo abateu alli o mais antigo dos oito claustros do convento. Não tinha sido preciso despeza avultada, de certo, para evitar tão deploravel perda. Causa lastima, na verdade, vêr derrocadas aquellas antiquissimas galerias, e feitos pedaços nos montões d'entulho as delgadas columnas de marmore, com seus capiteis de folhagens, que em duplicada ordem sustentavam os arcos.

Que não se cuide desde já da restauração do monumento comprehende-se, attentos aos apuros do thesouro publico, e tambem em attenção a acharem-se em andamento em outras terras do reino, obras de igual natureza. Mas não ha razão alguma para que deixe de se prover aos reparos tendentes a evitar a ruina do edificio. O que modernamente se tem feito n'este sentido, ainda não basta. Lá estão ameaçando cair as salas em que se reuniram os tres estados do reino, que entregaram a corôa de Portugal a D. Filippe II, de Castella. Embora não seja de grata recordação o acontecimento que alli se realisou, nem por isso deixam aquellas salas de ter interesse historico, além do que interessam tambem á historia das artes, pela originalidade, principalmente, da sua architectura exterior.

Eis aqui tem os meus leitores, em epilogo, a materia que me proponho a tratar, não como ella merece e exigia, mas como fôr compativel com os meus escassos recursos intellectuaes.

II

Instituição da ordem do Templo

Nos fins do seculo XI resoára por toda a Europa a voz de Pedro o Ermita, exhortando a christandade ao resgate dos logares sanctificados pelo nascimento e martyrio do Salvador. Acudira ao chamamento um exercito tão

numeroso de fieis oriundos de diversos paizes, que, apesar da falta de disciplina e das difficuldades e perdas que experimentou em tão dilatada jornada, conseguiu assenhorear-se da cidade de Jerusalem e de toda a Palestina (1099).

Os vencedores acclamaram rei de Jerusalem a Godofredo de Bouillon, o illustre capitão que os conduziu á victoria.

Foi curto o reinado d'este monarcha, pois que apenas durou um anno. Mas n'esse breve espaço de tempo soube assegurar a conquista e firmar no throno a sua dynastia por meio de leis sabias, que organisaram a administração do paiz, e por effeito de successivos triumphos sobre os musulmanos que elle desapossára da Palestina.

Dizem que o veneno lhe abreviára a existencia em meio da sua gloriosa carreira. O primeiro rei christão de Jerusalem legou a corôa a seu irmão, Balduino I, que proseguindo com feliz successo nas emprezas militares do seu antecessor, desbaratou por vezes os infieis, arrojando-os para longe das fronteiras do novo reino.

Durante este reinado, que se estendeu até aos annos de 1118, principiou em toda a Europa christã uma continuada romagem para o berço do christianismo. Porém, a maior parte dos peregrinos, que logravam, atravez das fadigas e perigos de tão longa e difficil viagem, chegar em fim á Terra Santa, eram assassinados, ou feitos captivos, ou pelo menos roubados e maltratados antes de lhes ser permittido orar junto do sepulchro do Senhor. Grossas partidas de musulmanos que infestavam os caminhos publicos, procuravam vingar nos miseros peregrinos as affrontas recebidas dos exercitos christãos.

Alguns cavalleiros attrahidos á Terra Santa pelo duplicado desejo de se prostrarem reverentes ante os monumentos da redempção, e de combaterem por todos os modos os inimigos da cruz, resolveram dedicar todo o seu esforço e vida á defensa d'aquelles sagrados monumentos, e á protecção dos fieis que, arrostando as inclemencias do tempo e a barbaridade dos sectarios de Mafoma, iam de longes terras só para visitar e adorar os logares que Jesus Christo e sua Mãe Santissima sanctificaram com a sua divina presença.

Foram nove os cavalleiros que se associaram para essa empreza devota e humanitaria. Eram todos francezes no dizer dos escriptores d'esta nação; mas segundo os nossos auctores um d'aquelles cavalleiros era portuguez, chamado Arnaldo da Rocha. D'entre esses nove cavalleiros era Hugo de Payens ou Paganis, da familia dos condes de Champagne, o mais distincto por nobreza de sangue.

Effectuou-se o accordo no anno de 1118, porém foi no seguinte, que, conforme a melhor chronologia juraram perante Guarimundo, patriarcha de Jerusalem, consagrarem a sua vida ao culto divino em communidade, obediencia, pobreza e castidade.

Era o seu instituto servir a Deus nos campos de batalha, combatendo os

inimigos do nome do seu Unigenito Filho, e acudir aos peregrinos nas estradas, defendendo-os, protegendo-os, e perseguindo os ladrões e malfeitores.

Balduino II, que succedeu no anno antecedente a Balduino I, seu primo, no throno de Jerusalem, deu o seu consentimento para esta instituição, e fez doação aos cavalleiros para sua morada de uma casa reedificada por Santa Helena, e que se erguia junto das ruinas do celebrado templo de Salomão.

O papa Honorio II approvou esta instituição religiosa, e fez com que fôsse confirmada pelo concilio de Troyes em 1128, e S. Bernardo determinando o habito que os cavalleiros deviam trajar, escreveu a regra pela qual se havia de reger a nova ordem. Das visinhas ruinas do templo de Salomão tiraram o seu nome a ordem e os cavalleiros. Tal foi a origem d'essa famosa milicia, que, com o titulo primeiramente de *irmãos da casa do Templo*, e depois de *ordem do Templo*, *templarios*, ou *cavalleiros do Templo*, tanta celebridade adquiriu, deixando assignalada na historia a sua existencia com muitas acções heroicas, e tambem com as demasias da ambição e outras más paixões.

III

Instituto, progresso e engrandecimento dos templarios

As proezas dos nove fundadores da ordem do Templo, praticadas em desempenho do seu instituto, não tardaram a fazer echo em toda a Europa, e em breve correram de diversos paizes numerosos mancebos, pertencentes a familias nobres, para se alistarem entre os novos campeões da fé.

Assim augmentou a ordem rapidamente, observando os seus membros uma vida austera e perfeitamente exemplar.

Impunha-lhes a sua regra ouvir missa tres vezes na semana, confessarem-se tres vezes no anno, desterro perpetuo da patria, guerra sem treguas aos infieis, não recusar combate, qualquer que fôsse o numero ou poder dos inimigos, e finalmente nunca pedir quartel, nem dar resgate.

Vestiam habito branco com uma cruz vermelha, na fórma que os representa a estampa junta, com armadura por baixo do habito, ou sem ella, segundo o pedia a occasião da vida conventual ou no campo de batalha. O branco das vestes tinha por fim, como emblema da pureza, trazer-lhe sempre presente o voto da castidade; e a côr vermelha da cruz, symbolo do martyrio, devia recordar-lhes o juramento de morrerem pela defensa da fé.

Como ordem militar de cavallaria fôra-lhes dada bandeira, de que só usa-

Castello dos templarios, em Thomar; cavalleiros da ordem do Templo vestidos em trajos de guerra e nos habitos do convento

vam em campanha. Era a bandeira partida em duas côres, branca e preta; com a cruz vermelha no centro, e uma letra em volta. Na côr branca significavam candura, paz e misericordia para os amigos, e na preta exterminio e morte para os inimigos. Dizia a letra: *Non nobis Domine, sed nomini tuo dá gloriam.* «Não deis a nós a gloria, Senhor, mas sim ao vosso nome.» A esta bandeira chamavam *balsa.*

Não obstante o fim expresso do seu instituto, pouco tempo se conservou esta ordem limitada á Palestina. Em breve se introduziu em diversos paizes da Europa. Portugal e Aragão foram dos primeiros que a receberam.

A lucta porfiosa em que andavam empenhados na peninsula iberica christãos e mouros, offerecia aos cavalleiros do Templo vasto campo para exercerem o seu valor, cumprindo um dos mais terriveis juramentos que os ligavam á ordem. E com effeito a peninsula não tardou a ser para elles um theatro de gloria como a Palestina.

A fama dos seus heroicos feitos, estimulando os brios da juventude, impelliu para o seio da nova milicia muitos mancebos das mais illustres e opulentas familias nos diversos reinos, onde se achava admittida. D'est'arte se ramificou e engrandeceu progressivamente a ordem, tanto em relação ao augmento dos conventos, a que davam o nome de templos, como relativamente ao numero e á qualidade dos cavalleiros.

A importancia dos seus serviços militares, a aureola da gloria, e, finalmente, as relações de familia dos seus membros mais distinctos por nascimento, foram pouco a pouco estabelecendo a sua influencia nas regiões politicas dos estados. Essa influencia, sempre crescente, trouxe-lhes por apanagio as riquezas, sem embargo do voto de pobreza, que lhes impunha o dever de despresarem os bens da terra.

Chegou a ordem a tão subido gráo de esplendor, opulencia e poderio, que mais se assimilhava a um estado soberano que a uma instituição religiosa. O seculo seguinte ao da sua fundação viu-a na posse de nove mil propriedades, nos diversos paizes onde existia, cujo rendimento se calcula em mais de cem milhões de libras; viu-a senhora de muitas villas importantes, e de grande numero de castellos e praças fortes, bem municiadas e guarnecidas; viu, emfim, os seus grã-mestres hombreando com os principes em jerarchia e respeitos.

Reunindo ás empresas cavalleirosas do christianismo as abstinencias e devoções do claustro, a ordem do Templo era a consubstanciação do pensamento das cruzadas, pensamento em que estavam resumidas as duas grandes idéas, religião e gloria militar, que então dominavam e agitavam os espiritos em toda a Europa. Esta circumstancia, pois, duplicava o valor de todos os outros titulos que a ordem tinha ao reconhecimento, admiração e estima dos povos e dos reis.

Filippe Augusto, rei de França, quando partiu para a Terra Santa, confiou aos templarios a guarda dos seus thesouros e dos archivos do reino. A casa d'elles em Londres, era o logar que os reis da Inglaterra preferiam para deposito da melhor parte das suas riquezas. Igual testemunho de confiança lhes deram muitos outros soberanos, constituindo-os depositarios das joias da corôa.

Pórém, como succede quasi sempre aos seres que se desenvolvem precocemente, a ordem do Templo apenas attingiu o apogeo da sua grandeza, ou talvez ainda antes de lá chegar, deixou-se penetrar do virus, que havia de corrompel-a e destruil-a com a mesma rapidez com que se illustrára e engrandecera.

Eram passados apenas trinta annos depois que os templarios tinham recebido a sua regra das mãos de S. Bernardo, e já este os censurava e reprehendia pelo luxo que ostentavam nos seus habitos e armas, pela ambição e avidez com que procuravam elevarem-se e enriquecerem-se, e pelo orgulho e soberba com que ainda mais affeiavam aquelles vicios. E com effeito, por tal modo os cegou e desvairou essa immensa e repentina prosperidade, que até chegaram a levantar contra christãos as armas, que tinham recebido no momento de jurarem perante os altares empregarem-n'as na defensa da fé e no exterminio dos infieis.

Assim vimos os templarios fazendo guerra ao rei de Chypre e ao principe d'Antiochia; expulsando do throno Henrique II, rei de Jerusalem, e ao duque de Croacia; assolando a Thracia e a Grecia; e, finalmente, nas suas rivalidades com os cavalleiros da ordem do Hospital, que mais tarde se intitulou de S. João de Jerusalem e depois de Malta, perseguindo os seus adversarios até ao ponto de arremeçarem frechas contra a propria igreja do Santo Sepulchro, que aquelles cavalleiros guardavam e serviam.

Quando uma instituição, aberrando dos fins para que foi creada, assim caminha de abuso em abuso, ou corre depressa a escala da sua decadencia até perecer, ou acaba subitamente ferida de golpe mortal dado por mão robusta e corajosa. Foi este ultimo caso que succedeu á ordem do Templo. Porém, antes de referir a catastrophe que lançou no abysmo das instituições extinctas, uma das mais poderosas ordens de cavallaria religiosa, que tem existido, direi algumas palavras sobre a sua introducção e existencia em Portugal.

IV

Admissão da ordem do Templo em Portugal

Os annaes dos templarios em Portugal estão enlaçados com a historia da fundação da monarchia, e da libertação d'esta terra do poder dos sarracenos. Equivale isto a dizer que esses annaes estão cheios de lacunas, que ainda nenhum chronista prehencheu, e de logares escuros onde se tem perdido em conjecturas e opiniões encontradas os diversos auctores, que tem tratado d'esta celebre ordem de cavallaria.

O primeiro ponto que tem sido posto em dúvida é a epocha da introducção da ordem n'este paiz. O segundo quem foi n'elle o primeiro mestre dos templarios.

Quanto á epocha não se limita a questão ao anno preciso em que se realisou aquelle acontecimento. Tem sido materia de controversia se foi sob o governo do conde D. Henrique de Borgonha, se no da rainha D. Thereza, sua esposa, depois de viuva, se no reinado de seu filho, el-rei D. Affonso Henriques.

Não nos devemos, porém, admirar de que apresentem tal divergencia de opiniões os escriptores, que trataram d'este assumpto seculos depois da extincção da ordem, quando vemos que se deram as mesmas dúvidas em tempo em que existiam ainda no paiz os cavalleiros do Templo.

Por occasião da extincção da ordem em 1314, ordenou el-rei D. Diniz, que se tirasse uma minuciosa *inquirição sobre os uzos, costumes e jurisdições dos templarios, e sobre as preeminencias que os reis de Portugal tinham sobre esta ordem*. Executou-se a determinação d'el-rei. Abriram a devassa em Coimbra João Paes de Soure, e em Castello Branco Ayres Pires, almoxarife. Foram inquiridas muitas testemunhas, de que se lavrou o competente auto, cujo original se guarda no real archivo da Torre do Tombo. N'este documento declaram algumas testemunhas, que *sempre ouviram dizer, e fóra, e era fama e crença na terra*, que os templarios vieram a Portugal no tempo do conde D. Henrique, pedindo a este principe os empregasse na guerra que trazia contra os mouros. No mesmo documento vê-se que outras testemunhas attribuem a D. Affonso Henriques a introducção da dita ordem.

Bastará, porém, para refutar aquella fama e crença, a comparação da data em que o conde D. Henrique morreu, com a da fundação da ordem dos templarios, que é muito posterior.

Entretanto é, fóra de dúvida que a entrada dos templarios em Portugal

se effeituou sob o governo da rainha viuva D. Thereza sendo ainda menor o infante D. Affonso Henriques. O erudito auctor do *Elucidario* cita em abono d'esta opinião varias doações e confirmações feitas por aquella soberana aos cavalleiros do Templo, cujos originaes se guardavam no cartorio do convento de Thomar. A mais antiga d'essas doações é a do castello e terra de Soure, que então ficavam na fronteira de territorio de mouros. Esta doação tem a data XIIII. K. April. E. M. C. L. XVI, que é o anno de Christo de 1128. Poucos dias depois confirmou e ampliou esta doação a rainha D. Thereza, e no anno seguinte renovou-a seu filho, D. Affonso Henriques.

Vê-se pois d'estes documentos que a ordem do Templo entrou n'este paiz antes de ser approvado o seu instituto pelo concilio de Troyes, celebrado no dia 14 de janeiro de 1128. Sabe-se, tambem, por documento authentico que já aqui existia em 1126; ignora-se porém o anno da sua entrada.

Disse que outro ponto controverso era o nome do primeiro mestre dos templarios em o nosso paiz. Quasi todos os nossos escriptores nomeiam como tal a D. Gualdim Paes. Todavia de differentes escripturas, que existiam no cartorio de Thomar, e de outras que se devem de conservar em outros archivos do reino, citadas pelo mesmo escriptor, deduz este que fôra D. Gualdim Paes o sexto mestre do Templo.

O primeiro mestre de que se acha memoria n'aquelles documentos é D. Guilherme Ricardo. Como tal apparece assignado em escripturas anteriores a 1126.

O segundo, D. Raymundo Bernardo, foi o que acceitou a doação do castello e terras de Soure á rainha D. Thereza. Vivia então D. Raymundo em Braga, onde os templarios tinham casa, a primeira, talvez, que possuiram em terra portugueza.

Foi terceiro mestre D. Pedro Froilar no anno de 1140; e quarto D. Ugo de Martonio, em 1143.

Sob o governo d'este ultimo adquiriram os cavalleiros do Templo muita gloria, combatendo ao lado d'el-rei D. Affonso Henriques na expugnação da torreada Santarem, uma das mais fortes praças de guerra da Extremadura em que fluctuava o pavilhão musulmano. N'esta empreza ousadissima vingaram-se os templarios da affronta, que os mouros lhes tinham feito pouco antes no castello de Soure, onde os christãos foram vencidos, pela maior parte mortos ou captivos, e o castello destruido.

Tomada Santarem aos 15 de março de 1147, el-rei D. Affonso Henriques, em cumprimento do voto que fizera, doou á ordem do Templo a jurisdicção ecclesiastica de Santarem.

Realisou-se no anno seguinte a conquista de Lisboa, na qual os templarios tambem auxiliaram aquelle guerreiro monarcha.

Investido, porém, D. Gilberto na dignidade de primeiro bispo de Lisboa,

não tardou a pertender reivindicar a jurisdicção ecclesiastica de Santarem, que a ordem do Templo usufruia. Correu grande e prolongado letigio, no paiz e em Roma, a que afinal pôz termo el-rei D. Affonso Henriques, persuadindo os templarios a cederem aquella jurisdicção, recebendo em troca o castello e territorio de Cêras por doação datada de fevereiro do anno de Christo de 1159. Era a esse tempo mestre do Templo D. Gualdim Paes, que succedera n'esse cargo a D. Pedro Arnaldo, em 1157. E foram estes dois os primeiros mestres portuguezes que teve a ordem n'este reino.

Não obstante o que deixo dito, este segundo ponto historico, da successão dos seis primeiros mestres, não é tão averiguado como o do nome do soberano que recebeu a ordem n'este paiz. N'aquelle caso o que me faz duvidar é a diversidade de titulos com que figuram ou se assignam nas alludidas escripturas os cavalleiros referidos como primeiros mestres. É certo que *preceptor* e *magister* é a mesma cousa; mas não me parece que o seja *procurator*, sem embargo da opinião de escriptores auctorizados.

Quando a ordem do Templo se espalhou da Palestina pelos diversos paizes da Europa, que a acolheram, creou os cargos de mestre, commendadores e priores para o governo dos cavalleiros nos differentes estados, e nas diversas casas ou conventos de cada estado, ficando todos sujeitos á auctoridade do grã-mestre, que residia na cidade de Jerusalem. O titulo de mestre, simplesmente, ou mestre provincial, ou perceptor, designava o chefe ou governador da ordem em cada reino. O commendador ou commendador mór parece que era o cavalleiro que tinha inspecção ou jurisdicção em mais de uma casa ou convento. Prior era o titulo do prelado de cada um dos conventos.

O padre Viterbo pertende que o titulo de procurador era equivalente de mestre ou perceptor. Não me parece que o seja, pois que similhante vocabulo designa a missão especial de procurar ou tratar quaesquer negocios, e não auctoridade governativa ou docente. Por outro lado devemos considerar que, enriquecendo-se a ordem por via de doações regias e particulares, forçosamente havia de ter necessidade, pela accummulação de negocios e de demandas, de crear o cargo de procurador na accepção restricta que hoje lhe damos; cargo que não poderia ser compativel com as altas e variadas funcções de mestre. Darei de mão, porém, a estas questões, que não podem deixar de chamar a attenção de quem se propozer a escrever a historia dos cavalleiros do Templo, mas que mal cabem nos estreitos limites de um esboço historico.

Voltando a D. Gualdim Paes, direi que a seu respeito não resta a menor dúvida de que fôsse mestre dos templarios e natural d'este paiz. Não se limitou a historia a archivar sómente o seu nome e titulo, os quaes se acham escriptos em doações e outros documentos. Guardou e commemorou tambem as suas acções, gravando-as no marmore.

Foi sob o longo e esclarecido governo d'este valoroso mestre, que a or-

dem teve em Portugal o maior impulso e desenvolvimento. Nascido em uma aldeia proximo de Braga, então chamada *Marecos*, e agora *Amares*, em 1118, anno em que se fundou a ordem; armado cavalleiro por D. Affonso Henriques em 1139, no Campo de Ourique, antes de romper a batalha que deu a este principe o sceptro de rei; partindo depois para a Palestina, onde entrou na ordem do Templo; illustrou-se durante cinco annos nas guerras contra os sultões da Syria e do Egypto. Voltando a Portugal ao cabo d'esse periodo foi feito commendador da casa dos templarios, em Braga, onde se achava n'esta qualidade no anno de 1148. Nove annos depois foi nomeado mestre da ordem n'este reino.

Em 1159 fez-lhe D. Affonso Henriques a doação do castello e territorio de Cêra, de que acima fallei. Precederam e succederam a esta muitas outras doações de terras, castellos e outras propriedades feitas pelo mesmo soberano ao dito mestre, em recompensa dos muitos e grandes serviços que os templarios lhe fizeram, auxiliando-o e efficazmente nas suas arrojadas emprezas contra os mouros.

Entre os castellos de que tratam aquellas doações figura o celebre *castello d'Almourol*, fundado pelos romanos sobre uma ilha de escarpados rochedos, que se ergue do meio do Tejo quasi em frente de Tancos, e levantado das ruinas em que então se achava por D. Gualdim Paes.

Cuidando com diligencia e actividade de assegurar e defender contra os sarracenos os territorios doados á ordem, apressou-se D. Gualdim a edificar nas terras pertencentes ao senhorio de Soure o *castello de Pombal*, e nas de Cêra ou Cêras, além de uma fortaleza, a igreja que havia de servir de cabeça da ordem.

N'este territorio, pois, escolheu para a edificação da casa as visinhanças do sitio em que se viam ainda alguns vestigios da antiga *cidade de Nabancia*, que florecera no tempo do dominio romano, e que fôra destruida, ao que se presume, pela invasão dos arabes. Jaziam aquellas ruinas sobre uma collina na margem esquerda do *rio Thomar*, que mais tarde trocou este nome, que os arabes lhe pozeram para significar a pureza de suas aguas, pelo de *Nabão*, que outr'ora tivera, e que hoje tem, como derradeira memoria da cidade, cujos restos forneceram os materiaes para as construcções dos templarios.

O desejo de aproveitar o *castello de Céras*, obra muito anterior, arruinada provavelmente pelos destruidores do imperio romano, na sua entrada na Lusitania no seculo v; o pensamento devoto, talvez, de fundar a séde da ordem em um logar já memorando para a religião pela existencia de um antigo mosteiro benedictino, que fôra sentar-se no meio d'aquellas solidões, entre o rio e as reliquias da cidade de Nabancia; em um logar, finalmente, santificado no seculo vii com a vida e martyrio da virgem Santa Iria ou

Irene; foi tudo isto, certamente, o que levou D. Gualdim Paes a lembrar-se de reedificar o castello, apesar da impropriedade do sitio para uma fortaleza, e a reconstruir o convento e a igreja que pertenceram aos monges benedictinos, dando-lhe a invocação de *Santa Maria do Olival*.

V

Santa Maria do Olival, matriz das igrejas das ordens do Templo e de Christo

Corria, pois, o anno de 1158, quando D. Gualdim Paes começou a reconstrucção do castello de Cêras para servir de fortaleza principal da ordem do Templo e ao mesmo tempo a reedificação do antigo mosteiro e igreja benedictina, aquelle para habitação dos cavalleiros durante a paz, e esta para os exercicios do culto divino, e tambem para jazigo dos membros da ordem.

Todavia, em quanto os trabalhos progrediam, reconheceu o mestre dos templarios, que a situação do castello era pessima, tanto por se achar em meio de terras aridas e estereis, como por carecer de elevação e de outras condições naturaes, indispensaveis para a defensa de uma fortaleza, segundo os usos da guerra n'aquelle tempo, contra um exercito forte e aguerrido. Resolveu-se, por conseguinte, a escolher logar mais apropriado para a fundação de uma fortaleza, que devia ser o ponto de partida das emprezas cavalleirosas de homens, que faziam da guerra profissão e dos ocios da vida officio religioso.

Antes, porém, de me occupar d'aquella escolha e d'esta fundação, pede a ordem chronologica do assumpto, que trate primeiramente da igreja de Santa Maria do Olival. Todavia, para não ter de tratar duas ou mais vezes do mesmo assumpto, referirei n'este logar tudo quanto me occorrer ácerca da mencionada igreja, embora tenha de abranger, nas noticias que der, e nas considerações que expender, seculos muito posteriores á epocha, que ia historiando. Creio que assim é mais conveniente á historia e descripção d'este monumento, coevo com a fundação da monarchia, e tambem melhor para que os leitores as possam mais facilmente comprehender e apreciar.

Não obstante dar-se principio á fundação do novo castello no anno seguinte ao do começo das obras da igreja de Santa Maria do Olival, e apesar de se metter de permeio o espaço de quasi dois kilometros, não levantou mão d'esta obra D. Gualdim Paes, até a ver acabada.

Igreja de Santa Maria do Olival

Está situado este templo em um terreiro, que tem bastante declive nas trazeiras da igreja, e que na frente d'esta, além do adro, é quasi plano, descendo depois suavemente para o rio, que passa a curta distancia.

A pequenez do templo, e ainda mais a singeleza da construcção, revelam bem a simplicidade tanto dos costumes, como das praticas religiosas no correr do seculo XII.

Disse acima que D. Gualdim Paes reconstruira a antiga igreja benedictina. D'isto acho noticia em mais de um escriptor. Entretanto, visitando este edificio, e procurando examinal-o o mais attentamente que me foi possivel, na breve demora que alli tive não descobri parte alguma do templo, quer externa, quer internamente, que me parecesse anterior ao seculo XII. Fiquei convencido, portanto, de que a reconstrucção de D. Gualdim Paes fôra completa, e de que não resta vestigio algum da igreja do mosteiro benedictino.

Quanto ao monumento dos templarios, creio que ainda conserva a fórma geral primitiva, mas não assim todas as suas feições architectonicas. Alteraram-lh'as em grande parte os reis D. Manuel e D. João III com as obras de reconstrucção, que ahi fizeram.

A fachada do templo é muito singela. Consiste a sua ornamentação unicamente nas columnas, delgadas e lisas, com seus capiteis de muita simplicidade, e toscamente lavrados, que lhe formam o portico, sustentando o arco de ponto subido ou ogival; e nos relevos que decoram os raios, que fazem divisão á vidraça de um grande oculo, que se abre na parede sobre o mesmo portico. O resto da frontaria é inteiramente destituido de ornatos, e como tal proprio dos monumentos religiosos erigidos na infancia da monarchia portugueza. Esta circumstancia, junta ao *signum salomonis*, que alli figura esculpido na pedra, sobre o portal da igreja, emblema uzado pelos templarios, e que elles muitas vezes punham nos seus edificios, como em templos mais modernos praticava el-rei D. Manuel, mandando collocar nos monumentos que fundava a esphera armillar e a cruz da ordem de Christo, emblema e divisa d'este monarcha, offerecem argumentos de algum pezo para se poder aventar a opinião de que esta fachada, exceptuando, talvez, o mencionado oculo, seja obra de D. Gualdim Paes.

É certo, porém, que passou por uma notavel alteração, pois que no reinado de um dos dois soberanos, lhe tiraram o alpendre sustentado por columnas de pedra, e que lhe cobria a porta e adro. Por essa occasião foram desfeitos dois tumulos chamados dos *Tamarães*, que ahi se erguiam encostados á parede do templo, aos lados da porta.

Encerrava um dos tumulos a D. Martim Gil, creado conde de Neiva por el-rei D. Diniz, e que fôra mordomo mór da rainha Santa Isabel, e amo, ou camareiro mór do infante D. Affonso, seu filho. No outro mausoleu jazia pessoa da mesma familia, á qual chamavam dos *Tamarães*, em razão de ter

um dos seus membros, que cremos ser o dito D. Martim Gil, instituido n'esta igreja uma capella, que dotou com bens situados no logar de *Tamarel*, termo da villa de Ourem. Os restos mortaes, que se guardavam nos dois tumulos, foram trasladados para dentro da igreja.

O alpendre a que davam o nome de *galilé*, era usado geralmente n'aquelles tempos em quasi todas as igrejas. Serviam estas *galilés* para diversos fins. Nas grandes solemnidades religiosas, em que a igreja não tinha capacidade sufficiente para conter o concurso dos fieis, era na *galilé* que o prégador subia ao pulpito, para que todos o ouvissem. Alli se faziam as cathecheses aos neophitos, que se dispunham a entrar no seio do catholicismo; e tambem se prégava aos mouros e judeus, persuadindo-os a abraçarem a verdadeira religião. Alli algumas vezes se administrava justiça ao povo; e os pobres e os peregrinos ahi encontravam abrigo das inclemencias do tempo e um logar de repouso durante a noite. E finalmente, n'essas éras em que não se permittia o enterramento de pessoa alguma dentro das igrejas, mas sim nos adros, ou em volta d'ellas, era na *galilé* que se enterravam ou depositavam em tumulos os fidalgos e pessoas auctorizadas.

Diz uma memoria antiga que na *galilé* da igreja de Santa Maria do Olival havia uma *séde*, ou cadeira de pedra, onde se ia sentar para distribuir justiça o alvazil, ou juiz nomeado e posto ahi pelo mestre dos templarios, como senhor que era da jurisdicção civil e criminal d'aquelle territorio, conjunctamente com a ecclesiastica.

Tem crescido tanto o terreno em torno do templo que é preciso descer sete degráos de pedra para entrar n'elle, tanto pela porta principal como pela lateral.

Os degráos por onde se desce para o adro da igreja, mandados construir na mesma occasião em que se demoliu a *galilé*, são feitos de campas, cortadas e affeiçoadas áquelle fim, nas quaes ainda se vêem os mal apagados caracteres das inscripções sepulchraes!

Não havendo nas proximidades da igreja terrenos mais elevados, aquelle alteamento do solo não poderá deixar de ser devido ao desmoronamento ou demolição de edificios contiguos. E com effeito existiram não poucos, construidos em differentes epochas até aos fins do seculo XIII, ou principio do XIV. Eram esses edificios, além do antigo mosteiro benedictino, casarias contiguas á igreja, e varios templos ou capellas em torno, umas pegadas á mesma igreja, outras pouco distantes d'ella. Duas tinham a invocação de *S. Miguel*, outras duas de *S. Perofins* e de *Santa Maria Magdalena*. Tinham sido edificadas por devoção especial de differentes fundadores. Tambem em volta da igreja de Santa Maria do Olival se viam alguns mausoleus. De todas estas construcções pouco mais resta que algumas memorias escriptas e os materiaes desfeitos, formando entulhos.

A igreja de *S. Perofins*, que uma tradição, opposta a outra já por mim referida, apontava como o templo do mosteiro benedictino do seculo VII, foi demolida em 1840, quasi simultaneamente com a de Santa Maria Magdalena. Das duas capellas de S. Miguel foi demolida uma para edificação da outra, e d'esta ainda se vêem as ruinas a pouca distancia da igreja matriz.

O interior da igreja de Santa Maria do Olival tambem foi reformado e muito alterado na sua structura pelos dois referidos monarchas. Segundo o antigo uso, não tinha mais que um só altar, porém na reforma ficou guarnecida de capellas por toda a nave do sul.

Esta obra, de construcção mesquinha, prejudicou muito a disposição symetrica do interior do templo e produz á vista pessimo effeito.

É muito censuravel, sem dúvida, este vandalismo com que se mutilava e adulterava um monumento antigo e venerando; mas o que ainda é mais digno de censura, o que excita verdadeira indignação é o acto barbaro e selvagem praticado n'aquelles dois reinados para com os tumulos, que se levantavam debaixo d'aquellas santas abobadas, muitos dos quaes já para alli tinham sido removidos do primeiro logar que occuparam fóra do templo. A obra iniqua principiada por el-rei D. Manuel foi concluida por seu filho, D. João III. Todos os mausoleus foram desfeitos, os mausoleus em que dormiam o seu somno derradeiro D. Gualdim Paes e muitos outros mestres das ordens do Templo e de Christo, que se illustraram por acções heroicas merecedoras de immortalidade! E as cinzas de tantos varões benemeritos foram sepultadas pela maior parte, sem uma letra que commemorasse seus nomes illustres, sem um signal que indicasse onde jaziam os restos dos que na vida tinham lidado e pugnado pela gloria de Deus e pela honra e engrandecimento da patria!

Se fôra praticado em nossos dias similhante desacato, muita gente o havia de attribuir á depravação do seculo, á sinistra influencia das idéas anti-religiosas. Pois a maior parte d'aquelles actos foram ordenados pelo governo de D. João III, o soberano a que muitos historiadores denominam o *piedoso!*

São cinco as capellas que guarnecem a nave do lado sul. Uma d'estas capellas tem hoje a invocação de S. Bartholomeu, mas outr'ora tinha por orago a S. Martinho. Sendo esta capella a que acima disse ter sido instituida por D. Martim Gil, conde de Neiva, é fóra de dúvida que as alterações na fabrica primitiva do templo datam de epocha muito anterior ao reinado de D. Manuel; por quanto a fundação da dita capella seria realisada nos fins do seculo XIII ou principio do XIV.

Quando se desfizeram os tumulos dos mestres do Templo e da ordem de Christo, que estavam encostados ás paredes das duas naves lateraes, foram transferidas as ossadas para as cinco referidas capellas.

As cinzas do primeiro mestre dos templarios, nascido em Portugal, escaparam felizmente ao eterno olvido a que foram condemnadas as de quasi todos

os outros mestres, que alli jaziam. O alvião sacrilego fez pedaços o mausoleu, onde dormia o seu somno derradeiro o fundador d'aquella igreja, porém, ainda se lembraram, ao menos, de gravar um epitaphio na segunda das cinco ditas capellas, para onde levaram as reliquias do illustre finado. Diz assim a inscripção: *Obiit frater Gualdinus magister militum templi Portugalis, era milesima ducentessima trigesima tertia, tertio Idus Octobris Hic castra Tomaris cum multis aliis populavit; requiescat in pace.* Em vulgar: «Falleceu frei Gualdino, mestre dos cavalleiros do Templo, em Portugal, aos 13 de outubro de 1233. Este mestre com muitos outros cavalleiros, povoou o castello de Thomar. Descance em paz». Aquella éra é a de Cesar, e corresponde ao anno de 1195 do nascimento de Christo.

Nas capellas de D. João III não ha cousa alguma que chame a attenção pelo lado da arte. Guarnecidas de obra de madeira pintada, com algumas doiraduras, não tem belleza nem elegancia. A sua construcção é uma excrecencia e verdadeiro pejamento no meio da austera singeleza das tres naves, cujos pilares e arcos ogivaes são inteiramente destituidos de ornamentação.

O tecto da igreja é obra d'el-rei D. Manuel, assim como a escada que sóbe para o côro sobre a entrada do templo. Anteriormente a serventia para o côro era por uma escada de pedra que se encostava á parede exterior da igreja, da parte do norte, na qual ainda hoje se vêem os signaes dos degraus.

A capella-mór é mui pequena e toda rasgada em grandes frestas ogivaes de cantaria lisa. Não se vê em toda esta parte do templo trabalho algum esculptural em pedra, á excepção de um mausoleu de mais moderna data, que desdiz da simplicidade architectonica do frontespicio e naves da igreja. Observa-se uma perfeita harmonia de construcção, e bastante igualdade na conservação da cantaria, entre todas as referidas partes do monumento. Estas circumstancias levam-me, pois, a crer que a capella-mór seja da fabrica de D. Gualdim Paes.

Pelo que tenho observado em bom numero de edificios dos primeiros tempos da monarchia, nunca os reedificadores se occuparam em harmonisarem a architectura das novas obras de reconstrucção com a da fabrica antiga. Isto foi praxe sempre seguida em o nosso paiz, o que podia auctorizar com uma infinidade de exemplos. Houve, porém, uma epocha em que essa discordancia se tornou como systematica, de sorte que não se faziam obras em monumento algum das epochas anteriores, sem que se lhe imprimisse qualquer feição da architectura então em voga. Essa epocha foi a d'el-rei D. Manuel. Portanto, bastam estas considerações, abstraindo de todas as outras, para que não se deva attribuir a capella-mór de Santa Maria do Olival, como a alguem parece, ás obras de reconstrucção empreendidas n'este templo por el-rei D. Manuel. Quanto a el-rei D. João III ninguem ignora, certamente, que os seus architectos não eram mais respeitadores da arte antiga.

No meio da parede da capella-mór, do lado do evangelho, e a pouco mais de um metro de altura do pavimento, avulta o magnifico mausoleu, que a gravura representa.

É um bello specimen da arte no puro estilo da renascença; estilo de que temos mais alguns mausoleus, e algumas capellas e altares, mas que nunca foi empregado pelos nossos architectos para a construcção de quaesquer outras edificações.

Á vista da gravura parece-me escusada a descripção; pois que n'aquella apparecem fielmente debuxados todos os relevos, que cobrem o monumento, não obstante a sua muita variedade e delicadeza.

O mausoleu é todo de pedra, e resalta pouco da parede, em que está embebido. Diz o epitaphio que alli jaz D. Diogo Pinheiro, primeiro bispo do Funchal, fallecido no anno de 1525.

D. Diogo Pinheiro era vigario de Thomar, quando el-rei D. Manuel o nomeou bispo do Funchal, correndo o anno de 1514, e logo depois foi confirmado pelo papa Leão x. Nunca este prelado foi á ilha da Madeira, em razão de o deterem no reino o serviço e negocios d'el-rei.

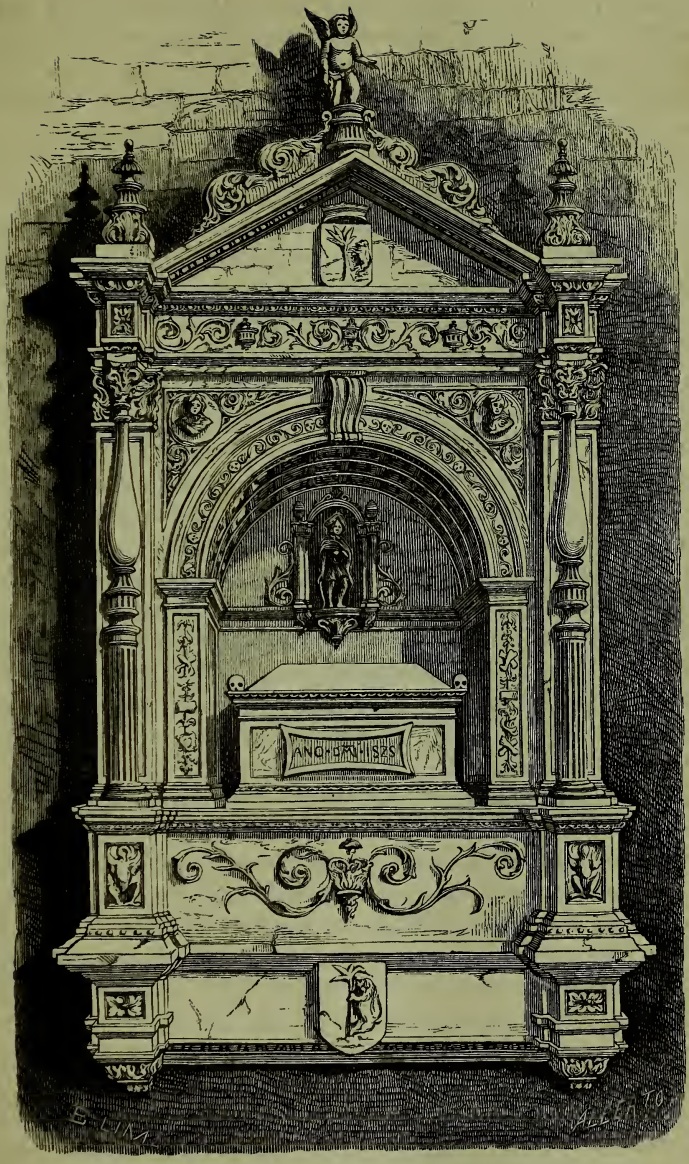
Na mesma parede da capella-mór de Santa Maria do Olival, proximo do mausoleu do bispo D. Diogo Pinheiro, estão os restos mortaes de D. Gil Martins, primeiro mestre da ordem militar de Christo. Este insigne varão, que tão bons serviços prestou ao paiz e ás duas ordens de cavallaria de que foi mestre, a d'Aviz e a de Christo, depois de jazer perto de dois seculos em um tumulo de pedra, foi tirado do sepulchro, e este desfeito, no primeiro quartel do seculo xvi, por occasião das obras que se fizeram na igreja, como disse em outro logar, e em seguida o depositaram na referida parede, embebendo n'ella a lapida que continha o seu epitaphio.

É este em letra gothica, e diz que «alli jaz Dom Gil Martins, primeiro mestre da cavallaria da ordem de Jesus Christo, que foi irmão da ordem d'Aviz, e mestre da cavallaria d'essa ordem, o qual se finou em sexta feira, 13 de novembro de 1359, apoz muitos merecimentos. Deus o leve para o seu glorioso reino, etc.»

A éra é a de Cezar, que corresponde ao anno do nascimento de Christo de 1321.

Faço memoria unicamente do primeiro mestre portuguez da ordem do Templo, e do primeiro mestre da ordem de Christo, porque os nomes dos outros mestres das duas ordens de cavallaria, que jazem n'este templo constituem um extenso catalogo, e tambem porque é desconhecido ou duvidoso o logar em que repoisam.

Defronte da fachada da igreja, tres ou quatro metros afastada do adro, levanta-se uma torre quadrada, que mostra bem visivelmente ser obra de duas epochas mui distantes entre si. A parte mais antiga eleva-se do solo até me-



Tumulo de D. Diogo Pinheiro

tade da altura do edificio. Esta parte é, sem dúvida, coeva com a fundação do visinho templo. É toda construida de cantaria, tostada e carcomida pelo correr dos seculos. Além de uma porta, baixa e muito estreita, de fórma ogival, praticada na face que olha para o templo, não tem, nem apresenta signaes de ter tido outra porta ou janella.

A metade superior do edificio foi accrescentada por ordem d'el-rei D. João III, com o fim de apropriar a construcção dos templarios a uma torre de sinos. E por essa occasião apearam a cantaria, que formava as ameias, com as quaes se completava o aspecto guerreiro da torre primitiva. Essas pedras, cuja feição particular as não deixa confundir com quaesquer outras destinadas a differente serviço, acham-se presentemente, parte d'ellas meio enterradas no chão, unidas umas ás outras e encostadas ao envasamento da mesma torre, de ambos os lados da porta; e outra parte no adro da igreja, tambem collocadas contra a parede d'esta aos lados da porta principal, onde servem de assentos.

A corôa de ameias, que outr'ora lhe cingiu o eirado; a porta, tão baixa e estreita que apenas cabe por ella uma pessoa, que se fôr nutrida será obrigada a entrar de ilharga; a falta de janellas ou frestas; e, finalmente a muita grossura das paredes, provam, em minha opinião exuberantemente, que fôra edificada esta torre para servir de fortaleza.

Como os templarios abandonassem o castello de Céras durante a construcção da igreja de Santa Maria do Olival, passando a fundar o castello de Thomar, do outro lado do rio, levantaram, certamente, aquella torre para servir de asylo e defensa, no caso de subita aggressão de moiros, aos cavalleiros que então se achassem no serviço d'aquelle templo, e moradores no convento que lhe era contiguo.

Não faça dúvida a falta de capacidade da torre para conter uma guarnição numerosa; nem cause estranheza que passando-se os templarios para a margem opposta do rio, quizessem conservar a sua primeira morada á custa de tantos perigos para os cavalleiros a quem a confiavam.

Para o pequeno numero de templarios dedicados ao serviço da igreja de Santa Maria do Olival, era a torre sufficiente logar de abrigo, e não só sufficiente, mas tambem o mais accommodado para uma resistencia, cujos defensores eram poucos. Perto d'alli ficavam, é certo, terras de moiros, do que resultava continuas e inopinadas correrias. Porém n'essas aggressões imprevistas não se apresentava o inimigo em grande força, pois que o seu fim não era conquistar, mas tão sómente roubar e destruir as povoações indefesas, e matar ou fazer captivos os christãos inermes que cahiam em seu poder. Para taes inimigos era a torre bastante forte; e, além d'isso, se a hoste sarracena se obstinasse em combatel-a, o soccorro não se faria esperar por muito tempo, sendo este logar e seus edificios vistos do castello de Thomar desafogadamente.

Quando sobrevinha invasão de exercito poderoso, os rumores dos apercebimentos de guerra, dando rebate no territorio christão, era como o grito de *álerta*, que a todos punha em guarda. Tanto a tropa como o povo, se acolhiam então aos castellos e fortalezas, e os sacerdotes ahi se refugiavam tambem, levando comsigo os vasos sagrados e as imagens santas dos templos.

A razão dos templarios quererem conservar a todo o transe a sua igreja de Santa Maria do Olival, não obstante achar-se em logar ermo e tão exposto ás invasões dos infieis, já a expuz em outro logar. Não era só em memoria de ser aquella a primeira igreja, que a ordem erigiu em Portugal, mas tambem pela veneração em que tinham o logar santificado outr'ora pelas virtudes de religiosos exemplarissimos, e pela vida e martyrio de uma virgem santa.

Por todas estas razões os templarios consideraram esta igreja como matriz da ordem, e n'esta qualidade a destinguiram sempre com todas as honras e prerogativas com que lhes foi possivel auctorisal-a por deliberação sua, ou por graça regia e pontificia, que solicitaram e obtiveram. Os cavalleiros de Christo, successores e herdeiros dos templarios, conservaram-n'a em todas essas preeminencias, accrescentando-lhe ainda mais algumas.

Assim pois a igreja de Santa Maria do Olival foi bailia e matriz de todas as igrejas, que a ordem de Christo possuia no reino, nas ilhas, na Africa, na Asia e no Brazil. Gosava das honras de cathedral, tendo ao seu serviço, como se vê em todas as sés, um masseiro com o bastão ou sceptro, e outros com massas de prata. Era isempta da jurisdicção dos bispos, não reconhecendo superior ao seu prelado senão o papa. O seu prior tinha honras de bispo; celebrava pontifical, e usufruia poderes quasi episcopaes na extensa prelazia de Thomar, cujas igrejas eram consideradas como capellas da de Santa Maria do Olival, de sorte que o prior d'esta, sendo-o ao mesmo tempo de todas as outras, punha n'ellas um cura, que nomeava e substituia a seu belprazer. Era n'esta igreja que as duas ordens do Templo e de Christo celebravam os seus capitulos e mais solemnidades da ordem, e todas as festividades e ceremonias religiosas, não obstante ficarem em muita distancia do castello de Thomar, onde tinham a sua principal residencia, e templo com a sufficiente capacidade para os officios divinos e para o explendor do culto catholico.

Finalmente tambem a mesma igreja foi escolhida pelas duas opulentas e poderosissimas ordens para servir de pantheão aos seus prelados e aos membros mais distinctos da communidade.

Havia n'esta igreja um livro similhante ao de Noa do convento de Santa Cruz de Coimbra, no qual se ia commemorando todos os acontecimentos notaveis, não só da ordem e do paiz, mas tambem da christandade e do mundo, taes como as fundações da ordem, os obitos de seus mestres, e dos soberanos, as victorias obtidas contra os moiros, o martyrio e a canonisação de

santos, terremotos, grandes tempestades, etc., constituindo assim interantissimos annaes. Este livro, que denominavam Bezerro, perdeu-se infelizmente.

Todas aquellas prerogativas, regalias e usos se conservaram intactos até ao reinado d'el-rei D. João III. Com a reforma que este soberano introduziu na ordem de Christo, bem como nas outras ordens de cavallaria, assumindo, com auctorização pontificia, o cargo de grão-mestre de cada uma, e obrigando os cavalleiros de todas á clausura e regularidade conventual, perdeu a igreja de Santa Maria do Olival muito do seu antigo lustre e primazia. Os cavalleiros de Christo, desde então denominados freires, obedecendo ao preceito claustral, começaram a exercer o culto e a celebrar as solemnidades da ordem na igreja edificada dentro do castello de Thomar pelos templarios, e reformada e accrescentada por el-rei D. Manuel.

Passou então a igreja de Santa Maria do Olival a ser administrada por um vigario. Não a despojaram, é certo, da preeminencia que até ali desfructára, mas privaram-n'a das pompas do culto, que lhe davam mais vida e auctoridade que os titulos e honras que lhe deixaram. Correram, porém, os tempos; operou-se no paiz a grande revolução social, que lhe mudou as instituições, reformou os costumes e deu novo rumo ás idéas; e a igreja de Santa Maria do Olival viu sumirem-se todos esses titulos e honras no cataclismo que destruiu as ordens religiosas em Portugal.

O templo que a devoção de tantas gerações circundou de edificios e capellas, e como outras tantas igrejas sobre si, acha-se hoje em logar ermo, e meio sotterrado. E a cabeça das duas ordens mais ricas e mais poderosas que tem havido em o nosso paiz, a insigne matriz de tantas igrejas erigidas na Africa, na Asia, na America e nas ilhas do Oceano, recebeu em troca de tão elevadas prerogativas o modesto titulo de parochia matriz da villa, hoje cidade de Thomar.

VI

Fundação do castello de Thomar

Voltando ao ponto de que me affastou a historia e descripção da igreja de Santa Maria do Olival, achâmos a D. Gualdim Paes occupado a procurar logar apropriado para a fundação de um castello. Offereceu-lh'o tal qual o podia desejar, um monte que se ergue na margem direita do Nabão, com duas vertentes ingremes, e alcantilados e cortado quasi a prumo para o lado de uma extensa planicie, á qual fica sobranceiro.

Agradado do sitio pela fortaleza natural d'elle, pela fertilidade dos terre-

nos circumvisinhos, e por não ficar muito distante da igreja de Santa Maria do Olival, que se lhe levanta defronte, e á vista, na margem esquerda do rio, o mestre dos templarios deu alli principio com toda a actividade á construcção do castello.

Apesar da ignorancia e barbaridade dos tempos, lembraram-se de commemorar não só o anno, mas até o proprio dia em que teve começo esta obra, circumstancia que muitas vezes deixou de ser attendida em fundações importantes, e em epochas que já se presumiam de civilisadas.

Em uma lapida que se acha embebida na parede da igreja, ao lado da porta principal, e sobre o taboleiro das escadas, lê-se a seguinte inscripção em letras gothicas: *E. M.CLX̄.VIII: Regnante: Alphonso Illustrissimo Rege Portugalis: Magister Gualdinus: Portugalensium Militum Templi: cum Fratribus suis Primo die Marcii: cepit: edificare Hoc Castellum: Nomine Thomar: quod Prefatus Rex obtulit Deo: et Militibus Templi.*

Diz em vulgar: «No primeiro dia de março do anno de 1198, reinando Affonso, illustrissimo rei de Portugal, Gualdim, mestre dos cavalleiros do Templo em Portugal, começou, juntamente com os seus freires, a edificar este castello, cujo nome é Thomar; o qual, estando acabado, el-rei o offereceu a Deus e aos cavalleiros do Templo.»

Fr. Bernardo da Costa, na sua *Historia da Militar Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo*, impressa em 1771, toma a data da inscripção por 1168. e sobre esta base falsa assenta uma serie de considerações e juizos absolutamente errados. O travessão que se vê sobre a letra $\bar{X}$ da referida data, como aqui ponho, quer dizer que se deve contar o mesmo *X* como quarenta, e não pelo seu simples valor de dez. Assim fica sendo aquella data 1198, éra de Cesar, então geralmente adoptada e seguida, a qual corresponde á de 1160 do nascimento de Christo.

Estas, e outras abreviaturas usadas, mais ou menos, nas inscripções gothicas, dando occasião a interpretações erroneas, tem originado muitas controversias, interminaveis por buscarem conjecturas para argumentos, quando bastaria uma palavra, que, decifrando o enigma, esclarecesse a questão, e acabasse com as disputas.

Ao mesmo tempo que iam crescendo as paredes do castello, fundava D. Gualdim Paes uma povoação por baixo da mesma fortaleza, na planicie que se estende entre a raiz do monte e o rio. A ambas deu o nome de *Thomar*, que até então era o do rio, passando este a denominar-se Nabão, nome que tinha antes da invasão dos moiros, e lhe provinha da cidade de Nabancia, que se erguia, como disse em outro logar, na sua margem esquerda. Os moiros, que, depois da conquista do nosso paiz, mudaram ou apropriaram á indole da sua lingua os nomes das terras, dos rios e das montanhas, chamaram ao Nabão *Thomar*, ou *Thamar*, que quer dizer — agua doce e clara.

Passados dois annos concedeu o mestre do Templo foral, com muitos privilegios e isempções, á povoação que fundára, e que a este tempo contava bastantes casas e um bom nucleo de moradores. O foral, a que D. Gualdim Paes chama *carta de Firmidoem de direito*, tem a data de novembro de 1200, que é o anno de Christo de 1162.

A noticia de taes regalias, a fama guerreira dos cavalleiros do Templo, e a sombra tutelar de tão forte castello, em breve attrairam á nascente povoação muitas familias vindas de terras distantes.

A ordem do Templo já então se achava poderosa pelas doações feitas pela rainha D. Thereza, e por seu filho el-rei D. Affonso Henriques. Porém depois que se instalou no seu alcaçar de Thomar engrandeceu-se mais e com maior rapidez, crescendo de dia para dia em senhorios, influencia, poder e gloria. Aquelle triste e sabido accidente que sobreveiu a D. Affonso Henriques em uma das portas de Badajoz, quando pelejava contra os leonezes, foi causa dos rapidos progressos dos templarios durante este reinado. Aquelle soberano, vendo-se impossibilitado de proseguir na guerra contra os moiros, primeiramente por ter quebrado uma perna, e ficado prisioneiro de seu genro D. Fernando II, rei de Leão e depois de recobrada a liberdade, por causa do longo curativo a que teve de sujeitar-se, e que por fim lhe deixou a saude enfraquecida, encarregou os seus briosos templarios, não só da guarda e defensa das fronteiras do sul do seu reino, mas tambem da continuação das suas emprezas guerreiras contra os infieis. Como recompensa, para mais lhes excitar o ardor, fez-lhes doação da terça parte das terras que conquistassem além do Tejo.

Taes estimulos para quem já os tinha tão fortes nas tradições gloriosas da ordem, nos preceitos da regra, nos seus habitos e idéas cavalleirosas, emfim, na sua propria e natural ambição de gloria, impelliram a D. Gualdim Paes e aos seus templarios de facção em facção, de batalha em batalha, com tamanho arrojo e valor, que em breves annos estava quasi todo o Alemtejo expurgado de sarracenos, e a cruz de Jesus Christo campeando triumphante sobre importantes praças, pouco antes mouriscas.

D'est'arte dilatou a ordem do Templo as fronteiras da monarchia, adquirindo tambem para si novos e fortissimos castellos, e opulentando-se com a posse de immensos territorios, e de mui ricos despojos, por tropheus das suas victorias.

No meio d'este brilhante periodo da sua existencia, foi a ordem do Templo sobresaltada por um grande perigo, que ameaçou sepultar em uma terrivel catastrophe todos os loiros por ella colhidos a troco do sangue de seus filhos.

O mallogro da expedição do imperador de Marrocos, Yusuf Abu Yacub, quando em 1184, transpondo o Mediterraneo com numeroso exercito e unido

aos sarracenos da Hespanha, tentou amparar na peninsula o imperio mauritano, que se alluia e derrocava aos vigorosos impulsos do nosso primeiro rei; o vergonhoso destroço d'aquelle soberano diante dos muros de Santarem, onde foi vencido por um punhado de valentes, e o seu grande exercito disperso; a sua morte em Algesiras occasionada pelas feridas recebidas n'aquelle memoravel combate (24 de julho de 1184), em fim, todas estas perdas e affrontas, armaram de ira e desejo de vingança a Yacub Abu Yusuf, filho e successor d'aquelle soberano. Porém uma revolta nos seus proprios estados obstou ao cumprimento dos seus designios.

A rebelião assumiu proporções tão grandes, ameaçando substituil-o no throno por outro seu irmão, que foram precisos alguns annos para a vencer e suffocar completamente.

Em quanto estas coisas se passavam o bravo successor de D. Affonso Henriques, el-rei D. Sancho I, levando as suas armas victoriosas ao coração do Algarve, ultimo refugio dos sarracenos n'esta parte da peninsula, assaltára e fizera render ao dominio da cruz a cidade de Silves, a torreada e populosa capital do Algarve.

Esta victoria do rei portuguez, coincidindo com o vencimento da revolta em Marrocos, accendeu de novo, e com mais força, no peito do imperador musulmano o seu entranhado odio contra os christãos.

Yacub Abu Yusuf entregou-se então de corpo e alma aos preparativos de guerra com um ardor, que parecia delirio. Era um esforço extremo e desesperado, não só para saciar no sangue dos campeões de Christo a vingança de tantos aggravos, mas tambem, e principalmente, para oppor um dique aos triumphos successivos das armas christãs, para levantar o espirito dos musulmanos do abatimento em que o lançaram tão continuadas desditas; para impedir, finalmente, que se apagasse na peninsula o facho do alcorão, que de dia para dia se amortecia, despedindo de si já frouxos raios.

Toca-se, pois, a rebate por todas as terras de Marrocos, pregando-se a guerra santa, e chamando ás armas a mocidade. Partem emissarios para todas as côrtes musulmanas da Hespanha, incitando-as a disporem-se para a lucta em defensa commum.

Congregaram-se alfim todos esses elementos de destruição. O horisonte politico de Portugal carregou-se de negras nuvens; e o trovão, precursor da tempestade, ribombando ao longe, deu o alerta a todos os portuguezes.

A noticia da tremenda invasão, que estava prestes a romper as fronteiras do reino, foi correndo de boca em boca até chegar aos mais reconditos logares do paiz. El-rei D. Sancho I recolheu-se a Santarem com os guerreiros que lhe foi possivel reunir, julgando que o inimigo se dirigiria d'esta vez, como da outra, com preferencia a esta forte praça de guerra. Os habitantes dos campos, e das povoações indefesas, levando comsigo o mais precioso do seu

movel, buscaram refugio nas fortalezas mais proximas. E os alcaides e senhores de castellos prepararam-se para uma resistencia a todo o transe.

O exercito marroquino, que passára o estreito na primavera do anno de 1190, engrossado na Andaluzia com as hostes vindas de Cordova, de Granada, de Sevilha, e de outras cidades sarracenas, caminhando a marchas forçadas já no interior de Portugal, atravessou o Tejo em fins de junho, e deixando Santarem na retaguarda, accommette e toma o castello de Torres Novas, e sem perder tempo apresenta-se d'improviso diante do castello de Thomar.

Para que o precedesse o terror, Yacub levava adiante de si o facho da assolação. A sua passagem ficava assignalada por toda a parte com o incendio, o sacco, e o morticinio.

Os templarios, e quantos infelizes se acolheram á sua fortaleza viram, com dôr d'alma, de cima das ameias, o fogo reduzindo a povoação visinha a um montão de ruinas, e tornando em cinzas as searas que já lourejavam em volta da casaria de Thomar.

Por seis dias successivos foi o castello combatido com repetidos assaltos, em que as hostes inimigas se renovaram de instante a instante, conservando, por conseguinte, sempre frescas as forças, e sempre vigoroso e encarniçado o accommettimento.

Parece incrivel como podiam resistir tão poucos defensores do castello contra tão numerosos inimigos. Mas tal era o valor dos templarios; taes a coragem e presteza com que corriam de um ponto a outro, onde o perigo mais urgia; tamanho o amor que os prendia á sua casa capitular; tão viva e arreigada em seus corações a fé no auxilio divino; que o seu esforço foi invencivel, logrando zombar de todo o poder do imperador de Marrocos e dos soberanos seus alliados.

A mesma lapida em que está a inscripção commemorativa da fundação do castello, tem gravada por baixo a inscripção que commemora aquelle cerco e gloriosa defensa. Diz assim, em lettras gothicas, e no latim barbaro d'aquelles tempos:

Era MCCXXVIII: III Nonas Julii Venit Rex de Marroquis ducens cccc Milia equitum et quingenta milia peditum: et obsedit castrum istud per sex dies: et delevit quantum extra murum invenit castellum: et prefatus magister cum fratribus suis liberavit Deus de manibus suis: ipse Rex remeavit in patria sua cum innumerabili detrimento hominum et bestiarum.

Em portuguez quer dizer: «Na éra de 1228 (que é o anno 1190 da éra de Christo) aos cinco de julho, veiu o rei de Marrocos, trazendo quatrocentos mil homens de cavallo, e cincoenta mil de pé, pôr cerco a este castello por seis dias, destruindo quanto achou fóra dos muros do castello; e ao sobredito mestre (D. Gualdim Paes, referido na inscripção que está por cima d'esta)

com os seus freires livrou Deus de cair nas suas mãos; e o mesmo rei voltou para a sua patria, com extraordinario prejuizo de homens e cavallos.»

O numero de soldados, que compunham o exercito de Yacub, está extraordinariamente exagerado n'esta inscripção, quer se tomem os *cccc milia quingenta milia peditum* por 400:000 cavalleiros, e quinhentos mil infantes, como traduzem alguns dos nossos auctores; ou se reputem em 40:000 de cavallo e 50:000 de pé, como entendem outros escriptores.

N'essas éras, em que tão mal se providenciava para a sustentação dos soldados nas suas marchas atravez de um paiz inimigo; éras em que pelo grande atrazo da agricultura, e pelas guerras que traziam quasi sempre em lucta os differentes estados europeus, a maior parte das terras em cada paiz se conservaram inteiramente incultas em taes circumstancias, digo não é crivel que um exercito que contasse quarenta mil homens de cavallaria e cincoenta mil de infanteria, podesse caminhar com a rapidez com que as tropas do imperador de Marrocos transpozeram o estreito, e atravessaram toda a Andaluzia e Portugal até Torres Novas, e Thomar; chegando a estes castellos em estado de poderem intentar, sem necessidade de descanço, um assalto immediato, vigoroso e repetido por seis dias successivos.

Todavia é innegavel, pelas razões que acima expendi, que o exercito com que Yacub se apresentou junto dos muros de Thomar era poderosissimo, sobretudo em relação aos tempos.

Como se desfez esse poder, convertendo em uma retirada precipitada e desastrosa as arrogancias e projectos de vingança do invasor, sem tentar nova empreza depois do mau successo das armas musulmanas na expugnação do castello de Thomar, é assumpto em que os historiadores diversificam de opinião. Entretanto o que parece mui plausivel é a que attribue aquella retirada, quasi fuga, ás febres endemicas, que no estio se costumam manifestar nos campos banhados pelo Tejo e pelo Nabão, febres que dezimaram as tropas sarracenas no seu trajecto e durante o cerco dos dois mencionados castellos, e que, segundo parece, feriram mortalmente o proprio Yacub ao quinto ou sexto dia do assedio do castello de Thomar.

O que é fóra de dúvida é que o inimigo levantou o cerco do castello no dia 11 de julho, retirando-se em direcção a Sevilha e Algesiras, e que o imperador de Marrocos morreu de doença antes de se embarcar para a Africa. E tambem não é menos certo, que aquella terrivel invasão, que enlutou, logo no seu começo, os annaes da villa de Thomar, deu á historia do castello e da ordem do Templo em Portugal a sua pagina mais gloriosa.

VII

Catastrophe da ordem do Templo, accusação e processo dos templarios, execução do grão-mestre e de outros cavalleiros, extincção da ordem.

Expuz em abreviado quadro como a ordem do Templo, nascida de um pensamento caridoso no seio da pobresa e da humildade, rapidamente se elevou e ennobreceu opulentando-se ao mesmo tempo, e assumindo influencia, poderio e explendor quasi soberanos. A sua independencia do poder real, pois que não reconhecia outra auctoridade senão a do summo pontifice; a sua organisação militar e o respeito que por toda a parte diffundia; as proezas de seus filhos nos campos de batalha, constituiam a ordem do Templo um verdadeiro estado no estado.

Se taes condições de força e riqueza levam naturalmente os homens e as nações a abusarem d'esses dons, que a fortuna lhes concedeu, tornando-se orgulhosos, soberbos e, peior do que isso, injustos e oppressores; não é menos certo que, por um lado, a fruição d'aquelles dons, e por outro a pratica d'estes abusos, os fazem alvo constante da inveja dos grandes da terra, do odio dos pequenos, e das calumnias e machinações de todos. Foi o que succedeu aos templarios de quasi todos os paizes, exceptuando, porém, os de Portugal, por algumas razões especiaes, que ao diante referirei.

Foi na França, onde os templarios possuiram maior somma de bens; e por conseguinte onde ostentaram toda a influencia do seu poder, e todo o explendor da grandeza e fausto com que viviam; foi ahi, finalmente, onde mais excitaram as invejas e os odios, que rebentou a tormenta que lançou por terra a arvore collossal, cujas raizes se entranhavam em todos os paizes catholicos.

Reinava então em França Filippe IV, o Formoso; era grão-mestre dos templarios, Thiago de Molay (Jacques de Molay), nascido na Borgonha; e tinha a ordem do Templo por cabeça ou principal assento a ilha de Chypre, em consequencia de ter caido novamente em poder dos infieis a cidade santa de Jerusalem.

Filippe o Formoso lidava, desde que empunhára o sceptro, por desembaraçar o poder real das pêas com que o subjugavam o feudalismo e o ponti-

ficado. Por conseguinte odiava a ordem do Templo, não só pelo ciume que ella excitava á sua auctoridade, e pela sombra que fazia á sua vaidade de soberano, mas tambem porque a achára por vezes indifferente ou adversa nos conflictos e luctas, que amiudadamente se travavam entre o soberano e a santa sé, e tambem entre o primeiro e os nobres ou os populares. A este odio, porém, que o tempo acendia cada vez mais, accresceu no animo do rei, em damno dos templarios, outra má paixão, que augmentava igualmente de dia para dia. Era a cubiça das avultadas riquezas da ordem. Essa cubiça, que em seu principio fôra simplesmente inveja, tornou-se mais tarde em systema de fazenda, em necessidade politica, segundo as idéas da epocha.

Filippe vendo exhauridos os cofres do estado, e os rendimentos publicos muito inferiores ás despezas da nação, recorreu ao meio ruinoso de augmentar o valor da moeda. Os estados geraes, approvando a medida com muita repugnancia, obrigaram el-rei a prometter, que tornaria a restituil-a ao antigo valor.

Progredindo, porém, a desordem na administração da fazenda, el-rei, em vez de cumprir a promessa, elevou de novo o valor da moeda. Sublevou-se então o povo em diversas provincias. A Normandia, principalmente, assumiu um aspecto tão ameaçador, que o monarcha viu-se constrangido a revogar o decreto para restabelecer a tranquilidade do seu reino.

Continuaram, portanto, os apuros do thesouro, e os conselheiros da corôa lembraram ao soberano um expediente, já usado em casos similhantes em outras côrtes da Europa. Consistia o expediente em lançar mão das propriedades e mais valores possuidos no reino pelos judeus. Era uma expoliação injusta e brutal, um verdadeiro roubo, com a circumstancia aggravante de ser perpetrado pelo proprio governo. Todavia, como a violencia era feita aos descendentes dos que tinham crucificado no Golgotha a Jesus Christo, entendia-se que não deixaria de ser uma acção meritoria diante de Deus.

Apossou-se Filippe IV, de muitas riquezas, pois que sendo n'essas éras os israelitas quem exerciam, quasi exclusivamente, em todos os paizes europeos, a industria commercial, era em suas mãos que se accummulavam maiores sommas de dinheiro.

Excusado será dizer que o remedio não curou o mal, apenas o attenuou temporariamente, porque a enfermidade estava mais na desordem da administração publica, do que na falta de meios para acudir ás necessidades do estado.

Foi n'estas circumstancias apertadas que veiu tentação a el-rei de França de se apoderar dos bens dos templarios. Era ousada a empreza, e sobre ousada temeraria; pois que a ordem do Templo não só era poderosa pelas riquezas de que dispunha, e pelo numero, valor, pericia e habitos militares dos seus membros; mas era tambem poderosissima pela força que lhe davam os vin-

culos de sangue, que ligavam muitos de seus filhos ás principaes familias da aristocracia franceza; e, finalmente pelo acatamento que o povo tributava, não obstante algumas violencias que soffria, aos denodados campeões que tinham sempre exposto o peito, e a espada sempre em punho contra os inimigos da santa religião de Christo.

Porém, aos motivos, acima referidos, que armavam o braço real contra os templarios, accrescia no animo d'el-rei o desejo de se vingar da ordem pelo auxilio que prestára á casa d'Aragão na sua querella com a casa d'Anjou, auxilio que fez triumphar as pretenções da primeira. Tão indomitas paixões a referverem-lhe no peito, deram-lhe coragem para arrostar com todos os perigos e difficuldades. Além d'isso, bem sabia o monarcha francez quanto póde a astucia em similhantes luctas, se todos os meios para se conseguir os fins se julgam licitos. Por outro lado apresentava-se a opportunidade da occasião para vibrar o golpe, porque Filippe IV, ao cabo de longas desintelligencias e graves contendas com a igreja, durante as quaes fôra excommungado pelo papa Bonifacio VIII, acabava de obter um grande triumpho, conseguindo elevar ao throno pontificio, pela morte de Bonifacio, a Beltrão de Goth, arcebispo de Bordeos, que ao cingir a thiara trocou o nome de baptismo pelo de Clemente V. A ruina da ordem do Templo foi, portanto, ajustada entre el-rei Filippe e o novo summo pontifice.

Começou o drama por uma infame traição. El-rei Filippe convidou o grão-mestre dos templarios, Thiago Molay, a ir da sua ilha de Chypre a Paris, sob pretexto de assistir ás conferencias em que se tratava, de accordo com o papa, da juncção da ordem de cavallaria de S. João de Jerusalem á dos templarios.

Accedeu Molay ao convite do soberano francez; em breve se apresentou em Paris, acompanhado dos dignitarios da ordem. Filippe o Formoso recebeu o grão mestre com todas as honras e attenções devidas ao seu elevado cargo. Mas em quanto o entretinha, distraindo-o do assumpto para que o convidára, com toda a sorte de obsequios e demonstrações de amizade, fazia espalhar entre o povo, por meio de agentes de sua confiança, bem industriados, os mais odiosos boatos contra os templarios, em que estes figuravam de cumplices em todo o genero de peccados e crimes, que mais podem offender a Deus e á sociedade.

Quando pareceu ao soberano que a semente que mandára semear, estava bem espalhada, não só na cidade de Paris, mas tambem em todo o seu reino, deu execução ao tenebroso plano que machinára, e com tal acerto e segredo, que o grão mestre do Templo e os cavalleiros templarios, que se achavam na capital, em numero de 140, e todos os que existiam nas diversas terras de França, foram presos no mesmo dia (12 de outubro de 1307), e lançados no fundo de escuros carceres, como os mais vis criminosos. Ao passo que

se executava a prizão, eram sequestrados todos os bens da ordem, e o rei de França occupava e revistava minuciosamente com os seus proprios olhos a casa que a ordem tinha em Paris, a qual com o nome de *Templo*, que a todas as casas da ordem era dado, se tornou tristemente celebre nos fins do seculo passado, por servir de prisão a Luiz XVI e a sua desditosa familia.

Apezar de Filippe IV ter disposto a opinião publica para não se sobresaltar com a catastrophe da ordem do Templo, a impressão que o successo causou quer nos fidalgos, quer nos populares foi profunda e desfavoravel ao soberano. A nobreza, sentindo-se ferida do golpe tão violentamente descarregado contra muitos dos seus membros que vestiam o habito dos templarios, indignou-se e mostrou-se resolvida a defender as victimas. O povo, esquecendo-se depressa de todos os boatos a que pouco antes prestára ouvidos benevolos murmurou desgostoso e severo, lembrando-se unicamente dos serviços feitos pela ordem do Templo na defensa dos logares santos, no exterminio dos infieis e na propagação da fé. Mas o rei, vendo condensarem-se sobre a sua cabeça as nuvens da procella, não desanima, antes com firme resolução convoca o povo para lhe patentear os motivos que o levaram a proceder com tal rigor.

Os populares, que não estavam acostumados a similhante attenção da parte do soberano, e que por este simples facto ficaram lisongeados e penhorados ouvindo agora da propria bocca d'el-rei, que os cavalleiros do Templo eram accusados dos feios crimes de heresia, sacrilegio, e de idolatria, não se recordou mais do sangue dos templarios derramado abundantemente nos campos da batalha em prol da religião de Jesus Chuisto, e applaudiu o monarcha pelo seu zelo na extirpação das heresias. Os fidalgos, faltando-lhes o apoio popular, resignaram-se a esperar pelo andamento do processo, confiados na justiça da causa.

Assim conjurou Filippe IV as iras populares, que pareciam prestes a converterem-se em rebellião logo no primeiro acto d'este horrivel drama. Mas as difficuldades e opposições com que teve de arcar até o levar a cabo, foram muitas e grandes. Filippe o Formoso como se verá do proseguimento d'este capitulo, teve de pôr em acção toda a energia e firmeza de que era amplamente dotada a sua alma, e de exhaurir todos os recursos, que poderia tirar da perfidia do seu caracter.

Logo que se effeituou a prisão dos templarios, nomeou Filippe IV inquiridores para procederem a uma devassa em todo o reino, e se formar processo aos cavalleiros do Templo.

El-rei, cuja politica tinha por fim principal, como disse, elevar o poder real, desembaraçando-o de todas as pêas com que pretendessem coartar-lhe os passos, os principios aristocratico, theocratico e popular, não consultou a curia pontificia sobre a instauração do processo. D'esta falta resultou que o

papa, vendo postergada a sua auctoridade, não obstante o seu anterior accordo com o rei de França, irritou-se sobre maneira, e para demonstração do seu poder, suspendeu immediatamente os inquiridores do exercicio das funcções que o monarcha lhes commettera. Não tardou, porém, a reconhecer Clemente o quão falsa era a sua posição, e fragil o seu poder para luctar com Filippe o Formoso. A firmeza e energia d'este soberano facilmente subjugaram a vontade do pontifice, que além de lhe dever a thiara, achava-se então como seu prisioneiro na cidade do Poitiers, aonde o astuto rei o attraira para melhor o ter sob a sua sujeição.

Viu-se, pois, obrigado Clemente v a desistir da sua opposição ao proseguimento do processo, e, ainda para maior humilhação, foi constrangido a auctorizar a applicação de tractos aos infelizes templarios, com os quaes esperava Filippe IV arrancar-lhes confissões que servissem de provas para a sua condemnação.

Desde que o papa teve a fraqueza de auctorizar similhante medida, começou em todos os paizes, menos em Portugal, a perseguição contra a ordem do Templo.

Thiago de Molay e os mais cavalleiros templarios, presos em França, foram postos a tractos, com o pretexto de confessarem seus crimes. Horriveis tormentos lhes inflingiram. Cavalleiros houve, que os supportaram com admiravel coragem, com a coragem de verdadeiros martyres, negando sempre, no meio das mais crueis torturas os crimes de que os accusavam. Outros expiraram entre os tormentos, proclamando até ao derradeiro suspiro a sua innocencia. Alguns, porém, mais fracos d'alma, atormentados e allucinados pela vehemencia da dôr, prestaram-se, no auge da desesperação, a confessar o que lhes dictavam os seus verdugos. Retractavam-se estes depois com animo firme e resoluto; mas as confissões, que lhes tinham extorquido, lá iam servir de provas no processo.

Já muitos cavalleiros tinham perecido nas chammas, quando o papa, horrorisado e cheio de remorsos com taes execuções, chamou a si o julgamento do grão-mestre e dos dignitarios da ordem.

Não era Filippe IV homem, que assim deixasse escapar-se-lhe a sua melhor presa, a mais alta cabeça de quantas desejava decepar, a cabeça, emfim d'essa ordem guerreira, que tanto assombrára a sua soberania, e que elle resolvera anniquillar em lucta a todo o transe.

Depois de alguma contestação entre el-rei e o papa, vendo aquelle a resistencia d'este em ceder do seu proposito, apresentou-se em Poitiers, e o resultado da sua conferencia com o pontifice, foi a nomeação de uma commissão, composta do bispo d'Alba e de dois cardeaes para o julgamento do grão-mestre e mais cavalleiros.

Passava-se isto em 1308. D'esta vez ainda não conseguira Filippe o For-

moso a abolição da ordem. Clemente v, combatido de um lado pelos amigos e defensores dos templarios, que lhe exprobavam a sua injustiça e fraqueza, e de outro pelo rei de França, que exigia a execução do accordo entre ambos concertado, e que o intimidava com plausibilidade, pois que o tinha no seu reino, e, por assim dizer, á sua mercê, hesitava e tremia no meio de tão oppostas paixões, e de tão encontrados interesses. Sustentado, porém, n'esta sua reluctancia por alguns cardeaes, que o cercavam, e que souberam inspirar-lhe resolução, Clemente v recusou-se tenazmente a abolir a ordem n'aquella occasião. Mas, transigindo com o monarcha, desistiu de julgar elle proprio os templarios.

Filippe iv julgou tambem prudente contemporisar. Voltou pois, para a sua capital, e tratou cuidadosamente de se mostrar benevolo para com o povo, e por tal modo soube chamal-o a si, que em breve lhe serviu o principio popular de elemento de força para arrostar com todas as opposições até alcançar o fim desejado.

Chegados a Paris os delegados do papa, constituiram-se em tribunal de justiça para julgarem o grão-mestre e os dignitarios da ordem.

Ao mesmo tempo se reunia tambem em Paris uma commissão nomeada pelo rei para tomar conhecimento do processo e informar do resultado. Esta commissão citou todos os templarios que se achavam presos em França a comparecerem na sua presença. Era um tribunal da parcialidade do soberano.

Os templarios eram accusados: 1.° de renegar a religião de Jesus Christo por occasião da sua entrada na ordem, e cuspir na cruz; 2.° de se entregarem a deshonestidades abominaveis; 3.° de adorarem a Baphomet, idolo doirado e prateado.

O interrogatorio de centenares de reus, e o depoimento de consideravel numero de testemunhas, juntamente com as delongas motivadas pelas diligencias e esforços encontrados dos amigos e inimigos dos templarios, fizeram com que este processo, começado perante a dita commissão em 1308, entrasse pelo anno de 1310. N'este anno 546 templarios, animados com os esforços sobrehumanos que os seus protectores empregavam para os salvar, apresentaram ao tribunal uma representação justificativa, negando todos os crimes de que os accusavam, retractando as confissões que lhes extorquiram por meio dos tormentos, dando por falsas, calumniosas e assalariadas as testemunhas que tinham deposto contra elles, e acabando por demonstrar as iniquidades do processo.

Em quanto estas coisas se passavam os delegados pontificios deram por findo o julgamento que lhes estava commettido, condemnando os reus a prisão perpetua.

Ficou contrariado Filippe iv com esta sentença, porque o que elle queria

era que o grão-mestre fôsse condemnado á morte pelos delegados do papa, para d'este modo auctorizarem igual condemnação para os mais cavalleiros do Templo.

Similhante estorvo a taes designios pareceria uma difficuldade insuperavel a outro qualquer que não tivesse a resolução e vontade de ferro de Filippe o Formoso. Auxiliado pelo seu ministro, Enguerrand de Marigny, conde de Longueville, que tambem se fez celebre na historia pela singular energia e grande crueldade do seu caracter, o monarcha francez zombou da decisão dos delegados pontificios e das perplexidades e opposições de Clemente v.

O ministro conseguiu que o seu parente, Filippe de Marigny, arcebispo de Sens, convocasse em Paris um concilio provincial para julgar os templarios.

O concilio, declarando relapsos 54 d'estes infelizes, entregou-os á justiça secular, que os condemnou a morrerem no fogo, e sem mais demora, foram conduzidos ao supplicio, e queimados vivos.

Depois d'este acto, que demonstrava que o rei de França reunira ao appoio do povo o do clero, o papa deixou de resistir ás exigencias incessantes que lhe faziam para a abolição da ordem. No concilio eucumenico convocado por Clemente v na cidade de Vienna, em França, foi abolida finalmente a ordem do Templo no dia 13 de abril de 1312, e todos os seus bens foram encorporados nos da ordem da cavallaria de S. João de Jerusalem. Porém, Filippe iv ainda não contente com a posse do edificio do Templo, em Paris, e das avultadas riquezas, que elle encerrava, exigiu agora, á vista da decisão do concilio, trezentas mil libras como custas do processo.

Os principaes fins, que moveram o monarcha francez a entrar n'esta tremenda lucta, estavam pois satisfeitos. O poder real triumphára dos principios theocratico, aristocratico e popular, todos os quaes se dobraram a seu turno ante a firme vontade do soberano. A poderosa ordem de cavallaria que parecera hombrear com o monarcha, e que por vezes lançára a sua espada na balança da politica, fazendo-a pender contra o rei de França, achava-se anniquilada, e os seus despojos tinham vindo acudir á penuria do thesouro real. A vingança, porém, d'el-rei é que não estava ainda satisfeita. Precisava de sacial-a na cabeça mais alta da ordem, que tantos elementos de opposição lhe suscitára, e que por tão perigosos transes o fizera passar.

Um dia, quando todos julgavam os odios d'el-rei affogados no sangue illustre de tantas victimas, ou pelo menos adormecidos ao som dos hymnos da victoria, reune Filippe iv o seu conselho, e, sem mais consulta, nem reforma da sentença dada pelos commissarios do papa, condemna o grão-mestre dos templarios, e Guido, delfim d'Auvergne, e Hugo de Peralde, dignitarios da ordem, a serem queimados vivos. E logo em seguida foram os miseros padecentes conduzidos da prisão, no silencio da noite, á ponta da ilha do Sena onde hoje se vê, junto á *Ponte Nova*, a estatua equestre de Henrique iv.

Foi horrivel o supplicio. Queimados a fogo lento, sob pretexto de terem tempo para se arrependerem e confessarem suas culpas, beberam o calix da morte trago a trago, no meio das mais crueis e dilacerantes dores. Mas não os abandonou a constancia em todo esse longo martyrio. Bradando sempre contra a justiça dos homens, e appelando para a justiça de Deus, até nos momentos da maior afflicção da agonia, expiraram proclamando a sua innocencia e a da ordem (18 de março de 1314).

Contam muitos historiadores que o grão mestre, Thiago de Molay, bradára poucos momentos antes de expirar: *Clemente, juiz iniquo e cruel, emprazo-te para compareceres dentro em quarenta dias ante o tribunal de Deus.* E do mesmo modo emprazou a el-rei Filippe para comparecer dentro de um anno.

Ou fôsse porque chegassem aquellas palavras fataes ao conhecimento do papa, e lhe lançassem n'alma o terror; ou porque a noticia de tão barbaro supplicio exacerbasse e désse maior vulto aos remorsos que o atormentavam desde a instauração do processo dos templarios; ou por qualquer outra razão o que é certo é que o papa Clemente v morreu em abril do mesmo anno de 1314, antes de se completarem quarenta dias depois da morte do grão-mestre. E Filippe iv pouco mais tempo se gosou dos seus triumphos. Em resultado de uma queda que deu do cavallo, andando á caça, falleceu, na edade ainda vigorosa de 46 annos, em novembro do dito anno de 1314, passados apenas oito mezes depois da terrivel execução do grão-mestre dos templarios.

Finalmente como complemento d'esta granda tragedia, e para que nenhum dos principaes auctores da catastrophe da ordem do Templo, deixasse de ir em breve espaço prestar contas dos seus actos perante o tribunal da justiça divina, Enguerrand de Marigny, o implacavel inimigo dos templarios, que tão efficaz e tenazmente auxiliára a Filippe o Formoso na perseguição movida contra aquelles cavalleiros, foi accusado e condemnado sem ser ouvido, por crime de feitiçaria e de delapidação da fazenda publica, logo depois de subir ao throno Luiz x, filho de Filippe iv. No seguinte anno de 1315 foi justiçado na forca de Montfancon, por elle proprio mandada construir, e na qual tinham acabado miseravelmente a vida, por sua ordem, tantos infelizes.

VIII

Os templarios portuguezes: seu processo: constituição da ordem de cavallaria de Nosso Senhor Jesus Christo.

Pouco depois de rebentar em França a perseguição contra a ordem do Templo, em todos os paizes catholicos, onde esta ordem existia, instaurou-se processo contra os seus cavalleiros por determinação pontificia.

Foi convocado em Salamanca um concilio de todos os bispos de Hespanha e Portugal, a que presidiu o arcebispo de Toledo D. Gonçalo, para inquirirem da vida e costumes dos templarios da peninsula.

Em quanto funccionava este tribunal ecclesiastico, reconhecendo desde logo el-rei D. Diniz, que a ruina da ordem do Templo era irremediavel, pois que á sua perspicacia não escaparam certas circumstancias, que lhe revelaram esse successo que se preparava como negocio ajustado e resolvido entre el-rei Filippe IV de França e o papa Clemente V, no momento ou talvez antes da sua eleição ao pontificado, não se limitou a mandar devassar dos usos e costumes dos templarios em todas as terras do reino, onde tinham residencia; o que lhe cumpria fazer em observancia da bulla, que a este respeito lhe enviára o pontifice. O monarcha portuguez, com a prudencia e bom senso que destinguiram o seu governo, ordenou que ao mesmo tempo, que se inquirisse da vida dos templarios, se tirasse uma larga inquirição das jurisdições da ordem, das proveniencias dos seus bens, e das preeminencias que os reis de Portugal sempre tiveram sobre ella.

El-rei D. Diniz não tinha razões de queixa dos templarios; antes pelo contrario estava tão convencido dos bons serviços, que o seu reino lhes devia, que por varias vezes, de seu motu proprio, lhes deu provas da estima e munificencia regias. Porém, obedecendo, como bom filho da Igreja, ao vigario de Jesus Christo, no que tocava aos negocios espirituaes e puramente ecclesiasticos, tratou de se prevenir com os documentos necessarios para se oppôr, quando se apresentasse a occasião que esperava, ás invasões da curia pontificia nos direitos da corôa portugueza.

O resultado do inquerito foi favoravel o mais possivel aos cavalleiros do Templo portuguezes. Entre tão grande numero de testemunhas chamadas a juizo, nenhuma os accusou de corrupção nos costumes, nem de heresia ou

idolatria. Quanto á primeira culpa, livrou-os, sem dúvida, de cairem n'ella duas circumstancias especiaes, que não se davam em França, nem em outros paizes do centro da Europa. A guerra sem treguas em que andaram occupados os portuguezes, e por conseguinte os templarios, desde a fundação da monarchia, e introducção da ordem n'este reino, até á expulsão final dos mouros para além das praias do Algarve, no reinado de D. Affonso III, não era tempo asado para corrupção de costumes. Este virus introduz-se ordinariamente no corpo social, ou em quaesquer congregações de homens, quando o ocio lhe abre a porta, e não em quanto os cuidados e o trabalho lhes entretem o espirito e lhes dá occupação aos braços. Nos poucos annos, que medearam entre a expulsão dos mouros e a instauração do processo dos templarios em Portugal, a frugalidade e singeleza da vida dos portuguezes, a sua ignorancia completa de todos os habitos, praticas e usos filhos do luxo, obstaram a que os cavalleiros do Templo, apezar das riquezas que possuiam, se deixassem eivar dos vicios e excessos a que se entregaram seus irmãos nos paizes, que se achavam em condições economicas, moraes e governamentaes, que por muito differentes do nosso, favoreciam, ou concorriam para o desenvolvimento de taes excessos.

Quanto ás outras culpas de heresia ou idolatria, ninguem se lembrou de accusar os nossos templarios, nem appareceu vestigio algum, antes ou depois da extincção da ordem, que podesse servir de prova da sua cumplicidade em similhantes delictos. E quem considerar, com maduro exame, na origem da ordem do Templo e nos serviços prestados á religião pelos seus filhos, em observancia dos seus estatutos; quem pezar devidamente tudo quanto ha de absurdo e rediculo na accusação de idolatria, e apreciar os justos motivos que ha de suspeição contra os auctores d'ella, repugnar-lhe-ha acreditar que tivessem incorrido em taes culpas os proprios templarios de França, não obstante a innegavel relaxação dos seus costumes. Duvidará até por fé nas palavras dos escriptores francezes, tanto antigos como modernos, quando tratam de demonstrar a justiça da accusação, apesar de adduzirem como prova esses idolos, a que chamam Baphomet, alguns dos quaes se conservam, com effeito, em Paris, como curiosidades archeologicas, e aos quaes pretendem que os templarios prestavam culto e adoração.

Que os taes idolos appareceram, e que alguns foram tirados das proprias casas dos templarios, em França, é fóra de dúvida. Entretanto, propendo mais para crêr que tudo isso fôra obra de Filippe IV e do seu astuto ministro, Enguerrand de Marigny, para com taes provas darem corpo e fundamento á principal accusação contra os cavalleiros, ou pelo menos ao capitulo d'ella que mais devia influir no povo para o fazer odiar a ordem do Templo; nos fidalgos para lhes conter os impetos e quebrar as forças com que pretendessem acudir aos cavalleiros, pela maior parte da sua stirpe; e finalmente na curia

pontificia para se não poder recusar a fulminar os seus raios contra os supostos sectarios da idolatria.

Tendo-se, pois, concluido a devassa sem que os templarios portuguezes ficassem n'ella culpados, não permittiu el-rei D. Diniz, que fôssem perseguidos. E quando este soberano, em virtude da extincção da ordem, decretada pelo concilio de Vienna em 1312, se viu obrigado a intimar os cavalleiros para sairem das suas residencias e largarem os habitos de templarios, a todos deu casas em que se agasalhassem.

Em seguida mandou el-rei tomar posse, por conta da corôa, de todas as casas ou templos, castellos, senhorios, e mais bens que haviam pertencido á ordem.

A este tempo já el-rei andava em grande contestação com o papa sobre os bens dos templarios. O pontifice queria dispôr a seu bel prazer d'aquelles que lhe parecesse, encorporando-se o restante d'elles nos da ordem de cavallaria de S. João de Jerusalem. E era esta a ultima applicação, que o citado concilio determinára para a totalidade dos bens dos templarios. El-rei D. Diniz, protestando contra similhante usurpação, e pugnando energicamente pelos direitos da sua corôa, recusava obedecer, n'este ponto, ao papa e ao concilio.

Allegava D. Diniz, que a maior parte dos bens da ordem provinham de doações regias, feitas com a condição expressa de se empregarem os seus cavalleiros na defensa do reino contra os mouros, e na conquista dos territorios por elles ainda então occupados; e que a outra parte era proveniente de legados, que, se não tinham aquella clausula, foram todavia dictados pela mesma intenção. Portanto, sendo a ordem extincta, e tendo deixado de existir a intenção, a causa e o motivo, pelos quaes aquelles bens se haviam desmembrado da corôa, agora lhe pertenciam pelo direito de reversão.

Insistia o papa em querer que prevalecesse a tudo a sua auctoridade e os seus pretendidos direitos; e, tentando pôl-os em execução, fez doação do castello e villa de Thomar ao cardeal Bertando.

Oppoz-se D. Diniz a esta doação, e sustentou a lucta com a curia pontificia ainda por alguns annos, durante os quaes entraram nos cofres do estado todos os rendimentos da extincta ordem do Templo.

Em fim, o illustrado e patriotico soberano portuguez achou um meio de conciliação, que mandou propor ao papa, e que por este foi aceite, graças á sabedoria, resolução e firmeza com que D. Diniz soube sustentar a dignidade e direitos da sua corôa, e a honra e interesses da nação.

Propoz D. Diniz que, em reformação da ordem do Templo em seu reino, fôsse instituida uma nova milicia de cavalleiros de Jesus Chsisto para lidarem tambem, como os da extincta ordem, na defensa da fé, na guerra contra os mouros e no accrescentamento da monarchia portugueza, entregando-se-lhe todos os bens dos templarios.

E para cortar quaesquer dúvidas e objecções plausiveis, que a curia pontificia poderia oppôr, declarava el-rei que para collocar a nova ordem na fronteira do seu reino o mais perto possivel de terras de infieis, de modo que ficasse perfeitamente habilitada para desempenhar as obrigações do seu instituto, lhe faria doação do castello de Castro Marim, excellente fortaleza, situada junto á costa do Algarve, defronte d'Africa.

Não havia que impugnar tão justa pertenção. João XXII, que então occupava a cadeira de S. Pedro, expediu a bulla de 14 de março do 1319, que instituia a *ordem da cavallaria de N. Senhor Jesus Christo* em Portugal, na fórma proposta por el-rei D. Diniz.

Achava-se este monarcha nos seus paços da Alcaçova, em Santarem, quando chegaram com a referida bulla os procuradores, que elle havia mandado ao papa para advogarem a sua justiça e os interesses da nação n'aquella porfiosa demanda.

Cheio de satisfação por ver alfim coroados os seus esforços, el-rei D. Diniz celebrou a ceremonia da instituição da ordem com toda a solemnidade em um dia de maio de 1320, na presença de toda a côrte e de D. Gil Martins, mestre que então era da ordem militar de S. Bento d'Aviz, ao qual logo alli investiu no cargo de primeiro mestre da nova ordem de Christo, conforme vinha determinado na bulla pontificia.

Todas as propriedades, senhorios, jurisdições, e mais bens que tinham pertencido á ordem do Templo foram por el-rei entregues á ordem de Jesus Christo, menos os rendimentos que entraram nos cofres da corôa durante os oito annos da contestação d'el-rei com o papa, que era o tempo que tinha decorrido desde o anno de 1312 em que a ordem do Templo fôra abolida. D'esses rendimentos houve el-rei solemne quitação, dada pelo mencionado mestre D. Gil Martins, na qual se declarava que em compensação d'elles recebia a ordem de Christo a villa e castello de Castro Marim.

Tratou-se immediatamente, e com a maior actividade, da fundação do convento dentro do castello de Castro Marim, para habitação dos cavalleiros de Christo; e assim que o edificio se achou em circumstancias de lhes dar agasalho, foi a nova milicia alli estabelecer a sua séde.

A maior parte dos cavalleiros templarios foi admittida e professou na ordem de Christo, incluindo o seu ultimo mestre, D. Vasco Fernandes que foi feito commendador de Montalvão, e viveu até ao anno de 1323.

Aos cavalleiros templarios, que por differentes razões, lhe recusaram admissão em a nova milicia, foram concedidas pensões para a sua decente subsistencia. Assim attendeu el-rei D. Diniz, como soberano justo e illustrado, á dignidade da sua corôa, aos interesses e decóro da nação, aos dictames da justiça, e a todos os direitos adquiridos.

Tal foi a origem d'esta famosa cavallaria, que tão longe e com tanta

gloria levou o nome de Portugal e a luz do evangelho; que tão celebre se fez na historia universal dos povos pelos descobrimentos arrojados que effeituou ao aceno do immortal infante D. Henrique, duque de Vizeu, seu administrador e governador.

IX

Estabelecimento da ordem de Christo no castello de Castro Marim: successos que determinaram a sua mudança para Thomar: triumphos d'esta milicia n'este periodo.

Posto que a instituição da ordem de cavallaria de Nosso Senhor Jesus Christo fôsse celebrada solemnemente em Santarem a 14 de maio de 1320,[1] só no anno seguinte é que se estabeleceu em Castro Marim, em razão das obras a que se procedeu dentro do castello para accommodação dos cavalleiros, para os exercicios do culto divino e serviço da ordem.

Pela bulla da sua instituição foi determinado, que se regeria esta ordem pela regra de S. Bento, e reformação da de Cister, ficando sujeita á visitação do dom abbade geral do mosteiro de Alcobaça, da dita ordem de Cister ou de S. Bernardo.

Assim que a ordem se instalou em Castro Marim fez D. frei Gil Martins a constituição pela qual se havia de reger a nova milicia. Passados cinco annos foi ampliada esta constituição, e no decurso do tempo por varias vezes a reformaram os mestres, segundo as necessidades da epocha, e sempre com a approvação do dom abbade do mosteiro d'Alcobaça.

O habito primitivo dos cavalleiros assimilhava-se segundo parece ao de que usava a ordem de Calatrava em Castella, com escapulario branco. Em 1330 accrescentou-se-lhe a cruz vermelha, e no capitulo celebrado em Thomar, no anno de 1503, a que presidiu el-rei D. Manuel foi ordenado o habito na fórma de um manto, branco, que cobria todo o corpo do cavalleiro, de maneira que para servir-se das mãos, era mister trazel-o arregaçado, só dos lados, sobre os braços. No logar correspondente ao peito tinha o manto uma cruz vermelha mas só parecida com a dos templarios na côr, não no feitio. A d'estes era composta de quatro braços eguaes, cujas pontas quasi se tocavam, descrevendo um circulo. A cruz dos cavalleiros de Christo tinha então como hoje

[1] Pertendem alguns auctores que esta ceremonia se effectuára no dia 14 de março.

Villa de Castro Marim

tem o distintivo d'esta ordem, que todos conhecem, dois braços mais curtos que a haste. A cruz vermelha tinha dentro em si outra, fendida, que a alvura do manto fazia branca; e que nas veneras actualmente usadas pelos cavalleiros e commendadores é feita de esmalte branco.

Eram seis as dignidades da ordem. A de *mestre* era a primeira e principal. Seguia-se-lhe a de *dom prior mór do convento de Thomar*, que, em conformidade com os estatutos, tinha a seu cargo o governo temporal do convento, e exercia jurisdicção espiritual em todos os membros da ordem, em qualquer parte que se achassem. Incumbia-lhe, por morte do mestre, convocar o capitulo geral para a eleição do novo mestre, chamando por cartas aos cavalleiros ausentes, e tomando ao novo prelado o juramento de fidelidade e obediencia ao summo pontifice. A terceira dignidade era a de *commendador mór*, á qual pertencia o governo da ordem quando, por fallecimento do mestre o dom prior mór se achava ausente ou enfermo. Nos actos de solemnidade a que assistia o mestre, gosava este da preeminencia de ter ou levar diante de si o commendador mór com um estoque desembainhado ao hombro, pegando-lhe pela ponta.

Era *claveiro* a quarta dignidade. Tinha a seu cargo as chaves do convento, a administração e distribuição dos mantimentos, e a fiscalisação da despeza. A quinta dignidade era a de *sachristão mór*, o qual cuidava de tudo quanto dizia respeito ao serviço de ornamentação do templo, e durante o capitulo tinha em suas mãos os sellos da ordem. *Alferes da ordem de Christo* era, finalmente, a sexta e ultima dignidade. O alferes levava a bandeira da ordem nos actos solemnes em que o mestre comparecia, taes como nas procissões e na guerra em que esta milicia tomava parte. A bandeira era quadrada, de côr branca, e tinha no centro a cruz vermelha da ordem, na fórma por que acima a descrevi.

Tomaram posse os cavalleiros de Christo do castello de Castro Marim, com o firme proposito, em desempenho do seu instituto, de combater os infieis, que dominavam na visinha Andaluzia, e nas terras fronteiras, d'além mar. Porém antes que se lhes proporcionasse occasião de medirem as suas armas com as dos sarracenos, tiveram de se defender em apertado cerco, e com encarniçada lucta, no seu proprio castello, contra hostes christãs.

Casára el-rei de Castella, D. Affonso XI, com a infanta D. Maria, filha do nosso rei, D. Affonso IV, porém, rendendo-se logo depois, em desordenada paixão, á formosura de D. Leonor Nunes de Gusmão, esqueceu-se em breve de todos os deveres conjugaes. Incendido cada vez mais n'esses amores escandalosos, com tantos desprezos e affrontas tratava a rainha, que este procedimento deu origem primeiro a representações e queixas de seu sogro, el-rei D. Affonso IV, e depois ao rompimento de uma guerra porfiosa.

Rebentou a lucta em differentes pontos da fronteira, de modo que ao

mesmo tempo, que as tropas portuguezas entravam triumphantes por uma provincia de Castella, levando tudo a ferro e a fogo; invadiram os castelhanos o nosso paiz por outra parte, devastando quanto encontravam na passagem.

Sairam a opporem-se a uma d'estas invasões, succedidas na provincia do Minho, o arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira e o bispo do Porto, á frente de pouco numerosa mas valente hoste, e o mestre da ordem de Christo, D. Estevão Gonçalves Leitão, com os seus intrepidos cavalleiros. Foi tão glorioso para as armas portuguezas o resultado da acção, tamanho destroço experimentou o inimigo, perdendo além das bagagens e de grande numero de prisioneiros, tresentos homens mortos no campo, entre os quaes se contava um dos seus commandantes, D. João Rodrigues de Castro, que o rei de Castella jurou vingar-se dos cavalleiros de Christo, que, pelo seu valor, mais que os outros tinham contribuido para similhante victoria. Foram, portanto, a villa e castello de Castro Marim, como assento da ordem de Christo, o alvo da vingança castelhana.

O inimigo transpoz o Guadiana, atravessou o Algarve, e apresentou-se inesperadamente diante dos muros de Castro Marim. Achava-se a praça mal guarnecida, porque a maior e melhor parte dos cavalleiros andava occupada, no extremo opposto do reino, a castigar a ousadia do inimigo; souberam, porém, resistir galhardamente os defensores da praça, auxiliados pelos habitantes da villa, mas este triumpho custou a perda de setenta portuguezes, dos arrabaldes de Castro Marim, que os castelhanos levaram prisioneiros, e cento e oitenta que deixaram mortos na praça e fóra d'ella.

Fôra pequena a vingança para os rancores de Affonso XI. Assim tratou sem demora de apromptar mais numeroso e valente exercito, ao qual commetteu a empreza de destruir até aos fundamentos aquelle ninho de valorosos guerreiros, diante dos quaes recuavam vencidos os leões de Castella.

Reunidas, pois, numerosas tropas, talvez o mais poderoso exercito castelhano que n'aquella campanha transpoz as fronteiras de Portugal,[1] o inimigo entrou no Algarve junto á villa d'Alcoutim, e, assolando tudo na passagem, para que o terror o precedesse e lhe facilitasse os triumphos, marchou rapidamente sobre Castro Marim.

D'esta vez não estava a praça desprevenida; antes, pelo contrario, achava-se perfeitamente apercebida para uma resistencia a todo o transe. O ataque anterior pozera a ordem de Christo de sobre aviso. O mestre D. Estevão Gonçalves Leitão logo que teve noticia do primeiro accommettimento dos castelhanos, e

[1] Alguns auctores, entre elles Faria e Sousa, eleva a doze mil homens a cavallaria, dizendo que a infanteria era na proporção.

do modo, por que um punhado de cavalleiros de Christo lhes fez rosto com tanta gentileza, frustrando-lhe completamente o intento, previu que o inimigo não tardaria a vir, mais temivel e reforçado, buscar a desforra contra a ordem que o humilhára. Tratou, portanto, de se recolher a Castro Marim com todos os seus cavalleiros; e desde que ahi chegou, não pensou nem lidou em outra cousa, senão em dispôr todos os meios para a defensa da praça.

Quando o inimigo, apenas chegado investiu com as muralhas da villa, que crera levar do primeiro assalto, tal era a confiança que tinha no seu grande poder, ficou desconcertado, vendo-se repellido com extraordinaria perda de mortos e feridos. Crescia o seu assombro todas as vezes, que se empenhava em novo assalto mais vigoroso e com mais decidido esforço, porque a sorte era sempre a mesma, sempre repellido e desbaratado. Ao cabo de muitos dias de assedio e de rijos e successivos combates, vendo baldadas todas as suas tentativas, e tanto sangue castelhano derramado inutilmente, levantou o cerco o general inimigo, e lá foi saciar nas povoações indefesas a vingança dos damnos recebidos no campo da batalha, em combate leal.

O exercito castelhano regressou ao seu paiz, depois de ter exercido crueis devastações nos suburbios de Tavira, em Faro, Loulé e outras terras. Todos estes successos se passaram no anno de 1335, em que D. Estevão Gonçalves fôra elevado á dignidade de mestre.

Os perigos porque passára a ordem de Christo, em questões alheias ao seu instituto, durante o curto periodo do seu estabelecimento em Castro Marim; o esforço sobre humano, que foi mister empregar para sair victoriosa, sendo o inimigo tão poderoso e a praça tão fraca por mal fortificada; a impossibilidade, ou, pelo menos, difficuldade de a tornar tão forte, quanto o pediam a segurança e o decoro de uma corporação que além de fazer vida da guerra por preceito religioso, lhe cumpria sustentar, em toda a sua altura, a fama gloriosa da ordem de cavallaria, de quem era herdeira e representante; todas estas considerações resolveram o mestre D. Estevão Gonçalves a diligenciar a mudança da ordem para logar mais conveniente.

Representou, pois, a el-rei D. Affonso IV, allegando por um lado as razões, que aconselhavam esta mudança, e por outro lado as vantagens que offereciam o castello e villa de Thomar, tanto para segurança, como para commodidade e lustre da ordem. A circumstancia de ser um ponto central, e não estar longe de outros castellos tambem pertencentes á ordem de Christo, o que collocava esta em estado de melhor poder defender-se a si propria e ao reino, no caso de invasão inimiga; aquella circumstancia, repito, foi habilmente explorada pelo mestre.

Não annuiu el-rei ao requerimento de D. Estevão, apezar de se compenetrar das razões, que lhes serviam de fundamento. Parece que receou opposição da curia pontificia, estando ainda recentes a catastrophe dos templarios

e as duvidas do papa em instituir uma ordem, que fôsse herdeira d'aquella, e até certo ponto sua representante.

Perseverando pois a ordem de Christo em Castro Marim não tardou a illustrar-se, tomando parte activa e conspicua em uma das mais celebradas victorias das armas portuguezas.

Os moiros d'Africa e de Hespanha, sabendo que os reis christãos da peninsula andavam envolvidos em guerra entre si, julgaram ser occasião propicia para avassallar de novo os reinos, que os campeões da cruz tinham subtraido ao seu dominio.

Reunindo em um só corpo todos os homens validos d'essas differentes monarchias sarracenas, e animando-se com um supremo esforço, dispozeram-se os infieis para dar principio á empreza, invadindo a Castella com um dos mais poderosos exercitos que tem pisado terras da peninsula.

Então é que D. Affonso XI caiu em si, arrependendo-se de ter sacrificado tantas vidas preciosas, e ter malbaratado tanto dinheiro em luctas mais caprichosas que honrosas para a sua corôa e para a nação. Dando de mão, em taes apuros, ao orgulho e aos caprichos, humilhou-se ante a esposa, a quem tanto até então ultrajára, e patenteando-lhe o perigo que ameaçava derrubar o seu throno e reduzir seus vassallos á escravidão, pediu-lhe encarecidamente, que fôsse em pessoa solicitar d'el-rei, seu pae, perdão para elle dos aggravos que lhe tinha feito, e soccorro a prol dos seus reinos e da christandade.

A rainha D. Maria, esquecendo-se de um longo passado, cheio das mais pungentes affrontas, que se podem fazer ao coração de uma esposa, veiu pressurosa a Portugal. Ora procurando persuadir com razões, ora suplicando com lagrimas, logrou mover o animo d'el-rei D. Affonso IV em favor da pretenção, que a trazia aos braços paternaes.

Juntou el-rei á pressa as suas tropas, e collocando-se á frente d'ellas, poz-se a caminho de Sevilha, a reunir-se com o exercito castelhano que era commandado pelo rei D. Affonso XI. Pouco depois encontraram-se os exercitos christãos com os infieis. Travou-se o combate proximo do Salado, rio que corre na Andaluzia, entre as cidades de Sevilha e Granada. Era desigual a força dos combatentes, pois que as tropas musulmanas excediam muito em numero as christãs. Mas com tal ardor e enthusiasmo se precipitaram estas sobre o inimigo, que, rompendo-lhe as fileiras, envolvendo-as e desordenando-as, viram alfim o seu arrojo coroado pelas palmas da victoria (28 de outubro de 1340).

Fugiram os sarracenos, deixando no campo muitos milhares de mortos e prisioneiros, contando-se entre estes um principe; e no seu arraial, que todo caiu em poder dos vencedores, um riquissimo despojo, de que o nosso rei D. Affonso IV não quiz mais que algumas bandeiras, que mandou collocar

na sé de Lisboa, e uma trombeta, que depois da sua morte foi posta sobre o seu tumulo, na capella-mór da mesma igreja.[1]

Tiveram os portuguezes grande e gloriosa parte n'este memoravel triumpho; e d'entre as hostes de Portugal a que mais se extremou em acções de valor e coragem foi a dos cavalleiros de Christo, capitaneada pelo seu 4.° mestre, D. Estevão Gonçalves Leitão.

X

Mudança dos cavalleiros de Christo para Thomar, progressos e gloria d'esta ordem

Não são concordes os nossos historiadores sobre o anno em que se levou a effeito a mudança da ordem de Christo, do castello de Castro Marim para o de Thomar. É tal a divergencia de opiniões, que até discordam ácerca do reinado em que se realisou aquelle acontecimento. Dizem uns que fôra em tempo de D. Affonso IV, e que a dita ordem apenas estivera em Castro Marim 14 annos, isto é até 1334. Outros põem este successo no mesmo reinado, mas no fim d'elle, em 1356, um anno antes do fallecimento d'aquelle monarcha.

Querem outros que se effectuasse a mudança durante o governo d'el-rei D. Pedro I, sendo 6.° mestre da ordem D. Nuno Rodrigues.

Finalmente, outros pretendem que isto succedera no tempo do referido mestre, mas reinando já el-rei D. Fernando.

Inclino-me mais para esta ultima opinião, sem que, todavia, a julgue incontestavel; mas porque, se me affigura ter por si, á mingoa de documentos que a todas faltam, maior numero de probabilidades.

Transferida, pois, a cavallaria de Christo para o castello e convento de Thomar, ahi celebrou o mestre D. Nuno Rodrigues o quarto capitulo geral da ordem.

Nos primeiros annos que se seguiram á mudança da ordem para Thomar, não occorreu successo algum notavel com relação a esta cavallaria, exceptuando a eleição do mestre D. Lopo Dias de Sousa, por morte de D. Nuno

---

[1] Conservou-se este glorioso tropheo pendurado na parede sobre o tumulo d'el-rei D. Affonso IV até ao terramoto do 1.° de novembro de 1755, que, derrocando a abobada da cathedral, destruiu o mausuleo e a celebrada trombeta.

Castello dos templarios e paços do infante D. Henrique, hoje chamados da rainha D. Catharina, em Thomar

Rodrigues. Esta eleição, porém, constituiu um caso novo e muito singular, porque D. Lopo não pertencia á ordem, e contava então apenas doze annos de idade. Cessará a admiração, que isto deve causar aos meus leitores, dizendo-lhes que tão joven mestre era filho de D. Maria Telles de Menezes, e por conseguinte sobrinho da rainha D. Leonor Telles de Menezes, que obteve d'el rei D. Fernando, seu marido, tudo quanto a ambição e os seus caprichos lhe dictavam.

Não quiz o papa Bonifacio IX approvar similhante eleição; mas, tanto instou el-rei por influencia da rainha, que a final conveiu o pontifice em confirmar a D. Lopo no mestrado de Christo, sendo a ordem governada durante a sua menoridade por um administrador.

Todas estas resoluções que então pareceram a muita gente, e eram, sem dúvida, escandalosas, consideradas, porém como um precedente, deram em resultado, mais tarde, um grande explendor para a ordem, e immensos beneficios para o paiz, o que demonstrarei. E approuve tambem á Providencia, que a creança escolhida pelo regio favor para mestre de uma ordem de cavallaria tão auctorizada e poderosa, viesse a tornar-se digna de tão alto cargo pela nobreza e elevação do seu caracter, pelo valor do seu braço, e pelo seu acrisolado patriotismo.

D. Lopo Dias de Sousa, de quem descendem os duques de Lafões e de Palmella, logo ao tomar posse do mestrado de Christo, por ter completado os 25 annos de idade, deu prova de possuir as qualidades que acima lhe attribui.

Achava-se a nação dividida em parcialidades, que disputavam com as armas na mão sobre a successão da corôa, por morte d'el-rei D. Fernando. De um lado estavam os populares, capitaneados pelo mestre d'Aviz, e tendo hasteada a bandeira da independencia e da liberdade; do outro lado achava-se D. João I, rei de Castella, que á frente do seu exercito e de bom numero de fidalgos portuguezes, pretendia cingir a corôa de seu sogro, el-rei D. Fernando.

D. Lopo não hesitou no partido que devia seguir. Não obstante ter no arraial castelhano sua prima-co-irmã, a rainha D. Beatriz, pretendente ao throno de Portugal, e a rainha D. Leonor, sua tia; partira de Thomar com um punhado de cavalleiros de Christo, e veiu sobre Torres Novas, com o intento de a libertar do poder dos castelhanos. A empreza foi temeraria, e o termo d'ella infeliz, porque, declarando-se a victoria pelo maior numero, o mestre de Christo e os seus valentes companheiros foram destroçados e levados prisioneiros para Santarem, onde jazeram, até que o mestre d'Aviz, já acclamado rei de Portugal, e triumphante nos campos d'Aljubarrota, os foi libertar.

Entretanto, se as paredes de uma prisão impediram que o mestre D. Lopo

se assignalasse nas batalhas que se pelejaram pela independencia da patria, não obstaram a que a ordem de Christo participasse da gloria, que alcançaram as armas portuguezas contra os exercitos de Castella. O commendador mór de Christo e os seus cavalleiros fizeram prodigios de valor na memoravel batalha d'Aljubarrota.

Passados vinte annos illustrou-se esta famosa milicia em uma empreza, não menos ardua e gloriosa; mas d'esta vez coube ao mestre D. Lopo tirar a desforra do impedimento que lhe pozeram, quando o dever o chamava a combater pela patria. Aquella empreza foi a conquista de Ceuta, no anno de 1415.

Poucos annos sobreviveu a esta victoria o mestre D. Lopo, e por sua morte succedeu-lhe no governo da ordem o infante D. Henrique, duque de Vizeu.

O infante, não querendo sujeitar-se ao voto de pobreza, a que seria obrigado na qualidade de mestre, pois que, já todo entregue ao estudo da mathematica, phantasiava emprezas, que demandavam avultados cabedaes; valendo-se do precedente que se dera com o ultimo mestre, durante a menoridade do qual a ordem fôra governada por um administrador, obteve do pontifice que o confirmasse no governo d'ella com o titulo de *governador* e *administrador* (1418).

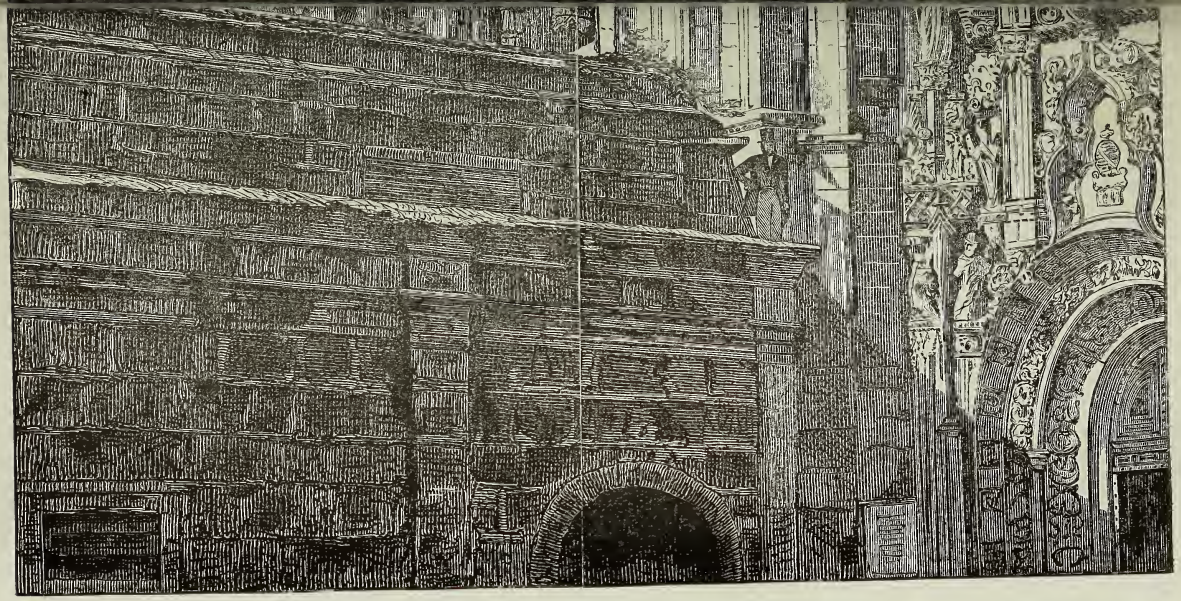
A nomeação do infante para tão importante cargo foi ainda uma recompensa, com que el-rei D. João I quiz galardoar os serviços revelantes, que seu intrepido filho prestára na expugnação da cidade de Ceuta.

Investido no governo da ordem de Christo, passou D. Henrique a residir por algum tempo no castello de Thomar, onde fundou para sua habitação uns paços, que ainda existem, posto que arruinados, e conhecidos ao presente pela denominação de *paço da rainha D. Catharina*, em razão de ter n'elle residido por vezes esta excellente princeza, mulher d'el-rei D. João III.

Durante a sua longa administração, o infante D. Henrique fez importantes obras no convento de Thomar entre as quaes avultam dois claustros, um sobretudo, mais sumptuoso e mais bello, que ainda hoje é conhecido pelo nome do fundador. Todavia essas obras materiaes são um insignificante padrão da sua memoria, comparadas com os grandiosos commettimentos que o immortalisaram, illustrando e dando celebridade ao mesmo tempo á ordem de cavallaria, que teve a fortuna de o ter por chefe.

Antes de passar adiante, consignarei aqui um triste successo, que enlutou o convento e o reino. O virtuoso e infeliz rei D. Duarte, atribulado pelo captiveiro do infante D. Fernando, seu irmão, e pela peste, que assolava o reino, indo procurar um refugio no convento de Christo, ahi morreu victima d'aquella terrivel epidemia no dia 9 de setembro de 1438.

O infante D. Henrique, ao cabo de algum tempo, que não excedeu a tres annos, consagrado a melhorar o governo da ordem, e reconstruir e ampliar



Portal e corpo da igreja do convento de Christo, em Thomar

os seus edificios, cedendo ao amor de seu estudo predilecto, e a uma força occulta, sem dúvida a mão da Providencia, que o impellia para as emprezas maritimas, trocou a residencia de Thomar, onde o cercavam honras, poder, grandeza e fausto quasi soberanos, pelo inhospito promontorio, onde lançára, logo depois do seu regresso de Ceuta, os fundamentos da sua villa de Sagres. Chegado ahi tratou de se habilitar para realisar o vasto e audacioso plano que concebera. Creou escholas de mathematica, de cosmographia e de navegação; erigiu um observatorio astronomico; fundou officinas de construcção naval, e chamou junto de si os homens distinctos n'aquelles ramos dos conhecimentos humanos, que lhe foi possivel attrair a Sagres á força das liberalidades de principe.

Quando viu que de todos estes esforços simultaneos começavam a apparecer os desejados fructos, deu principio ás tentativas, que mais tarde se tornaram em descobrimentos importantissimos atravez do Oceano.

Não é este o logar apropriado para n'elle se narrar, ainda que fôsse em abreviado epilogo, a longa historia d'essas gloriosas emprezas.

Essas emprezas, que constituem uma verdadeira epopêa de acções heroicas e gloriosas, quasi phantasticas pelos mysterios e perigos que as cercaram, pelos arrojos que as fizeram admiradas, pelos episodios que as tornaram romanescas, e, em fim, pelos resultados felicissimos que as immortalisaram; essas emprezas, digo, dão assumpto para livros especiaes e volumosos, e pedem côres vivas e brilhantes, e mão habil para lhe traçar os quadros.

Portanto limitar-me-hei a declarar, que todas aquellas glorias abrilhantam os fastos da ordem de Christo. O auctor d'esses maravilhosos commettimentos; a maior parte dos cabedaes que se despenderam para os levar a effeito; alguns dos nautas encarregados d'essas arduas missões; e, finalmente as bandeiras que fluctuavam em todas as embarcações enviadas ao descobrimento de novos mares e de novas terras, pertenciam á ordem de Christo.

De tão nobre e generoso esforço sómente quiz o infante para si a gloria, de modo que o immenso proveito, que d'elle resultou, colheu a ordem a parte principal d'envolta tambem com muita honra e fama.

El-rei D. Affonso v, por carta de doação, passada no anno de 1554, e confirmada por bullas dos papas Nicolau v e Calixto III, concedeu á ordem de Christo a *espiritualidade das terras conquistadas e por conquistar, como se Thomar fôsse*, palavras formaes da doação. Quer isto dizer, que, desde então lhe pertenceriam a jurisdicção espiritual d'essas terras com todos os rendimentos que andavam annexos a similhante poder. Por conseguinte, o encargo que a doação regia commetteu á ordem de Christo, de fundar igrejas e evangelizar em todas as terras que á sua custa tivesse descoberto e fôsse descobrindo, foi-lhe amplamente compensado com a vastidão de taes dominios, com

O infante D. Henrique

as avultadas rendas que d'elles auferia, e com immenso prestigio, auctoridade e influencia que d'ahi lhe provinha.

Celebrou o infante D. Henrique em Thomar o quinto capitulo geral da ordem. Por sua morte, acontecida no anno de 1460, succedeu-lhe no governo d'esta milicia, com o mesmo titulo de governador e administrador seu sobrinho, e herdeiro, o infante D. Fernando, filho d'el-rei D. Duarte, irmão de D. Affonso v, e pae d'el-rei D. Manuel.

Governou este principe a ordem por espaço de dez annos, seguindo os exemplos e continuando no mesmo empenho do seu antecessor. A sua morte precoce deu occasião a um caso ainda mais singular, que o que aconteceu na eleição de D. Lopo Dias de Sousa. Sendo nomeado para lhe succeder n'aquelle cargo seu filho, D. João, de mui tenra idade, a infanta D. Beatriz, sua mãe, solicitou e obteve do summo pontifice uma bulla que a investiu no governo da ordem de Christo durante a menoridade de seu filho.

Por morte de D. João, 3.º duque de Vizeu, fallecido muito novo, succedeu-lhe no mestrado seu irmão, D. Diogo, que foi 4.º duque de Vizeu. Este principe morreu na flor da idade, assassinado em Setubal por el-rei D. João II, seu primo, que o achou cumplice no crime de conspiração contra a sua pessoa. Succedeu-lhe na casa e no cargo de governador e administrador da ordem de Christo seu irmão, D. Manuel, duque de Beja.

Aqui principia um novo periodo de engrandecimento e de lustre para a ordem de Christo. O duque de Beja pouco tardou em subir ao throno de Portugal, e a estreia do seu reinado foi, como todos sabem, a descoberta da India e do Brazil, ás quaes se seguiu uma serie não interrompida de descobrimentos e de conquistas. E a todas essas emprezas gloriosas andou sempre associada a ordem de Christo porque se dispendia n'ellas todos os rendimentos do mestrado, e porque muitos dos heroes, que as conduziam, levavam no peito a cruz vermelha divisa de tão esclarecida cavallaria.

Não trocou D. Manuel o governo da ordem pelo sceptro de Portugal. Conservou aquelle em todo o seu reinado. Durante os 37 annos, que presidiu aos destinos da milicia de Jesus Christo, residiu por vezes em Thomar; celebrou ahi capitulos geraes em 1492 e 1503, em que se fizeram importantes reformas nos estatutos ou constituição da ordem; procedeu a obras de construcção de muita sumptuosidade, na igreja e convento da ordem, como em seu logar especificarei; creou, com approvação do papa Leão x, muitas commendas novas na mesma ordem, para com ellas recompensar os grandes serviços prestados pelos seus vassallos na dilatação do dominio portuguez pela Africa, pela Asia e pela America; e finalmente, fundou, por conta da ordem, e para ficarem sujeitas á sua jurisdicção, innumeraveis igrejas em todas essas terras d'além mar.

XI

Reforma da ordem da cavallaria de Christo por el-rei D. João III: sua decadencia: extincção da ordem como corporação religiosa.

Fallecendo el-rei D. Manuel em 1521, seu filho, el-rei D. João III, assumiu o governo da ordem de Christo por bulla do papa Adriano VI.

Passados dois annos foi a Thomar, e ali celebrou o oitavo capitulo geral da ordem de Christo.

Imbuido n'aquellas idéas, que em verdes annos lhe assoberbavam já o espirito, e movido d'aquellas sinistras influencias, que o levaram muitas vezes, no decurso do seu reinado, a sacrificar os interesses e o esplendor da nação ao fanatismo religioso, e, peior ainda que isso, ás intrigas e tramas antinacionaes acobertadas com o manto da religião; pensou fazer um acto meritorio perante Deus, convertendo em frades os cavalleiros de Christo.

Auctorizado pelo capitulo, que facilmente se dobrou ao capricho real, procedeu a uma completa reforma da ordem, fazendo dos cavalleiros conventuaes religiosos de cogula, e sujeitando-os á clausura e regularidade monastica. A bulla pontificia de approvação não se fez esperar muito tempo.

D'est'arte os cavalleiros de Christo, lançando para longe de si a espada, até então sempre prompta a desembainhar-se e a combater pela patria e pela fé; depondo aquella bandeira gloriosa, que tremulára nos primeiros baixeis que desvendaram os mysterios do Oceano; esses intrepidos cavalleiros, a quem Portugal devia tanta gloria, agora roubados á patria, fizeram voto solemne perante os altares de viver sómente para o serviço da igreja, reclusos entre as paredes do claustro.

A esta metamorphose seguiu-se depois a encorporação definitiva do mestrado da ordem de Christo na corôa. A instancias d'el-rei D. João III, e por bulla do summo pontifice Julio III, expedida no anno de 1551, foram declarados grão-mestres perpetuos das tres ordens militares do reino os soberanos de Portugal, varões ou femeas.

O governo do convento de Thomar continuou a pertencer ao prior-mór, ficando este com honras de bispo, e poder quasi episcopal em todas as igrejas da prelazia de Thomar, bem como nas das conquistas, em que a ordem tinha

jurisdicção. Compunha-se o patrimonio da ordem de Christo de 454 commendas, e vinte e uma villas e logares.

Da antiga ordem religiosa e guerreira, que tão poderosamente concorreu para o engrandecimento da monarchia portugueza, apenas restou, como estimulo e recompensa para as nobres acções em serviço da patria a sua divisa auctorisada, a cruz vermelha, como condecoração civil, e as suas rendosas commendas.

Aquelles a quem o soberano, na qualidade de grão-mestre, conferia taes premios, faziam profissão em uma igreja da ordem, mas sem votos que lhes prendessem a liberdade, e sem residencia no convento.

Foram estes cavalleiros seculares, que ainda continuaram a sustentar por algum tempo, e até certo ponto o nome illustre da ordem, cujo brilho se foi mareando ao embate das desgraças, que produziram a decadencia da monarchia.

Para a execução da reforma moral, effectuou el-rei D. João III, muitas e grandes obras no convento de Thomar. Construiu claustros, dormitorios, refeitorio e outras officinas, com que ficou o edificio apropriado á vida monastica dos seus moradores.

Presidiu el-rei D. Sebastião a dois capitulos geraes da ordem; um, reunido em Lisboa, no anno de 1568, em uma sala do *hospital de Todos os Santos*, que estava situado no Rocio, do lado de léste; o outro na *igreja de Santa Maria de Marvilla*, em Santarem, correndo o anno de 1573.

Foi ephemero o reinado do cardeal-rei D. Henrique; mas, como quizesse aperfeiçoar a obra d'el-rei D. João III, seu irmão, introduzindo n'ella alguma nova reforma, determinou que o breviario cisterciense, de que usavam os freires no convento de Thomar, fôsse substituido pelo breviario romano.

A este curto, porém triste periodo da nossa historia, seguiu-se a catastrophe da perda da independencia de Portugal. Se fôsse mister demonstrar a decadencia moral em que se achava a ordem de Christo n'essa epocha, e quanto tinha degenerado nos seus filhos o espirito de patriotismo, que outr'ora os animára e distinguira, seria sufficiente apontar para a predilecção, que os Filippes de Castella tiveram pela ordem de Christo; predilecção por tal modo testemunhada durante os sessenta annos do seu governo, que faz presumir que este encontrára nos freires de Thomar grande apoio.

Alguns homens houve n'esse tempo em Portugal, distinctos pelo saber, e de provado amor do seu paiz, que, reconhecendo a impossibilidade em que se achava a nação, depois das gravissimas perdas que experimentára, de resistir ao poder de Castella, então poderosissima, curvaram-se ante a força dos acontecimentos, aceitando resignados a escravidão, como consequencia natural d'elles. Foram d'este numero os sabios e virtuosos prelados das dioceses de Braga e Algarve, D. Fr. Bartholomeu dos Martyres e D. Jeronymo Osorio.

Mas é certo, que o usurpador, avaliando justamente os seus sentimentos acatou n'elles as virtudes e sciencia que lhes attraiam o respeito e amor do povo, mas não lhes deu testemunhos da real affeição.

Filippe II de Castella, entrando em Portugal no anno de 1581, para se fazer reconhecer por soberano d'este paiz, escolheu o convento de Thomar para a reunião dos tres estados, que haviam de assignar a sentença, que o duque d'Alba lavrára á frente do exercito castelhano. Quem conhece o local em que se reuniram os delegados da nobreza, do clero e do povo, bem sabe, que não foi a capacidade das salas que determinou a escolha do edificio, que se essa fôra a razão lá estava o mosteiro d'Alcobaça, com todo o direito da preferencia.

O mesmo soberano fez algumas alterações nos estatutos da ordem a pedido e contento dos freires; lançou os fundamentos a duas construcções, que não só se podem contar entre as mais grandiosas d'aquelle magnifico edificio, mas tambem entre as mais sumptuosas de Portugal. Refiro-me ao *aqueducto*, principiado em 1595, e ao *claustro*, chamado *dos Filippes*.

D. Filippe III de Castella, e 2.º dos que reinaram em Portugal, proseguiu com essas obras, pondo o remate ao aqueducto. Vindo a Lisboa com seus filhos em maio de 1619, em outubro d'esse mesmo anno partiu para Thomar. Durante a sua residencia no convento de Christo, presidiu ao XI capitulo geral da ordem.

N'este capitulo se continuou com as reformas dos estatutos, principiadas por Filippe II, e que se concluiram nos tres dias, 16, 17 e 18 de outubro, em que funccionou esta assembléa.

D. Filippe IV de Castella, que veiu a Portugal sómente uma vez, sendo principe, e que, desde o começo do seu reinado, patenteára por diversos modos a sua aversão a este paiz, a ponto de não mostrar benevolencia senão para com os seus parciaes, foi complacente com os freires de Christo, e ordenou que não se levantasse mão da obra do claustro Filippino até ser acabado, o que não conseguiu, não obstante dispender largamente n'esses trabalhos sem attenção ao estado precario da fazenda publica, malbaratada por causa das guerras estrangeiras e pela má administração interior.

Durante a guerra da restauração da independencia, que absorveu todo o reinado d'el-rei D. João IV e parte do de seu filho, el-rei D. Affonso VI, nenhum acontecimento notavel se registou nos annaes do convento de Thomar.

Todavia, sendo regente do reino o principe D. Pedro, pela deposição d'el-rei D. Affonso VI, seu irmão, deu-se um facto, que consignarei aqui por me parecer que vem em abono da opinião, que acima exarei. Como não foi possivel obter-se da côrte de Roma, apezar das incessantes diligencias empregadas pelo nosso governo, a confirmação de bispos nomeados durante a lucta com a Hespanha, succedeu que ao cabo dos 27 annos que durou esta

guerra, achavam-se vacantes quasi todas as dioceses do reino e das suas possessões d'além mar. Feita porém a paz com a Hespanha no anno de 1668, logo a côrte pontificia se prestou a reconhecer a independencia de Portugal e a dynastia de Bragança. Portanto apenas se restabeleceram as boas relações com a curia romana, apressou-se o principe regente a fazer as nomeações dos prelados para as sés vagas de Braga, de Lisboa, d'Evora, Coimbra, Vizeu, Porto, Miranda, Guarda, Lamego, Leiria, Portalegre, Algarve, Funchal, Angra, Gôa, Bahia, Angola, S. Thomé, Malaca, Cabo Verde, Meliapôr e outras.

Sendo o maior numero d'estas vagaturas em dioceses ultramarinas, sujeitas á jurisdicção espiritual da ordem de Christo, apenas figura entre aquellas nomeações um unico freire do convento de Thomar, D. fr. Pedro Sanches, apresentado na mitra d'Angola.

Creio pouco provavel, que, em tão larga nomeação de bispos para terras doadas no espiritual á ordem de Christo, em compensação dos sacrificios que fez, e a que o paiz deve o descobrimento e posse d'ellas, a dita ordem não seria contemplada apenas com uma mitra, das menos importantes, se não houvera no animo do principe regente e dos seus ministros algum espinho contra ella.

Tendo já assumido o titulo de D. Pedro II, foi derrogada por este soberano a pratica estabelecida da prova de nobreza dos quatros avós, como condição necessaria para qualquer individuo ser admittido na ordem.

No fim d'este reinado deu hospedagem o convento de Thomar a dois soberanos.

Rebentára a guerra da successão d'Hespanha, em que Portugal tomou partido pelo pretendente á corôa, archiduque d'Austria Carlos. Chegou este principe a Lisboa, março de 1704, intitulando-se Carlos III, rei de Hespanha. Em maio pozeram-se em marcha para entrar em campanha as tropas portuguezas e as inglezas, que tinham vindo com o archiduque.

Pouco depois sairam de Lisboa para o exercito os dois soberanos e tomando o caminho de Santarem a Leiria, Coimbra e Guarda, entraram em Hespanha. No seu regresso a Lisboa, depois de verem frustrados os seus planos, vieram pousar ao convento de Thomar, primeiro el-rei D. Pedro II, e passados alguns dias o pretendente, de modo que só em Santarem se reuniram. Este principe chegou a ser acclamado rei em Madrid; mas a final teve de desistir das suas pretenções, e mais tarde, por morte de seu irmão, o imperador José II, subiu ao throno d'Allemanha com o nome de Carlos VI.

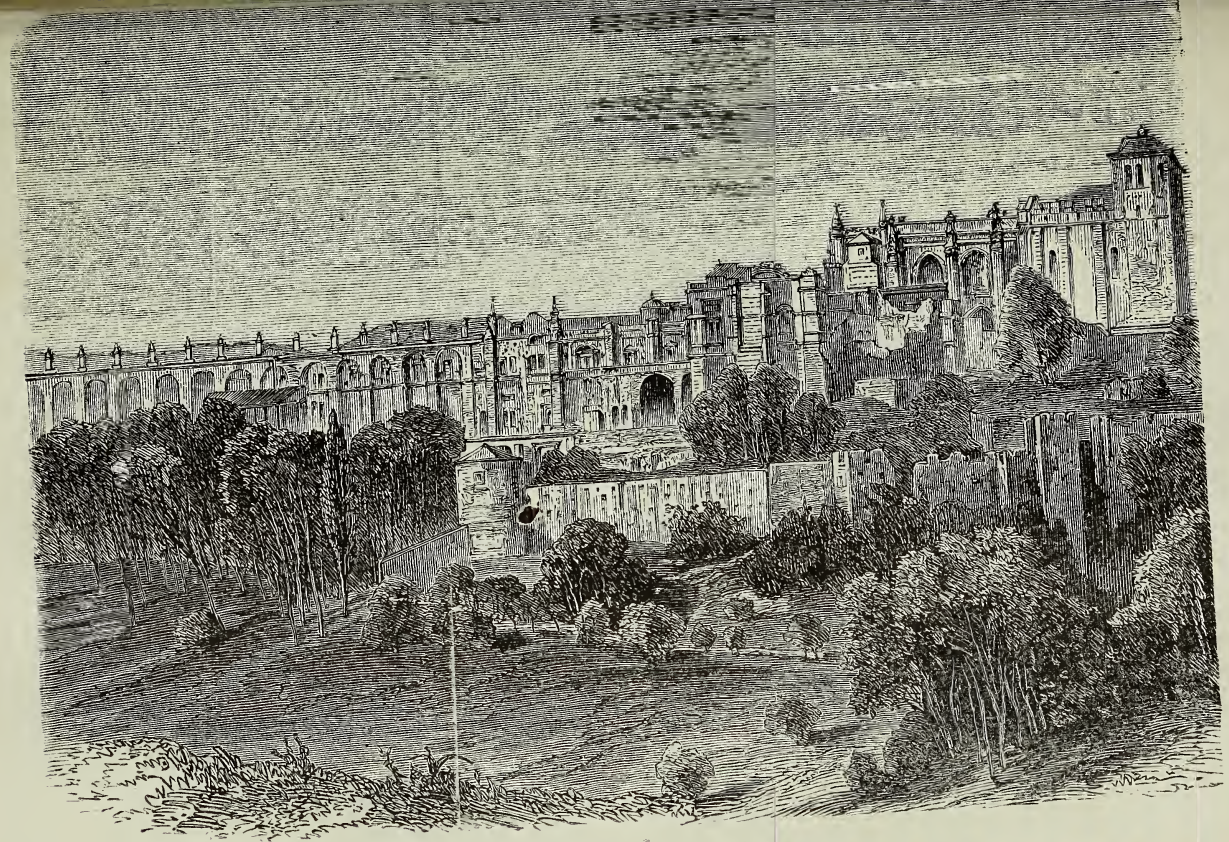
Passados dez annos tornou o convento de Thomar a ser honrado com a visita do soberano de Portugal, mas d'esta vez foi visita festiva, e não a triste retirada de uma campanha mal succedida. Agora era el-rei D. João V, então na flor dos annos, acompanhado de seus irmãos, os infantes D. Antonio e

D. Manuel, e de um brilhante cortejo, que alli iam ver e admirar o monumento coevo com a fundação da monarchia a que estão associadas tantas memorias gloriosas.

N'esse seculo, como no actual, os fastos da afamada ordem de Christo, e do seu convento monumental apenas se limitaram a commemorar, como acontecimentos prosperos, a visita de principes; e entre os adversos os estragos que padeceu o edificio pela invasão dos francezes no anno de 1810, e por occasião da sua retirada no anno seguinte. As cadeiras do coro, obra magnifica e de muito primor artistico, mandadas fazer por el-rei D. Manuel, foram inteiramente destruidas e queimadas, servindo aos soldados de lenha para se aquecerem e fazerem a comida. Desappareceram algumas alfaias preciosas, que os freires não poderam levar comsigo, quando abandonaram apressadamente o convento, á aproximação do inimigo. E no archivo tambem foram grandes as perdas, desencaminhando-se muitos documentos valiosissimos.

Desde então a decadencia da ordem foi acompanhada da decadencia do edificio. Tendo sido relaxada a clausura por uma reforma, levada a effeito anteriormente áquelle successo, e da qual fôra encarregado o principal Castro, os freires, vendo-se com liberdade de viverem fóra do convento, principiaram a descurar a sua conservação, que, pela vastidão do edificio era difficil e mui dispendiosa.

Assim começou a arruinar-se antes de ser deshabitado; mas logo que ficou devoluta, pela extincção das ordens religiosas em 1834, as devastações dos homens e as injurias do tempo têem estendido a ruina a quasi todas as partes d'aquelle grandioso edificio. E estaria hoje todo por terra, sem dúvida, com irreparavel perda para a historia e para as artes, e com grande vergonha para este paiz, se não fôssem os esforços, disvelos e perseverança do sr. conde hoje marquez de Thomar. Tendo comprado ao estado em 1843 a cerca do convento e uma pequena porção d'este, em tempo que era ministro do reino, cuidou logo em salvar da ultima destruição, como exporei em logar competente, a parte do edificio que é monumento d'arte, e pertencia, e ainda pertence á nação. Depois, aproveitando-se, a prol do monumento, da visita com que alli o honraram em 1843 SS. MM. e AA. sr.ª D. Maria II, el-rei sr. D. Fernando, e os dois principes que succederam no throno áquella soberana, projectou dar começo a obras, não só de reparação e conservação, mas tambem com que pouco a pouco se fôsse restaurando, como se praticava no edificio da Batalha. Os acontecimentos politicos que sobrevieram obstaram a que tal projecto se effectuasse. Porém desde que as paixões partidarias se foram acalmando, renovou as suas instancias a fim de que os poderes publicos olhassem pela conservação de tão venerando edificio. Não se conseguiu, é certo, quanto seria para desejar; mas alguma cousa se obteve, preservando-se de maior ruina tão importante monumento.



MONUMENTO DE THOMAR

Aqueducto; parte do convento de Christo, que é hoje propriedade do sr. marquez de Thomar; casa do capitulo por acabar; corpo da igreja, obra d'el-rei D. Manuel; antiga igreja dos templarios, e desde o seculo XVI capella-mór da igreja; muros e torres da cêrca exterior do castello dos templarios.

XII

O castello dos templarios

Quando penso na importancia que tiveram n'este reino as ordens de cavallaria do Templo e de Christo; quando considero nos distinctos serviços que ambas prestaram ao paiz, concorrendo activa e poderosamente para o engrandecimento do seu solo, e para a glorificação do seu nome; quando, emfim, attento em que os annaes d'estas duas milicias estão estreitamente unidos e entrelaçados com os da monarchia, e que, durante o longo espaço de mais de quatro seculos, constituiram muitos dos capitulos mais gloriosos da historia de Portugal, não posso deixar de reconhecer a insufficiencia do quadro, em que diligenciei esboçar tão vasto e grandioso assumpto.

Todavia se se attender a que, obedecendo ao titulo d'este livro, forçoso me é tratar n'elle de varios outros edificios, que são monumentos historicos e artisticos, talvez possa com razão ser increpado de prolixidade.

Tendo sacrificado, pois, a descripção do monumento á historia das instituições que o tiveram por séde, ver-me-hei agora obrigado a resumir-me em uma parte importantissima, qual é a que diz respeito ao estudo das artes, principalmente da architectura, de que o mesmo monumento apresenta mui differentes e notaveis typos.

O castello de D. Gualdim Paes, sem embargo das ruinas que se observam em muitas das suas partes, deixa ajuizar com exactidão da sua fórma primitiva. Não repetirei o que já fica dito ácerca da sua situação. Além d'isso, tambem os leitores podem fazer uma idéa d'ella á vista das gravuras a pag. 123, 165 e 178, as quaes representam esta antiquissima fortaleza, a primeira do lado do norte, onde está a cavalleiro da cidade de Thomar; a segunda do lado de léste, por onde correm as suas duas cercas de muralhas; e a terceira, do mesmo lado, fazendo continuação á segunda, e mostrando por baixo da igreja e da casa, não acabada, do capitulo, o angulo occidental da primeira cerca de muros.

No cimo do monte ergue-se a *alcaçova* ou *cidadella*, edificada sobre rocha, formando um quadrilongo de mui altas muralhas ameiadas, flanqueadas de suas torres. No centro d'esta cerca de muralhas levanta-se a muito maior altura a grande torre de menagem. É de fórma quadrangular, e coroada de ameias.

Toda esta fabrica é da construcção primitiva, á excepção das ameias da

torre de menagem, e de algumas poucas mais que ainda conserva, as quaes mostram evidentemente na cruz de Christo, que em cada uma d'ellas está aberta, serem obra dos cavalleiros de Christo. A acção corrosiva do tempo tem-lhe ennegrecido e carcomido a cantaria; comtudo, poucos estragos patentêa exteriormente em relação a uma existencia de 707 annos, o que prova a solidez da construcção. Na disposição interior dos aposentos tem bastante ruina; e é difficil subir ao pavimento superior, que era dividido em differentes casas com janellas, como se póde ver nas gravuras mencionadas. A alcaçova é ainda ao presente propriedade do estado.

A primeira cerca d'esta fortaleza consta de altos pannos de muralha, guarnecidos a espaços irregulares de torres mais elevadas, umas redondas, outras quadrangulares, tudo de cantaria, hoje em muitas partes occulta debaixo do reboco e das camadas de cal. Abria-se n'esta cerca, e ainda alli se conhece o logar da celebre *porta do Sangue* junto da qual, durante o cerco posto ao castello pelo imperador de Marrocos em 1190, houve um renhido combate de que sairam vencedores os templarios, ficando desde então aquella porta a denominar-se do *sangue*, pelo muito que ahi se derramou. Em tempo dos freires de Christo foi esta cerca reparada, e em grande parte caiada. Cingiram-se as torres com ameias, ou porque já não existissem as primitivas, ou porque quizeram substituil-as com as novas ameias, ornadas da cruz de Christo. E como não houvesse no paiz moiros para combater, transformaram em mirantes e casas de regalo o interior de algumas torres d'esta cerca. Em uma d'ellas, mais espaçosa, rasgaram-lhe uma esbelta janella, no estilo gothico, com sua delgada columna no meio, e da qual se desfructa o formosissimo e pittoresco panorama da cidade de Thomar, do Nabão com as suas margens assombradas de copado arvoredo, dos prados, extensos e viçosos, que o rio vae cortando, e de muitas e apraziveis collinas e montes, que, em mais ou menos dilatado horisonte, fazem moldura a tão encantador painel. Tomou esta torre o nome da *rainha D. Catharina*, que ainda conserva, em memoria da predilecção que por ella tinha esta soberana, indo alli recrear-se a miudo, no tempo em que residiu nos visinhos *paços do infante D. Henrique*.

O terreno compreendido dentro das cercas do castello foi aproveitado pelos freires de Christo, para a plantação de pomares de laranja, que, ainda não ha muitos annos, eram magnificos pela corpolencia, espessura e viço das arvores; mas que a terrivel molestia das larangeiras destruiu quasi de todo. Estes terrenos, pertencentes actualmente ao sr. marquez de Thomar, acham-se novamente plantados de pomares de laranja e outras fructas.

A entrada para o castello fica do lado do norte, por baixo da alcaçova, e sobranceira á cidade, com a qual se communica por uma calçada em ziguezagues, muito ingreme, que vae desembocar, por detraz dos paços do conce-

Vista pittoresca do Nabão

lho, na praça principal de Thomar. Estende-se esta junto á raiz do monte do castello, e servem-lhe de adorno, além da casa da camara, grande edificio construido por el-rei D. Manuel, a igreja parochial de S. João Baptista, bello templo gothico, obra do mesmo soberano e o antigo pelourinho, com sua cercadura d'arvores.

No topo da calçada está um arco de cantaria, com passadiço por cima, e que se appoia, de um lado na rocha que serve de base á alcaçova, e do outro em um lanço de muralha, que dá principio á cerca exterior. Este arco vê-se na gravura a pagina 123. Era sem dúvida, a primeira porta do castello, e deveria ter o competente fôsso e ponte levadiça. Dá passagem á continuação da mesma calçada, ou, direi melhor, a um largo corredor que, por entre as altas muralhas da cerca e da alcaçova, conduz á porta da fortaleza. Entra-se por esta porta para um cumprido terreiro, ao presente plantado de pomar. Logo á direita está a *Alcaçova* e o portal que lhe dá ingresso. Seguem-se a esta, do mesmo lado, umas casas com dois pavimentos em estado de ruina: o terreo, com a abobada sustentada por numerosas columnas de pedra; e o primeiro andar, em cuja frontaria se contam umas quatorze ou quinze janellas. Eram os paços do infante D. Henrique, duque de Vizeu, por elle fundadados para sua residencia, e nos quaes habitou por algum tempo a rainha D. Catharina, depois de enviuvar d'el-rei D. João III, sendo regente na menoridade de seu neto, el-rei D. Sebastião. Este edificio foi reconstruido, talvez, sob o governo d'esta princeza, que administrou a ordem de Christo, em nome do seu neto, o joven rei e grão-mestre. O andar nobre, principalmente, mostra pela sua construcção ser obra da segunda metade do seculo XVI. Não tem na sua fachada decoração alguma, nem signal que revele a nobreza do seu destino d'outr'ora. Na gravura a pagina 165 está representado este edificio, que ainda é do estado.

Do terreiro acima referido passa-se ao adro da igreja, subindo uma larga escadaria de pedra.

XIII

Igreja dos templarios e igreja do convento de Christo

Subindo as escadas do adro fica a igreja do lado direito, e as obras incompletas da nova casa do capitulo do lado esquerdo. A parede do fundo faz costas ao magnifico claustro chamado *dos Filippes*. O adro é todo lageado

e guarnecido de balaustrada de uma e outra parte da escada, que lhe dá accesso.

Compõe-se a igreja de dois corpos, tão distinctos pela architectura e pelas recordações historicas, que se podem considerar como dois monumentos, representantes de éras mui distantes entre si, mas intimamente ligadas. São estes dois corpos a capella-mór e o restante da igreja; aquella obra dos templarios, esta fundação da ordem de Christo sob administração d'el-rei D. Manuel.

Não é preciso ser entendido em materias d'arte, para se reconhecer, ao primeiro aspecto de estes dois monumentos, que medearam alguns seculos entre a construcção de um e outro. O primeiro foi fundado pelo mestre D. Gualdim Paes, pelos annos de 1162, para servir de templo da ordem. É um edificio mui alto, de fórma octogna, todo construido de cantaria, com algumas janellas, coroado de ameias, mas completamente nu de outro qualquer ornamento. Exteriormente não tem porta alguma, pois que os templarios o edificaram unicamente para as suas praticas religiosas, e não para as devoções do povo. Assim, o seu aspecto exterior seria exactamente o de um castello, se os cavalleiros de Christo, quando a reforma d'el-rei D. João III os reduziu a freires conventuaes, não tivessem mandado construir sobre duas faces d'aquelle octogono uma torre de sinos.

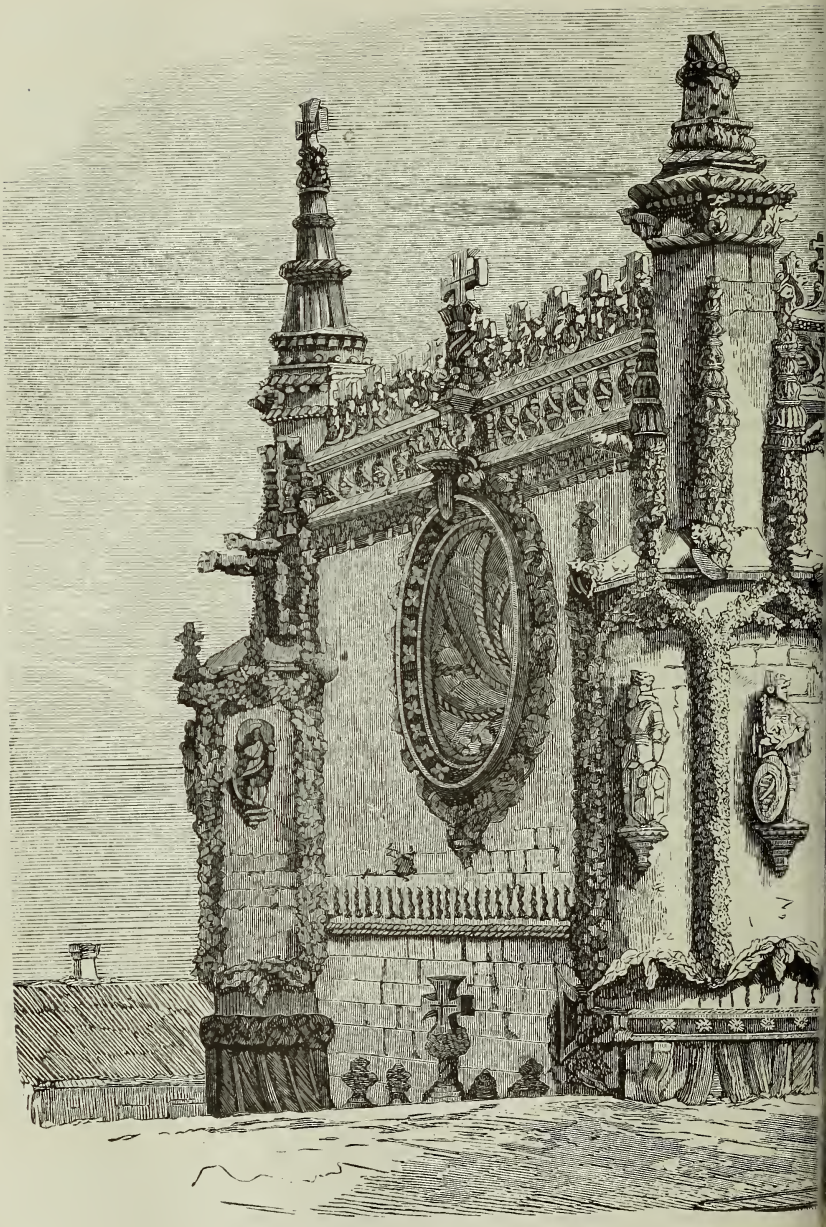
Em perfeito contraste com esta rude singeleza, ergue-se o corpo da igreja, ataviado com todo o luxo da ornamentação gothico-florida.

El-rei D. Manuel, parecendo-lhe a igreja dos templarios pequena e pobre para uma ordem, como a de Christo, tão rica e poderosa, tão auctorizada e esclarecida, resolveu accrescental-a e ornamental-a explendidamente. Da igreja antiga fez capella-mór da nova, abrindo-lhe na parede voltada contra o occidente um grande arco, e construindo em seguida o corpo da igreja.

Externamente deixou o velho templo com a sua simplicidade primitiva, reservando para o novo edificio todas as galas da architectura e da esculptura.

O corpo da igreja é, com effeito, na sua fabrica exterior, uma das obras mais sumptuosas que construiu el-rei D. Manuel. Tem este edificio tres fachadas: uma, que é a principal, está voltada para o sul, e n'ella, junto á antiga igreja dos templarios, agora capella-mór, abre-se o portal da entrada; a segunda, olha para oeste, e deita para o claustro de Santa Barbara; a terceira corre pelo lado do norte.

O portal, a que dão ingresso alguns degráus de pedra, fica debaixo de um elevado arco, de volta redonda, guarnecido de uma renda delicada. O espaço entre a porta e a volta do dito arco é adornado com diversidade de lavores esculpturaes com varias estatuas de santos sobre peanhas, avultando acima de todas a estatua da Virgem, a quem o templo é consagrado sob a



Corpo da ig

o, em Thomar

invocação de *Santa Maria do Olival*. A gravura a pag. 168 e 169, copiada de uma photographia, representa com muita exactidão este bello portal.

Os gigantes ou botareos, em que rematam as fachadas para o lado de oeste, são decorados com estatuas sobre peanhas, postas em meio de graciosas molduragens de fructos e folhas em alto relevo. Duas d'essas estatuas representam, se a memoria me não falha, el-rei D. Diniz, instituidor da ordem, e el-rei D. Manuel fundador do edificio. Os mesmos botareos, continuando a subir enfeitados com festões de folhagem, terminam em esbeltas pyramides, lavradas com variados desenhos, e mostrando no remate a cruz de Christo. Os gigantes, que dividem as janellas, são menos ornados e sobem a menor altura, todavia apresentam diversidade de lavores. O oculo e as janellas, que dão luz á igreja, ostentam igual riqueza de esculpturas. Abre-se o oculo na frente de oeste, em correspondencia com a capella-mór, e exactamente por cima da formosa janella da casa do capitulo, pois que o corpo da igreja foi edificado sobre esta casa. As janellas são mui grandes, e formadas de diversos arcos ogivaes, ou de ponto subido, que vão diminuindo no grosso da parede, todos esculpturados em alto e vasado relevo. Corôa-se, emfim, este edificio com uma larga e mui delicada renda, composta, na parte inferior, de espheras armilares, divisa do fundador, e na parte superior de cruzes da ordem de Christo. A gravura a pag. 184 e 185 mostra esta parte do edificio, que deixo descripta em traços largos. N'essa gravura vê-se o remate da janella da casa do capitulo, de que acima fallei e que apparece alli como cortada pelo terrado superior de um dos lanços do claustro dos Filippes, que vae correndo contiguo á frontaria principal do corpo da igreja, cuja parte inferior occultou, até ao adro do templo.

O exterior do edificio está em bom estado, tendo apenas partidas algumas das pyramides dos botareos e varias cruzes.

Não corresponde o interior do corpo da igreja á magnificencia do exterior. Por dentro reina a maior simplicidade que é possivel, sem que se possa dizer alliada com a elegancia. Logo na primeira observação se conhece, que o architecto Ayres do Quintal, viu-se obrigado a subordinar o seu engenho, na deliniação da planta, a condições que lhe punham pêas. Entretanto esta circumstancia não o desculpa de assim deixar aquelle interior tão nu de ornatos, que o seu maior adorno consiste na abobada da laçaria de pedra.

El-rei D. Manuel compensou-o, de algum modo, d'esta pobreza, guarnecendo-lhe o coro com ricas e formosissimas cadeiras de talha feitas pelo insigne esculptor mestre Olivel de Gand, que el-rei D. Manuel encarregou d'este trabalho, com a obrigação de o concluir em tres annos. Era uma das obras d'arte de maior primor que o paiz possuia n'este genero. Infelizmente d'ella não resta nem sequer vestigios. Tudo foi destruido pelos francezes, em 1810. Assim tambem levaram descaminho outras obras d'arte de singular perfeição e excel-

lencia, que davam nomeada ao convento de Christo. Eram os livros do coro escriptos á penna e primorosamente illuminados por Francisco d'Hollanda, natural de Lisboa, e filho d'Antonio d'Hollanda, de nação flamenga, que veiu a Portugal como pintor.

Do corpo da igreja passa-se á capella mór por um arco ogival, de pouca elevação, e desengraçadissimo. Este arco com a sua têa de pau santo, vê-se na gravura a pag. 188, que representa o interior da capella mór, e que é copia de um desenho original de Barbosa Lima.

Esta capella mór era como fica dito, a antiga igreja dos templarios. Á excepção d'aquelle arco, e de algumas outras modificações pouco importantes conserva a sua fórma geral primitiva; não assim a singeleza da architectura, feição caracteristica d'essa epocha remotissima da nossa historia. Perdeu inteiramente essa feição ao aceno d'el-rei D. Manuel, que, ao mesmo tempo que levantava o corpo da igreja, adornava o antigo sanctuario dos templarios com estatuas de pedra, com paineis a oleo, e com esculpturas e pinturas resplandecentes de oiro. Porém, não obstante esta reforma, que, se por um lado deu graça e belleza ao edificio, por outro lado lhe adulterou o seu estilo architectonico, é um monumento precioso para a historia da architectura em Portugal, pois que pertence a uma epocha, da qual possuimos poucos exemplares, e d'estes só aquelle, talvez, em circumstancias de uma idéa perfeita do estado de architectura no reinado do nosso primeiro rei.

As sés e algumas igrejas mais principaes que se construiram no principio da monarchia, tinham em volta da capella mór, ou do altar mór a *charola*, uzada nos templos christãos do oriente, d'onde nos veiu essa pratica. Porém se não fôra a igreja dos templarios, em Thomar, apenas teriamos d'isso conhecimento pela tradição, e pelos vestigios que restam na sé de Lisboa e na igreja do mosteiro d'Alcobaça, ambas fundadas por el-rei D. Affonso Henriques. Em quanto que as reconstrucções alteraram, mais ou menos, a fórma primitiva d'estes dois templos, e de outros mais, construidos no mesmo periodo, o de Thomar tem conservado intacta até hoje essa vetusta feição.

A igreja de D. Gualdim Paes, tal qual perseverou durante a existencia da ordem, constava sómente de uma capella octogonal collocada no centro da *charola*, igualmente de fórma octogna.

Além d'esta capella não tinha outra, nem altar junto das paredes da *charola*. N'estas apenas se abriam algumas poucas janellas e uma porta, que dava para o interior do convento, e era a unica serventia dos cavalleiros para a igreja. As primeiras alterações que ahi se fizeram foi segundo creio depois da extincção da ordem do Templo. O infante D. Henrique edificou a sachristia e o coro, e a ambas communicou com a igreja abrindo duas portas em dois octognos da *charola*. Em alguns dos outros construiram-se posteriormente varias capellas com retabulos de pintura a oleo. El-rei D. Manuel decorou as paredes

Capella-mór da igreja do convento de Christo, em Thomar

da *charola* com grandes paineis, e com estatuas sobre columnas, e debaixo de baldachinos vasados. Na abobada da mesma *charola* fez pintar em meio de grandes medalhões as armas reaes alternadas com a cruz da ordem de Christo. Mandou guarnecer exterior e interiormente de silvados, arabescos, e muitas mais diversidades de esculpturas, em madeira doirada toda a capella central que é de cantaria. O arco, que dá communicação para o corpo da igreja foi adornado com pinturas doiradas.

A gravura a pag. 188, dispensa-me, certamente, de entrar em miudezas de descripção. Direi, todavia, que esta capella é formada por oito arcos, que sustentam um corpo superior, em que se vêem outras tantas janellas, e sobre o qual vem appoiar-se a abobada da *charola*. No meio dos oito arcos ergue-se o altar mór. A abobada que o cobre tem a mesma elevação da da *charola*. Direi, em fim, que esta fabrica, no estilo bysantino, similhando uma construcção oriental, quer na architectura, quer na ornamentação, tem muita originalidade e belleza.

Os retabulos das capellas, e a maior parte dos quadros que guarneciam as paredes são attribuidos ao Grão Vasco e á sua eschola. Alguns foram destruidos ou desencaminhados por occasião da mencionada invasão franceza. Todos os outros, ou quasi todos, em numero de 22, foram transportados para o deposito da academia real das Bellas Artes, logo depois da extincção das ordens religiosas, em 1834. Este acontecimento deixou a igreja e convento de Christo no mais completo abandono; ao que se seguiram deploraveis devastações. Ficando abertas de par em par, noite e dia, as portas do templo e do convento, entrava alli quem queria, e apropriava-se do que mais lhe agradava. Assim offereceu a este edificio, por alguns annos, á contemplação dos estranhos um dos mais tristes espectaculos provenientes das nossas revoluções.

Quando o sr. marquez de Thomar fez acquisição de uma parte do edificio do extincto convento, em 1843, ainda este venerando monumento se achava entregue ao mesmo abandono, e vergonhosamente exposto á mesma devastação. Foi, portanto, por sua ordem, na qualidade de ministro do reino, que se fecharam as portas d'elle; que se vedou a entrada franca no seu recinto; que se concertaram as vidraças da igreja, e se obstou á introducção da agua das chuvas. Desde então conservou-se a igreja em bom estado de limpeza. A instancias do sr. marquez de Thomar foram restituidos ao seu antigo logar alguns dos paineis da igreja.

A sachristia é pequena, e nada offerece digno de menção. Outr'ora continha vasos sagrados, reliquias santas, e alfaias de grande apreço e valor. Porém todas essas preciosidades tiveram a mesma sorte dos ornatos moveis do templo. Entre os objectos preciosos que alli se guardavam achava-se uma *cruz de oiro*, sobre uma pianha de filagrana guarnecida de pedras preciosas. Esta cruz foi feita, juntamente com a custodia de Belem, do primeiro oiro

que veiu do Oriente, e doada ao convento de Christo por el-rei D. Manuel. Desappareceu esta peça valiosissima por occasião da referida invasão, ou quando se extinguiram as ordens religiosas em 1834.

XIV

Claustros

Nenhum outro edificio religioso de Portugal encerra tantos claustros como o convento de Christo, em Thomar, pois que n'elle se contam nada menos de oito. O mosteiro d'Alcobaça, edificio vastissimo, onde em tempos antigos viveram mais de novecentos religiosos, apenas possue cinco claustros. Os de Thomar, têem, como os d'Alcobaça, o merecimento de offerecerem aos estudiosos da architectura nacional specimens dos estilos architectonicos, que predominaram em differentes epochas na nossa historia.

Desde os tempos mais rudes da arte, e de maior singeleza dos costumes patrios, até ao periodo de mais brilho e florescencia da architectura do renascimento, e de maior corrupção de costumes, apresentam os claustros do convento de Christo typos muito interessantes, e um de singular magnificencia.

Proximo da capella mór, para o lado de léste, encontra-se um claustro, pequeno, de construcção solida, com a abobada dos seus lanços achatada, com a cantaria dos arcos tão grosseiramente lavrada, e tão desataviada de adornos; um claustro, em fim, com tantos e taes signaes de antiguidade, que se denuncia aos olhos menos experientes como uma obra dos principios da monarchia. Todavia não se póde determinar ao certo a epocha em que foi construido, parecendo, comtudo, ser da primeira fundação dos templarios.

Creio que os cavalleiros do Templo nenhum outro claustro edificaram. Sem embargo do seu instituto religioso, os seus habitos guerreiros, a sua vida, quasi inteiramente volvida nos campos da batalha, faziam-lhes desnecessarios os claustros.

São fundações do infante D. Henrique dois claustros: um, que se acha ao presente em ruinas, e outro denominado do *Cemiterio*. D'este vê-se uma gravura a pag. 191, copia de um desenho original. Infelizmente o desenhador escolheu mal o ponto de vista, de modo que a gravura dá uma idéa inexacta d'este claustro, pois que o representa triste e de construcção pouco esbelta, sendo aliás muito alegre e um bonito specimen da architectura gothica ainda no seu estado de pureza. Este claustro tem uma só galeria, de quatro lan-

Claustro do cemiterio no convento de Christo, em Thomar

ços, com arcos de ponto subido, ou ogivaes, sustentados por columnas duplas, delgadas e rematando em mui graciosos capiteis, guarnecidos de folhagem vasada e esculpida com delicadeza. O pavimento d'este claustro está em bastante elevação, e, como o seu nome o indica, serviu de enterramento aos freires de Christo. Nos lanços oppostos aos que a gravura mostra, acham-se alguns bons mausoleus, mettidos em arcos abertos nas paredes dos ditos lanços. Um d'estes mausoleos que é rico e bello, encerra os restos de D. Diogo da Gama, esmoler d'el-rei D. Manuel, e fallecido em 1523. Proximo d'este tumulo abre-se um portal que dá entrada para uma grande casa, que supponho, com algum fundamento, ter sido construida pelo infante D. Henrique para casa do capitulo, e que em tempos posteriores foi convertida em capella e decorada com esculpturas e pinturas doiradas. Exerceu-se brutal vandalismo n'esta casa durante o periodo em que o edificio esteve abandonado. E não causa tambem pequena lastima ver ameaçada de ruina a abobada de um dos lanços d'este claustro.

É fabrica d'el-rei D. Manuel o *Claustro de Santa Barbara*. É pequeno, mas de boa architectura, no estilo gothico. Sobre o terrado de um dos seus quatro lanços cae a fachada de oeste da igreja, ficando, por conseguinte, muito inferior ao pavimento d'esta.

Contiguo a este claustro, para o lado do norte, está outro muito mais vasto, porém destituido de bellezas d'architectura. Este claustro é o *dos Corvos*, representado em a gravura da pag. 194, são obra d'el-rei D. João III. O seu estilo pesado e desengraçado tambem não se recommenda ao exame dos curiosos. As trazeiras da parte do convento, que é propriedade do sr. marquez de Thomar, deitam para este claustro. Os outros lados d'elle pertencem ao estado.

O claustro chamado *do Mixo* sómente é notavel por deitarem para um dos seus lanços, superiores, os portaes das salas, em que se reuniram, conforme a opinião que se me affigura mais acertada, os tres estados do reino, convocados por el-rei D. Filippe II de Castella, no anno de 1581. São tres as salas, sem communicação entre si, e tendo cada uma apenas uma porta para o dito lanço.

Como o tecto das tres salas é muito mais alto que o da galeria do claustro, apresentam aquellas sobre esta tres fachadas, com seus ornamentos, de singular architectura, no estilo do renascimento. A sala do centro tem, junto á parede do fundo, em correspondencia com o portal, um mui amplo degrau, como estrado, de fórma quadrangular, em cima do qual se deveria erguer o throno real. O pavimento da sala é de pequenos ladrilhos de côres em mosaico, hoje muito destruidos, e do mesmo modo se acha o tecto, que mostra variados lavores em estuque, e que ameaça completa ruina. N'esta sala se reuniu, ao que parece, o braço da nobreza. As outras duas salas,

em que se juntaram os representantes do clero e os procuradores das cidades e villas, que tinham voto em côrtes, são inteiramente desadornadas. Como o logar d'este convento, onde se reuniram aquellas côrtes, é ponto controverso, voltarei a este assumpto em outra occasião, expondo os fundamentos em que baseio o meu parecer.

O ultimo claustro na ordem chronologica é o primeiro de todos na sumptuosidade da fabrica. Apesar de que se lhe possa notar algum excesso na ornamentação, principalmente pela multiplicidade de columnas, é a mais grandiosa, a mais rica e bella obra, que a architectura do renascimento produziu em o nosso paiz.

Está situado, como já disse, junto ao adro do templo, encostado á frontaria d'este, occultando a parte inferior do corpo da igreja. Contiguo, para o lado do norte, está o *Claustro de Santa Barbara*. Tem aquelle muita vastidão, e é todo construido de fina cantaria, lavrada com esmero. Compõe-se de quatro lanços, cada um com duas ordens de galerias, iguaes nas decorações e muito esbeltas. Nos quatro angulos resaltam para fóra uns corpos, por onde correm interiormente as escadarias, que communicam as galerias inferiores e superiores, com o terrado, que as corôa, e com o terreiro por ellas circumdado. No meio d'este terreiro, que foi jardim, levanta-se a bastante altura uma soberba fonte, com seu lago em volta, e duas taças para a agua cahir em lençoes, tudo de pedra lavrada com muita diversidade de esculptura. Falta a este claustro, para estar acabado, a balaustrada que devia guarnecer os terrados superiores, e parte da que havia de cingir o lago.

É attribuida esta obra verdadeiramente monumental a tres monarchas fundadores. O padre Carvalho, na sua *Chorographia Portugueza* diz que lhe deu principio el-rei D. João III. A maior parte dos nossos escriptores attribue a fundação a el-rei D. Filippe II de Castella, continuando com as obras seu filho D. Filippe III e seu neto D. Filippe IV. Alguns auctores pretendem que fôra D. Filippe III de Castella quem lançára a pedra fundamental.

Não podendo entrar em miudezas de descripção, e em analyse de opiniões, limitar-me-hei a dizer, que tenho por mais provavel o parecer dos que attribuem a fundação d'este claustro a D. Filippe II de Castella; e o proseguimento da obra, até ao ponto em que a vemos, a seu filho e neto.

Era no claustro, chamado *dos Filippes*, que os freires de Christo, nas grandes solemnidades religiosas, faziam as suas procissões.

Claustro dos Corvos no convento de Christo, em Thomar

XV

Casas do capitulo

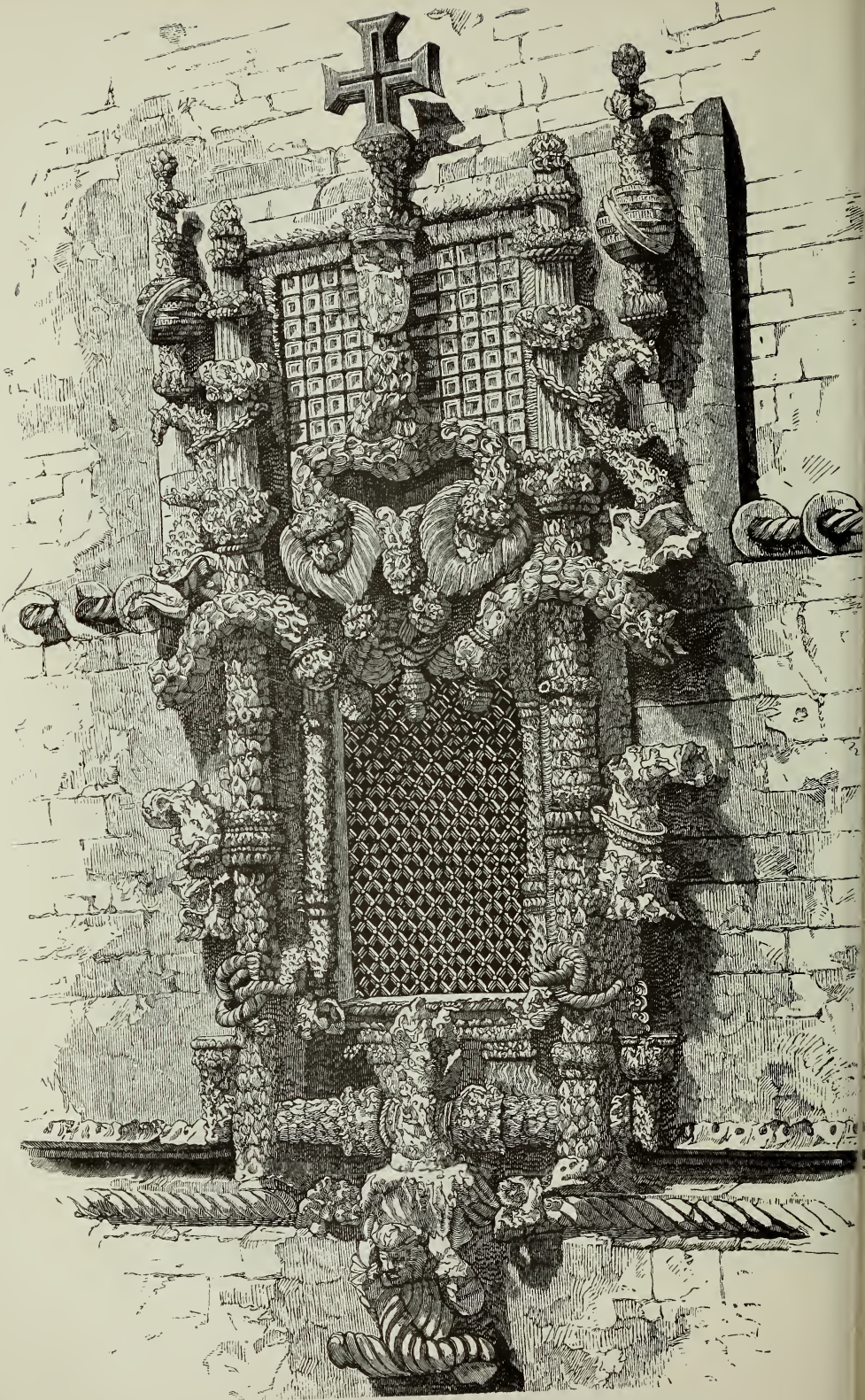
Entre as obras que mostram mais antiguidade no convento de Christo, ha uma casa quadrangular, com a abobada achatada, sustentada em pilares, e de tão solida construcção, que se conserva sem maior ruina, não obstante as aguas da chuva, que dos terrados superiores caem sobre a sua abobada ha longos annos. Esta casa, situada ao sudoeste do primeiro claustro, de que tratei a pag. 190, parece-me ser a primitiva *casa do capitulo*.

Entre as obras mandadas fazer no convento de Christo pelo infante D. Henrique, duque de Vizeu, acho mencionada a *casa do capitulo*, junto ao *claustro do Cemiterio*. Não designa qual fôsse essa casa o auctor antigo em que isto li; mas entendo que é, sem dúvida, aquella de que fallei a pag. 192.

A terceira *casa do capitulo* é fabrica d'el-rei D. Manuel. Foi começada, segundo julgo, mas sem ter d'isso certeza, antes d'este monarcha subir ao throno, sendo então duque de Beja, e governador e administrador do mestrado da ordem de Christo. Todavia o seu acabamento é posterior á acclamação d'este soberano, como o indicam as suas divisas, que avultam na janella d'aquella casa. Sobre a sua abobada fundou o referido monarcha o corpo da igreja, isto é, a parte do corpo da igreja, onde era o côro, onde se admiravam as famosas cadeiras de talha relevada.

O portal que dá entrada para esta casa é de boa cantaria, e de bonito effeito, pois que o decoram variados relevos. A casa, com sua abobada de laçaria de pedra mui bem construida, tem as paredes nuas de adornos. Mas se o architecto foi avaro na sua ornamentação interior, compensou-a d'essa pobreza, prodigalisando no exterior da unica janella, que lhe dá luz, as galas e magnificencias d'aquella architectura gothica-florida, mesclada de feições arabes e da renascença, de que é typo o mosteiro de Santa Maria de Belem.

A gravura a pag. 196, dispensa-me de descrever aquella formosa janella. As columnas, disfarçadas em troncos cobertos de folhagem; os pedaços de troncos recortados com os mesmos lavores das columnas, e pendendo d'estas presos a grossas cadeias; os cordões, ora cahindo torcidos, ou formando laçadas; ora correndo em cercaduras, já singelas, já passando atravez de argolas; a grade de pedra que fecha a janella; o escudo das armas reaes, e as espheras armilares e a cruz da ordem de Christo, que lhe servem de remate, sabidas divisas do monarcha *affortunado*, todas estas esculpturas es-



Janella da casa do capitulo, no convento de Christo, em Thomar

tão feitas com graça e delicadeza. Felizmente acham-se em bom estado de conservação.

A fachada da igreja, em que se abre esta rica e linda janella vista do terrado superior do *claustro dos Filippes*, offerece uma perspectiva formosa e de bastante magnificencia.

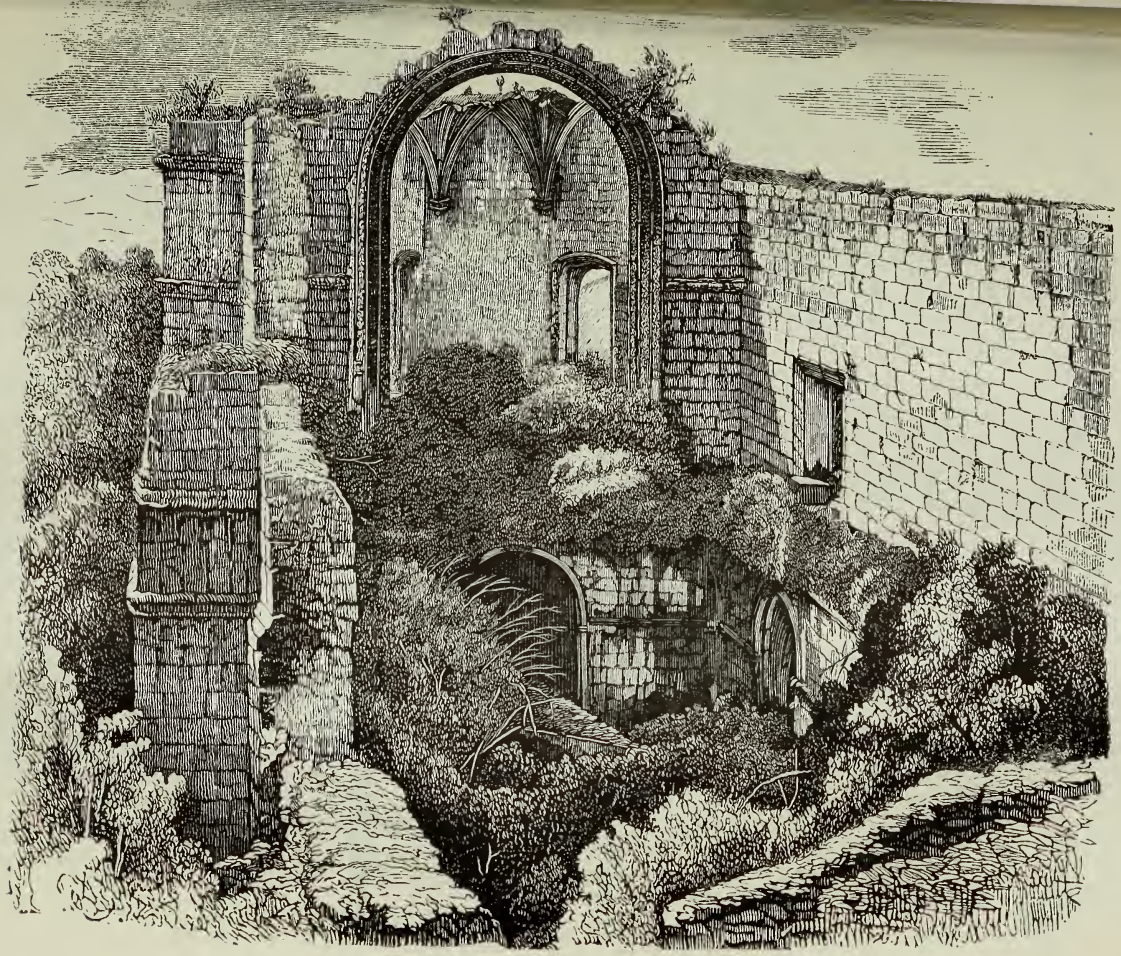
Para outro serviço, que não fôra aquelle para que foi edificada, poderia chamar-se a esta casa uma sala espaçosa; mas para *casa do capitulo* de uma ordem tal como a de Christo, é, sem dúvida, acanhada. E assim o reconheceu o proprio fundador, pois que ainda chegou a dar principio a outra, incomparavelmente maior e mais sumptuosa, como abaixo direi.

Conforme a tradição, foi na *casa do capitulo* que se reuniram as côrtes, que reconheceram a Filippe II de Castella como rei de Portugal. Seguem esta opinião varios auctores, mas certamente sem nenhum outro fundamento além da tradição. Porque, para se reconhecer que esta é errada, basta, por um lado, ver a pequenez da casa, e por outro lado attender ao avultado numero de pessoas, que compunham os tres estados do reino, chamados *côrtes*, e o modo porque n'ellas tomavam logar.

Todo o pavimento d'aquella casa mal teria capacidade para accommodar apenas o grande estrado, sobre o qual se punha outro mais pequeno em que era de uso erguer-se o throno real; collocar-se a mesa, onde se depositavam os sellos reaes, ficando n'elle o espaço necessario para o camareiro mór, para o condestavel, para o alferes mór, e para o escrivão da puridade, que se sentava no degrau. E o estrado grande tinha taes dimensões, que n'elle e nos seus tres degraus tomavam logar os outros officiaes móres da casa real, os vedores da fazenda, os duques, o regedor da justiça, o chanceller-mór, os desembargadores do paço, os desembargadores da casa da supplicação, os corregedores da côrte, e a pessoa encarregada de recitar o discurso da abertura das côrtes.

Nas reuniões d'estas assembléas tinham logar, fóra dos estrados, em volta da sala os marquezes, os condes, os arcebispos, os bispos, e os prelados das ordens religiosas, os conselheiros, os senhores de terras com jurisdicção, e os alcaides móres dos castellos do reino; no centro da sala, os procuradores das cidades e villas que tinham voto em côrtes, e que eram ao todo noventa e duas povoações. E finalmente, entre o primeiro degrau do estrado grande e os primeiros bancos dos procuradores das cidades e villas, ficavam de pé os porteiros da maça e os reis d'armas.

Por conseguinte, sendo os tres estados do reino compostos de alguns centos de pessoas, parece incrivel como tenha havido escriptores, que affirmem que uma tal assembléa se juntou na *casa do capitulo*, que tão acanhada era para as proprias reuniões do capitulo da ordem de Christo, que o que foi convocado e presidido por D. Filippe III de Castella, e 2.º dos que governaram



Casa do capitulo da ordem de Christo, em Thomar

em Portugal, aos 16 de outubro de 1619, se reuniu no refeitorio do mesmo convento, e ahi funccionou durante as tres sessões que teve. Isto se acha referido por testemunha ocular, o chronista mór João Baptista Lavanha, na sua obra intitulada, *Viagem da Catholica Real Magestade Del-Rey D. Filippe II, Nosso Senhor, ao Reyno de Portugal, e relação do solene recebimento que se lhe fez;* impressa em Madrid no anno de 1622.

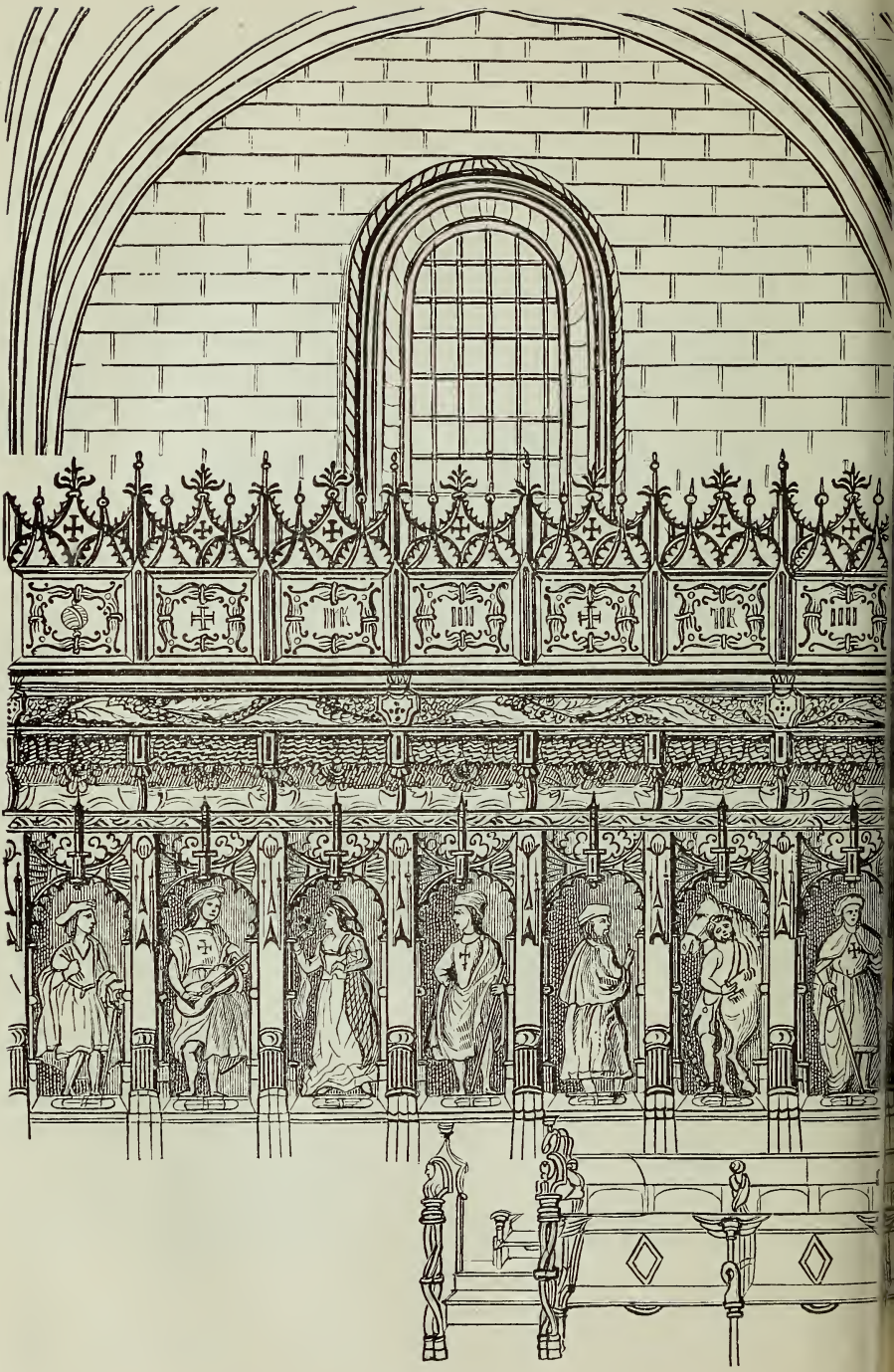
É certo que ha na cidade de Thomar a tradição de que fôra na *casa do capitulo*, que se reüniram aquellas côrtes. Tenho muito respeito pelas tradições, quando não militam contra ellas documentos incontestaveis, ou razões muito fundamentadas, ou inverosimilhanças absolutas.

Portanto, no caso de que trato dá-se a razão de inverosimilhança, ou impossibilidade pelos motivos que acima expendi.

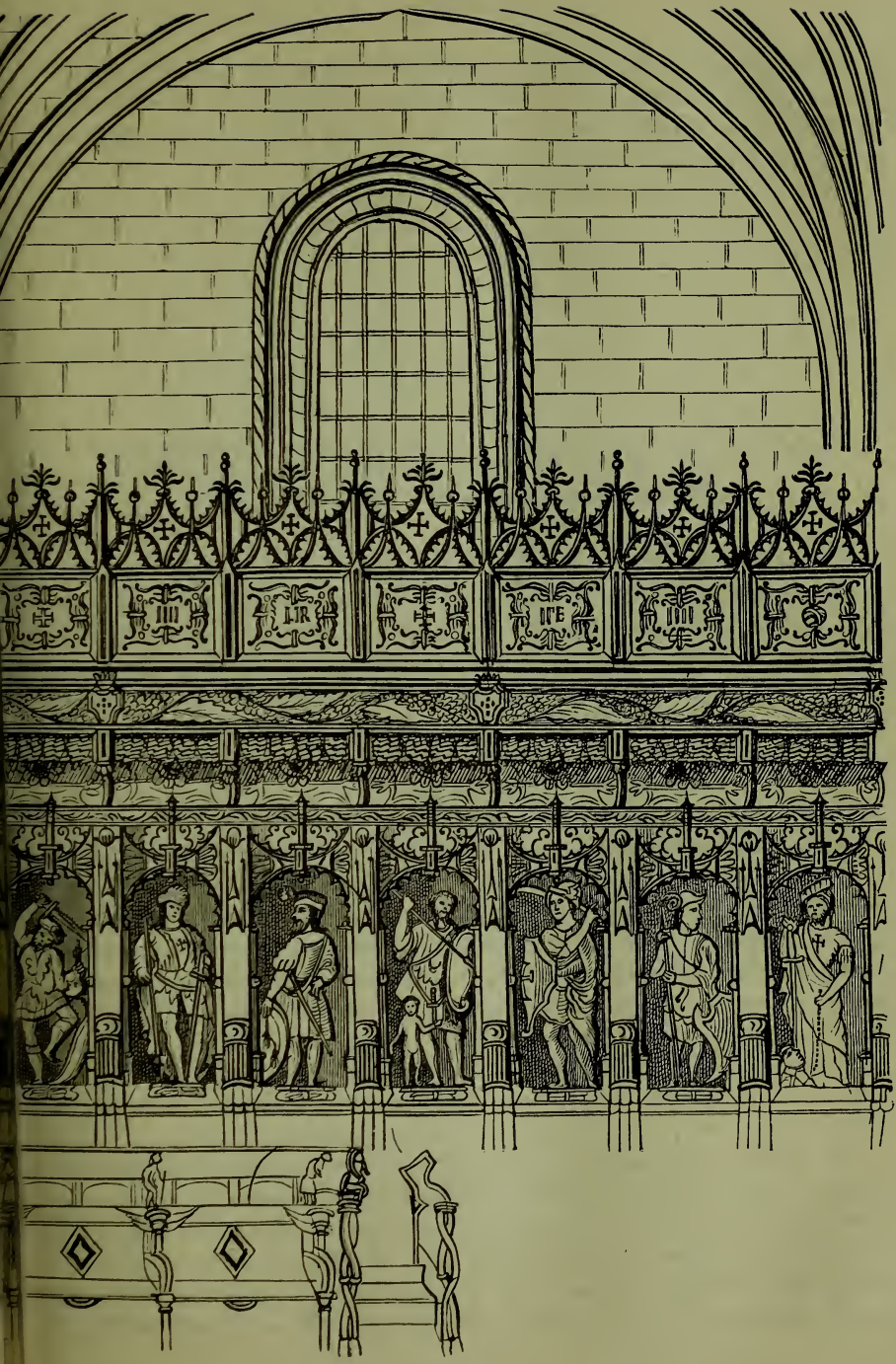
O proprio rei D. Manuel, reconhecendo quão pequena ficára a *casa do capitulo* por elle fundada, resolveu edificar outra digna da magnificencia do fundador e da opulencia e grandeza da ordem de Christo. Não sei em que anno lhe deu principio, mas creio que foi em um dos ultimos do seu reinado, pois que fallecendo em novembro de 1521, deixou a obra apenas começada. Continuou com os trabalhos el-rei D. João III, e ainda estes progrediram sob o governo d'el-rei D. Sebastião. Porém as desgraças que a perda d'este soberano acarretou sobre o reino foram causa de que se levantasse mão da obra, ficando o edificio não só incompleto, mas ainda muito distante da sua conclusão.

Á vista da gravura a pag. 178, e pelo que disse a pag. 192 terão conhecimento os leitores d'esta quarta *casa do capitulo*. Constitue um edificio independente do convento, e apenas unido ao *claustro dos Filippes*. É uma fabrica grandiosa, tanto pelas suas proporções, solidez e excellente cantaria de que é toda construida, como tambem pela belleza da architectura, e riqueza da ornamentação, aonde em similhantes obras a pratica admittia as decorações. A *sala do capitulo*, se fôra acabada, seria uma das maiores dos conventos do reino. Devia ser edificada sobre uma abobada de laçaria de pedra, e do mesmo modo coberta. Digo *devia ser edificada*, porque d'essa abobada sómente se constituiram os pontos extremos, faltando-lhe a parte central. A data de 1540 e tantos que se vê n'ella gravada, mostra pertencer ás obras feitas no tempo d'el-rei D. João III. As paredes da sala acham-se elevadas em parte até quasi aonde havia de começar a abobada.

Quem observar interiormente este edificio, collocando-se no fundo da sala, para o lado do norte, julgará estar vendo um templo por acabar, pois que a dois terços da casa, pouco mais ou menos, ergue-se um arco cruzeiro, muito elevado, esbelto, e todo lavrado com diversidade de esculpturas de gracioso desenho; e a este formosissimo arco segue-se uma como capella-mór ou tabernaculo com suas janellas gothicas, grandes e ornamentadas, e cujo



Prospecto de un



...o de Christo, em Thomar

pavimento ficaria superior ao do restante da sala. Era esse o logar destinado para a cadeira do grão-mestre, quer dizer para o throno real, porque, como já referi, desde o tempo d'el-rei D. João III, os nossos soberanos assumiram o grão-mestrado das ordens de cavallaria.

Não obstante pesarem sobre as obras incompletas d'esta *casa do capitulo* mais de tres seculos, tal é a solidez da sua construcção, que tem resistido, sem ruina, á acção do tempo.

XVI

Edificio do convento, dormitorios, refeitorio, hospedarias, casa de noviços, etc.

O convento de Christo é um dos maiores edificios do nosso paiz. A parte principal d'elle é obra d'el-rei D. João III: seu neto, el-rei D. Sebastião, e os Filippes de Castella accrescentaram-n'o bastante. A frontaria mais nobre corre em grande extensão de terreno, na direcção de oeste para léste. Está voltada para o norte, e cae sobre a estrada velha, que conduz de Lisboa á cidade de Thomar, passando junto do castello, e descendo em zigue-zagues a ingreme encosta, que serve de base á fortaleza dos templarios.

Esta fachada é grandiosa pela sua altura e extensão, pela solidez com que está construida, e por certa nobreza que lhe dão as grandes janellas de sacada e varandas que se abrem no centro e nas extremidades da mesma frontaria. Todavia, em razão de ter sido edificada em differentes periodos dos seculos XVI e XVII, sob a direcção de diversos architectos, não apresenta a regularidade de architectura, que em qualquer edificio é a primeira condição de belleza. No centro d'esta fachada fica o portico da entrada principal do convento, communicando com um vasto claustro, fundado por el-rei D. João III. Das janellas do andar nobre desfructa-se um lindo panorama, de montes com suas capellas na cumiada; do dilatado e formosissimo valle por onde corre o Nabão; e da cidade de Thomar, que se estende em uma planicie desde a raiz da montanha, em que se ergue o castello e o convento, até ao rio.

De um lado vae rematar a frente lateral, que é pequena, nos muros do castello; e do outro lado corre uma frontaria, com variedade de fórmas e de architectura, pelo fundo de um espaçoso pateo fechado com muro, e ao qual dá ingresso um grande portal. Pertence ao sr. marquez de Thomar uma parte do edificio que deita para este pateo, e que se compõe de dois pavimentos, o terreo, que resalta muito para fóra, e onde estão as officinas ruraes; e o alto,

que consta de uma galeria de salas com portas de vidraça para um amplo terrado, que se alonga por todo o comprimento d'ella. N'aquellas salas foram hospedados a rainha, sr.ª D. Maria II, el-rei, o sr. D. Fernando II, e seus dois filhos mais velhos, quando honraram com a sua visita o venerando monumento de Thomar. O pateo acha-se em parte transformado em jardim, com seu lago imitando a natureza.

A outra fachada do convento, opposta á principal, cae sobre a cerca, e tambem é propriedade do sr. conde de Thomar. Encosta-se a ella o aqueducto, que conduz agua para o edificio e para a cerca. Esta fachada vê-se representada em a gravura a pag. 178. Aqui observa-se maior irregularidade que na frente principal do convento, pois que nas suas janellas veem-se mui differentes estilos de architectura, e na cantaria diversa côr, revelando assim os grandes espaços de tempo, que medeiaram entre a primeira fundação, que parece abrangeria apenas o pavimento terreo, e os accrescentamentos posteriores, com que se foi elevando toda esta parte do convento, destinada para hospedarias.

A vista que se gosa das janellas d'esta frontaria é mais pittoresca, mais bella e de maior amenidade que a do lado opposto do edificio.

Os *aposentos do prior mór* occupavam uma parte da frente principal do convento. Constavam de varias salas e quartos, não ricos, mas com bastante largueza.

Os *dormitorios* são muito espaçosos e recebem abundante claridade das grandes janellas conventuaes.

A *casa do noviciado* é de mediana capacidade, e nada encerra digno de menção. O *refeitorio* é uma boa e bem construida casa de abobada de pedra a que dão luz largas janellas. Não ostenta ornamentos nem bellezas d'architectura, como succede a quasi todas as obras d'el-rei D. João III. Posto que não seja uma casa tão vasta, como se deveria presumir que o fôsse o refeitorio de um convento, em que se contam oito claustros, todavia, abstraindo d'esta idéa, tem bastante grandeza, e tal que alli reuniu el-rei D. Filippe III de Castella o capitulo geral da ordem de Christo, em 1619, como disse em outro logar.

O *celeiro*, *adega*, e *casa de lagares* são officinas magnificas, em tudo condignas com a grandiosidade do convento e com a opulencia da ordem. Cobrem-n'as soberbas abobadas de pedra, construidas com muita perfeição e solidez, com seus artesões e florões muito bem lavrados, sendo sustentadas por grossas columnas ou pilares de cantaria tão perfeitos, que os não faria melhor o canteiro para decoração de um templo. Estas officinas são contiguas e pertencem ao sr. marquez de Thomar. As suas portas e janellas deitam de um lado para o dito pateo, e do outro lado para um dos lanços do *claustro dos Corvos*.

XVII

O aqueducto

O *aqueducto*, que fornecia d'agua todas as officinas do convento, abastecendo a cerca da que era necessaria para rega da horta e pomares, é uma obra sumptuosa, um verdadeiro monumento n'este genero de construcções. Depois do *aqueducto das Aguas livres* nenhum outro no reino póde competir com elle em riqueza e solidez de construcção e em belleza e magestade de architectura. Recebe dois copiosos mananciaes de excellente agua, que conduz de distancia de quasi cinco kilometros, correndo ora subterranea, ora sobre arcadas. Duas galerias de arcos lhe dão passagem, qual d'ellas mais esbelta e mais linda. Uma atravessa um valle no sitio denominado os Pegões, a dois kilometros do convento, pouco mais ou menos. A outra é contigua ao convento. A primeira toda construida de cantaria mui bem lavrada, é uma fabrica ousada e monumental. Consta de duas ordens d'arcos de extraordinaria altura. Faz corôa aos do centro um elegante pavilhão, que serve d'arca d'agua, no qual está gravada em grandes caracteres uma inscripção, que declara que foi começado este aqueducto por el-rei D. Filippe II de Castella no anno de 1595, e concluido por seu filho, D. Filippe III, em 1613. A segunda tem começo em uma collina perto do convento, e, chegando a este, corre encostada á frontaria, que deita para a cerca, do modo que se vê na gravura a pag 178. Consta esta galeria de uma só ordem de arcos, que, não obstante terem muito menos elevação que os dos Pegões, são bastantemente altos, pois que acompanham a dita frontaria em toda a sua altura, que é grande, ficando desafogadas nos vãos dos arcos as janellas e frestas dos tres pavimentos, e servindo de remate e adorno ao edificio do convento a cimalha do aqueducto, guarnecida de pyramides com a cruz da ordem de Christo.

XVIII

Cerca

É grande e toda murada a cerca do convento. Compõe-se de um valle e diversas collinas. O valle tem pouca largura e bastante declive para o lado da cidade de Thomar, junto á qual vae fenecer. Dão-lhe muita frescura, e por

conseguinte muito viço e amenidade, as aguas que n'elle vertem das encostas visinhas. Esta abundancia de mananciaes, e a boa qualidade do terreno fazem o valle fertilissimo, assim como o fazem mui formoso variadas especies de arvores corpolentas, umas orlando-lhe as bordas, outras assombrando-lhe o centro.

As collinas são sete, e com differente altura vão cercando o valle, deixando-o aberto e com mais largueza para onde tem o seu pendor. Sobre as collinas da parte do norte campeiam senhoril e gentilmente, em extensa linha horisontal, o castello, os paços do infante D. Henrique, e da rainha D. Catharina, a igreja, o convento e o aqueducto. As collinas, divididas entre si, afóra o valle, por quebradas pouco profundas, constituem a parte principal da cerca, infelizmente para o proprietario, porquanto, além de ser difficil e dispendioso o amanho, são pobres os terrenos, e faltos de agua, que abunda no valle. Não se cuide, porém, que são montes aridos e escalvados, cobrindo-se de vegetação apenas no inverno e na primavera. Em umas partes estão povoadas as collinas de oliveiras e diversidade de arvores fructiferas; n'outras partes toucam-se de arvoredo silvestre, basto e frondoso, e de variadas especies.

Em um angulo extremo da cerca, em logar um pouco elevado, está um grande e profundo tanque, formado por grossas paredes, que rematam em amplo passeio de lagedo. Foi construido conjunctamente com o aqueducto, que lhe fica superior, e era destinado para deposito d'agua, que recebia d'este e servia para rega d'essa parte da cerca. Ao presente não tem serventia este bello tanque, porque o manancial, que o aqueducto conduz, acha-se tão reduzido por extravio das aguas, que mal chega para a rega dos pomares, horta e jardim, na outra parte da mesma cerca.

No valle existe uma outra obra d'arte, que deveria ter bastante belleza nos seus tempos prosperos. É uma casa de fresco ou de regalo, na fórma de um pavilhão circular em arcadas, coberto com sua cupula de abobada e edificado no meio de um tanque, a que fazem cercadura e sombra diversas qualidades de arvores e arbustos. É sitio no verão summamente aprazivel.

Das differentes alturas d'esta cerca desfructam-se variadissimas perspectivas, qual d'ellas mais graciosa e pittoresca.

Villa e paço real de Cintra

PALACIO REAL DE CINTRA

I

meia encosta da serra de Cintra, da parte de léste, levanta-se senhorilmente o paço real, de um lado sobranceiro á villa que recebeu da serra o seu nome, e dos outros lados cercado de arvoredos, que ora escondem, ora deixam a descoberto os rochedos que servem de base ao alcaçar.

Como a palmeira que se ergue no meio do deserto orgulhosa da sua grandeza e magestade, assim tambem este paço, ennobrecido pelos seculos, rico de arte, e cheio de recordações historicas, campêa soberbo como um gigante entre as mais construcções da villa.

Não se sabe quem foi o seu primeiro fundador; e até ninguem se atreve a aventurar um nome; por tal modo sepultaram no esquecimento essa memoria a barbaridade dos tempos, o correr dos seculos! Todavia, a fórma geral do monumento, a disposição dos jardins e pateos interiores, e a distribuição das fontes e lagos dentro do palacio, revelam de maneira incontroversa uma origem arabe.

As pessoas que tiverem visitado a Alhambra de Granada e o paço de Cintra, devem ter notado varios pontos de similhança que ha entre os dois edificios.

Granada foi uma das cidades mais opulentas e poderosas do imperio mussulmano na Peninsula. Foi, talvez, mau grado de Cordova e de Sevilha, aquella em que mais floresceram as artes, as letras, e as sciencias, ou fôsse por contar na serie dos seus soberanos principes mais illustrados, ou porque sendo a ultima a render-se ás armas christãs, abrangeu um periodo de mais desenvolvimento na civilisação. Na Alhambra está-se revendo como em um espelho, todo o glorioso passado da historia de Granada. Na riqueza dos marmores, na graça e belleza das pinturas e doiraduras, na viveza das côres e no brilho do oiro, e finalmente nos primores da esculptura, estão fielmente retratados os progressos e engrandecimento d'esse povo que, saindo de Africa

indomito e barbaro, fundou na Hespanha, a par de um imperio poderosissimo uma civilisação brilhante, toda sua.

A Andaluzia, em que estavam comprehendidos os reinos de Sevilha e Cordova, de Granada, e de Jaen, era o foco d'essa luz resplandecente que se irradiava com mais ou menos fulgor até aos confins da Peninsula. A Portugal chegavam já frouxamente os raios d'essa luz; por isso a raça agarena não deixou em nossa terra monumentos esplendidos da sua dominação. Mas é certo que aos seus artistas devemos o primeiro impulso dado ás artes no começo da monarchia portugueza. Nas principaes obras emprehendidas por D. Affonso Henriques e seus mais proximos successores, isto é, nos templos e castellos, pois que os proprios paços reaes eram tão mesquinhos, que qualquer familia burgueza dos nossos dias se julgaria n'elles apertada; n'aquellas obras, digo, empregavam-se sempre, em maior ou menor numero, artistas sarracenos, uns atrahidos pelas recompensas, e eram estes os mestres, e outros captivos no campo de batalha.

Suppõe-se, portanto, com bom criterio, que os paços de Cintra foram primitivamente fundados por algum dos regulos ou alcaides moiros de Lisboa para sua residencia de verão. Não se póde ajuizar das decorações exteriores e interiores do alcaçar moirisco, porque os effeitos da guerra, a mão do tempo, o descuido dos homens, e a final o alvião dos reedificadores, as desfizeram e anniquilaram. Mas o que se póde julgar á vista do plano geral do edificio, da sua fórma externa, e de certas disposições interiores, completamente diversas das dos nossos paços reaes, antigos ou modernos, algumas até alheias aos nossos costumes, é que foram os arabes os constructores; que estes o edificaram para seu proprio uso; e que, apesar das transformações por que tem passado no decurso de tantos seculos, ainda hoje n'elle predomina o gosto arabe.

O paço de Cintra nunca poderia ser bem comparado com a Alhambra de Granada, qualquer que fôsse o seu estado sob o dominio mauritano. Os recursos limitados de um regulo de Lisboa, vassallo dos califas, não podiam crear no seculo x ou xi obra tão grandiosa como a que immortalisou o reinado de Mahomed ii, rico e poderoso rei de Granada, no ultimo quartel do seculo xiii. Todavia, ha certos pontos de parecença entre os dois monumentos, que são como laços que os ligam á mesma origem.

Aquella reunião de edificios de differentes fórmas e de diversas alturas, que constituem o alcaçar de Granada, é tambem uma feição caracteristica do paço de Cintra. O *jardim de Lindaraya*, com a sua fonte de alabastro, em que passeavam as odaliscas ao sair do banho; o pomar, onde vinha recrear-se á sombra das larangeiras a gentil *Ayescha*, mãe de *Boabdil*, ou *Abu-Abdallah*, ultimo rei moiro de Granada, são uma reproducção em escala maior e mais nobre dos jardins que se vêem n'aquelle paço, construidos como sus-

pensos, com seus lagos em que repuxam perennemente fresquissimas aguas. Como na Alhambra tem o palacio de Cintra a sua antiga *casa de banho*, os seus pateos ornados de chafarizes, e distribuidos por toda a parte, no interior do paço, e em diversos andares fontes e lagos. Até aqui se admira no andar superior uma sala com um lago no meio, que outr'ora teve repuxo.

Nos proprios nomes das salas d'este paço achará o observador manifestos vestigios de costumes arabes, e mais uma analogia com a Alhambra. Em logar das denominações de *sala dos archeiros*, *da tocha*, *do docel*, e outras mais, usadas em todos os palacios dos nossos reis, dão-se alli aos principaes aposentos nomes particulares, alguns d'elles recordando factos historicos. Assim como no alcaçar de Granada ha as *salas da justiça*, *dos embaixadores*, *das duas irmãs*, *de Comares*, e *dos Abencerrages*, onde Boabdil immolou á sua vingança esta familia de esforçados guerreiros, mandando lançar as cabeças das victimas em um tanque que se vê no meio da mesma sala; no palacio de Cintra encontram-se as salas *da galé*, *dos infantes*, *dos cysnes*, *das armas ou dos cervos*, *das pégas*, e *da audiencia*. As duas ultimas commemoram dois successos da vida dos reis D. João I e D. Sebastião. Finalmente, o nome de *Meca* dado outr'ora a um terreiro, hoje jardim, accrescenta um novo argumento em favor da opinião que enuncio.

II

É provavel que os paços de Cintra padecessem consideravel ruina por occasião da tomada da villa e do seu castello aos moiros; ruina que sem dúvida augmentou pelo desamparo em que estiveram por muitos annos, pois que a continuação da lucta com os sarracenos até á completa libertação de Portugal, trouxe os nossos monarchas, desde D. Affonso Henriques até D. Affonso III, occupados exclusivamente com os negocios da guerra.

Como este ultimo soberano foi o primeiro que edificou palacio em Lisboa, tambem foi elle o que principiou a frequentar Cintra, levado dos prazeres da caça, que abundava nas densas florestas que cercavam a povoação, e cobriam a serra. Seu filho, el-rei D. Diniz, tambem era apaixonado d'este divertimento; mas como punha todos os seus enlevos na caça grossa, buscava de ordinario outras paragens, sobre tudo o Alemtejo, excepto quando alguns amores o attrahiam ao sitio de caça rasteira. Porém, D. Affonso IV, seu filho, tão excessivo n'estes exercicios que chegou a seguil-os por vicio, fazendo d'elles quasi que a sua profissão, ia caçar amiudadas vezes a Cintra, durante a sua residencia em Lisboa. Não sei, porém, onde estes soberanos se alojavam, quando visitavam aquella villa.

A mais antiga memoria escripta, que tenho achado ácerca dos paços de Cintra, é uma doação d'estes mesmos paços, feita por el-rei D. João I, com data de 4 de dezembro de 1385, a D. Henrique Manuel de Vilhena, conde de Cêa e de Cintra. D. Henrique era filho de D. João Manuel, principe de Vilhena, e neto do infante D. Manuel, filho de S. Fernando, terceiro do nome, rei de Castella. Vindo para Portugal com sua meia irmã, a infanta D. Constança, primeira mulher d'el-rei D. Pedro I, foi feito conde de Cêa e de Cintra por seu sobrinho, el-rei D. Fernando. Não obstante o proximo parentesco e valimento que tinha D. Henrique com este ultimo soberano, D. João I deu-lhe aquella prova da sua affeição e munificencia no proprio anno em que foi acclamado rei.

Diz o citado documento: —«pelos muitos serviços que temos recebido, e esperamos receber do conde D. Henrique, doâmos para elle, e para todos os seus filhos e filhas, netos e bisnetos, que d'elle descenderem por linha direita, e de todos os seus descendentes d'elles, todos os nossos paços que nós havemos na nossa villa de Cintra, com todas as suas entradas e saídas, direitos e pertenças, por aquella mesma guiza que os nós havemos, e de direito devemos haver, e que *os haviam os reis que ante nós foram.*»

Esta doação deixa plenamente demonstrada a existencia dos paços de Cintra anteriormente ao reinado de D. João I, ao qual muitos escriptores attribuem erradamente a sua fundação. E tambem se póde presumir, á vista d'este documento, que o edificio em questão não se achava em inteira ruina, porque se assim estivera é natural que o mesmo documento o declarasse, como o fazem outras doações em casos identicos. Sendo, porém, tão ampla a doação, e ficando larga e legitima descendencia do conde D. Henrique, como é que vemos aquelles paços encorporados na corôa, sob o reinado do proprio doador? Ignoro a maneira por que se realisou este successo. Provavelmente el-rei D. João I, achando-se possuidor tranquillo d'este reino, apreciou melhor as bellezas naturaes de Cintra; e, arrependendo-se da doação, tratou de readquirir aquelles paços, mediante alguma indemnisação dada a D. Henrique Manuel de Vilhena, ou aos seus herdeiros. O que é certo é que este monarcha reedificou e augmentou estes paços, e n'elles passou alguns verões em companhia de D. Filippa de Lencastre, sua esposa.

Começa, portanto, n'esta epocha a historia conhecida do palacio de Cintra.

III

Nenhum dos paços reaes de Portugal hoje existentes tem uma historia tão importante e variada como o palacio de Cintra. Desde el-rei D. João I, que o reconstruiu, e que o adereçou e animou com todas as pompas da realeza, até el-rei D. Pedro II, que o converteu em prisão de estado, póde-se dizer que não ha alli sala nem aposento, que não recorde alguma scena alegre ou triste da vida dos monarchas, que reinaram em o nosso paiz durante esse periodo, ou algum episodio, mais ou menos interessante, dos annaes de Portugal.

Alli, sob aquellas abobadas, refrescadas pelas brisas da serra, mesmo através da intensidade dos calores do estio, e sempre embalsamadas pelas flores dos jardins que as cercam, ia de vez em quando o vencedor de Aljubarrota repousar das lidas da guerra a prol da independencia da patria. Alli, no seio de uma familia adorada, que vivia vida patriarchal, e cujos filhos só anhelavam por chegarem um dia a imitar os exemplos de seu heroico progenitor; no meio d'aquelle paraiso, onde tudo convida o homem ao remanso d'alma, aos gozos suaves e tranquillos, meditava o nosso rei cavalleiroso essas emprezas de Africa, com que engrandeceu o reino e dilatou a gloria do nome portuguez.

N'essas mesmas salas, onde tinham echoado em sons festivos as victorias do conquistador de Ceuta, e as alegrias do seu reinado, abrilhantadas pela elegancia dos trajos, polidez dos costumes e graça dos ademanes, introduzidos na côrte pelo trato com os francezes; n'essas salas, ainda ha pouco tão animadas e ruidosas, passeiava algumas vezes o infeliz rei D. Duarte, só, entregue a seus tristes pensamentos, todo absorvido nos cuidados e immerecidos infortunios do seu governo. Quando, ao cabo de tantas diligencias, este virtuoso soberano perdeu a derradeira esperança de resgatar do captiveiro dos moiros o infante D. Fernando, seu irmão, foi encerrar-se por tres dias no paço de Cintra para dar livre desafogo á dor que o acompanhou á sepultura.

Lá está ainda a camara onde nasceu D. Affonso V, que aos cinco annos foi rei; que, por suas gloriosas emprezas de Africa, grangeou o epitheto de *Africano;* que, para cingir a fronte com a corôa de Castella, desposára, e se fizera campeão de uma rainha a quem seus vassallos recusavam preito e obediencia;[1] e, finalmente, que, depois de ir mendigar a França soccorros,

[1] A rainha D. Joanna, sua sobrinha, filha herdeira de D. Henrique IV, rei de Castella, e da rainha D. Joanna, irmã do nosso rei D. Affonso V.

que em vão solicitou, voltando ao reino cheio de magoa e confusão, lá foi esconder entre as paredes do paço de Cintra a sua dor e a sua vergonha, até que um fim prematuro lhe cerrou os olhos para sempre, na mesma camara em que os abrira pela primeira vez á luz do mundo.

Seu filho, el-rei D. João II, apesar dos graves negocios que o preoccuparam; apesar d'essa porfiosa lucta em que andou empenhado com a nobreza, e que custou a vida a dois principes,[1] ia a miudo distrair-se e folgar nos seus paços de Cintra. N'elles dava á côrte aos domingos e dias santos, quando ahi assistia, magnificos saraus, com musica e danças, em que el-rei tomava parte, pois que, segundo diz Rezende, seu chronista e privado, *era grande dançador em todas as danças*. E quando a sorte lhe descarregou aquelle tremendo golpe, que o feriu tão profundamente em Santarem, lançando de improviso na sepultura o unico filho que Deus lhe concedêra, durando ainda as festas do casamento do mallogrado principe com a infanta de Castella D. Isabel, o desventurado pae, e sua inconsolavel esposa, foram, cobertos de dó, encerrar-se para orarem, e prantearem-se na solidão, primeiramente no convento do Varatojo, proximo de Torres Vedras, e depois no paço de Cintra.

O seguinte reinado deu para os annaes d'este palacio, como tambem para os do reino, a sua pagina mais brilhante. O edificio tomou aspecto mais nobre e loução, ataviando-se por fóra com os brincados ornatos d'essa architectura fantasiosa, a que chamâmos *gothico-florido;* e adornando-se por dentro com pinturas, doiraduras, ricas tapeçarias, e outras custosas alfaias. No verão vinham dar vida e brilho a todas essas galas os sumptuosos serões d'el-rei D. Manuel. Das janellas do paço saíam então ondas de luz, que afugentavam a escuridão da noite por entre as harmonias dos instrumentos, a cujo som volteavam em alegres danças as damas e cavalleiros da côrte elegante e polida do rei *Afortunado*. Outras vezes eram os autos de Gil Vicente, respirando liberdade e singeleza, mas satyricos e engraçados, o que fazia as delicias d'aquella sociedade. E de dia, n'essas mesmas janellas, recortadas e bordadas de delicados lavores, encostava-se, silenciosa e triste, a gentil infanta D. Beatriz, procurando com os olhos, por entre a ramagem das arvores da encosta fronteira da serra, as queridas feições do pobre Bernardim Ribeiro, *que tão alto subira em seus amores*, amando a filha de tão poderoso monarcha, e que a tamanha altura se elevou cantando as suas *saudades* em suaves e sentidas endechas, tão repassadas de amor e melancolia.

O filho de D. Manuel frequentou Cintra igualmente, sendo rei; mas em seu tempo eclipsou-se aquella estrella luzente, que doirára os horisontes de Portugal, e que fizera trajar galas e resoar com sons festivos as salas d'aquelle palacio.

---

[1] D. Fernando I, 2.º duque de Bragança, e D. Diogo, duque de Vizeu, irmão d'el-rei D. Manuel.

As contrariedades que affligiram D. João III pouco antes e logo depois de subir ao throno; as severidades do terrivel tribunal da inquisição, introduzido por elle em seu reino; e, em fim, a perda successiva de tantos filhos e irmãos, derramaram no caracter e no genio d'este monarcha demasiada gravidade e sisudeza, a par de um certo ar melancolico. Por tal modo se diffundiu na côrte a tristeza do soberano, que até ressumbrava nas proprias festas reaes, nas poucas festas do paço que em seu tempo se fizeram.

A D. João III succedeu seu neto, D. Sebastião, que foi acclamado rei aos tres annos de idade. Educado pelos jesuitas, não para reinar, mas para deixar cair a sua corôa entre as garras do leão de Castella, D. Sebastião só amava as aventuras pelos perigos que n'ellas antevia. Aborrecendo a companhia das damas, que evitava cuidadosamente, e não achando distracção senão nos exercicios da caça e da cavallaria, o seu paço assimilhava-se a um convento pelo socego e silencio que ahi reinavam, apenas interrompidos pelo tinir das espadas dos cavalleiros, e pelo roçagar das opas dos frades, que compunham a sua côrte meio religiosa, meio guerreira.

A unica princeza que vivia no paço[1] era a rainha D. Catharina, sua avó, a qual, mais por desgostos que por sua idade, raras vezes saía do seu quarto, a não ser para ir orar na capella pelo rei que tão fóra andava dos seus conselhos, e pelo reino que amou com tanta lealdade e firmeza, e que via correr ao precipicio com passos tão apressados.

El-rei D. Sebastião tambem frequentava Cintra, mas levado unicamente dos prazeres da caça. Da sua estada n'aquelles paços só resta uma triste memoria. É a *sala do conselho*, onde D. Sebastião presidiu, pouco antes da sua partida para a fatal jornada de Africa, ao ultimo conselho que alli tiveram os nossos reis.

Sepultada a independencia da patria, a par da monarchia de D. Affonso Henriques, nos campos de Alcacerquibir, caíram os portuguezes entre os ferros da escravidão; e o palacio de Cintra ficou ermo e esquecido durante essa quadra de oppressão.

Passados sessenta annos sacudira Portugal o jugo estrangeiro, exaltando ao throno o illustre chefe da dynastia de Bragança; porém a lucta encarniçada e porfiosa, que foi mister sustentar por vinte e oito annos com os castelhanos em defesa da nossa liberdade, não deixava tempo aos monarchas para diversões de campo. E assim continuou solitario o paço de Cintra, indo lá raras vezes, e essas poucas como de fugida, el-rei D. João IV.

Mas eis-nos chegados á pagina negra da historia d'este palacio, e tambem á mais negra da historia do nosso paiz. Ao cabo de muitos annos de

[1] A infanta D. Maria, tia d'el-rei D. Sebastião, e filha d'el-rei D. Manuel e da rainha D. Leonor d'Austria, sua terceira mulher, morava n'essa epocha no campo de Santa Clara, junto ao convento das freiras da mesma invocação.

silencio sem quebra, abriram-se um dia as portas do palacio de Cintra para receber o successor d'el-rei D. João IV. Porém, em vez de cortejo real, acompanhavam apenas a D. Affonso VI alguns esbirros e muitos soldados. O soberano, a quem a posteridade conferiu o epitheto de *Victorioso*, pelas muitas victorias que assignalaram o seu reinado e firmaram a nossa independencia, entrava no seu proprio paço despojado da corôa, da esposa e da liberdade! Encerrado entre as paredes de uma sala do andar inferior, esta triste victima dos enredos dos jesuitas, de quem foram instrumentos parte da nobreza e a ambição de seu irmão, ahi purgou em longo martyrio os defeitos da educação; esses desvarios e arrebatamentos de genio, que seus inimigos exaggeraram, e que revestiram das côres mais sinistras para lhes darem o vulto de crimes.

No pavimento d'essa sala lá se vêem gastos os tijolos do contínuo passeiar do desditoso monarcha, desde o logar onde tinha a cama até á janella onde ia olhar para a serra, procurando descobrir um amigo, que lhe apparecia de tempos a tempos meio escondido entre as fragas, ora para lhe levar com a sua presença consolação e conforto, ora para lhe derramar n'alma, com algum aceno, um raio de esperança que lhe diminuisse a negrura de seus pensamentos. Privado de todo o genero de carinhos e de consolações, D. Affonso VI morreu n'uma pobre cama n'esse quarto, como se fôra um grande criminoso, ou um dos membros mais miseraveis d'esta nação. O seu corpo saiu do carcere para a sepultura no fim de dezoito annos de prisão, passados quasi todos na referida sala, pois que pouco tempo esteve, ao principio, no castello da ilha Terceira.

Este deploravel episodio foi como um anathema que pesou por largos annos sobre o palacio de Cintra, afugentando d'elle a familia real. O unico facto que ha para memorar em todo o seculo XVIII é o terremoto do 1.º de novembro de 1755, que arruinou algumas partes d'este paço, as quaes o marquez de Pombal se apressou a mandar reparar, infelizmente sem attenção á arte, ou melhor direi, com offensa da arte, pois que todas as obras que então se fizeram foram como enxertias de moderna e mesquinha architectura por entre as feições gothicas do venerando monumento de antigas éras.

Depois d'esta reedificação até 1835 poucas vezes foi habitado este paço. El-rei D. José preferia-lhe o de Salvaterra, por mais appropriado ao seu amor da caça. O palacio de campo predilecto da rainha D. Maria I era o de Queluz, tanto pela magnificencia dos aposentos, belleza dos jardins e do parque, como por ser tudo obra de seu esposo, el-rei D. Pedro III. Quanto a el-rei D. João VI, não o deixaram pensar em divertimentos os desgostos domesticos e as perturbações do reino, que se succederam continuamente desde a sua chegada do Brazil a Lisboa até ao dia da sua morte.

Nos poucos annos que viveu em Portugal depois de subir ao throno, li-

mitou todas as suas distracções campestres a alguns simples passeios á real quinta de Belem, e a ir jantar de tempos a tempos ora ao paço de Caxias, ora ao do Alfeite.

Porém, como após da tormenta vem sempre a bonança, volveram de novo dias felizes para o paço de Cintra. Suas magestades a rainha sr.ª D. Maria II, de saudosa memoria, e el-rei o sr. D. Fernando II, apreciando devidamente as bellezas de Cintra, escolheram o paço d'esta villa para sua residencia durante o verão. Alindaram-se os pateos e terreiros; reparou-se o edificio; e guarneceram-se e ornaram-se varias salas. Desde então até aos primeiros annos do reinado do sr. D. Luiz I, foi a habitação predilecta da familia real no estio.

Porém esta preferiu depois Cascaes e as magestosas perspectivas do Oceano ás frondosas florestas de Cintra.

IV

A gravura a pag. 206 mostra a situação do palacio real e da villa de Cintra; e a de pag. 217 representa com exactidão a architectura irregularissima do paço de Cintra. Quem olha da calçada de S. Pedro de Penaferrim para este aggregado de edificios de differentes fórmas e alturas, uns recolhidos, outros resaltando, e cada um com suas janellas de diversos feitios e tamanhos, umas carregadas de ornamentos, outras singelas, julgará estar vendo, não um palacio, mas uma pequena villa com a cazaria apinhoada.

Disse em outro logar que esta disposição architectonica denunciava formalmente a origem arabe d'este monumento. Insisto n'esta idéa, porque sobre assumptos em que faltam provas, não se devem desprezar conjecturas e raciocinios, que ás vezes chegam a supprir a inopia de documentos.

Pelo que se póde ajuizar á vista de muitos e variados testimunhos, nunca os nossos soberanos edificaram assim os seus paços, antes procuravam dar-lhes uma fórma regular, pelo menos nas fachadas principaes, e isto em tempos em que a moda ou o uso não mandava seguir em tudo á risca os preceitos da symetria.

O *paço das Alcaçovas*, construido no seculo XIII por el-rei D. Diniz dentro do castello de Lisboa, apesar das desigualdades do terreno, tinha perfeitamente regular a frente de oeste, que é a que conheço em estampa. Era uma alta frontaria que mostrava dois andares superiores ás muralhas do castello, com pequenas janellas ogivaes, e flanqueada por dois torreões quadrangulares cobertos com sua cupula pyramidal muita elevada e esguia.

O *paço dos Estáos*, edificado no meiado do seculo XV no Rocio de Lisboa

pelo infante D. Pedro, duque de Coimbra, filho d'el-rei D. João I, durante a sua regencia na menoridade de seu sobrinho, el-rei D. Affonso V, apresentava a maior regularidade e symetria nas duas frentes que tinha para a mesma praça do Rocio, frentes compostas de dois andares, rematando em torres com tres andares.

O *paço da Ribeira*, em Lisboa, fundado no fim do seculo XV e principio do XVI por el-rei D. Manuel, era tambem de uma architectura muito regular e symetrica na fachada que deitava para o Terreiro do Paço, que é a de que existem gravuras. Compunha-se de tres andares com quatro torres quadradas coroadas de ameias, duas nas extremidades, e as outras duas dividindo em tres partes iguaes o corpo central do palacio.[1]

O *paço de Evora*, do mesmo rei D. Manuel, lá está ainda de pé para dar testimunho da verdade das minhas asserções.

Sendo, pois, o palacio de Cintra, na sua fórma geral, uma construcção perfeitamente arabe, que os nossos antigos reis, levantando-a das ruinas, apenas modificaram, ornando-a interna e externamente ao uso da epocha, e appropriando os aposentos aos costumes e exigencias da sua côrte, resta, para o estudo das artes n'este paiz, distinguir e classificar o que n'aquelle monumento pertence a cada reinado. Porém, em um edificio como este, em que trabalharam successivamente cinco monarchas, reedificando-o e aformoseando-o, mas seguindo sempre os preceitos do estilo gothico, mais ou menos puro, mais ou menos modificado, é muito difficil discriminar as obras emprehendidas por cada um, pois que dos documentos contemporaneos sómente consta que tal rei fizera obras mais ou menos importantes, mas não dizem quaes ellas fôssem. Portanto, para se poder colher o fio da verdade n'esse verdadeiro labyrintho, é mister fazer analyses e confrontações, e descer a miudezas, que ficam bem em uma memoria historica, mas que não cabem nos limites d'este artigo, nem podem agradar á maioria dos leitores. As artes e a archeologia offerecem, de ordinario, estudos muito amenos e variados, mas quando apresentam questões controversas, sempre, ou quasi sempre, vem a aridez tomar o logar da amenidade.

Deixando, pois, de lado as questões de arte, no presente caso escurissimas, direi que, d'entre as construcções feitas no paço de Cintra, por el-rei D. João I, que foi o mais antigo dos nossos reis de que ha certeza fizesse obras alli, existe uma sala que não permitte duvidar-se do nome do fundador ou, talvez antes, reedificador. É chamada *sala das pêgas*. A singeleza das suas janellas ogivaes não desdiz da architectura então usada.

---

[1] Os paços da Ribeira, d'el-rei D. Manuel, eram muito differentes dos que existiam ao tempo do terremoto de 1755. Erguiam-se aquelles no lado do norte do Terreiro do Paço, occupando o espaço hoje comprehendido entre a rua Augusta e o palacio da secretaria do reino, inclusivé. Posteriormente ao reinado de D. Manuel é que se estendeu aquelle palacio pelo lado occidental, ou do oéste, do Terreiro do Paço.

Palacio real de Cintra

Interiormente só é notavel esta sala pela sua vastidão e grande altura, e mais ainda pela pintura do tecto, que o artista encheu de pêgas, segurando cada uma com o bico sua tarja branca com a letra *Por bem.*

No reinado de D. João I, tanto o soberano como seus filhos tomaram por divisa particular certas letras ou motes em francez, que juntaram ao seu brazão de armas. Esta pratica da antiga cavallaria já era usada por alguns dos nossos monarchas anteriores a D. João I, os quaes tinham os seus motes em latim.

O casamento de D. João I com uma princeza de Inglaterra, D. Filippa de Lencastre, e ao mesmo tempo a estada na sua côrte do pae da rainha, João de Gand, duque de Lencastre, filho de Duarte III rei de Inglaterra, que teve longa demora no paiz juntamente com sua esposa e filhos, foram a causa de que se introduzisse o uso dos motes em francez, que era essa a moda na Inglaterra, quasi geralmente seguida.[1] Os nossos principes não se esquivaram a acceitar a moda das mãos dos seus hospedes.

El-rei D. João I tomou o mote: *Il me plait pour bien*[2]; o infante D. Duarte que lhe succedeu no throno, preferiu a lingua latina, e compoz o seu mote das palavras *Loco et Tempore;* o infante D. Pedro, duque de Coimbra, escolheu sómente a letra *Desir;* o infante D. Henrique, duque de Vizeu, *Talent de bien faire;* e o infante D. João, duque da Guarda, *Je ai bien raison.*

Vê-se pois, que a letra *Por bem*, que pende dos bicos das pêgas, é metade do mote de D. João I. Mas porque razão apparece alli só essa parte do mote, e tantas vezes repetida? Por que motivo pintaram no tecto tal quantidade de pêgas, que estão patenteando pelo seu numero, e talvez ainda mais pela sua disposição, pois resumem em si todo o assumpto da pintura, terem sido feitas não tanto para ornato do tecto como para expressão symbolica de um pensamento reservado? A explicação d'este enigma conta-a a tradição do modo seguinte:

Achava-se el-rei D. João I com sua esposa no paço de Cintra, quando se andava construindo ou reedificando aquella sala. Fazia el-rei muito gosto nas obras, pelo que ia a miudo vêr o andamento dos trabalhos. Certo dia, á hora da sésta dos operarios, procurando a rainha a seu marido, como o não encontrasse nos seus aposentos, foi procural-o nas obras, onde outras vezes o tinha achado todo engolfado na fabrica do seu vasto salão. Porém, d'esta vez, não recebeu contentamento D. Filippa de Lencastre ao pôr os olhos em seu

---

[1] A introducção d'essa moda na Inglaterra data da conquista d'este paiz por Guilherme I, duque de Normandia. Duarte III, avô da nossa rainha D. Filippa, instituindo a ordem da Jarreteira deu-lhe por divisa a letra franceza *Honi soit qui mal y pense,* segundo a orthographia da epocha.

[2] El-rei D. João I usou de duas divisas: um silvado com amoras, e a letra *Il me plait pour bien,* que se vê no seu mausoleo; e um rochedo penetrado de uma espada pela força de uma mão saindo de uma nuvem, com o mote latino *Acuit ut penetret.* Parece que foi este o primeiro de que usou.

esposo, pois que o surprehendeu a dar um beijo em uma das suas damas. Afogueou-se o semblante da rainha com a indignação do ciume; mas el-rei, sem lhe deixar tempo para desabafar sua queixa, dirigiu-se instantaneamente para D. Filippa, sem perturbação alguma, antes com ar tranquillo, e lhe disse *Por bem*, querendo expressar-lhe n'estas duas palavras, que na acção que acabava de presencear não havia da sua parte má tenção, isto é, era um beijo de pura amizade, não de amor.

A tradição não diz se a soberana se deu por satisfeita com a desculpa, mas refere que el-rei ordenára logo, que se fizesse a pintura do tecto d'aquella sala tal qual se acha, para que a pureza de suas intenções fôsse proclamada e ficasse alli mesmo consignada para sempre.

Esta é a tradicção geralmente acceita; todavia ha outra versão, que, não obstante ser conforme na circumstancia principal, diverge no intento que se attribue a D. João I, mandando pintar o mencionado tecto. Segundo esta versão, as outras damas do paço, companheiras da donzella que recebeu o beijo d'el-rei, divulgaram o caso, repetindo o *Por bem* ironicamente. Então o soberano, em castigo da sua indiscrição e da sua malicia, quiz que fôssem symbolysadas n'aquellas pêgas, emblemas da loquacidade, publicando e espalhando por toda a parte as palavras que el-rei dissera em sua defesa, e em abono da virtude da donzella.

Seja, porém, qual fôr a verdade da historia, e apesar de não ser obra de primor aquella pintura, a *sala das pégas* é uma das maiores curiosidades do palacio de Cintra, porque á sua estructura notavel, e á singularidade da pintura do seu tecto, vem juntar-se as recordações historicas de um dos heroes a quem este paiz deve a sua independencia, e do rei que lançou a primeira pedra nos fundamentos d'esse grande imperio, que se estendeu sob o pavilhão das quinas pela Africa, pela Asia e pela America.

V

Difficil empenho será o de assignalar as obras emprehendidas no paço de Cintra por el-rei D. Duarte, pois que no seu curto reinado não se introduziu na architectura modificação alguma que a fizesse differençar da que vogou sob o governo de seu pae, el-rei D. João I. Nos fins do reinado de seu filho, D. Affonso V, é que principiou a degeneração do estilo *gothico puro*, a qual progrediu no tempo d'el-rei D. João II. Todavia, não vejo n'aquelle paço coisa alguma que apresente uma feição caracteristica d'esse periodo da arte. Se estes dois ultimos monarchas, nos trabalhos que alli mandaram executar, deixaram alguma obra ornamentada, que podesse servir de typo architectonico, desappa-

receu, certamente, ou sob as reedificações d'el-rei D. Manuel, ou debaixo das ruinas do terremoto de 1755.

A D. João II succedeu el-rei D. Manuel, em cuja epocha se completou aquella degeneração, que constituiu o estilo *gothico florido*, tambem chamado entre nós *manuelino*, e que, pela mistura de muitos estilos diversos, serviu de transição da architectura gothica para a *classica*, ou do *renascimento das artes*.

El-rei D. Manuel foi, depois de D. João I, o soberano que maiores obras fez no palacio de Cintra. Não é preciso designar essas obras. Designam-se ellas a si proprias. D'aquellas janellas tão brincadas, onde se enlaçam delicados troncos em graciosos feitios; do *portal das damas*, formado de silvados, flores, fructos, e de arabescos de imaginosas invenções, resalta o nome do *rei afortunado*.

Todo esse luxo de esculpturas é exterior. Interiormente reina a maior singeleza de construcção em todas as salas, não porque D. Manuel fôsse inimigo do fausto, nem porque regateasse o que podia contribuir para o esplendor da sua côrte, mas sim porque os costumes portuguezes, tanto n'essa epocha como anteriormente e posteriormente, até ao fim do seculo passado, faziam consistir todo o luxo dos aposentos na riqueza das tapeçarias e das alfaias. As paredes não ostentavam, de ordinario, outro genero de ornato. Era raro ver um painel que não fôsse nas capellas ou oratorios particulares, nas salas que as precediam, ou, quando muito, nas ante-camaras. Nos tectos, porém, não havia a mesma singeleza. Prodigalisavam-se n'elles as decorações em pintura, doiradura, e simplesmente em talha relevada. N'esta trabalhava-se em Portugal com muita perfeição no tempo d'el-rei D. Manuel, como se póde julgar á vista das cadeiras do côro de varias igrejas, de muitas capellas tambem de talha, mas doirada, e do tecto da matriz de Caminha.

E comtudo, não se encontra no paço de Cintra um unico tecto de merecimento artistico, nem mesmo rico, em qualquer d'estes ramos da arte. Segundo diz um nosso escriptor antigo, Antonio Coelho Gasco, o qual se dedicou ao estudo das antiguidades de Lisboa, continha aquelle paço *umas salas mui grandes e formosas todas doiradas com varios remates e curiosos laços de moldura*. Nenhuma existe, porém, a que possa quadrar esta descripção. Se este escriptor não foi exaggerado, chamando *todas doiradas* ás salas que ainda mostram algumas doiraduras nos tectos, de certo foram aquellas salas destruidas pelo terremoto de 1755, ou transformadas pela reconstrucção que se seguiu a este cataclismo.

D'entre as obras feitas por el-rei D. Manuel sobresaem, interiormente, a *sala das armas e dos cysnes*, e exteriormente, além das janellas floreadas, um lindo portal todo ornamentado de graciosas esculpturas em alto relêvo. Fica este portal um pouco recolhido debaixo de um arco que se abre no corpo

Sala dos cysnes, no palacio real de Cintra

da fachada principal, onde avultam, repartidas nos dois andares, as seis mais formosas janellas d'esta frontaria. Este portal dava ingresso para os quartos das damas.

A *sala das armas* é attribuida geralmente a el-rei D. Manuel. O seu chronista, Damião de Goes, diz no cap. LXXXVI: *Mandou ver todolas sepulturas do regno para d'ellas se notarem as armas e insignias e letreiros que n'ellas havia, das quaes mandou nos paços de Sintra pintar todolos escudos, com côres de timbres em hua formosa sala que pera isso mandou fazer...*

Todavia, apesar d'isto ser dito por escriptor contemporaneo, tenho alguma dúvida em acreditar, que a dita sala fôsse construida completamente por el-rei D. Manuel, porque as janellas não pertencem ao estilo de architectura usado em seu tempo, e do qual se conservam no mesmo paço os bellos *specimens* de que acima fallei. Aquellas janellas revelam, em minha opinião, uma epocha anterior á introducção do estilo gothico-florido. Partindo d'este principio, conjecturo que essa parte da sala é obra d'el-rei D. João I, e que D. Manuel, reconstruindo-a, deu-lhe mais elevação, e lhe mandou pintar no tecto os escudos de armas, de que a mesma sala tira o seu nome. Os nossos auctores antigos, já o tenho dito, e repetirei agora, não curando da historia das artes, nem sequer de colligirem materiaes para ella, muitas vezes chamam fundação ao que é simplesmente reedificação. O mesmo Damião de Goes diz, tambem na chronica d'el-rei D. Manuel, que este soberano fez a igreja de S. Julião, em Lisboa, quando é certo, e consta de documentos, que apenas fez uma reconstrucção grande mas não *á fundamentis*.

Constitue esta sala um grande edificio quasi separado dos outros corpos do palacio, pois que exteriormente faz frente para tres lados oppostos, e está situada na extremidade de oeste. A sua fórma quadrangular, junta á muita elevação, dá-lhe a apparencia de uma torre de menagem. As janellas, de um estilo gothico severo, mostram bem claramente serem obra do fim do seculo XIV, ou do principio do seculo XV. O telhado pyramidal, de quatro vertentes, construido de tijolos sobrepostos, eleva-se acima de todos os mais telhados do paço.

El-rei D. Manuel, que ao mesmo tempo que procurava dilatar os dominios da sua corôa, e estender a gloria do nome portuguez, tratava de colligir as leis do reino, fazendo as publicar em um só corpo, e reformava os antigos foraes das cidades e villas, ou os dava ás que os não tinham, lembrou-se tambem de tirar a heraldica portugueza do chaos em que jazia. Para este fim mandou investigar em todos os templos do paiz as sepulturas que tinham gravados brazões de nobreza, insignias e letreiros, como diz o seu chronista, e, depois de tirados e recolhidos os desenhos de todos, ordenou que se fizesse d'elles um livro, e que tambem fôssem pintados no tecto de uma sala do paço de Cintra.

Não foi este passo um simples desejo da curiosidade, nem uma ostentação vaidosa de soberano que zela o lustre da sua côrte. Foi principalmente um pensamento politico, tendente a exaltar e premiar os nobres que n'essa epocha davam ao paiz e ao mundo os mais sublimes exemplos de amor de patria e de dedicação ao rei, acceitando e levando ao cabo gloriosamente, á custa dos maiores sacrificios, e de todo o genero de perigos, emprezas grandiosas e arriscadissimas.

No centro do tecto da dita sala vêem-se as armas reaes, e em volta d'ellas, primeiramente as do principe D. João, que depois foi rei, 3.º do nome; e as dos infantes seus irmãos, D. Luiz, duque de Beja; D. Fernando, duque da Guarda; D. Affonso, cardeal; D. Henrique, cardeal, e mais tarde rei; D. Duarte, duque de Guimarães; D. Isabel, que veiu a ser imperatriz da Allemanha pelo seu casamento com o imperador Carlos v; e D. Beatriz, que casou, em vida de seu pae, com o duque de Saboya. Depois seguem-se, em tôrno d'estes escudos de armas, 74 brazões de familias nobres. Todos conservam as côres vivas, menos dois, aos quaes foram apagadas. Eram os brazões do ultimo duque de Aveiro, e dos marquezes de Tavora, justiçados em 1759 pelo crime de attentado contra a vida d'el-rei D. José.

Figuram pender os brazões do collo de veados. Na parte inferior de toda esta pintura lêem-se os seguintes quatro versos, escriptos em grandes letras de oiro, e correspondentes ás quatro paredes da sala:

«Pois com esforços e leaes
Serviços foram ganhados,
Com estes e outros taes
Devem de ser conservados.»

Não encerra este tecto, nem n'elle cabiam, os escudos de armas de todas as familias illustres de Portugal n'essa epocha. Mas alli se encontram os de todos os fidalgos que n'aquelle tempo se distinguiam por serviços ao rei e á patria.

Das janellas d'esta sala desfructam-se mui formosas vistas da serra de Cintra, correndo para o lado de Collares, eriçada de penhascos, e com o dorso coberto de bosques; do fresco valle onde corre em distancia o rio das Maçãs; do Oceano, e de infinitas cordilheiras de montanhas.

El-rei D. Manuel fez communicar esta sala com a capella, dedicada ao Espirito Santo, por uma escada que desce para ella, e que conduzia tambem ao terreiro chamado *Meca*. A capella, cuja primeira fabrica era obra d'el-rei D. João I, tem tido reedificações por vezes. Em uma d'essas reconstrucções cobriram com estuques a pintura primitiva do tecto, que, embora não fôsse um primor de arte, por quanto no seculo XV achava-se a pintura

ainda em muito atrazo entre nós, devia comtudo conservar-se como monumento de uma epocha de que nos restam tão poucos *specimens* d'este ramo da arte.

O terreiro que denominavam *Meca*, desde remotas éras, é ainda hoje conhecido por este nome, porém não está como outr'ora no recinto dos muros que fecham os pateos e mais terrenos pertencentes ao paço. Actualmente acha-se de fóra dos ditos muros.

Nos reinados posteriores a D. Manuel até D. José I, não se fizeram obras n'este palacio, que apresentem um estilo de architectura por onde se possam classificar, salvo algumas reparações, e mesmo modificações interiores, porém de pouca importancia.

A *sala do conselho*, memoravel pelo ultimo que ahi teve el-rei D. Sebastião pouco antes da sua fatal jornada de Africa, é anterior ao reinado d'este monarcha. É uma pequena sala com assentos revestidos de azulejos, entre os quaes avulta uma cadeira de braços com igual revestimento, que era o modesto logar do soberano.

Do cardeal rei D. Henrique ha alli uma memoria. É uma rica chaminé de marmore que foi offerecida por um papa a este soberano, e que ha muito quem diga que teve por esculptor a Miguel Angelo Bounaroti, tão celebre tambem como pintor. Achava-se esta chaminé no palacio real de Almeirim, onde a mandára collocar o cardeal rei; porém, ficando arruinado este paço pelo terremoto de 1755, o marquez de Pombal mandou-a transportar para Cintra, e assentar em uma das salas do paço.

D'esta epocha achou-se um prato de baixella pertencente ao cardeal rei em um caminho subterraneo, que se descobriu em tempos modernos, por occasião de se fazerem alli excavações para obras.

Ha um pateo no centro do palacio, que não obstante estar cercado e ornado de edificações affeiçoadas á moderna, é comtudo de antiquissima origem. É o pateo lageado, e tem no meio um lago com repuxo coroado por uma pinha toda crivada de buraquinhos, por onde sáe, abrindo-se certo registo, copiosa chuva, e com tanta força impellida, que molha todo o pateo. No fundo d'este, a um lado, está a *casa do banho*. É uma casa lageada, de abobada, toda revestida de azulejos, com assentos em volta, e por entrada um arco de cantaria, bastantemente largo, e pouco elevado. Abrindo-se um registo que fica dentro do palacio, cae abundante chuva da abobada e paredes d'esta casa, saindo a agua de todas as juntas dos azulejos por imperceptiveis crivos. A um dos lados do pateo está um grande tanque contiguo a uma parede, em que se abrem tres ou quatro janellas de sacada, muito chegadas ao tanque. O pavimento d'este pateo fica muito superior ao que dá entrada para o paço.

A *casa do banho*, apesar de muito alterada na sua construcção primitiva,

é, como em outro logar observei, uma das provas da origem arabe d'este palacio. Assim tambem o é essa abundancia de agua e distribuição de lagos e fontes nos pateos, nos jardins, e até nas proprias salas do paço; pois que interiormente conta 18 fontes. Porém, quasi todos os vestigios de architectura antiga desappareceram dos edificios d'este pateo, uns sob as reconstrucções d'el-rei D. Manuel ou dos reis seus antecessores; outros, no reinado de D. José I, em que se reedificou o que o terremoto de 1755 destruiu.

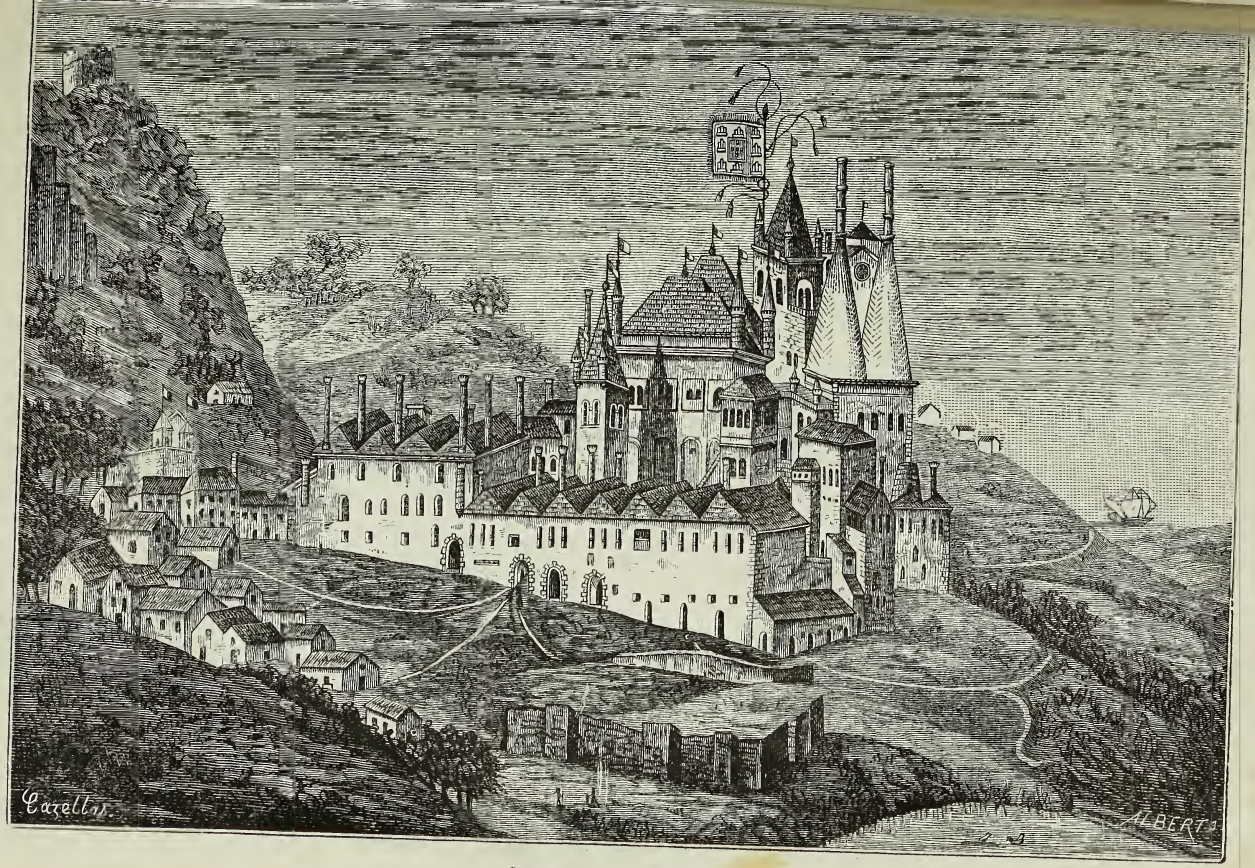
Digo quasi todos, porque se conserva ainda uma sala com as feições arabes bem caracterisadas no pequeno lago com repuxo, que tem no centro; e em uma cercadura de azulejos, a meia altura das paredes, os quaes têem muita parecença, nos seus lavores em relevo e de côres vivas, com os que se vêem nas salas da Alhambra, de Granada.

Este cataclismo causou graves prejuizos no paço de Cintra, derrocando varios corpos centraes das suas fachadas; e outras partes do edificio, como se póde julgar á vista da gravura junta, que representa este palacio em 1507.

Esta gravura, copiada de um desenho do *Livro das Fortalezas* por Duarte d'Armas, escudeiro d'el-rei D. Manuel, foi publicada pelo douto professor e esclarecido escriptor, sr. Francisco da Fonseca Benevides, no 1.º vol. da sua muito importante e excellente obra *Rainhas de Portugal*. Observando-se com attenção esta gravura, facilmente se reconhecerá, que o desenho de Duarte d'Armas foi feito antes, que el-rei D. Manuel emprehendesse as obras de reconstrucção e de aformoseamento do paço de Cintra.

O terremoto de 1755, não obstante poupar a maior parte d'este palacio, causou-lhe ruinas, que foram infelizmente reparadas sem consideração alguma aos preceitos da arte, e ao respeito devido ao monumento historico e artistico. As janellas, de architectura moderna e completamente nuas de adornos, que estão interrompendo em diversas partes aquellas galerias de janellas tão airosas e brincadas, denunciam as obras de reedificação da epocha d'el-rei D. José. Se se considerar nos monumentos que assim se adulteraram e mascararam, por essa occasião, com mesquinhos remendos, póde dizer-se que foi uma epocha bem triste para as artes. No paço de Cintra, como nos templos da sé de Lisboa, de Belem, e da antiga Misericordia, ao presente igreja da Conceição Velha, commetteram-se actos de incrivel barbarismo, verdadeiros escandalos da arte, que só acharão desculpa no muito que era mister fazer em pouco tempo para levantar das ruinas tantos edificios prostrados n'um dia aziago.

A primeira sala que alli serviu de carcere a el-rei D. Affonso VI, além do interesse historico que inspira a sorte d'este, apesar de todos os seus defeitos, desditoso monarcha, nada encerra que mereça menção. O unico objecto que alli attrahe a attenção é o ladrilho gasto pelo contínuo passeiar do prisioneiro desde o logar em que tinha a cama, até á janella onde ia espreitar para a



Paço de Cintra em 1507

serra a ver se descobria o seu antigo valido Conti, que de vez em quando lhe ia fallar por acenos das muralhas do castello dos moiros, e nutrir-lhe esperanças de liberdade e vingança. Para evitarem este misero desafogo mudaram-n'o para outro quarto, onde falleceu depois de ter tambem gastado os ladrilhos do pavimento com o andar agitado da desesperação. Em uma das paredes d'este quarto lá se vê ainda uma estreita fresta, que deita para o côro da capella, e d'onde o pobre D. Affonso VI ouvia missa sem ser visto de pessoa alguma.

A cozinha é digna de mencionar-se pela sua grandeza, e pelas duas altas chaminés, de fórma conica, que se erguem do meio d'ella.

Conta este palacio varios jardins, em bastante elevação, e superiores uns aos outros, todos com seu lago de repuxo perenne, e desaffrontadas vistas para o lado da villa e da serra. Não tem quinta, mas cercam-n'o espaçosos terreiros. Um d'estes é o pateo da entrada, para onde deita a frontaria principal do palacio. Adorna-lhe o centro um grande e bello chafariz de marmore, e guarnece-lhe o lado em frente do paço uma correnteza de casas, que são aposentos de criados e cavallariças. Entra-se para este pateo por um portal de obra antiga, flanqueado de muros coroados de ameias. O portal dá para a praça da villa de Cintra, onde se levanta o gothico pelourinho todo coberto de esculpturas.

O terreiro que fica detraz do palacio é hoje um bosque espesso, mandado plantar pela rainha a Sr.ª D. Maria II. N'estes terreiros fizeram-se antigamente pomposas festas de torneios, cannas, e corridas de toiros; e no logar onde então era o jogo da pella, celebrou-se, com muita solemnidade, a acclamação d'el-rei D. João II, por morte de seu pae, el-rei D. Affonso V.

Igreja e mosteiro de Alcobaça

MOSTEIRO

DE

SANTA MARIA DE ALCOBAÇA

I

O voto

Quando os portuguezes, ebrios de gloria, alçaram no proprio campo da batalha por seu primeiro rei o vencedor d'Ourique, commetteram ao illustre dynasta ardua e espinhosa missão.

Fundar um reino encravado em terras inimigas, ameaçando-o de um lado os crimes e invejas da recem-extincta suzerania, e de outro o odio de um povo, a quem a differença de religião e o apego ao solo conquistado por seus maiores fizeram inimigos irreconciliaveis da fé christã e do nome portuguez; fundar um reino sobre taes condições, e dentro de limites apertadissimos, foi por certo uma empreza audaciosa, verdadeiramente temeraria.

Acceitando as insignias da realeza, D. Affonso Henriques comprehendeu todo o alcance do encargo, que tomava sobre os seus hombros, e desde então só cogitou em alargar com a ponta da espada as raias da nascente monarchia, até lhe dar por fronteiras ao occidente as praias do oceano.

Joven e ambicioso, excitado pelo amor da gloria e pelo desejo da propagação da fé, mede todos os obstaculos pela força da sua vontade.

O solo, onde sonha conquistas, é eriçado de castellos bem guarnecidos, e entre essas fortalezas levantam-se duas praças de guerra, que a natureza e os homens pareciam ter feito de commum accordo para zombarem de quaesquer inimigos, que ousassem affrontal-as. Mas nada quebra ou intibia o animo do moço rei. *Ávante* é a palavra que exprime e consubstancia os seus mais queridos pensamentos; é a palavra que está sempre prompta para lhe sair dos labios, e prompta sempre para lhe guiar o braço.

Santarem e Lisboa eram as duas cabeças orgulhosas de toda a meirama da Estremadura, e D. Affonso Henriques jurára fazel-as curvar e render ante o pavilhão das quinas.

Eil-o pois saindo de Coimbra, côrte, e quasi extremo dos seus estados, á frente, não de numeroso exercito, porque o não tem, excepto se armasse todo o seu povo, mas de uma cohorte aguerrida, apenas um punhado de valentes, escolhidos entre os mais denodados.

D. Affonso confiava muito, muitissimo, no valor do seu braço, na bravura dos que o seguem, e na estrella que até alli o conduzira á victoria, mas crendo que a empreza em que ia empenhado era superior ao esforço humano, voltou-se para Deus a pedir-lhe auxilio, e soccorreu-se aos santos para que intercedessem em favor de uma causa, em que iam interessadas a honra e sorte de Portugal e o nome e gloria de Jesus Christo.

Dizem as nossas velhas chronicas, ou para fallar com mais exactidão, as chronicas da ordem de S. Bernardo, que fazendo alto a hoste portugueza na *serra d'Albardos*, D. Affonso Henriques fizera voto solemne a S. Bernardo, caso lhe désse a posse de Santarem, de lhe doar e aos seus monges *todas as terras que avistava d'aquelles montes, aguas vertentes ao mar*. Porém o que apenas se tem por certo, é que o voto se limitou á fundação de um mosteiro para os monges de S. Bernardo.

Cahiu emfim Santarem. Apesar da elevação e grossura das muralhas, e das rochas inaccessiveis que em parte lhe servem de base, e não obstante tambem seus numerosos e esforçados defensores, o sagrado emblema da redempção campeou victorioso sobre o crescente mussulmano.

O vencedor desobrigou-se do voto com a lealdade de um christão, e com a munificencia de um rei. Passado pouco tempo, dava começo á fundação do mosteiro, e por impulso da sua piedade religiosa, a maior parte d'aquelles vastos terrenos, campinas e montes, que se estendiam em derredor, para todos os lados que os olhos podiam relancear, pertenciam aos filhos de S. Bernardo, e constituiam o importante e celebre feudo, ao diante conhecido pelo nome de *coutos d'Alcobaça*. E no meio d'aquelle immenso e rico patrimonio erigiu D. Affonso Henriques, para habitação dos ditos monges, um mosteiro de tão largas proporções, que foi o mais grandioso edificio construido em Portugal durante o seu reinado, e ainda hoje é um dos maiores.

II

Fundação do mosteiro

Um valle estreito, mas delicioso e fertilissimo porque o cortam e regam dois rios, o *Cóa*, ou *Alcôa*, como os moiros lhe chamavam, e o *Baça*, não caudaes, porém abundantes d'agua mesmo no verão, foi o logar escolhido

para assento do edificio, que devia commemorar, d'envolta com a piedade religiosa do nosso primeiro rei, um dos maiores feitos d'armas d'aquella edade.

Lançou D. Affonso Henriques a pedra fundamental na capella mór da igreja no dia 2 de fevereiro de 1148. Celebrou-se a ceremonia com a pompa que comportavam esses tempos de vida frugal e de costumes singelos, em que a devoção e o acatamento substituiam nas funcções da igreja e das solemnidades da côrte o fausto e apparato, que ora vemos na casa de Deus e nos paços dos reis.

A julgar por algumas construcções, posto que raras, que nos restam da epocha de D. Affonso Henriques, ajuizar-se-ha desfavoravelmente da grandeza e magnificencia da fabrica primitiva do mosteiro. Entretanto será forçoso modificar em parte esse juizo.

Não podia o edificio ter magnificencia, senão a relativa áquella éra, pois que as artes achavam-se então em Portugal em um grande atraso, comparado com o movimento artistico dos outros povos da Europa.

Eram poucos os artistas, e tão imperfeitos nas suas obras, que quando se procedia a alguma edificação mais consideravel, e por este titulo entenda-se templo ou fortaleza, era mister quasi sempre recorrer á pericia dos architectos e esculptores arabes, mais adiantados que os nossos. Posto que as boas artes, por diversas razões, não florescessem tanto entre os moiros de Portugal, como entre seus irmãos de Hespanha, todavia essa civiliação que brilhou com tamanho fulgor em Sevilha, Granada, Cordova, e outras cidades da Andaluzia, irradiava alguns raios da sua luz para a raça mussulmana que habitava este canto da peninsula.

Quanto á grandeza de proporções podemos acreditar que a tinha o mosteiro de D. Affonso Henriques, pois que não bastou o longo reinado d'este soberano, nem o de seu filho, para se concluir tão vasto mosteiro.

Ao cabo de quarenta annos, reinando já D. Sancho I, apenas a igreja se achava acabada, ou, pelo menos, concluida a principal obra d'ella. O edificio do mosteiro só chegou á sua conclusão em 1222, sob o sceptro de D. Affonso II, neto do fundador. No anno seguinte, em 6 de agosto de 1223, tomaram posse do mosteiro os monges de S. Bernardo, deixando o conventinho provisorio de Santa Maria a Velha, onde os estabelecera el-rei D. Affonso Henriques sob o governo de Ranulpho, seu primeiro abbade, enviado de França pelo proprio S. Bernardo.

Dando os devidos descontos á escacez de artifices, e aos obstaculos e morosidade, que forçosamente deveriam trazer ao andamento das obras, as guerras contínuas d'aquelles tres reinados, ainda fica bastante fundamento para nos convencer da vastidão do edificio, que levou uns 70 annos a construir, apesar do empenho e diligencia que os ditos monarchas poriam em o acabar promptamente, como é bem natural de suppôr.

Os camponezes, que viviam dispersos pelos montes e valles em derredor do mosteiro, não tardaram em se acercarem da casa de oração, buscando á sombra dos seus muros abrigo e protecção contra as correrias de inimigos, e contra as prepotencias dos poderosos. Assim começou e cresceu a povoação, que, segundo alguns auctores, tira o seu nome de Alcobaça dos dois rios *Alcoa* e *Baça*, em cujas margens está sentada; e conforme a opinião de outros, talvez com melhor fundamento, do vocabulo arabe *al cobaxa*, os carneiros, nome com que designavam, além d'esta especie de gado lanigero, os montes ou cabeços, que cercavam o valle em que veiu a edificar-se o mosteiro.

III

Fastos do mosteiro

Não ha, certamente, em Portugal edificio algum que reuna em si como este extincto convento, tantas e tão variadas memorias historicas. Póde chamar-se-lhe chronica de marmore, ou cada pedra é uma pagina, que nos está fallando dos nossos reis; de muitos homens distinctos nas armas e nas letras; de quasi todos os soberanos, principes, e sabios estrangeiros, que têem visitado este paiz; de varios successos notaveis da nossa terra; de honrosos commettimentos litterarios, de um grande impulso á civilisação dos portuguezes; e finalmnte de muitas virtudes e de muita sciencia exercidas no correr dos seculos em honra de Deus e proveito da patria.

Começando bem cedo a registar acontecimentos historicos, ainda as suas paredes pouco excediam a meia altura, quando as phalanges do imperador de Marrocos, Aben Yacoub lhe invadiram o recinto, afugentando os operarios e passando ao fio do alfange muitos monges de Santa Maria a Velha (1195).

Os nossos monarchas, desde a fundação do mosteiro até aos nossos dias ahi deixaram commemorados os seus reinados, uns com obras magnificas, que deram ao edificio mais grandeza e magestade; outros com augmentos de privilegios e novas mercês, que fizeram d'aquella casa um dos mais celebres e auctorisados mosteiros da Europa; e todos, ou quasi todos com a sua visita e assistencia mais ou menos demorada.

Faria um longo catalogo, se nomeasse todos os homens distinctos por nascimento e por acções, que depois de se illustrarem nas armas, no paiz e fóra d'elle, vieram alli viver santamente, despojando-se dos atavios da no-

breza, e revestindo a cogula monastica, ou repoisar no somno derradeiro á sombra d'aquellas abobadas. Entretanto mencionarei os mais notaveis n'outro logar.

Tambem não seria pequena a lista dos filhos da ordem, moradores n'aquelle convento, que honraram com seus escriptos a litteratura portugueza. Bastará para lustre d'essa lista escrever os nomes dos chronistas móres do reino fr. Bernardo de Brito, não obstante a sua nimia credulidade, fr. Antonio Brandão, fr. Francisco Brandão, fr. Rafael de Jesus, e fr. Manuel dos Santos. E por brazão d'estes nomes é sufficiente citar os oito volumes que compozeram da *Monarchia Lusitana*.

Estes e outros trabalhos litterarios não menos uteis e honrosos, foram precedidos de um grande numero de commettimentos, que é para a historia da civilisação em Portugal o marco, que lhe assignala o começo. Os primeiros estudos publicos que houve no reino abriram-n'os os monges de S. Bernardo no seu mosteiro de Alcobaça no dia 11 de janeiro de 1269, reinando D. Affonso III. Quando d'ahi a poucos annos, n'esse mesmo seculo, el-rei D. Diniz creou a universidade de Lisboa, foram os monges de Alcobaça os que mais o auxiliaram n'esse patriotico empenho, antes da fundação, com incitamento e conselhos, e depois com livros e meios pecuniarios para gratificação dos primeiros lentes.

Eram innumeraveis os privilegios do mosteiro e as honras e preeminencias dos seus abbades. Tinham estes jurisdicção civil e criminal, chamada *mero e mixto imperio*, em quatorze, e depois em treze villas com os seus termos. Tão completo era o senhorio d'este extenso territorio, e tal a isenção do poder real, que apenas reconheciam a sua dependencia da corôa por uma simples ceremonia. Consistia a pratica em darem os abbades aos soberanos, quando estes visitavam o convento de Alcobaça, um par de botas ou de sapatos, á escolha d'el-rei.

Durou esta pratica até ao reinado de D. Affonso III em que este monarcha, querendo fazer mercê ao convento, a aboliu por carta de 3 de novembro de 1314, que corresponde á éra de Christo de 1276. Os abbades vieram a perder algumas das suas regalias, umas pelo desuso no correr dos tempos, e outras que lhes foram tiradas, como a de visitadores apostolicos dos monges de S. Bento, *negros e brancos*, e de superiores da ordem militar de Christo, regalia de que os desapossou o cardeal D. Henrique. Porém el-rei D. João IV desejando captar a benevolencia do clero, e mostrar-se liberal para com a Igreja, a vêr se assim abrandava as iras de Roma, e conseguia o seu reconhecimento pelo papa, restituiu e confirmou todas as doações, privilegios e isenções que D. Affonso Henriques concedera aos monges de Alcobaça. Por este motivo quando o augusto chefe da dynastia de Bragança, foi pela primeira vez a Alcobaça depois da sua exaltação ao throno, renovou-se

a antiga pratica do offerecimento das botas. Dizem que fôra o proprio soberano que desejou e lembrou a renovação d'esta ceremonia.

Os abbades de Alcobaça vestiam habitos prelaticios e celebravam pontifical como todos os prelados das ordens monachaes, porém na jerarchia ecclesiastica tinham o primeiro logar depois dos bispos. Na côrte desfructavam dois cargos de grande valia e representação, quaes eram o de esmoler-mór, e do conselho d'el-rei. Eram capitães móres dos coutos de Alcobaça, que comprehendiam as ditas treze villas, e seus respectivos termos.

Tambem foram antigamente fronteiros-móres, e n'essa qualidade e na de senhores donatarios, auxiliavam o monarcha contra os inimigos do paiz, levantando e sustentando tropas, e até acompanhando-o nas proprias lides da guerra.

As rendas do mosteiro estavam em perfeito accordo com todas estas grandezas e preeminencias. Eram taes que, chegando a contar o convento novecentos e noventa e nove monges, não só chegavam abundantemente para o sustento de tão numerosa communidade, além da immensa cohorte de criados, mas ainda ficavam em cofre no fim do anno sommas, que se empregavam em obras muito importantes no mosteiro e no templo.

Sahiam estes avultados rendimentos de muitas quintas, terras, e fôros que o mosteiro possuia, e principalmente dos dizimos de todos os productos agricolas, que os lavradores recolhiam em todo o territorio dos coutos de Alcobaça, e dos dizimos do pescado, que vinha aos tres portos do mar dos mesmos coutos, S. Martinho, Pederneira e Salir. E devo accrescentar, que n'estes tres portos eram muitos os barcos de pesca, e mimoso, abundante, e variadissimo o pescado.

O que aos frades sobrava da sua sustentação, e das obras, que sempre traziam em maior ou menor escala, dispendiam-n'o elles em esmolas. Na verdade o mosteiro de Alcobaça foi até á sua extincção uma grande casa de caridade. Dava-se alli hospedagem franca e gratuita a quantos viandantes pediam gasalhado, qualquer que fôsse a sua condição e meios de vida; e na portaria matava-se a fome quotidianamente a todos os pobres que demandavam alimento. Todavia estes actos de caridade, pesados na balança do bem e do mal não compensavam certamente os gravames e vexações, que os direitos senhoriaes do mosteiro impunham a todos aquelles povos, que mais pareciam colonos que proprietarios dos terrenos, que agricultavam como seus.

Emfim tambem ennobrece os fastos do mosteiro de Alcobaça a pagina, em que estão inscriptos os nomes dos seus abbades commendatarios, os dos soberanos, e os dos estrangeiros illustres, que tem visitado o monumento coevo com a fundação da monarchia.

Entre os primeiros figuram os cardeaes infantes D. Affonso e D. Henrique, filhos d'el-rei D. Manuel, e D. Fernando, filho de D. Filippe III, rei de Castella,

e o cardeal D. Jorge da Costa, mais conhecido pelo nome de *cardeal d'Alpedrinha*.

Dos segundos apenas nomearei os que me occorrem á memoria. No reinado d'el-rei D. Fernando o conde de Cambridge, filho de Duarte III, rei d'Inglaterra, e ao seguinte o duque de Lencastre, tambem filho de Duarte III, e pae da rainha D. Filippa, mulher do nosso rei D. João I. Aquelles dois principes foram alli hospedados com suas mulheres e filhos. Tambem alli se hospedaram os tres Filippes de Castella, sendo o ultimo principe real na occasião da sua visita, e de pouca edade. No reinado de D. Pedro II estiveram em Alcobaça este monarcha, a rainha, sua 2.ª mulher, D. Maria Sophia de Neubourg, a rainha d'Inglaterra, D. Catharina de Bragança, viuva de Carlos II, e filha do nosso rei D. João IV; e o archiduque d'Austria, que então se intitulava Carlos III, rei d'Hespanha, e que mais tarde, sem ter podido fazer triumphar a sua pretenção, partiu para Vienna d'Austria, a fim de cingir a corôa imperial com o nome de Carlos VI. No tempo da rainha D. Maria I esteve em Alcobaça o duque de Northamberland, opulento fidalgo inglez, que em testemunho de gratidão pela hospedagem, que os monges lhe deram, logo que regressou a Londres presenteou a livraria do mosteiro com uma curiosa e rica obra, que se guarda actualmente na Bibliotheca Nacional de Lisboa. Reinando a Sr.ª D. Maria II, foram visitar aquelle mosteiro esta soberana, el-rei o Sr. D. Fernando, seus filhos, o principe real, ao diante rei, o Sr. D. Pedro V, e o infante, que ao presente reina o Sr. D. Luiz I; os duques de Nemours e d'Aumale, e o principe de Joinville, filhos do rei dos francezes Luiz Filippe. No reinado do Sr. D. Luiz I, o principe Humberto, filho e successor do rei de Italia, Victor Manuel, e irmão de sua magestade a rainha, Sr.ª D. Maria Pia de Saboya, e actualmente rei de Italia.

Não me recordo se foi a Alcobaça mais algum dos outros principes que tem vindo a Lisboa, em tempos antigos e modernos.

IV

A fachada do templo

A igreja, commummente chamada de *Santa Maria de Alcobaça*, é consagrada a Nossa Senhora da Assumpção. Levanta-se no meio do mosteiro como a basilica de Mafra no centro do palacio real.

Precede a igreja um espaçoso adro lageado, tendo de comprimento uns 22 metros, e de largura 26. Fica muito superior ao pavimento da praça, que

Portaria do mosteiro de Alcobaça

se estende diante da fachada geral do edificio. Sobe-se para esse grande patim por tres largas escadarias de pedra. Doze pyramides de cantaria, de quatro metros de altura, guarnecem o adro pelos tres lados junto ás escadas.

O frontispicio da igreja conta 24 metros e meio de largura, e 42 metros de altura desde o pavimento do adro até ao remate das torres. Dá ingresso ao templo uma só porta, formada por diversos arcos ogivaes, que descançam sobre columnas com seus capiteis de variados relevos. Aos lados da porta estão mettidas em nichos as estatuas collossaes de S. Bento e S. Bernardo, esculpidas em marmore de Carrara. As peanhas, que lhes servem de base, e os baldaquinos que as cobrem, são ornados de muita variedade de lavores. Ficam os dois nichos entre quatro grossas pilastras, sobre as quaes corre em toda a largura da fachada uma varanda decorada com quatro grandes estatuas de marmore, correspondentes ás quatro pilastras, e representando as virtudes cardeaes.

Sobre a varanda continúa a erguer-se a fachada, mas um pouco mais recolhida, e composta de dois corpos. No primeiro abrem-se entre outras quatro pilastras tres janellas. A do centro é de fórma circular como oculo, a que chamam espelho. As dos lados são rasgadas de alto a baixo, com a volta redonda, e formada de dois arcos, que assentam sobre columnas. Consta o segundo corpo das duas torres e de um nicho no meio d'ellas com a imagem de Nossa Senhora, decorado com duas pilastras e um entablamento coroado por duas figuras de anjos. A estatua da Virgem é de marmore, e tem 4 metros de altura.

A vastidão da praça, as proporções d'este edificio, a excellente cantaria de que é construido, e as estatuas collossaes, que o adornam, dão á frontaria do templo um aspecto grandioso, que impressiona agradavelmente a quem á primeira vistá o contempla. Todavia, passada esta primeira impressão não póde agradar ao observador intelligente a mistura de estilos diversos de architectura, que alli se vêem. Produzem sempre mau effeito similhantes combinações, ainda que taes specimens de architectura representassem o bello em cada um d'esses differentes estilos. Porém se falta esta ultima circumstancia, como succede no presente caso, a combinação, ou direi melhor a reunião d'estilos é não só desagradavel, mas até repugnante.

Os frades, procedendo no seculo XVII á reconstrucção do templo, deturparam e mascararam por tal modo com modernices o monumento de D. Affonso Henriques, que mal se enxergará presentemente alguma das suas feições primitivas. Na fachada da igreja pouparam da fabrica antiga o portico e as tres janellas, mas cercaram esses specimens de architectura, que se adorna com as singelas galas do estilo ogival na sua introducção n'este paiz, com as decorações desengraçadas e pesadissimas, que entre nós são o distinctivo da architectura do renascimento.

Este estilo de architectura creou em muitos paizes da Europa esbeltos e formosos modelos; mas em o nosso não foi assim.

Como a sua introducção em Portugal coincidiu com o principio da nossa decadencia, e os progressos d'esta foram tão rapidos, que no mesmo seculo nos arremeçaram do fastigio do poder e das riquezas á escravidão e á miseria, tendo um termo as desgraças publicas ao cabo de soffrimentos de todo o genero, e de immensos sacrificios, no decurso de quasi outro seculo, todos estes males se reflectiram nas bellas artes, que se definharam, corrompendo-se o bom gosto. Tanto degenerou entre nós a architectura da renascença, que apenas erigiu no solo portuguez um unico edificio a que se possa dar com justiça o epitheto de *bello:* e foi o claustro dos Filippes no convento de Christo em Thomar.

E peior ainda do que isto, nos veiu causar um grave damno. Trazendo comsigo, e innoculando no paiz o desamor, e ainda mais o despreso pelo estilo gothico, fez desapparecer innumeraveis monumentos gothicos, e a quasi todos, que nos restam, injuriou e desfigurou como ao mosteiro de Alcobaça.

Apesar do que acabo de expender, é este um dos nossos monumentos que mais auxilio podem prestar aos que desejarem estudar a historia da architectura e da esculptura em Portugal, pois que alli se acham representados os progressos d'estes dois ramos da arte em todos, ou em quasi todos os seculos, desde os primeiros tempos da monarchia até ao começo do seculo XVIII.

Não cabe nos limites d'este meu trabalho a analyse das diversas partes do monumento de que me occupo, em relação á historia das artes; nem me julgo habilitado para a fazer.

Entretanto, confessando que não tenho por auctorisada qualquer opinião minha sobre o assumpto, em tudo quanto seja ponto escuro ou duvidoso, não posso deixar de expôr n'este logar algumas considerações, que me occorreram á vista do portal da igreja, e que me levaram a formar um juizo ácerca da sua antiguidade, contrario ao que tem affirmado um auctor do seculo passado, e alguns escriptores nossos contemporaneos.

Dizem que nada resta no edificio, pelo menos na frontaria do templo, da fabrica primitiva. Todavia parece-me que o portal deverá ser o mesmo da fundação de D. Affonso Henriques. Creio que esta proposição é a conclusão logica dos seguintes raciocinios.

A fabrica começada pelo nosso primeiro rei só no fim de 70 annos se acabou, como já disse, isto é foi habitado o mosteiro em 1223. Devendo suppôr-se com bom fundamento, que uma obra, que levou tantos annos a construir, e na qual se empenharam os esforços de tres soberanos, teria a solidez necessaria para se conservar em bom estado, quando menos, por dois seculos e meio, a não lhe sobrevir algum terremoto, que a destruisse, de que não ha noticia, segue-se que a fabrica primitiva do templo, sobretudo a da

sua fachada, existiria tal qual, ou com pequenas modificações, até aos fins do reinado d'el-rei D. Affonso v.

Não fallo do edificio do mosteiro, por que esse teve muitos augmentos desde o reinado de D. Diniz; e tambem na capella-mór da igreja se procedeu a muitas obras de melhoramento e aformoseamento. Mas não consta que em tempo algum se fizesse uma reconstrucção do templo *á fundamentis*.

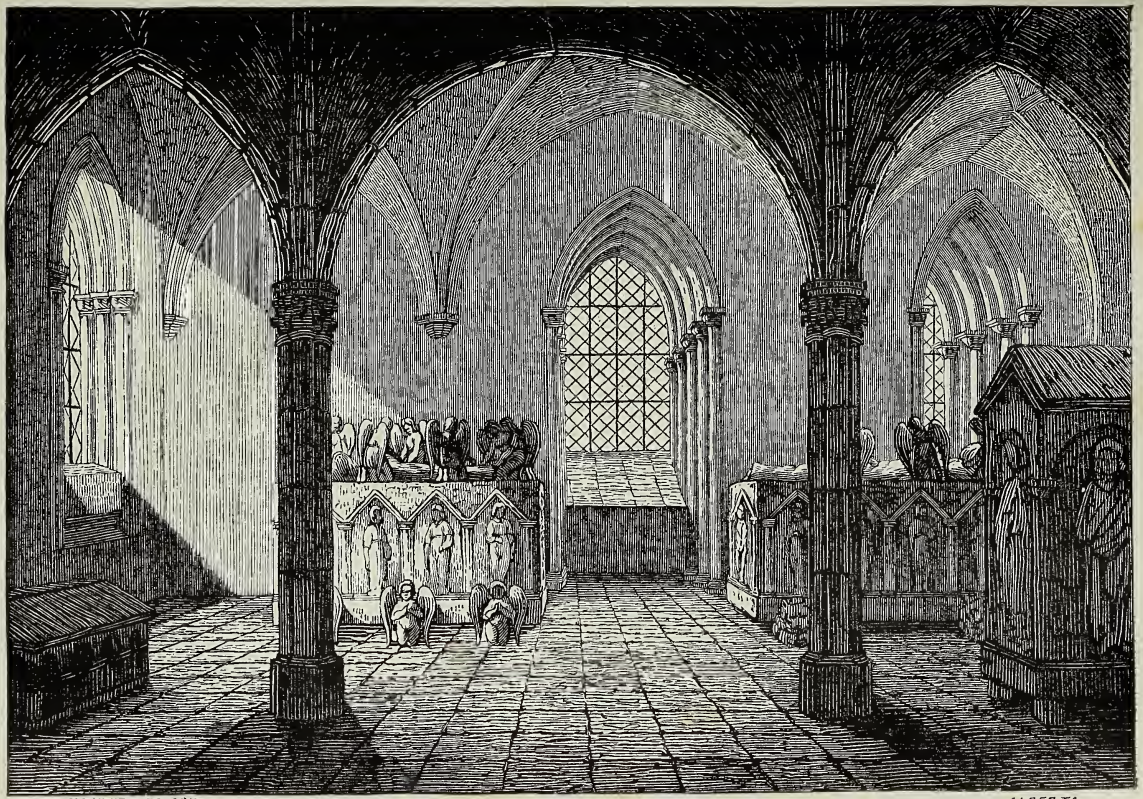
Admittida a hypothese, que tem em seu favor grandes probabilidades, de que a frontaria da igreja se conservou no seu estado primitivo até ao terceiro quartel do seculo xv; não posso attribuir o portico d'aquella igreja ao tempo de D. Affonso v, que então reinava, nem ao dos reis seus successores, pelas razões que vou expôr.

N'esta epocha a que me refiro (1475) já a architectura gothica tinha perdido entre nós aquella pureza e nobre singeleza, que a caracterisaram no reinado de D. João i. No de D. Affonso v começou pois a transição para o *gothico florido*, que muitos chamam *degeneração do estilo gothico*, e que, por se completar e findar no feliz reinado de D. Manuel, com propriedade lhe dão hoje o nome de *estilo manuelino*. A porta da igreja do hospital de Todos os Santos, da qual existe uma gravura conhecida, mostra com clareza, que já se achava bastantemente adiantada aquella transição no tempo d'el-rei D. João ii, fundador do dito hospital.

O portal da igreja de Alcobaça manifesta evidentemente, na severa simplicidade da sua architectura, sobretudo na rude singeleza dos capiteis das columnas, ser obra muito anterior ao reinado de D. João i. Em taes circumstancias, não é crivel que o portal, construido em tempo d'el-rei D. Affonso Henriques precisasse de ser substituido, ou reedificado apenas dois seculos depois da sua fundação.

Além d'estas razões, que julgo indubitaveis, ainda accrescem outras de algum peso. Havendo noticia escripta das obras, que el-rei D. Diniz mandou executar no mosteiro de Alcobaça, nenhuma se refere ao frontispicio da igreja. Tambem os chronistas da ordem de S. Bernardo, que foram moradores no convento de Alcobaça, não mencionam reconstrucção alguma na frontaria do templo, durante os reinados seguintes de D. Affonso iv, de D. Pedro i, e de D. Fernando i. E advirta-se que os monges de S. Bernardo tinham n'este mosteiro um cartorio já então cuidadosamente organisado, no qual se archivavam, não só escripturas e outros documentos, mas igualmente, em livros para esse fim dispostos, mui variadas noticias, que interessavam a ordem, e com particularidade o referido mosteiro.

Em conclusão direi, que, começando a reinar D. João i em 1385, isto é, 162 annos, depois que se acabou a igreja e mosteiro d'Alcobaça, não é de crer, certamente, que n'este periodo, curto para a vetustade de um grande edificio, fôsse necessario proceder-se á fabrica de uma nova porta da igreja.



Cruzeiro da igreja do mosteiro de Alcobaça

Por conseguinte ha todo o fundamento para se attribuir o portico actual á fundação de D. Affonso Henriques, apenas reparado e limpo por occasião de ser reedificada, no seculo XVII, ametade superior do frontispicio. E foi, sem dúvida, esta circumstancia, que deu causa a que um escriptor do seculo passado dissesse: «Tem a dita igreja frontispicio moderno tambem de obra, que imita o gothico.»

V

O interior do templo

Dividem o corpo da igreja em tres naves duas ordens de arcos, que se firmam sobre 24 grossos pilares, e dois meios, compostos estes de quatro columnas cada um, e aquelles de oito, todas de marmore, e com uns 14 metros d'altura da base ao capitel. O cruzeiro é dividido em duas naves por sete arcos sobre seis pilares, e dois meios embebidos nas paredes, em tudo iguaes aos do corpo da igreja. A capella-mór é um semi-circulo formado por nove arcos, sustentados por oito columnas, e duas meias, tendo no centro o altar-mór, e por detraz dos nove arcos um corredor tambem semi-circular em que se abrem outros nove arcos, similhantes e correspondentes áquelles, sete dos quaes são capellas, e dois dão serventia para a sachristia e para o interior do mosteiro.

Dava-se, e ainda agora se dá a esta fabrica o nome de *charola*. As igrejas que a possuem mostram n'ella, como a sé de Lisboa, documento authentico de sua muita antiguidade. Data este uso do tempo do imperador Constantino o Grande, que fundou no IV seculo, sobre as ruinas de Besancio, a cidade de Constantinopla, transferindo para ella a capital do seu imperio.

O primeiro templo que se construiu com *charola* foi a sumptuosa basilica de Santa Sophia, fundação do mesmo imperador, e que ainda hoje, perfeitamente bem conservada, é a principal das doze mesquitas imperiaes da capital da Turquia. Chamam-lhe os turcos *Aia Sophia*.

As tres naves do corpo da igreja, as duas do cruzeiro, e a capella-mór têem todas a mesma altura. As capellas da *charola* são mais baixas.

O comprimento do templo desde a porta principal até ao fundo das capellas da *charola*, é de 106 metros e quasi meio. D'altura, desde o pavimento até ao fecho da abobada, poucos centimetros lhe faltam para 21 metros. A

sua largura excede a 16 metros. Dão luz ao templo 59 janellas distribuidas pelo corpo da igreja, cruzeiro, capella-mór, e *charola*.

O corpo da igreja retrata ao natural o viver singelo e a simplicidade das ceremonias religiosas nos primeiros tempos da monarchia. Então não tinha capella alguma ou altar, e suas elevadas paredes de cantaria eram completamente nuas d'ornatos. Mais tarde modificaram-lhe essa nudez apenas com quatro altares, dois de cada lado. O pavimento de todo o templo é lageado da mesma qualidade de pedra das paredes; e a da abobada é mais inferior, dão-lhe o nome de *tufo*. É edificada a abobada no estilo gothico com extrema singeleza.

O cruzeiro conta de comprimento obra de 55 metros, e de largura uns 16. Primitivamente tinha quatro capellas collateraes da maior, mas ao diante construiram-lhe mais duas

A segunda nave do cruzeiro é o pantheão real. Alli jazem em sepulchros de differentes tamanhos, e com diversos lavores, os reis D. Affonso II, D. Affonso III e D. Pedro I, e as rainhas suas esposas, D. Urraca, D. Beatriz, e D. Ignez de Castro. Além d'estes soberanos, tambem ahi repousam varios infantes e infantas, e na capella-mór D. frei Pedro Affonso, irmão bastardo d'el-rei D. Affonso Henriques, o qual depois de se assignalar no campo de batalha em muitos combates gloriosos para as nossas armas, no mestrado da ordem d'Aviz, e em uma embaixada ao rei de França, recolheu-se ao mosteiro de Alcobaça, onde professou e morreu.

Os tumulos reaes são as obras d'arte mais dignas de attenção, que ha no templo. D'entre estes sobresahem os mausoleus de D. Pedro I e de D. Ignez de Castro. Ricos de arte, não são menos opulentos de memorias historicas.

VI

Mausoleus de D. Ignez de Castro e de D. Pedro I

Alegrias da juventude, magos encantos da formosura, doces transportes d'amor, dias ledos de ineffavel ventura, esperanças fagueiras de um futuro brilhante; todas estas idéas, repassadas de poesia, estão associadas ao nome de Ignez de Castro, a par dos pensamentos lugubres de mocidade mallograda, de belleza, cortada em flor, das doçuras d'amor convertidas em fel, da paz

e felicidade domestica de improviso eivadas de espinhos e dores cruciantes, das esperanças mais bellas e risonhas transformadas subitamente no mais triste desengano da vida. Esse nome que assim recorda uma tristissima lenda de amores e desventuras; que, depois de ser pronunciado com effusões de ternura por seu real amante, foi por este inscripto com letras de sangue em bandeira arvorada em guerra civil; mais tarde por elle proferido, junto de um patibulo, entre os jubilos ferozes da vingança satisfeita; e em seguida acclamado e reverenciado em throno regio, mas ao pé do tumulo, com o titulo de rainha de Portugal; esse nome que deu assumpto para um dos mais bellos e tocantes episodios dos *Lusiadas*, e para a primeira tragedia portugueza; esse nome emfim diz-nos o que são e de que valem as vaidades e grandezas do mundo; mostra-nos que tudo são illusões, que o sopro do infortunio em um instante dissipa, deixando por unica realidade algumas cinzas recolhidas em uma sepultura.

Eis ahi em resumo a historia commemorada no funebre monumento

> ... da misera e mesquinha
> Que depois de morta foi rainha.

Se o mausoleu de D. Ignez de Castro é tão rico de memorias historicas, não é menos digno de apreço aos olhos da arte. O pensamento do artista, que o deliniou, foi elevado, religioso e poetico. O modo porque os esculptores interpretaram esse pensamento, e lhe deram fiel execução, esculpindo no marmore tão variada e significativa ornamentação, é sem dúvida merecedor de elogio, embora não ostente primores de trabalho. Porém o que a tudo isto dá maior realce, o que torna o tumulo mais apreciavel com relação á arte, é a epocha em que foi feito, assim como lhe augmenta a valia historica o nome da pessoa, que o mandou fazer.

Quando el-rei D. Pedro I subiu ao throno, em 1357, revolviam-se-lhe no peito dois desejos ardentes, e mal soffreados. Vingar a morte cruel da sua Ignez, e honrar-lhe o nome e as cinzas, eram esses dois desejos, que lhe assoberbavam a alma. Portanto o seu primeiro cuidado foi apoderar-se dos assassinos, e fazel-os espiar o crime no meio dos tormentos mais atrozes, que a crueldade póde escogitar. Depois tratou de dar ao nome de Ignez de Castro logar entre os das rainhas de Portugal, e aos seus restos mortaes jazigo nobilissimo no pantheão real. Mandou logo fazer um tumulo magnifico, e, assim que foi terminado, ordenou se procedesse á trasladação do cadaver.

A declaração e reconhecimento do seu consorcio com D. Ignez de Castro; a legitimação dos filhos, que houvera d'ella; a pomposa ceremonia da exhumação do corpo no convento de Santa Clara, junto a Coimbra, e do beija-mão do cadaver, como rainha, paramentado com as regias insignias e sentada

no throno ao lado do rei; o esplendido e numeroso prestito funebre, composto do monarcha, de todos os fidalgos da sua côrte, dos prelados do reino, e de todos, por assim dizer, que no paiz representavam grandeza, auctoridade e illustração, caminhando desde Coimbra até Alcobaça (85 kilometros) pelo meio de milhares de homens enfileirados, com brandões accesos nas mãos o que fez dizer ao nosso distincto escriptor Faria e Sousa: «Duvida-se qual era mais admiravel, se a pompa das luzes que estavam fixas, se o luzimento da pompa que caminhava»; emfim a repetição da ceremonia do beija-mão em Alcobaça; e a solemnidade das exequias no magestoso templo, fundado por D. Affonso Henriques, e do encerramento do feretro no mausoleu; todos estes actos de um apparato extraordinario, constituiram uma verdadeira apotheose.

Estão collocados aquelles dois mausoleus, como acima disse, na segunda nave do cruzeiro da igreja. São de marmore branco, e ornamentados por todos os lados de decorações architectonicas de invenção variada e phantasiosa, conforme o estilo gothico, de muitos quadros de meio relevo, de assumpto religioso, de grande copia de figuras de santos mettidas em nichos, e de diversidade de lavores ornamentaes. Assenta-se cada um sobre seis leões e tem deitada em cima da tampa a estatua do soberano.

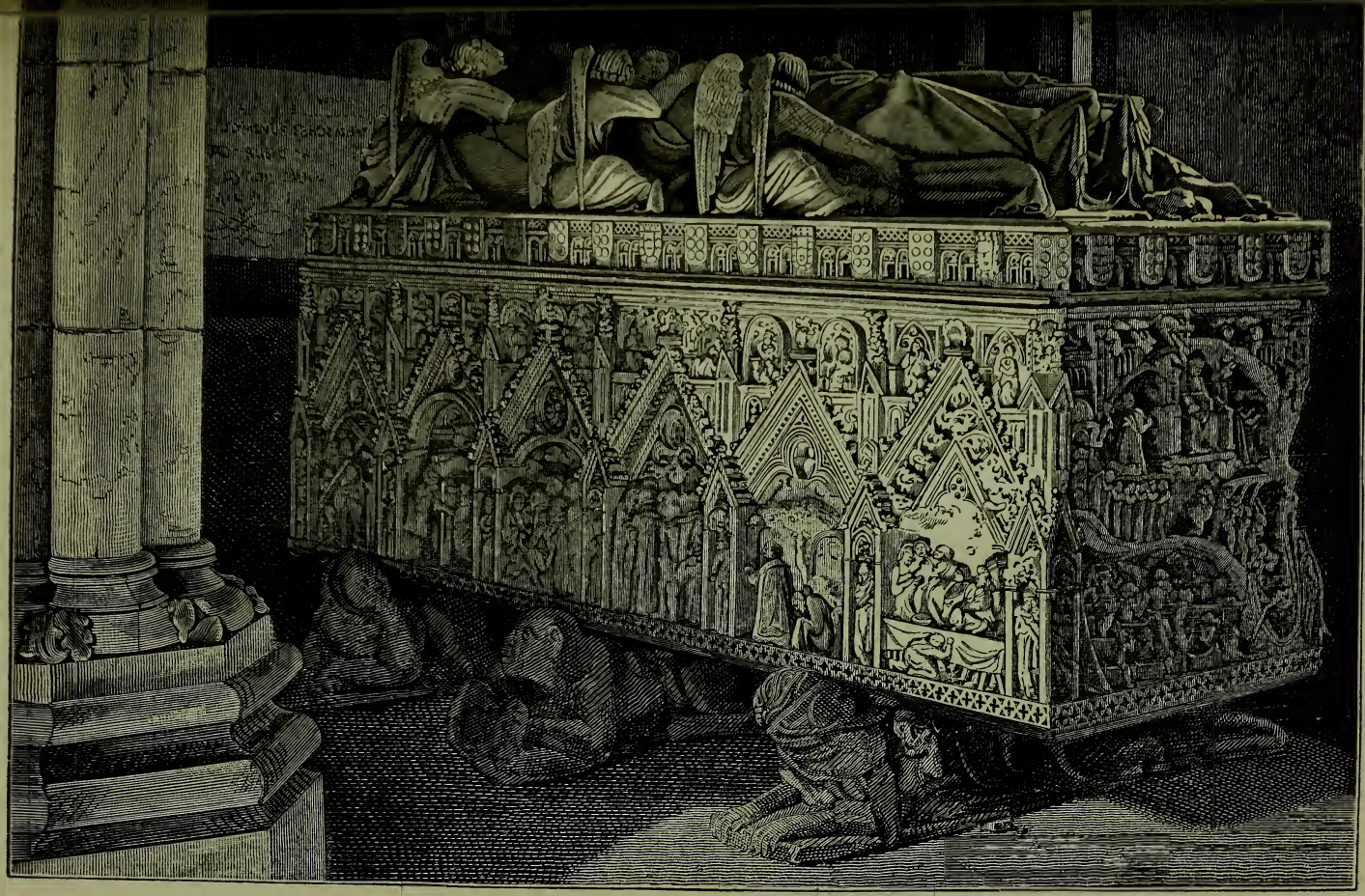
O tumulo de D. Ignez de Castro tem na parte superior, em volta da tampa, uma cercadura, em que avultam alternados o brazão dos Castros de seis arruelas e o escudo das armas reaes portuguezas. Na caixa, do lado dos pés da estatua, vê-se um grande quadro de meio relevo, com uma infinidade de figuras, representando o juizo final. Do lado da cabeça tem outro quadro, tambem de assumpto religioso.

A estatua da rainha é de proporções naturaes, e está ataviada com as insignias da realeza. Repoisa entre seis anjos postos de joelhos, que a estão velando, e que na piedade e ternura que seus rostos expressam, parecem condoidos e magoados do infortunio, que a arremeçou no sepulchro na primavera da vida e em todo explendor da sua peregrina formosura.

E tão grande foi este infortunio, que ainda exerceu perseguição além da morte, pesando com a sua mão de ferro sobre as cinzas da desditosa.

Dois soberanos, movidos da curiosidade, tentaram profanar o mausoleu de D. Ignez de Castro.

O primeiro foi el-rei D. Sebastião, que, fugido da peste que assolava Lisboa em 1569, indo passar um mez ao mosteiro de Alcobaça, depois de ter peregrinado por differentes terras do reino, lembrou-se de ver os cadaveres dos soberanos, que alli jazem. Foram abertos os tumulos dos reis D. Affonso II e D. Affonso III; e das rainhas D. Urraca e D. Beatriz. Encontrando, porém, maior difficuldade na abertura do mausoleu de D. Ignez de Castro; e reconhecendo-se pelos estragos causados pelas primeiras diligencias, que não



Tumulo de D. Ignez de Castro, no mosteiro de Alcobaça

se consiguiria abrirem-n'o, sem grande deterioração do monumento, desistiu el-rei do seu intento.

A segunda tentativa foi em 1704. Emprehendeu-se para satisfazer o archiduque Carlos d'Austria, mais tarde Carlos VI, imperador d'Allemanha. Vindo a Lisboa n'aquelle anno, com o titulo de Carlos III, rei de Hespanha, a fim de disputar a corôa d'esse paiz ao duque de Anjou, que fôra acclamado com o nome de Filippe V, visitou o mosteiro de Alcobaça, e desejou ver os restos mortaes de D. Ignez de Castro. Repetiram-se, pois, as diligencias, mas com o mesmo resultado. N'estas duas vezes recuaram os profanadores ante o perigo de occasionarem grande destruição no monumento.

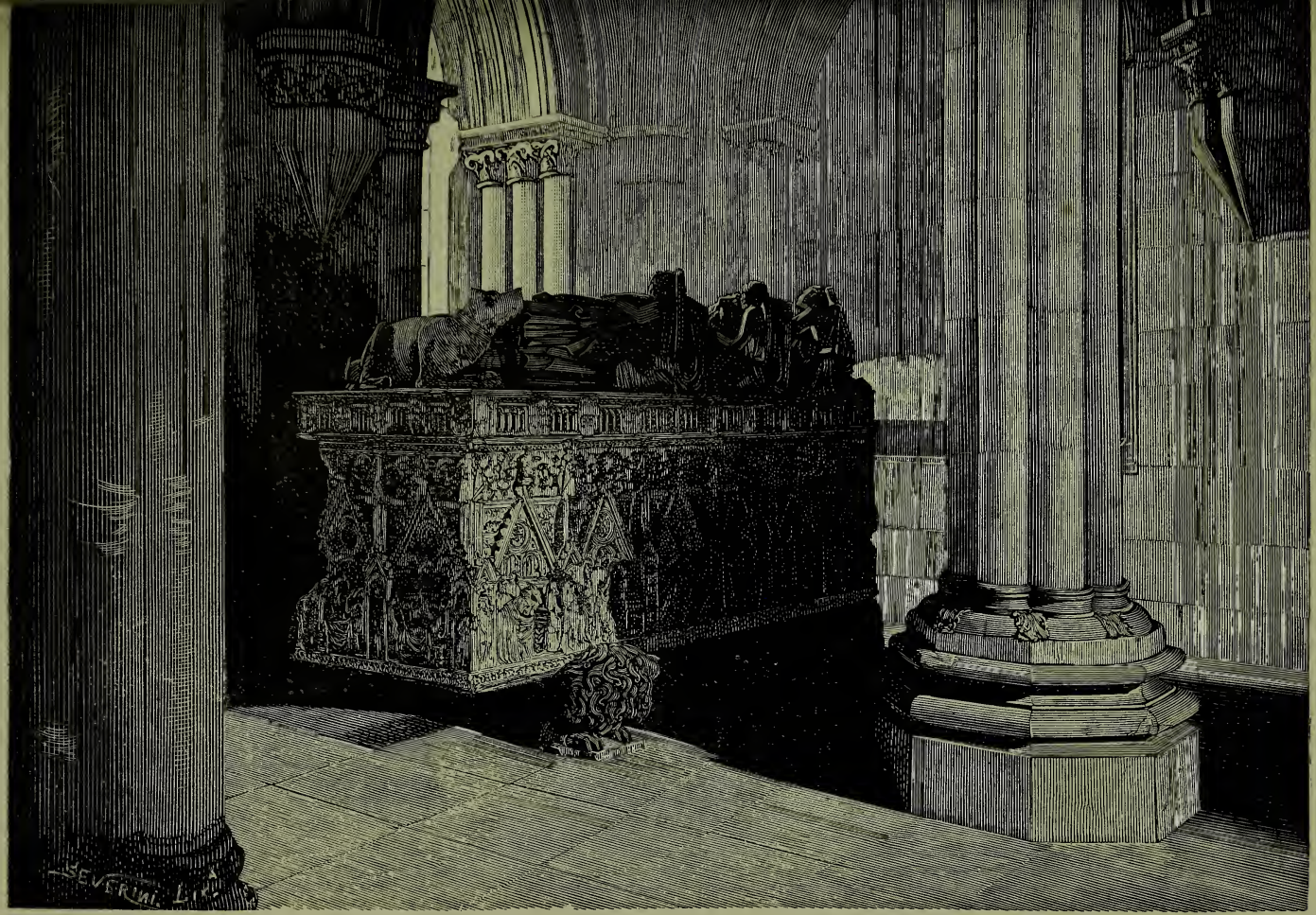
Porém, á terceira vez completou-se a obra da profanação. Felizmente não tomaram n'ella parte mãos portuguezas. Foi a soldadesca franceza do exercito do marechal Massena, na invasão de 1810, que commetteu esse desacato, não por simples curiosidade, mas sim instigada pelo espirito de roubo, julgando encontrar alguns objectos preciosos. D'este feito brutal ficaram no tumulo deploraveis vestigios.

O mausoleu d'el-rei D. Pedro I differe apenas na estatua, e a cercadura em volta da tampa, que é formada de escudos das armas reaes, e de arabescos, na composição dos quadros de meio relevo, e nas imagens santas, que o adornam.

Ambos os tumulos são de grande valor para o estudo da historia das artes em o nosso paiz. Fabricados por ordem de D. Pedro I, e logo no principio do seu reinado, offerecem-nos irrecusavel testemunho dos importantes progressos, que o nosso paiz fez na cultura das artes, especialmente no desenho e na esculptura, no curto periodo que medeou entre a construcção do tumulo d'el-rei D. Diniz, no mosteiro de Odivellas, e a execução dos mausoleus d'aquelles seus netos.

Não são estes mausoleus um primor de correcção de desenho, ou de esmero e delicadeza de esculptura. Não se póde caminhar com tal rapidez nas sendas difficeis da arte. Mas revela-se manifestamente em todo esse trabalho elevação de idéas, imaginação opulenta e bom gosto artistico na traça dos dois monumentos; e em toda a obra de esculptura bastante perfeição relativamente ao estado d'este ramo da arte nos reinados anteriores. Progredindo desde então com successivos aperfeiçoamentos, ostentou-se com esplendor no fim d'esse mesmo seculo, e nos começos do seguinte, na edificação do convento da Batalha, na reconstrucção da igreja de Nossa Senhora da Oliveira em Guimarães, e nos magnificos tumulos d'el-rei D. Fernando I,[1] e de D. Pedro de

[1] O tumulo d'el-rei D. Fernando I esteve perto de cinco seculos no coro da igreja do extincto convento de S. Francisco em Santarem, hoje bastante arruinada. Profanado e mutilado durante a invasão franceza de 1810, e no tempo das nossas guerras civis, acha-se ao presente no Museu Archeologico do Carmo.



Tumulo d'el-rei D. Pedro I, no mosteiro de Alcobaça

Menezes, conde de Vianna, na igreja do extincto convento augustiniano em Santarem.

El-rei D. Pedro I apenas reinou dez annos. Poucas construcções importantes se fizeram sob o seu governo, e essas perderam inteiramente as suas feições primitivas mais caracteristicas nas reedificações que tem tido. Esta circumstancia, pois, torna ainda mais apreciaveis os dois referidos mausoleus, que patentêam com exactidão e vantajosamente o estado da esculptura em pedra n'essa quadra da nossa historia.

VII

A capella-mór é espaçosa, pois tem de comprimento uns 16 metros. Adornam-lhe a abobada e o arco da entrada pinturas de brutesco de oiro. As paredes junto ao cruzeiro, e os vãos por cima e entre os nove arcos que a separam da *charola*, são decorados com obra de talha doirada e bronzeada de bastante primor; com grandes paineis moldurados de talha doirada; com as imagens de vulto de Nossa Senhora e do anjo S. Gabriel, allusivas ao mysterio da Encarnação, e mais oito, tambem de vulto, representando santos da ordem; e com a imagem da Virgem levada ao céo por dois anjos, e adorada por um coro de oito seraphins. Todas estas estatuas são guarnecidas de oiro.

Não tem retabulo a capella, pois que o altar-mór se ergue, como fica dito no meio d'ella. Tem o altar uns 6 metros de comprimento, e está encostado a um pedestal de marmore da mesma extensão, e um pouco mais elevado. Levantam-se sobre este pedestal oito estatuas de anjos, de dois metros d'altura, tambem guarnecidas de oiro, e collocadas de modo que sustentam o sacrario pelos quatro lados. É o sacrario um mui rico tabernaculo de fórma pyramidal, todo de talha doirada, com infinita diversidade de lavores delicadissimos. É uma obra de muita excellencia e perfeição.

A capella-mór tem tido differentes reconstrucções, que apesar de não serem completas, a têem alterado muito não na sua fórma geral, mas sim no estilo architectonico, nas decorações e em outros accessorios. A ultima e mais importante foi a de 1676, em que Guilherme Elsden, esculptor inglez, foi encarregado pelo dom abbade de mascarar com columnas e ornamentações do estilo da renascença a architectura gothica do coro.

Acha-se este no pavimento da igreja, e occupa parte do corpo d'esta, e parte do cruzeiro, entrando-lhe um pouco pela segunda nave. Não obstante

está construido de maneira, que não impede a vista da capella-mór a quem entra na igreja, pois que é aberto; e o seu orgão, ornamentado com obra de talha doirada, acha-se mettido em um arco, e tambem de modo que não faz pejamento no templo.

Tem este coro 78 cadeiras de cada lado, por detraz das quaes se erguem, entre columnas, com seu entablamento, outros tantos nichos com figuras em meio relevo, representando os pontifices, cardeaes, arcebispos, bispos, e outros varões illustres da ordem dos monges de S. Bernardo. Toda esta obra de cadeiras, columnas e nichos é construida de madeira de bordo, excellentemente lavrada, e guarnecidas com formosas esculpturas de feitios mui variados e brincados, entre os quaes avultam em quadros de meio relevo, os passos da vida de Nossa Senhora. Este coro magnifico foi mandado fazer por el-rei D. Manuel.

A igreja de Alcobaça era outr'ora ornamentada com muitos quadros de pintura a oleo, com ricas molduras de talha doirada. Depois da supressão das ordens religiosas, foi despojada de uma grande parte d'elles. Alguns foram desencaminhados, outros vieram para Lisboa por ordem do governo, no intuito de se fundar uma galeria de pinturas, que se levou a effeito na Academia Real das Bellas Artes, da qual nasceu o actual Museu Nacional de Bellas Artes.

D'entre os quadros que vieram para a dita Academia contam-se alguns attribuidos a Grão Vasco.

Na opinião do conde de Rackzinsk, que visitou o mosteiro de Alcobaça em 1845, os paineis que restam na igreja, são de pouco merecimento, parecendo-lhe até mediocre um quadro, que lhe disseram ser obra de Josepha d'Ayala, artista que entre nós gosa de celebridade como pintora com o nome de Josepha d'Obidos, terra da sua naturalidade.

Cito a auctoridade do conde de Rackzinski por duas razões muito attendiveis: a primeira porque era muito entendido em bellas artes; e tambem um intelligente cultor da pintura; a segunda porque procurou, com muita diligencia e estudo, instruir-se nas nossas coisas; e falla d'ellas e dos portuguezes nos seus livros despido de preconceitos, e com imparcialidade e cortezia, segundo o seu modo de ver. Caso é este bem raro, e a que estamos pouco affeitos; pois que os escriptores estrangeiros, que têem escripto ácerca de Portugal, com poucas excepções, ignoram, ou apenas conhecem superficialmente, o que ha n'este paiz, o que somos e o que valemos; e ainda por cima arvoram-se em censores severos e apaixonados.

Logo em seguida á extincção das ordens religiosas, fecharam a igreja de Santa Maria de Alcobaça; e assim esteve por algum tempo, como condemnada a cair em ruinas. Felizmente foi restituida ao culto divino, mas sem pompa, porque lhe faltavam as alfaias para o ornato de tão vasto templo.

Todavia no anno de 1884 foram celebradas n'este templo com muito explendor as ceremonias da Semana Santa, com musica vocal e instrumental, executada por distinctos amadores de Lisboa.

Além do côro, deixou el-rei D. Manuel commemorado o seu reinado no mosteiro de Alcobaça com outras obras na capella-mór, e principalmente com a reedificação da sachristia, e com a nova e formosa sala da bibliotheca.

VIII

A sachristia

Resolveu-se el-rei D. Manuel, quasi no fim do seu reinado, a reedificar, ou, poderá dizer-se com mais propriedade, a fazer de novo a sachristia. Feito o risco pelo architecto João de Castilho, começaram os trabalhos em 1519, dois annos antes da morte do fundador, concluindo-se no reinado de seu filho, D. João III.

Está situada a sachristia por detraz da capella-mór, communicando-se com a *charola* por um formoso portal. É uma grande e bem construida casa, tendo uns 28 metros de comprimento, e 8 metros de largura. A sua abobada é de laçaria de pedra com os florões doirados. Tem no fundo uma capella de fórma oitavada, na qual se veneravam outr'ora muitas reliquias santas.

Tambem no tempo dos frades se guardavam nos armarios e gavetões de excellente madeira, muito bem trabalhada, que guarnecem esta casa, numerosas preciosidades artisticas e archeologicas, taes como vasos sagrados, paramentos antiquissimos, e outras alfaias do serviço do culto, de muita riqueza e estimação.

D'estas preciosidades desencaminharam-se não poucas por occasião da extincção das ordens religiosas em 1834; outras, que escaparam á rapina, foram mandadas recolher a Lisboa pelo governo, e fazem parte, presentemente, das collecções d'arte ornamental do Museu Nacional de Bellas Artes. Quatro d'essas peças mais notaveis são: dois calices, a custodia e a cruz processional, que figuraram na exposição d'arte ornamental e decorativa, que esteve aberta ao publico em Lisboa, de janeiro a junho de 1882.

Ambos os calices são de prata doirada, e obra do seculo XII. Um d'elles, com $0^{m},21$ de altura, tem o nó espherico, e coberto de filigrana e de pedras. Foi doado á igreja de Alcobaça pela rainha D. Dulce, mulher d'el-rei D. San-

cho I, conforme refere uma inscripção, que se vê gravada n'elle. Pertencem actualmente estes calices ao Museu Nacional de Bellas Artes.

A custodia é de prata doirada, com base, nó e cupula, em fórma de tabernaculo, de estilo gothico, sendo do renascimento o corpo medio do tabernaculo. Lê-se na base esta inscripção: *Esta copa mandou fazer Dom Frey Joam Dornelas, Abade de Alcobaça, era de mil quatrocentos e quatro.* Tem na mesma base tres escudos, cada um com tres flores de liz. A altura d'esta custodia é de 0^{m},92. Observando-se esta peça, reconhece-se que foi reformada e accrescentada no seculo XVI.

A cruz processional é tambem de prata doirada, com 1^{m},24 de altura. Tem as quatro extremidades terminadas em flor de liz, guarnecidas de rendilhados de estilo gothico. Na face principal tem em meio relevo, a imagem de Christo, sentado e cercado de anjos e dos emblemas dos evangelistas. Serve-lhe de base um corpo, imitando um edificio de architectura gothica, com porticos vasados e rendilhados, e divididos por gigantes com seus corucheus, e seis nichos com baldaquinos, a que faltam as respectivas estatuas. É obra do seculo XV.

Estas duas peças foram enviadas a Londres, juntamente com muitas outras, no anno de 1881, para figurarem na exposição d'arte ornamental hispano-portugueza, que se realisou no Museu Kensington. Foram ahi muito apreciadas, reputando-lhe o valor de mil libras a cada uma.

Pertenceu igualmente ao thesouro d'esta sachristia um calix de oiro esmaltado, que el-rei D. Sancho I doára ao mosteiro de Alcobaça, e que depois da suppressão dos conventos se guardava no gabinete de numismatica e de archeologia da Bibliotheca Nacional de Lisboa. Infelizmente foi d'ali roubado, juntamente com outras peças de ourivesaria antiga, reinando a Sr.ª D. Maria II.

De toda a fabrica da sachristia a parte mais notavel e mais bella, a que attrahe logo a attenção do visitante, é o seu magnifico portal, visto do lado da *charola*.

Não se vê n'elle data alguma, que recorde o anno da sua fundação; nem divisa ou emblema que revele o nome do fundador. Mas ainda que não constasse a sua origem por outro modo, não menos incontroverso, aquellas indicações seriam desnecessarias, contemplando-se a invenção phantasiosa, e a ornamentação opulenta e brincada do esbelto e formoso portal, em que se estão espelhando, como nas limpidas aguas de um rio os floridos arbustos das suas margens, a gloria, as felicidades, os jubilos e a poesia, que entreteceram a corôa d'el-rei D. Manuel, engrandecendo e abrilhantando o nome portuguez.

Formam e adornam o portico duas columnas, figurando arvores. Os fustes representam os troncos principaes não inteiramente nús, mas sim guarneci-

dos a espaços com seus lavores, fingindo rebentões. Nas bases vêem-se as raizes, saindo d'elles para o solo. Logo acima dos capiteis, formados de folhas das mesmas arvores, dividem-se os troncos, em muitas ramificações, com graciosa e recortada folhagem, entrelaçando-se, e coroando a porta com a mais formosa e exquisita ornamentação, que deliniaram para similhante genero de adorno os artistas, que executaram o estilo, denominado presentemente *manuelino*. Todo o portal é fabricado de cantaria, e a esculptura está feita com muita delicadeza e primor.

IX

Capella de Nossa Senhora do Desterro

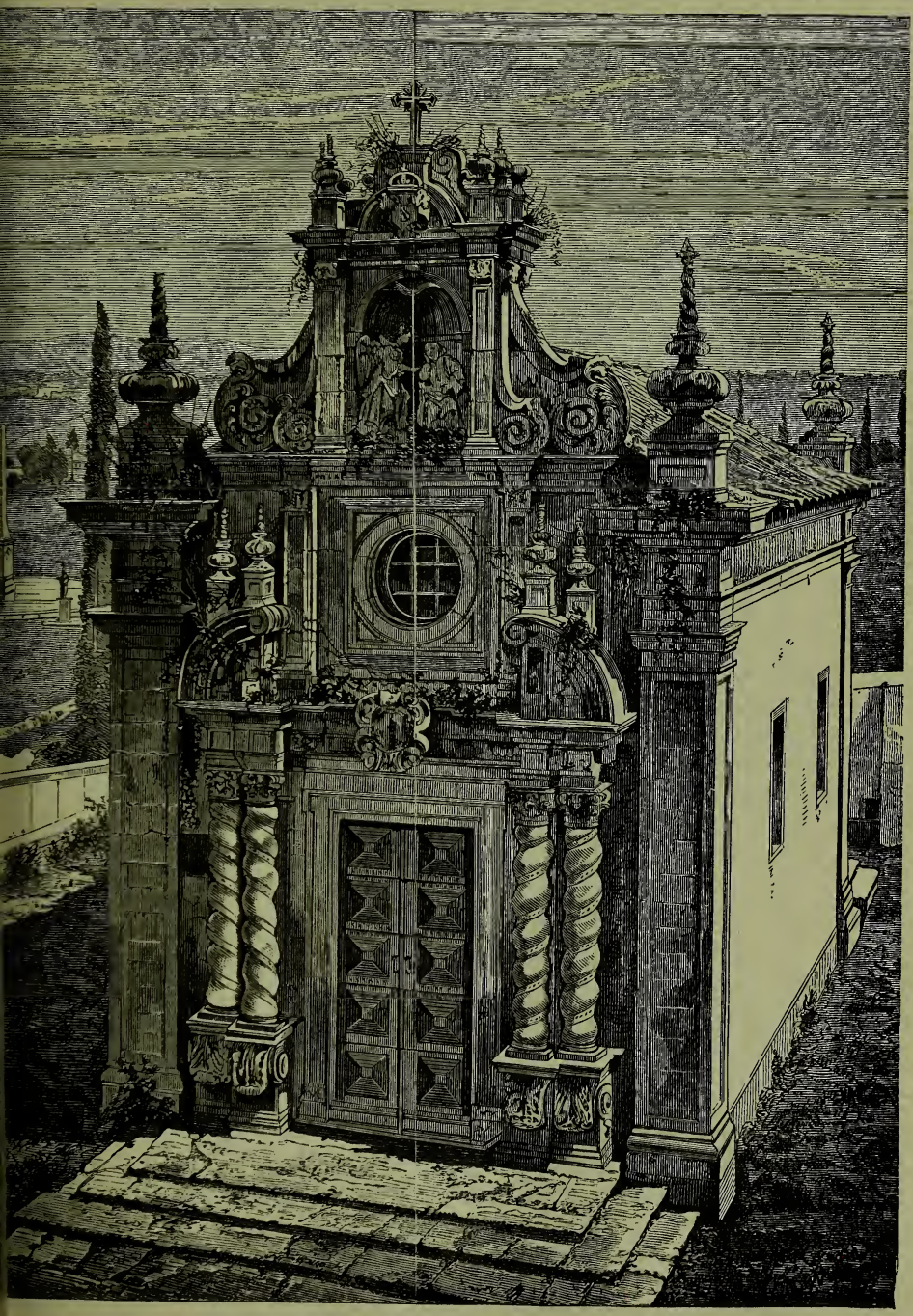
Esta capella ergue-se na cerca e quasi contigua á sachristia. Outr'ora tinha junto da frontaria um jardim e murtas com que o fundador lhe aformoseou o adro.

Posto que seja assoberbada pelo vulto colossal d'esse gigante de pedra, levantado a tamanha altura e grandeza pela piedade e munificencia de muitos reis, aquella ermida não desdiz, na riqueza dos materiaes e da ornamentação, do famoso monumento coevo com a fundação da monarchia.

Não cavaram nos seus alicerces regias mãos, como succedeu no visinho mosteiro; nem para os gastos da obra se abriram os cofres do estado, ou os da opulenta ordem de S. Bernardo. Essa fabrica, revestida externamente de excellentes marmores bem cinzelados, e adornada no interior com bellos retabulos de talha doirada, foi erigida pela devoção de um simples frade conventual n'aquelle mosteiro, chamado padre mestre fr. João Paim.

Não se limitou o fundador a construir a capella, que dedicou a *Nossa Senhora do Desterro*, e a guarnecel-a com todos os paramentos e alfaias necessarias para o culto e ornamento d'ella; tambem lhe consignou rendas para a sustentação do mesmo culto e conservação do edificio. Para esse fim comprou e fez-lhe doação de umas fazendas, cujo rendimento dava para se celebrar na dita capella uma missa cantada todos os sabbados, e uma festa annual com muita solemnidade. Para o serviço da Senhora e aceio da ermida instituiu uma confraria, cuja confirmação obteve.

Procurei, mas não alcancei noticia do anno em que se effeituou esta fundação. O padre Luiz Cardoso, que commemora no seu *Diccionario Geographico* o nome do fundador, nada refere quanto á éra. Achando-me na mesma



Capella de Nossa Senhora do Desterro, no mosteiro de Alcobaça

incerteza sobre a epocha precisa em que viveu fr. João Paim, apenas me resta tirar argumento da architectura do edificio para base dos meus juizos.

A architectura do edificio é a da *renascença;* não essa *renascença*, que succedeu, para lá dos Pirenéos, á architectura gothica; mas sim a que se introduziu em o nosso paiz, já muito modificada, no seculo XVI.

As columnas torcidas, ou salomonicas, não foram usadas nos principios d'aquella introducção, pois não conheço, ou não me recordo de as ter visto em edificio algum do tempo d'el-rei D. João III, em que se operou esta transição na arte. Creio que a primeira construcção em que appareceram foi a igreja e sachristia do collegio de Santo Antão, pertencente aos jesuitas, e agora hospital de S. José. Este edificio, fundado pelo cardeal infante D. Henrique, foi começado no reinado d'el-rei D. Sebastião. Porém, a opposição que o povo de Lisboa fez a similhante fundação desde a abertura dos alicerces obrigando o cardeal infante a desistir da continuação dos trabalhos, foi causa de que sómente se désse impulso ás obras depois que o mesmo cardeal empunhou o sceptro, de modo que a principal parte da edificação foi levantada sob o governo d'el-rei D. Filippe II de Castella, o que corresponde aos fins do seculo XVI e principios do XVII.

Não tardou a generalisar-se aquella fórma de columnas, porém foi mais geralmente adoptada para as obras de talha doirada, destinadas ao adorno dos retabulos dos altares, do que para ornamentação externa dos templos ou de outros quaesquer edificios. Assim o gosto das columnas salomonicas prevaleceu nas obras de madeira durante todo o seculo XVII, e a maior parte do XVIII. Mas não aconteceu outro tanto com os trabalhos executados em pedra. Não direi que no ultimo d'aquelles seculos não se cinzelasse em marmore columna alguma salomonica, mas tenho para mim, que quasi todas as que existem em o nosso paiz são obra do seculo anterior.

Entendo, pois, em conclusão d'estes raciocinios, que a mencionada capella de Nossa Senhora do Desterro foi edificada no seculo XVII, ou muito no principio do XVIII.

Depois da extincção das ordens religiosas, durante o triste abandono a que foi condemnado aquelle mosteiro monumental, foram seccando as murtas, e hoje, provavelmente, não restará d'ellas mais que o logar, pois que o terreno em volta da capella foi convertido em cemiterio publico. A ermida serve ao presente para deposito dos defunctos, e encommendação de suas almas.

Para esta capella veiu de Roma, por diligencias de fr. João Paim, e ahi foi depositado em um rico e brincado caixão, o corpo de Santa Constancia, virgem e martyr.

Para outro lado da sachristia está a capella do Presepio, assim denominada por encerrar um curioso presepio.

X

O edificio do mosteiro

A fachada geral do edificio, mosteiro e igreja, tem 221 metros de comprimento. A praça para onde deita esta fachada é guarnecida de casas da povoação, compostas de lojas e primeiro andar, em perfeito alinhamento. Outra frente do mosteiro cae sobre a estrada real, que conduz ao Porto, passando pela Batalha, Leiria, Pombal e Coimbra, e mais terras da Beira. Esta frente é muito mais alta que a principal em consequencia do declive de terreno. É muito extensa, porém não sei a medida do seu comprimento.

Os dois corpos do mosteiro que flanqueam a igreja, são eguaes em architectura, porém como a praça tambem tem algum declive, e que se estende para o lado de oéste, e fórma o angulo para a referida estrada real, é mais elevado que o outro, correndo-lhe junto do envasamento um passeio de lagedo com seu muro, outr'ora todo guarnecido de grades de ferro, que pela maior parte têem desapparecido, ficando os plintos de pedra, que a espaços as separavam.

É n'este corpo que se acha a *portaria*, ou entrada principal do mosteiro, a qual se abre debaixo de uma arcada de cinco arcos, correspondente a outra arcada igual, em que termina o corpo da frontaria do mosteiro do lado de léste. Tem cada um dos dois corpos no andar nobre 17 janellas de sacada.

As duas fachadas foram reedificadas nos seculos XVII e XVIII.

Compõe-se o mosteiro de sete dormitorios, do edificio das hospedarias, do noviciado, de cinco claustros, sete capellas, casa do capitulo, casa da livraria, e muitas outras officinas.

Os dormitorios foram construidos, um por el-rei D. Affonso Henriques, o qual tem tido diversas reedificações; outro pelo cardeal rei D. Henrique; outro por el-rei D. Affonso VI; o das enfermarias, obra do mesmo soberano; e os tres restantes á custa da ordem.

As hospedarias foram edificadas e reconstruidas em differentes epochas, ora por impulso real, ora por iniciativa dos abbades. É um edificio de 52 metros do comprimento, bem construido, e contendo uma capella, muitas salas e quartos, outr'ora adornados com magnificencia relativamente aos tempos, sobretudo a *sala dos reis*, que é toda de marmore, e ornamentada com os retratos de todos os nossos monarchas até á rainha D. Maria I. Era n'este paço das hospedarias que se aposentavam os soberanos, principes, e pessoas notaveis, que visitaram o mosteiro em tempo dos frades. A rainha D. Maria

Sophia de Neubourg, 2.ª mulher d'el-rei D. Pedro II, e a rainha d'Inglaterra, D. Catharina, então viuva do rei Carlos II, gostavam tanto d'estes paços, que residindo n'elles, diziam muitas vezes não terem saudades do palacio da Corte Real.[1]

O noviciado era de per si um convento, pois tinha dois grandes dormitorios, excellente capella e todas as mais officinas necessarias, construidas com bastante largueza e solidez.

XI

Claustros

Apresentam os claustros cinco typos differentes de architectura, desde o seculo XIII até ao XVII.

Entre estes diversos specimens ha um, principalmente, muito interessante para o estudo da historia da arte, não só porque se ostenta em uma fabrica no seu estado completo e primitivo, mas tambem porque diz respeito a uma epocha importante para as artes n'este paiz, e porque infelizmente, poucos monumentos nos restam d'ella, e d'esses poucos bem raros os que não estão desfigurados pelos cataclysmos da natureza, ou pela incuria ou barbaridade dos homens. Refiro-me ao claustro chamado *do Silencio*, construcção ordenada por el-rei D. Diniz no seculo XIII.

É uma obra magnifica, e que attesta, comparada com outras do mesmo genero de epochas anteriores, os progressos que fez entre nós a architectura durante o reinado do rei *lavrador*. Não se atavia com essa profusão de ornatos, com que já n'essa éra se iam enfeitando os edificios gothicos, que se levantavam de novo nos outros paizes da Europa. A simplicidade do nosso viver, e a escacez de meios pecuniarios ainda nos não permittia taes manifestações de luxo. Começava então em Portugal o estilo gothico a libertar-se das ligações que o prendiam, desde a sua introducção no paiz, ao velho estilo romano-bysantino. Caminhava por conseguinte, com passos já bem definidos, para a sua pureza e perfeição. E em taes circumstancias a singeleza e severidade deviam ser forçosamente as suas feições caracteristicas.

O architecto comprehendeu, e desempenhou cabalmente a missão, que

[1] Palacio em Lisboa, em que habitou el-rei D. Pedro II.

lhe era imposta pelo progresso regular da arte. Ao mesmo tempo, que attendia, nas fórmas externas do monumento, ás prescripções da nova phase da architectura, executava as regras geraes e fundamentaes da arte de construir, quaesquer que sejam as éras, os paizes e os estilos, dando ao edificio tal solidez, que, não obstante estarem pesando sobre as suas abobadas mais de cinco seculos e meio, e terem-lhe abalado os fundamentos numerosas convulsões do solo, ainda hoje nos está testemunhando a sua excellente construcção.

O architecto que a delineou e dirigiu, e que tanto honra os artistas nacionaes, chamava-se Domingos Domingues.

Para se poder ajuizar devidamente do seu talento, não basta o conhecimento e apreciação do monumento que concebeu e executou; é preciso tambem conhecer e comparar com aquelle as obras do mesmo genero e estilo architectonico, construidas em o nosso paiz anteriormente á fundação do referido claustro. Distinguem-se facilmente as construcções a que alludo pelas columnas, pequenas e duplicadas, que sustentam cada arco. Esta feição, bem como o feitio e lavores dos capiteis das mesmas columnas, é que revelam o periodo da arte em que taes claustros foram edificados.

Na Italia, na Allemanha e na França principiou esse periodo na entrada do seculo XI. Em Portugal teve começo no seculo XII. Não cause estranheza esse longo espaço de tempo decorrido antes que se introduzisse na peninsula aquelle uso. Em razão da nossa situação geographica, e de outras circumstancias que nos conservavam affastados do movimento artistico, que lavrava no centro da Europa, raras vezes nos chegavam no mesmo seculo as transições ou simplesmente modificações, que se iam operando nas artes, nos paizes mais adiantados.

Apesar dos diversos e poderosos elementos de destruição, que entre nós tem conspirado, desde remotas éras até hoje, contra os monumentos da antiguidade, ainda se encontram no reino não poucos claustros dos seculos XII, XIII e XIV, principalmente nos mosteiros mais antigos da provincia do Minho, e no convento de Christo em Thomar. Pois todos esses claustros, á excepção do do mosteiro de Santo Thyrso, attestam a superioridade de construcção do claustro de Alcobaça. Uns têem os lanços cobertos de abobada de pedra, outros de tecto travejado, de madeira, com fôrro, ou de telhavã, mostrando, porém, na pouca altura da abobada ou tecto, no tosco e desengraçado dos artesões d'esta, nas proporções excessivamente acanhadas dos arcos e das columnas duplicadas, que os sustentam, e, emfim, nos grosseiros lavores dos capiteis, ainda dando desconto á qualidade da pedra, um atrazo na architectura e na esculptura muito grande comparativamente com o estado de adiantamento artistico, que se revela no claustro de Alcobaça. E quanto á solidez de construcção tambem aquelles são muito inferiores a este, não bastando a sua

antiguidade para lh'a comprovar, pois que, quem os observar com attenção, ha de convencer-se de que se taes edificios estivessem fundados em um solo tão sujeito aos terremotos, como este da Estremadura, ha muito, provavelmente, que seriam montões de ruinas.

Dos cinco claustros que ha no mosteiro de Alcobaça o mais antigo é o do *Silencio*. E pois que este nome indicava preeminencia, porque os preceitos monasticos mandavam guardar silencio nos claustros em que a communidade tinha de exercer actos religiosos, supponho que foi edificado no logar em que o fundador do mosteiro, el-rei D. Affonso Henriques, construira o claustro principal, que el-rei D. Diniz desfizera ou por estar arruinado, ou por não ter a capacidade, que o augmento successivo da communidade requeria.

Os lanços ou galerias do claustro são formadas por mui largas arcadas de cantaria, e cobertas por abobadas tambem de pedra artesoadas. Cada arco é dividido por tres arcos, pequenos e ogivaes, que sustentam o tympano ou bandeira do arco grande, que lhes serve como de caixilho. No meio do tympano ou bandeira, que é de cantaria lisa, abre-se um olhal redondo, formado de diversas molduras, que o vão diminuindo até encaixilharem uma renda de pedra, a modo de estrella, atravez de cujos raios passa a luz. Os tres arcos pequenos são sustentados por columnas duplicadas, isto é, duas de cada lado.

Nos arcos das extremidades de cada lanço ou galeria assentam as quatro columnas centraes sobre umas pequenas bases, que pousam no chão, de maneira que deixam os tres arcos livres, como porticos, para darem entrada para o terreiro, que foi jardim, em volta do qual correm as mesmas galerias. Nos outros arcos assentam as bases das columnas em cima de um muro ou soco de cantaria, que terá um metro de altura, ou pouco mais, e que faz com que as columnas tenham metade da altura d'aquellas que formam os referidos porticos. Os capiteis mostram alguma variedade de lavores, representando pela maior parte folhagens.

A abobada é singela e bem lançada. Aos seus artesões servem de estribo misulas, que resaltam das paredes interiores e dos pilares, que dividem as arcadas.

Não consta o anno em que teve principio este claustro, sabe-se apenas que foi um dos ultimos do seculo XIII. Porém, a continuação da obra entrou pelo seculo seguinte, pois que a cruz da ordem de Christo, que se vê esculpida entre laçarias no vão do ultimo arco da parte de léste, prova que se concluiu o edificio depois da extincção da ordem dos templarios e da creação da ordem de Christo por el-rei D. Diniz, o que se verificou no anno de 1320.

Em quanto o mosteiro foi habitado conservou-se este claustro em bom estado, graças ao cuidado com que os frades obstavam á infiltração das aguas da chuva nas abobadas; e ao desenvolvimento da vegetação nos intersticios da cantaria. Porém, o abandono em que ficou, depois da extincção das ordens

Claustro do silencio, no mosteiro de Alcobaça

religiosas, tem-lhe causado estragos, que ameaçam acarretar-lhe breve ruina, se os poderes publicos não tratarem de conservar o monumento, por tantos respeitos digno de apreço e veneração.

É chamado o *claustro do cardeal infante D. Henrique* a galeria por elle construida, sendo abbade commentario d'este mosteiro, sobre os quatro lanços do claustro de D. Diniz. Essa galeria é toda aberta em arcos de volta redonda, com columna ao meio. Foi feita esta obra no reinado de D. Sebastião, perto de meio seculo depois de ter sido proscripta a architectura gothica.

No meio da fachada de um dos lanços do claustro, correspondente á porta do refeitorio, levanta-se a toda a altura das duas ordens de galerias, um corpo de edificio, de fórma hexagona, e resaltando bastante da dita fachada sobre o terreiro, que outr'ora foi jardim. O referido corpo é todo construido de cantaria, tendo em cada face um esbelto portal na parte inferior, e na superior uma grande janella. São formados os portaes e janellas por differentes arcos ogivaes, sustentados por delgadas columnas com seus capiteis guarnecidos de folhagens. Entre os portaes e as janellas superiores erguem-se grossos gigantes a toda a altura do edificio, para maior solidez d'este. Esta fabrica é coberta de abobada, e servia para resguardo de uma fonte, onde os religiosos, ao entrar ou sahir do refeitorio, iam lavar as mãos. Em muitos claustros de mosteiros antigos vêem-se estes chafarizes cobertos em frente das portas dos refeitorios.

A fonte estava collocada primitivamente no meio da casa formada por este edificio gothico. O tanque é de marmore, guarnecido de uma infinidade de lavores em meio relevo, folhagens, flores, aves, arabescos, e os brazões de differentes abbades geraes da ordem de S. Bernardo, tendo por cima uma corôa e uma estrella, encimadas por um M, e com uma fita entrelaçada, na qual se lê este mote: *Quem te tivera por guia*. O M é allusivo á Virgem Maria. A julgar pela profusão e feitio dos lavores, este tanque deveria ser fabricado no primeiro quartel do seculo XVI. Em tempos muito posteriores, de data incerta, os frades mudaram a fonte, collocando-a junto da parede, de modo que das quatro faces ornamentadas, que tinha o tanque, perdeu duas. Os restos lá se vêem proximo, mas abandonados.

Sobre este edificio gothico avulta um pedestal quadrangular, que serviu de base a uma meridiana, que as tempestades derrubaram, lançando-a sobre a abobada. Parece que esta meridiana fôra erigida na segunda metade do seculo XVI.

Não se sabe ao certo a epocha precisa, em que foi construido este edificio gothico. Analysando-se os capiteis das columnas dos portaes e janellas, poder-se-ha attribuir ao reinado de D. Diniz. Porém se se attender a que os mesmos portaes e janellas são mais estreitos e tem mais elegancia do que os

Claustro de D. Diniz e do cardeal-rei, no mosteiro de Alcobaça

d'aquelle tempo, presumir-se-ha, com algum fundamento, que uma tal obra pertence ao seculo xv.

El-rei D. Affonso vi tambem quiz ligar o seu nome ao edificio monumental de Alcobaça, fundando um claustro; porém a revolução palaciana, que o precipitou do throno para o fundo de um carcere, não lhe permittiu acabal-o. Os outros dois claustros foram feitos a expensas da ordem.

As seis capellas, a que acima me referi, estão distribuidas da maneira seguinte: uma no claustro do meio do convento; outra no paço das hospedarias; duas nos dormitorios de cima; duas nos dormitorios de baixo, onde havia uma enfermaria para os religiosos arrabidos do convento da Magdalena, do qual era padroeiro o mosteiro de Alcobaça; e a septima no noviciado.

A casa do capitulo é grande, porem é baixa e tem pouca luz.

XII

A sala da livraria

É uma sala mui vasta e alegre. Não é proporcionada a altura á sua vastidão. Se tivera maior elevação offereceria um aspecto muito mais grandioso. De um lado, em todo o seu comprimento, é aberta a parede em grandes janellas, com seus oculos por cima, correspondendo a estes outros oculos iguaes na parede fronteira. O pavimento é de marmore de cores em mosaico; e o tecto, de obra de estuque e pintura, não de muita perfeição, mas vistosa. As paredes, hoje nuas, vestiam-se outr'ora com as estantes dos livros, e por cima com paineis a oleo, com medalhões e figuras de alabastro.

Não havia em tudo isto coisa alguma de primor d'arte. Todavia aquelles diversos ornamentos davam á sala uma perspectiva de magnificencia, que encantava a quantos a viam. Foi certamente um acto de vandalismo despojal-a dos adornos, que lhe formavam uma feição tão particular, e que fóra d'ali pouco valor podiam ter.

Esta sala, felizmente, acha-se em bom estado de conservação.

A bibliotheca do mosteiro de Alcobaça contava perto de 25:000 volumes, em que avultavam muitas obras raras, e entre estas algumas impressas pelo proprio Guttemberg. Porem os manuscriptos é que constituiam a sua principal riqueza, e a tornavam celebre em o nosso paiz. Conforme o catalogo, que se publicou em 1775, passavam de 400 os codices manuscriptos, in-folio, nos quaes se continham importantes noticias e valiosos documentos para a historia de Portugal.

Em 1834 foi recolhida em Lisboa esta livraria, depois de empobrecida por effeito de muitos extravios logo em seguida á extincção das ordens religiosas. Entretanto, todos ou quasi todos aquelles preciosos codices em pergaminho, nos quaes se admiram bellas illuminuras no mais perfeito estado de conservação, guardam-se presentemente na Bibliotheca Nacional de Lisboa.

XIII

Outras officinas

O cartorio do mosteiro tambem era muito importante para a historia, tanto da ordem, como do paiz. Fr. Manuel dos Santos, monge d'este mosteiro, diz na sua *Alcobaça Illustrada*, que o referido cartorio serviu de deposito dos papeis da corôa, em quanto se não creou o archivo real da *Torre do Tombo*.

A cozinha é uma das melhores officinas do edificio, e era celebrada em tempo dos frades em toda a provincia da Estremadura. Tem de comprimento 31 metros, com 14 de altura. Atravessa-a pelo meio um rio, braço do *Alcoa* ou *Chaqueda*, com o qual, no tempo dos frades, era lavada toda a cozinha depois de servido o jantar, fazendo com que o rio entrasse, estendendo-se e correndo, sobre todo o pavimento, que é lageado. Depois ia encher, ou refrescar a agua, dos grandes reservatorios, em que os frades tinham muita quantidade e variedade de peixes do rio para seu regalo e sustento.

A chaminé é de fórma pyramidal, elevando-se a grande altura, e descança sobre oito grossas columnas de ferro. Entre estas havia um engenho, em que se podia assar um boi inteiro.

Guardava-se antigamente n'esta cozinha um objecto muito apreciavel como antigualha, mas ainda mais como trophéo das armas portuguezas. Era um enorme caldeirão de cobre que, juntamente com outros dois do mesmo metal, porém mais pequenos, foram tomados aos castelhanos entre os numerosos despojos da batalha d'Aljubarrota, dos quaes el-rei D. João I fez presente ao mosteiro de Alcobaça. Depois da extincção das ordens religiosas foi transportado para o claustro d'el-rei D. Diniz, e collocado junto da fonte de que acima fallei. Mais tarde desappareceu d'alli, sem que se saiba ao certo o caminho, que levou, como succedeu a tantas outras cousas não menos curiosas e de mais valor.

No claustro do *Silencio* ainda se conserva a pedra em que estava assente o caldeirão, na qual está gravada a seguinte inscripção: «*Hic est ille lébes, toto cantatus in orbe, quem lusitani, duro, gens aspera, bello, de castellanis*

spolium memorabile castris, eripuere: cibos hic olin coxerat hostis; at nunc est nostri tertis sine fine triumphi.»

Dizem que n'este caldeirão descommunal se fazia comida, no acampamento castelhano, de cada vez para 300 soldados. Dos dois mais pequenos resta um, que em tempos modernos foi posto a melhor recado, sendo depositado na sala dos reis,

As outras officinas do convento correspondem igualmente á grandeza do edificio. A adega era tal que n'ella recolhiam os frades 700 pipas de vinho. O celeiro tem proporções não menos vastas, pois que servia de deposito a todos os cereaes que os frades recebiam das suas quintas, dos seus foreiros e sobre tudo do dizimo, o que dava uma somma de moios tão avultada, que depois de supprir ao sustento dos numerosos moradores do convento, monges e servos, e á distribuição diaria de pão cosido aos pobres (24 alqueires), e em grão pelas aldeias d'aquelles coutos em certas epochas do anno (25 moios), ficava annualmente um immenso remanescente que se vendia.

A grande cerca contigua ao mosteiro, que os primeiros monges cultivavam por suas proprias mãos, foi vendida pelo Estado logo depois da extincção das ordens, e é hoje propriedade particular. Corta-a o rio Chaqueda, ou Alcoa, que a rega dividido em dois braços.

XIV

O mosteiro de Alcobaça foi mandado conservar por um decreto da Sr.ª D. Maria II, como monumento historico. Porém o governo apenas se limitou a impedir que progredisse a destruição por mãos dos homens, principiada em larga escala, quando pela invasão franceza de 1810 lhe lançaram fogo á ala de léste da fachada principal, que ardeu toda excepto as quatro janellas contiguas ao frontispicio da igreja. Para o salvar das injurias do tempo, e dos estragos do desamparo, nada ou quasi nada se fez até ha pouco. Durante uma grande trovoada em 1881 cahiu um raio, em uma das torres da igreja causando-lhe bastantes estragos.

Felizmente o governo, annuindo ás patrioticas representações, e vivas instancias do incançavel presidente da Real Associação dos architectos civis e archeologos portuguezes, o sr. Joaquim Possidonio Narciso da Silva, acaba de ordenar que parta para Alcobaça um partido de operarios da repartição das obras publicas, para se occupar alli das reparações necessarias á conservação d'aquelle venerando monumento.

Está pois travada a roda da decadencia, que ameaçava reduzir em breves

Sala da bibliotheca, no mosteiro de Alcobaça

annos a um montão de ruinas esse padrão de tão honradas memorias, esse livro de marmore, onde cada geração, no decurso de sete seculos, escreveu uma pagina da sua historia ou desenhou alguma feição dos seus costumes, ou gravou algum passo dos seus progressos. O paiz verá portanto restaurado, embora lentamente, o grandioso edificio de Alcobaça.

Pois que se vae cuidar da restauração do monumento affonsino, que representa as lides gloriosas dos nossos antepassados no engrandecimento e illustração da patria, não deviam pensar os poderes publicos em dar ao grandioso edificio um destino condigno ao seu merecimento historico e artistico? E que destino lhe quadraria melhor, que o estabelecimento do *Albergue dos Invalidos do Trabalho?*

Por ora, em quanto escaceassem os meios, iria anninhar-se em um cantinho do edificio, como nos tempos primitivos do cenobio alli se anninhou o espirito religioso travado em intimo abraço com o amor do trabalho. Depois á maneira que lhe fossem acudindo recursos, estender-se-hia pouco a pouco por aquelles longos dormitorios, até os occupar inteiramente.

Assim havia de succeder, e succederá certamente, logo que os portuguezes, mais illustrados e moralisados, comprehenderem a alta significação d'esse instituto de caridade. Em um seculo em que a industria tem operado tantas maravilhas, tão prodigiosas invenções que promettem transformar completamente a face da terra, levando a civilisação ás mais extremas e reconditas regiões, o *Albergue dos Invalidos do Trabalho* deverá ser, sem dúvida, a primeira instituição caridosa d'esse seculo, e dos que se lhe seguirem em quanto tiverem por divisa e por norte o progresso humanitario. Será a primeira na elevação da idéa e na grandeza do vulto.

E qual outra instituição de caridade lhe disputará competencias ante o throno do Creador, que impoz ao homem, expulsando-o do paraizo, o trabalho como castigo do seu primeiro peccado, e como crisol em que se lhe purificasse a alma? Qual se lhe avantajará aos olhos do Salvador, que assim glorificou o trabalho com a palavra e com o exemplo?

Se um dia se estabelecesse no mosteiro de Alcobaça, o asylo dos invalidos do trabalho, ficaria o monumento salvo da ruina que póde ameaçal-o, ainda depois de restaurado, á falta de moradores; pagava-se uma divida de honra aos que tanto honraram a patria nos tempos passados, e aproveitava-se como verdadeira riqueza publica o que por inutil e despovoado virá a converter-se, mais cedo ou mais tarde, em um montão de pedras quasi sem valor.

E assim teriamos plantado no coração do paiz o melhor estimulo á actividade dos portuguezes e o maior incentivo aos futuros progressos de Portugal.

SÉ PRIMAZ DE BRAGA

I

Alguns traços da historia de Braga

CATHEDRAL, que se ennobrece com o titulo de primaz das Hespanhas, é um dos maiores e mais antigos templos de Portugal.

Florescente municipio dos romanos, e, depois da destruição do imperio dos Cesares, côrte dos reis suevos, a cidade de Braga é uma das mais celebradas povoações, não só da Lusitania, mas tambem da peninsula iberica. É tal a sua antiguidade, que o primeiro imperador romano achou-a digna, pela sua importancia, de lhe dar o seu nome, accrescentando-o ao que ella tinha, de tempos muito anteriores.

Assim honrada com o nome de *Braccara Augusta* não tardou muito a receber outra honra ainda maior, acolhendo dentro de seus muros o apostolo S. Thiago Maior, que ahi levou a luz do evangelho, constituindo-a séde de uma diocese, e deixando-lhe por seu primeiro bispo a S. Pedro de Rates.

Sob o governo, pois, d'este prelado foi fundada, no principio do christianismo, a primeira cathedral bracharense.

Passados quasi quatro seculos, derrubado o imperio romano pelos povos septentrionaes, as suas provincias serviram para os vencedores de despojos da victoria. Braga, tomada e retomada, passou do poder de uns para outros senhores, padecendo n'essas passagens da sanha brutal dos invasores, que não se fartavam de exercer nos monumentos a sua implacavel vingança contra tudo quanto lhe recordava o poderio de Roma, e as vexações recebidas dos romanos em longa serie de annos.

Ainda não eram bem decorridos mais tres seculos, quando uma nova invasão de barbaros reduziu a um montão de ruinas a cidade de Braga, então sob o dominio dos reis godos. D'esta vez foram os arabes, vindos d'Africa, que avassalaram a Hespanha e a Lusitania.

Braga resurgiu outra vez, mas não do tumulo onde os sarracenos a sepultaram. A nova cidade foi sentar-se em logar um tanto mais elevado, e a pouca distancia do assento da *Braccara Augusta*. Os vestigios de um amphitheatro, os restos de aqueductos e de outros edificios grandes, encontrados em diversas epochas, em resultado de escavações casuaes, e que ainda se observavam e avultavam no meiado do seculo passado, conforme o testemunho de graves auctores, que os viram, provam sobejamente, que a cidade romana se erguia no sitio, onde hoje vemos a igreja parochial de S. Pedro de Maximinos e nos terrenos em derredor.

II

O primitivo templo da sé

Sendo *Braccara Augusta* uma cidade fortificada ao tempo, que o apostolo S. Thiago n'ella prégou a lei de Christo, deve-se suppor com muita plausibilidade, que a sua primitiva sé fôra fundada dentro dos seus muros. O seu primeiro prelado, S. Pedro de Rates, foi martyrisado no anno 44 do nascimento de Christo.

Por conseguinte, baseia-se na mesma plausivel conjectura a supposição de que o actual edificio da cathedral de Braga foi edificado depois da mudança da cidade para o sitio em que se acha.

Em que epocha se realisou essa mudança? Quem foram os fundadores da nova cidade e da nova sé? São mysterios que se occultam na escuridão dos tempos. As opiniões emittidas pelos archeologos a esse respeito, não passam de simples conjecturas.

Pondo de parte essas opiniões controversas, e faltas de fundamento, direi que as noticias mais antigas e positivas, que tenho achado, relativamente ao edificio da sé de Braga, são do seculo XI. Consta de documentos authenticos, que esta cathedral fôra reedificada pelo conde D. Henrique de Borgonha e sua mulher, a rainha D. Thereza, nos fins d'aquelle seculo.

Não dizem, porém, os documentos se a reedificação foi geral ou parcial. N'esses tempos de costumes singelos, mas rudes, de devoção civica, e de crenças vivas, mas de desamor ás letras, não se cuidava de archivar os factos historicos, senão quando algum interesse particular, material ou espiritual, os fazia consignar em escripturas publicas. D'est'arte estes documentos, então felizmente muito usados, vieram a ser para nós as fontes genuinas, onde se podem encontrar a data e o motivo de uma fundação, e o nome do fundador, n'essas éras remotas.

Julgo, todavia, que não restam vestigios das obras do conde e da rainha D. Thereza, a não serem, talvez, as paredes exteriores do cruzeiro, e as da capella da Annunciação, ou S. Thomaz, onde foram enterrados aquelles soberanos logo depois da sua morte. Se existem outros vestigios, serão lanços de parede sem feições caracteristicas.

A provincia do Minho possue diversos monumentos, embora de pequena fabrica, que foram erigidos pelos referidos principes, e que não obstante as transformações por que tem passado, ainda conservam intactas algumas feições primitivas. Vendo, observando e comparando com minucioso exame todas aquellas feições, as quaes apresentam um typo uniforme de arte, concebe-se uma idéa, sem dúvida muito approximada, da architectura usada n'aquella epocha em Portugal. Não vi na sé de Braga, apezar de algumas investigações, feição alguma architectonica, que podesse attribuir ao seculo XI, ou XII.

Não sei quanto tempo durou a igreja do conde D. Henrique de Borgonha; nem se foi reconstruida por ameaçar ruina, ou com o fim de lhe darem mais largueza. Porém o que se póde ajuizar, á vista das partes do edificio, que mostram exteriormente maior antiguidade em suas feições architectonicas, é que a porta travéssa parece ser obra do seculo XIV, e o vestibulo e a capella-mór pertencem ao principio do seculo XVI. Não é preciso recorrer aos documentos, que existem, para se saber a epocha da reconstrucção e o nome do reedificador d'estas partes importantes do templo. O seu estilo gothico florido revela com exactidão a epocha. Porém ainda para maior clareza, o brazão d'armas, que se vê sobre a porta principal da igreja, e no lado exterior da capella-mór, dizem que o reedificador foi o arcebispo D. Diogo de Sousa, elevado da cadeira episcopal do Porto á metropolitana de Braga no principio do seculo XVI, e fallecido n'esta cidade em 1532.

Na frontaria da igreja, na parte superior ao vestibulo está estampado o gosto pesado e triste que presidiu, em geral, á architectura portugueza no seculo XVIII. Reedificou-a o arcebispo primaz D. José de Bragança, filho legitimado d'el-rei D. Pedro II. Como timbre da regia fundação, lá avulta sobre as duas janellas, resaltando muito da parede, um immenso escudo das armas reaes.

O interior do templo foi por tal modo desfigurado, por aquella occasião, segundo creio, com estuques, pinturas e doiraduras, que será empreza difficil senão impossivel, adivinhar-lhe a edade. Todavia, apesar da mascara moderna com que lhe occultaram todas as suas feições antigas, póde-se crer que é de construcção muito anterior ao seculo XVI. Se não ha noticia positiva, que lhe assignale a data da fundação, comtudo é fóra de dúvida que é obra da mesma epocha da capella-mór, que o arcebispo D. Diogo de Sousa mandou demolir para fazer a actual, que conta mais de tres seculos e meio.

Percorrendo-se as differentes officinas da sé, o claustro com as suas capel-

las, e ainda outras contidas no ambito d'este vasto edificio, vêem-se muitos vestigios de fabrica antiquissima de differentes edades da monarchia portugueza. Os limites, que tracei a este meu trabalho, não permittem que entre n'essas particularidades archeologicas, fastidiosas para a maioria dos leitores. Direi apenas, que na sachristia, no claustro, e nas referidas capellas observa-se variedade de estilos d'architectura, ora separados, e mostrando uniformidade, ora reunidos e misturados, e offerecendo á vista o repugnante aspecto de remendos modernos de mau gosto ao lado de specimens de arte antiga, a par de lavores de fórma esbelta, ou de graciosos e delicados desenhos.

III

Frontaria do templo

Levanta-se a cathedral bracharense no centro da cidade, que, por ser quasi toda plana, deixa sobresahir e realçar por cima da sua compacta casaria o vulto grandioso d'este monumento, representante de tantas éras, e venerado por tantas gerações.

A sua frontaria deitava até ha poucos annos, para um largo muito acanhado, do meio do qual se prolongava uma rua estreita, e guarnecida de predios de mesquinha construcção. Graças, porém, a um grande melhoramento municipal, que custou dispendiosas expropriações, o largo e as casas que o limitavam, formando a tal rua, desappareceram, e no seu logar em frente da sé, abre-se presentemente uma rua extensa e com toda a largueza do antigo terreiro e orlada de bons predios.

A frontaria da igreja tem 37 metros d'altura, desde o pavimento da rua até á cruz archiepiscopal das torres.

O vestibulo resalta muito do frontispicio do templo, de modo que, sobre a sua abobada de laçaria de pedra, estende-se um espaçoso terrado, cercado de grades de ferro. Dão entrada para o vestibulo tres porticos, dois ogivaes, e o do meio de volta redonda. São tres arcos formados por delgadas columnas, e guarnecidos de rendas delicadas. Tem portas de ferro, alli postas provavelmente no seculo passado, a julgar pelo seu feitio pesado e desengraçado. Da mesma epocha é a balaustrada de pedra, que corre pela frente, junto ao envasamento do vestibulo, bem como as duas fontes, que brotam dos gigantes que dividem os tres arcos.

Adorna-se o vestibulo, na parte superior, com sete estatuas de santos,

Sé de Braga

uma sobre o arco central, e seis mettidas em nichos, a que fazem corôa formosos baldaquinos rendilhados.

O resto da fachada não tem ornamentos, que mereçam menção, se se exceptuar a estatua da Virgem Maria, que se acha collocada em um nicho d'architectura moderna entre as duas torres.

IV

Interior do templo: corpo da igreja e cruzeiro

Quem atravessar pela primeira vez o gothico vestibulo, e transpozer a porta do templo, formada por delgadas columnas com seus capiteis ornados de fantasiosos arabescos, e servindo de apoio a elegantes arcos ogivaes, mal póde imaginar que vae entrar em uma igreja do seculo passado.

Os desassisados reformadores por tal modo usaram das modernices, que não ficou parte alguma do corpo da igreja e do cruzeiro, que podesse dar testemunho da antiguidade do monumento. Rasgando os arcos, que dividem o templo em tres naves, trocaram-lhes a fórma ogival pela de volta redonda. Rebocaram com estuque as columnas de pedra, que os sustentam, despojando-as de suas esbeltas proporções. Empastaram e doiraram os capiteis, cobrindo-lhes os lavores, de variada invenção, com a folhagem e volutas da ordem corynthia. Outro tanto fizeram nas tribunas, que vão correndo sobre as arcadas das naves como extensas galerias, sustentadas e decoradas por grande numero de pequenas columnas. Revestiram as capellas das naves lateraes com obra de madeira pintada e doirada, mas sem a graça e belleza, que destinguem as obras de talha dos tres seculos anteriores. Adornaram os intervallos das mesmas capellas com as estatuas colossaes dos apostolos, feitas de madeira, pintadas de branco e envernisadas a imitar o marmore, e collocadas sobre peanhas, que resaltam das paredes.

Emfim, abriram grandes janellas para que o templo ficasse mais alegre, e caiaram-lhe bem as paredes para que mais augmentassem os reflexos da luz.

Não sei que bellezas perdeu o templo n'esta transformação, e em outras por que tem passado. Posso dizer, porém, affoitamente que em taes reconstrucções não foi consultado o bom gosto, nem a arte tem n'ellas de que se honrar.

Todavia, da impressão desagradavel, que o viajante recebe ao transpôr a porta do templo, tem uma certa compensação, vendo logo á entrada, do lado direito, um objecto d'arte de muita curiosidade e riqueza. É o tumulo do infante D. Affonso, filho d'el-rei D. João I e da rainha D. Filippa de Lencastre, o qual, parecendo destinado pela ordem do nascimento a succeder no throno ao illustre chefe da dynastia d'Aviz, falleceu na cidade de Braga aos 10 annos de edade.

Como monumento artistico é unico no seu genero em Portugal, por ser todo de bronze. A esta circumstancia tão valiosa reune a da sumptuosidade da obra e formosura do desenho.

Como monumento historico, se não bastasse para se lhe dar apreço, guardar as cinzas de um principe filho do iniciador das nossas emprezas d'além mar, era sufficiente recommendação ser mandado de Bruxellas, em testemunho d'amor fraternal, por uma princeza dotada de tantas virtudes e discrição, como foi a infanta D. Isabel, filha dos soberanos acima nomeados, e mulher de Filippe III o Bom, duque de Borgonha e conde de Flandres.

A estatua do infante, de tamanho natural, está deitada sobre a tampa, repoisando a cabeça em almofadas. Ainda ha pouco viam-se aos lados da cabeceira, as figuras de dois anjos, postos de joelhos, como em oração. A caixa, em fórma de elegante urna, e ornamentada com emblemas, brazões d'armas, silvados e arabescos, em relevo, descançava sobre leões. Cobre todo o mausoleu um docel, ou baldaquino lavrado com variadas esculpturas, erguido a bastante altura por quatro columnas, cobertas de diversidade de lavores, tudo igualmente de bronze.

O mausoleu e o baldaquino são resguardados por uma grade de ferro, que os circumda. Pois não impediu que se commettesse n'este monumento uma profanação de incrivel selvageria. Em 1881, durante alguns trabalhos de reparação e limpeza, que se fizeram no interior da igreja, um operario teve o arrojo de roubar os dois anjos, que oravam junto da cabeça do infante, os pés e as mãos da estatua do mesmo principe, e as cabeças dos leões, em cujos corpos descança o mausoleu.

Quando se deu pelo roubo estava o tumulo despojado de todas aquellas partes importantes da sua esculptura. As pesquizas da policia apenas poderam descobrir na officina de um caldeireiro um dos anjos, mas já completamente amassado e prompto para entrar na fundição. As outras peças tinham sido derretidas. Os barbaros auctores do attentado foram presos, e creio que ainda jazem na cadeia de Braga.

No lado opposto ao tumulo, á esquerda de quem entra no templo, e perto do seu portal, está chamando a attenção outro padrão d'arte antiga, mas de genero bem differente, symbolisando, este a vida e aquelle a morte, como dois marcos levantados no principio e no fim do caminho que o christão

Pia baptismal da sé de Braga

tem a percorrer no mundo, parecem estar mostrando aos que entram no templo, quanto é curto o espaço que medeia entre o berço e a sepultura.

Os leitores já sabem que esse padrão d'arte antiga é a pia baptismal. Não é um primor d'arte, por que não permitte a qualidade da pedra, que é granito, perfeição nem delicadeza de lavores. Mas é uma obra de muita belleza e merecimento pela invenção do desenho, pela elegancia do todo, pela graça e variedade dos relevos, e pelo sentido symbolico de alguns d'elles.

Na base figurou o artista os perigos, que a infancia corre antes de receber as aguas do baptismo, ornando-a com quatro grupos em alto relevo, representando leões a devorar crianças. Mais acima, a meia altura do pé, que é oitavado, collocou sentados sobre oito peanhas outros tantos recemnascidos, um em cada oitavado, mostrando subir com anciedade em procura de refugio e salvação. No amplo bojo da bacia, tambem de fórma oitavada, ideou, póde-se dizer, as festas e alegrias do baptismo; pois que esculpiu por toda ella tenros infantes a brincar cheios de alegria, e engrinaldando-se.

Acha-se muito bem conservada esta linda pia. Não tenho certeza da epocha em que foi feita. Julgo, porém, e com bom fundamento, que a mandou fazer o arcebispo D. Diogo de Sousa nos principios do seculo XVI.

O côro sobre a porta principal é espaçoso e muito rico, mas não é bello. A profusão e accumulação das doiraduras e das pinturas, e o mau estilo da esculptura das cadeiras, sobrecarregadas de molduragens, e faltas d'aquelles graciosos desenhos e delicados lavores com que se immortalisou no templo de Nossa Senhora de Belem o nome do insigne esculptor Diogo Carta, dizem claramente que essa obra foi feita na epocha, em que o Brazil nos enriquecia e materialisava com o seu oiro.

Junto do côro estão dois grandes orgãos, fazendo um admiravel adorno a essa parte do corpo da igreja. Não os ha melhores, nem mais grandiosos em qualquer outra sé do reino. Não serei exagerado, abrangendo n'esta affirmativa os mais templos do nosso paiz.

Elevam-se aquelles orgãos a tão grande altura, que, principiando a uns tres a quatro metros acima do pavimento da igreja, foi mister para os accommodar fazer-lhes uma cupula mais alta que o tecto do templo. São ornamentados com uma infinidade de figuras de anjos, e de estatuas de santos de todos os tamanhos, de grinaldas, festões, etc. E por singular anomalia, de que nos deixaram muitos exemplos os architectos e os esculptores do seculo XVI, repoisa cada um d'estes orgãos sobre um satyro e uma sereia.

Estes orgãos e o côro vistos do meio da igreja offerecem uma formosa perspectiva.

O corpo da igreja tem oito capellas nas duas naves lateraes, e o cruzeiro conta seis, duas nas extremidades, e as outras collateraes da capella-mór.

Em uma d'estas capellas, do lado da epistola, admira-se um frontal, que

Tumulo do conde D. Henrique, na sé de Braga

é uma obra d'arte de muito merecimento e belleza. Representa todo o frontal, em quadro allegorico de esculptura em madeira, o triumpho da religião christã, e a condemnação dos herejes. As figuras são em alto relevo, e pintadas a cores e oiro. O frontal é resguardado por outro movel.

Sobre o cruzeiro levanta-se a cupula, que pela parte exterior tem a fórma de uma torre quadrangular, com sua janella como espelho em cada face, e rematando em telhado pyramidal.

V

Capella-mór

A capella-mór corresponde em capacidade á grandeza do templo, mas excede-o muito na elegancia e belleza da architectura, por que se tem conservado tal qual a reedificou desde os alicerces o arcebispo D. Diogo de Sousa.

Exteriormente é ornamentada com profusão e opulencia. As tres grandes janellas, que se abrem nas suas tres fachadas; os seis gigantes, que a fortalecem, decorados com columnas, nichos, corucheos e outros ornatos; a corôa com que se adorna, composta de cercaduras floreadas, de graciosas rendas, de brincadas pyramides, e de emplumados corucheos, formam um todo de lindissimo effeito. Além das referidas decorações, ainda alli avultam escudos com brazões d'armas do arcebispo fundador, e uma estatua de Nossa Senhora mettida em nicho, com peanha e baldaquino rendilhados.

Na parte superior do edificio, logo por baixo da renda que o guarnece e remata, veem-se varias biqueiras, que resaltam bastante das paredes. O architecto, seguindo os preceitos do estilo gothico-florido, que exigia a maior variedade possivel na ornamentação dos edificios, deu ás biqueiras fórmas de diversos animaes, e, por singular extravagancia, representou uma sob a figura de um homem nu, collocado em uma posição grotesca, e impropria d'aquelle logar. N'aquella epocha eram muito vulgares similhantes anomalias. Na torre dos sinos da collegiada de Nossa Senhora da Oliveira em Guimarães existe uma biqueira exactamente igual áquella.

Não eram só os esculptores em pedra, que assim misturavam o sagrado com o profano, e ás vezes com grande escandalo da religião. Os ourives commettiam muitas d'estas profanações, adornando com figuras da fabula os vasos sagrados, como se vê na magnifica e formosa custodia da citada collegiada.

Tumulo da rainha D. Theresa, na sé de Braga

No interior da capella-mór ha a notar, relativamente á sua construcção, a abobada, bem artesoada, com os florões de variado lavor; e o retabulo em pedra, muito para ver e admirar. Este retabulo foi obra de esculptores biscainhos, que o arcebispo D. Diogo de Sousa mandou vir para esse fim. Dizem que muitos d'elles, depois de acabada a obra, ficaram na cidade, e ahi construiram casas para viver em uma rua, a que deram o nome, e que ainda ao presente se denomina *rua dos Biscainhos*.

No altar-mór está a imagem de vulto de Nossa Senhora da Assumpção, a quem a cathedral é dedicada, assim como todas as sés do reino, desde o tempo, e por determinação d'el-rei D. João I, que tambem por este modo commemorou a victoria d'Aljubarrota, ganha no dia em que a Igreja celebra a festa da Assumpção.

Não obstante serem decorridos perto de cinco seculos depois de se pôr em execução aquella ordem regia, a santa imagem é invocada mais commummente pelo povo com o titulo, que anteriormente tinha de Nossa Senhora da Abbadia, consagrado pela devoção de muitas gerações.

Aos lados do altar-mór acham-se os mausoleus do conde D. Henrique de Borgonha, e de sua mulher a rainha D. Theresa.

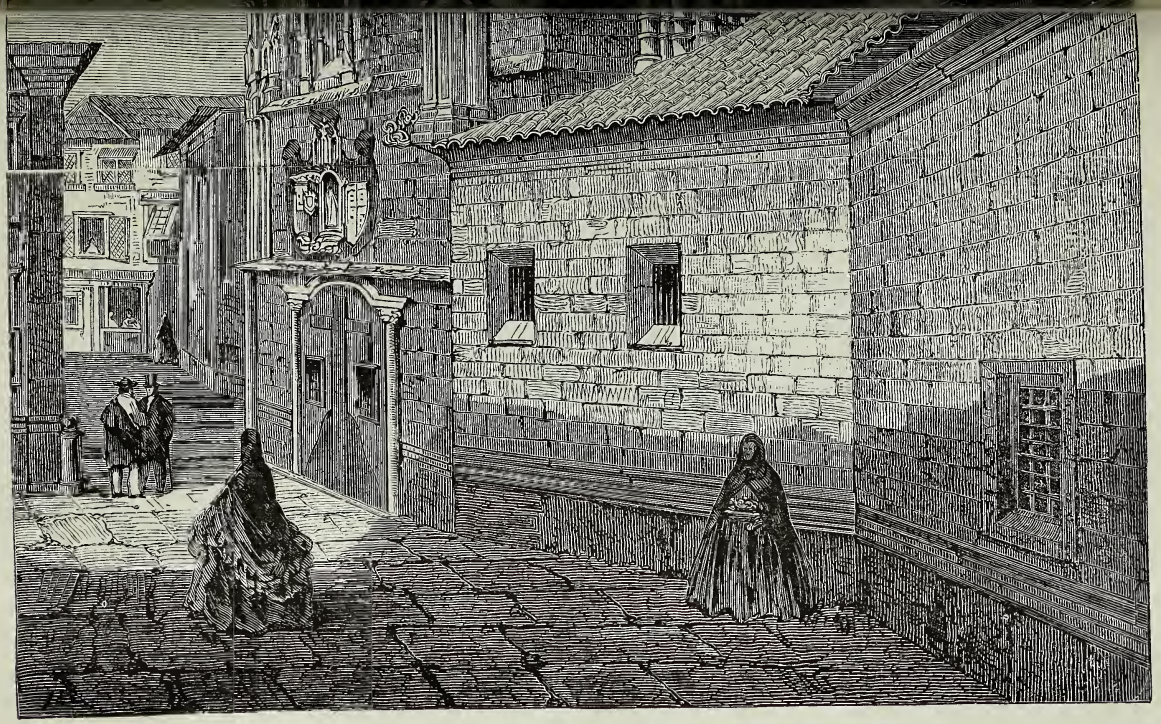
Em quanto o feudalismo procurava, em toda a Europa, perpetuar o seu orgulho e vaidade além da morte na grandeza e magnificencia dos tumulos, uma simples loisa cobria, de ordinario, em o nosso paiz, os restos mortaes dos que em vida tinham sido grandes e poderosos. Modestos e singelos em quanto vivos, só ambicionavam na morte repouso eterno para a alma, e sepultura humilde para o corpo. Até aquelles que se sentiram aguilhoados pela ambição e pelo orgulho, buscavam na hora derradeira apagar a memoria de seus peccados sob a humildade de uma pobre campa.

O conde D. Henrique de Borgonha e a rainha D. Thereza, já illustres por sua regia ascendencia, e illustrissimos como tronco glorioso, d'onde brotaram tantos reis, principes e princezas, que honraram o solio portuguez, e que brilharam sobre os mais esplendidos thronos da Europa, tiveram por unico abrigo na estancia da morte duas toscas lages de granito, e por epitaphio alguns caracteres mal gravados, indicando estarem alli enterrados os paes do primeiro rei de Portugal.

N'essa epocha remota da nossa historia não eram permittidos os enterramentos nas igrejas. Sepultavam-se os mortos nas collinas, nos campos, e á beira dos caminhos. Era esta uma pratica dos romanos que o christianismo acceitou.

Começou a modificar-se este costume, permittindo-se ás pessoas mais qualificadas sepulturas proximo das igrejas. O adro dos templos tornou-se então o logar mais honorifico para os enterramentos.

No da sé de Braga foram sepultados os dois referidos soberanos. El-rei



Exterior da capella-mór da sé de Braga

D. Affonso Henriques, e seu filho, el-rei D. Sancho I, tiveram tambem a sua primeira sepultura no adro da igreja do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. O adro (galilé) da igreja do mosteiro benedictino de Pombeiro encheu-se de sepulturas e tumulos da principal nobreza do reino.

Alargando-se successivamente estas concessões, começou o uso, para a nobreza, dos sepulchros embebidos nas paredes dos templos, ou mettidos debaixo de arcos abertos no grosso das ditas paredes, mas sem communicação com a igreja. D'este uso ainda se vêem vestigios por todo o nosso paiz.

Correndo o seculo XIII, foram permittidos os enterramentos nas capellas dos claustros; e logo trataram de trasladar os corpos dos soberanos acima nomeados para capellas dos claustros da sé de Braga e do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, onde jazeram em tumulos de madeira até ao seculo XVI, em que foram novamente trasladados para as igrejas e recolhidos em mausoleus de pedra. Os enterramentos no interior dos templos datam do fim do seculo XIII, mas então sómente permittido a soberanos, principes e padroeiros.

Os primeiros tumulos, que se construiram dentro das igrejas, eram de grande simplicidade, como se póde ver nos de D. Affonso II e D. Affonso III, e das rainhas D. Urraca e D. Beatriz, no cruzeiro da igreja de Santa Maria de Alcobaça.

No seculo XIV é que principiou a introduzir-se o luxo na construcção dos mausoleus. Até então não passavam de uma arca de pedra, inteiramente lisa, ou adornada de ligeiras esculpturas, e quando muito com uma estatua grosseiramente esculpida sobre a tampa. Os primeiros mausoleus que se construiram em o nosso paiz mais grandiosos por suas proporções, e mais ricos d'arte, foram, segundo creio, o d'el-rei D. Diniz, em Odivellas, o da rainha Santa Isabel, que está no côro debaixo da igreja de Santa Clara, de Coimbra, e o do arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira, que se ergue no meio da igreja da Misericordia Velha, contigua á cathedral bracharense. E depois d'estes, no mesmo seculo XIV, os de D. Pedro I e de D. Ignez de Castro na igreja de Alcobaça; e o d'el-rei D. Fernando I no côro da igreja do convento de S. Francisco, em Santarem.

No seculo seguinte ainda mais se apuraram as artes na sumptuosidade dos tumulos, do que dão testemunho os da capella do fundador, na igreja da Batalha, de D. Pedro de Menezes, conde de Vianna, e 1.º governador de Ceuta, na igreja de Nossa Senhora da Graça, em Santarem, e o que foi erigido em memoria de seu filho, D. Duarte de Menezes, conde de Vianna, na igreja de S. Francisco de Santarem.[1]

Entrado o seculo XVI ainda mais se ostentou a magnificencia sepulchral e a

[1] Este mausoleu acha-se actualmente no Museu Archeologico do Carmo.

florescencia das artes na construcção dos mausoleus dos reis D. Affonso Henriques e D. Sancho I, na capella-mór da igreja de Santa Cruz de Coimbra.

Vê-se n'este abreviadissimo quadro, como no decurso de tres a quatro seculos a simplicidade dos costumes se foi corrompendo pelo luxo, e como a humildade christã degenerou na vaidade pagã.

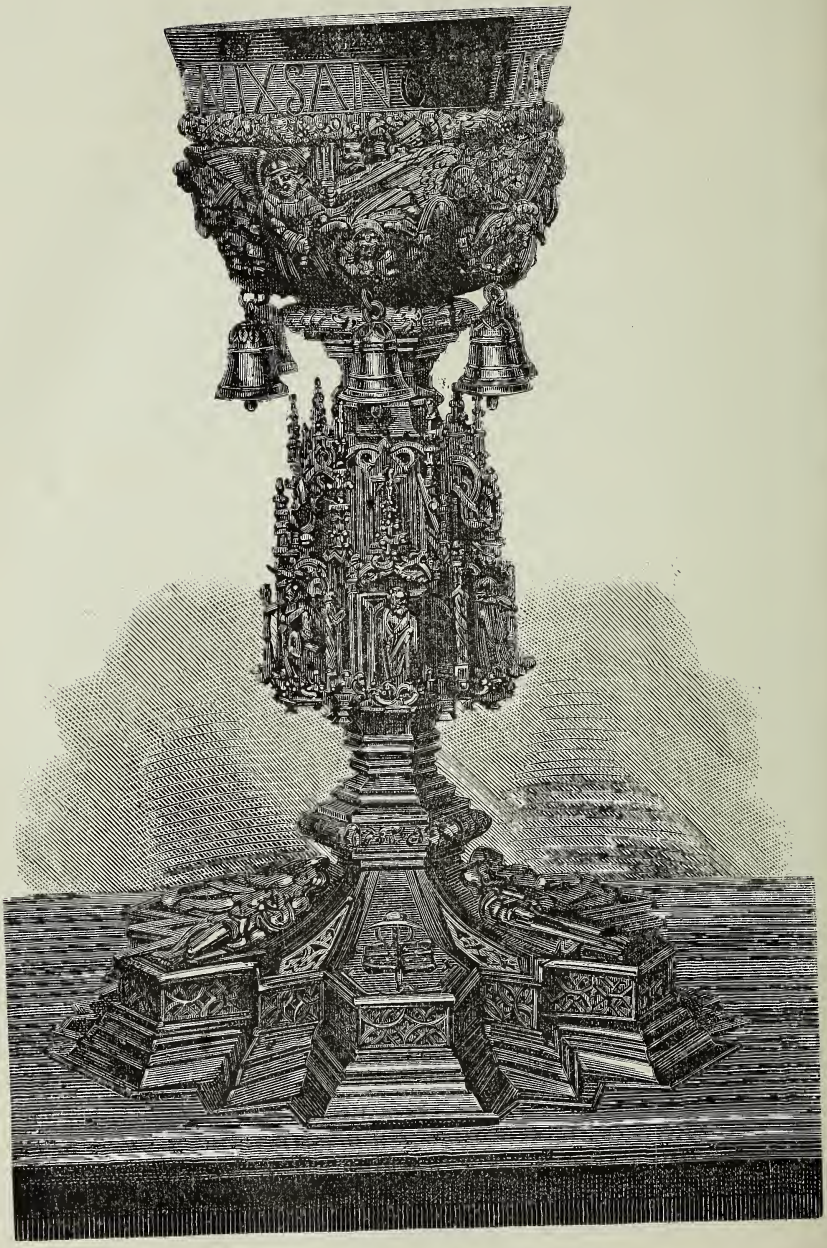
Porém, estas considerações estão em completo desaccordo com os dois funebres monumentos, que nol-as suscitaram. Erguidos em honra de dois personagens tão importantes na historia portugueza; fabricados na epocha a que melhor quadra o titulo de *edade de oiro de Portugal*, seculo que se distingue entre nós pelo desenvolvimento e prosperidade do commercio, pela florescencia das artes, e pela grandeza e riqueza das edificações; mandados fazer pelo arcebispo D. Diogo de Sousa, que deixou bem assignalada a sua munificencia e alteza d'animo na reedificação da capella-mór e do vestibulo da sé, e em outras obras, com que aformoseou a cidade; aquelles tumulos desdizem das cinzas que encerram, da epocha que os viu levantar, e do prelado que os mandou construir.

São de granito, e acanhados nas suas proporções, pois que pouco mais têem de um metro d'altura, e obra de metro e meio de comprimento. As estatuas são pequenas, e a esculptura grosseira. A qualidade da pedra não consentia ao cinzel grande perfeição. A estatua do conde está vestida d'armas brancas, e acha-se mutilada. A da rainha, trajada de tunica e manto, e com a fronte cingida por uma corôa real, está menos destruida.

No epitaphio do conde cahiu o arcebispo em grande erro (o que se póde ver na gravura a pag. 276) chamando-lhe filho do rei da Hungria. Foi um erro bebido na chronica de Duarte Galvão, a qual appareceu á luz por aquelle tempo. O conde D. Henrique de Borgonha, era neto de Roberto I duque de Borgonha, bisneto de Roberto II, o Devoto, rei de França, e terceiro neto de Hugo Capeto, rei do mesmo paiz, e chefe da dynastia, que do seu nome se denominou Capeta.

Parece que nasceu o conde D. Henrique no anno de 1035. Passando a militar na Hespanha contra os moiros, obteve de D. Affonso VI, rei de Leão e de Castella, como recompensa de serviços, a mão de sua filha, D. Theresa, com o condado de Portugal por dote. Não se sabe ao certo o anno em que entrou a governar este paiz. Dividem-se as opiniões pelos annos de 1094 a 1096. Falleceu na cidade de Astorga no 1.º de novembro de 1112, d'onde foi logo conduzido para a sé de Braga, em observancia da recommendação que fizera á hora da morte.

Não obstante o que dizem os nossos chronistas, que, como se sabe, não eram dados a investigações archeologicas, deve-se crer que os restos mortaes do conde D. Henrique fôssem enterrados junto do edificio da sé, segundo a pratica geralmente seguida e ao deante trasladados para a capella de Nossa



Calix de D. Diogo de Sousa, da sé de Braga

Senhora da Annunciação, no claustro, onde estiveram em tumulos de madeira até á sua transferencia para a capella-mór da mesma sé.

D. Theresa que em conformidade com os usos do seu tempo, tomára o titulo de rainha, como filha de rei, falleceu em 1 de novembro de 1130, e e teve sepultura ao lado de seu esposo, passando depois pelas mesmas trasladações. Realisou-se a ultima em 1513, porém os ossos dos dois soberanos foram lançados no tumulo destinado para o conde D. Henrique. Não sei a razão d'isto, mas supponho que seria por não estar ainda acabado o mausoleu da rainha D. Theresa, e o arcebispo D. Diogo de Sousa ter pressa, por qualquer motivo, de fazer a trasladação, contando proceder á separação e mudança dos restos mortaes da rainha.

Entretanto o que é fóra de dúvida é que, movendo-se questão em 1598 ácerca do logar, onde jazia D. Theresa, visto achar-se vazio o tumulo, que para ella fôra construido na capella-mór, D. fr. Agostinho de Castro, então arcebispo de Braga, mandou abrir o sepulchro do conde D. Henrique, assistindo a este acto com os seus conegos, e outras pessoas convidadas, e n'elle se encontraram os ossos dos dois esposos, envoltos em damasco amarello. Separados os da rainha por varios cirurgiões para esse fim convocados, foram depositados no outro tumulo. Celebrou-se esta ceremonia no dia 28 de novembro do referido anno de 1598.

Estão collocados os tumulos aos lados do altar-mór: o do conde D. Henrique da parte do evangelho, e o da rainha D. Theresa da parte da epistola. Mas é tão apertado o logar, que não obstante a pequenez dos monumentos, foi mister, para alli se accommodarem, cavar um pouco as paredes lateraes da capella-mór. Acham-se occultos ambos os tumulos debaixo de duas credencias.

VI

Sachristia e thesouro

Tem esta cathedral uma grande sachristia, reedificação do arcebispo D. João de Sousa, no fim do seculo XVII, com duas capellas bem ornadas, em correspondencia uma da outra, e guarnecida de gavetões de boa madeira, com variados feitios e ferragens doiradas de caprichosos desenhos. Nas paredes, por cima dos gavetões, correm duas prateleiras, cheias de meios corpos de santos com reliquias, e de talhas de porcelana da India, em que se guardam tambem reliquias santas, tudo disposto com symetria.

Era a sé bracharense uma das mais ricas cathedraes do nosso paiz em

vasos sagrados e alfaias. Não havia arcebispo primaz que não tivesse empregado alguma parte dos seus avultadissimos rendimentos em objectos preciosos para o culto divino.

Infelizmente foi despojada de quasi todo o seu thesouro durante as invasões e guerras do principio d'este seculo. Na invasão franceza de 1809 o exercito do commando do marechal Soult, duque de Dalmacia, levou d'esta igreja alguns carros carregados de peças de prata.

D'entre os objectos, que mãos pias e zelosas occultaram a tempo, salvando-os da rapacidade nomearei os mais notaveis, que me occorrem á memoria:

Calix de prata doirada, 0^{m},11 de altura. A copa é ornamentada com diversidade de lavores, animaes, folhagens, fitas, etc. O lavor do pé é singelo e grosseiro. Na base, sem enfeites, lê-se a seguinte inscripção em caracteres gothicos primordiaes: *In nne Dni Menendus Gundisaluis et Tuda domna sum.* É obra do seculo XII. É denominado *calix de S. Giraldo*, por ser tradição que se servia d'elle para dizer missa aquelle santo, que foi arcebispo de Braga, e que baptisou a D. Affonso Henriques.

Baculo de Santo Ovidio, bispo de Braga. É de cobre doirado, com 0^{m},24 d'altura. A crossa representa uma serpente com a cabeça atravessada pela cruz. O seu feitio indica ser trabalho do seculo XII. Entretanto dizem que foi achado na sepultura de Santo Ovidio, que foi o 3.° prelado de Braga.

Baculo de Santo Ovidio, da Sé de Braga

Calix de prata doirada, com patena; altura 0^{m},33. A copa é adornada, na parte superior, com seis figuras de anjos, empunhando os emblemas da paixão; e na parte inferior com outros seis anjos sustentando outros tantos tintinabulos. O nó é formado de arcarias gothicas, com as estatuas de seis apostolos mettidas em nichos, e cobertas por baldaquinos rendilhados. A base é dividida em doze gomos, seis maiores e seis menores. Em cinco d'aquelles estão cinco apostolos, em figuras de meio re-

levo; e no sexto o escudo d'armas do arcebispo D. Diogo de Sousa, que o mandou fazer, e a data de 1509. Os gomos menores são decoradas com esmaltes. Na borda exterior da copa tem a seguinte inscripção: *Hic est calix sanguinis mei novi et eter.* Adornam a patena, na face superior a imagem de S. João Baptista, tendo em volta a letra: *Dó vobis pacem, relinco vo pacem meam;* na face inferior o cordeiro. Estas figuras de esmalte.

Quadro de prata branca e doirada, tendo de altura 0^{m},34 e de largura 0^{m},27. Representa em esculptura gravada a buril, Jesus Christo crucificado, tendo junto da cruz a Virgem Maria e S. João Evangelista; e em outro plano a cidade de Jerusalem. Em volta do quadro, e junto á moldura, que tambem é de prata, tem uma cercadura, igualmente gravada e doirada, tendo na parte inferior o brazão d'armas do arcebispo D. Diogo de Sousa, e a inscripção: *Didacvs de Sousa Archiepvs Primas*, 1527. As costas do quadro são forradas de agatha.

Cofre de marfim, hispano-arabe, de fórma cylindrica, e com 0^{m},19 de altura, e 0^{m},10 de diametro. A tampa é convexa com os fechos de cobre doirado. É todo lavrado com variedade de lavores em baixo relevo e vasados, representando figuras humanas, aves e outros animaes, arcos de volta de ferradura, fitas entrelaçadas, etc. Tem uma inscripção arabe, que, segundo a interpretação do fallecido escriptor Augusto Soromenho, quer dizer: «*Em nome de Deos, a benção, a prosperidade e a fortuna para o Hadjeb Seifo-d-daula por esta obra que mandou fazer por mãos de... seu eunuco elamerita*». Por estar lascada a tampa não se póde ler o nome do artista.

Conforme a opinião do mesmo escriptor, o arabe que mandou fazer o cofre era ministro de Kischem II, kalifa de Cordova, e deveria ter sido feito entre os annos do nascimento de Christo de 1004 e 1008.

É um precioso exemplar da arte arabe na Andaluzia.

Estatua de Nossa Senhora com o Menino Jesus, de prata branca, tendo de altura 0^{m},28, e incluindo a corôa e a peanha, tudo de prata, 0^{m},48. Os rostos da Virgem e do Menino tem encarnação. O manto e vestido de Nossa Senhora são inteiramente cobertos de silvados e florinhas gravadas a buril. Na parte posterior da peanha lê-se a seguinte legenda: *Dom Ignacio Deã Primaz e Manuel Pereira de Mello mandaram fazer esta Senhora sendo Juizes. No anno de* 1653.

Um paramento completo para pontifical, bordado a oiro e matiz, em alto relevo, representando os lavores imagens dos apostolos, aves, flores, folhagem, conchas, estrellas, fitas entrelaçadas, etc. Os olhos das flores eram formados por variadas pedras preciosas, que desappareceram, restando os engastes. As mesmas flores e folhagens eram guarnecidas de contas de coral das quaes ainda conserva bastantes. Este preciosissimo paramento, obra dos fins do seculo XV, foi dado á sé de Braga nos principios do seculo seguinte por el-rei D. Manuel.

Paramento de pontifical, de setim carmesim bordado a oiro.

Paramento de pontifical, de damasco branco e veludo carmesim, bordado a oiro, prata e troçal. Este paramento pertenceu ao extincto mosteiro de Tibaes, cabeça da ordem dos monges de S. Bento.

Cofre de marfim, hispano-arabe, da sé de Braga

Paramento de pontifical vermelho, de tissú de oiro, bordado a oiro com diversidade de desenhos. Todas as vestimentas tem o brazão do doador, que é o escudo das armas reaes portuguezas, encimado pelo chapéo archiepiscopal, bordados a oiro e a sedas de côres respectivas ao mesmo brazão. Foi mandado fazer a França, no seculo passado, pelo arcebispo primaz, D. Gaspar de Bragança, filho legitimado d'el-rei D. João v.

VII

Claustro

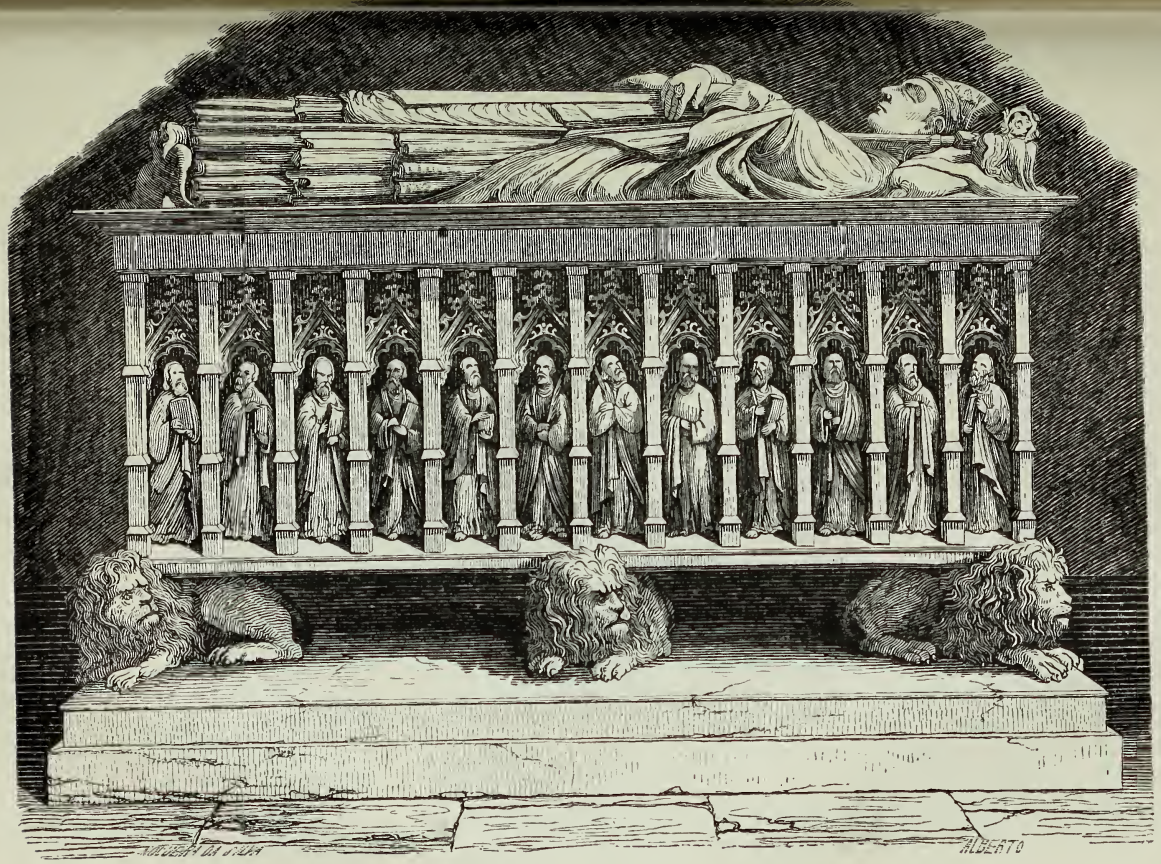
Não encerra coisa alguma digna de menção aos olhos da arte. Tem quatro capellas: de Nossa Senhora da Graça, de Santa Luzia, de Santa Catharina e de Nossa Senhora da Annunciação. N'esta capella estiveram por largos annos, como acima disse, em tumulos de madeira, o conde D. Henrique de Borgonha, e a rainha D. Theresa; e n'ella se acha o tumulo do arcebispo D. Lourenço Vicente, que se assignalou na batalha d'Aljubarrota, combatendo valorosamente com a espada na mão ao lado do mestre d'Aviz e do condestavel D. Nuno Alvares Pereira.

Jazeu este arcebispo em um mausoleu de pedra, no meio da referida capella, até ao anno de 1663, no qual, pretendendo a irmandade de S. Thomaz mudal-o para dentro de um arco aberto na grossura da parede lateral da mesma capella, foi achado o corpo do prelado inteiro, e tão bem conservado, e assim tambem as suas vestes pontificaes, que, depois de feitos os exames, lavrados os autos e justificações na presença das auctoridades e mais pessoas competentes, resolveram trasladal-o para um sepulchro de madeira, com um vidro na tampa, a fim de ficar exposto á veneração dos fieis. Assim o vi a primeira vez que fui a Braga, em 1845; e tal era o estado de conservação em que se achava, que parecia o corpo de uma pessoa fallecida na vespera. Porém ha poucos annos, com o fim de o preservarem da corrupção que começava, segundo creio, a manifestar-se, unctaram-lhe o rosto e mãos com um verniz ou preparação, que em breve lh'as deixou completamente negras.

Assim desfigurado voltou o arcebispo para o seu antigo tumulo de pedra.

Junto ao claustro está a capella de Jesus, que, por ter servido de Misericordia, antes da confraria d'esta invocação ter igreja propria, é commumente chamada Misericordia Velha. N'ella tinham o seu jazigo os conegos da cathedral bracharense. Aqui repousa o arcebispo D. Diogo de Sousa, do qual acima me occupei, em um grande mausoleu de pedra, que esteve primitivamente no meio da capella, e que ao diante foi mudado para debaixo de um arco, aberto na parede do lado do evangelho. O mausoleu é muito singelo, e a unica obra d'arte, que o adorna, é a estatua do prelado, trajada de vestes pontificaes, deitada sobre a tampa. O tumulo foi mandado fazer pelo proprio arcebispo.

Segue a esta capella o antigo cemiterio da sé, com altares de uma e ou-



Tumulo do arcebispo D. Gonçalo Pereira, na sé de Braga

tra parte, servindo-lhe de capella-mór, outr'ora da invocação de S. Nicolau, á capella de S. Giraldo arcebispo de Braga. No altar d'esta capella venera-se o corpo d'este santo prelado, e no pavimento da mesma está a campa de um carneiro, onde jazem os arcebispos D. Diogo da Silva, D. Manuel de Sousa e D. Rodrigo de Moura Telles. Foi este ultimo, que mandou fazer o carneiro, e para este fim foram desfeitos os tumulos dos outros dois prelados, os quaes eram de pedra com as suas estatuas deitadas sobre a tampa.

E os seus ossos foram mettidos em caixões de pinho, grosseiramente fabricados, e depositados no carneiro.

Em sepultura, no mesmo pavimento, descança o arcebispo D. Fernando da Guerra, neto do infante D. João, e bisneto d'el-rei D. Pedro I e de D. Ignez de Castro.

Embebido na parede da referida capella, do lado da epistola, está um tumulo de pedra, agora occulto com azulejos, onde jaz D. Martim de Freitas, o leal e valoroso alcaide-mór do castello de Coimbra, que, na deposição d'el-rei D. Sancho II, deu aquelle nobre exemplo de fidelidade, que a historia registou honrosamente em seus archivos. Em quanto soube que era vivo, embora vencido, e depois exilado, o monarcha de que recebera o castello, defendeu-o corajosamente contra as tropas do infante D. Affonso, conde de Bolonha, chamado a succeder no governo do reino a seu desditoso irmão; e quando lhe notificaram a morte d'el-rei D. Sancho II, foi verifical-a á cathedral de Toledo, e fazendo abrir o caixão mortuario, depositou nas mãos regeladas do augusto cadaver as chaves do castello, tomando-as em seguida para as entregar com a fortaleza ao conde de Bolonha, já então acclamado rei de Portugal com o nome de D. Affonso III.

VIII

Capella de Nossa Senhora dos Anjos e o tumulo do arcebispo D. Gonçalo Pereira

Junto d'esta capella, para o lado do norte, está uma grande capella, a que melhor quadraria o titulo de igreja, com tres altares, tendo no do centro a imagem de Nossa Senhora dos Anjos, a quem é dedicada. Foi edificada para seu jazigo por D. Gonçalo Pereira, que, sendo bispo de Lisboa, foi elevado á cadeira primacial de Braga no anno de 1326. No meio, pois, d'esta capella ergue-se o mausoleu do fundador.

D. fr. Bartholomeu dos Martyres

O mausoleu do arcebispo D. Gonçalo Pereira é de granito, e assenta sobre seis leões, repoisados em cima de um sócco de dois degraus, cercado com grades de ferro. A caixa do tumulo é toda guarnecida de nichos com figuras de meio relevo. Treze pilares dividem cada uma das faces lateraes em doze nichos, de estilo gothico, e com floreados baldaquinos. N'estes vinte e quatro nichos, e nos da cabeceira e pés, estão as imagens da Virgem, dos apostolos, dos evangelistas e de outros santos. Sobre a tampa está deitada a estatua do venerando prelado vestida em habitos pontificaes, com mitra e baculo. É maior que o natural, e de bom desenho. No friso da caixa está gravada a inscripção antiga, hoje occulta por um friso de madeira, onde reproduziram, em pintura, o epitaphio, que encobriram, mudando-lhe apenas as palavras referentes ao nome de quem alli mandou pôr a inscripção, e a éra em que foi posta.

Na *Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa*, escripta pelo arcebispo d'esta diocese D. Rodrigo da Cunha, e impressa em Lisboa no anno de 1642, vem a antiga inscripção, na fórma seguinte: *Aqui jaz o arcebispo Dom Gonçalo Pereira, avó do condestavel de Portugal Nuno Alvares Pereira, do qual procede o Emperador Carlos V, e em todos os reinos de christãos de Europa, ou os Reys, ou as Rainhas delles ou ambos. E este letreiro se pós em Março de* 1537, *sendo administrador de sua capella Dom Carlos deão desta sé.* Na actual inscripção, pintada em madeira, foram substituidas estas ultimas linhas pelas seguintes palavras: *Reformada pelo Deão Administrador D. Luiz no anno de* 1789.

O arcebispo D. Gonçalo Pereira era filho do conde D. Gonçalo Pereira e de D. Urraca Vasques, e foi creado no paço d'el-rei D. Diniz. Frequentando a universidade de Salamanca, onde se formou, teve n'essa cidade, de uma dama nobre chamada D. Theresa Pires, um filho, que ao diante reconheceu, chamado D. Alvaro Gonçalves Pereira, que foi pae do condestavel D. Nuno Alvares Pereira. D. Brites Pereira, filha e herdeira do condestavel casou com D. Affonso, conde de Ourem, e 1.º duque de Bragança, filho legitimado d'el-rei D. João I. D'este consorcio nasceu, entre outros filhos, D. Isabel que casou com seu tio, o infante D. João, filho do referido monarcha. D'este infante D. João e de sua mulher D. Isabel nasceu outra D. Isabel, que foi rainha de Castella, pelo seu casamento com D. João II, rei de Castella e Leão. Estes soberanos foram paes de D. Henrique IV e de D. Isabel, que succedeu a seu irmão no throno de Castella e Leão, e que, desposando D. Fernando V, rei de Aragão, uniu toda a Hespanha debaixo do mesmo sceptro. A D. Isabel, denominada Catholica, e a Fernando d'Aragão succedeu no throno, sua filha D. Joanna, a Louca, estando casada com Filippe o Formoso, archiduque d'Austria, que tomou o nome de D. Filippe I na serie dos reis d'Hespanha. Foi filho e successor d'estes monarchas D. Carlos I, como rei d'Hespanha, e V

D. fr. Caetano Brandão

como imperador d'Allemanha; succedendo n'esta corôa a seu avô, o imperador Maximiliano I.

Portanto o condestavel D. Nuno Alvares Pereira é 3.º avô da rainha Isabel a Catholica, e 5.º avô do imperador Carlos V.

Mencionei algumas capellas, além das da igreja, mas não todas quantas se acham incluidas no vasto edificio da cathedral bracharense. Algumas têem a capacidade de igrejas, e estão situadas em tal distancia umas das outras, que deram motivo para o auctor da *Chorographia Portugueza* dizer, que a sé de Braga «é de tanta grandeza, que ha dentro d'ella sete coros, em que se resam as horas canonicas em voz alta, sem estorvarem uns aos outros».

Sendo ponto de dûvida, se esta cathedral fôra ou não sagrada em tempos antigos, resolveu sagral-a o arcebispo D. Agostinho de Jesus, o que effeituou com muita solemnidade no dia 28 de julho de 1592. Por essa occasião foram depositados sob a ara do altar-mór muitas reliquias de Jesus Christo, de Nossa Senhora, dos apostolos e de outros santos.

IX

Prelados bracharenses

Honra-se esta cathedral de contar em o numero dos seus arcebispos varios santos, um papa, quatro principes, um dos quaes cingiu a fronte com a corôa de rei, quatro cardeaes, e muitos prelados que deram lustre a Portugal com a sua sabedoria, e credito ao episcopado com as suas virtudes.

Dá a Igreja o culto de santos a vinte e dois prelados, que presidiram á diocese bracharense. D'estes veneram-se nas differentes capellas da sé os corpos de S. Pedro de Rates, de Santo Ovidio, de S. Martinho de Dume, e de S. Giraldo.

Chamava-se Pedro Julião, ou Julianes, e era filho de Lisboa, o arcebispo de Braga, que cingiu a tiara com o nome de João XXI, correndo o anno de 1276.

Os quatro principes, que empunharam o baculo primacial, são: o cardeal infante D. Henrique, filho d'el-rei D. Manuel, e que succedeu no throno a seu sobrinho, el-rei D. Sebastião; D. Duarte, filho bastardo, reconhecido, d'el-rei D. João III; D. José e D. Gaspar, filhos legitimados, aquelle d'el-rei D. Pedro II, e este de el-rei D. João V.

Os quatros cardeaes chamavam-se: D. Jorge da Costa; o dito infante D. Henrique; D. Verissimo de Lencastre, inquisidor geral; e D. Pedro Paulo, no reinado da Senhora D. Maria II.

Além dos arcebispos santos, d'entre os prelados que mais abrilhantaram o solio archiepiscopal de Braga com as luzes da sua sabedoria, e com o explendor e uncção das suas virtudes evangelicas, nomearei D. João Peculiar, D. Pedro Julião, D. Jorge da Costa, D. Diogo de Sousa, D. frei Balthazar Limpo, D. frei Bartholomeu dos Martyres, D. frei Aleixo de Menezes, D. Rodrigo da Cunha, e D. frei Caetano Brandão.

Deixei de fallar dos concilios bracharenses, porque alguns são assumpto de controversia, e pontos muito duvidosos da historia ecclesiastica de Braga; e além d'isso porque é materia que interessa a um numero limitadissimo de leitores. Pelas mesmas razões me abstive de mencionar as numerosas confrarias estabelecidas n'aquella sé, e as imagens e reliquias santas, que se veneram em seus altares e na sachristia.

Os curiosos, que desejarem noticias a esse respeito podem consultar as seguintes obras: *Monarchia Luzitana; As Antiguidades* de Gaspar Estaço; a *Historia Ecclesiastica de Braga* pelo arcebispo D. Rodrigo da Cunha; o *Agiologio Luzitano*, do padre Jorge Cardoso; as *Memorias do arcebispado de Braga*, por D. Jeronymo Contador d'Argote; a *Chorographia Portugueza*, do padre Carvalho da Costa; o *Diccionario Geographico*, do padre Luiz Cardoso, etc.

O MOSTEIRO DE SANTO THIRSO

I

O Minho é a mais bella provincia de Portugal, e é sem dúvida formosa entre os mais formosos paizes do globo. Alli a natureza parece rir-se sempre, e sempre trajar de gala. Serras alcantiladas; penedos musgosos; prados de perenne verdura; arvores seculares e gigantescas; bosques frondosissimos; mil fontes de purissimas aguas; rios caudalosos, de margens vicejantes, e variadas; todas estas bellezas naturaes, harmonisando-se em formosura, ou contrastando para maior realce dos quadros, compõem por toda a provincia variadissimos paineis, qual mais bello e magestoso nos grandes traços, qual mais mimoso e loução no colorido, e mais cheio de vida e de graça.

A situação do mosteiro de Santo Thirso é uma das mais encantadoras e pittorescas paisagens da provincia do Minho.

A estrada, que da cidade do Porto conduz para Santo Thirso, é já de per si um passeio delicioso.

É tão espaçosa e alindada, guarnecem-a tantas e tão copadas arvores, e corre por entre campos tão bem cultivados e viçosos, que facilmente se tomará pela rua de uma quinta de regalo.

Ouve-se a cada passo o sussurro das levadas ou dos ribeiros, correndo ao lado, ou a pouca distancia da estrada, que vae cortando numerosas azinhagas, caminhos rusticos e agrestes, mas adornados com as pompas da natureza.

Tolda-os quasi sempre um manto de matizada verdura. Aqui abraçam-se as arvores, que os orlam, formando-lhes abobada de verdores. Alli trepam e enlaçam-se as videiras nos carvalhos e castanheiros, para logo cairem em vistosos festões, ou em formosas grinaldas se prenderem nas arvores fronteiras. Mais além passa por baixo de longos parreiraes, como os que vemos nas quintas, deixando hortas a um lado, e campos de milho a outro. Aqui encontra-se uma preza d'agua cristalina, onde se espelham as floridas

sebes, que servem de muro a esses caminhos. Alli vê-se um arroio, serpeando mansamente sobre alcatifa de relva, ou saltando com doce murmurio sobre seixinhos multicores. Agora é uma fonte humilde, que de um combro verdejante entorna aljofres sobre as florinhas do prado. Logo é uma levada arrogante, que sussurra em seu curso apressado, sangue e vida d'aquelles campos d'esmeraldas.

Depois entra-se na villa de Santo Thirso, que está sentada em logar um pouco elevado, mas cercada d'arvoredo tão compacto, que lhe rouba todas as vistas d'entorno. A estrada, depois de atravessar a povoação pelo meio, desce logo para a margem direita do rio Ave, onde uma ponte a communica com a margem opposta. Ao descer para o rio transforma-se a estrada em uma copada alameda, deixando á direita, nas faldas d'esse pequeno outeiro, o antiquissimo convento de Santo Thirso.

A ponte é graciosa, e bem construida. Como sentinellas d'honra levantam-se á entrada e á sahida annosos e gigantescos cyprestes.

Gosa-se no centro d'esta ponte de uma perspectiva maravilhosa. O que os olhos d'ali relanceam, para qualquer lado que se voltem, parece na vegetação um quadro dos tropicos, nas aguas um painel da Suissa, no conjuncto d'amenidade e bellezas uma vista das mais selectas da Italia; e na pureza do céo é Portugal, que a nenhum outro paiz inveja este dote.

Se os olhos do viajante se alongam rio acima, vê frondosos bosques de carvalhos e castanheiros, descendo pelas encostas de pouco elevadas montanhas até ao rio, e deixando-lhes calvas as cumiadas, que, tendo por corôa rochedos descommunaes, projectam-se contra o roixo-azul de longiquas serras. Vê o Ave, que alternadamente se mostra e se esconde em mil voltas, e mil fórmas. Umas vezes brinca com a ramagem dos salgueiros, que ora o beijam, ora lhe fogem; outras vezes como que arrufado com a margem verdejante, affasta-se d'ella interpondo as suas alvissimas areias.

Se o espectador se volta para o lado opposto, tem diante de si outro panorama mais bello, mais pittoresco e variado. Na margem esquerda alternam-se os prados com as florestas. Na direita avultam os ponteagudos campanarios, e os compridos dormitorios do antigo mosteiro benedictino, erguendo-se garbosamente do meio das arvores e parreiraes da cerca.

A seus pés tem o Ave, porém já com differente aspecto. Aqui fórma vistosa cataracta, saltando por cima d'alto degrau de rocha, que lhe toma todo o alveo n'um simicirculo. É um bello espectaculo ver como elle debruça sobre o unido rochedo, de um metro d'altura, o assetinado volume de suas limpidas aguas.

Depois, já repoisado da queda, divaga mansamente em mais amplo leito, retratando na lisa e transparente superficie o mosteiro, a ponte e os bosques das duas margens. E um pouco além, agita-se e sobresalta-se, ao receber

em seu seio uma grossa levada, que, depois de fazer trabalhar uma azenha do mosteiro, se precipita da cerca para o rio por entre fragas e troncos com estrondoso sussurro.

Emfim, as florestas e o mosteiro, o rio e a ponte, cascata e a azenha, tudo alli se acha collocado como o pintor ou o poeta desejariam dispol-os no mais ingenhoso quadro de imaginação.

II

O mosteiro de Santo Thirso deve aos visigodos a sua primeira fundação. Não archivou a historia a data em que se effeituou este successo. Consta porém de uma escriptura de doação que se guardava no seu cartorio, que no anno de 770 da éra de Christo já existia, habitado por monges benedictinos.

Caber-lhe-hia a honra de ter por fundador a S. Martinho, bispo de Dume, ou S. Fructuoso, arcebispo de Braga, como pretendem alguns escriptores?

Se assim foi, gastou o tempo, ou cobriu de pó, os documentos, com que se auctorisa esta opinião. Todavia póde conjecturar-se rasoavelmente, que a fundação do mosteiro é anterior á invasão dos arabes; pois não é crivel, que nos primeiros tempos de um dominio estranho, que procurava assentar e formar o seu poder na perseguição e no terror, os christãos se lembrassem de realisar um acontecimento d'aquella ordem.

Combinando diversos juizos com as tradições populares, na falta de noticias positivas, será forçoso recorrer ás conjecturas.

Anniquilada nos campos do Guadalete a monarchia dos visigodos, no anno 712, as hordas sarracenas arremeçaram-se sobre toda a Peninsula com o impeto das vagas, que enfurecidas pela tempestade, rompem os diques, e alagam a terra, levando diante de si a destruição e a morte.

Impellidos os vencedores pelo espirito de conquista, pela ignorancia da epocha, e por aquella ferocidade, que distinguia a raça africana, em quanto a suavidade do clima iberico lhe não adoçou os costumes, fundaram o imperio arabe na Peninsula sobre as ruinas das suas cidades, sobre os cadaveres de uma grande parte dos seus filhos. Levados do odio do islamismo contra a fé christã, por toda a parte profanavam os altares, faziam pedaços as imagens, espalhavam pela terra as reliquias dos santos, apoderavam-se dos vasos sagrados, e derrubavam ou reduziam a cinzas os templos e casas de oração.

Poucos edificios religiosos escaparam á torrente devastadora; e esses salvaram-se convertendo-se em mesquitas, ou constituindo-se como um feudo onerado com grandes tributos. Parece que não se contou entre esses poucos

o mosteiro de Santo Thirso; mas é provavel, que passado algum tempo depois da sua destruição o reedificassem os monges com consentimento dos moiros, mediante alguma contribuição.

Não gosaram os sarracenos por tempo algum da posse pacifica da sua conquista. D. Pelaio, que havia salvado as reliquias do exercito dos visigodos nas asperas serranias das Asturias, d'ahi deu começo áquelle duelo de morte contra os oppressores do seu paiz, que só veiu a ter fim passados sete seculos, quando a cidade de Granada se rendeu ás armas christãs, depondo aos pés de Isabel de Castella e de Fernando de Aragão a corôa do ultimo rei moiro da Peninsula.

O principe D. Pelaio fundou no valle de Covadonga a monarchia das Asturias. Os seus successores, alargando-a á ponta da espada pelos reinos de Leão e d'Oviedo, foram pouco a pouco disputando aos arabes as terras de Portugal.

N'esta lucta porfiosa tornou a ser destruido o mosteiro de Santo Thirso. D'esta vez, como se a Providencia quizesse impôr á raça agarena uma expiação pelas devastações, que exerceu n'este mosteiro, deveu este a sua restauração ao filho de uma moira.

Recordam-se os leitores d'aquella engraçada lenda de *Miragaya*, contada em versos tão lindos pelo nosso grande poeta Garrett? Lembram-se d'aquelles amores tão apaixonados do rei D. Ramiro II de Leão com Zahara, *a flor da belleza*, irmã do moiro Alboazar, alcaide ou regulo do castello de Gaya? Pois foi o filho d'esses amores illicitos, D. Alboazar Ramires, quem fez surgir das suas ruinas o mosteiro de Santo Thirso, pelos annos de 967, mais vasto e grandioso do que fôra antes.

Não se limitou D. Alboazar a reedifical-o com a magnificencia, que os tempos permittiam. Dotou-o tambem generosamente com ricas alfaias, e rendosas quintas. E os seus descendentes, alguns dos quaes n'elle jazem, enriqueceram-o ainda mais com muitas doações importantes de terrenos e senhorios.

No archivo do mosteiro guardavam-se escripturas das doações de D. Alboazar Ramires, ao qual a *Chronica Benedictina* nomeia com o titulo de infante. Estes documentos, provando a existencia d'este personagem, demonstram ao mesmo tempo, que a lenda de *Miragaya* não é inteiramente uma invenção poetica, tal como a julgam alguns dos nossos escriptores, antes pelo contrario tem um fundo de verdade, pois que Alboazar é palavra arabe, e era o nome do alcaide moiro do castello de Gaya em tempo de D. Ramiro II rei de Leão; e Ramires é sobrenome patronimico, que quer dizer filho de Ramiro. Creio, portanto, que o mencionado rapto é um facto historico, apenas adornado com algumas ficções romanticas pela poesia dos tempos cavalleirosos.

Logo em seguida áquella reedificação passou a ser mosteiro duplex, isto é, habitado por frades e freiras, que viviam inteiramente separados, só com

a igreja commum. Não tenho achado noticia de quando deixou de ser duplex; sabe-se, porém, que ainda o era no anno de 1220.

Tambem não consta os annos que durou o mosteiro de D. Alboazar. Entretanto, nos primeiros tempos da monarchia portugueza procedeu-se a uma grande reconstrucção, que, se não foi geral, abrangeu pelo menos a maior parte do edificio. Depois d'esta fizeram-se outras parciaes em diversas epochas, até que a ordem intentou e levou a cabo, nos seculos XVII e XVIII, uma reedificação tão completa, que apenas ficou o claustro da fabrica antiga.

III

A frontaria da igreja deita para um espaçoso largo, ornado no centro com um esbelto cruzeiro de marmore côr de rosa. O templo e a portaria occupam um dos lados da praça. O outro é guarnecido pelo edificio das hospedarias do mosteiro, com a sua frente apalaçada. Pelo terceiro prolonga-se o muro, que sustenta a estrada. O quarto lado abre-se sobre esta, e serve de entrada, sendo adornado com uma fonte de pedra, onde avulta o brazão d'armas dos filhos de S. Bento.

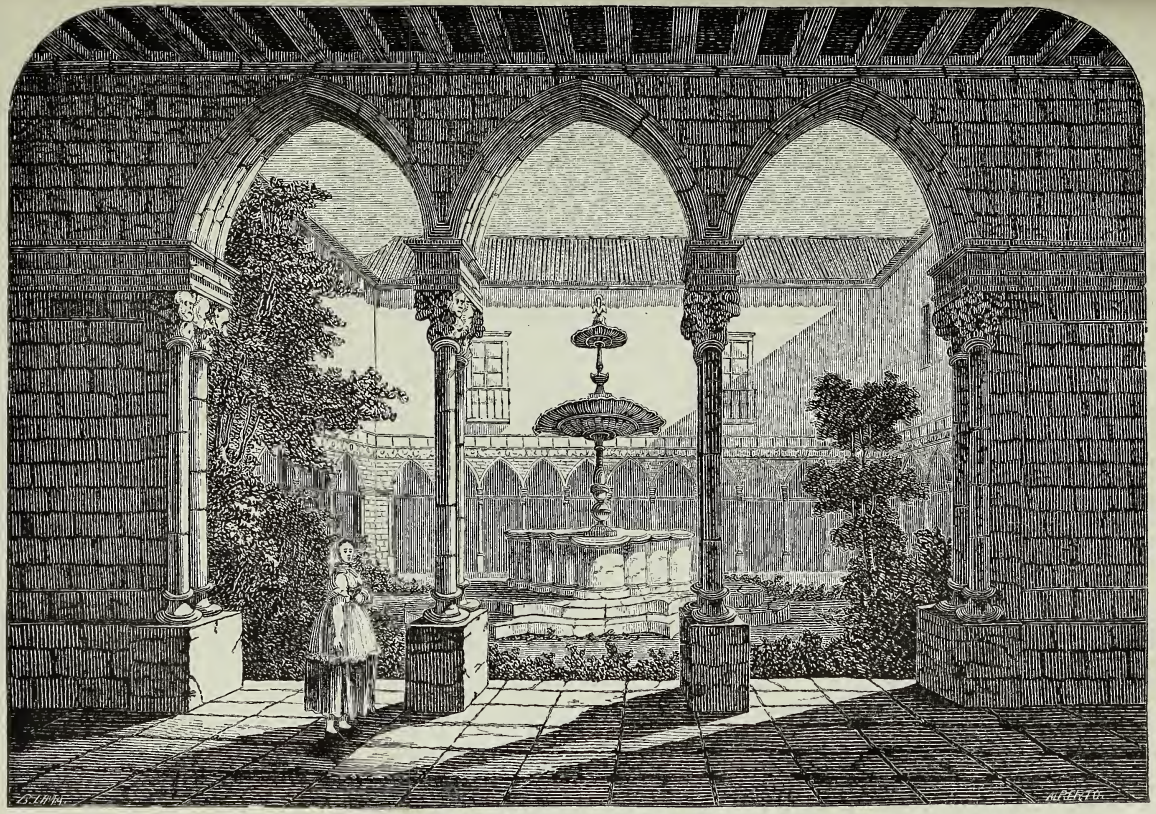
Chorões, cyprestes, e outras arvores, orlam a estrada e o largo, e cobrem a fonte.

A igreja é grandiosa unicamente pelas suas vastas proporções, e solidez da construcção. Quanto á arte bastará dizer que foi reedificada desde os alicerces no seculo XVII, para se ajuizar da sua architectura desengraçada e pesada. Os aggravos e males da oppressão estrangeira, e as tristezas e desalento da nação n'essa quadra de duras provações retrataram-se bem ao vivo em todas as edificações d'essa epocha.

Jazem n'este templo muitas pessoas illustres pela nobreza do sangue, e por seus feitos gloriosos. Os seus nomes formariam largo catalogo. Nomearei apenas dois: D. Sueiro Mendes da Maia, o Bom, descendente de D. Alboazar Ramires, o qual obrou singulares proezas na batalha de Campo d'Ourique, e falleceu no anno de 1176; e D. Martim Gil de Sousa, conde de Barcellos, alferes-mór d'el-rei D. Diniz, e mordomo-mór de D. Affonso IV.

O claustro, que se vê representado na gravura junta, é a parte mais antiga do edificio, e direi até que afóra as sepulturas, é a unica, se me não falha a memoria, que revela a remota origem do mosteiro.

Tem este claustro uns vinte e cinco metros de comprimento, e pouco mais de vinte e tres de largura. Os quatro lanços são abertos em arcos, sustentados por duplas columnas, em numero de 122, cujos capiteis mostram em



Claustro de Santo Thirso

grosseiro relevo cabeças de moiros, arpias, leões, silvados, arabescos, e outros ornatos, de sorte que não se encontram dois iguaes. O centro do claustro é occupado por um jardim, a que faz singular adorno uma elegante fonte de pedra toda coberta de engraçados relevos.

A fonte é obra do seculo XVIII; e a galeria superior do claustro pertence á reedificação geral do mosteiro, começada no seculo XVII. Quanto á galeria inferior, difficilmente se poderá assignalar a epocha da sua fundação. Na falta absoluta de noticias, e no meio das difficuldades quasi insuperaveis, que encontra a cada passo, quem pretende fazer um estudo conscencioso sobre a historia da architectura em o nosso paiz, será preciso advinhal-a, como se decifra um enigma. Todavia, comparando esta obra com outras do mesmo genero, que tenho visto tambem na provincia do Minho, e que se attribuem com bom fundamento ao seculo XII, dever-se-ha attribuir ao claustro de Santo Thirso uma data posterior. O claustro do antiquissimo mosteiro S. Torcato, proximo de Guimarães, construcção do seculo XII, tem as suas arcadas sustentadas por columnas duplas, como o de Santo Thirso; porém, comparado com este mostra um tal atraso nos preceitos de construcção, e no lavrado da pedra, que deixa presumir, que medeou talvez um seculo entre as duas fundações. Parece-me, pois, que não andarei muito desviado da verdade, dizendo que os quatro lanços da galeria inferior do claustro de Santo Thirso é tudo quanto resta da terceira reedificação do mosteiro, nos fins do seculo XIII. Os lavores dos capiteis das columnas revelam tambem a antiguidade d'este claustro, que é sem dúvida um dos mais bellos exemplares, se não o melhor, d'este genero de monumentos, que o nosso paiz ainda possue, de uma éra tão affastada da nossa.

Acha-se este claustro em bom estado de conservação, principalmente a obra antiga.

Pela extincção das ordens religiosas em 1834, vendeu-se o mosteiro com a cerca contigua, exceptuando a igreja, na qual se conserva o culto divino, e o corpo do edificio das hospedarias, que faz frente ao adro, e que se destinou para as audiencias do juiz de direito, e administração do concelho.

Quando se andou reedificando a igreja, pelos annos de 1650, demolindo-se uma parede, achou-se um sepulchro romano de pedra, ainda inteiro, e com as cinzas dentro. Tinha esculpidas as aguias imperiaes, e por baixo d'estas a seguinte inscripção; *L. Valerius Silvanus Miles Leg IV Vixit Viriato;* que quer dizer: Aqui jaz Lucio Valerio Silvano, soldado da 6.ª legião, que venceu a Viriato. Como todos sabem, foi Viriato aquelle celebre capitão lusitano, que tão cara fez pagar aos romanos a posse da sua patria.

IGREJA DE SANTA MARIA

DE

LEÇA DO BALIO

I

Uns sete kilometros do Porto, caminho de Braga, e a pouca distancia da estrada que põe em communicação estas duas cidades, avulta o gothico templo de Santa Maria de Leça do Balio.

Edificado em terreno baixo, que o rio Leça rega e fertilisa, e assombrado de basto e frondoso arvoredo, este monumento de antigas éras ergue-se com venerando aspecto, meio religioso, meio guerreiro, d'entre massiços de verdores, que constituem uma paisagem verdadeiramente risonha e encantadora.

Igreja de um mosteiro mais velho que a monarchia, mal deixa distinguir a sua origem atravez da escuridão dos tempos. Todavia se faltam noticias positivas ácerca da sua fundação, sabe-se que a fabrica primitiva já existia nos fins do seculo x, compondo-se então de um pequeno templo e de um mosteiro benedictino duples, de frades e freiras, com a invocação de S. Salvador. Consta isto de differentes escripturas antigas, bem como que no anno de 986 eram padroeiros do mosteiro Fructesindo Osoredis e sua mulher D. Unisco Mendes.

Da leitura dos referidos documentos colhe-se por conjectura, que a fundação do mosteiro de S. Salvador se realisaria pelos annos de 900 a 904, e que o fundador fôra alguns dos ascendentes de Fructesindo ou de D. Unisco.

Nos fins do seculo xi, sendo abbade do mosteiro D. Guntino, foi reedificada a igreja, por se achar em muita ruina, devida mais á mesquinhez da construcção, que á sua antiguidade. Por este tempo, achando-se a mitra de Coimbra mui falta de rendimentos, tanto para sustentação do bispo, como dos conegos, fez-se-lhe doação do mosteiro de Vaccariça com todas as suas rendas e pertenças. N'esta doação ia incluido o mosteiro de S. Salvador de Leça, porque alguns annos antes tinha sido doado pelos seus padroeiros ao abbade de Vaccariça.

Distrahida d'est'arte a parte principal dos rendimentos do mosteiro de S. Salvador para a sé de Coimbra, foi faltando o necessario para o sustento dos monges e freiras, de modo que em pouco tempo ficou deserto o convento. Depois, accrescendo novas rendas, provenientes de legados de varios bemfeitores, foi novamente habitado pelas duas communidades religiosas, até ao tempo em que o conde D. Henrique de Borgonha entrou no governo de Portugal.

Sendo admittida n'este reino a ordem de S. João de Jerusalem, segundo a opinião que parece melhor, depois da morte d'aquelle principe, em 1112, e sob o governo de sua mulher, a rainha D. Theresa, pelos annos de 1112 a 1118, foi-lhe concedido o mosteiro de S. Salvador de Leça. Não sei se o mosteiro n'essa epocha se achava deshabitado. Mas é certo que desde então ficou sempre pertencendo á ordem de S. João, ou do Hospital de Jerusalem.

Alguns escriptores seguiram a errada opinião, de que antes de pertencer a esta ordem fôra convento de templarios. Porém este ponto não é objecto de dúvida, porque existem documentos, que provam exuberantemente o que acabo de referir.

II

Tanto a igreja, como o mosteiro, transformado no correr dos tempos em paço do balio, conservaram a fórma, que receberam na segunda fundação, até ao principio do seculo XIV. Achando-se então a igreja em mau estado, ou, talvez, por não estar em harmonia, pela sua simplicidade e pequenez, com a importancia e opulencia da ordem, que por effeito de continuas mercês dos nossos reis tinha crescido consideravelmente em privilegios, dominios e riquezas, resolveu D. frei Estevão Vasques Pimentel, balio de Leça, construir um novo templo. Esta obra mui grandiosa em relação á éra em que foi feita, concluiu-se no anno de 1336, reinando D. Affonso IV.

A par do templo, contigua á frontaria, fez construir o dito balio uma torre elevada e forte, para defensa do convento e dos cavalleiros. Esta idéa foi sugerida, certamente, pelo terror que inspiravam em toda a Peninsula as emprezas audaciosas dos reis moiros de Granada. Assim pois D. fr. Estevão fez delinear esta contrucção segundo todos os preceitos da arte da guerra, como quem se dispunha para todas as eventualidades de um cerco, o que farei observar, quando passar á descripção geral do edificio.

No fim do seculo XVI, ou começo do XVII, frei Luiz Alvares de Tavora procedeu a muitas obras no paço, não só de reconstrucção, mas tambem de accrescentamento. Na igreja fizeram-se igualmente algumas obras em diver-

sas epochas, e até em tempos modernos, mas não alteraram a fórma e a architectura do templo. Pela maior parte tiveram por fim reparar ou melhorar os altares.

Ignora-se o anno em que se mudou a invocação d'este templo. Presume-se que foi por occasião da fundação da igreja actual, isto é em 1336. O novo orago foi Nossa Senhora da Encarnação; e no anno de 1642 ainda existia no altar-mór a imagem de vulto, da mesma Senhora. Posteriormente levaram esta imagem para a sachristia, substituindo-a por um retabulo da Assumpção da Virgem em pintura a oleo. Porém, o povo começou a chamar-lhe *Santa Maria de Leça*, e assim se tem conservado até agora esta invocação popular.

No antigo mosteiro, e depois no paço dos balios hospedaram-se muitos personagens illustres. El-rei D. Affonso Henriques, el-rei D. Sancho I, e sua filha, a rainha Santa Mafalda, residiram por algum tempo no velho mosteiro. Suppõe-se que tambem alli veiu a rainha D. Theresa, mulher do conde de Portugal D. Henrique de Borgonha.

No anno de 1372 não só deu hospedagem a el-rei D. Fernando I e á sua côrte, mas até foi theatro de um acontecimento importante da historia patria. Havia pouco tempo que el-rei D. Fernando, impellido por uma louca paixão, se desposára secretamente em Lisboa com D. Leonor Telles de Menezes. Divulgou-se em breve o segredo, e o povo, indignado de ver que o soberano escolhera para sua esposa uma mulher casada, murmurou, agitou-se, levou as suas queixas ante o throno, e assumiu um aspecto ameaçador.

O moço rei, cego pelo amor, e esquecido do que devia á nação e a si proprio, sahe furtivamente de Lisboa com D. Leonor, acompanhado de varios personagens da côrte. Tomou el-rei o caminho do Porto, mas sem se demorar n'esta cidade, foi poisar ao baliado de Leça. No dia seguinte fez reunir em uma das salas do paço não sómente as pessoas, que o tinham acompanhado, mas tambem muitas outras das classes mais elevadas, que convocára expressamente para lhes fazer declaração publica do seu consorcio. E logo em seguida recebeu-se com D. Leonor em acto solemne e apparatoso.

Acabada a ceremonia, passando-se ao beija-mão, o infante D. Diniz, irmão d'el-rei, e filho da desditosa D. Ignez de Castro, recusou beijar a mão da rainha. Tomado de colera, el-rei D. Fernando, no primeiro impulso do arrebatamento, arrancou do cinto um punhal, e correu para o irmão com o braço erguido, prompto a descarregar-lhe no peito o golpe fratricida. Embargaram-lhe o passo, porém, alguns fidalgos respeitaveis, e á força de instancias conseguiram soffrear-lhe os impetos da ira, deixando que o infante se retirasse da sala.

Como resistisse D. Diniz a todas as razões e supplicas, que os fidalgos lhe apresentaram, para o resolverem a beijar a mão á rainha, viu-se obrigado

a expatriar-se para fugir ao resentimento da orgulhosa D. Leonor Telles, e á vingança d'el-rei, seu irmão.

Resultou d'este passo ver-se preterido, mais tarde, na successão do throno, quando, por morte d'el-rei D. Fernando, as côrtes de Coimbra collocaram a corôa real sobre e cabeça do mestre d'Aviz, apezar da illegitimidade do seu nascimento, pois que, sendo necessario um defensor para o reino contra as pretenções de Castella, os dois herdeiros legitimos, os infantes D. João e D. Diniz, achavam-se a esse tempo refugiados e presos no paiz visinho.

Estiveram tambem por alguns dias hospedados no paço do balio de Leça, o condestavel D. Nuno Alvares Pereira, quando projectou uma romaria a S. Thiago de Compostella; D. Filippa, filha do infante D. Pedro, duque de Coimbra, e neta d'el-rei D. João I; que alli foi em cumprimento de uma promessa; e frei Raymundo du Puy, 2.º mestre da ordem de S. João de Jerusalem.

Pela extincção das ordens religiosas em 1834, acabou o baliado de Leça, porém o seu templo continuou a servir, como já servia desde muito tempo, de igreja parochial.

III

A frontaria do templo está voltada para léste. A porta guarnecida de oito columnas delgadas, com seus capiteis de grosseiras esculpturas, sustentando outros tantos arcos ogivaes, e sobre ella um formoso espelho com seus lavores rendilhados, constituem os unicos ornamentos d'esta fachada. Tudo o mais é cantaria lisa, coroada no corpo central, por cima do espelho, com uma cruz de pedra, da ordem de S. João, ao diante denominada de Malta; e nos dois corpos lateraes com ameias.

Á esquerda da porta da igreja, resaltando da frontaria do templo, e muito mais alta, que este, ergue-se uma elevada torre quadrangular, construida de grandes pedras de cantaria, e com todas as condições de uma verdadeira fortaleza da edade media, como se vê na gravura a pag. 312 e 313.

As fachadas lateraes são igualmente coroadas de ameias, com janellas de columna ao centro. Na fachada do lado opposto á que se vê representada na gravura, abre-se a porta travéssa, que é semelhante á principal. Em cada um dos topos do cruzeiro ha uma grande janella ogival, tambem com sua columna ao meio.

Divide-se a igreja em tres naves, sustentadas por dez arcos igualmente ogivaes, cinco de cada lado, sendo a nave central muito mais elevada, que

as lateraes. Tem este templo de comprimento 36 metros e de largura 14 metros. Teve outr'ora sete altares; porém sendo diminuidos dois, que estavam á entrada da capella-mór, com a intenção de os transferirem para outro logar, nunca se realisou a transferencia, ficando por conseguinte na igreja cinco altares.

Na capella-mór estão os seguintes tumulos de pedra: da parte da epistola, debaixo de um arco aberto na grossura da parede, acha-se um mausoleu com este epitaphio: *Aqui jaz frei Lopo Pereira de Lima, gram-prior do Crato, baylio de Leça, do conselho de sua alteza, commendador das commendas de Rossos, Frossos, Rio-Meão, Tavora, Santar, e Aboim, e lugar tenente, que foi da sua religião n'estes reinos. Falleceu no ultimo de março de* 1681.

Posto que se ache n'esta inscripção o titulo de grão-prior do Crato, é certo que não desfructou esta dignidade. Foi nomeado para ella pelo grão-mestre da ordem, então já estabelecida na ilha de Malta, porém el-rei D. João IV e os seus successores recusaram-lhe a investidura.

Junto d'este tumulo está o do balio fr. Diogo de Mello Pereira, irmão do antecedente, e fallecido em 1666.

Da parte do evangelho vê-se um mausoleu tambem mettido debaixo de um arco aberto na grossura da parede. Encerra os ossos de fr. Christovão de Cernache, balio de Leça, e grão-chanceller da ordem de S. João de Jerusalem ou de Malta. Sobre a tampa do mausoleu avulta a estatua d'este balio, posta de joelhos diante de um bufete, em acção de ler em um livro.

Está vestido com o habito da sua religião, deixando ver o peitoral coberto de escamas doiradas com a cruz grande da ordem. Proximo do tumulo, dentro do arco, vê-se um escudo d'armas dos Cernaches.

Fr. Christovão de Cernache achou-se na ilha de Rhodes, durante o memoravel assedio que lhe poz o sultão Solimão II no anno de 1524. Morreu, sendo balio de Leça, em 19 de janeiro de 1569.

No meio da capella-mór existe um carneiro mandado fazer para jazigo dos balios por fr. Manuel d'Almeida e Vasconcellos, balio de Leça; porém nunca serviu.

A capella de Nossa Senhora do Rosario, denominada mais commumente *capella do Ferro*, contém differentes tumulos e sepulturas. Á direita do altar e debaixo de um arco, está o tumulo do balio, D. fr. João Coelho dom prior do Crato e chanceller-mór de Rhodes, fallecido em 26 de novembro de 1515. Sobre o mausoleu está a estatua do balio trajando garnacha e tunica, com a grande cruz da ordem no peito, e na cabeça o chapéo de copa redonda ao uso dos mestres da mesma ordem. Na frente do mausoleu resalta um anjo, em alto relevo, suspendendo um panno, no qual se lê um longo epitaphio. Aos lados do anjo estão dois escudos iguaes, tendo no centro um leão rompente. São as armas do balio.

Pia baptismal da igreja de Santa Maria de Leça do Balio

No pavimento da capella jaz em sepultura rasa o balio D. fr. Estevão Vasques Pimentel, fundador da igreja actual, e fallecido em 14 de maio de 1336. Foi este balio valido d'el-rei D. Diniz e D. Affonso IV, e por vezes encarregado de embaixadas extraordinarias junto do summo pontifice.

Em uma lamina de bronze, embebida na parede da mesma capella, acha-se gravada uma inscripção em latim, que diz em vulgar: «Este que descança n'esta sepultura, foi um digno prior da ordem do Baptista: agora conhece quaes foram as suas acções: Depois da morte de Estevão Vasques com difficuldade apparecerá quem seja melhor prior do que elle foi. Pela sua familia chamou-se Pimentel, mas pela sua vida e costumes chamou-se Abençoado. Ninguem era mais galhofeiro do que elle, nem tão forte, formoso e constante; tendo em vista o que era melhor. Viajou por muitas terras, e atravessou muitos mares. Sem contar o priorado, teve cinco commendas que a sua ordem lhe deu, e o Papa n'isso consentia; são as commendas a Certam, que foi commenda de Graça, Leça, Crato, Rio-Meão, e a florida Faya, que foi a primeira. Oh! tu, que és instruido, faze esta conta, elle foi prior trinta annos, tendo sido antes bom freire, contando tres vezes quatro[1].

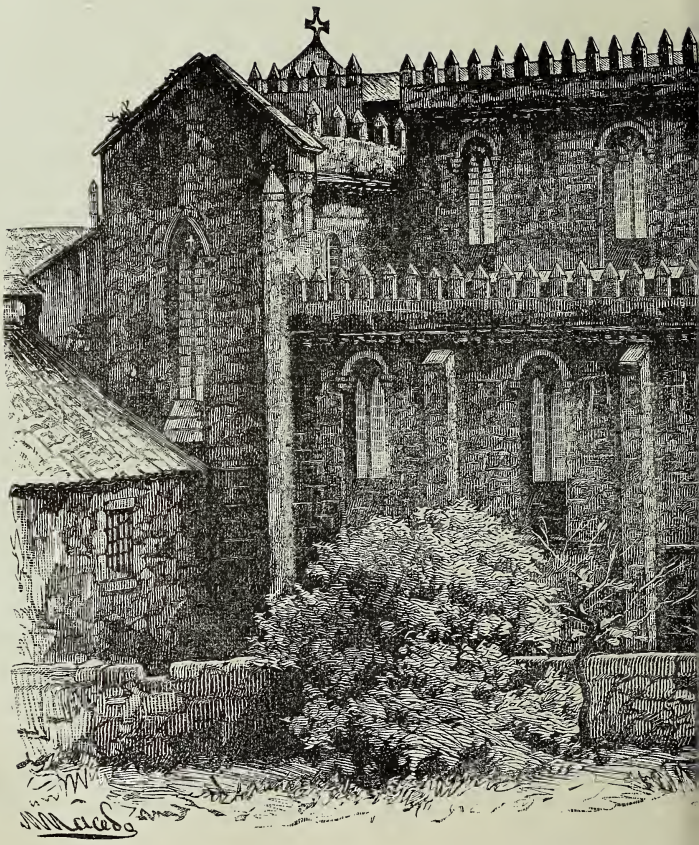
Faz caixilho á lamina em que está gravada a inscripção, uma larga e formosa moldura, tambem de bronze, com graciosos lavores em meio relevo, representando na parte superior, do lado esquerdo o Padre Eterno, tendo sobre os joelhos a Jesus Christo crucificado, e a seus pés dois anjos em adoração, e no acto de incensar com thuribulos: e do lado direito a Annunciação, symbolisada pelo Menino Jesus na acção de voar sobre um raio de luz, que parte da bocca do Padre Eterno em direcção do collo da Virgem Maria. Nos dois lados da moldura vêem-se, mettidas em nichos, as imagens dos evangelistas e de outros santos. Na parte inferior brazões d'armas, e umas figuras de phantasia, tangendo differentes instrumentos, e montados em animaes não menos phantasiosos.

No corpo da igreja proximo da pia baptismal, está mettido na parede um tumulo tambem antigo. Contém segundo diz o epitaphio, os restos do beato D. frei Garcia Martins, grão commendador da ordem de S. João de Jerusalem nos reinos de Hespanha; fallecido em 1306.

A pia baptismal é um lindo specimen do estilo gothico no seu periodo de transição para o da renascença. A variedade e profusão dos lavores, que a cobrem, contrastam singularmente com a nudez das paredes do templo, e com a severidade e singeleza da architectura das naves e das capellas. N'este contraste acha-se resumida, por assim dizer, a historia da architectura gothica em Portugal.

---

[1] Esta traducção, bem como grande parte das noticias, que ficam referidas ácerca d'esta igreja, foram extrahidas da muito interessante *Memoria sobre o mosteiro de Leça*, escripta e publicada pelo sr. padre Antonio do Carmo Velho de Barbosa, abbade da mesma igreja.



Igreja d

o Balio

O templo e a pia são dois padrões, que marcam entre nós o principio e o fim do estilo ogival. O templo foi edificado passado mais de um seculo depois da introducção da architectura ogival em o nosso paiz. Mas n'esse lapso de tempo a architectura poucas modificações recebeu. Conservou a simplicidade e rudeza primitivas; apenas começou a emancipar-se das fórmas pesadas e acanhadas do estilo romano-bysantino, que ainda fazia sentir a sua influencia, para assumir proporções mais esbeltas e grandiosas.

A pia baptismal representa o periodo da architectura, em que os architectos e os esculptores, influenciados pela poesia dos costumes cavalleirosos, e pelos estimulos de gloria, que se irradiava dos descobrimentos de novos mares e de novas terras, principiaram a derramar sobre o marmore dos templos, e sobre as madeiras dos côros e dos tectos tanta diversidade de flores, de silvados e de arabescos, tantas invenções phantasiosas, que converteram a architectura ogival em um mixto de ornamentos roubados a todos os estilos conhecidos.

Basta portanto um simples relancear d'olhos, para se conhecer que a pia de que trato é obra do seculo XVI, feita ao mesmo tempo, que se levantava o mosteiro de Nossa Senhora de Belem.

É fabricada esta pia de pedra ançã, e de fórma hexagona. Na parte mais alta de cada uma das quatro faces alternadas tem o escudo d'armas do fundador, sustentado por um anjo. O brazão é um leão rompente com tres faxas que segundo o termo heraldico, se chamam *coticas* com *escaques*. Nas outras quatros faces têem as seguintes letras: *O prior do Crato — Dõ frei Jõ. Coelho — a mandou fazer*. A face em que tem a éra está encostada á parede; mas sabe-se que é a de 1512.

D. frei João Coelho foi dom prior do Crato, chanceller-mór de Rhodes, balio de Negreponto, commendador de Leça, da Guarda, d'Elvas e do Landal, e do conselho dos reis D. Affonso V, D. João II, e D. Manuel.

Assistiu, como procurador dos commendadores e cavalleiros portuguezes ao capitulo geral da ordem de S. João de Jerusalem, celebrado em Roma, no Vaticano, em 29 de novembro de 1466. Falleceu D. frei João Coelho em novembro de 1515.

IV

O antigo edificio do mosteiro, depois paço do balio, é uma construcção irregular, de modesta apparencia, e que tem passado por muitas alterações, que mal deixam ajuizar da sua architectura primitiva.

Outr'ora a unica serventia do mosteiro para a igreja era uma escada de

Ponte de Leça

caracol, aberta na grossura da parede do templo, do lado do evangelho. Esta escada era tambem a communicação unica do mosteiro para a torre e para os adarves, que guarnecem em volta o telhado, fazendo da igreja uma fortaleza. A entrada para esta escada acha-se ao presente tapada de pedra e cal. Antigamente era preciso subir-se ao telhado para se entrar na torre. Agora tem uma tosca escada que sobe interiormente desde o pavimento terreo até aonde estão os sinos, e d'ahi ate ás ameias, d'onde se desfructa, em dilatado horisonte, variados panoramas de muita formosura e amenidade.

Em frente da igreja, a pouca distancia da porta principal, ergue-se um bonito cruzeiro de granito, ornamentado com as galas do estilo gothico do principio do seculo XVI.

V

O rio Leça

É de breve curso este rio, e de pequeno volume d'aguas, mas ainda assim não deixa de ser um dos mais formosos e poeticos da bella provincia do Minho.

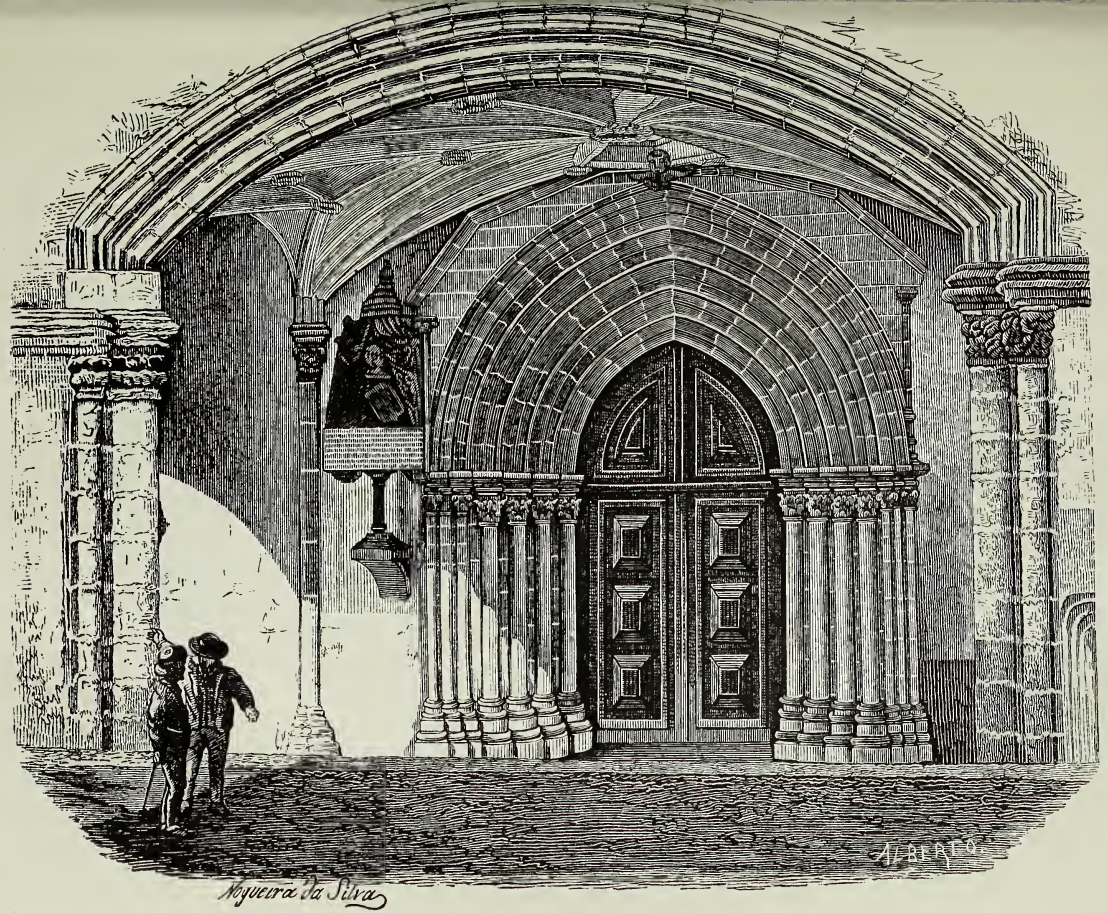
Nasce em uns juncaes, chamados *Lameiras de Redundú*, na freguezia de Monte Cordova e proximo da estrada que vae da cidade do Porto a Santo Thirso. Correndo d'ahi por meio de prados e collinas bem cultivados e sempre verdes, e por partes á sombra de annoso arvoredo, lança-se no Oceano a uma legua ao norte da foz do rio Douro. N'esse percurso de 4 leguas banha as povoações de Leça do Balio, meia occulta ás vistas sob a copa frondosa dos arvoredos, de Matozinhos com o celebrado santuario, e de Leça da Palmeira, que se espelha simultaneamente nas aguas do rio e do mar.

O rio Leça e as suas margens formam panoramas de indizivel belleza e amenidade, variando de aspecto de espaço a espaço, e sempre bello e risonho, resplandecente de luz e de côres alegres, e todo toldado ou cercado de perennes verdores.

Aos lados do rio estendem-se campos viçosos, que vão terminar em collinas assombradas de basto arvoredo. Fazem parede ao rio, e, de quando em quando toldo, arvores e arbustos, por onde ás vezes trepam, se entrelaçam e pendem em graciosos festões as vides e plantas trepadeiras. Porém posto que o rio vá correndo constantemente em leito estreito, não é tão densa a ramagem que o touca ou guarnece, que lhe traga escuridão, nem tão compacta, que lhe empeça a vista da antiquissima igreja de Santa Maria de Leça,

nem a do venerando santuario de Matosinhos, cujas torres se levantam superiores ás corpolentas arvores que a circumdam.

Proximo da igreja de Leça do Balio atravessa o rio uma ponte pensil de ferro e madeira, construida em 1846 para dar passagem á nova estrada do Porto a Braga. A poucos passos vê-se a antiga ponte com seis arcos de cantaria, que segundo a opinião de alguns dos nossos escriptores, é obra dos romanos, e por ella passava a via militar, que ia do Porto de Calle (cidade do Porto) a Brachara Augusta (Braga), d'onde seguia pela serra do Gerez a Astorga. As pontes nova e velha, com a linda paisagem que as circumdam, constituem o quadro apresentado na gravura a pag. 315.



Casa dos conegos seculares de S. João Evangelista, em Evora

CASA DOS CONEGOS SECULARES

De S. João Evangelista, em Evora

I

D. Rodrigo Affonso de Mello, 1.º conde de Olivença, foi um fidalgo tão illustre pela nobreza do sangue, como pelo valor e esforço de seu braço.

Por parte de seu pae, Martim Affonso de Mello, senhor de Ferreira d'Aves, e guarda-mór d'el-rei D. Duarte, descendia de uma antiquissima familia, assignalada por muitos e importantes serviços prestados á patria, e pelos altos cargos que muitos dos seus membros exerceram na côrte dos nossos reis. Pelo lado materno girava-lhe nas veias sangue real, pois que sua mãe, D. Margarida de Vilhena, era neta de D. Henrique Manuel de Vilhena, conde de Cêa, irmão da infanta D. Constança, mãe do nosso rei D. Fernando I, e bisnetos ambos de S. Fernando, terceiro do nome, rei de Castella.

Quanto aos seus serviços militares, bastará dizer-se, que se achou em todas as emprezas d'Africa, emprehendidas em tempo d'el-rei D. Affonso V, e que se houve n'ellas com tal denodo e heroismo, que, logo depois da conquista da cidade de Tanger, o escolheu este soberano para primeiro capitão d'esta forte praça de guerra que tantas vidas custou a Portugal.

Enviuvou, sendo já avançado em annos, no mez de abril de 1482; e tão profundamente o feriu similhante golpe, que resolveu deixar o mundo, consagrando a Deus o resto de seus dias.

Levado, portanto, d'este intento, propoz á congregação dos conegos seculares de S. João Evangelista, que fôra instituida em Portugal no reinado de D. João I, fundar-lhe uma casa na cidade de Evora junto ao seu palacio.

N'aquelle mesmo anno foi apresentada em capitulo esta proposta e sendo acceite tratou o conde D. Rodrigo de obter as licenças necessarias. N'estas diligencias e nos preparativos para o começo das obras correram perto de tres annos, de sorte que se realisou a fundação no dia 6 de maio de 1485, em que se celebrava o anniversario do martyrio de S. João Evangelista.

Fez-se a ceremonia com grande solemnidade, cavando o fundador no logar em que se havia de erguer a capella-mór do templo, e tirando d'alli tres cestos de terra, que levou ás costas até os ir despejar.

Não obstante ser o edificio projectado modesto nas porporções e na architectura, e apesar do decidido empenho do conde de Olivença em o acabar o mais breve possivel para n'elle se recolher, e ahi viver santamente entre os religiosos da sua predilecção, estavam as obras em pouco mais de começo, quando a morte colheu este fidalgo aos 25 de novembro de 1487. Deixando, porém, ordenado em seu testamento, que seus herdeiros concluissem esta fabrica conforme o plano traçado, e dotassem a casa com os bens necessarios para sustento dos conegos, que viriam occupal-a, sua filha, e universal herdeira, D. Filippa de Mello, e seu genro D. Alvaro, terceiro filho de D. Fernando primeiro do nome, e segundo duque de Bragança, cumpriram á risca todas aquellas disposições.

Celebrou-se a inauguração da igreja com a festa do nascimento de Christo, em a noite de Natal do anno de 1491. Posto que não estivesse de todo acabado o resto do edificio, o que levou algum tempo mais, tomaram logo posse d'elle os conegos seculares de S. João Evangelista, vulgarmente chamados *loyos*, nome que lhes proveiu de terem uma casa em Lisboa e outra na cidade do Porto, dedicadas a *Santo Eloy*.

Á sua igreja da cidade de Evora quiz o fundador que se désse a invocação de *S. João Evangelista*.

D. Alvaro e sua mulher, D. Filippa de Mello, e seus descendentes, os condes de Tentugal, marquezes de Ferreira e duques de Cadaval, na qualidade de padroeiros d'esta casa, e por favor especial da congregração desfructaram varios privilegios, taes como, terem tribuna do seu palacio para dentro da capella-mór; ser esta, bem como o restante do templo e a casa do capitulo para seu enterro; e possuirem uma porta de serventia do seu palacio para a sachristia. E por um breve do papa gosaram a preeminencia de serem nomeados os seus nomes na oração da missa *Et famulos*.

Em certas solemnidades costumavam as senhoras d'esta illustre familia descer á igreja, para ornarem os altares por suas proprias mãos. Algumas tambem deram provas da sua muita caridade, indo visitar e levar remedios aos conegos enfermos. E para que não cause estranheza e faça dúvidas similhantes visitas em habitação de religiosos, direi que os *conegos seculares de S. João Evangelista* não faziam votos de especie alguma; por conseguinte não tinham clausura, e na sua residencia, que em rigor se denominava *casa* e não *convento*, não era defeza a entrada de mulheres, se não aquellas que por seu comportamente fôssem indignas de uma tal permissão.

Com o tempo veiu a cair em desuso esta pratica, sobre tudo nas tres principaes casas da congregação, que eram a de *S. Bento de Xabregas* junto a

Lisboa, *cabeça da ordem*, e residencia do dom reitor geral, mais conhecida pelo nome popular de *Beato Antonio;* a de *S. Salvador de Villar de Frades*, entre Braga e Barcellos, que era a primeira casa da ordem em antiguidade e a segunda em gerarchia; e a *de S. Eloy*, do Porto.

Pela extincção das ordens religiosas em 1834 ficou devoluta a casa de Evora, e o seu templo esteve por muitos annos fechado, até que tornou a ser entregue ao culto catholico.

II

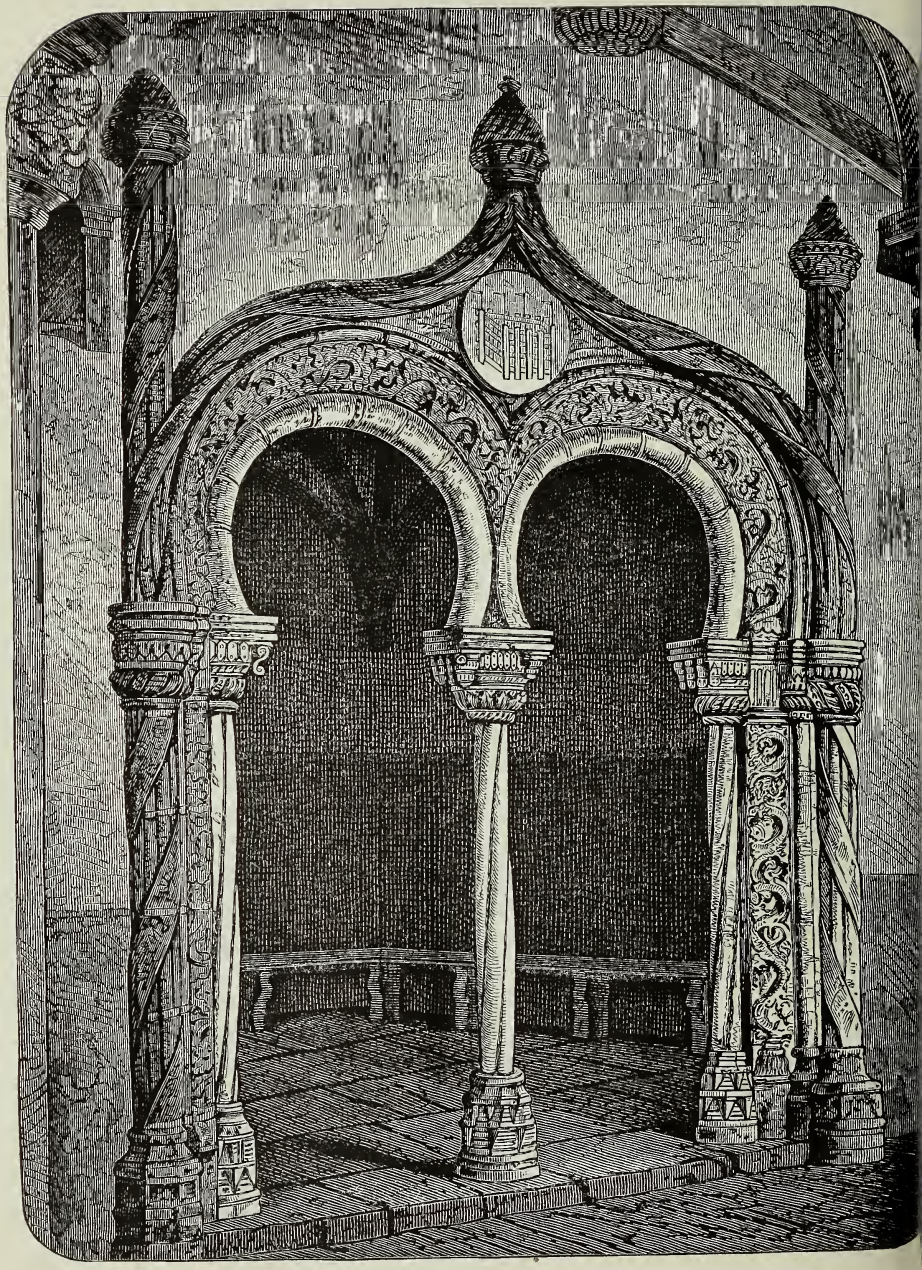
Não ostenta a frontaria da igreja as galas do estilo gothico, antes pelo contrario o que mais n'ella se póde notar é a singeleza da sua architectura, como facilmente se ajuizará á vista da gravura do portal da igreja que é uma das partes do frontispicio, que os architectos mais se empenham em adornar.

Porém, se não é um monumento artistico, deve todavia, ser considerado como um monumento historico apreciavel, pois que n'elle se guardam as cinzas de muitas pessoas illustres, de muitos filhos benemeritos do nosso paiz. E além d'isso alguns specimens encerra e mui formosos, do estilo architectonico então predominante, que era o da transição do gothico para o da renascença.

Um grande arco de volta redonda, pouco elevado, sustentado por quatro columnas, dá entrada para um vestibulo de abobada de laçaria de pedra. No fundo abre-se a porta da igreja, construida segundo o estilo gothico puro, não obstante a degeneração em que ia a architectura gothica ao tempo em que se fundou este edificio. Embora seja destituida de miudezas de esculptura, o seu todo é nobre e elegante. É formada por diversos arcos ogivaes, que vão diminuindo na grossura da parede, e que se apoiam em delgadas columnas com seus capiteis lavrados em folhagens.

Ao lado direito da porta resalta da parede um pavilhão ou baldaquino, com cortinado, tudo de marmore branco de Estremoz, na fórma porque o mostra a gravura. Cobre este baldaquino o brazão d'armas do conde de Olivença, D. Rodrigo, e a seguinte inscripção, que está por baixo do escudo, gravada na mesma qualidade de pedra:

Em louvor de nosso Senhor Deos e do apostolo S. João Evangelista, edificou e dotou este mosteiro o magnifico senhor D. Rodrigo de Mello, conde de Olivença, bisneto de Vasco Martins de Mello, que deu a vida ao mui virtuoso senhor Rei D. João I; e neto de Martim Affonso de Mello o velho, que grandemente ajudou a ganhar este reino ao dito senhor Rei; e filho de Martim Affonso de Mello, que bem e lealmente sempre serviu; e foi o dito Conde



Portal das casas do capitulo e refeitorio, no claustro de S. João Evangelista, em Evora

criado do muito esclarecido senhor Rei D. Affonso V, e quarenta e sete annos o serviu com sua pessoa e gentes, mui grandemente, e em todas as passagens, que o dito senhor Rei fez em Africa sempre com elle foi. E tomada a cidade de Tangere logo lh'a entregou, e o fez Capitão e Governador della; e treze annos que a teve houve tantas pelejas, e fez tantos desbaratos em os moiros, que muito pouco ficou do termo della, que não fez tributario ao dito senhor Rei; e entrou com elle nos reinos de Castella, com tanta gente, e assim corregida, que poucos dos móres do reino levaram mais. Finou-se aos 25 *dias de novembro da éra de Nosso Senhor Jesú Christo de* 1487.

III

O interior da egreja não ostenta primores de architectura, nem riqueza de materiaes, mas o seu aspecto é agradavel, e não foram as artes inteiramente remissas em a adornar com certa opulencia, como adiante direi.

É de mediana grandeza e de uma só nave. A abobada, que a cobre, é de tijolo, e os seus artesões, imitando pedra, vão appoiar-se sobre delgadas columnas de granito, que se encostam ás paredes do templo. Apenas conta, além da capella-mór, mais quatro capellas: a de *Santa Apolonia*, e a de *Christo Crucificado*, no cruzeiro do lado do evangelho; a de *Nossa Senhora da Conceição*, tambem no cruzeiro, do lado da epistola; e a de *Nossa Senhora do Rosario* junto á porta da igreja. Todas as capellas são de talha doirada, e de boa esculptura. N'este genero d'arte tem tido Evora, em diversas epochas, mui distinctos artistas, cujas obras se admiram na maior parte dos templos da cidade.

As paredes da igreja são revestidas d'azulejos, em que se vê representada, com as figuras de tamanho natural, a vida de S. Lourenço Justiniano, patriarcha de Veneza, e conego da congregação de S. Jorge em Alga, da qual procedeu a dos conegos seculares de S. João Evangelista. Além do merecimento artistico, que possam ter, estes azulejos são de muito apreço para a historia d'este ramo da ceramica em o nosso paiz, em razão de se saber com exactidão a epocha em que foram feitos, bem como o nome do seu auctor. Em uma parte dos azulejos lê-se a seguinte inscripção: *Antonius ab-Oliva fecit* 1711. Antonio de Oliveira fez, ou fabricou em 1711.

Jazem n'esta igreja muitos e mui illustres personagens. Por serem numerosos e quasi todos muito extensos, não transcrevo os epitaphios, que estão gravados em suas sepulturas, e que são como paginas da historia patria, pelos altos cargos que muitos d'esses personagens occuparam, e pelos importan-

tes serviços que prestaram ao paiz. Limitar-me-hei pois a indicar os mais notaveis d'esses personagens: *Martim Affonso de Mello*, e sua mulher *D. Margarida de Vilhena*, paes do conde d'Olivença; *D. João de Mello*, arcebispo de Braga, irmão do dito conde; *D. Rodrigo de Mello*, *conde d'Olivença*, fundador d'esta casa; sua mulher, a *condessa D. Isabel de Menezes*. As sepulturas d'estes dois conjuges estão junto dos degraus do altar-mór. Sobre as campas, que são rasas vêem-se ligeiramente traçadas as suas figuras. No mesmo pavimento, ao lado d'estas estão outras duas campas com figuras de homem e mulher gravadas na pedra no mesmo theor, com variados arabescos em torno, e sem inscripção. Cobrem os restos mortaes de *D. Alvaro* e de sua mulher *D. Filippa*, aquelle filho de D. Fernando I, segundo duque de Bragança; e esta filha do conde d'Olivença. Em dois tumulos de marmore jazem *Manuel de Mello*, irmão do conde d'Olivença; *Francisco de Mello*, seu filho, com *D. Brites da Silva*, sua mulher. Em duas sepulturas de bronze, ornadas com diversidade de lavores, que se acham na capella de Nossa Senhora do Rosario, estão *Ruy de Sousa*, senhor de Sagres e Beringel, e *D. Branca de Vilhena*, sua mulher, sobrinha do conde d'Olivença. Na mesma igreja, na casa do capitulo e no claustro estão as sepulturas de *D. Rodrigo de Mello*, primeiro conde de Tentugal e primeiro marquez de Ferreira, filho de D. Alvaro e de D. Filippa de Mello; as da marqueza, sua mulher, e dos seus descendentes, os conde de Tentugal, marquezes de Ferreira, e duques de Cadaval, e de suas mulheres e filhos, entre os quaes se acham *D. Eugenia de Bragança*, mulher do segundo marquez de Ferreira, e filha de D. Jayme, quarto duque de Bragança; *D. João de Bragança*, bispo de Vizeu; e o inquisidor *João Ferreira Barreto*.

O *claustro* é pequeno e no estilo gothico. Em um dos seus lanços abre-se o esbelto e formoso portal, representado na gravura junta. É um lindo specimen d'essa alliança entre os estilos gothico e arabe, que tão bellas e phantasiosas producções creou em o nosso paiz nos fins do seculo XV e principios do XVI. No centro da parte superior do portico, onde se juntam os dois arcos de volta de ferradura, está um escudo com uma fortaleza n'elle gravada. Creio ser a divisa que tomou o conde de Olivença, em memoria do perigo em que se viu, e da gloriosa acção que praticou na expugnação do castello d'Arzila.

Dá entrada este portal para uma pequena casa, que precede o refeitorio. Em todos os conventos de religiosos ha uma casa, que serve como de vestibulo ao refeitorio, e na qual a communidade, antes de entrar n'este, nas horas de refeição, recitava algumas orações. As paredes são guarnecidas de assentos; a abobada é de tijolo, mas com laçaria de granito, mostrando nos florões os escudos d'armas do conde de Olivença, e dos duques de Cadaval, começado a usar por D. Alvaro, genro do dito conde. No pavimento estão varias campas sepulchraes.

O refeitorio é proporcionado a uma communidade, que nunca excedeu a vinte e cinco religiosos. Nada contém que mereça menção especial, e o mesmo digo das outras officinas, e do proprio edificio do convento, tão modesto nas dimensões como na architectura.

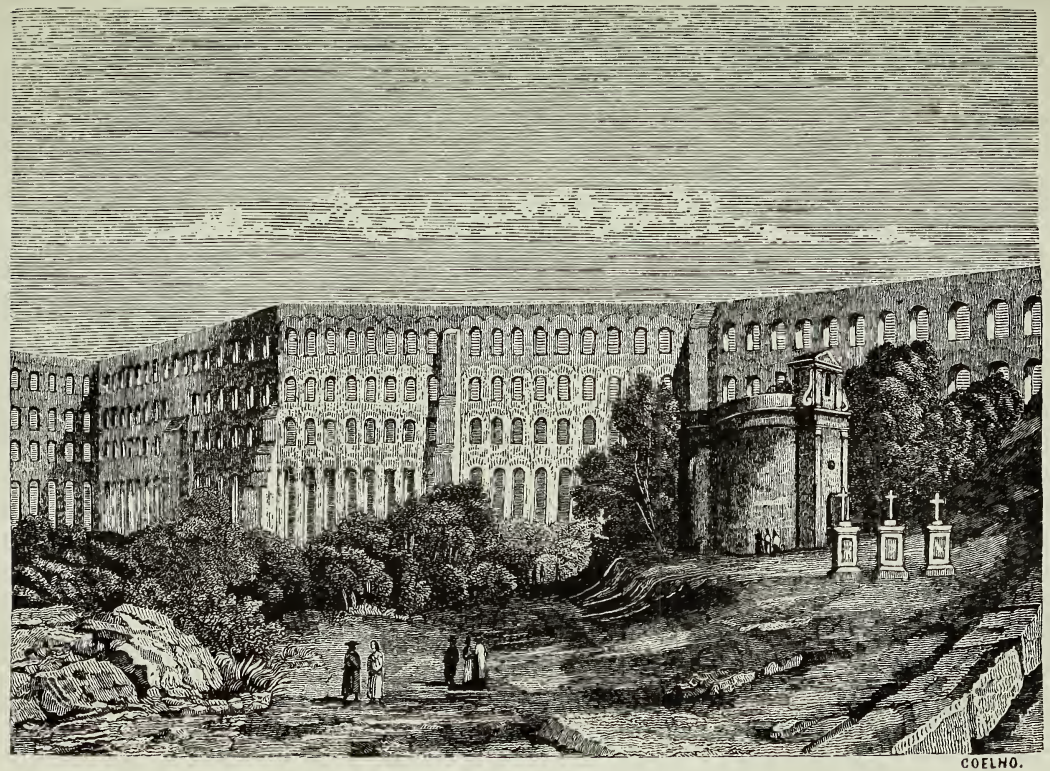
Depois de estar devoluto bastantes annos, e assim abandonado e exposto ás injurias do tempo, que ia exercendo n'elle a sua acção destruidora, foi salvo da ruina que o ameaçava, entrando na posse d'elle a casa de Cadaval, e dando-se-lhe uma applicação ao mesmo tempo util e civilisadora. Estabeleceu-se, pois, no edificio do convento um collegio de educação do sexo masculino, sob a direcção do sr. D. Francisco Xavier da Silva Lobo. Tem aulas de instrucção primaria, de grammatica portugueza, de latim, latinidade, francez, desenho e musica.

Palacio dos duques de Cadaval

Contiguo ao convento de S. João Evangelista, e communicando com este, como acima disse, ergue-se com vulto magestoso mas severo, o palacio acastellado dos duques de Cadaval. Flanqueado de duas altas torres, coroadas de ameias, é todo construido de cantaria, carcomida e ennegrecida pelo duro embate das tempestades no longo curso de quatro seculos.

Nas salas d'este velho paço, hoje ermas e tristes, celebraram muitas festas grandiosas os nobilissimos e opulentos descendentes do fundador, conde de Olivença, primeiro capitão de Tanger, e do segundo duque de Bragança. Muitos senhores d'esta illustre casa vieram aqui repoisar-se das suas gloriosas empresas, pendurando nas panoplias as espadas que empunharam em defesa da independencia de Portugal ou para lustre do seu nome e accrescentamento do seu poderio.

Mas como não ha luz sem sombras, nem alegrias da vida isentas de cuidados e tristezas, n'aquellas memorias de um passado brilhante e festivo, vem associar-se uma recordação lugubre, a lembrança de uma horrivel tragedia, que teve por theatro primeiramente o paço real de Evora, onde foi preso, por el-rei D. João II, o terceiro duque de Bragança, D. Fernando segundo do nome; depois uma sala de uma das torres do palacio dos condes d'Olivença, que serviu de carcere áquelle infeliz principe, e finalmente a praça maior da mesma cidade, onde D. Fernando, sentenceado á morte pelo crime de conspiração contra o soberano, foi degolado em publico cadafalso no dia 20 de junho de 1483.



O aqueducto da Amoreira

O AQUEDUCTO DA AMOREIRA

I

Dão offerecem os annaes portuguezes outro exemplo como este, em que uma camara, pobre de rendimentos, e sómente rica de energia e de amor da patria, emprehendeu por sua iniciativa, e proprio esforço, uma obra tão colossal e de tanta utilidade publica, sem auxilio pecuniario do governo, nem do bolsinho do soberano, começada e levada a cabo á custa dos habitantes de uma villa, então de segunda ordem.

Um escriptor francez, tratando d'este aqueducto no 6.º vol. do *Magazin Pittoresque*, publicado em 1838, diz que «é um dos edificios que dão mais explendido testemunho do genio industrial dos moiros durante o seu dominio na Peninsula».

Não nos devemos admirar, que isto fôsse escripto por um estrangeiro, que nunca veiu a Portugal, segundo creio, quando não poucos filhos d'esta terra, esquivando-se ao trabalho de procurar informações faceis de obter, tambem attribuem este monumento aos sarracenos. Pois todo elle é obra de portuguezes, e de tempo em que a luz da historia esclarecia perfeitamente os passos da vida da nação.

Quando as armadas portuguezas sulcavam simultaneamente os mares da Africa, da Asia, e da America; quando em todas estas partes do globo tremulava o estandarte das quinas triumphante e respeitado, a Europa confessava sem pejo o extremado valor dos portuguezes, repetia sem rebuço as proezas gentis dos nossos maiores, acreditava-as por mais maravilhosas, que ellas fôssem; e se os seus escriptores fallavam de Portugal, exaggeravam até ao impossivel, até ao fabuloso, a excellencia do nosso clima, a fertilidade da terra, o valor dos homens, a formosura das mulheres, e a brandura dos nossos costumes. Os viajantes que visitavam Portugal, apesar de, por opinião antecipada, muito contarem vêr para admirar, não se julgavam enganados em

suas esperanças, quando tinham diante dos olhos o que tão anciosamente procuravam de perto examinar.

O cardeal Vicente Justiniano, vindo a este paiz, disse de Lisboa: *Vidimus orbem in urbe*: «Vimos n'uma cidade o mundo inteiro». Fallando de Setubal: *Vidimus opidum lapide cinctum precioso:* «Vimos uma villa murada de pedras preciosas»; alludindo aos marmores da serra da Arrabida, que é alli a pedra commum. Disse de Coimbra, *Vidimus urbem undique ridentem;* «Vimos uma cidade que por todos os lados parece rir-se». E ao vêr a igreja da Batalha, exclamou: *Vidimus alterum Salomonis templum:* «Vimos outro templo de Salomão».

Que singular contraste! Hoje que Portugal está decahido do seu antigo poderio e opulencia; hoje que já não tem esquadras para devassar mares, nem exercitos para conquistar paizes, se os estrangeiros se occupam de nós em algum livro, salvas raras excepções, descrevem os nossos costumes e o nosso actual estado de civilisação, taes quaes eramos no seculo passado. Já pouco ou nada encontram entre nós digno de elogio. Ignoram, ou fingem ignorar o que ha bom, tropeçando no mau a cada instante; e se algum monumento lhe merece attenção e memoria, entendem que deve ser obra dos romanos ou dos moiros, se os seculos lhe denegriram as paredes; porque se é moderno teve necessariamente por architecto e principaes mestres artistas estrangeiros.

Felizmente essas opiniões erroneas pouco a pouco se vão modificando, graças á reunião dos tres congressos, anthropologico, litterario, e postal, que n'estes ultimos annos vieram celebrar as suas sessões em Lisboa, e graças tambem á affluencia sempre crescente, de viajantes estrangeiros, que visitam o nosso paiz.

II

Até aos fins do seculo xv Elvas, então villa, não possuia dentro dos seus muros agua potavel, além da que lhe fornecia o poço d'Alcalá, alimentado todavia por uma abundante nascente. Era uma triste coisa, que uma povoação importante, e além d'isso praça de guerra, não tivesse outro manancial dentro em si a que recoresse para matar a sêde, em caso de necessidade. N'aquella data, porém, tornou-se aquella falta mais sensivel, em razão de se achar bastante arruinado o poço d'Alcalá deixando extraviar-se a agua.

Preoccupada com isto a povoação, e não tendo a camara os meios precisos para as obras de reconstrucção do poço, resolveu recorrer aos poderes publicos. Nas côrtes, que el-rei D. Manuel celebrou em fevereiro de 1498, começadas

em Evora e concluidas em Lisboa, e que foram convocadas para n'ellas se tratar o negocio da ida d'aquelle monarcha e da rainha D. Isabel, sua primeira mulher, a Hespanha, a fim de alli serem reconhecidos e jurados herdeiros presumptivos d'aquella corôa, requereram os procuradores por Elvas, João Rodrigues de Abreu e Alvaro Pegado, se concedesse um subsidio para as obras de que o poço havia mister, allegando não haver na villa outra agua capaz de beber-se.

Foi deferida a supplica, devendo sahir o subsidio do tributo de um real em cada arratel de carne e peixe, e em cada quartilho de vinho, que se consumissem na villa. Pela natureza da sua applicação foi denominado desde logo *imposto do real d'agua*.

Feito o concerto do poço, visto que estava creada uma receita, cujo encargo fôra bem recebido do povo, lembrou-se o senado da camara de continuar a utilisal-o em proveito publico, promovendo a conducção de novas aguas para a villa. Os habitantes de Elvas, que, por mais de uma vez, se assustaram, vendo diminuir consideravelmente o manancial do poço d'Alcalá em alguns estios mais prolongados, approvaram a idéa, e sugeitaram-se de bom grado ao sacrificio.

Julgo ser esta a versão mais exacta do modo por que correu este negocio, e por conseguinte da epocha em que foi creado o imposto do real d'agua. Entretanto devo dizer, que a tradição local attribue a creação do imposto, a acto inicial da camara, e expressa e exclusivamente para a exploração e conducção de novas aguas.

O que é certo é que medearam poucos annos entre o acabamento da obra do poço e o principio dos trabalhos da construcção do aqueducto; e que os meios para esta se executar, sahiram do referido tributo. Em todo o caso, foi este ó primeiro imposto do real d'agua que se pagou no reino, e que serviu de exemplo e de norma para os mais que ao diante se lançaram. Conta pois, presentemente, perto de quatro seculos de existencia; sendo, portanto, um dos mais antigos impostos do nosso actual systema tributario.

III

A nascente que se pretendia trazer á villa era um copioso manancial, que corria a uns seis kilometros de Elvas, para o lado de oeste, no sitio chamado Amoreira. Porém, ao mesmo tempo que a distancia, e ainda mais o accidentado do terreno faziam a obra difficil e muito dispendiosa, os meios destinados para ella eram tão exiguos, que mereceria desculpa a camara, se, esmore-

cendo-lhe o animo, abandonasse a sua patriotica empreza. Por fortuna de Elvas n'aquellas éras havia menos egoismo e mais amor da patria do que hoje ha.

Quando começaram os trabalhos de construcção valia o trigo de 20 a 30 réis o alqueire; e o jornal dos operarios regulava por 18 réis por dia. Mas não obstante estas vantagens, a empreza era tão gigantesca, e ao mesmo tempo tão diminuto o rendimento do imposto, que parecia mais que arrojo, uma loucura, o pensamento de metter hombros a uma obra tão colossal.

Pois a camara de Elvas, sem se importar com o dinheiro que seria preciso, nem com o tempo que seria necessario para dotar a villa com tão importante e desejado melhoramento; e sem que lhe pezasse a idéa de que aquelles que concorriam para o realisarem não chegariam a desfructar o resultado dos seus sacrificios, deu principio ao aqueducto no sitio da Amoreira, e proseguiu perseverantemente com os trabalhos. Não se sabe com certeza o anno, mas parece que foi no primeiro quartel do seculo XVI.

Ao cabo de vinte annos, ou perto d'elles, achando-se ainda distante da villa a parte concluida do aqueducto, mandou a camara construir um chafariz provisorio no logar das obras mais proximo de Elvas, para o qual foram logo encanadas as aguas. A essa fonte provisoria davam indistinctamente uns o nome *d'El-rei*, outros do *Corregedor*. Reinava então D. João III.

Progrediam os trabalhos lentamente, em razão da escacez dos meios, mas sem que se levantasse mão d'elles, quando surgiu uma difficuldade que parecia insuperavel. Tinha fallecido, havia pouco, o cardeal-rei D. Henrique, e a regencia por elle nomeada para governar o reino, em quanto não fôsse designado o successor da corôa, ordenou que o dinheiro existente para as obras do aqueducto de Elvas, e o producto do imposto do real d'agua, fôssem applicados á reparação da cerca muros da mesma villa, e que se arrasasse a parte construida do aqueducto, para não prejudicar a defensa d'esta praça de guerra.

Precipitando-se os acontecimentos, não deram tempo a que se executasse aquella ordem. O exercito hespanhol capitaneado pelo duque d'Alba invadiu as nossas fronteiras, derrotou o prior do Crato, e fez acclamar em Lisboa rei de Portugal a D. Filippe II de Castella.

Querendo captar a benevolencia da nação, e por conseguinte a dos moradores de Elvas, D. Filippe II derrogou a ordem da regencia do reino, e mandou que continuasse a obra do aqueducto.

Foi preciso quasi um seculo para se levar a effeito a construcção do aqueducto da Amoreira, sendo mister auxiliar por vezes o cofre das obras com o producto da venda de algumas devesas e baldios do municipio.

Correu a agua do manancial da Amoreira pela primeira vez dentro de Elvas, já então cidade por alvará d'el-rei D. Manuel de 1513, no chafariz do largo

da Misericordia, no dia 23 de junho de 1622. E os habitantes, exultando de prazer por verem emfim satisfeita, depois de tantas difficuldades, e de tão grandes delongas, uma necessidade publica tão imperiosa, solemnisaram este acontecimento como uma verdadeira festa nacional. Correram-se toiros em uma praça bem decorada, que se construiu para essa occasião. Fizeram-se cavalhadas, em que tomaram parte os fidalgos de Elvas e das suas visinhanças, ricamente vestidos, e montados em soberbos cavallos ajaezados com opulencia. Ouve danças e outras folias populares, e fogos de arteficio, preso e do ar.

IV

É portanto o aqueducto da Amoreira uma obra grandiosa n'este genero de monumentos pela sua extensão e altura, pela solidez da construcção, que tem resistido incolume ao duro sacudimento de violentas convulsões do solo, e pela sua fórma e architectura, singular e unica no paiz.

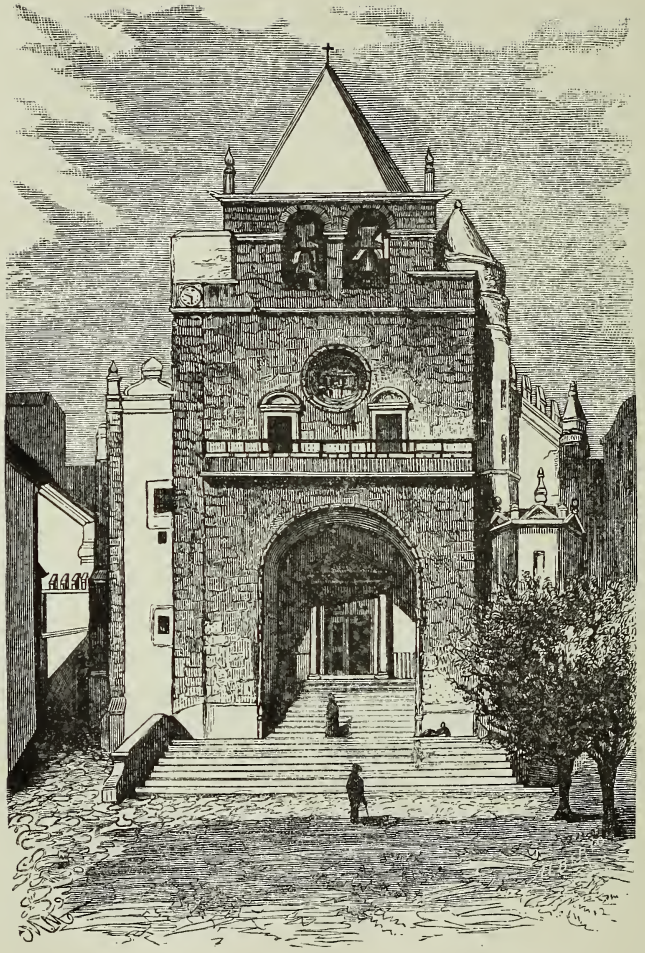
Percorre um espaço de perto de seis kilometros, descrevendo zigue-zagues.

Compõe-se de quatro ordens de arcadas, sendo a primeira muito mais alta que as outras, e medindo todas 31^{m},10 de altura. É robustecido de espaço a espaço com fortes gigantes, que sobem em umas partes até á segunda arcada, e em outras partes até á ultima.

Alimenta differentes fontes publicas, e a principal das quaes por sua architectura é a de S. Lourenço, construida segundo o desenho do general Valleré. Abastece tambem este aqueducto os grandes reservatorios da praça d'armas, os quaes constam de tres cisternas, communicando entre si, e cobertas de abobada á prova de bomba. Podem conter 5:766 pipas d'agua.

Ignoro quem foi o architecto, que traçou o primeiro plano do aqueducto e dirigiu os trabalhos desde o começo. E creio que não se sabe, pois que em algumas investigações que se fizeram a esse respeito no archivo municipal, ha uns 40 annos, não se achou mencionado o nome do auctor do risco. Porém de certo ponto da obra até ao seu acabamanto, isto é desde o anno de 1610, foram dirigidos os trabalhos de construcção, segundo desenhos seus, por Diogo Marques, architecto d'el-rei.

Quando, por alvará de 22 dezembro de 1642, se mandou reconstruir a praça d'Elvas, em conformidade com as regras da moderna sciencia militar, foi logo resolvido que se constituisse n'ella uma ampla cisterna, para abastecimento da guarnição, no caso de um cerco. Porém, esta obra de tanta urgencia só passados oito annos se acabou. Foi portanto em 1650 que a agua do aqueducto da Amoreira correu para a cisterna, construida sobre a direcção do engenheiro Nicolau de Langres.



Sé de Elvas

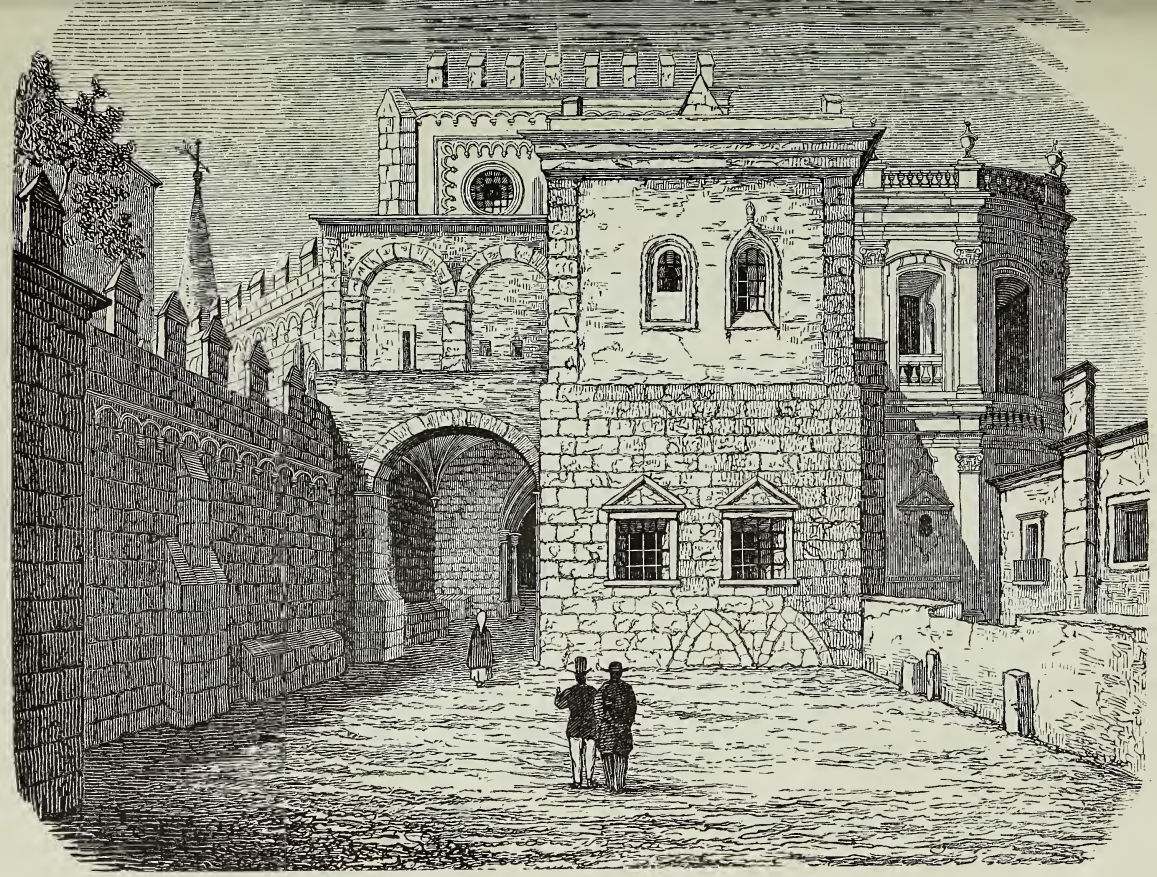
No anno de 1825 resolveu o governo proceder a nova exploração d'aguas com o fim de dotar mais largamente os estabelecimentos militares. Fizeram-se os trabalhos por conta da intendencia das obras publicas de Lisboa, e debaixo da direcção do engenheiro Francisco de Paula e Sousa Pegado, conseguindo-se introduzir no aqueducto novas e copiosas nascentes de boa agua.

Achando-se o aqueducto precisado de grandes obras de reparação, e não tendo meios para as custear a camara municipal, recorreu esta ao governo, que mandou proceder aos trabalhos em 1872, importando em pouco mais de 16 contos de réis.

A cidade, que é abastecida por este aqueducto, está assentada em amphitheatro sobre uma collina, na provincia do Alemtejo, junto á fronteira d'Hespanha, a tres legoas da cidade de Badajoz, e a 33 de Lisboa. É muito antiga a sua origem, pois que já existia sob o dominio dos romanos. Resgatada por D. Affonso Henriques do poder dos moiros em 1166; reconquistada por estes; novamente tomada em 1200 por D. Sancho I; reedificada e povoada de novo por D. Sancho II em 1226; elevada á cathegoria de cidade por el-rei D. Manuel em 1513, e á preeminencia de séde episcopal em 1570 por solicitações d'el-rei D. Sebastião, Elvas começou a ter importancia desde que lhe deram os primeiros foros de praça d'armas. Remonta esse principio ao seculo XIII, em que el-rei D. Diniz fundou ahi um castello, que já serviu á causa da independencia de Portugal, na guerra que se seguiu á morte d'el-rei D. Fernando. Melhorada successivamente nas suas fortificações, tornou-se no meiado do seculo XVII a mais forte praça de guerra d'este reino. E n'essa epocha figurou gloriosamente em nossos fastos militares, concorrendo efficazmente para a restauração da independencia portugueza.

O censo de 1846 dá-lhe 2:730 fogos, e 11:088 habitantes, divididos por 4 parochias. Tinha quatro conventos de religiosos, que depois da extincção das ordens monasticas, foram aproveitados para estabelecimentos militares; e dois conventos de freiras.

O principal edificio da cidade é a sé, fundada por el-rei D. Manuel para servir de igreja matriz. Porém, exteriormente não tem signal algum que a recommende como monumento d'essa epocha de florescencia nas artes. As reconstrucções posteriores não lhe deixaram feição alguma, que recorde a sua origem. Interiormente conserva da primitiva o corpo da igreja, de tres naves e de estilo gothico mas muito simples. A capella-mór é de architectura moderna e sumptuosa, toda fabricada de bellos marmores de differentes côres, lavrados por artistas distinctos. Porém mal quadra no templo gothico, de aspecto singelo e portanto severo, aquella fabrica do seculo assado, louçã e garrida.



Fachada lateral de sé de Evora

A SÉ DE EVORA

I

Este vasto e antiquissimo templo é, sem dúvida, um dos melhores e mais apreciaveis monumentos não só de Evora, mas tambem de Portugal. Venerando pela sua muita antiguidade, cuja origem o tempo, pelo descuido dos homens, tem coberto de pó, mostra em todas as partes da sua fabrica primitiva o cunho da modestia e da singeleza, que eram feições caracteristicas da sociedade em a nascente monarchia portugueza.

Poucas cidades do nosso paiz, e attenta a sua população, póde dizer-se, que nenhuma outra tem tido, como Evora, tão grande numero de filhos que a illustrassem com os seus escriptos. Porém, nenhum d'estes dedicou a sua penna a historiar a fundação e descrever o edificio da sua igreja cathedral. Alguns, que escreveram a esse respeito foram tão laconicos, que não basta o que disseram para contentar a curiosidade menos exigente. E o que torna este reparo ainda mais notavel, é que, contando o cabido eborense no seu seio, no correr do seculo XVI, alguns varões eruditos e escriptores distinctos, que cultivaram por especial affeição os estudos das antiguidades patrias, taes como Jeronymo Osorio, sobrinho do bispo do Algarve do mesmo nome e appellido; Gaspar Barreiros; Balthazar de Faria Severim; Manuel Severim de Faria, e outros; deixaram em quasi completo esquecimento a historia da sua cathedral.

A razão do seu silencio, foi, certamente, e não póde ser outra, a escuridão do assumpto. Por conseguinte não obstante terem vivido esses escriptores em uma epocha tres seculos anterior á nossa, e dispôrem do archivo da sé, não encontraram, deve-se rasoavelmente crer, documentos authenticos, que projectassem a luz precisa n'essa historia envolta em trevas. Entretanto, André de Rezende refere-se, sem tratar da questão, a uma nota do *livro velho dos*

anniversarios da sé, a qual, fazendo commemoração do bispo D. Payo, determina, que se lhe faça em cada um anno «um anniversario em dia de S. Manços, que é em XXI dias de maio, no qual dia elle pôz a primeira pedra por fundamento d'esta sé, no sitio onde está o altar de S. Manços, e jaz detraz do dito sitio e altar, na capella de S. João. Foi esta igreja fundada na éra de 1224 annos». Esta data, que é a de Cesar, corresponde ao anno de Christo de 1186. O bispo D. Payo começou a governar a diocese eborense em 1181.

Existe, porém, uma lapida com inscripção latina em caracteres gothicos, que desmente aquella commemoração. Esta lapida achava-se embebida em uma das paredes da capella-mór da sé, d'onde foi transferida, quando no seculo passado se reconstruiu a dita capella-mór, para a capella do Sacramento, onde presentemente se acha. A inscripção diz em vulgar: *Aos 2 de abril do anno de* 1321, *chamou o Salvador para a gloria o prelado Durando, que edificou e enriqueceu por meio de esmolas esta sé. Todos voluntariamente se vestiram de luto. Assim, todos os que de futuro virem esta lapida, e os que d'ella tiverem conhecimento, digam: Ó Deus! tende misericordia d'elle.* A éra é de Cesar que corresponde ao anno do nascimento de Christo de 1283.

Seria com effeito, o bispo D. Durando o verdadeiro fundador da sé de Evora, como o dá a entender a inscripção? ou foi simplesmente o continuador das obras do bispo D. Payo, pondo o ultimo remate ao projecto primitivo, ou accrescentando a esse primeiro plano algumas obras novas? Inclino-me a crer, que é esta a verdade. Os nossos chronistas dos seculos XVI e XVII dão muitas vezes o titulo de fundador a quem foi apenas reedificador, ou unicamente continuador. Dizem que a sé do bispo D. Payo levára 18 annos a construir; o que é um espaço de tempo bem curto para um edificio tão vasto, e attenta a escacez de meios, que então difficultava a realisação de obras grandiosas, qualquer que fôsse a posição social dos fundadores.

Ha quem julgue que o bispo D. Durando ou Durão sómente reconstruiu a capella-mór, por se achar a de D. Payo ameaçando ruina. Á vista da solidez da construcção das outras partes do templo, não é crivel que se achasse a capella-mór n'aquelle estado, não tendo mais de 79 annos de existencia. Pretendem outros escriptores, que D. Durando demoliu a capella-mór primitiva por ser pequena, e não por ameaçar ruina.

Se se comparar a frontaria da sé de Lisboa, obra d'el-rei D. Affonso Henriques, com a da cathedral de Evora, encontrar-se-ha tanta semelhança entre todas as feições architectonicas dos dois templos, que naturalmente se formará a convicção de que o mesmo seculo os viu levantar, isto é o XII. Um seculo depois, que é a epocha em que D. Durando cingiu a mitra eborense, a architectura, em o nosso paiz, conservava ainda as mesmas fórmas macissas e pesadas, juntamente com feições guerreiras, que assimilhavam as igre-

jas a fortalezas, mas já começava a admittir mais alguma ornamentação do que a que empregava sob o sceptro de D. Affonso Henriques.

Em abono da minha opinião citarei um documento, que illucida a questão, acabando a meu ver com todas as dúvidas. Esse documento, transcripto pelo douto João Pedro Ribeiro no vol. 4.°, pag. 187 da sua obra *Dissertações chronologicas*, é uma carta d'el-rei D. Affonso II, escripta em Santarem aos 4 de maio de 1259, que é o anno do nascimento de Christo de 1221, e dirigida ao pretor, alcaide e outras auctoridades de Evora. Diz-lhes, no latim barbaro então usado nos documentos, que lhes envia 600 morabitinos velhos para comprarem um campo, e n'elle mandarem plantar vinha, cujo producto seria applicado ás obras da sé de Evora.

D. Durando foi provido na mitra de Evora no anno de Christo de 1267.

II

A cidade de Evora está sentada em uma planicie, no meio da qual, sobre uma collina pouco elevada, se erguem tres dos seus principaes monumentos: a cathedral, o paço dos arcebispos, e os magnificos restos de um templo romano, que dão testemunho da antiguidade, e da importancia e esplendor da cidade de Evora no tempo em que a soberba Roma dictava leis ao mundo, ao passo que illustrava os povos barbaros, e lhes policiava os costumes.

A fachada do templo, construida de granito, ennegrecido e carcomido pelo duro embate das tempestades no correr de tantos seculos, é da maior singeleza e austeridade, que se póde imaginar. O architecto sómente lhe dispensou algumas ornamentações no portal, e na grande janella que se abre por cima d'este, entre as duas torres. O portal é composto de varios arcos de ponto agudo ou ogival, sustentados por delgadas columnas, com capiteis ornados de folhagens grosseiramente esculpidas. Decoram tambem o portal as doze estatuas dos apostolos, esculptura em granito, grosseira e de desenho incorrecto. A janella abre-se sobre uma varanda ou terrado, logo por cima e em toda a largura do portal, e compõe-se na parte inferior de quatro arcos ogivaes de pedra, envidraçados, que dão sahida para a varanda, e na parte superior de um grande oculo, igualmente de pedra, muito simples, e do mesmo modo envidraçado, e tudo mettido em um grande arco ogival, que vem encostar-se ás duas torres. Este corpo central, que é bastante recolhido, é coroado de ameias. As duas torres elevam-se muito acima d'elle. Tem estas varias janellas, umas que se conservam abertas, outras que estão tapadas, e que mostram ter sido feitas em differentes epochas, sem se attender á symetria, nem aos preceitos da arte.

Quem transpõe o limiar do gothico portal não encontra na velha cathedral essa variedade de arabescos e de mimosos silvados, essas delicadas grinaldas, e multiformes figuras com que a architectura gothica, no seu periodo de transição para o estilo da renascença, ornamentava opulentamente os templos, cobrindo-lhes as abobadas, vestindo-lhes as paredes, guarnecendo-lhes as columnas, e engrinaldando-lhes os altares com a maior profusão de esculpturas phantasiosas e engraçadas.

Mas em compensação do que lhe falta para encanto dos olhos, encontra para enlevo da alma symbolisados, n'aquellas naves elevadas e sombrias, os mysterios da religião christã, e na austera singeleza d'architectura, que reina em todo o corpo da igreja e do cruzeiro, a pureza e santidade da doutrina ensinada aos homens pelo Redemptor por meio da palavra e do exemplo.

Tem esta igreja interiormente 43 metros de comprimento, e 20 de largura. Dividem-n'a em tres naves duas extensas arcadas ogivaes, sendo mais alta a nave central. Firmam-se os arcos em quatorze grossos pilares, sete de cada lado, compostos de delgadas columnas. Sobre estas arcadas corre, em volta da nave uma galeria estreita, aberta em 98 janellas ou frestas, que deitam para a igreja; e d'onde se podem ver as ceremonias religiosas.

Em a nave do lado da epistola, sobre um dos arcos, que a separam da nave central, vê-se uma figura de homem grosseiramente esculpida na pedra.

O primeiro escriptor que fallou d'ella foi o erudito academico, e meu desditoso amigo e consocio, o fallecido dr. Augusto Filippe Simões. Diz d'essa figura o mallogrado escriptor: «É, segundo cremos, e com quanto ninguem até hoje (1868) o tenha escripto, o busto do architecto. Não tem barba. Cobre-lhe a cabeça um barrete á maneira de solidéo, e o corpo uma roupa larga e franzida. Sobre o peito sustenta nas mãos um troço ou parallelepipedo de pedra, com duas unicas letras de bello gothico redondo em relevo bem saliente — CE. Serão iniciaes, ou a palavra *sé* erradamente escripta? Recommendamos o enigma aos archeologos, que bem merece uma solução. A esculptura é imperfeita, e só a poderemos comparar á das figuras, que se encontram n'alguns tumulos dos primeiros tempos da monarchia.»

Tambem me parece, que não se póde duvidar de que essa figura represente o architecto d'esta cathedral. Era muito vulgar n'esses tempos os architectos deixarem memoria de si nos grandes templos, que construiam, esculpindo ou fazendo esculpir na pedra o seu retrato, sempre em logar pouco exposto á vista. N'estas circumstancias se acham dois bustos, um na casa do capitulo da igreja da Batalha, que se presume ser o retrato de Affonso Domingues, primeiro architecto d'este sumptuoso monumento, e o outro no templo de Nossa Senhora de Belem, que se suppõe representar Boutaca, o pretendido architecto do grandioso padrão do descobrimento da carreira da India.

As duas letras, com effeito, quererão dizer—sé—, como declaração de que aquelle busto é o do architecto, que a deliniou e construiu? Póde ser. Esta é a tradição vulgar em Evora. No livro dos anniversarios do côro da cathedral, encontra-se um por bemfeitores da igreja, para o dia 29 de novembro, assim concebido: *Item: no dito dia fazem anniversario por Martim Domingues que foi mestre da obra: e são para este anniversario vinte soldos antigos*. Não havendo no livro referencia a datas, e sendo o claustro da sé fundação do seculo XIV, o que se acha escripto n'aquelle livro não é prova bastante para se poder affirmar, que fôra Martim Domingues o primeiro architecto d'esta igreja.

Porém ha muita plausibilidade para se acreditar que o foi, e que é seu o busto mencionado, attendendo ao logar em que se acha esculpido.

Na *Lista de alguns artistas portuguezes*, publicada pelo cardeal patriarcha, D. Francisco de S. Luiz, bem como no *Diccionario Historico e Artistico de Portugal*, pelo conde de Raczinski, não se encontra nome algum de architecto, contemporaneo dos nossos primeiros reis, que se accommode ás duas referidas lettras CE. Foram baldadas algumas diligencias, que empreguei para desvendar esse mysterio.

Ha no corpo da igreja oito capellas, quatro de cada lado; e no cruzeiro cinco. Este tem 7 metros das naves á capella-mór e 35 metros de braço a braço. O coro de cima é magnifico. Conta setenta e quatro cadeiras, elevando-se a grande altura das paredes as espaldas das cadeiras da ordem superior. Toda esta obra de madeira é profusamente ornamentada de esculpturas, representando caçadas, corridas, passagens de rios, e muita diversidade de lavores em meio relevo. Tem uma boa estante de côro.

A architectura do corpo da igreja e cruzeiro é o estilo gothico na sua introducção em Portugal, quasi nu de ornatos, ainda influenciado pelo estilo romano-bysantino nos pilares e nos capiteis, mas apresentando uma feição caracteristica nas ogivas da arcaria das naves, das portas e janellas. Tambem ainda predomina alli uma tal ou qual fórma acastellada, em que se empregam as ameias, menos como ornato, e mais como um meio de defensa em caso de necessidade, convertendo o templo em fortaleza.

III

A capella-mór antiga tinha no centro o altar-mór, segundo o uso da epocha. Era pequena, mas sufficientemente ampla para as ceremonias religiosas então de muita simplicidade. Á maneira que o curso da civilisação foi introduzindo na sociedade habitos de luxo, a igreja foi admittindo pouco a pouco

no rito catholico o fausto e o apparato. Por este motivo o arcebispo D. João de Mello, em 1570, para fazer mais espaçosa a capella-mór, mandou tirar o altar do meio d'ella, recuando-o para o fundo da mesma.

Se no seculo XVI aquelle espaço parecia acanhado para as praticas do culto, um seculo depois era sem dúvida acanhadissimo, para as ceremonias pomposas dos pontificaes em uma sé metropolitana. Differentes prelados eborenses desejaram, e planearam a construcção de uma nova e mais espaçosa capella-mór da sua sé. Porém não se affoitavam a metter hombros á empreza, attentas as grandes despezas que demandava. O arcebispo D. Luiz da Silva, que foi um dos prelados que tomou mais a peito este negocio, fallecendo em 1703, legou para se dar começo a essa obra 4:800$000 réis. Esta quantia, insignificante para tão dispendiosa fundação, foi arrecadada, á espera de que viessem juntar-se-lhe novos meios.

Passados 12 annos, por morte do arcebispo D. Simão da Gama, em 1715, ficou a mitra vaga até ao anno de 1741, sendo applicados os seus avultados rendimentos para a obra projectada.

Visitando Evora el-rei D. João V no anno de 1716, o cabido fez-lhe notar a pequenez da capella-mór da sé para as necessidades do culto, e requereu-lhe que o auxiliasse a emprehender a obra projectada; ao que o monarcha accedeu de boa vontade.

Correu algum tempo; e depois do cabido fazer subir á presença d'el-rei differentes riscos, sem que algum d'elles obtivesse a approvação regia, pois que todos pareciam mesquinhos ao animo ostentoso do fundador do magnifico edificio de Mafra, ordenou el-rei D. João V a João Frederico Ludovici, architecto d'esse colossal monumento, que se achava em construcção, que deliniasse e lhe apresentasse os desenhos para uma nova capella-mór da sé de Evora, que nada deixasse a desejar. Ludovici correspondeu aos desejos do soberano, que approvou a planta e o modelo em madeira que o architecto lhe apresentou.

Foi portanto demolida a capella-mór antiga, e edificada a nova desde os alicerces, com muita mais largueza e sumptuosidade. A gravura a pag. 344 e 345 representa com tanta fidelidade esta riquissima capella-mór, que dispensa, certamente, a descripção minuciosa. Para todos os lados, que os olhos relanceiem, não se vê senão marmores finissimos, de côres variadas, luzindo como espelhos, ou trabalhados em formosas e perfeitissimas esculpturas.

As quatro columnas de ordem composita de marmore, que adornam o altar-mór, não obstante a sua grandeza, são monolythas. Na parte superior, sobre a architrave, vêem-se dois anjos de marmore branco, um de cada lado, prostrados em adoração diante da imagem de Christo crucificado. O crucifixo é todo de madeira de cedro. A imagem, obra de bastante primor, foi feita por Manuel Dias, esculptor muito popular em Lisboa no seculo passado

Custodia da sé de Evora

com a alcunha de *pae dos Christos*, em razão dos numerosos crucifixos que fazia.

O retabulo, pintado, segundo creio, por Julio Cezar Femini, pintor romano, representa a Assumpção da Virgem, a quem a sé é dedicada. Em quatro grandes paineis, que guarnecem as paredes lateraes, estão representadas a Natividade, a Conceição, a Coroação e o Natal. As mesmas paredes, que são decoradas com doze pilastras com capiteis de ordem composita, tem no centro, a pouco mais de meia altura, dois coretos com o frontal guarnecido de variadas esculpturas. Estes coretos estão debaixo de arcos, que se appoiam no entablamento, que corre sobre as referidas pilastras. Sobre os arcos, quasi no ponto em que descançam no entablamento, avultam, sentadas, no arco do lado do evangelho, as estatuas da Fé e da Caridade, e no da parte da epistola as estatuas da Esperança e da Religião, todas cinzeladas em marmore branco.

Dez grandes janellas derramam abundante luz na capella-mór. As duas portas, que se abrem aos lados do altar, são de marmore preto, e tem por corôa os bustos de S. Pedro e de S. Paulo, esculpidos em marmore branco. Todas as estatuas, bustos e mais lavores ornamentaes são obra do esculptor italiano, João Antonio de Padua.

O pavimento da capella-mór é de mosaico, de marmores branco, amarello, preto, e côr de rosa, formando lindos desenhos. Marmores d'estas mesmas côres, e tambem verde, vestem as paredes e a abobada, polidos ou sob variadas fórmas ornamentaes.

Começada esta capella-mór em 1718, concluiu-se em 1746. Celebrou-se a ceremonia da sagração a 22 de maio d'esse anno, sendo celebrante o arcebispo D. Miguel de Tavora, filho do 2.º marquez de Tavora e 4.º conde de S. João da Pesqueira. Estreiaram-se n'esta festividade dois ricos e grandes lampadarios de prata, feitos pelo ourives Thomaz Correia, os quaes tinham de peso 753 marcos, 7 onças e 7 oitavas, e importaram em 16:830$950 réis. Na invasão franceza de 1807, o marechal Junot lançou mão e enviou para França estes lampadarios, juntamente com muitas outras peças de prata da mesma sé, cujo peso é calculado em mais de 70 arrobas, ou 1:050 kilogrammas.

Exceptuando o verde antiquo, que veiu de Roma, todos os outros marmores empregados na construcção da capella-mór foram extrahidos das pedreiras de Montes Claros, da Serra d'Ossa, de Villa Viçosa e de Borba, na provincia do Alemtejo.

O exterior da capella-mór corresponde em solidez e riqueza de construcção á sua opulencia interior.

É toda construida de marmore branco bem lavrado, e composta de tres corpos, sendo o do centro semicircular. É apainelada e adornada com pilas-

tras de ordem composita, e tem por corôa balaustradas com seus plinthos, servindo de bases a esbeltas pyras. Em um dos paineis está uma inscripção latina, que diz que João Frederico Ludovici, architecto d'el-rei, dirigiu em 1721 a construcção do modelo da obra, feito de madeira, e reduzido na proporção da quarta parte.

Vê-se d'esta inscripção, que Ludovici fez sómente o risco e o modelo, mas não dirigiu os trabalhos de construcção do edificio.

Apesar de ser uma obra relativamente moderna, não se sabe ao certo o seu custo. A tradição vulgar em Evora diz que importaram todas as despezas em 160:000$000 de réis ou 400:000 cruzados, como n'aquelle tempo se contava. Parece, todavia, que se approxima mais da verdade a somma total de 120:000$000 de réis.

IV

Contiguo á igreja está o claustro, construido pelo bispo de Evora D. Pedro, 4.º do nome, em 1376. Pelo estado de conservação em que se acha, e por ter sido preservado das superfectações com que em o nosso paiz a ignorancia e a barbaridade, tem mascarado tantos monumentos da antiguidade, este claustro é um dos mais apreciaveis, se não o mais apreciavel d'entre as construcções d'este genero, levantadas no seculo XIV, que ha no reino. Ao estilo gothico ainda severo e pesado, alliam-se as feições guerreiras, representadas pelas grossas muralhas de granito, coroadas de ameias, com que os architectos no principio da monarchia apropriavam os templos á defensa da patria.

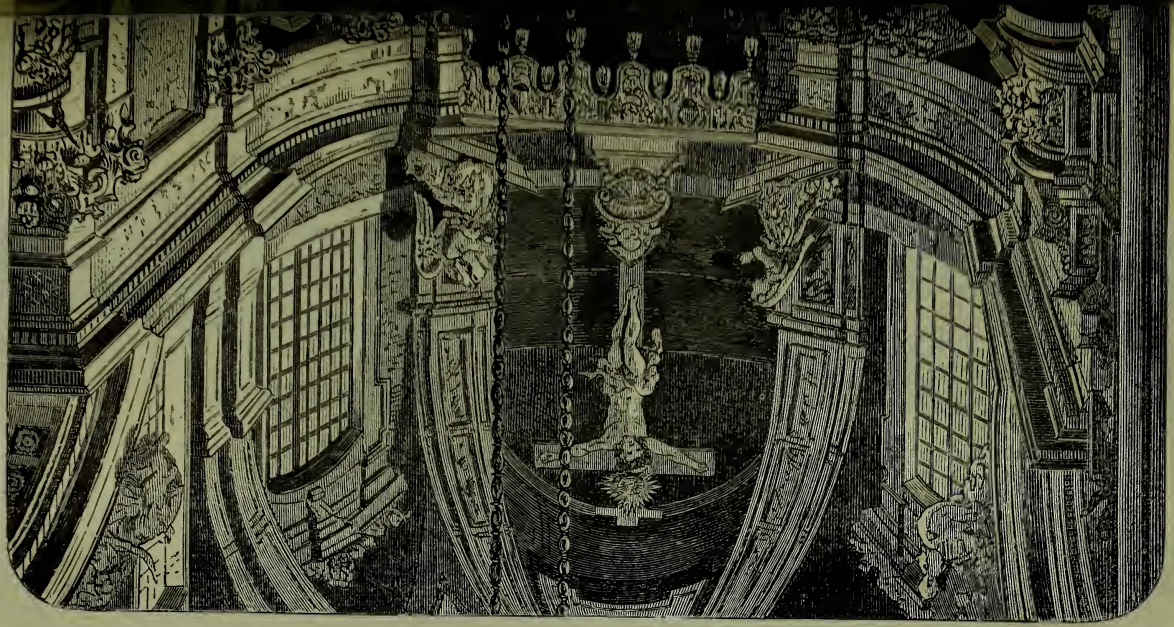
É o claustro uma grande quadra composta de quatro lanços de arcarias ogivaes.

Tem n'esses lanços ou galerias varias capellas e altares, e nos seus quatro angulos estatuas de santos, de esculptura grosseira em pedra, mettidas em nichos.

A sachristia é espaçosa e solidamente construida. Porém apenas é notavel pela riqueza e primores artisticos do seu thesoiro, não obstante o consideravel roubo, que padeceu nos principios d'este seculo, e que acima referi. As peças principaes d'este thesoiro são:

1.º *Uma cruz de oiro*, contendo uma reliquia do Santo Lenho. Não sobresahe pela belleza ou delicadeza da esculptura, pois que o ourives foi parco de lavores; mas sim pela abundancia e opulencia da pedraria, que a guarnece. Conforme um manuscripto, que se guarda na Bibliotheca de Evora, adorna-se esta cruz com 840 diamantes rosa, 402 rubis, 180 esmeraldas, 2 saphiras, 1 jacintho oriental, e um camapheu: ao todo 1:426 pedras preciosas. Foi feita no fim do seculo XVII por ordem do arcebispo D. fr. Luiz da Silva,

Capella-mór da sé de Evora



para encerrar n'ella uma parte da reliquia do Santo Lenho, trazida de Jerusalem, em 1268 por D. Affonso Pires Farinha, balio da ordem de S. João de Jerusalem, e por elle depositada na igreja que expressamente fundou para esse effeito no Alemtejo com a invocação de *Vera Cruz*, a que depois se accrescentou do *Marmellar*, em razão da visinhança da aldeia d'este nome. Levou el-rei D. Affonso IV esta reliquia, quando foi a Hespanha auxiliar seu genro, D. Affonso XI, rei de Castella e Leão, contra os moiros da Andaluzia, reforçados com sarracenos d'Africa. Derrotados estes na memoravel batalha do Salado, regressou a Evora o soberano de Portugal, e para recompensar esta cidade dos soccorros com que o ajudou n'esta campanha, dividiu a reliquia do Santo Lenho em duas partes iguaes, restituindo uma d'ellas á igreja de Vera Cruz do Marmellar, e dando a outra á sé eborense.

2.° *Custodia e calix de prata doirada, do seculo* XVI, tendo de altura 0^{m},78, e 0^{m},25 de diametro na base. Esta é dividida em seis gomos com imagens de santos em relevo, cercadas de brincados lavores. O pé, ornado com anneis lavrados de folhagens, é de fabrica posterior, e em desharmonia com o estilo gothico da custodia. A copa é toda guarnecida com diversidade de lavores em relevo, sobresahindo seis figuras, uma das quaes representa Moysés. De seis balaustres, que separam as figuras, pendem outros tantos pingentes, sem a fórma de tintinabulos. Esta parte inferior da custodia póde servir de calix. Compõe-se a parte superior da custodia, de quatro pilares com

Baculo da sé de Evora

seus coruchéos, elevando-se sobre uma base de rendas delicadas, e sustentando uma cupula decorada com arcaria gothica, e com estatuas de santos debaixo de baldaquinos rendilhados, além de outros desenhos em relevo, tudo coroado por um crucifixo. Entre os quatro pilares está o hostiario ou ediculo. Quando os reformadores indiscretos substituiram o nó do pé, que deveria ser de estilo gothico, pelos anneis da renascença, tambem accrescentaram os dois seraphins que resaltam dos referidos pilares. Não ha certeza de quem mandou fazer esta custodia, mas ha fundamento para se suppôr, que foi o bispo D. Affonso de Portugal, que cingiu aquella mitra de 1485 a 1522.

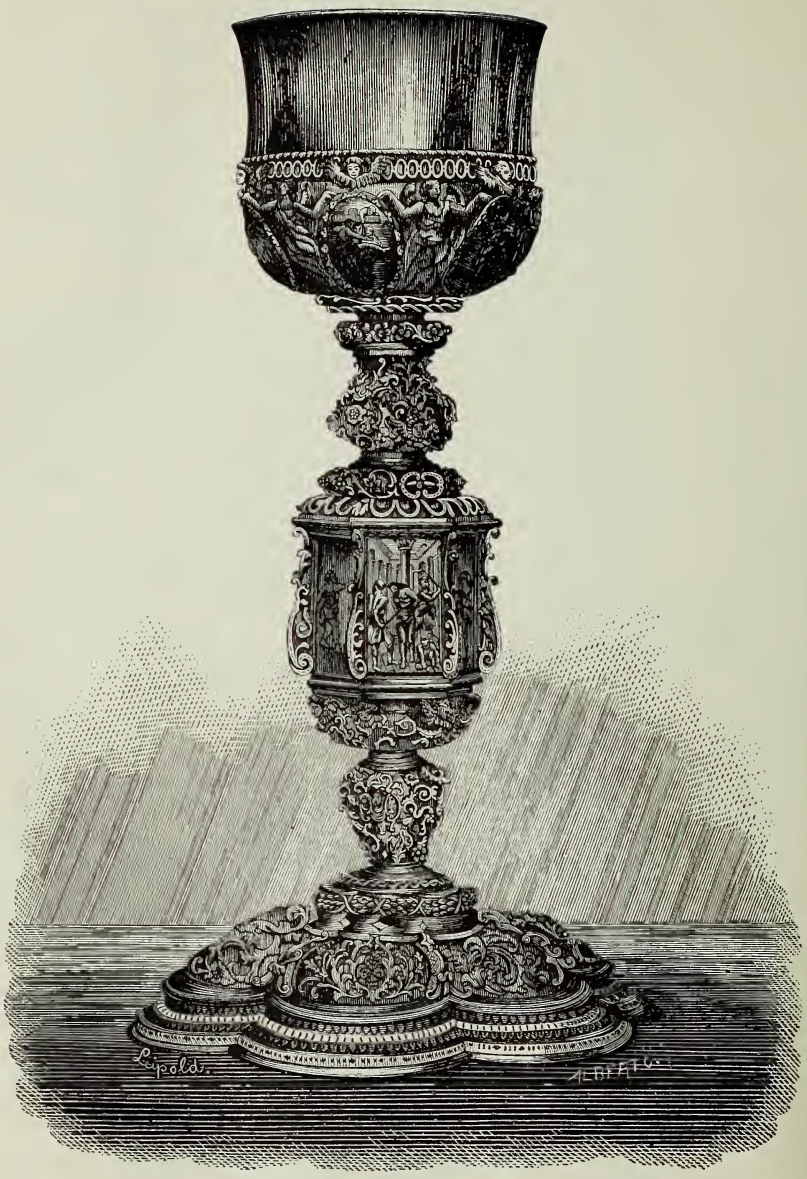
3.° *Baculo de prata doirada*, com 0^{m},54 de altura, do seculo XVI. A crossa tem no centro a estatua da Virgem; remata em uma grande amethista, além de outras pedras que a guarnecem, e assenta em um corpo composto de duas ordens de arcadas ogivaes e pilares com os respectivos coruchéos. Dentro da arcada superior vêem-se seis estatuetas de santos, em pé, encostadas ás faces da haste sextavada. Dentro da arcaria inferior estão outras seis estatuetas, porém sentadas. A parte inferior d'este corpo é ornamentado, além de outros lavores, com seis baixos relevos. Na haste, por baixo d'este corpo, estão engastadas varias pedras preciosas. Este baculo foi mandado fazer pelo cardeal infante D. Henrique, sendo arcebispo de Evora.

4.° *Calix de oiro esmaltado*, com 0^{m},33 de altura, do seculo XVI. A metade superior da copa é lisa, e na metade inferior, tem em meio relevo, seis medalhões ovaes com figuras representando passos da Paixão, e nos intervallos outros tantos anjos, mostrando segurar os medalhões. Seis formosos quadros de baixo relevo, representando tambem passos da Paixão, decoram o nó, que é de fórma hexagona. A base compõe-se de seis gomos, nos quaes, além de outros desenhos, avultam em meio relevo as imagens de S. Pedro, de S. Paulo, e dos quatro evangelistas. É primorosa toda a obra de esculptura e de esmalte. O seu estilo da renascença, conservando apenas do gothico a fórma geral, não a ornamentação do nó, mostra que foi feito nos fins do seculo XVI, quando o estilo ogival estava inteiramente proscripto, sobre tudo na Italia, onde se presume que este calix foi fabricado, attenta a correcção do desenho e perfeição da esculptura das figuras, que se vêem nos medalhões e nos quadros de baixo relevo.

No reverso da base está um brazão esmaltado, e a seguinte inscripção: *Doct. Paulus Alphonsus Reg. Consiliarius in Ecclesia Eborensi Archidiaconus et Canonicus Donavit—Anno Dom̃* 1587.

5.° *Porta-paz de prata doirada* com 0^{m},20 de altura. Tem um quadro de baixo relevo, que representa Nossa Senhora da Piedade, é obra do seculo XVIII.

A custodia, o baculo e o calix figuraram na exposição universal de Paris em 1867, na secção denominada—*Historia do trabalho*, e juntamente com

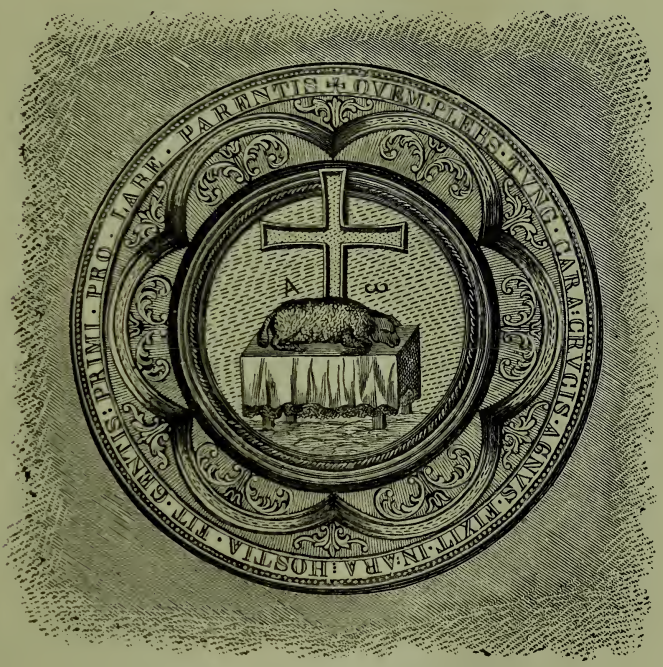


Calix de oiro da sé de Evora

o porta-paz na exposição d'arte ornamental e decorativa, que se realisou em Lisboa em 1882.

Possue tambem esta cathedral muita copia de ricos paramentos e outras alfaias valiosas.

Cingiram a mitra eborense muitos prelados distinctos pelo seu saber e virtudes e illustres pelo nascimento. Mencionarei, d'entre os que a governaram



Patena do calix de oiro da sé de Evora

como bispos, D. Jorge da Costa, que foi arcebispo de Lisboa e cardeal; D. Alvaro, 2.º do nome, legado apostolico; D. Affonso de Portugal, filho do 1.º marquez de Valença, e neto do 1.º duque de Bragança; e o cardeal-infante D. Affonso, filho d'el-rei D. Manuel, e da rainha D. Maria sua segunda mulher; e d'entre os que empunharam o baculo como arcebispos, o cardeal-infante D. Henrique, filho dos mesmos soberanos, e que foi o 1.º arcebispo; D. Theotonio de Bragança, filho de D. Jaime, 4.º duque de Bragança; D. Alexandre de Bragança, filho de D. Theodosio, 2.º do nome, e 7.º duque de Bragança, era D. Alexandre o irmão mais novo d'el-rei D. João IV; D. frei Domingos de Gusmão, filho de D. Gaspar de Gusmão, duque de Medina Sidonia, e irmão

da rainha D. Luiza de Gusmão, mulher d'el-rei D. João IV; D. frei Manuel do Cenaculo Villas Boas; D. frei Patricio da Silva, cardeal, ministro da justiça e depois patriarcha de Lisboa, etc.

Paço Archiepiscopal

Fica este palacio contiguo á sé. A data da sua fundação é a mesma da da cathedral eborense. No seu principio era mosteiro, no qual viviam o prelado e os conegos em perfeita clausura. Quando acabou para elles a vida monastica, escolhendo a habitação que mais lhe convinha, como clerigos seculares, foi o mosteiro convertido em paço episcopal, e n'elle residiram os prelados d'aquella diocese até que, introduzidos no episcopado os habitos da ostentação e do luxo, não se poderam accommodar com a sua numerosa familia de capellães e criadagens no apertado e mesquinho edificio, que fôra mosteiro.

Os habitos de luxo vieram-nos com o desenvolvimento do commercio, que em resultado de descobrimento da India, fez de Lisboa o emporio dos generos e mercadorias do Oriente. Portanto, creio que foi nos principios do seculo XVI, que os prelados eborenses deixaram a habitação do velho mosteiro, procurando melhor accommodação em palacios na cidade. Foi o primeiro ou um dos primeiros a morar affastado da sé o cardeal-infante D. Affonso, bispo de Evora, filho d'el-rei D. Manuel e da rainha D. Maria. Residiu em um palacio na rua dos Infantes, a que elle e seus irmãos deram o nome. O cardeal infante D. Henrique, arcebispo de Evora, e filho dos mesmos soberanos, morou na rua de Mesquita, e no paço real a S. Francisco. Este exemplo foi seguido pelos prelados, seus successores, até que o arcebispo D. João de Melle, na segunda metade do seculo XVI mandou reconstruir e augmentar, o edificio do antigo mosteiro, com as accommodações que se requeria para um paço archiepiscopal d'aquella epocha. Accrescentaram-n'o ainda com edificações o arcebispo D. Theotonio de Bragança; D. fr. Luiz de Sousa, então bispo eleito do Porto, e governador do arcebispado de Evora, séde vacante, o qual edificou o corpo do palacio em que está a livraria; e o arcebispo D. Luiz da Silva que cingiu a mitra eborense em 1691.

É, portanto, o paço archiepiscopal de Evora um grande edificio, mas sem bellezas d'architectura nas suas fachadas de estilo moderno e pesado. No interior apenas encerra alguns paineis, um principalmente digno de menção. É um grande e precioso quadro antigo de pintura em madeira, que serviu por longos annos de refabulo no altar da capella-mór da sé, e que, por occa-

Painel da Coroação da Virgem, na capella do paço archiepiscopal de Evora

são de se demolir para ser reconstruida no seculo passado, foi transportado, juntamente com outros que adornavam a mesma capella-mór, para uma casa de arrecadação, onde se conservaram todos em completo despreso até ao principio d'este seculo.

Representa o mencionado quadro a Coroação da Virgem.

A gravura, que vae junta, dispensa a descripção do quadro.

As imagens de Nossa Senhora e do Menino Jesus, e todas as figuras de anjos e de santas são admiraveis, sobre tudo pela expressão dos rostos, pela nobreza das posições, e pela naturalidade das roupagens.

O conde de Raczinski, grande amador de bellas artes, e muito intelligente conhecedor das differentes escholas de pintura, visitando Evora quando exercia em Lisboa o cargo de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario d'el-rei da Prussia, viu, examinou e admirou muito o referido quadro, no anno de 1844. No excellente livro, que publicou em Paris, em 1846, com o titulo: *Les Arts en Portugal*, diz o seguinte d'aquelle quadro: «Le tableau de la Vierge entourée d'anges est admirable dans toutes ses parties. C'est, de tous les tableaux gothiques, que j'ai vu en Portugal, celui auquel je trouve le plus de merite. Il me rapelle celui de l'autel de Gand. Il est infiniment mieux que les douze autres, et il pourrait difficilment être l'œuvre du même pinceau».

O painel do altar de Gand, a que se refere Raczinski, é obra do celebre pintor de Bruges, João Van Eyck, o aperfeiçoador da applicação do oleo, á pintura, pois que a invenção é anterior.

Este artista nasceu pelos annos de 1386 [illegible]alleceu em 1440. Veiu a Lisboa em 1428, fazendo parte da embaixada, que Filippe o Bom, duque de Borgonha, mandou a el-rei de Portugal, D. João I, encarregado de pedir para o duque seu soberano, a mão da infanta D. Isabel, filha do dito monarcha e da rainha D. Filippa de Lencastre.

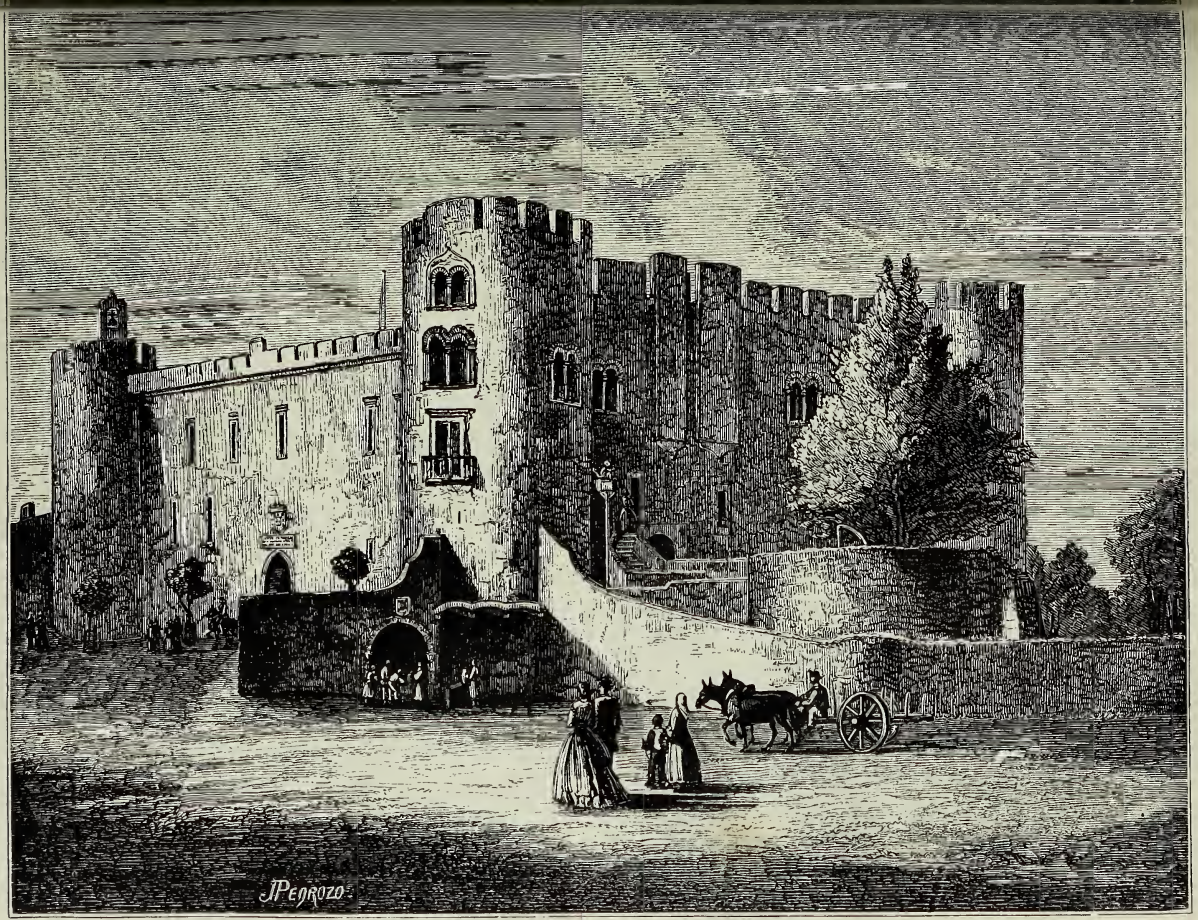
Van Eyck esteve um anno em Lisboa, acompanhando a infanta duqueza de Borgonha na sua viagem para Bruxellas em 25 de dezembro de 1429. Durante esta demora em Lisboa, além do retrato da infanta, fez muitos retratos de pessoas da côrte, e outras pinturas. Poderia então ter pintado o quadro da Coroação da Virgem para a capella-mór da sé de Evora. Torna mais plausivel esta supposição a coincidencia da estada em Lisboa, n'essa occasião, do bispo de Evora, D. Alvaro, que celebrou o consorcio, por procuração, da infanta D. Isabel com o duque de Borgonha.[1]

Não obstante todas estas circumstancias, não se póde julgar averiguado, que o painel em questão seja devido ao pincel de Van Eyck; pois que ha algumas razões, que levam a crer que foi feito no seculo XV, porém poste-

[1] No museu do Louvre ha um quadro da Coroação da Virgem pintado por Van Eyck.

riormente á morte d'aquelle eximio pintor. Embora seja desconhecido o nome do artista, é fóra de dúvida que era pintor muito distincto, pois que a sua obra é de grande merecimento artistico.

Os outros quadros de que faz menção o conde de Raczinski eram bons, mas foram estragados por inhabeis restauradores. Guarnecem actualmente uma das salas do paço archiepiscopal. Foi o sabio arcebispo D. frei Manuel do Cenaculo Villas Boas quem salvou todos estes quadros da destruição, a que pareciam estar condemnados, fazendo-os collocar nos logares em que ao presente se acham.



Castello de Alvito

CASTELLO DE ALVITO

NA VILLA DO MESMO NOME

I

Portugal nunca figurou entre os paizes mais celebrados pela grandeza e magnificencia das suas residencias feudaes. Obstaram a isso, não só a pequenez do seu territorio e a exiguidade dos seus recursos, mas sim e principalmente outras razões que vou indicar.

Porei á frente de todas a de que o systema feudal n'esta boa terra portugueza não teve a organisação, que apresentava n'outros paizes da Europa. Oppunham-se tanto a essa organisação entre nós as liberdades que usufruiu o povo desde a fundação da monarchia, que bem se póde dizer que o feudalismo, no rigor da palavra, não foi conhecido dos portuguezes.

Em quanto que n'outros paizes, e nomeadamente na França, na Inglaterra e na Allemanha, os principaes castellos feudaes foram edificados, ou augmentados e fortalecidos para servirem de ponto de appoio aos principes e fidalgos nas querelas e rixas sanguinolentas, que a meudo rebentavam entre si, e nas rebelliões e luctas encarniçadas que muitas vezes sustentavam, por ambição ou vingança, contra o seu soberano; em Portugal taes fortalezas não tiveram outra origem, nem serviram a outro fim, com raras excepções, que não fôsse á defensa da patria contra a aggressão dos extranhos.

Não quero occultar que alguns exemplos aponta a nossa historia de castellos feudaes, isto é, de propriedade particular, sitiados e tomados á viva força em resultado dos odios de duas ou mais familias poderosas; mas esses casos foram tão poucos, que constituem essa rara excepção a que alludi.

Das fortalezas que tomaram partido contra o monarcha ou contra o povo nas discordias civis que em differentes éras agitaram este reino, d'essas não fallo, porque não eram castellos particulares, mas sim do rei, que n'elles punha alcaides encarregados simplesmente da sua conservação e defensa.

A segunda razão consiste, a meu ver, em não ter existido n'este reino até aos fins do seculo XIV familia alguma tão opulenta e poderosa, que intentasse edificar para sua residencia e defensa uma d'essas habitações, esplendidas e guerreiras, que a arte guarnecia de variados ornamentos, e a tactica militar flanqueava de torres e coroava de ameias, ao mesmo tempo palacio e fortaleza, como as que se espelham nas aguas do Rheno, ou campeiam em outros paizes erguidas sobre throno de rochas.

A terceira razão facilmente se encontrará na simplicidade do viver dos nossos antepassados, mormente até áquella éra, em que os proprios soberanos, não obstante o apparatoso estado que os acompanhava em publico, viviam modestamente em pequenos palacios, nos quaes só tinham aposentos, além das pessoas reaes, os criados absolutamente indispensaveis ao seu serviço particular.

No reinado dos nossos primeiros monarchas os solares das mais illustres familias limitavam-se, em geral, a uma torre quadrangular, de cantaria, coroada de ameias, com dois pavimentos, e raras vezes com tres. Quem viaja pela provincia do Minho encontra a cada passo alguma d'essas toscas edificações, que nos estão retratando, como se foram espelhos, a vida singela e frugal dos seus antigos senhores.

Depois que estes costumes se principiaram a modificar, o primeiro fidalgo que se extremou de todos pelas immensas riquezas que accumulou, e que se elevou acima de toda a nobreza de Portugal pela auctoridade dos seus cargos e privança do rei, e pelo avultado numero de terras, de castellos e de vassallos, que o reconheciam por senhor, foi o condestavel D. Nuno Alvares Pereira (fins do seculo XIV). Este podia construir um palacio acastellado, que não tivesse que invejar aos mais soberbos que o feudalismo erigiu por essa Europa.

Bem o poderia ter feito, se quizesse, o fundador do convento do Carmo de Lisboa; o varão ousado em todo o genero de emprezas, que achou dinheiro sufficiente nos seus cofres, e força bastante no seu animo para levantar pela terceira vez, depois de se ter alluido por duas vezes, a capella-mór d'esse grandioso templo consagrado á recordação da victoria de Aljubarrota. Porém, o heroe da independencia da patria preferiu ás vaidades do mundo dar testemunho solemne dos seus sentimentos religiosos. Assim pois, emquanto dispendia com mão larga, entre outras obras de piedade, na fundação do convento, onde havia de ir occultar os seus loiros, para viver na obscuridade e na devoção os ultimos annos da sua vida, edificava mesquinha habitação para si e para sua familia no limitado castello de Villa Viçosa, tambem obra sua, e que mostra ser fabricado por quem pensava mais em defendel-o com os braços, fazendo do peito muralha, que com o auxilio da valentia dos muros, e da altura dos baluartes.

Das riquezas e senhorios do condestavel foram herdeiros sua filha unica, D. Brites Pereira e seu genro D. Affonso, conde de Barcellos, filho natural d'el-rei D. João I, e ao diante primeiro duque de Bragança. Este principe, cujo animo ambicioso e turbulento, foi o principal motor das discordias que levaram por fim, mau grado d'elle, a desditosa viuva d'el-rei D. Duarte, D. Leonor de Aragão, a ir morrer em grande pobreza, longe de seus filhos, e em terra extranha; este principe, cujo coração vingativo foi o verdadeiro auctor da lucta fratricida, que pôz termo á existencia de dois homens por tantos titulos illustres e benemeritos da patria;[1] esse principe, repito, viu no longo curso de mais de 90 annos da sua vida, tão accrescentada a herança do condestavel, que legou a seu filho D. Fernando, 1.º do nome, e 2.º duque de Bragança, a maior casa que tem havido em Portugal depois da dos seus reis. Esta casa foi tão opulenta em bens, tão poderosa pelo numero de senhorios e de vassallos, e tão auctorisada pelas honras, privilegios e prerogativas que desfructava, que nenhuma casa, não soberana, houve na Europa que a igualasse na riqueza e no poder.

Portanto o duque de Bragança D. Affonso achava-se nas circumstancias de fundar um castello para sua residencia como os mais grandiosos da Europa. Incitava-o a essa empreza o seu genio inquieto e intrigante, que por força lhe havia de fazer conhecer a necessidade de possuir uma boa fortaleza, onde se podesse defender, em caso extremo, contra os seus numerosos inimigos. Sobravam-lhe meios para a obra, por mais largas que désse á traça. Não lhe faltavam artistas de subido engenho, de que é prova o monumento da Batalha. E até lhe era tão propicia a quadra, que nunca em nosso paiz se vira, desde a acclamação do seu primeiro rei, outra epocha mais favoravel, que a de D. Affonso V, ao desenvolvimento do feudalismo.

Este monarcha foi por tal modo prodigo dos bens e privilegios da corôa em favor dos fidalgos, que se não morresse aos 45 annos de edade, nada teria que deixar ao seu successor mais que um throno empobrecido e um sceptro dependente dos caprichos da nobreza.

O duque D. Affonso edificou, não ha dúvida, castellos para sua habitação, e com todas as condições de uma verdadeira fortaleza. Porém em todas essas construcções foi modesto, quer na architectura exterior do castello, quer na grandeza e ornamentação dos paços. Mas não se cuide que essa modestia foi virtude sua; era virtude dos costumes publicos, que ainda não consentiam o luxo em edificios, interna ou externamente, que não fôssem consagrados ao culto divino.

N'esse reinado, pois, não foi só o duque de Bragança que fundou castellos, outros fidalgos tambem, a exemplo seu, os construiram.

---

[1] O infante D. Pedro, duque de Coimbra, irmão bastardo do duque de Bragança, e D. Alvaro Vaz de Almada, conde de Abranches, mortos na batalha da Alfarrobeira no dia 20 de maio de 1449.

Todavia, apenas se escondeu no seu occaso o sol que vivificára e abrilhantára o feudalismo renascente, ennublou-se o horisonte, e rebentou a tempestade que derrocou e confundiu no pó das instituições caducas essa, que nunca achára entre os portuguezes solida base em que se firmasse.

A subida de D. João II ao throno foi como o relampago prenuncio da tormenta. A nova fórma das menagens, que por ordem d'el-rei lhes deviam ser prestadas pelos alcaides e senhores de castellos, foi o primeiro raio despedido contra o feudalismo, que, ao cabo de baldada lucta, lá succumbiu juntamente com os seus dois chefes, D. Fernando II, terceiro duque de Bragança, e D. Diogo, duque de Vizeu, ambos cunhados d'el-rei D. João II, o primeiro degolado na praça de Evora em cadafalso publico; o segundo apunhalado nos paços reaes de Setubal pelas proprias mãos do soberano.

Depois d'esta victoria do poder real, não é de crer que a nobreza edificasse n'este reino, pelo menos durante a vida de D. João II, mais alguma d'essas residencias ao mesmo tempo palacio e fortaleza. Não se poderia suppôr que consentisse em tal o reformador, que tamanhos perigos correra na lucta, tão corajosamente sustentada com o elemento aristocratico, então poderosissimo. Todavia, decorridos treze annos depois do drama sanguinolento, que pôz termo ao feudalismo em Portugal, o mesmo soberano, que o fulminou, mandava construir uma d'essas residencias perfeitamente feudaes, e encarregava de superintender n'essa fundação um fidalgo, representante de uma das mais antigas familias da nobreza do reino. Nunca me foi possivel descobrir o intuito d'el-rei D. João II, ordenando uma tal construcção. Porém o que é certo é que esse palacio acastellado, começado em 1494, o anno antecedente á morte do fundador, depois de acabado, sob o sceptro d'el-rei D. Manuel, era propriedade da familia do superintendente da obra, o barão de Alvito.

Ha n'isto uma singular contradicção dos principios, que triumpharam na politica do estado ao aceno d'el-rei D. João II. Não será facil explical-a satisfatoriamente, não obstante a circumstancia de ser o superintendente d'aquella construcção pessoa muito da confiança e do agrado tanto do monarcha fundador, como do soberano que lhe succedeu no throno.

Ao tempo d'aquella fundação construiram-se em o nosso paiz alguns edificios, templos e palacios, com fórmas acastelladas. Porém estas feições guerreiras eram empregadas simplesmente como ornamentação, sendo este uso como legado do reinado antecedente. Porém o palacio do sr. marquez de Alvito não está n'este caso, porque é uma verdadeira fortaleza, como demonstrarei na descripção d'elle.

II

A villa de Alvito, na provincia do Alemtejo, districto administrativo de Evora, está situada em terreno elevado, a 25 kilomotros ao N.N.O. da cidade de Beja, a 35 ao S.O. de Evora, e 125 ao E. de Lisboa. Contém 450 fogos com pouco mais de 1:800 habitantes. Tem proximo uma estação do caminho de ferro do Sul e Sueste.

Na extremidade do norte d'esta villa, em terreno um pouco mais alto que o assento d'esta, levanta-se garbosa e senhorilmente, em meio de uma planicie, o magnifico solar dos marquezes de Alvito. Tem este vasto edificio a fórma quadrangular, e compõe-se de quatro fachadas exteriores, flanqueadas de outras tantas torres circulares mais elevadas; e de quatro fachadas interiores, que sobre arcadas guarnecem um grande pateo, a que mais quadra o nome de ampla praça.

A frontaria principal estende-se por um vasto terreiro, denominado *largo do Castello*, que, apesar de servir de praça publica da villa, é pertença d'este solar. N'esta fachada, que se vê representada em a gravura a pag. 354, fica a entrada do castello, defendida por um fosso com ponte levadiça.

No portal, de architectura singela, apenas tem, digno de attenção, dois brazões esculpidos em pedra, e uma inscripção lapidar. A inscripção está logo sobre o portal, e por cima d'esta avultam os dois brazões. O que fica á direita é o das armas reaes de Portugal, na fórma usada em tempo d'el-rei D. Affonso v, e no principio do reinado de seu filho, el-rei D. João II, pois que foi este soberano, que reduziu a sete os dez castellos, que havia no escudo real, como se vêem no brazão acima referido.

Portanto, a fórma do brazão real contradiz a tradição, que attribue a sua collocação sobre a porta do castello a el-rei D. João III.

O escudo do lado esquerdo é o brazão d'armas dos barões de Alvito. O primeiro foi D. João Fernandes da Silveira, regedor das justiças, chanceller-mór, vedor da fazenda e escrivão da puridade d'el-rei D. Affonso v; dez vezes embaixador a diversos soberanos da Europa. Era quarto neto d'el-rei D. Affonso III, e casou duas vezes, sendo a segunda com D. Maria de Sousa Lobo, filha e herdeira de Diogo Lopes Lobo, senhor de Alvito, e de outras terras, e de D. Isabel, filha de D. Lopo Dias de Sousa, mestre da ordem de Christo, e representante da antiquissima e esclarecida familia dos Sousas, que se alliou por consorcio com a casa real portugueza, nos reinados de D. Affonso Henriques, de D. Affonso III e de João v; e que foi agraciada em differentes epochas com os titulos de conde de Miranda, marquezes de Arronches, e duques de Lafões e de Miranda do Corvo,

O brazão da casa de Alvito é: em campo de prata cinco lobos pardos em aspa, armados de vermelho, tendo o escudo uma bordadura de azul com oito aspas de oiro: timbre um dos lobos do escudo com uma aspa na espadua. A corôa do escudo foi de barão, depois de conde, e ultimamente de marquez.

A inscripção, que acima me referi, é do theor seguinte: *Esta fortaleza se começou a xiij dagosto de mil cccc l* $\frac{p}{r}$ *iiij per mãdado del Rey dõ Joam o segundo noso sõr e acabouse em tpõ del Rey dom Manoel o psmeiro noso Sñor fela per seus mãdados dom Diogo Lobo baram dalvito.*

A data é o anno de 1494. A letra da inscripção é gothica, porém os caracteres são mal feitos e irregulares em tamanho, e alguns não são de gothico puro. Esta ultima circumstancia tem algum valor para se julgar da epocha em que a inscripção foi feita, pois que no fim do seculo xv estava já accentuada a transição na letra gothica pura. Por conseguinte parece-me que se acabou o castello e foi collocada a inscripção sobre a sua porta no principio do seculo xvi.

Como acima disse, o 1.º barão de Alvito foi D. João Fernandes da Silveira, que falleceu em 1484, dez annos antes de se dar principio á referida fundação. Succedeu-lhe na casa e no titulo D. Diogo Lobo da Silveira, 2.º barão de Alvito, o superintendente da obra, o qual tomou o appellido de Lobo de sua mãe, transmittindo-o aos seus descendentes.

III

A gravura dispensa a descripção da fachada do edificio n'ella representada. Chama-se-lhe principal por ter a porta d'entrada do castello. Porém, aquelle titulo quadra melhor, quanto a regularidade e belleza, á que está voltada para o lado de Beja. Cae esta frente sobre o jardim e pomares de larangeiras, os quaes são cercados de muros. As outras fachadas deitam para a cerca do castello, e para os lados do Rocio e praça da villa.

O portal da entrada conduz ao pateo de que acima fallei, d'onde sóbe uma escadaria de tres lanços, que dá ingresso para uma grande sala chamada *dos Veados*, que por duas outras mais pequenas offerece communicação para todos os aposentos do castello.

A torre, que fórma o angulo do norte tem tres pavimentos, cada um com um quarto circular. O quarto do primeiro andar tem um alçapão que dá para o quarto do pavimento terreo, que communicava com um subterraneo, hoje entulhado, e que, provavelmente, seria outr'ora uma passagem occulta, para

em caso de cerco, proporcionar sahida á guarnição para se prover do que mais lhe escaceasse, ou para tentar alguma empreza, em que tomasse de sobresalto os sitiantes, ou finalmente, em extrema necessidade, para proteger uma retirada.

A torre do lado de léste tem tambem tres quartos em andares. A de oéste, igualmente de tres andares, é denominada *do sino* por ser coroada pelo campanario da capella do castello, cuja sachristia occupa o segundo andar da dita torre. A do sul olha para a *Praça* da villa, e é de todas a que tem maior ambito. Nos seus tres andares, onde ha excellentes salas, vêem-se formosas janellas, que mostram pela sua architectura terem sido abertas, ou reformadas, a do primeiro andar no reinado de D. João III, ou posteriormente, e as dos dois superiores no d'el-rei D. Manuel. Por baixo d'esta torre, em um panno de muralha, que resalta d'ella sobre a praça, nasce uma fonte de tão abundante manancial, que vae d'alli regar seis quintas, e fazer trabalhar seis azenhas. É uma verdadeira curiosidade natural. Torre e fonte vêem-se na gravura a pag. 354, a qual tambem mostra as torres de léste e oéste.

Além d'estas quatro torres ha mais outra chamada da *menagem*. Ergue-se entre as do norte e oéste. Não apparece na gravura por causa do ponto de vista, d'onde foi tirado o desenho original do castello.

A torre da *menagem*, ou *homenagem*, é quadrada e tem dois andares. As paredes têem tres metros de expessura. Algumas janellas com grades revelam que servira de prisão.

Sobre as quatro fachadas do castello corre um passadiço ou terrado guarnecido de ameias com seteiras, o qual communica interiormente com todas as torres, as quaes têem por cobertura plataformas com a mesma guarnição, excepto a da *menagem*.

Das janellas, e sobre tudo d'aquelle terrado, desfructam-se formosas perspectivas, extensos panoramas, em que avultam muitas cordilheiras de montanhas, a cidade de Beja, e outras povoações.

A capella é tão vasta que lhe dão a denominação de igreja. É consagrada ao Espirito Santo. Os objectos notaveis que encerra são uma imagem do *Senhor morto*, que a tradição diz ser coeva com a fundação do castello; e uma banqueta de prata, que tem gravada a éra de 1512. Foi dada por el-rei D. Manuel a Diogo Lobo da Silveira, 2.º barão de Alvito.

Em uma das salas do castello existe um grande movel antigo, rico e de feitio singular. Consta de uma especie de commoda com quatro gavetões e assente sobre quatro leões. Em cima d'esta peça levantam-se quatro columnas, que sustentam um docel. Todo este movel é de madeira de cedro marchetada de ebano e marfim. Tem de altura $3^{m},50$, e de largura dois metros.

IV

No anno de 1531, achando-se hospedados n'este castello el-rei D. João III e sua mulher, a rainha D. Catharina d'Austria, esta soberana ahi deu á luz no 1.º de novembro o principe D. Manuel, quinto fructo do seu consorcio.

Foi jurado principe herdeiro do throno no dia 13 de junho de 1535 nas côrtes convocadas para esse fim na cidade de Evora. Foi celebrado este nascimento com extraordinarias festas e demonstrações populares de regosijo não só em todo o reino, mas até na cidade de Bruxellas, onde o embaixador de Portugal, D. Pedro Mascarenhas, mandou fazer grandiosos espectaculos publicos, e deu uma funcção magnifica e opiparo banquete ao imperador Carlos V, a sua irmã D. Maria, rainha de Hungria, a outros principes da familia imperial, e a toda a côrte.

Porém todas estas alegrias e esperanças foram prematuramente convertidas em tristezas pelo fallecimento do principe D. Manuel, que succedeu na cidade de Evora a 13 de abril de 1537, não tendo chegado a completar cinco annos e meio d'edade. Jaz na igreja de Santa Maria de Belem, em Lisboa.

O nascimento d'este principe alvoroçou toda a nação com a esperança e jubilos de ver assegurada a successão da corôa, e renovadas, a seu tempo, sob o governo de um segundo Manuel, as venturas do primeiro.

Este feliz successo é que deu motivo á tradição que diz, que el-rei D. João III, para o commemorar, mandára fazer e collocar sobre a porta do castello o escudo das armas reaes á direita do brazão dos barões de Alvito.

Além da camara onde nasceu aquelle principe ha alli outro quarto memoravel em a nossa historia moderna. É aquelle em que pernoitou o sabio e virtuoso monarcha, o Sr. D. Pedro V, de gloriosa recordação, no seu regresso a Lisboa da ultima viagem que fez ao Alemtejo; e da qual se lhe originou pouco depois a fatal doença que o lançou no sepulchro. El-rei o Sr. D. Luiz I tem visitado por vezes este palacio, em excursões venatorias, hospedando-se n'elle por alguns dias.

O castello de Alvito é certamente a mais notavel de todas as construcções d'este genero, que ao presente existem em Portugal, tanto pela grandeza e aspecto guerreiro do edificio, como pelo excellente estado de conservação em que se acha, sem embargo de estarem pezando sobre as suas abobadas mais de quatro seculos, e de lhe terem abalado os fundamentos, durante este longo periodo, varias convulsões da terra, que tantas povoações prostraram na Extremadura, no Alemtejo e no Algarve.

Este castello é solar dos srs. marquezes de Alvito, que habitavam n'elle uma grande parte do anno, até ao fallecimento da esposa do actual marquez,

Esta familia é uma das mais illustres do reino, quer pela antiguidade da sua nobreza, quer pelos serviços prestados ao paiz por grande numero dos seus membros nos campos de batalha, nos tribunaes de justiça, na diplomacia e no governo do estado.

Foram-lhe dadas as primeiras honras e privilegios de *senhor de terras* por el-rei D. João I, por alvará de 8 de maio de 1387. El-rei D. Affonso V recompensou os importantes serviços de João Fernandes da Silveira creando-o barão de Alvito de juro e herdade para sempre, por alvará de 27 d'abril de 1475. Foi o primeiro barão que houve em Portugal. Tambem em galardão de serviços lhe foram concedidos os titulos de conde de Oriola, villa do Alemtejo de que é senhor, por alvará d'el-rei D. João IV, datado de 16 de setembro de 1653; e de marquez de Alvito por alvará d'el-rei D. José I, de 4 de junho de 1766.

É actual representante d'esta nobre familia, o sr. D. José Antonio Lobo da Silveira Quaresma, 5.° marquez de Alvito, 8.° conde de Oriola, 15.° barão de Alvito, 18.° senhor da mesma villa, e par do reino; e camarista d'el-rei o Sr. D. Luiz I.

CONVENTO

DE

NOSSA SENHORA DO VENCIMENTO

DO MONTE DO CARMO

I

O voto: a batalha e a victoria

ARA se tratar do grandioso e venerando templo de Nossa Senhora do Vencimento do Monte do Carmo, hoje em ruinas, é mister primeiramente fazer commemoração de um dos maiores feitos, que ennobrecem os fastos de Portugal, e de um dos mais heroicos e gloriosos dos seus filhos.

O feito foi a victoria d'Aljubarrota, que mil circumstancias fizeram gloriosissima, e que assegurou a independencia do nosso paiz. O heroe, a quem se devem, mais que a nenhum outro, os loiros d'esse dia memoravel; o heroe que, depois do ultimo triumpho das armas portuguezas, para que tanto concorreu com a sua invicta espada, desprezou honras e riquezas, indo encerrar-se em um claustro sob o humilde habito de leigo; esse heroe, emfim, que viverá laureado e respeitado nos annaes d'este reino, em quanto a historia guardar em seus archivos memorias de insignes façanhas, de extremada dedicação pela causa da patria, e de exemplos sublimes de todas as virtudes christãs, é o grande condestavel D. Nuno Alvares Pereira.

No dia 14 de agosto de 1385 achavam-se á vista nos campos d'Aljubarrota os exercitos de Castella e de Portugal. A peleja, que estava prestes a romper, devia decidir da sorte da monarchia de D. Affonso Henriques. Porém, todas as apparencias e probabilidades affiguravam-se contrarias a este reino. O exercito castelhano contava perto de 30 mil homens; e além d'isso estava bem armado, e a sua organisação e disciplina eram das melhores d'aquelle tempo. O exercito portuguez compunha-se, apenas, de 11 mil combatentes, mas na sua maioria gente bisonha, sem disciplina, e sem pratica no exercicio das armas. Todos valentes, certamente, cheios de confiança nos

seus chefes, e possuidos de patriotismo. Mas que, não obstante estas circumstancias favoraveis, sentiram esmorecer-lhes o animo, e arrefecer-se-lhes o enthusiasmo, quando viram estender-se diante de si, em extensa linha de batalha, tão poderoso inimigo.

El-rei de Portugal, D. João I, fizera voto á Virgem Maria de lhe levantar um templo magnifico, se a victoria coroasse a bandeira das quinas: e voto igual foi feito pelo condestavel D. Nuno Alvares Pereira. Fortalecidos pela fé, os dois bravos chefes correram as fileiras da sua hoste para levantar o espirito abatido dos soldados. E tanto poder tiveram as suas palavras enthusiasticas e a expressão energica de seus rostos, em que se viam estampadas a fé e a esperança, que em todos os peitos se levantou de novo o animo, e se accendeu o enthusiasmo.

Travou-se em seguida o combate: accommetteram-se de parte a parte com igual valentia e intrepidez. Por vezes esteve a sorte indecisa, parecendo desfavorecer os nossos; mas depois de algumas horas de terrivel carnificina; ao cabo de heroicos exforços da hoste portugueza, o inimigo fugia completamente desbaratado, deixando em poder dos vencedores o seu acampamento com immenso e riquissimo despojo.

II

Cumprimento do voto: fundação do convento carmelitano

Passados poucos annos fundava el-rei D. João I o sumptuoso convento de Santa Maria da Victoria, vulgarmente chamado da Batalha; e o condestavel Nuno Alvares Pereira lançava a primeira pedra nos alicerces de outro convento grandioso, que consagrou a Nossa Senhora do Vencimento do Monte do Carmo. Edificava-se aquelle no proprio logar, onde rompera tão desigual combate; levantava-se este sobre um dos montes em que se assenta Lisboa.

Logo que o condestavel se viu desembaraçado dos trabalhos e cuidados da guerra, tratou de dar cumprimento ao voto que fizera.

Escolhido para lugar da fundação o monte fronteiro á cidade moirisca, hoje castello de S. Jorge, foi comprado o terreno a maior parte ao visinho convento da Trindade, e outra parte mais pequena a Micer Carlis Passanha, almirante d'este reino, cuja habitação se erguia, onde vemos agora o palacio em que se acham estabelecidas as repartições da direcção geral dos correios e telegraphos do reino.

O primeiro risco apresentado pelo architecto ao condestavel não foi approvado, talvez pelas avultadissimas despezas a que obrigava. Por este plano devia a igreja ficar com a frontaria voltada para o oriente, isto é para o lado do valle, então denominado Valle Verde, onde ao presente está a praça de D. Pedro; e o ingresso para o templo seria feito por uma escadaria de pedra, que, principiando na raiz do monte, havia de subir em zigues-zagues pela ingreme encosta até ao adro e porta principal da igreja.

Não se sabe quem foi o architecto que deliniou aquelle risco, e que fez o segundo, que mereceu a approvação do fundador e se pôz em execução, ficando n'este a porta da igreja voltada para o occidente, e a capella-mór, onde estava riscada n'aquelle a porta do templo.

Começou-se a obra pela capella-mór, deitando-se a primeira pedra nos alicerces com a maior solemnidade em julho de 1389.

Iam já crescidas as paredes, quando repentinamente se alluiram com perda de alguns operarios. Profundaram-se mais os alicerces, e mais do que os primeiros se reforçaram. Porém, estando já adiantada esta segunda fundação, sobreveiu igual catastrophe, inutilisando-se o fructo de muito trabalho e dispendio.

Desgostoso o condestavel, e attribuindo as catastrophes á impericia dos mestres, despediu-os, e chamou para os substituir os tres architectos do mesmo appellido, que gosavam de grande fama: Affonso Eannes, Gonçalo Eannes, e Rodrigo Eannes.

Referem os chronistas, que por occasião do condestavel ordenar aos architectos, que procedessem á nova fundação, dando ao edificio toda a precisa solidez, sem olharem a despezas, lhes dissera que «se os alicerces se alluissem pela terceira vez, nem assim desistiria da obra, nem do local, *mas que os havia de fazer de bronze.*»

Porém d'esta fundação conseguiu-se perfeita segurança. «Logo com estes bons officiaes (dizem as antigas memorias do convento do Carmo) empeçou o conde (de Ourem e de Barcellos) a sua obra a terceira vez pela parte do valle, e nom quiz levar os fundamentos direitos a fundo, por assim lho certificarem os Mestres, mas para mais fortificação, acordarão que fossem enviasados com seus degráos; e que empeçassem um bom salto atraz do valle, para que não só tivessem a terra, que nom corresse, mas que quando as paredes fossem erguidas, nom lhe podesse a terra fazer alguma rapazia.»

O condestaval mandou chamar os quatro melhores canteiros e esculptores, que havia em Lisboa, e eram: Lourenço Gonçalves, Estevão Vasques, Lourenço Affonso e João Lourenço. E com estes mestres e mais operarios celebrou uma escriptura, em que se continham as obrigações de cada um, e o preço dos jornaes, que eram os seguintes: 30 réis por dia ao mestre de toda a obra; 13 réis aos outros mestres ou officiaes; e 10 réis aos serventes. Estes

preços eram avultados, pois que o alqueire de trigo valia n'aquelle tempo apenas 5 réis.

No anno de 1407, achando-se as paredes da igreja levantadas a grande altura, abriu-se uma larga fenda no frontespicio, entre a porta e o cunhal da parte do sul, de maneira que para remedear este damno foi preciso reforçar a parede do sul com uns arcos ou batareos, que ainda lá se vêem.

N'esse mesmo anno chegaram a Lisboa alguns religiosos do convento de Nossa Senhora do Carmo, da villa de Moura, chamados pelo condestavel para lhes fazer doação e entrega do convento e igreja. Apesar do edificio estar ainda muito distante do seu acabamento, aquelles religiosos tomaram conta d'elle, e começaram a exercer os actos de communidade.

O fundador doou muitos bens ao convento, mas em uma clausula da escriptura reservou para si, em quanto vivesse, a administração dos rendimentos. Tendo determinado, que a cada frade fôssem dadas 40 varas de panno de linho por anno para se vestirem, elles antes quizeram dois cruzados «para melhor se governarem.»

III

Sagração da igreja: recolhe-se o condestavel ao convento: a sua morte

Acabado o templo em 1423, no fim de 30 annos de trabalhos não interrompidos, celebrou-se a ceremonia do sagração com grande pompa no mez de julho. E no dia 15 do seguinte mez recebeu o fundador das mãos do prelado o habito de donato carmelita, contando 63 annos de edade, depois de infructuosas diligencias de varias pessoas para o dissuadirem do seu intento; e trocou pelo nome humilde de Nuno de Santa Maria seus illustres appellidos e os honrosos titulos de condestavel de Portugal, conde de Ourem, de Arrayollos e Barcellos, mordomo-mór d'el-rei D. João I, e senhor donatario de mais de 40 villas.

Fugindo dos braços de sua filha, de seus netos, e dos seus numerosos amigos, e despresando as vaidades do mundo, o illustre progenitor dos nossos reis da dynastia de Bragança foi depôr aos pés da Cruz a espada gloriosa do heroe dos Atoleiros, d'Aljubarrota e de Valverde. Foi esconder nas sombras do claustro uma fronte, em que resplandecia tamanha gloria; foi cobrir de grosseira estamenha o corpo que vestira armas tão reluzentes; foi dar os mais humildes exercicios ás mãos, que tinham coroado o mestre d'Aviz, e defendido com tanta coragem e valor a liberdade dos portuguezes.

Ao cabo de oito annos e dois mezes e meio de uma vida toda consagrada ao serviço de Deus e á pratica das virtudes christãs, morreu dentro de uma pobre cella, não só desataviada de ornatos, mas até falta do preciso para agasalho e commodidade, o fundador do sumptuoso convento de Nossa Senhora do Carmo, o mais opulento fidalgo d'aquelles tempos, o companheiro d'armas que D. João I não se fartava de enriquecer (1 de novembro de 1431)!

IV

Funeral do condestavel, manifestações populares, anniversarios da sua morte

Contra os seus desejos e determinações expressas, fez-se-lhe o enterro com extraordinaria pompa, porque assim o quiz el-rei, que assistiu ao funeral acompanhado dos infantes, seus filhos, e de toda a côrte, vestidos de rigoroso luto.

Deu-se-lhe sepultura rasa no meio da capella-mór; porém passados annos foi trasladado para um magnifico tumulo.

Os serviços prestados pelo condestavel á causa publica, em quanto empunhava a espada, e depois que vestiu o habito carmelitano, a sua humildade, o seu animo caridoso, e a santa vida que levava no convento, conquistaram-lhe por tal modo o amor e a veneração do povo, que pouco depois do seu fallecimento, começou a estabelecer-se uma romaria de populares a visitarem a sua sepultura, entoando cantos em seu louvor. Á maneira das romagens que vão todos os annos em certos dias aos santuarios a cumprir votos, ou a levar offerendas, assim iam annualmente, alternando-se os populares das differentes parochias da cidade, das freguezias dos suburbios e até de outras mui distantes, lançar flores sobre a sepultura do condestavel, tocando, cantando e dançando em volta d'ella.

Descrevendo esta singular usança, diz fr. Jeronimo da Encarnação: «Quando o veneravel corpo do conde jazia soterrado no chão... as mulheres dos cidadãos da cidade de Lisboa, com alguns d'elles, se ajuntavam na capella mayor do Mosteiro do Carmo, que o conde fez, hum dia depois da Paschoa florida, que era a primeira Oitava, com seus pandeiros e adufes, e outras tangendo as palmas; e com muito prazer e folgança cantavão, e dançavão á roda d'onde sotterrado estava, começando huma das mulheres, que melhor voz tinha, e as outras respondiam o que ella cantava; e dizião d'esta guiza:

O gram Condestabre
Nunalves Pereira
Defendeo Portugale
Com sua bandeira
E com seu pendone.

(Seguidilha ou córo) Nó me lo digades, none.
Que Santo he o Conde.

Na Aljubarrota
Levou a vanguarda
Com braçal, e cota
Os Castelhãos mata
E toma o pendone.
Nó me lo digades, none, etc.

Com sua chegança
Filhou Badalhouce, (tomou Badajoz)
Sem usar davença
Entrou sua torre,
E poz seu pendone.
Nó me lo digades, none, etc.

Dentro no Valverde
Venceo os castelhãos;
Matou bons e máos,
Só co'ha sua hoste,
E seu esquadrone.
Nó me lo digades, none, etc.

«Este estribilho repetiam infinitas vezes, bailando com grande contentamento ao redor da sepultura, sobre a qual punham muitas capellas de flores, e as offertas que lhe deixavão em signal de gratidão pelas victorias, que conseguira, e pela liberdade d'este reino, da qual fôra instrumento.

«Na segunda oitava do Espirito Santo vinhão de romaria, para celebrar igual festa, os moradores do Rastello (Belem) e os do termo de Lisboa; e no dia de S. João, em que nascera o condestavel, corrião para o mesmo fim os habitantes das villas visinhas a Lisboa, de que elle fôra senhor. Os primeiros cantavão-lhe as suas victorias, e os segundos seus milagres exaltavão n'estas seguidilhas:

Uma voz—Do Rastello a Sacavem
Nem ningola, nem ninguem
Tem semelho ao Condestabre
Que lhe prouge, e que lhe prase
Ho fagernos tanto bem.

Todos—E bem, e bem.

O rapaz das coberturas,
Que morre, e cahe pera traz,
Já non vae á sepultura,
Que otra bes vive o rapaz:
E o Conde lé fizo o bem.
E bem, e bem.

A filha de Joanne Estés,
Que finou por non mamar,
Ao do Moinho do cubo,
Que finou por se afogar,
Viventa o Conde tambem.
E bem, e bem.

O mal d'aquella alfaiata,
A gram dôr de Lopo Affons,
Non les chega aos coraçons,
Que o Conde Santo los guarda:
E tudo por fager bem.
E bem, e bem.

E bem, Condestabre Santo,
Cobrinos cõ vosso manto,
Cõ vosso manto de Gales,
Defendimento de males,
E faganos muito bem
E bem, e bem.»

V

O templo

Não se esmerou o architecto em ornamentar a frontaria da igreja, que como acima disse olha para o occidente, e deita para um largo, outr'ora irregular e acanhado, e presentemente com a largueza e regularidade de uma praça, guarnecida de bons predios, arborisada e ornada no centro com um grande chafariz, embora conserve o seu antigo titulo de largo do Carmo. Um amplo e esbelto portal, formado por seis arcos ogivaes, descançando sobre doze columnas com os seus capiteis lavrados de folhagens; duas grandes janellas, do mesmo estilo dos lados do portal, e por cima d'este um immenso

oculo, com lindos trabalhos de graciosos lavores em pedra, vasados como uma renda delicada, compunham a ornamentação da frontaria.[1]

No cunhal do lado do norte está gravada a seguinte curiosa inscripção: *Na era de* 1523, *a* 30 *dias do mez de Agosto, foi sagrado este mosteiro por Dõ Ambrozio, Bpo. de Rusiona q. concedeo a todo los visitãtes esta casa* 40 *dias de remisã dos peccados, e pela orde sã cõcedidos* 400 *anos e* 85 *coresmas de perdã, e cada dia do outav.°* 85 *anos e* 85 *coresmas de perdã, a qual cõsagraçã se fes pela alma Brãca Roiz Talheira, q. deixou sua fazenda ao mosteiro de Nossa Sra.*[2]

Tanto cresceu o terreno do adro e do largo contiguo, que vieram a ficar meio soterradas a porta e a fachada da igreja. E já se achavam n'esse estado no anno de 1745, em que foi impresso o primeiro volume da *Chronica dos carmelitas*, pois que o chronista, fr. José Pereira de Sant'Anna, descrevendo a porta do templo diz:....«Da parte do adro occidental, onde a terra fica mais alta, que o pavimento da igreja, só a metade superior do dito portico apparece. Depois que se entra na igreja, e se descem os treze degráos de marmore, que encaminham para o seu pavimento, então se vê inteiramente todo o portico, tão singular na materia, como proporcionado na architectura.»

O templo é de tres naves, iguaes na altura, divididas por cinco arcos ogivaes de cada lado, sustentados por feixes de delgadas columnas, tudo de marmore. Desde o portal até ao fundo da capella-mór contam-se 71 metros e 94 centimetros: de largura 22 metros, e no cruzeiro 33 metros. A altura das naves é de 24 metros e 64 centimetros.

Tinha este templo 25 capellas, reconstruidas com magnificencia nos principios do seculo XVIII, sendo revestidas de finos marmores de côres diversas, ora lavrados em delicados relevos, ora brunidos e lustrosos como espelhos. Os vãos da nave do meio, que medeiam entre os arcos, sobre as columnas, eram guarnecidos de paineis com molduras doiradas.

Nos topos do cruzeiro estavam duas sumptuosas capellas, abertas em toda a altura da igreja, e com retabulos de talha doirada. Em uma d'estas, dedicada a Nossa Senhora da Encarnação, celebrou missa muitas vezes o apostolo das Indias, S. Francisco Xavier. Tambem ahi attrahia a veneração dos fieis, e a admiração dos entendidos em assumptos de bellas artes, uma formosa imagem de Christo crucificado, feita pelo celebre esculptor Miguel Angelo Bounarotti. No mesmo cruzeiro havia mais quatro capellas collateraes da capella-mór, e consagradas a Nossa Senhora sob diversas invocações.

Nas columnas junto ao cruzeiro estavam dois pulpitos de marmore, pri-

[1] Os frades no principio do seculo passado substituiram as janellas gothicas por outras de verga direita e cantaria lisa.

[2] Modernamente mandando a camara municipal guarnecer de balaustrada o adro do templo, os operarios, para unirem esta ao cunhal, cortaram a inscripção do lado do norte.

morosamente cinzelados, os quaes fr. Luiz dos Anjos mandou á sua custa cobrir de prata lavrada com muita diversidade de lavores, um em 1717, e o outro no anno seguinte.

A capella-mór de fórma hexagona e semelhante no exterior a uma fortaleza, tem duas ordens de janellas ogivaes. É coberta de abobada, bem como as quatro capellas collateraes, tendo por cima um terrado geral, que era guarnecido outr'ora de uma brincada renda.

Adornavam esta capella-mór interiormente excellentes paineis, devidos ao pincel de um distincto pintor portuguez, Braz de Avelar, e obra de talha primorosa, feita pela maior parte em 1510 por Pedro de Frias, insigne entalhador d'aquelle tempo. Ahi se admiravam as celebradas cadeiras do côro, de talha relevada com infinita variedade de figuras, de arabescos, folhagens e flores, obra do eximio esculptor Diogo de Carta, em 1548. Na entrada da capella via-se uma grade de ebano, e dois pulpitos da mesma madeira, com guarnições de bronze doirado, fabricados com muita perfeição. O pavimento da capella-mór era de marmores de côres em xadrez.

VI

Mausoleus e sepulturas na igreja

O mais notavel dos monumentos funebres, por muitos respeitos, era o do condestavel D. Nuno Alvares Pereira.

Fôra enterrado, como acima disse, no meio da capella-mór, em sepultura raza; porém, mandando de Bruxellas a duqueza de Borgonha, infanta D. Isabel, filha do nosso rei D. João I, um sumptuoso mausoleu para n'elle se encerrarem os restos do illustre condestavel, foram estes trasladados para esse soberbo cofre. E em 1548 foi mudado o tumulo do primeiro logar em que o assentaram para o presbyterio do lado do evangelho. Era este mausoleu de finissimo alabastro. Compunha-se de uma caixa ou urna com $2^{m},60$ de comprimento, em cujas faces estavam esculpidas em relevo as santas imagens, que em vida trazia pintadas na sua bandeira, e juntamente figuras de anjos com os escudos d'armas dos Pereiras. A caixa descançava sobre tres leões, e tinha em cima da tampa a estatua do condestavel, em vulto inteiro, deitada e vestida no habito carmelitano, empunhando na mão direita o cajado em que costumava appoiar-se na velhice; e na esquerda o livro de orações, que trazia sempre comsigo. Junto do tumulo erguia-se a estatua de um gentil mancebo, em pé, com $1^{m},50$ de altura, vestida de armas brancas, com peito,

manoplas, grevas, espaldar, espada á cinta, e uma grande maça de ferro na mão. Representava D. Nuno Alvares Pereira na sua juventude, e na fórma porque sahia a pelejar.

Na parede contigua ao mausoleu lia-se o seguinte epitaphio: «*Aqui jaz a muito honrada e virtuosa Dona Eiria Gonçalves, Madre do Santo Conde, que mandou fazer este Mosteiro.*»

No pavimento, tambem proximo do mausoleu, estava uma sepultura com este letreiro: «*Aqui jaz a duqueza D. Joanna de Castro, mulher de D. Fernando II, Duque de Bragança, e neto d'El-Rey D. João I.*»

A pouca distancia viam-se as sepulturas de D. Jayme, filho do 4.º duque de Bragança, D. Jayme; do bispo de Ceuta, D. Jayme de Lencastre, filho de D. Jorge de Lencastre, duque de Coimbra e mestre da ordem de S. Thiago, filho natural d'el-rei D. João II; e de D. Luiza Cabral, mulher de D. Diniz de Faro, ramo da casa de Bragança.

Na parede do corpo da igreja, proximo do portal, do lado do evangelho, abria-se um arco de marmore de muita elevação, dentro do qual estava um tumulo magnifico de marmores de varias côres, cuja urna era sustentada por dois leões. Jazia n'elle D. Miguel d'Almeida, conde de Abrantes, um dos quarenta fidalgos, que fizeram a revolução do 1.º de dezembro de 1640, acclamando rei de Portugal o 8.º duque de Bragança.

Entre muitas sepulturas de pessoas illustres, que havia no pavimento do corpo da igreja, era notavel uma pelo seguinte epitaphio: «*Aqui jaz quem conheceu 7 reis d'este reino, serviu a 4, e pelejou em uma batalha, em que morreram 3 Reys, e elle foi captivo, e se resgatou á sua custa; morreu a 15 de março de 1625.*»

Ignora-se o nome d'este guerreiro, que muito viveu para conhecer sete reis, os quaes foram, sem dúvida, D. Manuel, D. João III, D. Sebastião, cardeal D. Henrique e os tres Filippes. A batalha a que allude é a de Alcacer-Quivir, em que morreram el-rei D. Sebastião e os dois principes moiros, que disputavam o throno de Fez.

No cruzeiro havia entre outras campas uma, que cobria as cinzas de um dos mais illustres poetas que tem honrado o nosso Portugal. Tinha gravado um longo epitaphio em latim, que recordava as eminentes qualidades de Antonio Ferreira, o auctor da tragedia *Dona Ignez de Castro*, a primeira tragedia que se fez, não só em Portugal mas na Europa, depois da extincção do theatro grego e romano.

Junto do pulpito da parte do evangelho estava uma lage com o seguinte curioso letreiro, gravado em caracteres gothicos, «Sepultura do Farelo».

VII

Sachristia e o thesoiro

Na sua fundação primitiva a sachristia era de abobada, de laçaria de pedra, porém passados muitos annos, sendo accrescentada e dividida por dois grandes arcos em dois corpos, a nova abobada foi construida de tijolos em roscas. Abriu-se na parede do norte uma capella de Nossa Senhora d'Assumpção, fabricada de marmores de differentes côres, na qual tinha o seu jazigo a familia dos Silvas Telles, marquezes d'Alegrete. O pavimento era de mosaico de marmore branco, vermelho e negro.

Em uma das gavetas dos magnificos caixões, que guarneciam as paredes, guardavam-se a espada do condestavel D. Nuno Alvares Pereira, e o sceptro de oiro que fôra tomado na batalha d'Aljubarrota a D. João I de Castella. No espaldar do caixão maior, via-se, entre outras pinturas de santos da ordem, o melhor retrato que existia do condestavel. Nas paredes do norte e sul correspondiam-se dois santuarios, que encerravam muitas reliquias; d'entre as quaes era notavel um pedaço do Santo Lenho engastado n'uma cruz de oiro cravejada de pedras preciosas, que foi tomada ao dito monarcha de Castella na referida batalha.

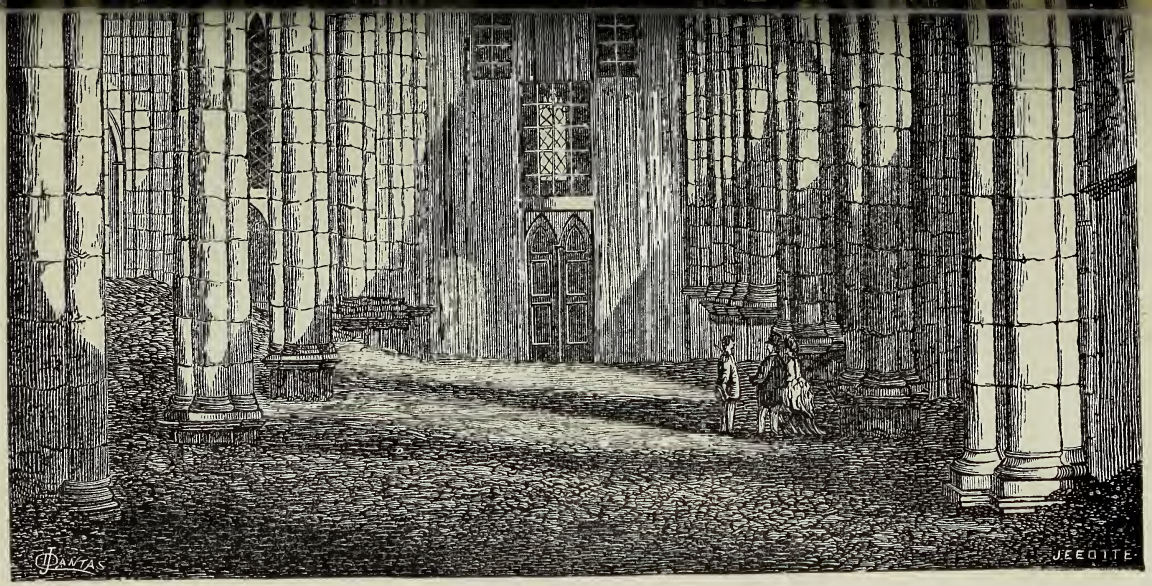
Havia n'esta sachristia algumas sepulturas, entre essas a de D. Marianna de Lencastre, filha de D. Francisco de Faro, 4.º neto d'el-rei D. João I.

O relicario, que se guardava na sachristia era um dos mais preciosos da capital, tanto pelo numero das reliquias, que passavam de 500, como pela riqueza das custodias, ambulas e cofres em que estavam encerradas.

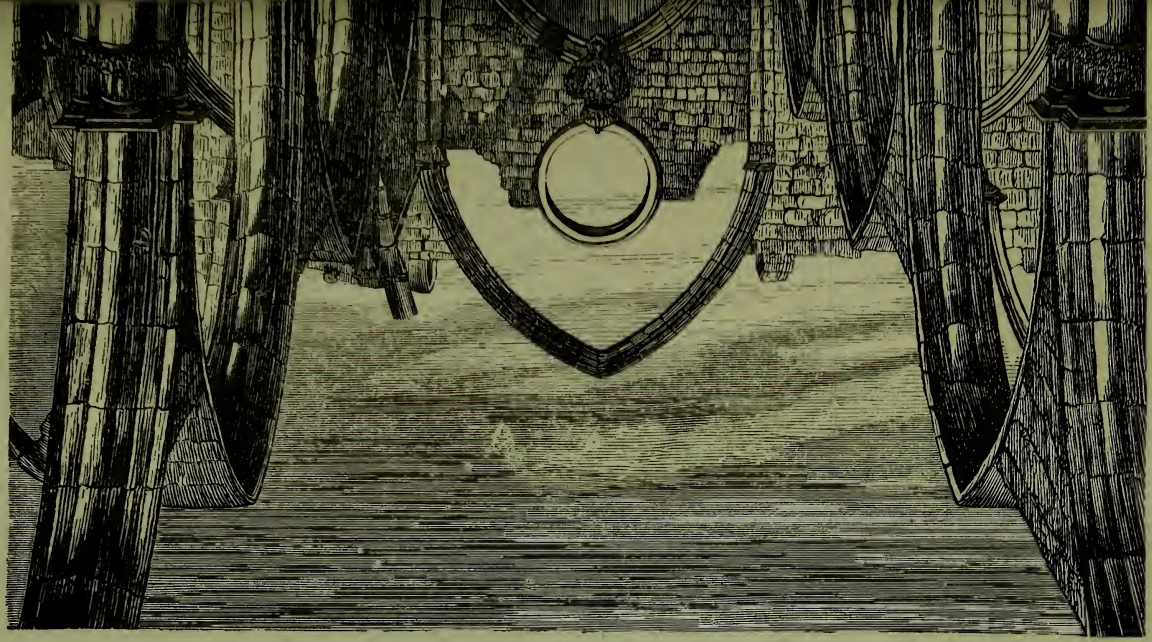
Não havia em Lisboa igreja, que igualasse esta na quantidade e opulencia das alfaias. Os objectos de oiro, prata e pedras preciosas, que o condestavel lhe doou, e outros muitos, que pelo tempo adiante foram dados por diversas pessoas, formariam um longo catalogo.

Mencionarei os principaes que eram: duas custodias de prata doirada, uma com 1^{m},50 d'altura, e outra com mais de 150 marcos de prata e 3 de oiro; dois cofres de prata lavrada primorosamente, guarnecidos de pedras preciosas, para deposito da Santa Eucharistia; o frontal do altar-mór e a banqueta, tudo de prata com pedras preciosas: mais doze grandes castiçaes, cruz e outros ornatos do mesmo metal pertencentes áquelle altar.

Entre as joias, que serviam de ornar a imagem de Nossa Senhora do Carmo e do Menino Jesus nos dias de festa, sobresahiam duas riquissimas corôas em que brilhavam 72 diamantes; um afogador tambem de diamantes obra



Interior da igreja arruinada do Carmo, em Lisboa



de muito valor; e os vestidos dados por el-rei D. João v, tão recamados de oiro e com tal mimo bordados, que excitavam geral admiração.

Os vasos sagrados, paramentos, armações e mais alfaias, doados por differentes pessoas, no correr dos tempos, não eram menos para ver e admirar.

Além do thesoiro da sachristia, viam-se no templo, ornando as capellas, muitos objectos preciosos de grande valor intrinseco, e de muita estimação pela excellencia do trabalho. Especificarei alguns: a soberba alampada e os grandes castiçaes de prata da capella do Senhor Morto, aquella, dadiva da rainha D. Luiza de Gusmão, mulher d'el-rei D. João IV, e estes offerecidos por sua filha, D. Catharina de Bragança, mulher de Carlos II, rei d'Inglaterra; o mausoleu de prata doirada, em que repoisava o Senhor Morto. E muitas lampadas, candelabros, castiçaes e sacras das differentes capellas do cruzeiro e do corpo da igreja.

VIII

O claustro, livraria e casa do capitulo

Tinha o claustro 29 metros de comprimento e 24^{m},40 de largura, sendo formado por quatro lanços, cada um com nove arcos ogivaes. Sobre esta arcaria estendiam-se outros quatro lanços de galeria de janellas de sacada. E por cima d'estes corriam os dormitorios, cujo lanço de léste deitava para o lado do Rocio. No centro do claustro havia um jardim, com uma grande cisterna. Nos lanços inferiores viam-se cinco boas capellas de Passos, com retabulos de talha doirada, e outras ricamente ornamentadas pertencentes á ordem terceira. Na galeria superior abriam-se doze esbeltos porticos de marmores, muito ornamentados, os quaes davam serventia por espaçosas escadarias de pedra para a igreja, dormitorios, refeitorio, portaria, cerca, etc.

Na parede de um dos lanços d'este claustro havia um epitaphio em letra gothica, que dizia: «Esta sepultura he de João de Guimarães, Alfageme.» A chronica dos carmelitas affirma ser este o alfageme de Santarem, que não quiz receber dinheiro pelo concerto, que fez na espada de D. Nuno Alvares Pereira, dizendo que tudo lhe pagaria, quando por alli voltasse feito conde de Ourem; anedocta outr'ora bem popular, e modernamente bem avivada na memoria de todos pela formosa producção dramatica *O alfageme de Santarem*, do grande poeta visconde d'Almeida Garrett.

Estavam n'este claustro mais tres sepulturas dignas de memoria: a do celebre jurisconsulto Manuel Alvares Pegas; a do padre Antonio Carvalho da

Costa, anctor da *Chorographia Portugueza;* e a de Garcia Mendes de Castello Branco, um dos primeiros conquistadores do reino d'Angola.

A livraria contava cinco mil volumes e alguns de apreço. Por cima das estantes as paredes eram guarnecidas com os retratos do condestavel D. Nuno Alvares Pereira e dos escriptores da ordem carmelitana, pintados por André Reinoso, distincto pintor portuguez do seculo XVII.

A casa do capitulo e o refeitorio tinham abobada de laçaria de pedra, e os pavimentos de marmores de tres côres em xadrez. Todas as mais officinas eram construidas com solidez e grandeza.

IX

O terremoto de 1755: destruição da igreja e convento: reedificação d'este

Um só dia bastou, e poucas horas d'esse dia para reduzir a um montão de ruinas a soberba fabrica do grande condestavel; e para anniquilar tantas riquezas alli accumuladas por tantas e tão pias mãos. No 1.º de novembro de 1755, pouco depois das 9 horas e meia da manhã, começou a terra a abalar-se com pulsação do centro para a superficie. Augmentando o impulso, mas com violento balanço do norte para o sul, logo principiaram a desabar os edificios da cidade; e ao cabo de seis minutos, Lisboa, que já senhoreára mares e avassalára reinos, e que em throno se sentava como rainha, estava prostrada, e envolta no pó dos seus monumentos derrocados.

O famoso templo de Nossa Senhora do Carmo não foi dos ultimos que padeceu ruina. Abateu-se a abobada do cruzeiro aos primeiros impulsos do terremoto. Apoz esta cahiu a do corpo da igreja, e em seguida as luzes, que havia em todos os altares, em attenção á solemnidade do dia, atearam fogo nas armações de damasco, e nos retabulos de talha doirada; d'onde se communicou á parte do templo, que ficára em pé, e ao convento. O que o terremoto poupou foi destruido pelo incendio, perecendo sob as ruinas quatorze religiosos.

Passado algum tempo, tratou fr. José Pereira de Santa Anna, que então era provincial, de reedificar o convento, que poucos annos antes descrevera com tanta miudeza na sua *Chronica dos carmelitas calçados*. Levantar as abobadas do antigo templo, reparar e adornar tantas capellas, que o guarneciam, era empreza superior ás forças de um prelado e de uma communi-

dade. Decidiu-se, pois, que se construisse uma nova igreja, junto da antiga, em harmonia com os escassos meios que havia para essa obra.

Foi-se reconstruindo o convento pouco a pouco, porém não com a riqueza, que tinha antes da catastrophe. Paredes de alvenaria e abobadas de tijolo substituiram em muitas partes grossas muralhas de cantaria. A nova igreja ficou, posto que vasta, abarracada e de architectura mesquinha. Trasladaram-se para ella os ossos do condestavel, encerrando-os em um tumulo de madeira em tudo igual ao de alabastro, que o terremoto fez pedaços.

Achou-se entre o entulho a espada do heroe d'Aljubarrota, em bom estado; porém o sceptro de oiro tomado a D. João I de Castella perdeu-se, e o mesmo succedeu a todas as reliquias, alfaias e preciosidades.

Depois de concluida a reconstrucção do convento, em que se consumiram muitos annos, os frades metteram hombros á ardua empreza de reedificar o antigo templo. Faltou-lhes porém o animo, e sobre tudo o dinheiro para levar a cabo tão gigantesca obra. Mas deixaram-n'a muito adiantada, quando os trabalhos pararam nos fins do seculo passado. E foi uma grande pena, que não chegassem á sua conclusão, pois que além da grandiosidade do templo, e das bellezas da sua architectura, é inquestionavelmente um dos mais apreciaveis e venerandos monumentos da historia de Portugal.

X

Extincção das ordens religiosas: destino do convento e da igreja antiga

Pela extincção das ordens religiosas em 1834, foi nomeada uma commissão, composta de tres religiosos d'este convento, para fazer entrega dos vasos sagrados e alfaias. Por essa occasião, fr. Antonio Simões, presidente da commissão foi ao paço entregar nas mãos do sr. D. Pedro, duque de Bragança, e regente do reino, a espada do condestavel D. Nuno Alvares Pereira.

A folha d'esta espada é, segundo dizem as memorias antigas, a mesma que o alfageme de Santarem concertou, sem querer receber paga. Guarda-se actualmente esta preciosa reliquia no gabinete de archeologia e numismatica d'el-rei o sr. D. Luiz I, no paço real de Nossa Senhora d'Ajuda. Está encerrada em um estojo, com a seguinte inscripção gravada em uma chapa de metal na tampa: *Espada de D. Nuno Alvares Pereira, que S. M. o senhor Duque de Bragança, de gloriosa memoria, mandou tirar do convento do Carmo de Lisboa, no dia* 28 *de maio de* 1834; *e que os frades do referido*

Espada do condestavel D. Nuno Alvares Pereira

convento tinham mandado cortar e transformar para ser apropriada á mão de uma imagem de Santo Elias.

No convento estabeleceu-se o quartel da guarda municipal. A vasta casa da portaria, e a igreja nova, depois de profanada e despojada de tudo quanto recordava o seu destino religioso, foram applicadas a differentes usos. Serviram de séde á Sociedade Pharmaceutica Lusitana, e a uma eschola; e tambem ahi se fizeram conferencias sobre historia portugueza, concorridissimas, e que deixaram gratas e saudosas recordações, pois que o conferente era o erudito escriptor e eloquentissimo orador Almeida Garrett.

No antigo templo arruinado, depois de muitos annos de completo abandono, durante os quaes serviu de deposito de lixo e estrume dos cavallos da cavallaria municipal, estabeleceu-se em 1864 a Real Associação dos Architectos Civis e dos Archeologos Portuguezes. Operou-se então no venerando monumento do seculo XIV uma grande transformação, devida á intelligente, patriotica e incançavel actividade do sr. Joaquim Possidonio Narciso da Silva, architecto civil muito distincto, fundador e presidente d'aquella esclarecida e benemerita associação. Desobstruiu-se o templo do immenso entulho, que lhe cobria o solo primitivo, elevando-se a oito mil o numero das carradas de terra, que d'alli se tiraram. Nas quatro amplas capellas collateraes da capella-mór, devidamente resguardadas, estabeleceram-se as salas das sessões da sociedade, do seu archivo, e das suas collecções archeologicas, que demandam mais recato. As abobadas d'estas capellas, bem como da maior resistiram incolumes ao cataclismo de 1755. No corpo da igreja, no cruzeiro e na capella-mór estão dispostos os objectos em pedra do museu archeologico: estatuas, tumulos, inscripções lapidares, cippos, mosaicos, portaes, janellas, pias baptismaes, pelourinhos, altos e baixos relevos, columnas, capiteis, frisos e outros fragmentos ornamentaes de edificios antigos, etc.

Tambem foi desentulhado o adro do templo, ficando inteiramente descoberto o seu esbelto portal.

PAÇOS DOS DUQUES DE BRAGANÇA

EM GUIMARÃES

XCEPTUANDO as casas reinantes, nenhuma familia da Peninsula, nem talvez da Europa, gosou de tão grandes honras e privilegios, e de tantas riquezas e poderio, como os duques de Bragança antes da sua exaltação ao throno.

Para lustre da sua nobreza bastava-lhes, além de varias allianças reaes, ter por progenitores um rei como D. João I, instrumento da liberdade de Portugal quando a sua independencia mais perigava, e sempre favorecido da victoria e das sympathias populares; e um heroe como D. Nuno Alvares Pereira, que logrou associar em si a gloria das armas e a veneração de predestinado,

Entre os seus numerosos titulos honorificos tiveram os de duques de Bragança, de Barcellos, e de Guimarães; os de marquezes de Valença, de Villa-Viçosa, e de Montemór; e os de condes de Barcellos, de Ourem, d'Arraiolos, de Faro, de Neiva e Faria, e de Penafiel.

Se especialisasse todos os seus privilegios, regalias e immunidades formaria um longo catalogo. Bastará dizer, que conferiram ás pessoas do seu serviço todos os graus de nobreza, como o rei; e que dispunham a seu bel prazer de quarenta e uma commendas da ordem de Christo, com total independencia e separação dos mestres da dita ordem. Eram immensas as suas riquezas em joias e baixellas de oiro e prata, tão preciosas pelo seu valor intrinseco, como pelos primores d'arte que ostentavam. Os seus rendimentos eram taes que não só chegavam para sustentar o fausto d'esta grande casa, em cujo serviço se empregavam uns quinhentos familiares, mas ainda sobravam para muitas acções generosas, para infinitos actos de caridade e de piedade, para numerosas fundações religiosas, e para os importantes soccorros militares, que os duques de Bragança por vezes prestaram a este reino nas guerras d'Africa. Para se julgar da importancia d'estes soccorros, direi que o duque D. Fernando I, quando passou á Africa com el-rei D. Affonso V, levou

dois mil infantes e setecentos homens de cavallo, todos vassallos seus, armados e sustentados á sua custa: e o duque D. Jayme, quando foi á conquista de Azamor, na Africa, em tempo d'el-rei D. Manuel, que lhe commetteu o commando da armada, levou, igualmente á sua custa, e tirados d'entre os seus vassallos, quatro mil soldados de infanteria e quinhentos de cavallaria.

O seu poderio, emfim, estendia-se a mais de quinhentos officios rendosos, de justiça e de fazenda, que nomeavam; a cento e sessenta e tantos beneficios ecclesiasticos, que apresentavam; a dezoito castellos, cujos alcaides-móres eram de sua nomeação; e muitas villas das mais principaes do reino, e avultadissimo numero de aldeias e logares, de que eram senhores, e onde contavam, no reinado de D. João II, oitenta mil vassallos.

Não era pois sem razão, que um nosso escriptor dizia, que os duques de Bragança possuiam um terço de Portugal. Um auctor francez do seculo XVII chama ao duque de Bragança *o mais poderoso vassallo da Europa.*

Quem conhecer o palacio ducal de Villa Viçosa; quem se lembrar dos paços arruinados da casa de Bragança em Lisboa, antes do incendio que em 1841 acabou de destruir o que o terremoto de 1755 lhes havia poupado; quem, finalmente, tiver visto os restos do palacio bragantino de Guimarães, além de outros muitos que esta familia possuia, poderá ajuizar aproximadamente de toda essa grandeza e opulencia de que apenas tracei um ligeiro esboço.

Os paços de Guimarães estão situados quasi no extremo occidental da cidade, em terreno um pouco elevado, e proximo do venerando castello onde nasceu D. Affonso Henriques. Era um edificio de vastas e agigantadas proporções. Compunha-se de quatro grandes corpos, que formavam um quadrado, com uma extensa praça ou pateo no centro.

A frontaria principal olhava para o sul. Apenas restam d'ella as paredes do pavimento terreo, actualmente cobertas de telhados, e tendo no meio o portal da entrada para o pateo, debaixo de um alpendre sustentado por duas columnas.

A fachada opposta, que está voltada para o norte, descança sobre a antiga muralha da cidade. As paredes conservam-se de pé em quasi toda a sua altura; não assim as da frente d'este mesmo corpo para o lado do pateo. Toda esta parte do edificio está descoberta.

A frontaria do oéste, que fica do lado do castello, está desmoronada até meia altura, mas ainda tem muitas casas no pavimento inferior de que se faz uso. Pela parte de fóra corre por todo o seu comprimento uma alpendrada bem conservada.

A fachada de léste, e todo este corpo do palacio, acha-se inteiro. As duas extremidades levantam-se em dois pavilhões, ficando no meio d'elles um extenso corpo mais baixo. Apesar da grandeza d'esta fachada não se contam

Fachada posterior dos paços dos duques de Bragança, em Guimarães

n'ella mais de trinta janellas, de diversos tamanhos, dispostas em tres e quatro andares, e com grandes intervallos de parede entre si.

Este lado do palacio apresenta o vulto de um dos quarteirões da rua Augusta. Serve de aquartelamento, e tem capacidade para accommodar um grande regimento. Tem vastas salas, sem vestigio algum de decorações, e nas extremidades duas escadas de caracol, bem fabricadas, que conduzem aos telhados, e que outr'ora davam saida para espaçosos terrados guarnecidos de ameias.

A frontaria do norte, que na estampa junta se vê representada, cae sobre terreno montuoso e arborisado, que era uma pequena cerca do paço. Depois que este se arruinou, foram-se construindo em volta da cerca, por onde corria o seu muro, varias casas de mesquinha apparencia, que na estampa occupam o primeiro plano.

Compõe-se aquella frontaria de tres corpos salientes, unidos por dois corpos reintrantes. Os das extremidades tinham por corôa uma larga varanda, sustentada por grandes cachorros de pedra. D'estas varandas só existe uma, com as portas que davam saida para ella. Da outra não restam mais que os cachorros.

As paredes d'estes dois corpos e as dos dois reintrantes são abertas em janellas sem ornato algum. Porém o corpo central é quasi todo occupado por duas formosissimas janellas, de mais de sete metros de altura, as quaes são um precioso exemplar do gothico puro. Estas janellas pertenciam á capella, cujo portico, formado de delgadas columnas, e guarnecido de lindos silvados, deitava outr'ora para uma sala ou galeria do andar nobre, e ao presente cae sobre o pateo, pois que a fachada d'este lado se desmoronou quasi de todo. Esta capella tinha dimensões como uma grande igreja.

O que parece serem columnas, campeando sobre esta parte do edificio, e dispostas symetricamente, são chaminés muito bem fabricadas de tijolo.

Encostam-se a esta fachada algumas arvores, e pelas paredes trepam heras que vão engrinaldar as janellas, augmentando com os seus verdores o effeito pittoresco d'estas bellas ruinas.

O fundador d'estes paços foi D. Affonso, 1.º duque de Bragança, filho legitimado d'el-rei D. João I. Não chegou porém a concluil-os. Esta tarefa coube a seu filho o duque D. Fernando I.

Não ostentava este palacio especie alguma de ornatos architectonicos, se exceptuarmos o portico e janellas da capella. Todavia offerecia um aspecto grandioso pelas suas proporções colossaes. O luxo da edificação, que tambem lhe faltava no interior, era substituido, sem dúvida, pela riqueza e profusão das tapeçarias e alfaias. Tal era o uso no antigo paço dos nossos reis, e nas residencias dos seus mais poderosos vassallos. Além d'isso é sabido, que a magnificencia do palacio de Villa Viçosa, que causou admiração a varios prin-

cipes e outros personagens estrangeiros, que n'elle foram hospedados, consistia nos brocados e veludos bordados e franjados de oiro e prata, e nos guadamecins doirados, que vestiam as paredes das salas, que occultavam as portas, que ornavam os doceis, os leitos e as mesas; nas alcatifas da Persia, que cobriam o pavimento; e emfim nos vasos e outras peças de oiro, prata e porcelana da China, que pejavam os bofetes e copas, ou aparadores.

Assistiram n'este palacio muitos membros da familia de Bragança. A duqueza D. Constança de Noronha, segunda mulher do primeiro duque de Bragança, e neta, por seu pae, de D. Henrique II, rei de Castella, e por sua mãe d'el-rei D. Fernando I de Portugal, assim que enviuvou passou a residir nos paços de Guimarães, onde viveu bastantes annos, e n'elles falleceu a 26 de janeiro de 1480, sendo sepultada na igreja do convento de S. Francisco.

O ultimo principe que alli residiu foi D. Duarte, duque de Guimarães, irmão da duqueza de Bragança D. Catharina, e filho do infante D. Duarte, e da infanta D. Isabel; aquelle filho d'el-rei D. Manuel, e esta filha de D. Jayme, 4.° duque de Bragança.

Terreiro da Misericordia, em Guimarães

TERREIRO DA MISERICORDIA

EM GUIMARÃES

Está situado este terreiro, presentemente no coração da cidade, proximo da grande praça do Toural. Outr'ora era contiguo á cerca de muros e á porta chamada *da Villa*, que desappareceu ha muitos annos, deixando o nome ao logar que occupava, que é a bocca de uma das ruas por onde se entra na referida praça.

Começando a edificação da igreja da Misericordia no anno de 1585, na rua Sapateira, que vae da praça Maior, onde se ergue a antiquissima Collegiada de Nossa Senhora da Oliveira, de que tratei a pag. 75, até á porta da Villa, resolveram os irmãos d'aquella confraria fazer um largo em frente do templo, que andavam construindo. Compraram, pois, varias moradas de casas com seus quintaes, e obtiveram outros como esmolas dos seus proprietarios para tão santo e caridoso instituto. Foi no terreno d'essas casas e quintaes, que se fez o terreiro da Misericordia.

O templo teve por principal fundador a Pedro de Oliveira, natural de Guimarães; porém a confraria já existia muito anteriormente ao começo d'esta obra, e congregava-se no claustro da Collegiada de Nossa Senhora da Oliveira, na capella de S. Braz, que ficou com o nome de Misericordia Velha.

Não é notavel a igreja por bellezas architectonicas, ou riqueza d'ornatos. Exteriormente é um dos muitos edificios de estilo pesado, e de ornamentos desengraçados, que a architectura do renascimento levantou em o nosso paiz. Interiormente o que tem de melhor, artisticamente fallando, é a obra de talha doirada, que lhe guarnece as capellas. Tem junto o hospital.

Ao sahir da igreja dão os olhos de frente no formoso panorama, que a gravura representa. É um lindo e pittoresco apinhoado de edificações de differente genero e de variados typos de architectura, coroadas, ou divididas e orladas de frondoso arvoredo.

No pavimento do terreiro vê-se, do lado direito, uma fonte e uma capella do Senhor dos Passos; e no fundo um palacio de bom prospecto, pertencente á familia Motta Prego. Edificado ou reconstruido no seculo passado, não chegou a concluir-se; pois devia crescer sobre o pateo, onde tem o portão d'entrada, rematando em um torreão igual ao que lhe fórma o angulo opposto.

Na parte mais alta da gravura avultam os dois monumentos da antiguidade—castello da condessa Mumadona, e berço d'el-rei D. Affonso Henriques; e o palacio dos duques de Bragança. Serve esta gravura para se conhecer a situação d'estes dois padrões da antiguidade. A fachada do palacio, que se vê representada na gravura, pertence ao unico dos seus quatro corpos, que se conserva de pé e com telhado. Esta parte do edificio serve de quartel ao batalhão, que costuma estacionar em Guimarães. Por esta razão tem tido diversas reparações e reconstrucções, que lhe alteraram as divisões interiores.

ERMIDA DE S. BRAZ

EM EVORA

I

No ultimo quartel do seculo XV, reinando D. João II, foi accommettida a cidade de Evora por uma horrivel peste, que andava a assolar o reino. No meio dos rigores do flagello, o povo, buscando na religião consolação e conforto, affluia aos templos, onde, cheio de fé e de esperança, recorria á intercessão da Virgem Maria e dos santos, para que Deus livrasse a cidade e o reino de tão cruel açoite.

Entre os muitos votos, que por essa occasião se dirigiram ao céo, houve um feito a S. Braz, em que se lhe promettia levantar uma capella em sua honra, se o santo martyr alcançasse da misericordia divina a extincção da epidemia. Não esperaram, porém, os fieis pelo bom despacho do seu requerimento para cumprirem a promessa. Ainda a peste ardia no seu maior furor, e já se lançavam os fundamentos de uma ermida dedicada a S. Braz no vasto rocio, que se estende ao sul de Evora, de fóra da cerca das muralhas, que a defendem. Corria então o anno de 1482. E por que os feridos do mal eram innumeraveis, construiu-se junto das obras da ermida um hospital provisorio de madeira, onde foram recolhidos os enfermos pobres, e ahi tratados com singular desvelo e caridade.

No compromisso da irmandade, que se instituiu n'esta ermida, feito posteriormente á terminação do contagio, lê-se a seguinte memoria d'este successo: «Por serviço e memoria do B. Bispo e martyr S. Braz; pela mercê e muitos milagres, e mui signalados e particularmente feitos a esta cidade, além dos que geralmente fez e faz, e fará em dar saude, e fazer levantar a pestilencia d'esta cidade, ao povo e moradores d'ella, e isto em tempo em que n'ella falleciam quarenta e cincoenta pessoas por dia, e, (louvores, a Nosso Senhor Deus), subitamente foi levantada, como a todo este reino».

Assim que a ermida se concluiu celebrou-se n'ella uma festa muito pomposa em acção de graças, e d'ahi em diante, todos os annos, em dia de S. Braz, se fazia uma grande funcção, a que assistiam o cabido da sé, o senado da camara, as auctoridades e a nobreza da cidade, concorrendo tambem muito povo dos concelhos visinhos. Porém, com o tempo, que tudo acaba, esfriou-se pouco a pouco a devoção, de sorte que ao presente se acha muito reduzida aquella solemnidade. Já não existe a confraria, e a camara deixou de assistir á festa do santo; todavia esta se faz por meio de esmolas dos fieis, e com a assistencia do cabido, que n'esse dia sae da sé para a ermida de S. Braz em procissão solemne.

II

A ermida de S. Braz está edificada em um espaçosissimo terreiro, por todos os lados desassombrado, pois que a cidade de Evora, que o limita pelo norte, fica um pouco distante da capella. Posto que o terreno seja plano, descobrem-se d'ahi largos horisontes, em razão de não haver montanhas proximas que os encurtem, principalmente na direcção do sul, onde, em dia claro, se avista a cidade de Beja, sentada sobre uma collina a onze leguas da antiga medida, da cidade de Evora.

Apresenta a ermida na sua fórma exterior um typo de architectura, de que restam poucos specimens em o nosso paiz; circumstancia que a torna muito mais digna de apreço, e que deveria incitar a camara de Evora, que tantos e tão honrosos testemunhos tem dado da sua illustração e patriotismo, a velar desveladamente pela sua conservação.

Não obstante ser esta ermida uma fundação dos fins do seculo xv, affastado mais de dois seculos d'esses primeiros tempos da monarchia portugueza, em que muitas das nossas igrejas eram simultaneamente casas de oração e fortalezas, recebendo ora os fieis no seu recinto sagrado para os exercicios do culto divino, ora os campeões da cruz sobre as suas abobadas, para defensa d'elles e do templo contra os inimigos da fé christã e do reino; apesar d'isso, o architecto fez uma construcção meio religiosa, meio guerreira.

A galilé e o portal gothico da ermida são os unicos signaes exteriores, que dizem estar alli um templo christão. Os bastiões com os seus corucheos, que por todos os lados lhe flanqueiam as grossas muralhas, e as ameias, que coroam estas e aquelles, junto com a côr denegrida, e outros vestigios da devastação exercida pelo embate das tempestades no longo curso de quatro

Ermida de S. Braz, em Evora

seculos, dão a este edificio o aspecto respeitavel e singular de uma fortaleza das éras remotas da nossa historia.

A galilé tambem é flanqueada de bastiões iguaes aos outros, e coroada de ameias. Entra-se n'ella por tres grandes e largos arcos ogivaes, abertos nas suas tres faces. O portal é formado por diversos arcos de ponto subido, sustentados por delgadas columnas, com seus capiteis singelamente lavrados.

III

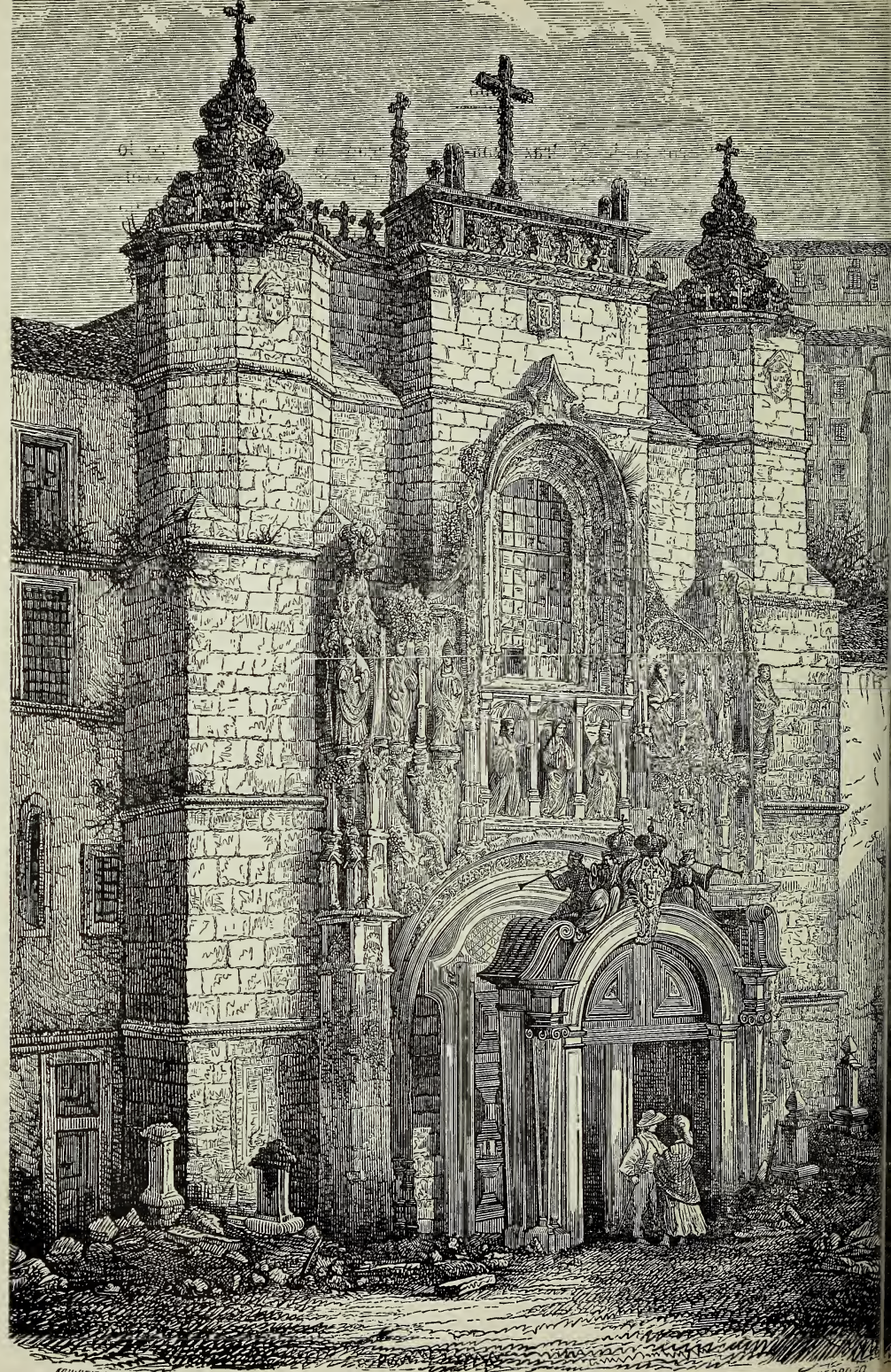
Antes de fallar do interior da ermida, deixarei aqui memoria de uma pintura, que existia outr'ora sobre a porta, e que, infelizmente, consentiram ao tempo que a desfizesse. Representava a pintura um pelicano, ferindo com o bico o peito, e alimentando os filhos com o proprio sangue. Era este o significativo emblema, que el-rei D. João II tomára por sua empreza, querendo manifestar por este modo, que se considerava como pae dos seus vassallos, sempre empenhado e sollicito em lhes promover beneficios.

A ermida nada encerra interiormente, que mereça mencionar-se. É toda azulejada, cuja obra se executou em 1575. A primeira imagem de S. Braz, que se collocou no altar-mór, era, segundo dizem os auctores antigos, um perfeito retrato d'el-rei D. João II. Não referem se isto foi devido a capricho do esculptor, em prova do seu affecto ao rei popular, ou a recommendação da irmandade em testemunho de reconhecimento pelas esmolas com que aquelle soberano concorreu para a fundação da ermida. Desgraçadamente, já alli não existe a referida imagem. Ignoro, porém, o caminho que levou, e a epocha em que foi substituida pela outra que lá se vê.

Creio, pelas razões que apresentei na introducção d'este livro, que o architecto ao traçar o risco da ermida de S. Braz, adoptando um estilo d'architectura tão antiquado, e em tanta opposição ao que estava em uso n'esse tempo, foi influenciado, certamente, pelas porfiosas luctas, que rebentaram no reinado de D. João II, logo que este monarcha empunhou o sceptro, entre os principios real e aristocratico, ambos poderosos, e que só terminaram com a morte violenta dos dois principes, primos e cunhados do soberano.

Não tenho achado nas minhas investigações o nome do architecto, que fez o risco d'este muito notavel edificio. Mas parece-me que se póde attribuir esse trabalho, com fundamento muito plausivel, a um dos tres distinctos architectos, que floresceram sob o sceptro d'el-rei D. João II, e se chamavam Martim Annes, João Cordeiro, que aquelle monarcha empregou nas obras do paço de Cintra, em 1486, e Pantaleão Dias.

Proximo da ermida de S. Braz acha-se a estação do caminho de ferro do sul. Notavel coincidencia esta, que assim collocou o representante por excellencia dos maravilhosos progressos do seculo XIX a par do monumento de um reinado, que concebendo, e deixando preparada para o que lhe succedeu, a empreza do descobrimento da carreira da India, impelliu Portugal pelo caminho da civilisação, com mão tão firme e ousada, que tomou a dianteira a todas as nações, com assombro universal, e com immensa gloria do seu nome.



Frontaria da igreja do mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra

MOSTEIRO DE SANTA CRUZ

EM COIMBRA

I

Fundação do mosteiro

É representante este monumento de duas epochas da historia portugueza, affastadas uma da outra quasi por quatro seculos, bem differentes no mandato que lhe commetteu a civilisação; mas ambas gloriosas para este paiz, ambas igualmente fecundas em resultados civilisadores.

Na primeira, a espada invicta de D. Affonso Henriques liberta o solo de Portugal do dominio dos sarracenos, que o senhorearam por mais de quatrocentos annos; e os portuguezes, agradecidos e ebrios de enthusiasmo, acclamam rei o general que os conduziu á victoria, e fundam no campo de batalha, onde jaziam entre os despojos do vencedor cinco corôas de reis, a monarchia que a Providencia destinava para o maior commettimento das edades modernas.

Na segunda, uma pleiade de heroes, impellidos para o caminho da gloria pelo rei D. Manuel, o *Afortunado*, sulcam e devassam os mares em todas as direcções, affrontando mysterios e tormentas; descobrem a maior parte da Africa; mostram á Europa cheia de assombro o caminho da India; levantam o véo que occultava o Brazil entre os mundos desconhecidos; lançam por todas essas longinquas regiões os fundamentos do grande imperio portuguez; dão novo rumo, novas bases, e novas leis ao commercio das nações européas; abrem finalmente de par em par as portas á moderna civilisação.

Taes são as quadras da vida d'esta nação, que o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra commemora. Coévo com a fundação da monarchia, e devendo, como esta, a sua existencia ao mesmo braço, e ao mesmo esforço; rejuvenesceu e ataviou-se de novas e mais explendidas galas ao aceno do soberano sob cujo sceptro reflorescêu Portugal em gloria, riqueza e poderio.

Os conegos das sés viviam em communidade, com clausura e silencio, desde o principio do seculo v, seguindo o exemplo dado por Santo Agostinho na cathedral de Bona, e observando a regra instituida por este patriarcha.

Correndo o anno de 1128, D. Bernardo, ex-monge benedictino, que então governava a diocese conimbricense, deu liberdade aos seus conegos para deixarem a vida commum e poderem adquirir propriedades. Posto que a este tempo já outros prelados, em paizes estrangeiros, tivessem concedido igual permissão, o arcediago D. Tello, o mestre-eschola D. João Peculiar, e D. Miguel, prior da sé, não se poderam conformar com a resolução do bispo D. Bernardo. Reputando a vida claustral mais perfeita, e mais apropriada ao estado ecclesiastico, determinaram fundar um mosteiro, onde se recolhessem, e continuassem a observar a regra augustiniana.

A idéa inicial partira de D. Tello, que tendo visitado a cidade de Jerusalem, vira, e ficára encantado do instituto dos conegos do Santo Sepulchro. Foi elle pois que se dirigiu ao bispo, solicitando licença para a fundação de um mosteiro junto da cidade de Coimbra. Obtido o consentimento do prelado, escolheu um sitio baixo a oéste da cidade, e proximo das suas muralhas, chamado os *Banhos da Rainha*.

Havia n'esse logar uma pequena igreja da invocação de Santa Cruz, e ao pé d'esta uma horta, que se estendia até á raiz de um monte povoado de oliveiras que a abrigava do norte. Restava, portanto, fazer a acquisição do terreno para se pôr o intento em execução. Para esse fim recorreu D. Tello ao soberano, de quem era muito aceito; e D. Affonso Henriques, ainda então infante, annuiu de bom grado aos rogos do arcediago fazendo-lhe doação dos *Banhos da Rainha*. D. Tello, em reconhecimento da munificencia do infante, offereceu-lhe uns ricos jaezes de cavallo, e um peitoril cravejado de pedraria, que trouxera de Constantinopla.

No dia 28 de junho de 1131 celebrou-se a ceremonia da fundação com toda a solemnidade. D. Affonso Henriques, acompanhado da sua côrte guerreira, foi, segundo o uso da epocha, por suas proprias mãos cavar com uma enxada no logar destinado para capella-mór do templo, e enchendo um cesto de terra carregou com elle nos hombros, até o ir despejar fóra do recinto das obras. Ao soberano seguiram-se as mais pessoas da côrte, indo cada uma por seu turno, conforme as jerarchias, cavar e tirar um cesto de terra.

D'ahi a um anno achava-se acabado o mosteiro, tão pequena e humilde era a sua fabrica! Estava D. Tello para se recolher n'elle e mais onze companheiros, ao tempo em que passava por Coimbra D. Theotonio, prior de Vizeu. Este sabio e virtuoso varão, a quem o povo da Beira já venerava como santo, ia caminho da Palestina, resolvido a consagrar o resto dos seus dias ao serviço e adoração do Santo Sepulchro. Porém, obrigado por D. Tello, á força de instancias, a mudar de tenção, decide-se a ficar em Coimbra, e jun-

tando-se áquelles doze religiosos, entra com elles no mosteiro, ao qual deram a mesma invocação de Santa Cruz que tinha a antiga e visinha igreja. Assim congregados tomaram o titulo de conegos regrantes de Santo Agostinho.

Não tardou este humilde cenobio a florescer em todo o genero de virtudes christãs. O povo da cidade e dos arrabaldes não desamparava a sua pequenina igreja, que mal podia conter a multidão dos fieis, sobre tudo nos dias festivos. E D. Affonso Henriques, já affeito a respeitar no velho prior de Vizeu o bravo conquistador d'Arronches, agora todo enlevado na piedade e sabedoria do prior de Santa Cruz, não deixava passar dia algum sem o ver e consultar nas materias de religião, ou ácerca da governança do estado, ou sobre novas emprezas bellicosas.

Affeiçoando-se d'est'arte cada vez mais ao veneravel prelado e aos seus bons conegos, não lhe soffreu o animo por muito tempo ver tamanha santidade de vida, e tanta perfeição do culto divino encerradas em tão acanhado espaço, pois que o mosteiro apenas constava de um claustro mui pobre com doze cellas estreitas e escuras.

Vencendo a resistencia que lhe oppunham a humildade d'aquelles santos varões, e a austeridade da regra que seguiam, tratou o soberano de lhes edificar novo e mais espaçoso mosteiro; o que levou a effeito em poucos annos de trabalho, mas á custa de muito dispendio do thesoiro real, e da sua propria vigilancia, que não cessava de animar e excitar o zelo dos operarios e artifices, ora com palavras ora com premios.

Saiu a obra grande e magnifica, se se attender á epocha em que foi feita, porquanto a igreja contava tres naves e oito capellas, e o mosteiro tres claustros, dormitorios com 84 cellas, e o refeitorio e todas as mais officinas na mesma proporção.

Annexou o monarcha ao novo mosteiro alguns terrenos, que cercou de grossas e altas muralhas, ás quaes juntou varias torres para defesa d'esta casa de oração, visto achar-se fóra da cerca da cidade, estando ainda quasi toda a Extremadura em poder dos moiros.

Tomando posse do novo mosteiro elegeu a communidade a D. Theotonio por seu prior, e D. Tello partiu para Roma, onde sollicitou e obteve do summo pontifice a isempção do mosteiro de Santa Cruz por bulla de 20 de maio de 1135.

Posto que se concluiram as obras d'esta segunda fundação pelo meio do reinado de D. Affonso Henriques, só no seculo seguinte foi sagrada a igreja. Celebrou esta ceremonia em 1228 o cardeal D. João Froes, natural de Coimbra, que fóra conego d'este mosteiro, e que n'esse tempo era legado á latere do papa Gregorio IX.

II

Fastos do mosteiro

São gloriosos estes fastos tanto para a ordem augustiniana, como para Portugal.

Já de per si lhe serve de grande brazão ter cavado nos alicerces do mosteiro o fundador da monarchia portugueza. E depois, concluida a obra, muitas vezes se ouvia resoar no templo a voz do vencedor de Ourique, acompanhando os conegos em seus canticos sagrados. Honrava-se tambem este monarcha, intitulando-se conego regrante de Santo Agostinho, para o que professára na ordem terceira do mesmo mosteiro. Seguiram este exemplo alguns reis, seus successores; e D. Sancho II foi cognominado *Capello* por andar vestido, sendo menino, no habito dos conegos regrantes, em cumprimento de um voto feito por seus paes, durante uma grave enfermidade que padecera.

A par d'estas honrarias brilha nos fastos de Santa Cruz a gloria militar. Quando o imperador de Marrocos veiu com poderoso exercito sobre a cidade de Coimbra, no anno de 1190, reinando D. Sancho I, depois de inuteis tentativas para se apoderar da cidade, sitiou e accommetteu com repetidos assaltos o mosteiro de Santa Cruz, que ficava ainda então na parte de fóra das muralhas. Posto que fortalecido por el-rei D. Affonso Henriques com grossos muros e torres ameiadas, só á custa de muito esforço e coragem conseguiram os seus defensores salvar a casa de Deus das profanações dos infieis.

Quanto a privilegios e preeminencias poucos mosteiros portuguezes lograram tantas e tão grandes. Parecia que os pontifices andavam em competencias, qual lhe havia de conceder maiores prerogativas. Indicarei sómente as mais notaveis.

Era o mosteiro de Santa Cruz isempto do ordinario. Os seus priores, considerados como immediatos á sé apostolica, tinham jurisdicção nas suas igrejas não só episcopal, mas metropolitana, pois que das suas sentenças ou excommunhões só para o papa ou legado pontificio se podia apellar.

Esta jurisdicção não se limitava aos outros mosteiros da ordem em Portugal; estendia-se a muitas igrejas parochiaes dos bispados de Coimbra, de Leiria, de Lamego, de Elvas, e de Lisboa, nas quaes lhes era permittido exercer todos os actos pontificaes, e dar ordens menores aos seus subditos.

A estas regalias ecclesiasticas accrescentaram os nossos reis importantes mercês honorificas. Eram pois os ditos priores do conselho d'el-rei, e nas car-

tas de doações reaes, privilegios, etc., assignavam em seguida aos bispos; e nas côrtes tinham o primeiro logar acima de todos os prelados que não presidiam a alguma diocese.

Por occasião da ultima transferencia da Universidade de Lisboa para Coimbra, concedeu el-rei D. João III aos mesmos priores, por carta regia de 15 de dezembro de 1539, o cargo de chancellario perpetuo da dita Universidade, que exerceram até á extincção das ordens religiosas. Era este então o primeiro cargo da Universidadade. Presidia ao proprio reitor, e dava todos os graus de licenciado, doutor, e mestre nas diversas faculdades.

O mosteiro de Santa Cruz era cabeça da ordem. O seu prelado intitulava-se D. prior geral; trajava vestes episcopaes, e por bulla do papa Paulo IV foi creado reformador de todos os mosteiros de conegos regrantes de Santo Agostinho que havia em Portugal.

Finalmente el-rei D. Manuel ordenou que todos os conegos d'este mosteiro se denominassem capellães d'el-rei, e gosassem de todas as honras inherentes a tal cargo.

Os proventos igualavam, se não excediam, a todas estas preeminencias. O priorado de Santa Cruz tinha tal rendimento, que era reputado não inferior ao do arcebispado de Braga.

Na gloria do primeiro commettimento das letras em o nosso paiz disputa este mosteiro a primazia ao de Alcobaça. Na verdade não é questão facil de resolver qual d'elles teve a idéa inicial de fundar escolas publicas de letras e sciencias, sendo certo que em ambos os mosteiros houve estudos, para quem os queria frequentar, desde o principio da monarchia. Constavam estes estudos em seu começo de ler, latim e theologia. Mais tarde accrescentaram-lhe medicina, e ainda outras disciplinas, para o ensino das quaes mandava a ordem alguns dos seus conegos á Universidade de Paris, d'onde voltavam formados para servir de lentes no mosteiro de Santa Cruz.

El-rei D. Sancho I, approvando e querendo secundar este generoso impulso, fez doação ao mosteiro de Santa Cruz, aos 14 de setembro de 1199, de quatrocentos morabitinos[1], para sustento dos conegos que estudavam em França.

Coube tambem a este mosteiro a honra de dar alojamento por algum tempo á Universidade, quando foi transferida pela ultima vez de Lisboa para Coimbra, e antes de el-rei D. João III conceder os paços reaes d'esta cidade para assento definitivo da mesma Universidade, onde se estabeleceu, e se conserva.

---

[1] Morabitino ou marabitino, ou maravidil, ou maravidim, que de todos estes modos se acham escriptos nos documentos antigos, era uma antiga moeda portugueza, que datava do tempo dos godos, segundo alguns auctores. Havia-os de cobre, e de oiro. Parece que o valor dos primeiros correspondia hoje a 4 réis; e o dos segundos a 500 réis.

Os nomes dos homens eminentes em virtude e saber, ou distinctos pela nobreza do sangue, que professaram n'este mosteiro, ou n'elle viveram religiosamente, bem como os que d'elle sairam para occupar diversas dioceses do reino e no estrangeiro, e outros altos cargos na hierarchia ecclesiastica, constituem uma das mais brilhantes paginas dos fastos de Santa Cruz.

D'entre os primeiros basta que nomeassemos um, que falla por todos pela grandeza do seu nome. É Santo Antonio, que tendo professado no mosteiro de S. Vicente de Lisboa, ao cabo de dois annos foi fazer os seus estudos ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, onde pelo espaço de nove annos foi um verdadeiro espelho de todas as virtudes christãs.

Os segundos compõem um extenso catalogo em que figuram principes, filhos de reis e de infantes; e os dois reis ou regulos moiros, que, ficando captivos na batalha de Campo d'Ourique, receberam a graça do baptismo, e depois a murça dos conegos regrantes.

Tambem não é menos extensa a lista dos conegos regrantes que sairam d'este mosteiro para o solio episcopal. Contam-n'os entre os seus prelados as sés de Coimbra, de Braga, do Porto, de Lamego, de Vizeu, e de Lisboa, n'este reino; e de Orense, de Tuy, e de Compostella, na Galliza; e de Osma, na Castella. Alguns d'estes vestiram a purpura cardinalicia.

Um dos titulos que mais ennobrecem este mosteiro é servir de jazigo aos dois primeiros reis de Portugal, e das rainhas, suas esposas.

O capitulo dos reis, principes e outras pessoas illustres, que se hospedaram, ou simplesmente visitaram este monumento historico, póde fechar dignamente os fastos do mosteiro de Santa Cruz. Quasi todos os nossos monarchas, desde el-rei D. Affonso Henriques até ao Sr. D. Luiz I, levaram ao venerando sanctuario de Santa Cruz de Coimbra o tributo das suas orações, e ao monumento coevo com a fundação da monarchia as homenagens do seu respeito.

Alguns soberanos alli deixaram commemorada a sua visita com honras e mercês que dispensaram ao mosteiro. El-rei D. Affonso V honrava-o, indo por varias vezes ahi jantar, e comendo no refeitorio com os conegos. El-rei D. João III, entrando em Coimbra depois de ter cedido os seus paços para assento da Universidade, foi hospedar-se no mosteiro de Santa Cruz; e em obsequio da communidade quiz ser servido durante a sua residencia no mosteiro pelos proprios criados do dom prior. Por esta occasião ordenou que os ditos criados se chamassem d'ahi por diante *moços fidalgos;* titulo que depois se fez extensivo aos do dom prior do mosteiro de S. Vicente de Fóra, em Lisboa, e que se conservou até á extincção das ordens religiosas em 1834.

III

Reedificações do mosteiro

Eram passados quasi quatro seculos depois que el-rei D. Affonso Henriques, querendo alargar e ennobrecer a humilde casa de oração, onde se recolhera S. Theotonio com os seus companheiros, lançára a primeira pedra nos alicerces do novo mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Apesar da solidez da construcção, que assimilhava o mosteiro, na fortaleza das paredes, ás torres ameiadas com que o fundador o cercára para sua defensa, o edificio mostrava já em diversas partes, e mormente na igreja, as injurias do tempo, e além d'isso os estragos causados por uma grande cheia que sobreveiu repentinamente por effeito de uma trovoada no dia 14 de junho de 1411.

Era já entrado o seculo XVI. Empunhava então o sceptro el-rei D. Manuel, e o seu throno refulgia com a gloria dos descobrimentos e conquistas dos portuguezes na Africa, na Asia, e na America. Desejando este soberano que as grandezas e venturas do seu reinado ficassem estampadas em monumentos publicos, que tambem commemorassem a sua piedade religiosa, fundou ou reconstruiu por todo o reino templos magnificos, muitos dos quaes ainda hoje dão testemunho da florescencia das artes, e do subido grau de prosperidade a que chegou Portugal n'essa epocha gloriosa.

Não podia, portanto, deixar de attrahir a solicitude de D. Manuel o monumento levantado pelo fundador da monarchia, por elle escolhido para sua derradeira morada, e agora ameaçando ruina. Assim, pois, ao mesmo tempo que o cinzel esculpia no marmore aquelles arabescos gentis, e mil variados lavores, que admirâmos no templo e claustro de Nossa Senhora de Belem, demolia-se o velho mosteiro de Santa Cruz, e edificava-se sobre os seus alicerces outro mais vasto e sumptuoso.

Para esta obra mandou el-rei vir de França o architecto *mestre Nicolau francez*, e mais tres artistas tambem francezes chamados: *João de Ruão*, *Jaques Loguim*, e *Filippe Uduarte*.

Acho nomeados a todos estes artistas em varios livros, e em alguns documentos antigos com o titulo de architectos; entretanto creio que sómente o primeiro é que deliniou e dirigiu como architecto a reedificação do templo e mosteiro. Os outros tres artistas, embora fôssem tambem architectos, trabalharam n'esta obra, segundo supponho, unicamente como esculptores. O mesmo *mestre Nicolau* era igualmente habil esculptor, se foi elle, como parece, quem fez no reinado e por ordem d'el-rei D. João III o magnifico reta-

bulo da igreja de Nossa Senhora da Pena, na serra de Cintra. Provém a falta de clareza de não darem appellido a este artista os auctores que fallam d'elle, contentando-se em o nomearem simplesmente *mestre Nicolau*. Julgo, porém, lhe posso accrescentar, sem receio de menos exacto, o appellido de Chatranez.

Na descripção da igreja e mosteiro de Santa Cruz, inserta na *Chronica da ordem dos conegos regrantes de Santo Agostinho*, tratando do rico portal do templo, que constitue a principal belleza da fachada, como acontece na igreja de Belem, lê-se o seguinte: «Este portal fez mestre Nicolau Francez, e *trabalharam n'elle* os tres francezes tambem grandes mestres, a saber: João de Ruão, Jaques Loguim, e Filippe Uduarte; que pera esta obra, e pera a das sepulturas dos primeiros Reys deste Reyno mandou vir de França o senhor Rey D. Manuel de gloriosa memoria.»

A descripção a que alludo foi vertida do italiano, lingua em que escreveu no anno de 1540 D. Francisco de Mendanha, prior do mosteiro de S. Vicente de Fóra, em Lisboa, a pedido do dom prior geral da mesma ordem, a fim de a remetter ao papa Paulo III, que, ouvindo fallar com encarecimento das grandezas do novo mosteiro de Santa Cruz, desejou vêl-as minuciosamente descriptas.

D. Francisco de Mendanha viveu nos reinados de D. Manuel e D. João III, e assistiu no mosteiro de Santa Cruz durante os trabalhos da dita reconstrucção. Foi por conseguinte não só contemporaneo dos artistas acima referidos, mas tambem testemunha ocular dos progressos da obra. Portanto como não se póde crer que o edificio tivesse quatro architectos a dirigir a mesma obra, deve-se entender d'aquellas palavras —*trabalharam n'elle*— (no portal), que João de Ruão, Jaques Loguim, e Filippe Uduarte foram occupados na esculptura das estatuas e mais obras de ornamentação do dito templo. N'aquella epocha era muito commum encontrar-se no mesmo artista um distincto architecto e um habil esculptor, como se via em Miguel Angelo Bounaroti, que, sendo um pintor tão eximio e afamado, exercia com muito credito aquelles dois ramos da arte.

Não sei ao certo o anno em que principiou a reedificação do mosteiro de Santa Cruz, consta porém que se trabalhava n'elle com muita actividade no anno de 1517, e que assim continuou até ao de 1521, em que falleceu el-rei D. Manuel. Este monarcha fez a igreja, o claustro principal, chamado do *Silencio*, a casa do capitulo, a sachristia, que ao diante se desfez, reconstruindo-se de novo, o refeitorio, a portaria e o claustro contiguo, com os dormitorios e mais officinas correspondentes a esta parte do edificio.

Deu principio el-rei D. João III a outras reedificações e novas construcções no mosteiro, correndo o anno de 1527, septimo do seu reinado. São obras suas o claustro denominado da *Manga;* os dormitorios e enfermaria, que ficam so-

bre os quatro lanços do mesmo claustro; o noviciado, as hospedarias, e mais casas de accommodação.

Posteriormente, em diversas epochas, fizeram-se no mosteiro, á custa da ordem, varias obras de reconstrucção parcial.

IV

Situação do mosteiro, adro e frontaria do templo

O mosteiro de Santa Cruz, que D. Affonso Henriques fundára na extremidade de oéste da cidade de Coimbra, da parte de fóra dos seus muros, veiu a achar-se pelo decurso do tempo, e crescimento da povoação, quasi no centro d'esta.

Está sentado em terreno plano, outr'ora bastante elevado acima da superficie do Mondego, mas agora tão baixo pelo muito que tem subido o alveo do rio por causa da accumulação das areias, que no inverno, apenas o Mondego sae do seu leito, inunda a praça fronteira á igreja, e o proprio templo, chegando muitas vezes a agua até ao altar-mór.

Aquella praça, chamada de Sansão, é pequena, e guarnecida de casas, de dois andares, e mais, do lado de oéste, que é o do rio, vem n'ella desembocar varias ruas estreitas e tristes, porque as apertam casas altas. Do lado do sul entra na praça a *rua do Visconde da Luz*, aberta modernamente, e já guarnecida de predios em quasi toda a sua extensão. Da parte do norte estende-se a formosa *rua da Sophia*, mui comprida, larga, direita, bem macadamisada, orlada de passeios e de varias igrejas e grandes edificios, que foram collegios de religiosos, e ao presente são propriedades particulares.

Precede o templo de Santa Cruz um adro, que na reedificação d'el-rei D. Manuel era mais espaçoso, e ficava mais alto do que o pavimento da praça, subindo-se para elle por uma escada de pedra de quatro degraus. Actualmente descem-se sete degraus para o adro, que foi encurtado por occasião da abertura da rua do Visconde da Luz. A gravura a pag. 396, copia de uma photographia, representa o adro quando o tinham desfeito quasi todo para lhe darem a fórma semi-circular, em vez da quadrilonga, que d'antes tinha. Agora está fechado com grades de ferro.

A frontaria do templo é mais original que elegante e bella. Todavia não se póde dizer que é inteiramente desengraçada, apesar das suas fórmas macis-

sas. Os corucheos em que terminam os dois torreões meio quadrangulares, meio octogonos, que flanqueiam o portal, dão alguma graça, e sobre tudo originalidade ao frontispicio. Porém o que lhe dá verdadeiro realce e belleza é o portal e a grande janella, que sobre elle se abre. Se bem que não se possa comparar em elegancia e grandeza, nem na variedade e riqueza da ornamentação, com o soberbo portal da igreja de Nossa Senhora de Belem, ainda assim é bello e rico. E parece que o architecto, empenhando n'elle toda a sua arte para o fazer sobresair, descurou o resto da fachada, que apenas mostra alguns singelos ornatos na parte superior.

É formado este portal por um arco de volta inteira com seus silvados; sobre o qual avultam, mettidas em nichos, as estatuas do Padre Eterno, do Salvador, e da Virgem Maria, acompanhadas de outras representando alguns patriarchas e santos do Velho Testamento, tambem collocadas em nichos, aos lados d'aquellas, porém um pouco mais elevadas; de modo que ainda vão servir de adorno, com os baldaquinos que as cobrem, á grande janella, que se abre por cima das tres estatuas nomeadas. Compõe-se a janella de differentes arcos de volta inteira, com os espaços entre si esculpidos de variados lavores.

Junto do portal erguem-se, de um e outro lado, dois gigantes ou botaréos, que sobem a pouco mais de metade da altura da frontaria do templo. São quadrangulares e lisos na parte inferior; depois enfeitam-se com algumas esculpturas, até que lhes fazem remate dois nichos com estatuas abrigadas sob rendilhados baldaquinos. *Portal da Magestade* lhe chamavam os conegos em razão de estar n'elle representado o Creador do mundo.

A exposição d'este portal, e a qualidade da pedra, que é da que chamam d'Ançã, tão facil de lavrar como de se deixar gastar pelo embate das tempestades, são causa de que esteja tão estragada toda a obra de esculptura, que não só mal se percebem os feitios dos lavores mais miudos, mas até as proprias estatuas se acham mais ou menos gastadas, e algumas d'ellas com as feições e fórmas quasi totalmente desfeitas.

Podia muito bem a ordem dos conegos regrantes, que era tão rica, e particularmente a communidade do mosteiro de Santa Cruz que dispunha de tão avultados rendimentos, proceder á restauração do portico da sua igreja, pondo-o no estado em que o traçou e executou mestre Nicolau. Mas para isso era mister ter amor da arte, e respeito aos monumentos. Contentaram-se porém os conegos em fortalecer o portal, construindo debaixo d'elle um segundo portico de cantaria, de moderna e prosaica architectura. E para encobrir esta desairosa enxertía, ou não sei mais para que fim, porque não serve de resguardo, mandaram edificar no adro, em frente do portal da igreja, e quasi junto d'elle, um portico de cantaria inteiramente desligado do edificio, que podia ser arco triumphal, mas que lhe chamavam guarda-vento.

Esta immensa mole, coroada pelo escudo das armas da ordem augustiniana, e por estatuas da Fama, foi erigida no seculo passado, e dizem que fez o risco um frade chamado José do Couto. Em outro qualquer logar seria um bonito portal, não obstante não se poder apontar como modelo de bom gosto; mas alli, onde o collocaram, é um pejamento vergonhoso, ou antes uma affronta ao gothico monumento. Todavia, tanto se enlevam n'elle os moradores da praça de Sansão, e ruas adjacentes que se oppozeram energicamente a que lh'o removessem d'alli quando, por occasião da abertura da rua do Visconde da Luz, e das obras do adro, pretendeu a auctoridade desmanchal-o, conduzindo as pedras para o erigir de novo, se a memoria me não falha, no cemiterio da cidade, onde serviria de porta principal. É tempo, porém, de entrar na igreja.

V

O interior do templo

Quem entra na igreja pela primeira vez, depois de ter observado a gothica frontaria, sente esvaecer-se de subito a illusão em que se enlevava, pois não encontra na architectura do interior do templo o que o seu rico portal lhe promettera. As reconstrucções feitas pela ordem nos seculos XVII e XVIII, deram-lhe nova physionomia, alterando-lhe as feições.

É de uma só nave, contando de comprimento 33^{m},32, de largura 10^{m},66, e de altura 22^{m},23. Tem a abobada de cantaria, artesoada, vendo-se nos florões esculpidos o escudo d'armas de D. Pedro Gavião, bispo da Guarda, capellão-mór d'el-rei D. Manuel, e que era dom prior geral dos conegos regrantes de Santo Agostinho ao tempo da reconstrucção da igreja sob o sceptro d'aquelle monarcha. Este escudo, em que estão representados cinco gaviões em aspa, tambem figura no remate do arco da capella-mór, nos torreões da fachada do templo, e em outros logares do mosteiro, como ao diante direi. É isto prova, sem dúvida, de que a ordem concorreu com grossas quantias para as obras da reedificação no seculo XVI.

Toda a abobada, infelizmente, foi pintada por occasião das obras feitas no templo, correndo o seculo XVII. Os florões e artesões foram doirados, e o resto pintado de azul, com varios retratos de santos da ordem augustiniana.

Os innovadores, embevecidos no brilho do oiro, na graça do azul celeste, e na religiosa expressão das santas imagens, não attenderam, nem se lhes importou, que a magestosa abobada de pedra, de laçarias curiosamente la-

vradas, ficasse parecendo simples obra de estuque. Assim tambem cobriram com azulejos as paredes do templo, construidas de boa cantaria.

O corpo da igreja tem tres capellas de cada lado, as quaes são dedicadas, começando da porta do templo, a Santo Antonio, ao Santo Sepulchro, e a Nossa Senhora da Graça, de uma parte; e da outra a Santo André, a Santa Monica, mãe de Santo Agostinho, e ao Santissimo Sacramento.

No cruzeiro ha duas capellas, da invocação de S. João Baptista, do lado da epistola, e de Nossa Senhora, do lado do evangelho. Todas estas capellas são fundas, de architectura moderna, mas sem que se recommendem á attenção do viajante por merecimento algum artistico na pedra. Os altares são ornamentados de talha doirada.

Todavia, fóra d'ellas, no corpo da igreja, admiram-se soberbas obras de arte. A mais preciosa, e que primeiro attrahe as vistas do observador intelligente, é o pulpito, todo de uma pedra, resaltando da parede, junto ao cruzeiro, do lado do evangelho, na altura de $1^{m},50$ do pavimento.

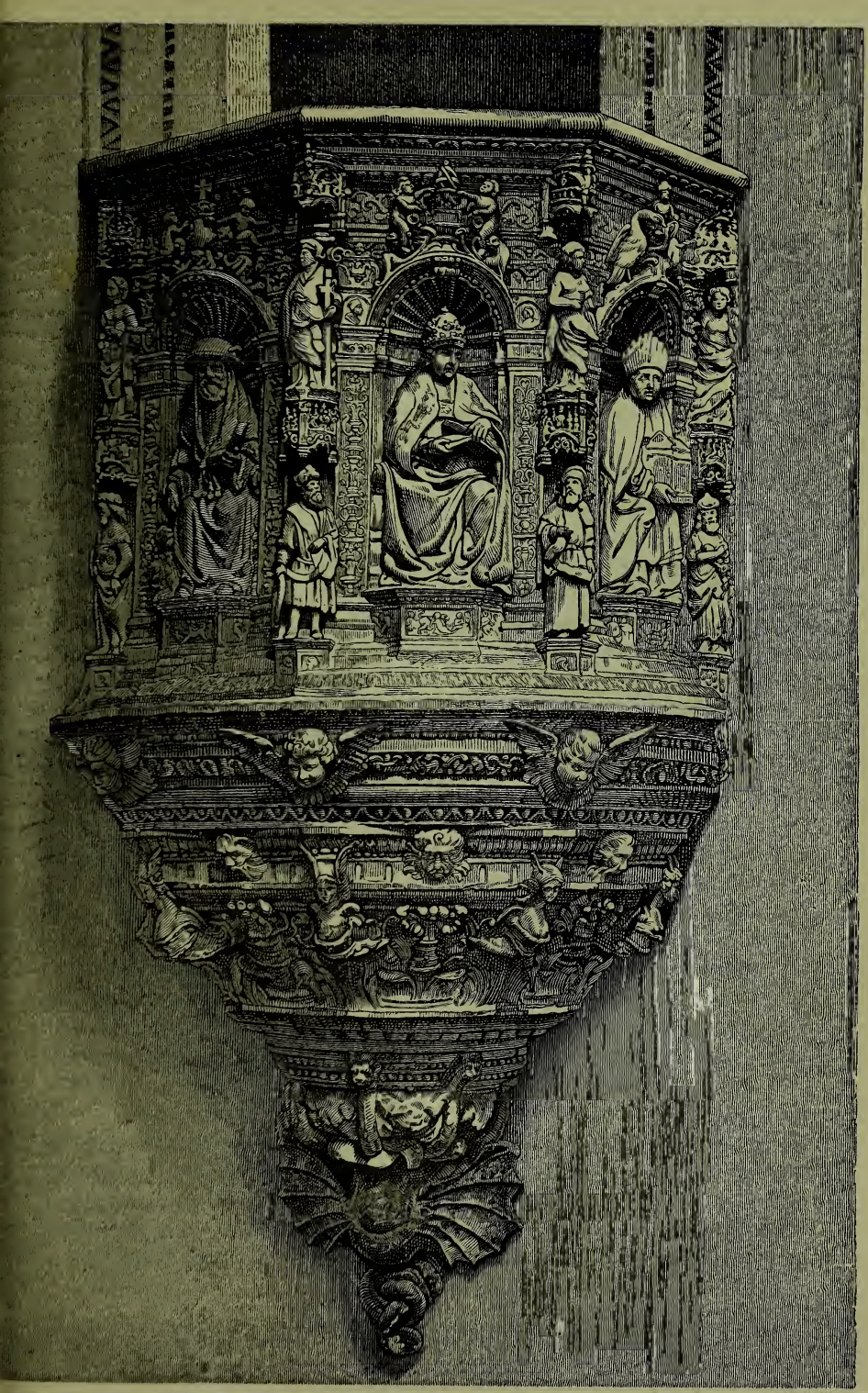
Todo lavrado em silvados, arabescos, molduragens, medalhas com bustos, anjos, cherubins, estatuas, baldaquinos rendilhados, e outros ornatos, este pulpito é uma das mais primorosas obras de arte, que ha no paiz. É muito engenhosa e de bello effeito a invenção geral do debuxo; correcto e gracioso o desenho das figuras; de extremada delicadeza e perfeição o trabalho de esculptura. Póde-se dizer, sem receio de cair em exaggeração, que não ha em Portugal outra obra de esculptura em pedra, n'aquelle genero, que reuna tantos dotes artisticos e em tão subido grau, como aquelle precioso pulpito.

O conde de Raczinski, no seu muito excellente livro *Les Arts en Portugal*, aprecia aquella obra de arte nos seguintes termos: «*La chaire est un magnifique morceau d'architecture dans le style cinque cento. Elle est parfaitement bien conservée; c'est un vrai bijou que l'on serai tenté d'enchâsser dans un medaillon ou dans un bague*».

Tem razão o illustre amador e intelligente cultor de bellas artes, quando diz que o pulpito é uma joia, que faz vontade aos que o contemplam, de o guardar em um estojo ou medalha, ou de engastal-o em um annel.

Tem o pulpito a fórma octogonal, mostrando só quatro faces. As principaes estatuas que o decoram, sentadas e mettidas em nichos, representam os quatro doutores da igreja, S. Jeronimo, S. Gregorio Magno, Santo Agostinho e Santo Ambrosio. Nas peanhas vêem-se uns lindos quadros em baixo relevo, esculpidos com summa delicadeza. Por cima dos nichos, entre mui graciosas figuras de anjos, avultam as sabidas divisas d'el-rei D. Manuel, a esphera armilar e a cruz da ordem de Christo, distinctivo de todos os monumentos erigidos por ordem d'este monarcha, ou pelo menos, durante o seu reinado.

Fazem divisão áquelles nichos duas ordens de estatuas, muito mais pe-



Pulpito da igreja do mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra

quenas que as dos doutores da Igreja, e resaltando dos angulos do octogono, que são cavados em nichos, com peanhas e baldaquinos rendilhados. As estatuas da ordem superior representam a Religião e as tres virtudes cardeaes, e as da ordem inferior os prophetas.

Esta é a principal obra de ornamentação, mas além d'ella, o restante d'esta parte do pulpito é todo lavrado em delicadissimos e variados relevos, sobresaindo oito medalhas com bustos.

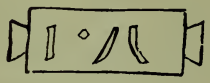
A parte inferior do pulpito, que serve de base á cadeira da verdade, é circular, da feição de uma misula, e está igualmente ornada com profusão e com tão bom gosto, que não prejudica, antes faz realçar a parte que o esculptor ataviou mais explendidamente. Dá principio a essa misula um dragão com a cauda enroscada. D'alli vão subindo, como em anneis, diversas cercaduras com variedades de lavores, e algumas adornadas com figuras de phantasia em alto relevo, rematando em um friso guarnecido com seis seraphins.

Além da perfeição da esculptura, é admiravel este pulpito pela graça e belleza da composição. Tendo sido o inventor tão prodigo na ornamentação, que não se vê espaço algum na pedra que não seja coberto de lavores, soube distribuir os ornatos com tal arte, que nenhum póde ser alli julgado de mais, antes, pelo contrario, todos se combinam em tão perfeita harmonia, que ninguem poderá contemplar este pulpito, por mais profano que seja nos mysterios do arte, sem sentir, mais do que admiração, um verdadeiro enlevo.

O estilo do pulpito é pura renascença, tal qual se introduziu na Italia, na Allemanha e na França, supplantando a architectura gothica. Esta circumstancia, sendo aquelle trabalho executado sob o sceptro d'el-rei D. Manuel, seria bastante, ainda que não houvessem outras mais fortes razões, para se attribuir esta obra a artistas estrangeiros, pois que, como já tenho observado, o estilo do renascimento sómente foi acceito e seguido pelos architectos e esculptores portuguezes do meiado para o fim do reinado de D. João III. E, além d'isso, a renascença em Portugal não se parece em coisa alguma com a que produziu nos citados paizes tão bellos e sumptuosos monumentos. Apontarei como exemplo a capella-mór da igreja de Santa Maria de Belem, que foi o primeiro edificio construido no reino, segundo aquelle estilo.

Outra prova concludente de ser o pulpito producção de artista estrangeiro é a perfeição das estatuas, que o decoram. Os esculptores nacionaes, que tanto primaram na esculptura ornamental, como se vê no convento da Batalha, em estatuaria achavam-se muito distantes da perfeição. Não é preciso ser muito entendido em bellas artes, para reconhecer a incorrecção do desenho e a grosseria da esculptura das estatuas que adornam os portaes dos templos de Belem e da Batalha. As que ornamentam o pulpito da igreja de Santa Cruz são dividas ao cinzel delicado e dextro.

Portanto, presumia-se que o pulpito era obra de algum dos esculptores, que el-rei D. Manuel mandou vir de França, para serem empregados nos trabalhos mais importantes da reedificação da igreja de Santa Cruz. Mas não constava de documento algum o nome do auctor d'esse primor d'arte. Porém o sr. Augusto Mendes Simões de Castro, de Coimbra, escriptor muito intelligente e consciencioso, e assiduo investigador de antiguidades nacionaes, resolvendo-se um dia a ir examinar miudamente aquella formosa peça esculptural, descobriu por cima de um dos nichos uns caracteres na fórma seguinte:



Communicando-me este descobrimento, accrescentava na sua carta: «Será por ventura isto a assignatura do insigne artista, que executou esta primorosa esculptura? A primeira letra é com certeza um I. Será a segunda um R? Se é, podem muito bem ser as iniciaes de João de Ruão, que trabalhou na reedificação do mosteiro em tempo d'el-rei D. Manuel, segundo se lê na chronica dos conegos regrantes.»

A segunda letra parece com effeito, um R; e assim se ajustam as duas tão bem ao nome de um dos referidos esculptores francezes, que julgo ficar d'este modo desvendado o mysterio.

VII

Outra obra de arte interessante, mas não de tanto primor como a antecedente, é a das cadeiras do côro sobre a porta principal da igreja. É sustentado este côro por um arco e abobada de pedra, construidos por um mestre biscainho, segundo diz D. Francisco de Mendanha na descripção do mosteiro, já citada em outro logar.

Guarnecem o côro setenta e duas cadeiras, feitas de madeira mandada vir de Allemanha por el-rei D. Manuel. São todas lavradas de talha relevada, e em grande parte doirada, com muita diversidade de figuras e emblemas, mostrando passagens do Velho Testamento, com vistas de cidades, castellos, embarcações, etc.

A respeito de perfeição de esculptura deixam alguma coisa a desejar, principalmente se se compararem com outros trabalhos do mesmo genero, e da

mesma epocha, que ainda restam no paiz. Todavia são curiosas e dignas de apreço, que subirá de ponto se nos lembrarmos das perdas, que Portugal tem padecido n'este ramo da arte, em que tanto sobrelevavam, pela belleza dos desenhos, e pela excellencia da esculptura, as cadeiras dos coros da igreja do convento de Christo, em Thomar, e da igreja do convento do Carmo, em Lisboa; aquellas queimadas pelos soldados francezes, na invasão do exercito commandado pelo marechal Massena em 1810, e estas destruidas pelo terremoto e incendio do 1.º de novembro de 1755.

VIII

O orgão é reputado em Coimbra pelo melhor do reino. Não o tenho n'esta conta, porque conheço outros, que lhe levam vantagem nas vozes, e mais ainda na sumptuosidade e belleza da fabrica. Todavia, póde dizer-se, com segurança, que é um dos melhores, que ha no paiz. Conforme refere o sr. Simões de Castro no seu mui curioso livro: *Guia do viajante em Coimbra*, aquelle orgão teve por artifice «um insigne mestre hespanhol, chamado D. Manuel Benito Gomes Herrera, que lhe deu principio em março de 1719, e o concluiu em igual mez de 1724», sendo dom prior geral da ordem, e cancellario da Universidade, o conego D. João de Christo.

O orgão antigo tinha sido fabricado no seculo XVI, por occasião da reedificação do templo.

Depois de permanecer por largos annos desarranjado e inutil o orgão de Gomes Herrera, foi modernamente concertado, ficando perfeitamente apto para o serviço divino.

No corpo da igreja ha duas sepulturas de pessoas notaveis. A mais antiga é de D. Fernando Cogominho, senhor de Chaves e alcaide-mór de Coimbra, e de sua mulher D. Joanna Dias, senhora da villa de Athouguia. Jazeram primitivamente em um tumulo na capella de S. Thiago Maior da igreja velha, fundação d'el-rei D. Affonso Henriques. Depois da edificação da igreja nova mandou el-rei D. Manuel trasladar o sepulchro para o novo templo, onde se vê mettido na parede, proximo da porta, do lado direito, em altura de 2 metros pouco mais ou menos, do pavimento.

No lado opposto, que é o do Evangelho, está outro sepulchro mettido na parede. Em uma sepultura raza jaz D. Miguel da Annunciação, bispo de Coimbra, e fundador do seminario da mesma cidade.

A capella-mór, com a sua abobada artesoada, nada contém na sua fabrica, propriamente dita, que mereça particular menção. O retabulo é um

painel não muito antigo, e sem grande merecimento, o qual representa a Europa, Asia, Africa e America adorando a cruz de Jesus Christo.

Encerra, porém, a capella-mór dois mausoleus, que bastam de per si para lhe darem celebridade, tanto pela magnificencia da obra, como pela auctoridade das pessoas, que n'elles repoisam. São os mausoleus dos dois primeiros reis de Portugal. O do fundador da monarchia está do lado do evangelho, e o seu filho D. Sancho I, do lado da epistola.

Os tumulos são singelos. Onde o architecto empenhou todos os recursos da arte e todos os esforços da sua phantasia foi nos arcos ou porticos, que os estão cobrindo. Construidos no mesmo estilo d'architectura, e muito parecidos, nos traços geraes do desenho, com o grande portal da igreja de Nossa Senhora de Belem, em Lisboa, aquelles porticos sobem encostados ás paredes da capella-mór desde o pavimento até á altura de uns 11 metros com mais de 5 metros de largura.

Os arcos são guarnecidos de muita variedade de lavores e recortes, e aos lados d'elles erguem-se, resaltando muito das paredes, grossos pilares, á modo de gigantes ou botareos, inteiramente cobertos de variadissimas esculpturas, entre as quaes avultam muitas estatuas mettidas em nichos, a que fazem docel esbeltos e formosos baldaquinos, todos abertos em delicadas rendas. As estatuas representam os apostolos e outros santos. Sobre o arco vêem-se o escudo das armas de Portugal, sustentado por dois anjos, e aos lados d'estes as espheras armilares, divisa d'el-rei D. Manuel. A parede, no vão do arco, é ornamentada com a imagem de Nossa Senhora da Assumpção, de vulto inteiro, cercada de anjos, que a festejam com musicos instrumentos.

São iguaes os dois porticos na fórma, nas proporções, e no numero das estatuas, e só differem nos desenhos da mais obra de esculptura.

Os tumulos estão collocados sobre o pavimento, no vão dos porticos, os quaes resaltam tanto da parede do templo, que parecem capellas collateraes.

São iguaes os dois tumulos no feitio, que é o de uma caixa de pedra, com alguns, não muitos, lavores em volta do epitaphio; tendo deitada sobre a tampa a estatua do respectivo monarcha, com a cabeça descançando em cima de almofadas, e aos pés encostado um leão doirado.

A estatua d'el-rei D. Affonso Henriques, de tamanho natural, tem certa nobreza; está vestida d'armas, tendo as mãos postas, e a cabeça descoberta e cingida com a corôa real. Aos lados, sobre a tampa, estão o elmo e as manoplas.

O epitaphio diz assim: *Alphonso Henrico I. Portugaliæ Regi, regio sanguine, religione et armis clarissimo, qui Imperatore Alphonso Castellæ Rege pro patria, ac viginti potentissimis maurorum Regibus cum maximis copiis, parva manu, sed fide, animo que ingenti, diversis prœliis pro Christiani nominis augmento justa acie superatis: Olysiponem, Santarenam, Eboram*

aliaque quatuordecim munitissima oppida, et universam ferè Luzitaniam ab infidelium manu recuperans Christi peculio adjecit. Hoc, et Alcobatiæ pluraque alia cenobia extruxit, ditavitque, nec Regno solum posterisque insignia Christum, qui ei apparesit cruxifixum, referentia; sed cunctis etiam maximum exemplum reliquit. Cujus virtus suis contenta factis cætera exequi non patitur. De fide, de patria, de Regno, de suis bene merenti, pientissimi hæredes hoc sepulchrum posuera. Obiit anno Domini CIↃCLXXXV regni sui LXXIII. et etatis XCI. VI die Decembri.

R. I. P.

Em vulgar, segundo a versão que d'elle fez fr. Antonio Brandão, na *Monarchia Lusitana*, quer dizer: «Ao primeiro rei de Portugal, D. Affonso Henriques, clarissimo pelo sangue real, religião e armas, o qual, vencidos em varias batalhas o imperador D. Affonso, rei de Castella, em defensão do seu reino, e vinte reis moiros poderosissimos, acompanhados de grandes exercitos, em augmento da christandade, e não tendo elle da sua parte mais que poucos soldados, e a pureza da fé e grandeza d'animo, de que era dotado, livrou da servidão dos mouros e restituiu á Igreja de Christo, Lisboa, Santarem, Evora, e outras quatorze povoações fortissimas. Fundou e dotou liberalmente este mosteiro e o d'Alcobaça, e outros muitos. Não só deixou ao reino e aos seus descendentes as armas em que se representam as Chagas de Christo, o qual lhe appareceu, mas um exemplo maravilhoso. Cuja virtude com suas obras se iguala, e não dá logar se passar adiante em seus louvores. A este inclito principe, tão benemerito da republica christã, de sua patria, reino, e de seus vassallos, mandaram seus piedosos herdeiros, levantar este sepulchro. Falleceu no anno do Senhor de 1185, tendo 73 de seu reinado, e de edade 91, no sexto dia do mez de dezembro. Descance em paz.»

Acha-se errada n'este epitaphio a conta dos annos de reinado e de vida do monarcha; o que foi devido a ter-se guiado o auctor d'elle pela chronica de D. Affonso Henriques escripta por Duarte Galvão. Deve-se ás investigações do chronista-mór do reino fr. Antonio Brandão a rectificação d'aquelle erro, pois que demonstrou que o nosso primeiro rei governou por cincoenta e sete annos, e viveu setenta e tres.

O tumulo d'el-rei D. Sancho I tem o seguinte epitaphio: *Sancius I Luzitaniæ rex II difficilimis temporib. regnans, ceu patriæ pater, regum que exemplar egregium. Obiit anno CIↃCCXI. etat. LVII.*

Diz em portuguez: «D. Sancho I, segundo rei de Portugal, pae da patria e illustre modelo dos monarchas, havendo reinado em tempos mui difficeis, falleceu no anno de 1211, tendo de idade 57.»

Estes dois monarchas foram primeiramente enterrados no adro da igreja,

junto da porta, em sepulturas razas; e ahi se conservaram por muitos annos, pois que n'aquelle tempo eram prohibidos os enterramentos nas igrejas, e até no interior dos mosteiros, qualquer que fôsse a cathegoria dos finados. Permittiam-se os enterramentos nos adros, e a collocação de tumulos embebidos nas paredes exteriores dos templos, ou mettidos em arcos abertos no grosso das ditas paredes, mas sem communicação com a igreja. D'este uso ainda existem muitos vestigios por todo o reino, e nomeadamente na sé velha de Coimbra, na igreja do mosteiro benedictino de Pombeiro, na velha igreja de S. Miguel, de Guimarães, onde foi baptisado D. Affonso Henriques, que são as que me occorrem agora á memoria. Com o correr do tempo, e revolução nos costumes, foi-se relaxando aquella pratica, e começaram os frades a consentir no enterramento dos seus bemfeitores e pessoas grandes em capellas separadas das igrejas, ou nos claustros, ou nas casas do capitulo. Foi então que os cadaveres dos nossos dois primeiros reis foram mudados do adro para uma capella do claustro, e ahi os collocaram em tumulos de madeira, onde estiveram até á sua trasladação para os mausoleus erigidos na capella-mór.

Ao mesmo tempo que se reedificava o templo nos principios do seculo XVI, deliniava mestre Nicolau, e esculpia juntamente com os seus tres companheiros. João de Ruão, Jaques Loguim, e Filippe Uduarte estes dois sumptuosos mausoleus.

Esperava com anciedade el-rei D. Manuel a sua conclusão, porque tinha muito a peito assistir á trasladação dos reaes cadaveres, dos antigos e humildes tumulos para os novos, que lhe mandára fazer. E tão justificada era a sua pressa, que por pouco o não colheu a morte antes de ver realisado esse seu desejo. Não consentiram os tão custosos trabalhos da reedificação da igreja, que se podesse effeituar aquella mudança antes do anno de 1520, que foi o anterior ao fallecimento d'el-rei D. Manuel.

D. Nicolau de Santa Maria, na chronica dos conegos regrantes, põe aquelle successo no anno de 1515. Mal se poderia crer que, tendo começado as obras da nova igreja bastante tempo depois da visita que el-rei D. Manuel fez á igreja velha no anno de 1502, que foi quando resolveu proceder á fundação de um novo templo, e de novos tumulos reaes, por ver o estado de ruina do antigo edificio, e a mesquinhez dos sepulchros em que descançavam o fundador da monarchia e seu illustre filho; mal se poderia crer, repito, que em tão curto praso para tão grande obra estivessem a igreja e os mausoleus concluidos como era indispensavel para se levar a effeito aquella trasladação. Com o testemunho de pessoa que assistiu á ceremonia da dita trasladação, segundo refere o auctor das *Memorias de Santa Cruz*, se corrige o erro do chronista da ordem. O seguinte extracto d'aquellas é copiado do livro acima citado do sr. Simões de Castro:

«No Anno seguinte desta elleição, 1520, em os 16 dias do mez de Julho,

estando o Serenissimo Rey Dom Manoel nesta cidade de Coimbra, veio a este seu real mosteiro á tarde e mandou abrir as sepulturas antigas dos primeiros dous Reys deste Reyno seus predecessores. Achou o corpo do devoto Rey D. Affonso Henriques inteiro, incorrupto, a carne secca, e a côr palida e macilenta, mas de aspecto severo que parecia estar vivo, do qual sahia cheiro suavissimo. Tinha vestido huma Garnacha comprida de pano de lam branca, e huma sobrepelis de pano de linho, isto tão inteiro, e são, como se n'aquella hora lhas vestissem. Era el Rey de estatura de dez palmos em comprido, e de dous e meio de largo pellos peitos, e a perna que quebrou nas portas de Badajoz, era mais curta que a outra tres dedos. O Senhor Rey D. Manoel o fez mostrar á nobreza e povo desta cidade, estando junto delle em pee descarapussado com um cirio aceso na mão, assistindo com elle todos os senhores e fidalgos com tochas acesas nas mãos, e com elles todos os religiosos conegos do convento: e assim como o achou, cantando-lhe primeiro um responso, o meteo e depositou no sepulchro novo, que lhe tinha mandado fazer na capella-mór á parte do Evangelho; e no dia seguinte, 17 de Julho, pella manham lhe mandou cantar um officio de deffuntos de nove lições com sua Missa beneficiada com toda a solemnidade e apparato que a cousa em si pedia. Esta memoria deixou escripta João Homem, Cavalleiro fidalgo da casa del Rey D. Manoel, que com elle se achou presente, e vio tudo com seus olhos.»

Em seguida assistiu D. Manuel á trasladação do corpo d'el-rei D. Sancho, e de outras pessoas reaes que tambem foram encerradas n'estes dois tumulos, como ao diante direi. Passados pouco mais de dois seculos foram abertos estes dois mausoleos para simples satisfação da curiosidade. Foi el-rei D. João v, quem assim perturbou o repoiso aos mortos em setembro de 1732. Acharam-se então reduzidos a esqueletos os corpos dos dois soberanos, que el-rei D. Manuel encontrára inteiros e incorruptos, não obstante terem corrido mais de trezentos annos depois da sua morte. El-rei D. João v mandou tirar os ossos para fóra dos caixões, e depois de limpos collocados em novos ataudes, e celebradas com pompa as ceremonias da igreja, usadas em taes casos, foram fechados os mausoleus. Exactamente um seculo depois, em outubro de 1832, foram novamente abertos por ordem e na presença do Sr. D. Miguel de Bragança.

Vou dar conhecimento aos meus leitores de uma noticia official da ultima abertura dos tumulos, e do que n'elles se encontrou, porque d'ahi resultam alguns esclarecimentos historicos.

IX

Abertura dos tumulos reaes em 1832

Eis como a *Gazeta de Lisboa* refere a ceremonia da abertura dos tumulos reaes no dia 23 de outubro de 1832:

.....«Hoje, sua magestade depois do seu despacho no gabinete, foi de tarde e mais suas altezas reaes a verem na igreja do convento de Santa Cruz o interior do tumulo do sr. rei D. Affonso Henriques: Ia acompanhado dos excellentissimos srs. duque de Lafões, marquez de Bellas, marquez de Tancos, e conde barão d'Alvito, camarista de semana, conde S. Lourenço, ministro e secretario d'estado dos negocios da guerra, conde de Barbacena, chefe do estado maior general, brigadeiro Gorjão, quartel mestre general, brigadeiro Povoas, ajudante d'ordens de sua magestade, major conde de Belmonte, ajudante de campo, e dos mais da mesma classe condes de Soure, do Cartaxo, de Vianna, de Almada, de Redondo, e de Carvalhaes, e D. Bernardo d'Almada, seu irmão; e officiaes d'ordens visconde d'Asseca, e tenente Manuel Correia, seu irmão; coroneis de voluntarios realistas conde de Castro Marim e visconde da Bahia; e varios criados da casa real; indo tambem como viadores de suas altezas os condes de Camaride e de Cintra: seguindo o caminho da universidade pela *Fonte Nova*, e alli concorria immensa gente para saudar o augusto monarcha, que sendo esperado mais suas altezas reaes pelo D. prior geral e communidade á porta do convento de Santa Cruz, e acompanhado á igreja, feitas as orações, mandou sua magestade abrir o tumulo do fundador da monarchia portugueza, repetindo assim este acto, que pela ultima vez se havia feito pouco mais de um seculo antes, isto é, em setembro do 1732, reinando então em Portugal o sr. D. João v, e anteriormente o havia feito tambem o sr. rei D. Manuel.

«Aberto pois aquelle deposito precioso dos restos mortaes do grande rei o sr. D. Affonso Henriques, se achou um pequeno cofre de madeira de cedro, junto a outro maior, existindo sómente no menor alguns restos de ossos pequenos, que indicavam ter sido de algum menino, mas tudo o mais reduzido a terra ou cinzas; e no segundo cofre maior, que se achava ainda coberto com um resto de tella rica de ouro e prata com franjas d'esta qualidade, se viu sobre a tampa, que teria 3 e meio até 4 palmos de comprimento, uma chave de ferro, a qual tinha sido dourada; e no mesmo um frasco de vidro faceado, com a base de tres pollegadas quadradas, e 7 de altura, rolhado e lacrado

com as armas reaes em cima, e uma inscripção em baixo dizendo: *Noticia do que se passou em o mez de setembro de* 1732; tendo este frasco dentro um embrulho escuro, e com letras, mas pegado ao fundo do vaso, o qual se pôz de parte para depois se examinar: tendo logo sua magestade dito, que o sello era das armas do sr. rei D. João v, e não do sr. D. Manúel como se dizia.

«Na presença pois de sua magestade, de suas altezas reaes, da côrte, do estado-maior general, do excellentissimo e reverendissimo bispo de Coimbra D. Fr. Joaquim da Nazareth, do D. prior geral, e de toda communidade de Santa Cruz, se proseguiu no exame dos caixões do tumulo, e se reconheceu com favor da chronica do convento, estarem no segundo cofre os despojos mortaes da sr.ª rainha de Portugal, D. Mafalda, esposa do primeiro rei, e por estarem muito arruinadas as madeiras e mesmo os ossos, ordenou sua magestade que se passassem para melhor cofre.

«Logo por baixo se achou outro caixão tambem de cedro, e com outra chave como a primeira, e restos de cobertura de tella igualmente de prata e ouro, com xadrez de côres já muito amortecidas. Abriu-se a tampa d'este terceiro cofre, que teria seis palmos de comprido, e n'elle se acharam os ossos do grande guerreiro e rei de Portugal o sr. D. Affonso Henriques! A sua caveira estava inteira, e mostrava ainda todos os dentes no seu lugar menos um; as dimensões do craneo e mais partes da cabeça eram grandes, e proporcionados os ossos dos braços e pernas, os quaes comparando-se com os da figura superior do tumulo, se achou perfeitamente coincidirem com as dimensões respectivas, tendo esta figura 10 palmos de comprimento, como refere a historia haver tido de altura o heroe, a quem representa vestido de ferro, collocado de costas, tendo uma almofada de pedra por travesseiro, e um leão doirado aos pés.

.....

«Voltando porém ao exame do frasco, que se havia encontrado no jazigo, nada alli se pôde adiantar, por não se poder tirar o embrulho, que tinha dentro, e sua magestade o mandou conduzir pelo conde de Redondo, seu camarista, quando se retirou, havendo dado as suas ordens ao D. prior geral de Santa Cruz para se tornarem a arranjar os caixões do real jazigo, que se havia aberto.

.....

«Do hospital foi sua magestade visitar o muzeu, e alli fez extrahir pelo dr. Franco o que o frasco trazido do tumulo tinha dentro, e se achou serem duas escripturas em pergaminho muito destruido, confusas ou mal legiveis as letras, porque a humidade havia atacado a pelle em que estavam, e se pôde perceber, que uma era em portuguez, e de caracter de letra moderna, isto é, de pouco mais de um seculo; e outra em latim, tambem de igual similhança,

sendo provavel explicarem ambas referencias a mais antigos titulos, quando em setembro de 1732 se abriu o tumulo real, como diz o letreiro no fundo do vaso; e na escriptura latina se póde ver, que fallava da sr.ª D. Theresa, mãe do sr. D. Affonso Henriques.....»

Vê-se pois d'esta noticia que el-rei D. Manuel fez collocar no mesmo tumulo, a par do corpo d'el-rei D. Affonso Henriques, os caixões que encerram os ossos da rainha D. Mafalda, mulher d'este soberano, e os de um infante, seu filho, fallecido de tenra idade. Os que tinham dúvidas ácerca do lugar da sepultura da rainha D. Mafalda ficarão assim esclarecidos.

Assim tambem n'essa occasião foram depositados os restos mortaes da rainha D. Dulce junto dos de seu esposo, el-rei D. Sancho I, dentro do mesmo tumulo.

X

Sachristia

A sachristia fica ao lado da capella-mór da igreja, detraz do tumulo d'el-rei D. Sancho I. Foi reedificada completamente no seculo XVII com bastante grandeza. Tem de comprimento 16 metros, de largura 10m,44, e de altura 14m,66. A abobada é de cantaria, e o pavimento de pedra em mosaicos, imitando os lavores da abobada.

As paredes são revestidas de azulejos, e n'ellas se abrem quatro porticos e varias janellas e portas.

Os porticos acham-se decorados com folhagens e outros lavores. Um dá entrada para a capella da sachristia, e os outros para as casas de lavatorio, de deposito de calices, e de arrecadação de missaes, livros de cantochão, etc. A casa do lavatorio tem uma boa fonte de marmores branco, preto, e vermelho. As outras duas casas são guarnecidas de contadores e caixões com gavetas, tudo de páo santo marchetado de marfim. É uma rica obra, principalmente os contadores. Em volta da sachristia correm iguaes caixões, e por cima d'elles ornam as paredes quadros a oleo, alguns de boa pintura. Fallando de dois d'estes paineis, (o descendimento da cruz, e a imagem de um santo) o conde de Raczinski, na sua estimavel obra *Les Arts en Portugal*, diz a respeito do primeiro que *é digno de elogio tanto pelo seu estilo, como pelo desenho;* e ácerca do outro, que *é um excellente specimen d'esse genero de antigas pinturas attribuidas ao Grão-Vasco.* A sua opinião é pouco favoravel para com o painel da descida do Espirito Santo sobre os apostolos, que

alli é reputado por excellente. E todos sabem quão entendido era o conde de Raczinski n'este ramo de bellas artes, e com que zelo e trabalho procurou estudar os progressos que n'elle tem feito este paiz desde a infancia da monarchia. Ha mais dois quadros na mesma sachristia *(o Ecce Homo*, e *Christo Crucificado)* que entre nós gosam de apreço; mas que, todavia, não captivaram a attenção d'aquelle intelligente amador. N'este mesmo caso está um *Senhor Crucificado*, de vulto, que se vê no meio de uma das paredes da dita casa.

XI

Casa do capitulo, capella e tumulo de S. Theotonio

A casa do capitulo tem porta para o claustro principal, chamado do *Silencio*. Vestem-se as suas paredes de azulejos, porém a abobada é de pedra artesoada, e com florões nos remates, como a da igreja. Pertence ao systema d'obras de reedificação executada no reinado d'el-rei D. Manuel.

Tem esta casa no fundo uma rica e vistosa capella dedicada a S. Theotonio, 1.º prior do mosteiro de Santa Cruz, que ahi jaz em tumulo de marmore. Foi começada esta capella no anno de 1582. Mandou-a fazer o dom prior geral D. Pedro d'Assumpção. Delineou-a e dirigiu os trabalhos da construcção Thomé Velho, que era então reputado pelo melhor architecto do reino depois de Filippe Tercio.

Construida segundo o estilo do renascimento, que, como tenho ponderado em outras occasiões, raras obras de merecimento produziu em o nosso paiz, não se póde dizer que sobresáia pelo bom gosto artistico. Entretanto está profusamente decorada, e entre os seus ornamentos avultam as estatuas de S. Theotonio, e dos quatro evangelistas, aquella por cima do altar, mettida em um nicho; e estas nas paredes lateraes.

O mausoleu de S. Theotonio é de marmore. Concluiu-se em 1630, e no dia 7 de abril d'esse mesmo anno fez-se a trasladação das reliquias do santo, sendo conduzidas em procissão com grande pompa, e celebrando-se festa com apparatosa solemnidade.

N'esta mesma capella se acham mais dois tumulos, mettidos nas paredes lateraes. São ambos de marmore, e iguaes no feitio. No do lado do evangelho repoisa D. Tello, fundador do primeiro mosteiro de Santa Cruz, e segundo diz o epitaphio, fallecido em setembro de 1140, e transferido da antiga se-

pultura no claustro para este tumulo em 7 de abril de 1630. O tumulo do lado da epistola encerra os ossos de D. João Theotonio, 2.º prior d'este mosteiro, fallecido em novembro de 1181, e trasladado do claustro para aqui no mesmo dia e anno das trasladações referidas.

Junto á casa do capitulo ha uma capella consagrada a S. Miguel, cujo retabulo é todo de pedra, assim como tambem a estatua do Archanjo.

XII

Claustros

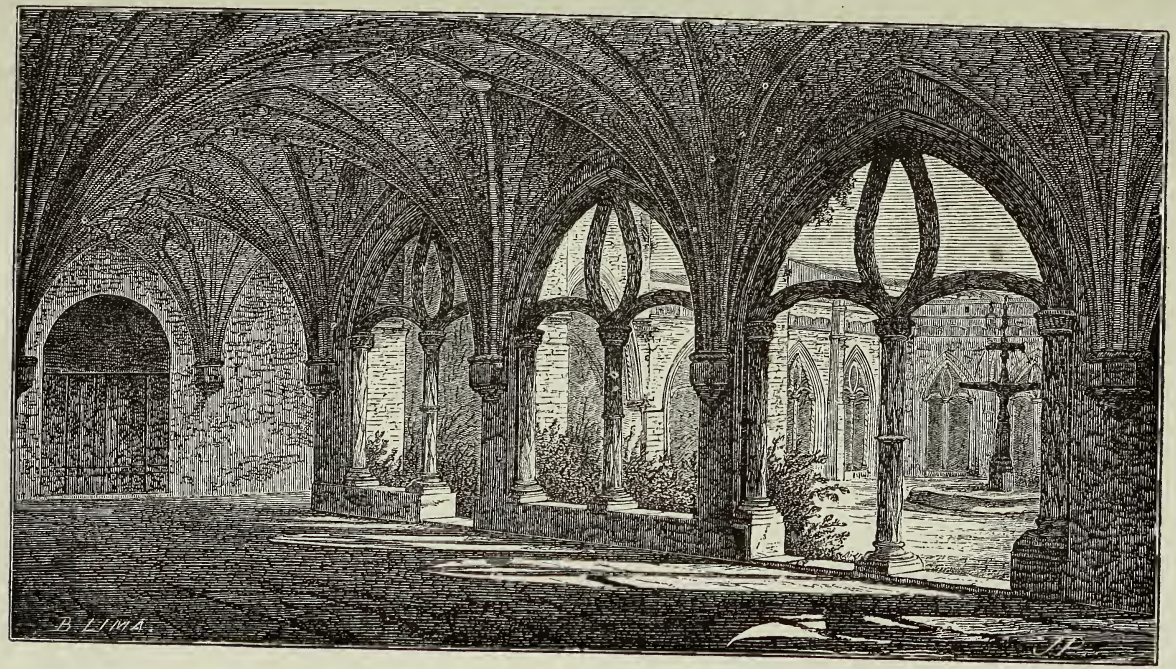
São tres os claustros, chamados da *Portaria*, do *Silencio*, e da *Manga*. O primeiro é contiguo á antiga portaria do mosteiro, e dá-lhe ingresso a denominada *porta fidalga*. Este claustro é o mais moderno dos tres, e não se distingue por circumstancia alguma, que mereça mencionar-se.

O *claustro do Silencio* é o principal em architectura e belleza; e tambem o era no tempo dos conegos quanto ás funcções a que a religião o destinou. E como por esta razão os preceitos monasticos obrigavam os conegos a guardar n'elle rigoroso silencio, ficou-lhe este nome por autonomasia, como indicativo da preeminencia.

É este claustro uma das obras executadas no reinado e com o auxilio d'el-rei D. Manuel; sendo a principal despeza á custa da ordem, do que dão testemunho os escudos d'armas, que se vêem nos remates das abobadas, que são os cinco gaviões em aspa, brazão de D. Pedro Gavião, dom prior geral dos conegos regrantes ao tempo em que se fazia esta construcção. Se el-rei D. Manuel fôra propriamente o fundador appareceriam as armas reaes e as suas conhecidas divisas, em logar d'aquelle brazão.

Tem este claustro um quadrado por projecção horisontal, com 15^{m},55 de comprimento em cada um dos seus quatro lanços. São estes de abobada, de pedra artesoada, com os referidos brazões nos remates. Os vinte arcos, que se abrem nos quatro lanços, são de volta curvilinea, e formados de columnas, que á maneira de troncos cobertos de folhagem, se ramificam do logar onde começa a volta do arco para o centro; e, descançando ahi sobre outra columna do mesmo feitio, servem de base a um olhal oblongo, tambem revestido das mesmas folhagens, e que vae terminar no ponto agudo do arco.

Os lavores que revestem as columnas d'alto a baixo, guarnecendo do mesmo modo as outras partes decorativas, mostram claramente que este



Claustro do Silencio no mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra

claustro pertence ao estilo gothico-florido. Todavia se aquelles brazões não dessem irrecusavel testemunho da epocha da sua fundação, poder-se-hia attribuir esta ao reinado d'el-rei D. João II, no qual a architectura gothica já tinha perdido toda a sua pureza, trocando a esbelta simplicidade que a destinguia pela riqueza dos adornos com que se ia abastardando. Porém não ostentava aquella profusão e variedade de ornamentos, e mistura de estilos differentes, que são os verdadeiros distinctivos da architectura gothico-florida no seu ultimo periodo, correspondente ao reinado d'el-rei D. Manuel. Deve-se portanto suppôr, que o architecto, riscando o claustro do *Silencio*, quando este reinado ia em mais de metade do seu curso, reagia contra a degeneração da arte gothica, e n'elle quiz deixar consignado o seu protesto.

O centro d'este formoso claustro é adornado por uma fonte mui elegante com duas taças, e uma pequena estatua por corôa; e em dois dos quatro angulos vêem-se mais duas fontes, uma de marmore côr de rosa, mas que ao presente não deita agua; a outra de pedra ordinaria, e coberta com sua cupula abobadada, porém o que tem de menos na riqueza dos materiaes tem de mais na abundancia do manancial.

Em tres dos quatro lanços avultam paineis ou retabulos de pedra com as figuras em relevo. São obras de esculptura de muita belleza, e de bastante perfeição. No lanço do sul acha-se embebida na parede uma lapida com inscripção, porém tão gasta do tempo que pela maior parte é illegivel. O sr. Simões de Castro, na sua *Guia do viajante em Coimbra*, diz a este respeito o seguinte: « Acerca d'esta pedra lemos nas *Memorias de Santa Cruz: Na era de MCCLXVI he anno de* 1228, *João Bispo Cardeal Sabino, legado á Latere em Espanha do Papa Gregorio IX, passando de caminho por esta Cidade, foi hospede e agasalhado neste real mosteiro, e a instancia do Prior mór Mestre Dom João Paes, que ainda não tinha um mez inteiro de Prior, sagrou a igreja velha deste real mosteiro em os* 7 *de Janeiro; como consta das letras apostolicas da sagração que o cardeal passou = Dat apud Cerolicum Idibus Januarii, Anno ab = Incarnatione MCCXXVIII. Este breve em pergaminho se conserva no cartorio deste real mosteiro, e no primeiro lanço do claustro, na parede, se vé ainda uma pedra meio gastada com o mesmo breve nella entalhado.* »

D'entre varias capellas que ha no *claustro do Silencio* faz-se notar a da invocação de *Santo Christo* por causa de dois mausoleus antigos que ahi se conservam. Lê-se na da parte do evangelho o seguinte epitaphio: *Aqui jaz Dom Pedro Bispo da Guarda Prior deste Mosteiro e capellam mór dEl Rey Dom Manuel: Ho qual mandou fazer a Igreja com a capella e capitulo desta casa, e outras muito boas obras com que a enobreceu. Faleceu em ho anno do senhor de MDXLI. Em hos* 13 *dias de Agosto.*

O tumulo do lado da epistola tem esta inscripção: *Aqui jaz Dom João*

de Noronha e Menezes XXV Prior Mór deste mosteiro. Filho de Dom Pedro de Menezes, primeiro marquez de Villa Real; e da Marqueza Dona Brites de Lara. Faleceu a 24 d'Agosto. Anno do Senhor 1506.

Sobre os quatro lanços d'este claustro corre uma galeria, que é coberta em tres d'aquelles lanços, sendo o tecto sustentado por pequenas columnas e descoberta no quarto por ter ficado por acabar. Junto d'este ultimo acha-se uma capella, actualmente muito arruinada, mas que foi mui rica em obra de talha doirada. É denominada *capella dos Meninos de Palhavã*, em razão de ter sido edificada pelos srs. D. Antonio e D. José, filhos bastardos d'el-rei D. João v, os quaes fizeram os seus estudos no mosteiro de Santa Cruz, e porque lhes estabeleceram a sua residencia depois de reconhecidos por el-rei D. José I como seus irmãos, no palacio dos condes de Sarzedas, hoje dos srs. condes d'Azambuja, no sitio de *Palhavã*, logo á sahida de Lisboa pela estrada de Bemfica; principiou o povo a chamar-lhes *Meninos de Palhavã*, nome com que sempre os designou, não obstante a edade avançada a que chegaram.

O claustro da Manga é assim chamado porque foi construido segundo o risco feito por el-rei D. João III, na manga do seu roupão. A obra não acredita, certamente, o bom gosto de quem a traçou. Mas apesar de ser o soberano o architecto, póde-se apresentar como um specimen da architectura pesada e desengraçadissima, que, no decurso do seu reinado, substituiu a gothico-florida. Os quatro lanços têem mais similhança exteriormente com uma casa particular de modesta apparencia, que com um claustro. E' a fonte que adorna o centro, na qual o seu auctor parece ter empenhado todos os recursos da sua arte, é uma immensa mole sem graça, nem especie alguma de belleza.

A fonte tem duas taças e levanta-se debaixo de um pavilhão, cuja cupula é sustentada por oito altas columnas de marmore.

Em torno do pavilhão, a pouca distancia, acham-se quatro capellas circulares, com as portas voltadas para a fonte, e cobertas com cupulas no mesmo gosto da do pavilhão. Ligam este ás capellas quatro botareos vasados e abertos em quarto de circulo. Todas estas construcções estão cercadas de alegretes de flores, e de oito lagos em fórma de canaes, de maneira que o pavilhão communica-se com as quatro capellas por meio de pontes ou passadiços de lagedo. Os retabulos das capellas são de pedra, em relevo, e representam *S. João Baptista* em contemplação no ermo; *S. Jeronymo*, tambem no ermo, adorando a Cruz; *S. Paulo* primeiro eremita; e *Santo Antão*, no deserto, resistindo á tentação do demonio. Foram esculpidos estes quatro retabulos pelo mestre João de Ruão, francez.

No lanço do norte d'este claustro existe a celebre capella dos *Ossos*, hoje fechada, mas que outr'ora se patenteava ao publico. As paredes, abobada, e

Claustro da Manga, no mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra

altar são fabricados, ou guarnecidos de caveiras e ossos, que se diz serem dos christãos que morreram pelejando pela fé no campo de Ourique, onde os mandou buscar el-rei D. Affonso Henriques para fazer esta construcção.

Sobre os lanços d'este claustro, em vez de terrados ou varandas, levantam-se dois andares, que eram occupados, antes da extincção das ordens religiosas, por varios dormitorios e enfermaria.

O claustro da Manga foi ha pouco tempo reparado e aformoseado pela camara municipal de Coimbra, que se acha na posse d'elle.

A gravura junta mostra a parte superior da torre dos sinos, a qual fica defronte da porta que dá entrada para o *claustro da Manga*, mettendo-se ao presente de permeio uma rua publica. Aquella torre compõe-se de dois corpos: o primeiro é uma alta e grossa torre, toda de cantaria, de quatro faces iguaes, e coroada de ameias. É uma das torres edificadas por el-rei D. Affonso Henriques para defeza do mosteiro. N'ella moravam antigamente os priores móres de Santa Cruz. Apesar de contar tantos seculos, é tal a fortaleza da sua construcção, que se acha no melhor estado de conservação. Deve a sua actual existencia a ter sido apropriada á torre dos sinos, que constitue o segundo corpo, e que foi fabricada sobre a antiga.

XIII

Sanctuario

A casa ou capella do sanctuario está logo no principio do grande corredor, que era outr'ora o dormitorio principal do mosteiro, em razão de terem n'elle as suas cellas os conegos de mais auctoridade pelos seus cargos na ordem ou pelo seu saber. Fica pois n'este corredor o portal da entrada do sanctuario. É este uma vasta e rica sala, quasi uma pequena igreja, com uma capella no fundo magnificamente ornamentada.

Foi construida esta obra no meiado do seculo XVI, porém no fim d'esse mesmo seculo, depois de terem sido depositadas no sanctuario muitas reliquias santas, que vieram do estrangeiro, foi ornada e enriquecida de modo que se tornou celebre em todo o reino. Estas reliquias, com que se augmentou o thesouro já alli existente, e em que se viam preciosos relicarios dados pelos dois primeiros reis de Portugal, pertenceram á imperatriz Maria de Borgonha, mulher de Maximiliano I, imperador d'Allemanha, a qual era neta de Filippe o Bom, duque de Borgonha, e da duqueza D. Isabel, filha do nosso rei

D. João I. Doára a imperatriz Maria de Borgonha aquellas reliquias a diversos conventos de Flandres, onde se conservaram até que rebentou n'esse paiz a guerra religiosa, accendida por Luthero e outros heresiarchas. Com o fim de salvarem as santas reliquias de algum desacato, foram reunidas e levadas para Roma no anno de 1594. Dois conegos de Santa Cruz de Coimbra, que alli se achavam n'essa occasião, tratando negocios da ordem, solicitaram e obtiveram para o seu mosteiro as ditas reliquias, que logo foram transportadas para Portugal, e chegaram a Coimbra nos principios do anno de 1595. Resolvera porém a ordem celebrar com tão pomposas festividades a recepção e collocação das santas reliquias, que se gastou nos preparativos da funcção todo o tempo que decorreu desde janeiro até 29 de outubro do mesmo anno, em que foram levadas em procissão da sé para a igreja de Santa Cruz. A grandeza e luzimento do prestito religioso; as galas profanas de danças, e visualidades, que o precediam; a apparatosa perspectiva dos arcos triumphaes levantados para a passagem da procissão em diversos sitios da cidade; a representação de figuras allegoricas com que os conegos sairam da sua igreja de Santa Cruz a receber a dita procissão; a riqueza dos vasos sagrados, das armações e mais alfaias, e a profusão das luzes, que ornavam e abrilhantavam o templo; emfim o esplendor e magnificencia das festas com que os conegos regrantes e toda a cidade celebraram durante quinze dias a chegada das santas reliquias, compõem um longo capitulo da historia do mosteiro, e um quadro curioso e muito interessante dos costumes populares no fim do seculo XVI.

Assim fez a ordem ostentação da sua immensa opulencia tanto n'esta faustosa solemnidade, como na ornamentação do sanctuario.

Era antigamente este sanctuario uma das coisas mais dignas de se ver que havia no reino, pois que além da devoção que inspirava, continha muita diversidade de objectos artisticos de muita valia e primor. Vou dar conhecimento do seu estado actual, e das preciosidades artisticas e historicas de que o despojaram depois da extincção das ordens religiosas, inserindo n'este lugar uma descripção do sanctuario feita pelo sr. Augusto Mendes Simões de Castro, já conhecido dos meus leitores:

«É o sanctuario de Santa Cruz uma das maravilhas d'este mosteiro mais dignas de veneração, e uma peça riquissima, já pelos seus valiosos adornos, já pelas muitas preciosidades que contém e o fazem celebre no nosso paiz. Esta sublime e grandiosa capella de fórma elliptica é toda guarnecida de obra de talha doirada, de tanta belleza e primor, que apresenta uma perspectiva encantadora e deslumbrante. Por toda a parte se vêem refulgir as doiraduras com a muita luz que a esta casa transmittem suas grandes janellas, enchendo-a de alegria e esplendor. De um grande e vistoso florão que no seu ponto central tem a graciosa abobada de estuque, se vê pendente um bello lustre de

riqueza e gosto sorprendentes. Offerece bello aspecto o pavimento forrado de lisonjas artificiosamente dispostas.

«São innumeraveis as reliquias que n'esta casa se veneram. Grande parte d'ellas acham-se distribuidas por doze elegantes pyramides, cada uma das quaes contém os restos preciosos de muitos santos de cada mez do anno. Outras estão bellamente encastoadas em ricas molduras, em lindissimas urnas, e, finalmente, em meios corpos. Alguns d'estes de prata, que estavam aqui n'outro tempo, acham-se em outra casa de maior segurança. A caveira de S. Theotonio guarda-se n'um d'estes, mandado fazer em 1620 pelo prior geral, D. Miguel de Santo Agostinho Pessanha, e que importou em 141$100 réis.[1] Tambem no sanctuario se veneram as reliquias dos cinco santos martyres, Otho, Berardo, Pedro, Acurcio e Adjucto, frades toscanos da ordem dos menores, os quaes, tendo ido a Marrocos prégar por mandado do seu patriarcha S. Francisco, padeceram n'aquella cidade cruel martyrio a 16 de janeiro de 1220. Estando por este tempo em Marrocos o infante D. Pedro, filho de D. Sancho I, mandou reunir os restos dos santos martyres e trouxe-os para Astorga, onde ficou, e d'ahi os enviou a Portugal por Affonso Pires, de Arganil, que chegou com elles a Coimbra a 10 de dezembro do mesmo anno. Foi grande o jubilo que houve em Coimbra por occasião de se receberem estes preciosos restos. O cabido, o clero e o povo os foram esperar fóra da cidade, acolhendo-os com grande alvoroço e devoção.[2] Ainda hoje se vê no sanctuario um bello cofre em que se guardam muitos ossos d'estes santos; e tambem em dois meios corpos de prata, que se guardam em casa mais segura, e que foram mandados fazer no anno de 1510 pelo prior-mór D. Pedro, bispo da Guarda, se conserva n'um a cabeça de um dos santos, e no outro alguns ossos e alguns vidrinhos cheios de sangue d'estes martyres.[3]

«Tanto o cofre como os meios corpos expõem-se na igreja por occasião da festa d'estes santos, que com grande solemnidade se celebra todos os annos a 16 de janeiro. É costume haver procissão, a que antigamente concorriam muitos homens nus da cintura para cima, a qual tira origem de um voto que por occasião da peste, em 1423, fez Vicente Martins, do logar de Falla, de vir assim com seus filhos visitar todos os annos as santas reliquias, se não fôssem atacados pela peste. Chegou a ser extraordinario o numero dos nus que concorriam á procissão, dando logar a muitas chufas. Parecendo isto mal ao bispo conde D. Francisco de Lemos, prohibiu esta costumeira, e só permittiu os penitentes menores.

---

[1] *Memorias de Santa Cruz*. (Obra manuscripta.)

[2] De um facto miraculoso succedido por esta occasião com a rainha D. Urraca trazem noticias algumas chronicas; e uma lenda intitulada *D. Urraca e os cinco martyres de Marrocos* se póde ver nas *Memorias das Rainhas de Portugal*, por F. F. Figanière.

[3] *Memorias de Santa Cruz*.

S. de Castro.

«Tambem entre as reliquias veneraveis que se guardam no sanctuario se contam com distincção as de Santa Comba, que padeceu martyrio junto de Coimbra, e a caveira de Santo Antonio, martyr.

«Em pinturas de valor e em objectos e alfaias memoraveis era mui rico o sanctuario; hoje, porém, acha-se despojado de grande parte d'estas preciosidades. «Uma collecção curiosissima de pinturas, entre as quaes figuraram dois preciosos quadros, um de Rubens, outro de Raphael, ornava o interior da capella. A serie dos retratos dos monarchas portuguezes, e de outros muitos varões celebres dos nossos fastos, tanto profanos como sagrados, formava uma galeria antes da entrada do sanctuario. Os objectos que mais avultavam entre os muitos preciosos guardados n'este recinto, eram: um relicario com um espinho da corôa do Salvador, fabricado de oiro das cinco corôas que D. Affonso Henriques ganhára aos moiros no campo de Ourique; a espada d'este preclarissimo rei; a escrevaninha de tartaruga, marchetada de oiro, e a penna de prata com que se assignaram os decretos do Concilio de Trento, donativo do veneravel arcebispo de Braga, D. Fr. Bartholomeu dos Martyres; uma biblia de pergaminho de primorosas letras com illuminuras, assombro de paciencia de quem as traçára; a cruz milagrosa que, coroando o estandarte dos Affonsos e dos Sanchos, conduzia os portuguezes ao campo das victorias; o castão de bronze que ao santo prior D. Theotonio mandou o santo do Claraval. E onde param agora os quadros de Raphael, e de Rubens, e os retratos de nossos monarchas, e de outros varões celebres? Os primeiros estarão porventura ornando o gabinete de algum lord lá na ambiciosa Albion; os ultimos, muitos foram rotos pelo terçado dos soldados. A espada do fundador da monarchia e a escrevaninha, roubados aos conimbricenses, levaram-n'as para o museu do Porto. O oiro e prata não ha que procural-os; fundiram-se e evaporaram-se nas mãos dos collectores das preciosidades; deixaram-se dispersas pelo chão as reliquias sem engastes; arrancou-se o esmalte dos quadros; finalmente, a templos de christãos não trataram os moiros com mais sacrilego despreso.

«Louvores sejam dados aos honrados conimbricenses, que se negaram a apear o riquissimo lustre da capella; louvores e agradecimento votâmos tambem ao piedoso sacerdote, que, reunindo os dispersos fragmentos do que despresára a já saciada cubiça dos delapidadores, os collocou decentemente, mandando a expensas suas inscrever nos vazios que deixaram os quadros roubados, bem escolhidos textos da Escriptura Santa, mandando tambem apagar com o pincel as arranhaduras feitas ao arrancar as preciosidades. O céo queira premiar tão boas obras[1].»

---

[1] *Revista Litteraria.*

S. de Castro.

«Uma *Transfiguração* de Raphael, e a *Adoração dos reis* de Rubens, estão no Atheneu do Porto. Entre as pinturas que ainda se conservam no sanctuario, são muito gabadas algumas, e de duas d'ellas disse o conde de Raczinski: «As pinturas mais dignas de attenção do sanctuario da igreja de Santa Cruz, e talvez de todas as igrejas que tenho visitado n'este paiz, são quatro cabeças encerradas em dois medalhões; n'um as de S. Pedro e S. Paulo, no outro as de Christo e S. João; são pouco menores que de tamanho natural; conservam-n'as sob vidro. Não pude chegar a descobrir de que auctor eram, mas ellas me recordaram o retrato de *Holzchur*, por Alberto Durer, e eu não teria difficuldade em acreditar que vieram de Allemanha, e que remontam á epocha d'este pintor. O que é certo é que são admiraveis em quanto a desenho e colorido.»[1] Talvez por esquecimento, ou por não existirem no sanctuario quando o visitou, deixou o conde de Raczinski de mencionar mais duas pinturas similhantes, constando cada uma tambem de duas cabeças, que julgâmos serem obra do mesmo auctor.

Espada attribuida a el-rei D. Affonso Henriques

«A espada de D. Affonso Henriques, que se diz ser a que se guarda no Porto junta á do immortal D. Pedro IV, é uma memoria valiosissima e de grande veneração, por nos recordar que foi com ella em punho que aquelle grande monarcha ganhou victorias celebres e fundou o reino de Portugal. Foi tambem com esta espada que D. Affonso IV ficou victorioso na batalha do Salado. Ao passo porém, que esta arma respeitavel nos traz á mente tantos factos de heroicidade e de gloria, tambem nos desperta recordações pungentes da terrivel catastrophe de Alcacer Quibir.—Visitando D. Sebastião em 1570 o mosteiro de Santa Cruz, o prior geral lhe mostrou a espada de D. Affonso Henriques, e tomando-a el-rei na mão, «a beijou com muita reverencia, dizendo para os senhores e fidalgos que o acompanhavam: *Bom tempo em que se pelejava com espadas tão curtas! Esta é a espada que libertou todo Portugal do cruel jugo dos moiros, sempre vencedora, e por isso digna de se guardar com toda a veneração;* e dando-a outra vez ao prior geral, lhe disse: *Guardae, padre, esta espada, porque ainda me hei valer d'ella contra os moiros de Africa*[1].» Effectivamente, quando o infeliz

[1] *Les arts en Portugal.*
[2] *Chronica dos Con. Regr.*, p. II, liv. X, cap. XX.

monarcha, d'ahi a oito annos, tratava de fazer a desgraçada expedição de Africa, mandou por uma carta[1] pedir a espada ao prior de Santa Cruz; mas refere a chronica que, esquecendo na armada, não se serviu d'ella D. Sebastião, e que pôde assim voltar para o mosteiro[2].

«Tambem julgámos que se guardava em Santa Cruz o escudo de D. Affonso Henriques, que D. Nicolau de Santa Maria diz [3] ser de pau de figueira forrado de coiro de boi cru oleado e pintado, e ter de comprimento cinco palmos e meio, e de largura, no mais largo, tres palmos.

«Brandão diz[4] que este escudo era branco, assentando n'elle uma cruz azul d'aquelle feitio a que chamam potentea, por ter a haste mais comprida que os braços.

«Nas côrtes geraes de 1821, na sessão de 21 de agosto, o sr. Trigoso propoz que as côres do laço nacional fôssem branca e azul, empregadas no escudo de D. Affonso. Esta proposta foi competentemente discutida e approvada[5].»

XIV

Refeitorio, livraria, dormitorios, etc.

A casa do refeitorio corre junto ao lanço do norte do *claustro do Silencio*. Tem o tecto de abobada de pedra de laçaria, ou artesoada. Pertence ao systema d'obras emprehendidas no primeiro quartel do seculo XVI.

A casa da livraria tambem é da mesma epocha, e deita sobre a varanda do dito claustro, do lado de oéste. Mede 43m,60 de comprimento, e de largura

---

[1] O fac-simile d'esta carta póde ver-se no *Antiquario Conimbricense*, interessante publicação de que só sairam 9 numeros em 1842.

[2] Ácerca d'este facto fazem-se no n.º 6 do *Antiquario Conimbricense* algumas bem fundadas considerações, pelas quaes se duvida de que a espada que D. Sebastião levou para Africa d'ahi voltasse, e que aquella que hoje se guarda no Porto na verdade seja a de D. Affonso. Mas seja ou não, aquella espada não deve por mais tempo permanecer n'aquella cidade; é aos conimbricenses que ella de direito pertence. O que dizemos da espada tambem o dizemos com referencia aos preciosos quadros, e á memoravel escrevaninha e penna com que no celebre Concilio de Trento se condemnaram e proscreveram os erros de Zwinglio, Luthero e Calvino. Apesar de todos esses objectos terem boa collocação, é para lamentar, todavia, que d'elles fôsse espoliado o monumento de Santa Cruz. É um verdadeiro roubo privar os conimbricenses d'esses objectos gloriosos que possuiam e tanto veneravam. Aspera censura ás pessoas que consentiram em taes delapidações. Seria muito digna de louvores a municipalidade de Coimbra se instasse para que revertessem ao seu proprio logar todas essas preciosidades.

[3] *Chronica dos Con. Regr.*, p. II, liv. XI, cap. XXXII.

[4] *Monarch. Lus.*, p. III, liv. X, cap. VII.

[5] Artigo do sr. R. de Gusmão, no *Instituto*.

S. de Castro.

15m,55. Não tem particularidade, que faça notavel a sua construcção. Outr'ora encerrava uma copiosa bibliotheca, rica, principalmente, em manuscriptos. Pela extincção das ordens religiosas foram transportados todos os seus livros impressos para o edificio da bibliotheca publica da cidade do Porto. Ficou porém no mosteiro o seu importante archivo, que contém muitos e valiosos documentos historicos de differentes epochas, mas sobre tudo do seculo XIII. Entre estes manuscriptos figura o *Foral de Coimbra*. O sr. Simões de Castro, no seu livro já por mim citado n'outro lugar, fallando d'este foral, diz «que tem no meio das capas da encadernação o escudo do reino, e nos cantos as espheras, tudo de cobre doirado. É manuscripto em pergaminho, e torna-se notavel não só pelo esmero da encadernação e nitidez dos caracteres, mas principalmente pelo seu elegante frontispicio primorosamente colorido, onde entre as armas de Portugal, a empreza real e o brazão da cidade, tarjados de flores, se acha o nome do monarcha D. Manuel de letras doiradas sobre fundo azul. A propria assignatura d'el-rei D. Manuel se vê n'este foral, e tambem a de Fernão de Pina.

Do archivo do mosteiro está de posse a camara municipal de Coimbra.

Quanto a dormitorios, hospedarias, enfermaria, e mais officinas, entendo não dever fatigar com a sua descripção os meus leitores, porque não encerram coisa alguma digna de menção especial. Não ostentam riqueza d'architectura, mas correspondem em vastidão á opulencia da ordem a que pertenceram, e á nomeada do mosteiro. Para se poder ajuizar da grandeza do edificio, bastará referir os estabelecimentos e repartições publicas que se accommodaram n'elle depois da extincção das ordens religiosas; e são os seguintes: *azylo ou roda dos expostos; camara municipal; correio; repartição das obras publicas do districto;* a *dos pezos e medidas; junta administrativa dos campos do Mondego; administração do concelho; cadeia districtal*, etc. E todavia, apesar das muitas casas occupadas por tantas repartições e estabelecimentos alguns dos quaes demandam edificios de grande capacidade, todos estão accommodados com largueza, e ainda sobra espaço.

Tinha o mosteiro uma bonita horta, espaçosa e ajardinada, para onde deitavam dois compridos lanços do edificio. Um d'estes era denominado *hospedarias*, e n'elle se agasalharam muitos viajantes illustres, e tambem muita pobresa; servindo agora de abrigo aos infelizes expostos.

A horta desappareceu com os seus antigos possuidores. Foi pouco a pouco desvastada até que perdeu os ultimos vestigios da sua existencia.

No logar que outr'ora occupava construiu ha poucos annos a illustrada camara municipal de Coimbra um excellente mercado.

XIV

Cerca do mosteiro

Nenhum outro mosteiro de Portugal tinha junto a si uma cerca tão grandiosa como esta pela extensão e bem assombriado das ruas que a cortam, e pelas obras d'arte com que a adornaram. Poucas quintas possuia o nosso paiz assim formosas e ricas pela espessura dos bosques, pela grandeza colossal das arvores, e pela abundancia das aguas que a fertilisam. Constituindo um dos mais bellos ornamentos da cidade de Coimbra, correspondia perfeitamente á nobreza e opulencia da ordem dos conegos regrantes de Santo Agostinho, e ás honradas memorias do mosteiro de Santa Cruz a que pertencia.

Ha meio seculo fazia as delicias, e lisonjeava o orgulho dos moradores de Coimbra, e encantava a quantos estrangeiros a visitavam, porque ás bellezas que encerrava davam nova graça e mais lustre o alinho e asseio com que era cuidadosamente conservada e tratada. Porém, poucos annos depois, extinctas as ordens religiosas, o governo n'uma d'essas horas aziagas em que entregou ao camartello tantos monumentos de gloria nacional, e em que desbaratou tantos valores a troco de mesquinhas quantias que entravam a custo no thesoiro, mandou pôr em praça a magnifica cerca do mosteiro de Santa Cruz.

A propriedade foi vendida promptamente, e passado algum tempo rendia ao comprador mais alguns alqueires de milho. Porém este augmento de producção custou á cidade e ao paiz o sacrificio de uma grande perda, verdadeira perda em todo o sentido, pois que foi mister derrubar cerrados bosques de frondosas arvores.

As compridas ruas, que dividiam em quarteirões estes bosques, hoje terra de lavoira, ainda lá existem toldadas pela immensa copa das arvores que as guarnecem; mas damnificadas mais ou menos pelas chuvas; invadidas ou mal limpas da herva e das folhas seccas.

Como as ruas vê-se tudo o mais que era d'antes consagrado ao recreio. Doia n'alma, realmente, ver assim destruido ou despresado o que foi obra de tamanhos esforços, de tão grande cabedal, e de tanto tempo.

O que mais avulta, e mais nomeada tem dado a esta quinta são duas peças, que sem dúvida bastam por si proprias para a fazerem celebre; uma é o *jogo da bola;* a outra o *grande lago.* O primeiro occupa um vasto qua-

Jogo da Bola, na cerca do mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra

drilongo, para o qual se sóbe por uma ampla escadaria de treze degráos. É uma formosissima praça cuja entrada é formada por um bello portico, composto de tres arcos, coroados pelas estatuas de marmore da *Fé*, no arco central, e da *Esperança* e *Caridade* nos lateraes. No fundo da praça, em correspondencia d'este portico, ergue-se uma cascata, decorada com duas estatuas de marmore, que representam dois evangelistas escrevendo o Evangelho, sentados sobre rochedos, e na parte superior com a imagem de Nossa Senhora da Conceição, esculpida em jaspe. A agua rebenta e despenha-se das rochas, imitando a natureza; e repucha de duas taças, e de um lago que recebe todo o manancial.

Os outros lados da praça são guarnecidos de assentos de cantaria com as costas azulejadas; e no centro está o jogo da bola, occupando dois terços da mesma praça. Junto dos assentos, pela parte de fóra, prolongam-se dois renques de corpulentos carvalhos e loureiros, que estão cobrindo com o seu manto de verdura quasi toda esta deliciosa estancia.

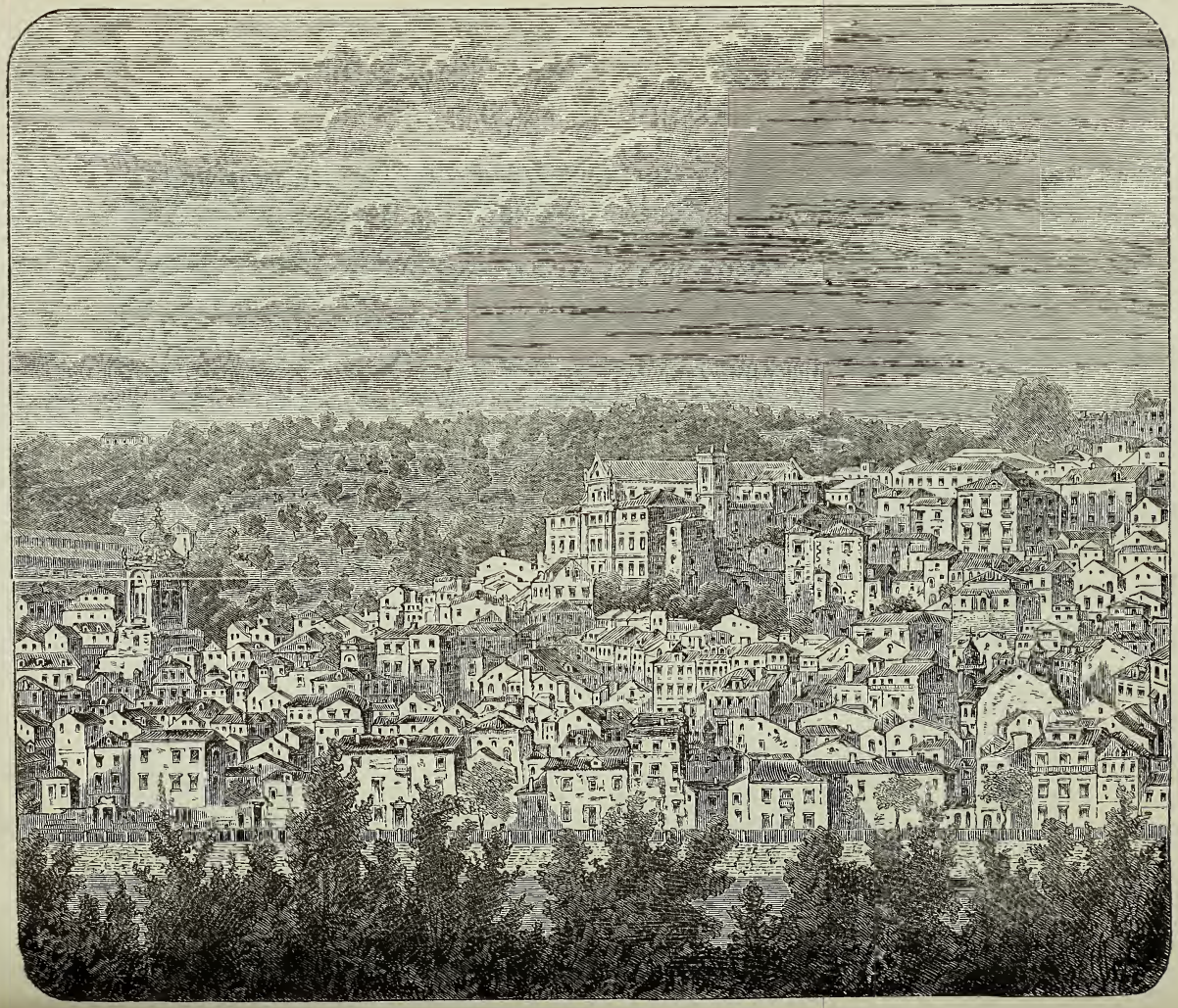
Pelos lados da cascata sobem duas altas escadarias. A da direita termina em uma alameda de loureiros, que conduz ao grande lago. É este de fórma circular com grade de ferro em volta, servindo de encosto. No meio levanta-se uma ilha com suas plantações; e de um lado da borda precipita-se n'elle com fragor uma grossa torrente. É muita a sua profundidade, e tal o seu diametro, que admitte barcos de recreio, e alli os tinham os conegos, que muito gostavam d'esta diversão.

Em torno do lago volteia uma espaçosa rua, a que fazem parede compacta mui altos cedros tosquiados, aos quaes se encostam assentos de pedra, e que apenas deixam livre passagem por baixo de alguns arcos formados dos seus proprios ramos, e que dão sahida para outras tantas ruas orladas de arvoredo.

A *alameda de Santo Agostinho*, assim chamada antigamente por ter no topo, em azulejos, a imagem d'este patriarcha, a *fonte do Tritão*, e o *Horto*, especie de gruta em que figuram o Senhor orando sobre o monte, e nas faldas d'este os apostolos deitados e dormindo, são os outros logares mais notaveis d'esta quinta.

No meio, porém, d'esses sitios apraziveis e de variadas bellezas, que tantos gosos suaves e puros transmittem aos olhos e á alma de quem os contempla, ergue-se silenciosa e triste a imagem da morte. É um tumulo que alveja sob a copa gigantesca do annoso arvoredo, e atravez da viçosa e ridente folhagem dos laranjaes.

Cobre a fria pedra as cinzas de um gentil mancebo, que uma desgraça lançou na sepultura, quando a vida lhe sorria esperançosa, e a fortuna lhe promettia favores. Chamava-se Massey, e era official de um regimento inglez, pertencente á divisão do general Clington, que veiu a Portugal em 1827. Achando-se aquartellado com o seu regimento no collegio de S. Bernardo,



Cidade de Coimbra

lembrou-se um dia de ir passear a cavallo pelas margens encantadoras do Mondego. Era uma tarde tão linda da primavera, e estava a paisagem tão risonha, que o joven official não se fartava de devassar aquellas densas florestas que bordam o rio e os lagos que se entremeavam com as arvores junto das margens. Animado com um primeiro ensaio, tentou vadear um lago fronteiro á *ponte de Aguas de Maias;* mas em breve perde o pé e desapparece na profundidade do pego. Contava apenas 20 annos, e passava pelo official do regimento de mais gentileza, e de mais esmerada educação. Seu corpo foi encontrado depois, e os companheiros saudosos pediram e alcançaram do D. prior geral dos conegos regrantes um logar para sepultura do mallogrado mancebo na cerca do mosteiro de Santa Cruz. Mais tarde erigiram-lhe um modesto mausoleu de marmore.

A quinta de Santa Cruz, posta em praça ha pouco tempo, foi arrematada pela camara municipal de Coimbra, com o intento de destinar uma parte d'essa propriedade para Passeio Publico, e a outra parte para a fundação de um novo bairro da cidade.

Na vista de Coimbra, que vae junta, vê-se, na parte baixa da cidade, a torre dos sinos da igreja de Santa Cruz. A gravura mostra, pois, a situação do monumento.

OS MONUMENTOS PREHISTORICOS

Dolmin ou anta de Adrenunes, na serra de Cintra

Um dos estudos archeologicos de que mais se occupam presentemente os que se dedicam a este importante ramo da sciencia, é o que diz respeito ás edades primitivas do homem. Dá-se a esses tempos o nome de *prehistoricos*, porque d'elles não chegou até nós memoria alguma escripta, nem gravada, nem tradicional, que nos instrua, ou dê qualquer explicação sobre o viver do homem n'essas epochas remotissimas.

Da existencia de muitos monumentos, espalhados por quasi todo o globo, e tão informes e toscos, que bem mostram que a mão do artifice não fez n'elles mais que dispôr e amontoar grandes penedos, taes quaes a natureza os creára; do descobrimento de ossadas fosseis, e de varios utensilios de pedra grosseiramente affeiçoados, tem tirado os archeologos, á força de estudo e meditação, alguns conhecimentos, que são como frouxa luz a tentar romper as trevas de um passado mysterioso.

Essas pesquizas e lucubrações já nos deram o resultado satisfatorio de se poder distinguir nas primeiras epochas da existencia do homem as edades da pedra e do bronze. Entende-se por edades da pedra aquellas em que a humanidade, desconhecendo os metaes, servia-se de machados e outros utensilios de pedra. A edade do bronze refere-se ao tempo em que o homem, já conhecedor dos metaes, começava a applicar o cobre, só ou ligado, á fabricação, embora muito grosseira, das armas e utensilios de que carecia.

Enumeram os archeologos tres edades da pedra, e alguns accrescentam uma quarta. A primeira reconhece-se pelos instrumentos de pedra simplesmente lascados. Distingue-se a segunda por se apresentarem esses mesmos objectos (armas e utensilios) polidos por meio de fricção, o que já revela algum aper-

feiçoamento. A terceira é designada pelas habitações lacustres, pelos oiteiros de conchas e pelas construcções de turfa. A esta edade correspondem os mesmos instrumentos de pedra polida, com exclusão absoluta de metaes.

Tendo o homem descoberto o cobre e outros metaes, começou a applicar aquelle, só ou ligado, á fabricação dos seus utensilios e armas, deixando inteiramente o emprego da pedra para taes instrumentos. Dá-se a esta epocha o nome de edade do bronze. A que se lhe seguiu é chamada edade do ferro, porque então principiou a industria a utilisar-se d'este metal. Esta ultima edade abriu a porta aos tempos historicos.

Por conseguinte, nos tempos primitivos, prehistoricos, sendo a Europa habitada em partes por diversos grupos de populações, que ainda não conheciam a arte de lavrar os metaes, temos hoje muitos motivos plausiveis para crer, tantas e tão fortes razões, que se poderá dizer que constituem mais que probabilidades, quasi o grau da certeza, que os monumentos de pedra denominados *dolmin*, *pedras em fórma de mesa* ou *mesas de pedra*, *camas* ou *tumulos dos Hünen*, *camas de gigantes*, *tumulos pagãos*, *galerias cobertas*, *cromlechs*, etc., como lhes chamam os povos dos diversos paizes onde taes monumentos existem, foram levantados por homens anteriores ás epochas de que temos conhecimentos historicos. Segundo a opinião dos mais doutos archeologos, pertencem esses monumentos, ou pelo menos a maior parte dos que se conhecem, á terceira edade da pedra e á edade do bronze.

Encontram-se dolmins na Asia (na Syria, na Arabia e no Deccan), na Africa septentrional e na Europa.

Alexandre Bertrand publicou em Paris um mappa mui curioso, que indica a distribuição geographica dos dolmins. Não me permitte o espaço que pretendo dedicar a este assumpto, acanhadissimo para tão vasta materia, dar uma idéa da distribuição dos dolmins na Europa, desde a Curlandia até Portugal, conforme a descreve aquelle archeologo. Apesar da grande quantidade d'estes monumentos, que tem sido destruidos, no correr dos seculos, em differentes paizes, os que restam, sómente na Europa, contam-se por centenares.

Portugal continha avultado numero d'estes monumentos, que, pela maior parte, foram destruidos pelas convulsões do solo, e tambem, certamente, pelos povos visinhos, quando a situação dos dolmins os convidasse a preferil-os a qualquer pedreira para extracção da pedra de que necessitassem para as suas construcções.

Foi a provincia do Minho, em razão de ser mais populosa, onde aquella destruição foi maior e mais completa. Auctorisam esta opinião duas circunstancias: a primeira, existirem presentemente dois unicos dolmins n'aquella provincia, ou, pelo menos, não se saber que exista mais algum; a segunda haver na mesma provincia varias povoações e muitos logares ermos com a denominação de *Anta* ou *Antas*. Os nossos antepassados davam este nome aos

dolmins, na persuasão de que tinham servido de aras gentilicas, sobre as quaes faziam seus sacrificios os povos que as construiram, immolando victimas ás divindades a que rendiam culto. Portanto, é fóra de dúvida que em todas as povoações e logares, tanto do Minho como de outras provincias, designados com o nome de *Anta* ou *Antas*, houve outr'ora dolmins.

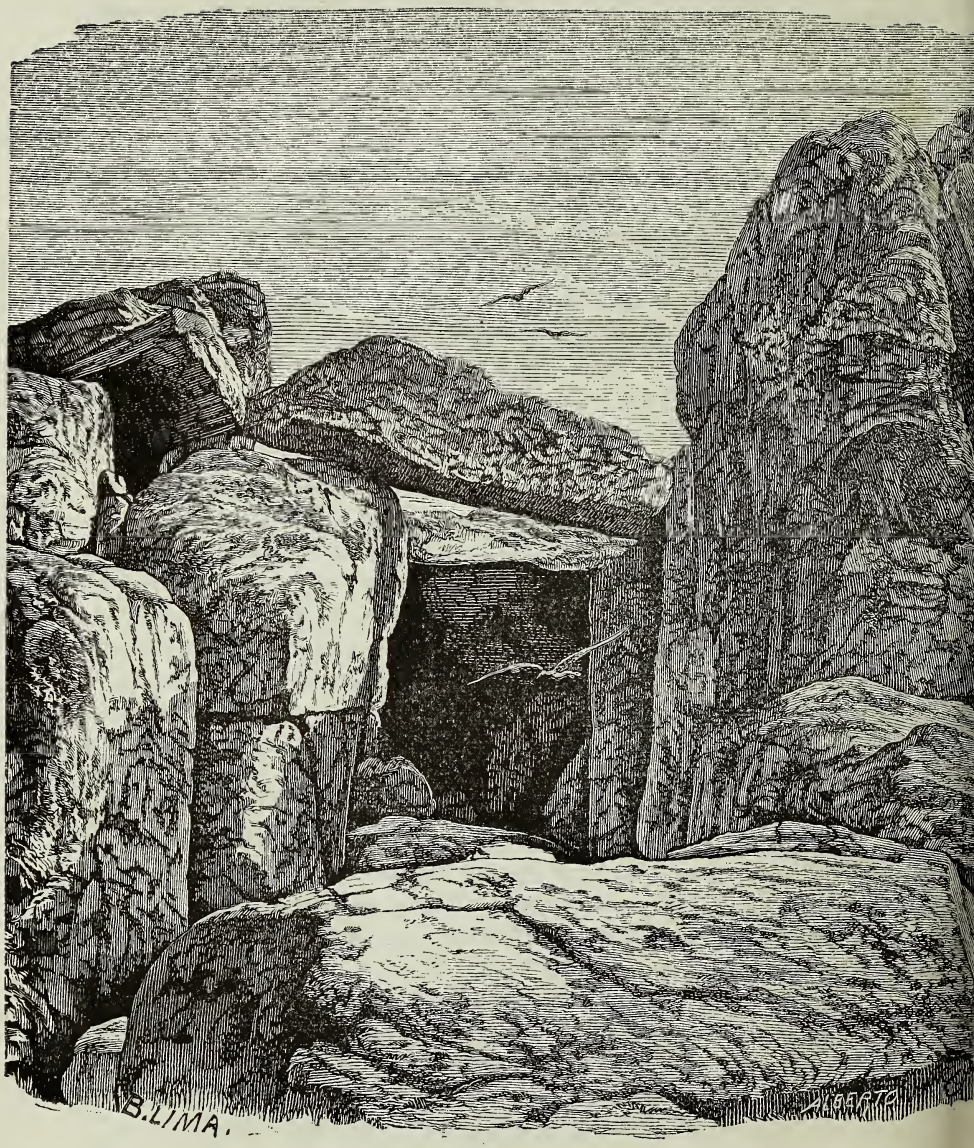
Aquelles de que ha noticia existirem em o nosso paiz são os seguintes: na provincia do Minho, no monte da Polvoreira, proximo das Caldas de Vizella; e no monte da Pedreira, a pouca distancia de Pombeiro: na provincia de Traz-os-Montes, em Fantel, em Carrazedo[1], em Monte Fidalgo, e perto de Villa Velha do Rodão: na provincia da Beira, a legoa e meia da cidade da Guarda; em Antas de Penalva; perto de Celorico, nos concelhos de Vizeu e de Sabugal; na provincia do Alemtejo existem muitos dolmins nas circumvisinhanças de Castello de Vide, que, por brevidade, deixo de mencionar; e álem d'estes, nas cercanias da villa do Crato, entre a villa de Aguiar e Evora, e entre esta cidade e Vendas do Duque, entre os Pègões e Vendas Novas, nos arredores das villas de Nisa, de Arrayolos, de Barbacena, e ainda outros no concelho de Evora: na provincia da Estremadura apenas tenho conhecimento do de *Adrenunes*, na serra de Cintra: no Algarve não tem sido descoberto, que me conste, monumento algum d'este genero. Entretanto, parece que algum existia sobre o cabo de S. Vicente no tempo dos romanos, pois que Strabão, tratando da peninsula iberica, diz, com referencia áquelle cabo, então chamado *Promontorium Sacrum*: «*Lapides multis in locis ternos aut quaternos impositos.*»

Encontram-se em varias localidades do nosso paiz, mas principalmente nas provincias do Minho e Traz-os-Montes, uns restos de construcções, sobre oiteiros mais ou menos elevados, que o povo julga serem ruinas de castellos antigos, e que designa com o nome de *castro* ou *crasto*, vocabulo derivado do latino *castrum*, castello ou campo entrincheirado. A disposição circular das pedras, que se observa em alguns d'elles, e outras circumstancias mais, relativas á construcção militar dos romanos, e que alli faltam absolutamente, levam-me a crer que taes restos de construcções são monumentos prehistoricos, e não romanos, como parece indicar o seu nome popular. Todavia, não é questão para ser tratada em meia duzia de linhas, ao correr da penna, e sem prévias investigações nos proprios logares.

Duas importantes questões se tem agitado ácerca dos dolmins. Versa a primeira sobre quaes foram os constructores d'estes monumentos. A segunda diz respeito ao fim para que foram erigidos.

Os escriptores antigos, particularmente os portuguezes, que pouco estudaram esta materia, e ainda os estrangeiros que sobre ella escreveram até aos prin-

[1] Em Carrazedo não é dolmin, mas sim um dos monumentos da mesma epocha, chamados entre nós *mamunhas*, *mamuas* ou *mamôas*.



Dolmin ou anta de Adrenunes, na serra de Cintra

cipios do segundo quartel d'este seculo, attribuiram aos celtas a construcção dos dolmins, e, acceitando a tradição popular, deram o nome de aras a esses grandes penedos dispostos em fórma de mesa. Aquelles nossos escriptores foram: Manuel de Faria Severim, na relação de uma viagem que fez á Beira; e Martinho de Mendonça de Pina, em uma memoria sobre os ditos monumentos, que apresentou e leu á academia real da historia portugueza, da qual era membro, em sessão de 30 de julho de 1733.

Os estudos que os archeologos modernos tem emprehendido, auxiliados por importantes descobertas que tem sido feitas em diversos paizes, por meio de excavações praticadas junto e em torno dos dolmins, tem lançado alguma luz em varios pontos da questão, e em outros apenas tem servido de dar novo rumo ás idéas.

Originou-se de tudo isto grande variedade de opiniões, mais ou menos plausivelmente fundamentadas, ácerca dos povos constructores dos dolmins. Todavia, forçoso é confessar que, apesar de todas as investigações até agora feitas, e de tanto lidar da intelligencia de mui distinctos sabios, ainda não foi levantado o véo que encobre este mysterio. Apenas o que parece exhuberantemente demonstrado, é que os povos que construiram taes monumentos viveram nas epochas prehistoricas, e eram originarios da Asia.

Das excavações a que acima alludo tem resultado o descobrimento de cadaveres e ossadas dispersas, bem como de diversos instrumentos de pedra, nos terrenos por baixo e em volta dos dolmins. De similhante descoberta tirou-se racionalmente por conclusão que os dolmins são monumentos funerarios. Porém seriam ao mesmo tempo monumentos religiosos? Seriam simultaneamente, como pretendem alguns archeologos, padrões commemorativos e altares erigidos para santificar esses logares de repoiso eterno? Afigura-se-me que este ponto ainda não está satisfatoriamente resolvido.

Nas escavações feitas junto aos dolmins, já se sabe, nos paizes estrangeiros, pois que em o nosso poucos trabalhos tem sido feitos n'essas localidades, tem-se achado diversos instrumentos de metal, e vasos ou urnas de barro com cinzas. D'isto concluem os archeologos, com bastante plausibilidade, que, durante as edades da pedra, eram enterrados os cadaveres; e nas edades do bronze e do ferro eram queimados, e as cinzas recolhidas em vasos de barro, e depois enterradas.

O monumento prehistorico representado em a nossa gravura está situado sobre um dos mais elevados pinaculos da serra de Cintra. Saíndo da villa de Collares, caminho do logar de Penedo, em direcção á ermida de Nossa Senhora da Peninha, edificada tambem sobre um agudo pincaro, junto ao cabo da Roca, encontra-se, antes de chegar á dita ermida, tres altos serros, dispostos em quasi um alinhamento, e a distancias uns dos outros quasi eguaes. O que fica no centro é denominado *serro* ou *cabeço dos Picotos;* o

o da parte de léste *Monge;* e o de oeste, que se levanta a pouca distancia da pequena aldeia da Atalaya, tem o nome de *Adrenunes*. Na parte superior d'este avulta o monumento prehistorico.

O pincaro é composto de rochas graniticas, que permittem, com alguma difficuldade, a ascensão do viajante ao ponto mais elevado. O dolmin tem a fórma de galeria coberta, e serve actualmente de base a uma das pyramides da triangulação do reino.

Estimaria poder accrescentar a este resumido quadro mais alguns esclarecimentos sobre tão interessante assumpto; mas o proximo termo d'este volume obriga-me a acabar aqui este artigo. Porém não o concluirei sem indicar aos meus leitores que desejarem mais amplas noticias, relativas aos monumentos prehistoricos, boas fontes, a que podem recorrer.

O sr. F. A. Pereira da Costa publicou em 1868 uma excellente memoria intitulada: *Monumentos prehistoricos: descripção de alguns dolmins ou antas de Portugal*, adornada de estampas. É um bello trabalho, consciencioso, cheio de erudição, e dirigido com tal methodo e clareza, que, ao mesmo tempo que utilisa aos sabios, e enriquece a sciencia com um importante peculio de noticias e observações relativas aos monumentos prehistoricos de Portugal, facilita e põe ao alcance de todos o conhecimento d'esta materia. Em 1878 e 1880 publicou o fallecido e distincto geologo Carlos Ribeiro, importantes trabalhos do mesmo genero com o titulo de—*Estudos prehistoricos em Portugal. Noticia de alqumas estações e monumentos prehistoricos.* Estas memorias, pois, attendendo á insufficiencia da que escreveu no seculo passado Martinho de Mendonça de Pina, preencheram na litteratura portugueza uma lacuna que nos envergonhava. Posteriormente outros escriptores publicaram novos estudos.

Varios archeologos, vindo ao nosso paiz, visitaram e descreveram alguns dolmins. Mr. Hautefort escreveu ácerca dos monumentos prehistoricos denominados *cromlechs*, que viu na provincia do Alemtejo, entre os Pégões e Vendas Novas. R. Kinsey tratou especialmente dos que se acham no concelho da villa de Arrayollos.

Tanto em França como na Inglaterra e na Allemanha, mas sobre tudo n'esta ultima, tem sido publicados modernamente muitos e importantes estudos ácerca dos monumentos prehistoricos. No *Globus*, excellente jornal litterario allemão, publicou o distincto archeologo Carlos Andree, em 1867, uns artigos muito interessantes, cujo argumento é: «Distribuição geographica dos dolmins nas tres partes do mundo; a população prehistorica da Europa e os monumentos da edade da pedra; a edade da pedra e edade do bronze; opinião dos archeologos do norte da Europa; cadaveres descobertos nos dolmins; transição de uma edade para outra; descoberta de uma camada que revela a existencia de uma povoação ainda mais antiga; os dolmins na Arabia central; observações de Gifford Palgrave; os monumentos da edade da

pedra na Argelia; a hypothese dos Tamhu; phantasias sobre emigrações; hypotheses celticas; os povos aborigenes mais antigos da Africa septentrional.»

Este escriptor, referindo-se a Portugal, apenas faz menção dos dolmins da Beira e Alemtejo.

Emfim, tão reconhecida tem sido entre as nações mais cultas a importancia do estudo e das investigações sobre os tempos primitivos do genero humano, que em agosto de 1867 foi convocado e celebrado em Paris um congresso internacional de anthropologia e archeologia prehistoricas, ao qual se tem seguido outros, nas principaes cidades da Europa, o nono dos quaes foi celebrado em Lisboa.

N'estes congressos deram assignalados passos os estudos prehistoricos. Henri Martin, Quatrefages, Virchow, Evans, Cartailhac, Vilanova, Mortillet, e muitos outros sabios de differentes nacionalidades, incluindo compatriotas nossos, lançaram bastante luz n'esses mysterios das edades primitivas da humanidade.

São benemeritos d'estes estudos em Portugal, principalmente, os sabios geologos e infatigaveis exploradores, o fallecido coronel d'artilheria, Carlos Ribeiro, e o sr. tenente coronel de engenheria, Nery Delgado, pelas suas assiduas e penosas investigações, pelo seu concurso para a celebração do nono congresso d'Anthropologia e d'Archeologia prehistoricas em Lisboa em 1880, e pelos bem dirigidos trabalhos da organisação dos copiosos e excellentes museus de Geologia, d'Anthropologia e d'Archeologia prehistoricas, pertencentes á Secção dos Trabalhos Geologicos, estabelecidos no edificio da Academia Real das Sciencias.

A gravura do dolmin de Adrenunes é copia de uma photographia tirada pelos srs. Guimarães e Rocchini.

ERMIDA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

EM BRAGA

Gsses tempos de cavallaria e de emprezas atrevidas, cuja poesia se estampava nos edificios sob mil fórmas variadas e graciosas, deixaram poucos monumentos na cidade de Braga. Mas d'esses poucos extremam-se dois por muita elegancia e belleza. Levantados no ultimo periodo da architectura gothica, são dois formosos specimens d'aquelle estilo architectonico, que nós chamâmos manuelino ou *gothico-florido*, e que tão perfeitamente retrata a florescencia de Portugal no reinado de D. Manuel, o afortunado.

Os monumentos a que me refiro são a capella-mór da Sé, e a ermida de Nossa Senhora da Conceição. Agora só fallarei da segunda, que é o objecto da gravura junta. Da primeira, tratei a pag. 277.

Foi fundada a ermida de Nossa Senhora da Conceição em 1512 por João de Coimbra, provisor do arcebispo primaz D. Diogo de Sousa. Está situada em um dos topos da rua de S. João do Souto, ficando-lhe defronte, no outro topo da rua, a capella-mór da Sé.

Tem esta ermida a fórma de uma torre quadrangular, toda de pedra, e dividida em dois pavimentos. No inferior está a capella de Nossa Senhora, e no superior uma sala, que serviu outr'ora de archivo do morgado instituido pelo mesmo João de Coimbra.

Dá entrada para a capella um vestibulo resaído, coroado de estatuas, e fechado em toda a largura da sua frente com grades e portas de ferro, ficando as ultimas entre duas esbeltas columnas de pedra.

As estatuas que coroam este vestibulo representam: as da frontaria, Santo Antão, abbade, e S. Paulo, primeiro eremita; as lateraes um centauro e um satyro; anomalia muito usada nas edificações religiosas d'aquella epocha!

Ao pé de Santo Antão estava antigamente a figura de um corvo, que já não existe. Junto de S. Paulo vê-se um leão deitado. Por baixo, no friso da cimalha, lê-se a seguinte inscripção: *Anthonius — Corvus — Paulus primus eremita.*

O corpo superior da ermida é adornado de estatuas nos angulos e por baixo das janellas. Rendilhados baldaquinos, de mui delicados lavores, fazem docel ás estatuas. As da frontaria são: Nossa Senhora da Conceição, no centro, e actualmente mettida em nicho envidraçado; e S. João Baptista e S. Paulo nos dois angulos. Na frente lateral, que a estampa a pag. 449 representa, está S. Pedro, no meio. Não me lembro do nome do santo que corresponde n'essa frente a S. Paulo. Na face opposta á principal a estatua do centro é de Santo Antonio. Não me recordo da invocação das outras.

As janellas são de volta redonda, com delgadas columnas no centro, que servem de base á laçaria de brincados relevos. Cada fachada tem a sua janella.

Guarnecem a cimalha, em volta do telhado, muitas biqueiras de pedra, de feitios diversos, figurando animaes, algumas de extravagante invenção. Sobre a cimalha corre uma fileira de pequenas pyramides floreadas. A grimpa, que remata o vertice do telhado, tambem tem bastante originalidade. N'ella se vêem representados o globo, a lua, o sol, e o sagrado emblema da redempção.

O edificio mostra exteriormente seus estragos. Em algumas janellas faltalhes a columna que as dividia; e em varias estatuas os braços.

Todas as figuras são de muito soffrivel desenho, e algumas talvez que se possam chamar bellas, sem offensa da arte, sobre tudo se se compararem com as que geralmente se vêem por toda a provincia. O leão que avulta sobre o vestibulo é obra de bom estilo de esculptura. Tem o porte magestoso que compete ao rei das selvas.

O portal da capella, entrando pelo vestibulo, é formado por varias columnas, e ornado de lavores. As duas meias portas de madeira são de talha relevada com muita diversidade de feitios.

A capella é pequena. Cobre-a uma bem fabricada abobada de laçaria de pedra. Encerra dois altares, um na frente da porta, e outro á esquerda d'este, cujo retabulo é todo de pedra, com suas columnas torcidas, e muitas figuras de anjos, e diversos ornatos em meio relêvo.

Com grande escandalo da arte e do bom gosto, todo o retabulo está caiado e pintado a côres vivas e grosseiras. Infelizmente não se limitaram a isso os actos de vandalismo, que alli tem sido praticados.

Este altar é o principal, e corresponde a um grande arco, orlado de renda, que se abre em toda a largura da parede fronteira.

O arco, fechado com grade e portas de ferro, deita para a egreja parochial de S. João do Souto.

Ermida de Nossa Senhora da Conceição, em Braga

Este templo, para o qual a ermida serve de capella do corpo da egreja, foi edificado pelo arcebispo D. Diogo de Sousa ao mesmo tempo que o seu provisor, João de Coimbra, edificava a ermida. Ergueu-se pois a parochia de S. João do Souto ataviada com bastantes galas da architectura gothica, que bem revelavam a munificencia do fundador. Sendo necessario, infelizmente, em eras modernas, proceder a importantes obras de reconstrucção no templo, despojaram-no de todas as bellezas e adornos do estilo gothico. Para memoria, e como amostra do que foi a igreja de S. João do Souto, conserva-se uma formosa porta, de archivolta toda lavrada em columnas, figuras de anjos, flores e fructos. Mas não se conserva no templo. Os que desejarem vel-a hão de ir a uma travéssa, ou *congosta*, como alli lhe chamam, que desemboca no campo de Sant'Anna, e alli a encontrarão servindo de porta de um quintal.

Na mesma rua de S. João do Souto, e proximo da ermida de Nossa Senhora da Conceição, existe um pequeno palacio bastantemente arruinado, onde se admiram cinco grandes e mui formosas janellas, cada uma da sua feição differente, e construidas, como a capella, segundo o estilo gothico-florido. Este palacio foi edificado por João de Coimbra para sua residencia.

Conta-se ainda hoje em Braga, que João de Coimbra, nos rendimentos que annexára á capella de Nossa Senhora da Conceição, designára um carro de pão por cada uma das estatuas que a adornam. Não sei se a tradição é verdadeira. Consigno a aqui, porque me parece curiosa e singular.

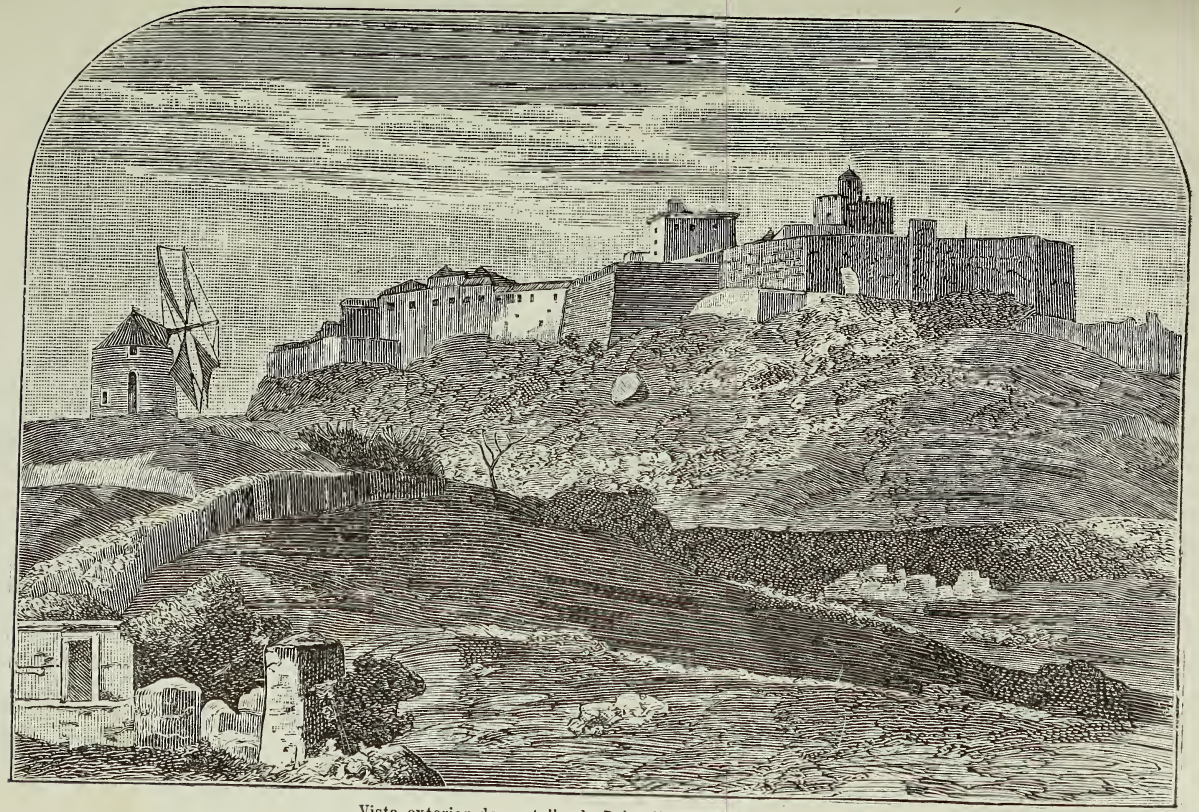
O morgado que o fundador instituiu, e annexou á capella, rendia então quinhentos mil réis. Ora, n'uma epocha em que o alqueire de trigo regulava de 15 a 20 réis, aquella quantia correspondia certamente a muitos mais carros de pão, que o numero das estatuas. N'aquella provincia entende-se por carros de pão um moio de grão; e não se designando este, é de ordinario milho de que se trata.

Resta-me dizer duas palavras ácerca de outra capella, contigua á de Nossa Senhora da Conceição, e que tambem se vê representada na estampa que acompanha este artigo.

Fallando das estatuas, que guarnecem exteriormente a ermida de Nossa Senhora da Conceição, disse que era de Santo Antonio a que está no centro da fachada opposta á principal. Pela sua posição no lado inferior do edificio, começou o povo a chamar-lhe *Santo Antonio, o esquecido.* Teve o santo lisbonense tantos devotos, e tão repetidos milagres lhe attribuiam estes, que a final lhe construiram uma capella nas costas da outra; de modo que a estatua do thaumaturgo não mudou de situação com ser orago de uma nova ermida.

A imagem de Santo Antonio, o esquecido, está grosseiramente pintada no muro das escadas que sobem para a sua capella. Uma abertura por baixo d'este painel ainda ao presente recebe ampla colheita de esmolas. Na occa-

são em que o fallecido e distincto artista desenhador, Nogueira da Silva, estava tirando a vista de que é copia a gravura junta, veiu o padre capellão abrir este mealheiro, contar, e recolher n'uma bolsa aquella perenne contribuição dos fieis. Parece que esta arrecadação se faz todos os dias.



Vista exterior do castello de Palmella, do lado do norte

CASTELLO DE PALMELLA

I

TESTEMUNHA do esforçado valor do nosso primeiro rei; atalaya dos christãos da Extremadura contra os moiros do Alemtejo; cabeça emfim, da illustre ordem de cavallaria de S. Thiago; o castello de Palmella campêa senhorilmente no cume de elevado monte.

Sentinella do tempo, tem visto sempre de pé succederem-se os seculos e sumirem-se na voragem do passado, assistindo, sem curvar a fronte altiva aos cataclismos, que por mais de uma vez confundiram no pó das ruina essa rainha do Tejo, que de longe o contempla, essa Lisboa que resurge sempre das suas cinzas, mais formosa que d'antes, e que por vezes tambem destruiram Setubal, que se assenta a seus pés.

Respeitado e temido outr'ora, hoje está esquecido e despresado. Já não fluctua sobre a sua torre de menagem o glorioso pendão das quinas; nem se corôam de lanças, nem luzem com o resplendor dos elmos e dos escudos aquellas grossas e robustas muralhas, que o ardor do sol e o duro embate das tempestades tem tisnado e carcomido.

O seu recinto, theatro de antigas proesas, lugar de preces e de pomposas ceremonias do culto christão, já não resôa com os gritos de guerra dos campeões da cruz, nem com os hymnos religiosos dos cavalleiros de S. Thiago.

Presentemente tudo ali é decadencia e solidão. Ao bulicio de antigas éras, expressão de vida, de força, de energia, succedeu o gelido silencio dos tumulos. Tudo ali está revelando como passam ligeiras as grandezas da terra; como é ephemero o poder dos homens; como se eclipsa a gloria que tanto nos encanta e seduz; como se convertem em fumo, que o vento leva e dissipa, essas vaidades e riquezas que nos embriagam e deslumbram!

Que importa que o tempo tenha poupado o vetusto padrão historico? que importa que o gigante, que tem zombado da mão assoladora do tempo, ainda

lá esteja erguido sobre o seu altissimo throno de rochedos escarpados, a espelharem-se nas aguas do Sado, ostentando acima das suas muralhas a velha torre de menagem com a sua corôa de ameias? que importa tudo isto á vaidade dos nossos antepassados, ou ao orgulho da actual geração que d'elles descende, se o viajante que transpõe o portal da velha fortaleza, e lhe assoma ás torres não procura mais do que saciar os olhos nos formosos e dilatados panoramas, que d'ali relanceiam para qualquer parte que se voltem?

O monumento, pobre d'arte e de belleza, sómente é curioso e rico de tradições historicas. Mas quem se lembrará de descobrir atravez dos muros carcomidos do castello, e das negras paredes do convento essas poeticas lendas da tomada da fortaleza sarracena por el-rei D. Affonso Henriques no anno de 1147?

Quem se lembrará das pugnas sanguinolentas que deram aos moiros, pouco depois, a posse do castello, e que de novo o entregaram ao fundador da monarchia, no correr do anno de 1165? Quem se lembrará dos fastos da esclarecida ordem de S. Thiago, das proezas dos seus gloriosos cavalleiros, ao visitar o velho convento, que se abriga no recinto da fortaleza, ermo, em completo abandono, e em breve um montão de ruinas? Quem se importará de saber que el-rei D. Sancho I fez doação do castello de Palmella, pela sua importancia militar, áquella ordem de cavallaria em 1186, confiado em que saberia guardal-o e defendel-o; e que foi D. João I, o heroe d'Aljubarrota, o conquistador de Ceuta, o inclito chefe da dynastia d'Aviz, quem fundou aquelle convento, transferindo para elle o mestrado da mesma ordem (1423)?

E não são unicamente os fastos guerreiros e religiosos, que opulentam de memorias historicas o velho castello de Palmella. Nos annaes, que se seguem a esses fastos archivou a historia successos graves, que converteram a fortaleza em theatro de scenas dramaticas, que tiveram por principaes agentes uma frustrada conspiração regicida, e mallogrados amores, que levantaram difficuldades ao soberano de Portugal, contrariando ao mesmo tempo o mais poderoso monarcha da Europa.

No dia 23 de agosto de 1484 entrava sob prisão no castello, e era ahi encerrado no fundo de uma cisterna secca, o bispo d'Evora, D. Garcia de Menezes, filho de D. Duarte de Menezes, conde de Vianna, o esforçado alferes mór d'el-rei D. Affonso V. Accusado de tomar parte na conjuração do duque de Vizeu, e de outros fidalgos contra el-rei D. João II, aquelle desditoso prelado acabou os seus tristes dias, em curto mas penosissimo captiveiro, n'aquella masmorra lugubre, humida e infecta.

Nos fins do primeiro quartel do seculo seguinte trocavam-se em agitação e conluios a paz e remanso, que os cavalleiros de S. Thiago até alli disfructavam no seu convento do castello de Palmella.

D. Jorge de Lencastre, duque de Coimbra e mestre da Ordem de S. Thiago,

filho bastardo d'el-rei D. João II, estando um dia recostado a uma janella do seu convento, contemplando descuidoso os formosos ponoramas, que se offereciam a seus olhos, recebeu a noticia de que seu filho primogenito, D. João de Lencastre, marquez de Torres Novas e mais tarde 1.º duque d'Aveiro, acabava de ser prezo no castello de S. Jorge em Lisboa.

Devera ser caso muito grave o que déra motivo á prisão de tão alto personagem. E era gravissimo com effeito se não pelo seu proprio vulto, decerto pelas consequencias que lhe deram corpo e gravidade. O marquez de Torres Novas opposera-se ao casamento do infante D. Fernando, irmão mais novo d'el-rei D. João III, com D. Guiomar Coutinho, filha unica do conde de Marialva e de Loulé, meirinho mór do reino, declarando e sustentando que se achava casado clandestinamente á face da igreja com esta rica herdeira.

Para se comprehender e poder avaliar bem ao justo toda a importancia da opposição do marquez de Torres Novas ao consorcio do infante D. Fernando com D. Guiomar Coutinho, é necessario delinear, embora em mui resumido quadro, um capitulo curiosissimo, e ainda não escripto na historia de Portugal, no principio do reinado de D. João III.

II

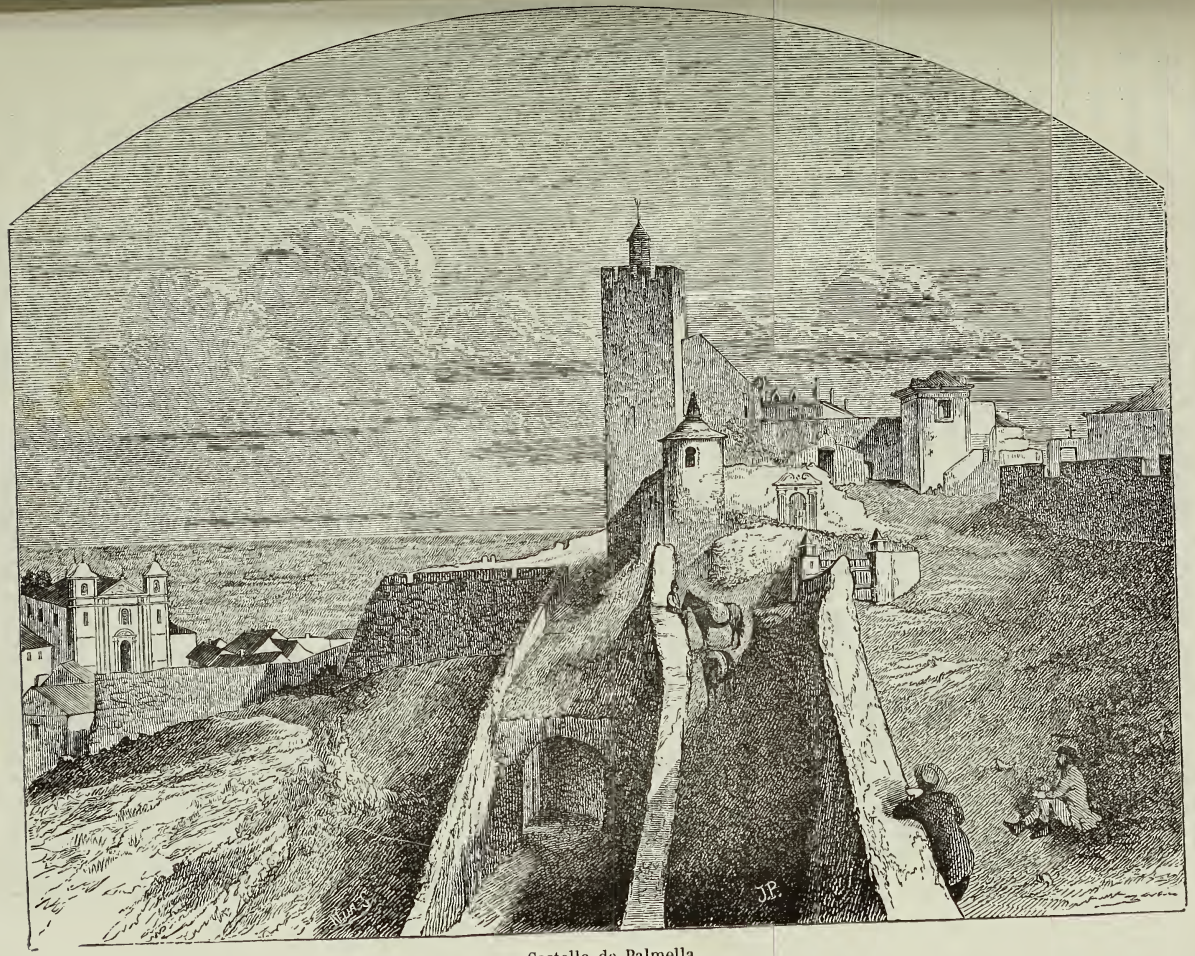
Em começo do anno de 1517 resolveu el-rei D. Manuel procurar noiva para o seu filho primogenito, o principe D. João, que ia para os seus quinze annos.

Recahiu a escolha do monarcha na infanta de Castella, D. Leonor d'Austria, filha de D. Filippe I, cognominado o Formoso, archiduque d'Austria, e da rainha D. Joanna, chamada a Louca, que veiu a reunir sob o seu sceptro os differentes reinos da Hespanha, herdando de sua mãe Izabel I, as corôas de Castella e Leão, e de seu pae Fernando V as de Aragão e Navarra.

Encetaram-se as negociações a aprasimento das duas côrtes; porém o fallecimento da rainha D. Maria, segunda mulher d'el-rei D. Manuel, e mãe do joven principe, succedido em 29 de março do referido anno, interrompeu as negociações, addiando-se para mais tarde o ajuste definitivo do contracto nupcial.

Em outubro do mesmo anno, antes de acabado o lucto, mandou el-rei D. Manuel por seu embaixador a Castella, Alvaro da Costa, seu privado, ao qual concedeu ao diante o titulo de dom.

Partiu de Lisboa o embaixador, dizendo-se que ia encarregado de felicitar o joven monarcha do reino visinho, Carlos I, pela sua chegada a Hespanha,



Castello de Palmella

vindo das suas provincias de Flandres. Porém este era o fim ostensivo da viagem do embaixador. A sua verdadeira missão era muito differente.

O retrato da infanta, enviado de Castella para o principe, tocára por tal modo no coração do soberano, que o fizera mudar d'accordo. Vendo a formosura da princeza, que era na verdade peregrina, realçada pela excellencia da pintura, D. Manuel ficou perdido d'amor, e desde esse momento só pensou em obter para si a sua mão. Fez, pois, seu confidente Alvaro da Costa, recommendando-lhe absoluto segredo na sua côrte, e a maior descripção na de Castella.

Carlos I, pouco depois elevado ao throno imperial d'Allemanha com o nome de Carlos V, deixára a sua residencia em Bruxellas, e, acompanhado de sua irmã, a gentil infanta D. Leonor, viera para Saragossa cingir a corôa de Aragão, na qual succedera pelo fallecimento de seu pae D. Fernando V.

Alvaro da Costa era um habil negociador, mas não obstante a sua muita habilidade e a efficacia dos seus esforços, e apesar de ter levado carta branca para acceitar todas e quaesquer condições, só ao cabo de alguns mezes de diligencias, é que alcançou concluir o desejado ajuste. Foram, porém, muito onerosas as clausulas do contracto em beneficio da futura rainha de Portugal. E ainda assim custou ao embaixador vencer as repugnancias do monarcha de Hespanha em consentir no consorcio de sua irmã, tão joven e formosa, com um soberano já viuvo de duas mulheres, e pae de tantos filhos.

Alvaro da Costa chegou a Saragossa em outubro de 1517, e o contracto nupcial sómente se ajustou e assignou em maio do anno seguinte.

As negociações foram tratadas com tanto segredo, que só depois de terminadas foram sabidas em Lisboa. A noticia produziu desagradavel impressão na cidade e na côrte, pois que todos julgavam que o consorcio, de que estava tratando Alvaro da Costa, era o do principe D. João, e de maneira alguma o d'el-rei D. Manuel, que tinha a sua successão assegurada em seis filhos varões, e duas filhas.

Porém no principe D. João produziu a noticia a maior estranheza e o mais profundo desgosto. Não se abriu com el-rei. Mas deixou-lhe ler bem claramente em seu rosto, severo e triste, os sentimentos de desprazer e colera, que lhe tumultuavam n'alma. D'ahi em diante poz todo o seu cuidado em evitar, o mais possivel, achar-se na presença de seu pae, deixando até de assistir, como costumava, ao seu conselho. E quando estava com os fidalgos do seu serviço, desafogava em altas vozes as suas queixas, dando largas á sua indignação, sem se importar de que o ouvissem pessoas indiscretas.

Informado de todos estes desabaffos, e tambem a seu turno agastado e indignado do procedimento do filho, correspondeu-lhe el-rei com egual frieza e desamor. Tirou do lado do principe o seu valido e fiel servidor, Luiz da Silveira, desterrando-o para longe da côrte, com prohibição de ahi voltar; e

procurou vingar-se ou desforrar-se, cercando de amor e carinhos o seu segundo filho, o infante D. Luiz.

III

Ao cabo de tres annos de consorcio com a rainha D. Leonor d'Austria, falleceu el-rei D. Manuel aos 52 annos de idade, e 26 de reinado, em 13 de Dezembro de 1521.

Logo que terminaram as differentes ceremonias, que os usos da côrte prescrevem para os funeraes do soberano, e acclamação do novo rei, começou a manifestar-se na cidade e no paço o desejo de que o joven monarcha se desposasse com a rainha, sua madrasta.

Não é negocio bem averiguado onde nasceu esse desejo. É certo que se accentuou e generalisou quasi simultaneamente entre os cortesãos e os populares. Todavia, sendo o principal auctor e propugnador d'este projectado consorcio o duque de Bragança, D. Jayme, pessoa da maior confiança e valimento d'el-rei D. João III, ha fundado motivo para se presumir, que a idéa inicial d'essa alliança tivéra origem no paço. Mas, no que não póde haver dúvida é sobre o profundo desgosto que o principe D. João sentiu, quando el-rei, seu pae, lhe arrebatou a formosa noiva, que lhe estava destinada, e ácerca da viva affeição, embora respeitosa e casta, que attrahia um para o outro, D. João e D. Leonor.

O povo abraçou promptamente o alvitre, e até com enthusiasmo. É provavel que influisse no seu animo aquelle romance do malogrado enlace, e a sympathia que a formosura de uma joven princeza costuma despertar entre os populares. Porém, o que mais actuou nas conversas e manifestações publicas foi o receio de que fossem lançados novos tributos, para se poder restituir á rainha o grande dote, que trouxera, no caso de ter de se retirar para Hespanha.

D'est'arte se tornou o consorcio d'el-rei com a rainha, sua madrasta, o assumpto geral de todas as conversações. E tanto se pronunciou a opinião publica em favor d'aquelle regio enlace, que os cidadãos de Lisboa dirigiram-se ao soberano, em nome da capital, e no de todas as cidades, villas, e concelhos do reino, expondo-lhe em um extenso requerimento as muitas razões de conveniencia publica, que recommendavam e pediam a realisação d'este casamento. Tratavam os requerentes de demonstrar n'este documento os males, que vieram ao reino do terceiro consorcio d'el-rei D. Manuel, por effeito das condições onerosas do contracto nupcial, e dos grandes prejuizos que resultariam para o paiz da partida da rainha para a Hespanha, não só

Convento de Palmella

Foram differentes os pareceres; longas e calorosas as discussões; examinadas e pezadas todas as questões que tinham relação com o casamento, ou com a partida da rainha para Hespanha. Os que approvavam o regio enlace, além do apparato de razões de interesse publico, a que acima me refiro, tratavam de pôr bem em evidencia as difficuldades, que el-rei havia de encontrar para restituir á rainha, no caso d'ella ter que regressar á patria, e em conformidade com o seu contracto nupcial, as duzentas mil dobras de oiro castelhanas, que trouxera em dote. Este dinheiro, e todo o mais de que se pôde lançar mão, foi gasto, durante os ultimos tres annos do reinado de D. Manuel, com as numerosas armadas enviadas ao Brasil, á Africa occidental e oriental, á India e ás ilhas d'aquellas longiquas regiões. Pelo fallecimento d'este monarcha, ficaram completamente vazios os cofres do estado. D'onde ha-de vir, pois, o dinheiro, perguntavam elles, para pagar as duzentas mil dobras de oiro?

Os que impugnavam o consorcio faziam avultar os obstaculos, que opporia a curia romana á concessão de uma tal dispensa; e expunham os perigos de nos malquistarmos com a Hespanha, pois que o seu joven rei acabava de escrever a el-rei D. João III, pedindo-lhe com instancia, que lhe enviasse sem demora sua irmã, a rainha D. Leonor, juntamente com a infanta D. Maria.

El-rei de Hespanha mostrára-se contrariado, desde que teve conhecimento dos desejos do povo de Lisboa concernentes ao casamento da rainha D. Leonor.

Não cabendo nos limites que tracei a este meu trabalho, a apreciação das rasões, que moveriam D. Carlos I a oppor-se a todo o transe ao projectado enlace, direi apenas que dissimulou a opposição, primeiramente com o pedido, e depois com a exigencia formal e cathegorica do regresso da rainha, sem allusão ao consorcio, e sem explicação dos motivos do seu proceder.

Conhecendo Carlos I a má vontade de D. Leonor e de D. João III de cederem ás suas repetidas instancias, encarregou Christovão Barroso, seu agente secreto na côrte de Lisboa, de vigiar os passos da rainha e d'el-rei, informando-o de tudo miudamente. E depois, para que podesse proceder com efficacia e energia, nomeou-o seu embaixador, ordenando-lhe que insistisse com a maior firmeza e perseverança na immediata partida da rainha D. Leonor para Hespanha, obstando por todos os meios ao seu casamento com o enteado, sem levantar mão d'este negocio, nem affrouxar nas suas diligencias até á conclusão d'elle.

Não tardou o povo a ser sabedor das machinações do agente castelhano, e desde esse momento ainda mais cresceu n'elle o desejo de ver realisado o tão impugnado consorcio; de modo que ferido nos seus brios nacionaes pela turtuosa intervenção estrangeira, tomava uma parte muito viva em todos os successos ou noticias, que lhe alimentassem as esperanças de bom resultado, ou que lhe excitassem a indignação contra os enredos e cabálas de Christovão Barroso.

por ter de se lhe restituir o avultado dote, que trouxera, mas tambem porque os immensos rendimentos de tantas villas e outras terras, que constituiam as suas arrhas, iriam para fóra de Portugal. A isto ainda accrescia que, no caso da rainha se retirar do reino, havia de querer levar em sua companhia a infanta D. Maria, que ficára no berço, por morte d'el-rei, seu pae, e que viria a ser a mais rica princeza da Europa.

Entre os periodos notaveis d'este curioso documento, lêem-se os seguintes com que termina:

«Primeiramente. V. Alteza ha de considerar, que todas estas adversidades, com que a fortuna nos ameaça, causou vosso pae por cazar por conselho de poucos, o qual deveis de curar com seu contrario, a saber, cazando por conselho de muitos. Elle cazou com a mulher alheia, e V. Alteza deve cazar com aquella que, sempre por justa razão, e no coração de vossos subditos, sempre foi vossa, não senhor com tenção de serdes restituido a ella, mas para vossos reinos restituirdes por vós para redemção dos pobres mecanicos e lavradores, sobre os quaes ha de carregal as necessidades em que ficareis deixando-a ir; e das taes necessidades nascem oppressões, e das oppressões gemidos dos povos, a que a justiça divina dá ouvidos, aos quaes não póde negar vingança, e alcança ao culto real, e a grandes e pequenos, como pouco ha vimos. Assim que para V. Alteza guarecer (remediar) e serem avitados (evitados) os ditos damnos, causados por erro que dito é, requeremos a V. Alteza da parte da Mesericordia de Deus, e pedimos por seu amor, que V. Alteza caze com a rainha, nossa senhora, e logo que quem não correge o erro, podendo, outra vez o faz. E se o santo Padre fôr bem informado, não sómente o permittirá, mas sob pena de obediencia o mandará, que não é razão o dó a perdição de um reino, que tanta verdade e virtude sempre a todo o mundo usou. O qual requerimento fazemos a V. Alteza com tanta obediencia, do qual nos fica o traslado para, fazendo V. Alteza o contrario, o darmos por nossa desculpa.»

Esta linguagem dos cidadãos de Lisboa para o soberano, linguagem firme, ousada e severa, é digna de se registar nos capitulos da historia de Portugal, que tratam das relações do povo com o rei.

O senado da camara de Lisboa dirigiu-se tambem ao paço, juntando os seus rogos aos dos populares. Assim el-rei e a rainha se viram cercados de vivas instancias para a resolução de um negocio, que ambos tinham a peito, affectando, todavia, ser-lhes indifferente, ou pouco acceite.

D. João III convocou o seu conselho, e consultou-o sobre este caso grave, sem abrir o seu coração, antes pelo contrario, patenteando a repugnancia que dizia sentir em receber por esposa a princeza, que se acostumára a respeitar como mãe. Entretanto elle bem sabia, que entre os conselheiros havia campeões decididos e energicos para advogar a causa do referido consorcio.

Lisboa tornára-se então um foco de intrigas abjectas e de infames calumnias, que tinham por alvo el-rei e a rainha, e contra as quaes luctaram em vão os que pugnavam a prol dos interesses nacionaes, e dos laços, que á sombra d'elles se pretendiam apertar. E este estado, póde dizer-se, violento, prolongou-se por mais de um anno, desde o principio do anno de 1522 até maio de 1523. Tal era a importancia dos interesses e a força das paixões, que entraram em lucta.

IV

Resolvera a rainha D. Leonor, assim que enviuvou, sair do paço, e recolher-se ao mosteiro de Odivellas. O seu fim, deixando a companhia do joven monarcha, era evitar murmurações. Cedendo, porém, ao que lhe representou D. João III, em vez de ir para Odivellas partiu para Xabregas, acompanhada da infanta D. Maria, sua filha, e da infanta D. Isabel, sua enteada. Demorou-se, porém, poucos dias n'aquelle sitio, regressando á cidade, e indo aposentar-se no palacio do duque de Bragança. Aqui recebeu D. Leonor uma deputação dos mesteres da cidade, encarregada de lhe supplicar, da parte da Casa dos Vinte e Quatro, e por conseguinte em nome de todos os officios mechanicos da capital, que annuisse ao voto geral, esposando el-rei, seu enteado. A rainha limitou-se a agradecer esta prova de affeição.

Como el-rei visitasse a miudo sua madrasta, o agente castelhano, que intentava a todo o transe obrigar a rainha a partir para Hespanha, afim de obstar por este modo ao casamento, tirou pretexto d'aquellas visitas para infamar a D. Leonor d'Austria. Em quanto fazia espalhar pela cidade, por meio de criaturas, a quem pagava, os boatos mais offensivos da honra da rainha, e da reputação d'el-rei, escrevia a Carlos I, rei de Hespanha, e já elevado ao throno imperial da Allemanha com o nome de Carlos V, participando-lhe aquelles boatos injuriosos, que corriam por toda Lisboa, e mostrando-lhe a necessidade de apressar a partida da rainha d'este reino, o mais breve que fosse possivel.

Parece que não era o zelo do serviço o que o movia a lançar mão de meios tão ignobeis; mas sim o desejo de se vingar da rainha, que lhe era desaffeiçoada, e que déra razão a Christovão de Mello, porteiro mór d'el-rei, em uma querella que tivera no paço com elle em presença de toda a corte.

Francisco de Andrade, na chronica de D. João III, refere-se áquelles boatos da seguinte maneira: «El-rei depois da morte d'el-rei seu pae sempre tratou a rainha D. Leonor com a devida obediencia e acatamento, como sua mãe verdadeira, assim pelas rasões que a isso o obrigavam, como por lhe dar a entender a lembrança e o gosto que tinha de todas as suas coisas, como d'el-

rei seu pae lhe ficára encommendado; agora, que o aperto e a necessidade do tempo o obrigava a ter melhor cuidado d'ella, a visitava muitas vezes com aquella sinceridade de coração e pureza de vontade com que sempre o fizera, mas como a virtude, quanto é mais fina tanto está menos segura das tenções damnadas, porque estas até da mesma triaga fazem peçonha, não faltou quem pozesse mal os olhos n'estas frequentes visitações, que el-rei fazia á rainha, e as attribuisse a damnados respeitos.»

Alguns casos de peste, que tinham apparecido na cidade, aos quaes allude o chronista nas palavras: «o aperto e a necessidade do tempo», obrigaram a familia real a procurar refugio fóra de Lisboa. A rainha e as infantas foram para o Lavradio, e el-rei para o Barreiro, povoações proximas uma da outra, e sentadas á borda do Tejo, defronte de Lisboa.

Como augmentasse o terrivel flagello, e não se julgassem em segurança em terras tão proximas do fóco da epidemia, determinaram aquelles soberanos ir habitar o paço real de Almeirim, perto da margem esquerda do Tejo, em frente de Santarem. Partiram, com effeito, e quando el-rei entrava em Almeirim, pernoitava a rainha na villa de Muge, sobre o Tejo, 12 kilometros ao sul de Santarem.

Christovão Barroso apenas soube que a rainha partira do Lavradio em direcção a Almeirim, para se reunir ahi com D. João III, foi a toda a pressa em seu seguimento para lhe embargar o passo. Encontrando-a na villa de Muge, e julgando-se auctorisado para tudo pelo seu caracter de embaixador, que solicitára para dar mais força ás suas exigencias junto do governo portuguez, Christovão Barroso fez uma scena publica de grande escandalo, censurando com a maior audacia e atrevimento o comportamento da rainha, e intimando-a da parte do imperador a não passar além.

Ultrajada na sua honra, offendida na sua dignidade de rainha, e cheia da maior indignação, D. Leonor d'Austria mandou sair da sua presença o vil calumniador, porém disistiu da sua jornada a Almeirim, e enviou immediatamente um fidalgo da sua casa, e o bispo de Cuba, seu capellão, á corte do imperador, encarregados de contarem a seu irmão tudo o que se passou e, de que ambos foram testemunhas, expondo-lhe bem ao vivo os seus aggravos e justas queixas.

Christovão Barroso foi chamado a Castella; e pouco depois expiou nas gallés o arrojo de assim ultrajar a irmã predilecta do imperador Carlos V. Mas este soberano redobrou de diligencias para conseguir o regresso da rainha a Hespanha. Já por via de cartas muito insistentes, já por meio de novos embaixadores que enviou a el-rei D. João III, as suas instancias, cada vez mais vivas, tomaram por fim o caracter de exigencias peremptorias.

Portanto era forçoso ceder, renunciando a todos os planos do suspirado consorcio. Porém, a pobre da rainha, que, depois de ser contrariada tão cruel-

mente nos impulsos do seu coração, se via agora ameaçada de duro golpe no seu amor maternal, fazia os maiores esforços, empregando supplicas e lagrimas, ora junto do imperador para que lhe alcançasse permissão de levar comsigo a innocente filhinha; ora junto d'el-rei para que não separasse do peito de uma extremosa mãe uma criancinha de menos de dois annos.

Infelizmente para a desditosa rainha, todo o conselho d'el-rei, e juntamente o senado da camara e o povo de Lisboa oppunham-se com energia á partida da infantasinha, porque não queriam que sahissem para fóra do reino os rendimentos avultados, que já possuia, e as grandes riquezas que um dia havia de herdar pelo fallecimento de sua mãe.

Prolongaram-se muito, ainda que sem resultado, as negociações sobre este assumpto, mas estava resolvida a partida da rainha, e era mister restituir-lhe o dote. Achavam-se exhaustos, porém, os cofres da casa dos contos (real erario), e do recurso a novos impostos não podiam vir as duzentas mil dobras de ouro, com a urgencia que era indispensavel.

Não tinham sido inventados, até esse tempo, os emprestimos, como expediente para acudir ás necessidades do Estado. Mas nos apuros em que se viam os do conselho d'el-rei, foi proposto um emprestimo como o unico recurso para o soberano sahir airosamente de tão graves difficuldades. O auctor da proposta disse que havia na côrte um fidalgo nas circunstancias de poder prestar a el-rei esse relevante serviço, e que, não obstante o excessivo apêgo que tinha aos seus cabedaes, não duvidaria pol-os á disposição do monarcha, se sua Alteza quizesse dar cumprimento a uma promessa, que lhe fôra feita por el-rei D. Manuel. O fidalgo era D. Francisco Coutinho, conde de Marialva e de Loulé, e meirinho mór da côrte. A promessa era o casamento do infante D. Fernando, duque da Guarda e de Trancoso, e 5.º filho d'el-rei D. Manuel e da rainha D. Maria, sua segunda mulher, com D. Guiomar Coutinho, filha unica do conde de Marialva, e por conseguinte herdeira de suas immensas riquezas.

El-rei D. Manuel fez esta promessa ao conde em 1519, tendo o infante 12 annos. E porque ao tempo do fallecimento do monarcha, em 1521, ainda o infante não estivesse em edade de contrahir matrimonio, deixou el-rei D. Manuel muito recommendado ao seu filho e successor, que levasse a effeito esse nogocio.

Approvaram, portanto, aquella proposta, com a satisfacão de quem se sente aliviado de um grande pezo, el-rei D. João III e o seu conselho, e o soberano declarou, que o conde de Marialva já lhe tinha requerido o cumprimento da promessa d'el-rei seu pae, mas que ainda não lhe déra deferimento.

Já sabem os leitores, pelo que disse em outro lugar, que o marquez de Torres Novas oppozera embargos a esse casamento, asseverando achar-se desposado clandestinamente á face da egreja com D. Guiomar Coutinho. Será

facil de ajuizar do assombro, contrariedade e desgosto, que uma tal opposição causou na côrte. Foi um verdadeiro terremoto, que derrocou inteiramente o castello dos seus projectos.

O conde de Marialva, louco de colera e de indignação, foi lançar-se aos pés d'el-rei, pedindo justiça para desaggravo das suas cãs, já que a sua muito edade não lhe permittia vingar a affronta no sangue do marquez. D. João III, que tambem se julgava aggravado pelo procedimento do marquez de Torres Novas, mandou que fôsse preso no castello de S. Jorge de Lisboa.

O duque de Coimbra, apenas soube da prisão do filho, deixou o seu castello de Palmella, onde então se achava, e veiu açodadamente para Lisboa, com o fim de empregar todo o seu grande valimento na côrte em favor do prisioneiro. E com effeito não se poupou a diligencias; mas, vendo-as infructiferas, e a paixão lhe irritasse o animo, incitando-o, nos arrebatamentos da ira, a desacatar o soberano, foi mandado sahir da côrte, e recolher-se ao castello de Palmella. Mas não se deu o duque por vencido. Chegado ao castello, convocou a capitulo a ordem de cavallaria de S. Thiago, na qual tinham representantes muitas das mais illustres e poderosas familias do reino; e expondo-lhe a offensa e oppressão, que acabavam de fazer ao seu mestre com o seu proprio desterro, e com o encarceramento do filho, pediu a todos os cavalleiros prezentes, que dissessem com franqueza a sua opinião sobre o melhor modo de fazer pezar toda a influencia e poder da ordem de S. Thiago em favor do prisioneiro do castello de S. Jorge.

Os cavalleiros, possuidos de enthusiasmo, proferiram protestos de lealdade e dedicação ao seu mestre, pondo ao seu serviço as suas pessoas e as rendas da ordem. Porém, no meio d'estas discussões, em que os alvitres se succediam, sem que se chegasse a um accordo, recebeu o duque de Coimbra ordem d'el-rei para se retirar immediatamente para maior distancia da côrte.

V

Como epilogo d'este verdadeiro romance historico, muito levemente esboçado, accrescentarei as seguintes succintas noticias:

A rainha D. Leonor d'Austria partiu para Hespanha, sem levar a filha, em maio de 1523; e em 1530 passou a segundas nupcias com Francisco I, rei de França, tambem viuvo, em virtude do tratado que deu a liberdade a este soberano, que estava prisioneiro em Madrid, depois de perder a batalha de Pavia, tratado que restabeleceu a paz entre a Hespanha e a França, cujas estipulações foram impostas a Francisco I pelo imperador Carlos V. Enviuvando pela segunda vez em 1547, sem lhe ficar filho algum d'esse matrimonio,

voltou D. Leonor para Hespanha, onde falleceu em 1558, com 59 annos de edade. Foi universal herdeira dos muitos bens, que tinha em Portugal e em França, sua filha, a infanta D. Maria, que morreu solteira em Lisboa, com 56 annos de edade, em 1577.

Sobre os embargos do marquez de Torres Novas correu demanda, que durou nove annos, fallecendo o conde de Marialva, que a promoveu, sem lhe ver o termo.

Perdendo, por fim, o marquez esse notavel letigio, em resultado de D. Guiomar Coutinho negar que estivesse casada com elle, celebrou-se o consorcio d'esta rica herdeira com o infante D. Fernando, duque da Guarda, em 1530. Residindo na villa d'Abrantes, falleceram, de breves doenças, no anno de 1534, no curto periodo de cinco mezes, o infante D. Fernando, sua mulher a infanta D. Guiomar Coutinho, uma filha e dois filhos.

Impressionada vivamente a opinião publica em Lisboa, com tão extraordinaria coincidencia, attribuiu o tragico successo da extincção de uma familia de cinco pessoas em brevissimo espaço de tempo, a castigo do ceu, arraigando-se n'ella a crença de que D. Guiomar prejurára, movida por suggestões e ameaças do pae, ou pela ambição do titulo e grandezas de infanta.

VI

O castello de Palmella teve algumas reedificações parciaes, que não lhe alteraram, todavia, a sua estructura primitiva, sendo a mais importante emprehendida por D. Jorge de Mello, prior mór da ordem de S. Thiago em 1608.

O convento, começado por el-rei D. João I em 1426, sendo mestre da ordem seu filho o infante D. João, foi acabado em 1482, no segundo anno do reinado de D. João II, que foi o XIV mestre da ordem.

Na egreja d'este convento, que é pequena e de modesta architectura, conservando as suas primeiras feições, e no claustro, jazem muitos varões illustres, mestres, priores-móres, e simples cavalleiros da nobilissima ordem de cavallaria de S. Thiago. Mencionarei, d'entre estes, o mestre, D. Jorge de Lencastre, duque de Coimbra, Diogo de Gouvêa, prior-mór, doutor pela universidade de Paris, embaixador d'el-rei D. João III ao concilio de Trento, do conselho d'el-rei D. Sebastião, e lente de theologia na universidade de Coimbra.

Pela extincção das ordens religiosas em 1834, ficou devoluto o convento, e este edificio e o castello foram condemnados, desde então até hoje, ao mais triste abandono, vergonhoso, certamente, para os poderes publicos.

Indigna, na verdade, ver ameaçadas de completa ruina aquellas velhas torres e muralhas, que foram testemunhas de tantos feitos gloriosos, que

presencearam tantos successos notaveis na historia de Portugal, que ouviram mil confidencias intimas, e graves segredos do estado.

Já que o nosso desleixo nos leva tão longe no desprezo pelos monumentos, e na falta de respeito aos mortos, será para desejar, que ninguem repare, ao visitar a egreja profanada do extincto convento, em um tumulo de marmore, que se vê aberto e violado, d'onde tem sido roubados muitos ossos. Pois é um mausoleo real, e os despojos que encerra, tudo quanto resta de um principe, a quem el-rei, seu pae, desejou, e diligenciou nomear seu successor ao throno, não obstante o defeito de bastardia. É o mausoleo de D. Jorge de Lencastre, duque de Coimbra. Tanto na villa de Palmella, que se recosta no monte, em que se ergue o castello, como na visinha cidade de Setubal, ha muitas pessoas que possuem reliquias do cadaver do principe, e não são poucos os estrangeiros, que d'alli as tem levado, como memorias archeologicas; se assim continuar, virá tempo em que o cadaver do filho amado de D. João II, o rei de Portugal que mais pugnou pelos direitos do povo, se achará disperso por todo o mundo! Custa, certamente, a crer que se pratiquem taes actos; mas parece ainda mais incrivel que a auctoridade não tenha posto cobro a semelhante vandalismo, que nos expõe perante as nações como um povo selvagem!

Os panoramas, que se desfructam das muralhas do castello de Palmella, são variados e encantadores. De um lado vêem-se a villa de Palmella, junto do castello, e grande extensão da serra d'Arrabida e de terrenos, que vão banhar-se no Tejo; este rio, quasi mar, em muitas leguas do seu curso, com os differentes braços, que estende para o sul e para o norte, e com as numerosas povoações que estão sentadas em ambas as suas margens, campeando sobre todas Lisboa com os seus formosos arrabaldes; as serras de Bucellas, de Cintra, e de Monte Junto, e outras de menor vulto: do outro lado, na raiz da montanha, ficando-lhe o castello a cavalleiro, está a antiquissima villa, ao presente cidade de Setubal, cercada de pomares de laranja, a mirar-se vaidosa no amplissimo porto, formado pelo caudaloso Sado ao receber no seu alveo as aguas do mar; depois avistam-se o extenso cabedelo, onde jaz soterrada a cidade romana de Cetobriga, as dilatadas e feracissimas planicies, regadas e cortadas pelo Sado, a velha e historica villa de Alcacer do Sal, a *Salacia Imperatoria* dos romanos, com o seu castello rico de tradicções das luctas sem treguas, travadas entre os heroicos campeões da Cruz e os esforçados sectarios do alcorão; mais longe cordilheiras de serras, elevando-se umas sobre outras em amphitheatro, e diversas villas e aldeias da Estremadura e do Alemtejo; e finalmente a immensidade do Oceano.

VII

Tendo tratado do castello de Palmella, cabeça da ordem de cavallaria de S. Thiago, parece-me conveniente dar uma abreviada noticia d'esta famosa milicia, meia guerreira, meia religiosa, que tomou uma parte tão importante e gloriosa na expulsão dos moiros d'este nosso paiz, e por conseguinte que contribuiu tão poderosamente para a constituição d'este reino.

Pretendem alguns auctores, que a ordem de S. Thiago tivera origem em uma lenda do seculo IX. Referem elles que na batalha de Clavigio, em que o exercito de Abderramen (Abd-el-Rahman), rei moiro de Cordova, foi derrotado pelos leonezes, capitaneados por D. Ramiro I, rei das Asturias e de Leão, no anno de 824, fôra visto o apostolo S. Thiago, montado em um cavallo branco, empunhando a espada, e fazendo horrivel matança nas hostes sarracenas; e que em commemoração de tão milagroso auxilio, instituiu aquelle monarcha a ordem de cavallaria de S. Thiago, obrigada a guerrear sem descanço os inimigos da cruz.

Dizem, porém, outros escriptores, mais investigadores, e mais conscienciosos, que esta ordem teve principio em 1170; que foi confirmada em 1175 pelo papa Alexandre III; e que o seu primeiro assento fôra no mosteiro de Santo Eloy, de conegos regrantes de Santo Agostinho, na Galliza. Ao valor dos cavalleiros, e ao reconhecimento dos reis de Leão e Castella pelos serviços que elles lhes prestavam nas guerras contra os infieis, deveu a ordem o seu rapido desenvolvimento na Hespanha, vendo fundados e bem dotados muitos conventos de S. Thiago.

Em Portugal foi admittida a ordem sob o sceptro de D. Affonso Henriques.

Para amparar o imperio musulmano, que se ia aluindo de anno para anno cada vez mais em Portugal, atravessou o estreito em 1184 um numeroso exercito marroquino; desembarcou no Algarve, e engrossado com as hostes sarracenas d'este reino, e com as da Andaluzia, foi pôr cerco a Santarem, onde se achava o infante D. Sancho, que ao diante reinou com o nome de D. Sancho I.

Desprovido de forças sufficientes para resistir por muito tempo a tão poderoso inimigo, estava o infante na mais critica e perigosa situação, quando lhe appareceu inesperado soccorro. Seu velho pae, advertido do perigo que ameaçava o seu successor, correu de Coimbra em seu auxilio á frente de uma phalange de intrepidos soldados, mas pouco numerosos. Felizmente acudiram tambem pressurosos, vindos da Galliza, os bravos cavalleiros da novel ordem de S. Thiago.

Foram derrotados e afugentados os moiros, e libertados o infante e a

praça. E passado pouco tempo, instituiu el-rei D. Affonso Henriques em seu reino a ordem de cavallaria de S. Thiago, com os mesmos compromissos com que fôra fundada em Hespanha.

Estabeleceu aquelle soberano a nova ordem em Lisboa, em uma casa, onde vemos agora o palacio dos marquezes d'Abrantes, junto da igreja que pertencera áquella casa, e ao presente é parochia, com a invocação de *Santos o Velho*.

No reinado de D. Affonso II foi mudada a ordem de S. Thiago para o castello de Alcacer do Sal, logo que esta fortaleza foi tomada aos moiros. D. Sancho II transferiu a ordem para o castello de Mertola, onde permaneceu até que el-rei D. João I a mudou outra vez para o castello de Palmella, sua ultima séde.

Até aos fins do seculo XIII foi esta ordem portugueza sugeita aos mestres da de Castella. El-rei D. Diniz obteve do papa Nicolau IV a bulla de isenção em 1283; porém só oito annos depois é que foi nomeado o primeiro mestre portuguez, D. João Fernandes. A influencia dos mestres da de Castella conseguiu dos successores de Nicolau IV a revogação d'aquella bulla; mas o papa João XXII, por bulla de 1320, determinou a separação difinitiva das duas ordens.

Havia na ordem cavalleiros leigos e clerigos. Estes tinham voto de castidade, e serviam ao culto nas igrejas; áquelles era permittido o consorcio.

Quando a cabeça da ordem foi transferida para Alcacer do Sal, determinou el-rei D. Affonso II, que o seu convento de Santos fôsse destinado para aposento ou asylo das mulheres e filhas dos cavalleiros leigos em quanto seus maridos e paes andassem occupados na guerra com os moiros. Tal foi a origem das commendadeiras da ordem de S. Thiago, que ao diante se estabeleceram n'aquelle convento, d'onde as mudou el-rei D. João II para o que lhes fundou, com a invocação de *Santos o Novo*, ficando ao outro o titulo de *Santos o Velho*. Então este passou de convento a ser paço real, e mais tarde palacio dos marquezes d'Abrantes.

Os relevantes serviços prestados á patria e á religião pelos cavalleiros de S. Thiago na tomada de Alcacer do Sal, e d'outras terras da Estremadura e do Alemtejo, e na conquista do Algarve, foram recompensados com vastos territorios, que tornaram a ordem opulentissima. Foi donataria de quarenta e sete villas, nas quaes tinha cincoenta commendas rendosas.

Contou dezeseis mestres, desde D. João Fernandes, que foi o primeiro depois da separação da portugueza da de Castella, até D. Jorge de Lencastre, duque de Coimbra, que foi o ultimo. Pela morte d'este e precedendo bulla do papa Julio III, uniu-se o mestrado á corôa. E o mesmo aconteceu ás outras ordens de cavallaria, sendo d'ahi em diante el-rei D. João III e os seus successores grãos mestres d'essas ordens.

O habito dos cavalleiros de S. Thiago nas solemnidades ecclesiasticas era o manto branco, caído até aos pés, e só arregaçado nos braços, tendo por insignia da ordem bordada n'elle, sobre o peito, uma cruz rouxa do feitio de espada, com o punho em fórma de coração, e as extremidades das guardas em flor de liz. Fóra dos actos religiosos usavam esta mesma insignia, de esculptura em oiro, pendente de um collar de tres cadeias de oiro, lançado ao pescoço. Presentemente os cavalleiros, nas funcções de igreja, a que são obrigados a concorrer, usam o referido manto, arregaçado e enrolado em volta da cintura.

A ordem de S. Thiago foi reformada, como simplesmente honorifica, pela rainha D. Maria I, e por el-rei, o Senhor D. Luiz I, em 1862, recebendo n'essa occasião o titulo de «antiga, nobilissima, e esclarecida ordem do merito scientifico, litterario e artistico, e sendo destinada exclusivamente para galardoar serviços relevantes prestados ás sciencias, ás letras e ás artes.

PADRAO DO CAMPO PEQUENO

Dissensões entre el-rei D. Diniz e o infante D. Affonso, seu filho

Teve el-rei D. Diniz por esposa uma das mais formosas princezas do seu tempo. E a par d'essa angelica formosura tantas virtudes resplandeceram, que a egreja veiu a prestar-lhe culto nos altares sob a invocação de Santa Isabel. Pois não tiveram força, ou attractivo bastante, todos esses dotes para conservar D. Diniz fiel aos deveres conjugaes!

Contando apenas 18 annos de edade, e dotado de uma alma apaixonada, que facilmente se deixava impressionar, o joven soberano amou sua esposa com verdadeiro affecto nos primeiros annos do seu consorcio. Depois esfriou-se pouco a pouco esse amor, como desejo que satisfeito vae fugindo, até que outras affeições o vieram matar com os gelos da indifferença.

N'esses desvios rendeu-se aos encantos de uma donzella, que mais que alguma outra o soube prender e captivar. Chamava-se D. Aldonça Rodrigues Telha, descendente de duas nobres familias por seu pae, Ruy Gomes Telha, e por sua mãe, D. Theresa Gil.

D. Aldonça era muito engraçada e gentil, mas não excedia em belleza á rainha. Porém no que muito se lhe avantajou foi na ventura de dar a el-rei o seu primeiro filho.

Eram passados mais de seis annos depois do casamento de D. Diniz, sem que o céo se dignasse coroar este enlace com um penhor do affecto conjugal. E D. Diniz, nas suas aspirações de esposo e de soberano, via com anciedade e desgosto correr debalde o tempo, esperando em vão um filho para os seus carinhos paternaes, e um herdeiro para o throno de Portugal.

Foi n'estas circunstancias que D. Aldonça deu á luz um principe que na

pia baptismal recebeu o nome de Affonso Sanches.[1] El-rei exultou, vendo-se pae; e desde então apertaram-se cada vez mais os laços de ternura que o uniam á mãe de seu filho.

Passados dois annos teve a rainha D. Isabel a sua primeira filha, a infanta D. Constança, e no anno seguinte (1291) nasceu o infante D. Affonso, que veiu a succeder na corôa com o nome de D. Affonso IV.

Guardava a rainha cautelosamente em si todas as suas magoas. Ninguem lhe ouvia um queixume, nem ella consentia que se atrevesse alguem a fallar nos desvarios d'el-rei.

Os cortezãos, porém, que folgam, de ordinario, assoalhando as fraquezas do monarcha, e que procuram na maledicencia e na intriga a vingança contra os caprichos e desdens da magestade, foram habituando o infante desde menino a ouvir contar passo a passo a historia escandalosa dos amores de seu pae. D'est'arte D. Affonso, apesar dos conselhos e exemplos de sua mãe, foi criado na desaffeição para com seu pae e seu irmão natural. Crescendo, desenvolveram-se-lhe n'alma as más paixões do ciume, da inveja e da ambição.

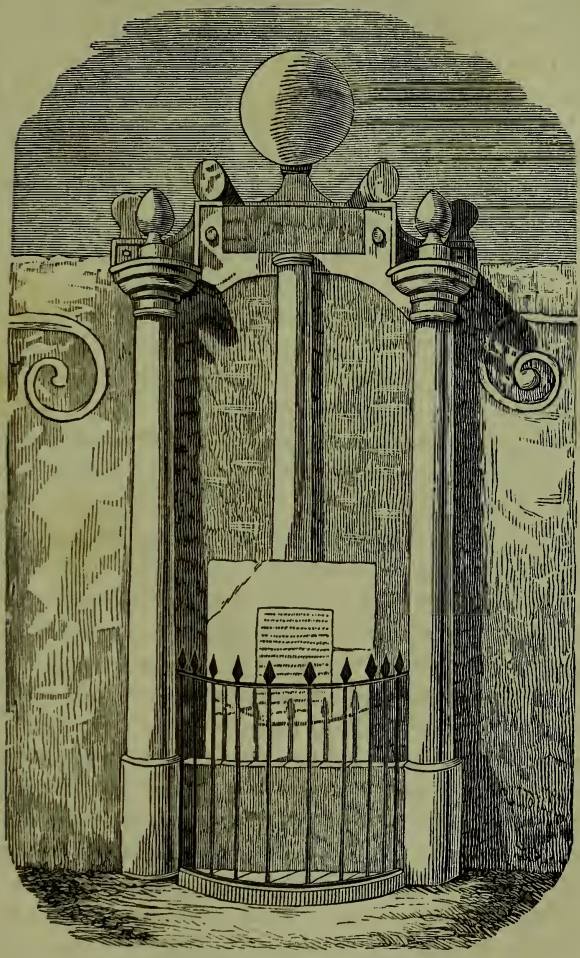
Cioso da predilecção que el-rei mostrava por D. Affonso Sanches, invejoso das mercês que lhe fazia, começou o infante a requerer para si as terras e castellos que D. Diniz doára a seu filho bastardo. Recusou-se o soberano a satisfazer um tal pedido, ao principio com moderação, fazendo ver a injustiça do que d'elle se pretendia; depois com severidade e indignação, porque as instancias se repetiam já acompanhadas de queixas e de azedumes.

Então tornou-se em odio implacavel o desamor do infante para com seu pae e irmão. Já não se contentava de alienar do bastardo as sympathias e favores d'el-rei, nem de despojal-o de seus bens e honras. Aguilhoado dia e noite pela vingança e pela ambição, poz a mira mais longe, e meditou dois crimes atrozes, o fratricidio e o desthronamento do pae.

Para executar o primeiro urde negro trama, em que faz figurar D. Affonso Sanches, querendo propinar veneno a elle infante D. Affonso. Por tal modo combinou este infernal plano, auctorisando a calumnia com falsos documentos, e testimunhas falsas que arranjou entre os da sua parcialidade, que poz a el-rei em grande tormento, e a D. Affonso Sanches nos mais afflictivos transes em que se póde achar o homem. E se este alcançou provar a sua innocencia, deveu esta fortuna, mais que ao amor paternal, á prudencia e bem dirigidos esforços do soberano para fazer patente a verdade.

Não conseguindo o infante que seu irmão fosse condemnado nos tribunaes, e justiçado como criminoso, resolveu assassinal-o. E com effeito, indo D. Affonso Sanches de jornada, saíu-lhe ao caminho o infante, acompanhado de varios

[1] Não se sabe ao certo o anno em que nasceu D. Affonso Sanches, mas sim que foi antes de 1289, presume-se que seria em 1288.



Padrão do Campo Pequeno

homens seus parciaes, e, accomettendo-o, fez quanto pôde para o matar. Salvou-se, porém, o bastardo milagrosamente d'esta emboscada traiçoeira.

Frustrada esta segunda tentativa fratricida, como já se tinham frustrado outras do mesmo infante contra D. João Affonso, tambem seu irmão bastardo, declarou-se o herdeiro da corôa em rebellião aberta contra el-rei seu pae.

N'esta nova phase da sua vida está desenhado um dos mais horriveis quadros das guerras civis de Portugal.

Collocando-se á frente de um bando armado, composto na maior parte de facinorosos, que andavam a monte perseguidos da justiça, corre de terra em terra por quasi todo o reino, entrando á força de armas em muitos castellos, cidades e villas, e deixando atraz de si, assignalados n'um rasto de sangue, as torpes pégadas dos mais feios crimes. Como se fôra ainda pouco para a negrura d'este quadro o roubo de mosteiros e de povoações indefesas, a violação de donzellas e casadas, e a morte de muitas pessoas inermes, aquella horda de selvagens coroou todos esses horrores com o sacrilego assassinio do bispo de Evora, D. Giraldo, a quem apunhalaram na villa de Estremoz, onde então se achava, só porque nos conselhos d'el-rei condemnára o procedimento do infante (5 de março de 1320).

D. Diniz á frente das suas tropas perseguia o filho rebelde, mas debalde, porque elle não ousava encaral-o, fugindo sempre, e sempre mostrando-se forte e cruel com os mais fracos.

Durante estas funestas discordias, a rainha não fazia outra coisa senão orar e carpir-se, prostrada ante os altares, pedindo a Deus restituisse a paz ao reino, e a harmonia entre o esposo e o filho. E quando se erguia da oração, era para voar ao encontro de um d'esses objectos do seu amor, e com rogos e lagrimas, que abrandariam féras, lhes supplicava em nome do Senhor das misericordias, que se congraçassem, esquecendo e perdoando todos os damnos e injurias que um ao outro fazia.

Orou muito a santa rainha; muito chorou e muito pediu; mas alfim obteve inclinar o esposo á clemencia, e trazer o filho á obediencia do pae.

Celebrou-se o accordo na villa de Pombal, e na egreja parochial de S. Martinho. Aberto o evangelho sobre o altar-mór, o infante D. Affonso, pondo em cima d'elle a mão, na presença da rainha e de muitos nobres, jurou *sob pena de traidor e de incorrer na maldição de Deus e de seu pae, de sempre o servir e obedecer, e de comsigo não trazer mais malfeitores, mas de prender os que podesse, e os entregar a el-rei; e os que trazia lançaria de si logo.*

A rainha e o infante vieram em seguida para Leiria, onde se achava el-rei, que tambem a seu turno alli tinha prestado juramento de observar e guardar todas as condições do tratado. De Leiria regressaram para Lisboa, d'onde o infante saiu pouco depois para Coimbra e mais terras que lhe foram doadas por seu pae, segundo as clausulas do accordo.

Mal eram passados dezoito mezes, depois d'estes successos, já o infante empunhava novamente as armas contra seu pae. D'esta vez eram os abusos e falta de justiça, que elle dizia haver no reino, o pretexto da rebellião.

Requerêra o infante a el-rei, que convocasse côrtes, para se prover n'ellas a esses males. Porém não desejava, nem contava com o bom despacho do requerimento; antes tinha a convicção de que seu pae, indignado como estava com taes censuras e exigencias, se recusaria firmemente a reunir os tres estados a pedido seu. Era isto o que o infante queria, porque d'ahi tirava uma bandeira popular para a sua revolta, uma excellente bandeira para attrahir incautos, e á sombra d'ella arrancar a corôa da cabeça do soberano.

Conheceu D. Diniz toda a extensão d'este plano, e apesar da ira que lhe abrazava o peito, apressou-se a torcêl-o, convocando côrtes em Lisboa para a reformação que fosse mister fazer no regimento de justiça, e para a extirpação de quaesquer abusos.

O infante ficou despeitadissimo sabendo esta resolução. El-rei quebrára-lhe nas mãos o condão com que elle imaginára, em seus sonhos ambiciosos, anticipar a sua exaltação ao throno.

Reunidos em Lisboa os membros dos tres estados, convidou D. Diniz o infante para comparecer nas côrtes. Recusou-se. Ordenou que se apresentasse. Desobedeceu.

Abriram-se pois as côrtes para conhecerem a verdade das accusações feitas por D. Affonso contra o governo do reino; e o accusador, fugindo do tribunal para o qual appellára, não tardou a rebellar-se outra vez caminhando de Santarem sobre Lisboa á frente de força armada.

Enfureceu-se o soberano, quando soube este inaudito atrevimento do infante, e nos primeiros assomos de furor resolveu perseguil-o e tratal-o como ao seu mais encarniçado inimigo, como o maior criminoso do paiz.

Porém, fallando-lhe ainda em favor do filho uma voz lá no fundo do coração, suspendeu por um pouco a espada da justiça, e mandou-o intimar para que voltasse immediatamente para Santarem.

A resposta de D. Affonso foi carregar o sobrecenho, levar a mão ao punho da espada, e apressar os passos para Lisboa.

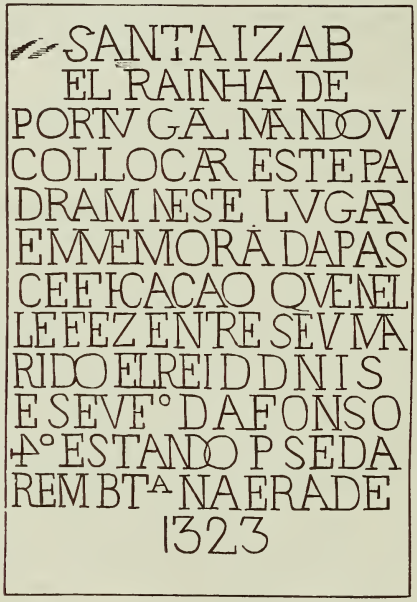
Estavam finalmente rotos todos os laços entre o rei e o vassallo, e entre o pae e o filho. Devia ser uma lucta de morte, porque as affrontas e o odio tinham chegado ao ultimo grau, áquelle grau que só com sangue se apagam. E a victoria devia ser disputadissima, porque de um lado estava o rei, fortalecido pela razão e justiça da sua causa, e pela opinião da gente boa: e do outro estava o herdeiro do throno, o filho unico do monarcha já vergado sobre a sepultura, mais pelos desgostos, que pelos annos.

D. Diniz junta todas as tropas de que póde dispor, e corre em busca do inimigo, que já se achava no Lumiar.

Encontraram-se os dois exercitos no sitio hoje chamado *Campo Pequeno*, e mal se avistaram rompeu a peleja entre os da vanguarda.

N'este momento solemne apparece a rainha, cavalgando sobre uma mula, sem acompanhamento, pois o cuidado e a pressa não lhe deram occasião a esperar por pessoa alguma. D. Isabel trazia estampadas no rosto todas as dores e ancias que podem dilacerar o coração de uma esposa e mãe.

Sem ver perigos; sem lhe importar o chuveiro de dardos e pedras que por todos os lados caíam; sem se embaraçar com os corpos mortos que juncavam a terra; atravessa as fileiras dos dois exercitos combatentes; passa e repassa muitas vezes pelo campo da batalha, dirigindo-se ora ao filho, ora ao esposo.



Abraça-os, e debulha-se em pranto; exhorta-os, e implora de joelhos. As suas lagrimas são ardentissimas, porque sáem de um peito abrasado do fogo divino das affeições mais santas, e das mais evangelicas virtudes. As phrases sobem-lhe aos labios com aquella doçura balsamica, capaz de cicatrizar as feridas mais fundas, porque brotam d'esse favo de mel, a que chamâmos —coração de esposa e de mãe. Todas as suas palavras, em fim, são cheias de unção, porque falla Deus pela sua boca!

Cegos e surdos pela paixão, ambos repellem a afflicta rainha. Mas não desanima D. Isabel. Insiste: teima; dobra as supplicas; redobra as lagrimas; invoca os nomes de Jesus e de Maria; e acaba por triumphar, anjo da paz!

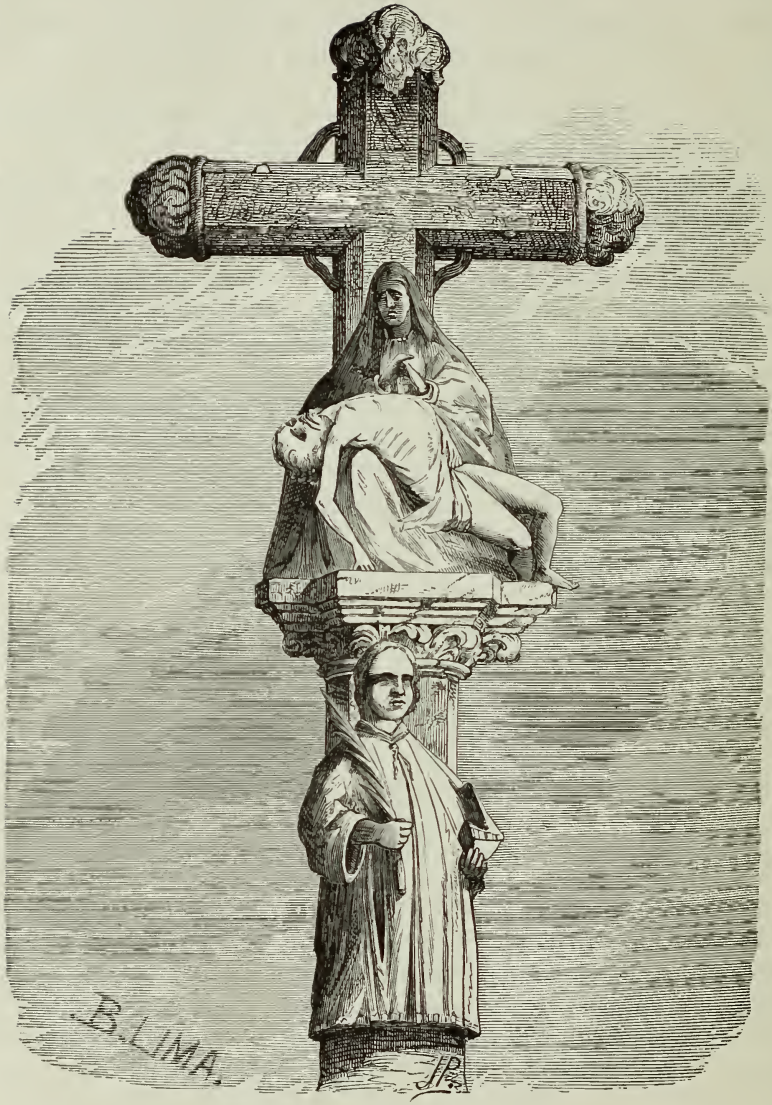
O infante respeitou estas pazes, como respeitára as antecedentes. Ainda estavam quentes as cinzas dos que morreram n'aquella lucta parricida, e já D. Affonso trazia envolvidos seu pae e o paiz em novos alvorotos. Mas não tardou muito que viesse a paz do tumulo acabar para sempre esta fatal dissenção.

Apenas era passado pouco mais de um anno depois d'aquelle accordo, quando falleceu el-rei D. Diniz (7 de janeiro de 1325).

Em memoria d'aquelle accordo, a tanto custo alcançado, mandou a santa rainha collocar n'aquelle logar o padrão que ainda lá se acha, e do qual aqui se vê uma copia.

É singello, modesto, e até humilde, porém n'essas proprias qualidades encerra mais um merecimento, que o recommenda, pois que n'ellas symbolisa a singeleza dos costumes d'aquelles tempos, e a modestia e humildade do viver da santa fundadora.

O padrão, mandado pôr n'aquelle lugar pela virtuosa esposa d'el-rei D. Diniz, consiste apenas na columna e na sua base. A inscripção que está gravada n'este é muito mais moderna, como o indicam o titulo de *santa* que se dá á rainha, e a data da éra de Christo, em vez da de Cesar, que teve começo 38 annos antes do nascimento do Salvador. Em Portugal teve principio o uzo da éra christã no seculo xv, por determinação d'el-rei D. João I.



Padrão que esteve no Largo d'Arroyos

O PADRÃO D'ARROYOS

Foi beatificada a rainha Santa Isabel pelo papa Leão x, a instancias d'el-rei D. Manuel, nos ultimos annos do seu reinado. Solemnisaram os povos este acontecimento tão desejado com funcções pomposas nas igrejas, e festas populares nas ruas e praças. Não se contentou, porém, o senado da camara de Lisboa com estas demonstrações de regosijo. Determinou, como preito da sua veneração pelas virtudes da santa rainha, e em testemunho dos applausos dos lisbonenses á bulla pontificia, que lhe deu culto nos altares, erigir um padrão commemorativo da acção gloriosa, que mais ennobreceu o seu nome: as pazes por ella ajustadas entre o esposo e o filho no meio do campo de batalha.

Tendo a rainha Santa Isabel mandado collocar o seu padrão no proprio logar onde se encontraram e pelejaram os dois exercitos, resolveu o senado da camara levantar a sua memoria no centro do largo de Arroyos, n'esse tempo ainda arrabalde da cidade, no qual el-rei D. Diniz reunira a sua hoste, e d'onde partira á frente d'ella para ir castigar o filho rebelde.

É escusado descrever o monumento, pois que a gravura junta o representa com perfeita exactidão, faltando-lhe unicamente a parte inferior do fuste da columna, e a base e pedestal em que assentava. É todo de marmore branco. Sobre o capitel, em que se ergue a cruz, acha-se, encostada a esta, a imagem de Nossa Senhora da Piedade, com o Senhor Jesus morto no regaço.

Logo abaixo do capitel vê-se a estatua do martyr S. Vicente, padroeiro de Lisboa, empunhando com a mão direita a palma do triumpho obtido pelo martyrio, e sustentando na esquerda o brazão d'armas dado a Lisboa por el-rei D. Affonso Henriques, e que consiste em um escudo coroado, e no meio

d'elle uma nau com um corvo na pôpa e outro na prôa, em memoria da que trouxe ao Tejo o corpo d'aquelle santo martyr no anno de 1173. Tambem no pé da cruz, por detraz da estatua de Nossa Senhora da Piedade, avulta outro escudo com o mesmo brazão, como documento de que foi o senado da camara de Lisboa, que mandou levantar aquelle padrão.

Dizem que as estatuas foram mandadas fazer no Porto, em razão de haver n'essa cidade um esculptor de muita fama, cujo nome, porém, a tradicção não refere.

As estatuas são, com effeito, de muito soffrivel esculptura; e parece que o artista consumiu muito tempo na execução d'essa obra; de modo que o monumento foi concluido e inaugurado, reinando el-rei D. João III.

Alguns escriptores pretendem, com plausibilidade, que este padrão foi começado já sob o governo de D. João III; e apresentam como fundamento da sua opinião: 1.°, estar a cruz sobre uma penha de cinco pontas, como se vê no padrão, o que constitue a conhecida empreza d'el-rei D. João III, com a lettra: *In hoc signo vinces*: 2.°, em estar representada a estatua do martyr S. Vicente, empunhando a palma e o brazão d'armas de Lisboa, exactamente como a imagem do mesmo santo, que se acha gravada em duas moedas de oiro, mandadas cunhar por aquelle soberano, uma com o nome de *S. Vicente*, e valor de mil réis; e a outra com o nome de *meio S. Vicente*, e valor de quinhentos réis. Differem apenas as imagens, em que a do padrão tem na mão esquerda o escudo d'armas com a nau, e a da moeda tem simplesmente na mão esquerda a nau com os dois corvos.

Fôra collocado o padrão primitivamente sobre um taboleiro lageado e quadrangular, descendo d'elle para o pavimento do largo quatro escadas de cinco degraus. Era resguardado o monumento por um pavilhão envidraçado, cujo telhado pyramidal descançava em pilares de cantaria. Conservou-se n'este estado, tendo resistido incolume ao terremoto de 1755, até ao anno de 1837, em que a camara municipal o mandou desfazer, movida, como as que a tinham precedido, do louvavel empenho de afformosear a cidade, desobstruindo muitas ruas e praças de barracas, de edificios arruinados e outras mesquinhas construcções, que, ao mesmo tempo que as affeiavam, davam um triste testemunho do nosso estado de civilisação. Porém relativamente ao padrão d'Arroyos commeteu-se um acto indesculpavel de barbaridade. Ao respeito que lhe era devido como monumento de antignidade, e padrão historico, juntava-se o apreço que merece como amostra dos progressos da estatuaria na primeira metade do seculo XVI. Achava-se este ramo de arte em Portugal ainda muito distante da sua perfeição, todavia aquella obra, comparada com os trabalhos do mesmo genero, executados nos reinados anteriores, revella algum aperfeiçoamento.

Em um paiz, como este nosso, em que as convulsões do solo, as guerras

estrangeiras e civis, a ignorancia dos reedificadores, e, finalmente a sanha brutal dos demolidores tem destruido, ou mutilado, mais ou menos a maior parte dos nossos monumentos da antiguidade; os pelourinhos, cruzeiros e outros padrões d'este genero, que pela sua especialidade tem resistido com mais felicidade aos estragos do tempo, e ás injurias do homem, são um grande auxiliar para o estudo da historia da arte n'este paiz. Considerando bem na confusão dos elementos, que existem para esse estudo, e na falta de ou-

O padrão do Largo d'Arroyos antes da sua demolição

tros não menos indispensaveis, póde dizer-se que aquelle genero de padrões é digno de muito apreço e attenção.

Além d'isso nada lucrou o sitio com a demolição do monumento. Irregular na fórma e nas edificações que o guarnecem, o largo de Arroyos nem sequer é plano. Bastante elevado da parte do norte, tem grande declive para o lado do sul. Por muito que augmentasse o movimento da população, ficaria ainda com sufficiente largueza para poder conservar aquelle padrão sem risco de estorvar esse movimento.

Na epocha em que foi erigido o padrão era o sitio um arrabalde de Lis-

boa, que tirava o nome, segundo referem alguns auctores antigos, de umas hervas que alli cresciam em abundancia, a que chamavam *arroyos*, e das quaes falla o auctor da *Luz da Medicina* como planta medicinal. Com o andar dos tempos foi crescendo a cidade por fóra da sua velha cêrca de muros, até abranger dentro em si aquelle sitio, que se povoou de casaria; e cujo nome ficou ao largo acima referido, á rua que n'elle termina, tendo começado no terreiro de Santa Barbara, e á calçada, que vae d'aquelle largo até ás barreiras do Arco do Cego. Do mesmo largo d'Arroyos parte a estrada de Sacavem, que conduz ao norte da Estremadura do reino.

É celebre o largo d'Arroyos na historia moderna de Lisboa pelas scenas populares de que foi theatro, por occasião da invasão franceza em 1810. Encheu-se a capital de gente fugida das differentes terras do reino ao aproximar-se o exercito do marechal Massena. Transformaram-se então algumas praças de Lisboa, e entre estas o largo de Arroyos, em verdadeiros acampamentos, obstruidos de bagagens, por meio das quaes se aninhavam as familias desoladas.

O lapis habilissimo do nosso grande pintor Domingos Antonio de Sequeira fez um quadro de uma d'essas scenas afflictivas, que consternavam toda a cidade, desenhando o largo d'Arroyos, no momento em que se destribuia aos miseros fugitivos, por ordem do governo, a sopa economica.

D'este primoroso desenho de Sequeira fez uma grande e excellente gravura o nosso distincto gravador Gregorio Fernandes de Queiroz, discipulo do celebre Bartolozzi. D'esta gravura foi copiado, apenas quanto bastasse para mostrar o padrão d'Arroyos tal qual existiu até ao anno de 1837 a que se vê a pag. 481.

Estão no largo d'Arroyos a igreja parochial de S. Jorge, o palacio do senhor conde Linhares, e o que pertenceu á familia dos senhores de Pancas, Manueis de Vilhena, descendentes de D. Sancho Manuel de Vilhena, conde de Villa Flôr, o illustre general que alcançou a celebrada victoria do Ameixial no Alemtejo, no dia 8 de Junho de 1663, derrotando completamente o exercito castelhano, commandado por D. João d'Austria.

A parochia de S. Jorge foi instituida no seculo XIII, e a sua primitiva egreja estava situada nas proximidades do Limoeiro, e da igreja parochial de S. Martinho. Destruida pelo terremoto de 1755, e pelo incendio que se seguiu ao cataclysmo, foi depois transferida a parochia de S. Jorge para o largo d'Arroyos. É na sachristia d'esta igreja, que se acha actualmente o padrão de que me tenho occupado. Conduzido para alli em 1837, foi collocado em um altar, ficando embebido n'este a parte inferior da columna, ou haste da cruz.

CONVENTO DE S. DOMINGOS

DE BEMFICA

I

Dão sobresae por grandeza de edificio, nem por belleza d'architectura, nem por especie alguma de primores d'arte. Mas, em compensação converteram-n'o honradas e gloriosas memorias em monumento historico de muito apreço.

Havia muitos annos que existia em Lisboa o convento de S. Domingos, quando a ordem dos prégadores entrou em diligencias de fundar outro convento em algum dos arrabaldes da cidade. Porém todos os projectos naufragavam na pobreza da ordem. Recorreram, n'estas circumstancias, á piedade religiosa do chanceller-mór do reino, João das Regras, para que este obtivesse para essa empreza algum auxilio d'elrei D. João I. A instancias, pois, do seu chanceller e grande valido, fez doação o soberano dos seus paços de Bemfica aos religiosos dominicos, para que ahi fundassem um convento.

Consistiam os paços em uma casa de campo, modesta nas proporções, singelissima na architectura, tendo contigua uma quinta; tudo obra d'el-rei D. Diniz.

Corria o anno de 1399, quando a ordem dominicana tomou posse d'esta propriedade, transformando-a em convento com muito pouca despeza, pois que até a igreja era acanhada e humilde.

Fizeram-se, no decurso do tempo, muitas obras com as quaes se augmentou o edificio, dando-lhe mais conveniente fórma de convento. Porém nos principios do seculo XVII todo o edificio ameaçava cair em ruinas. Procedeu-se então a uma reedificação quasi geral por deligencias de frei João de Vasconcellos, que era prior do convento. Lançou este prelado a primeira pedra nos alicerces da nova igreja no dia 29 de Junho de 1624. Foram tambem construidos de novo o claustro, casa do capitulo, refeitorio e dormitorio. Do primeiro edificio apenas ficou a sachristia e o côro.

O terremoto do 1.º de Novembro 1755 deitou por terra a igreja e o convento; mas logo depois foram reedificados.

Em 1818 ateou-se no convento um violento incendio, que esteve quasi a ponto de reduzir tudo a cinzas. Na livraria, que ardeu completamente, perderam-se muitos livros raros, e manuscriptos de bastante valia.

Pela extincção das ordens religiosas em 1834, ficou por muito tempo sem culto a egreja, e o convento condemnado a uma ruina certa. A ambos valeu a piedade de sua alteza, a serenissima infanta D. Isabel Maria, por occasião de comprar, para ahi estabelecer a sua residencia, o visinho palacio e quinta dos marquezes d'Abrantes.

II

Quasi em frente dos porticos e pavilhões da quinta das Larangeiras, na estrada de Bemfica, vem desembocar um caminho estreito, que conduz á alameda de S. Domingos de Bemfica, por entre aquella quinta e a dos senhores marquezes de Fronteira.

A alameda é pouco extensa, mas é agradavel e pittoresca, porque a povoam arvores copadas e annosas, e porque a guarnecem por um lado o palacio e jardim dos referidos fidalgos; por outro lado os arvoredos frondosos da quinta, que pertenceu a sua alteza, e que fazem sombra a uma fonte publica, á entrada principal do palacio, e em seguida a igreja e extincto convento dominicano. É celebre este logar dos arrabaldes pela feira de arrayal, que ahi se faz durante o mez de Maio, com grande concorrencia de povo aos domingos.

Deu origem a esta feira o seguinte caso. Pouco tempo depois d'el-rei D. João I ter feito doação dos seus paços de Bemfica á ordem dos prégadores, encarregou este soberano um commerciante, que ia partir para a Allemanha, de lhe mandar fazer n'esse paiz uma imagem de S. Domingos, esculpida em madeira, para a offerecer á igreja do novo convento. Partiu o mercador, e na volta, vindo por mar, levantou-se um tão rijo temporal, que se julgou perdido o navio. No meio da consternação geral, lembrou-se o mercador de recorrer á intercessão do patriarcha da ordem dominicana. Traz para a tolda a santa imagem; mostra-a aos marinheiros, e todos caindo de joelhos, oram com devoção e fervor. D'ahi a pouco acalmou-se o vendaval, serenou o mar, e em breve surgiu o navio a salvamento no porto de Lisboa.

Correu logo a noticia do successo por toda a cidade e seus arredores, de que resultou affluir ás praias do Tejo infinita multidão de gente, para ver e

Convento de S. Domingos de Bemfica.

acompanhar a imagem em procissão, desde o logar do desembarque até ao convento de S. Domingos de Bemfica. Concorreram alli, durante muitos dias consecutivos, numerosas romarias de fieis. E como este caso succedeu em um domingo de Maio, nos annos seguintes foram consagrados todos os domingos d'esse mez a festejar o santo, e commemorar o milagre.

III

É memoravel este convento nos annaes de Portugal por quatro grandes vultos historicos, que o illustraram na vida com o brilho de eminentes virtudes e de subido engenho, ou que o honraram na morte com o precioso deposito de suas cinzas venerandas.

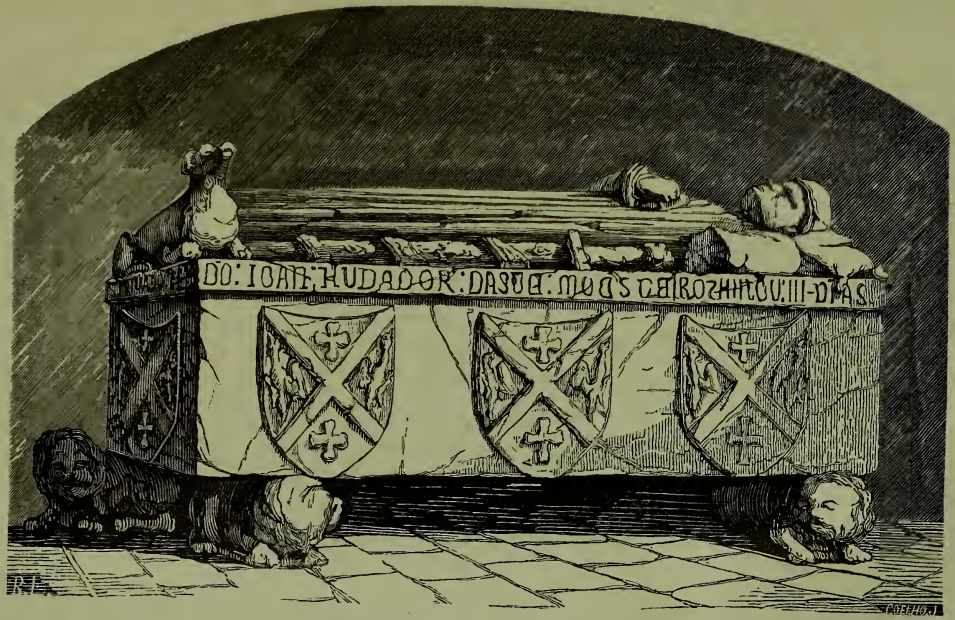
São estes quatro vultos D. Frei Bartholomeu dos Martyres, Frei Luiz de Souza, D. João de Castro e João das Regras.

O primeiro, decorado com a mitra primacial de Braga, e que sustentou e defendeu no concilio tridentino os interesses e dignidade da religião e da patria, com tanta sabedoria e isempção, foi conventual d'este mosteiro.

O segundo, que na vida secular foi exemplo vivo do verdadeiro patriota, e do cavalleiro intrepido e leal; e que no claustro a todos edificou com o exercicio das virtudes christãs, eternisando ao mesmo tempo o seu nome, como um dos nossos escriptores mais elegantes, mais correctos e melifluos, viveu, morreu, e jaz n'esta casa religiosa.

O terceiro, ao cabo de uma existencia gloriosa e honradissima, alli foi repoisar o corpo, vasio d'aquella alma immensamente grande que encheu toda a Azia com a fama das suas acções, e com o respeito e prestigio do nome portuguez.

O quarto, finalmente, o eloquente orador que decidiu as côrtes de Coimbra, em 1385, a cingir a fronte do mestre d'Aviz com a corôa que o direito da legitimidade dava aos filhos de D. Pedro I e da desditosa Ignez de Castro, então presos em Castella pelo soberano d'este paiz, que pertendia assenhorear-se do throno de seu fallecido sogro, el-rei D. Fernando I de Portugal, João d'Aregas ou das Regras, o mais celebre jurisconsulto portuguez do seculo XV, o grande valido d'el-rei D. João I, chanceller-mór do reino, tronco da esclarecida familia dos condes de Monsanto e marquezes de Cascaes, tambem alli descança em mausoleu de marmore.



Mausoleo do chanceller-mór João das Regras

IV

A igreja perdeu na ultima reedificação quasi todos os vestigios de antiguidade, sem adquirir coisa alguma, que a recommende como monumento artistico. O padrão commemorativo da ancienidade do templo é o tumulo de João das Regras.

Diz Fr. Luiz de Souza na sua *Historia de S. Domingos, que ouvira de um religioso muito velho, e bem visto nas antiguidades dos nossos conventos*, que o mausoleu do illustre chanceller e privado d'el-rei D. João I estivera primitivamente no adro da igreja, junto da porta. Segundo as antigas praticas da nossa religião não eram permittidos os enterramentos nas igrejas.

Não consta a epoca em que se effectuou a transladação do tumulo para o interior do templo. Deveria ser pelos fins do seculo XV ou principios do XVI. Apenas se sabe que esteve por muitos annos no meio da igreja velha, onde, attenta a estreiteza d'esta, causava grande pejamento, incommodando sobre maneira as pessoas que alli concorriam aos officios divinos. Por este motivo, quando se procedeu á reconstrucção do templo, no seculo XVII, foi mudado outra vaz o mausoleu para junto da porta da igreja, da parte de dentro, onde ao presente se acha. Não se fizeram, porém estas mudanças sem algum damno do monumento.

É de marmore branco o mausoleu, e repoisa sobre quatro leões. A caixa tem por unico ornamento oito escudos, representando o brazão d'armas do sabio chanceller de D. João I, cuja estatua está deitada sobre a tampa, vestida de roupas talares, tendo na cabeça o barrete doutoral, e ao lado o estoque, insignia de cavalleiro. Aos pés está um cão, emblema da fidelidade, posto como em guarda e vigia.

Em volta da tampa lê-se em caracteres gothicos, o seguinte epitaphio: *Aqui jaz João das Regras Cavalleiro Doutor em Leys, privado d'el-rey D. João fundador d'este mosteiro, finou tres dias do mez de Maio era de* 1442. É a era de Cesar, que corresponde ao anno do nascimento de Christo de 1404.

João das Regras foi largamente recompensado por el-rei D. João I, que lhe fez doação da opulenta casa de Martim Vasques da Cunha, cujos bens tinham sido confiscados para a corôa, em rasão d'este fidalgo seguir o partido de Castella. O mesmo soberano casou João das Regras com D. Leonor da Cunha, filha de Martim Vasques da Cunha. D'este consorcio foi filha unica D. Branca da Cunha, que desposou D. Affonso, senhor de Cascaes, filho bastardo do infante D. João que teve por paes el-rei D. Pedro I e D. Ignez de Castro. D. Isabel da Cunha, filha de D. Branca, e de D. Affonso, casou com

Capella dos Castros

D. Alvaro Pires de Castro 1.º conde de Monsanto, titulo accrescentado mais tarde com o de marquez de Cascaes. Extinguiu-se esta nobilissima familia em 1745, pelo fallecimento do 4.º marquez de Cascaes, e 10.º conde de Monsanto.

V

A cerca do convento não mereceria que se fallasse d'ella, se Fr. Luiz de Souza a não tornára celebre com as pompas do estilo na Historia de S. Domingos, onde a descreve com tão finas e vivas côres, e com tão bellos traços, que parece obra mais de pincel, que de penna.

A fonte do Satyro, que o chronista engrandece e exalta; a outra fonte, da qual tanto gostava o cardeal rei D. Henrique pela pureza e frialdade da agua; as parreiras, em que, no dizer d'elle—*fazem toucas as voltas e frescura das parras; collares de pedraria as uvas, segundo o tempo e as côres d'ellas, já topazios, já rubis, primeiro esmeraldas*—tudo isto ainda lá está, mais ou menos bem conservado. O quadro, porém apresenta-se tão humilde e mesquinho a quem o contempla do natural; quão bello e grandioso se affigura aos que lêem a descripção do chronista dominicano. Mas não falta n'esta a verdade; n'aquelle é que falta essa imaginação fecunda, que por meio das galas do estilo, e dos esplendores da poesia, derramava em tudo quanto tocava nova graça, mais fulgor e formosura.

A cerca e o convento foram novamente vendidos depois do fallecimento da senhora Infanta D. Isabel Maria, sendo comprados pela senhora D. Thereza de Saldanha d'Oliveira e Souza, irmã do actual senhor conde de Rio Maior. Esta illustre dama, dotada de muitas virtudes e de uma grande piedade religiosa, estabeleceu no convento um collegio de educação de meninas, onde as desfavorecidas da fortuna encontram ensino gratuito, e juntamente carinhoso agasalho.

VI

Capella dos Castros

Está situada esta capella no adro da igreja de S. Domingos, em frente d'esta, e ao lado da portaria do extincto convento. Foi fundada com a invo-

cação de Corpus Christi na primeira metade do seculo XVII por D. Francisco de Castro, bispo inquisidor geral, neto do glorioso vice-rei da India, D. João de Castro, destinando-a para seu jazigo e de sua familia.

Não prima esta capella em bellezas de architectura, nem na riqueza da ornamentação; pois que é muito singela. Todavia é grandiosa, tanto pela sua vastidão, que lhe dá proporções de uma igreja, como tambem pela solidez da construcção e pela qualidade dos materiaes de que é construida, porque, desde o pavimento, que é de marmores de cores, até á abobada, que é de excellente cantaria, toda a sua fabrica é de pedra lioz bem lavrada.

Tem a capella um só altar, por detraz do qual se acha o côro. Entre as seis columnas, que ornamentam o altar, vêem-se sobre peanhas seis custodias com reliquias de santos, tres de cada lado.

No pavilhão ou baldaquino, que faz docel ao sacrario, avultam duas imagens, de Nossa Senhora e de S. Domingos, que, além da veneração que lhes é devida, são de subido apreço como objectos archeologicos, e como tropheos de uma grande victoria, que enramou de loiros as armas portuguezas. Pede a indole d'este livro, que narre a historia das referidas imagens.

É geralmente sabido que o imperador Carlos V, projectando a conquista de Tunis, pediu auxilio para esta empreza a seu cunhado, o nosso rei D. João III, que lhe enviou uma armada, da qual era capitania o galeão *S. João Baptista*, denominado pelo povo—galeão *Bota-foga*. Fôra este navio o objecto especial do pedido do imperador, por quanto era a maior e mais bem artilhada nau, que até então tinha sido construida na Europa. Era guarnecida por 366 canhões de bronze, dispostos em quatro baterias, e a sua guarnição, além dos tripulantes, elevava-se a 900 soldados. D. João III mandou-lhe pôr na prôa por essa occasião, um talhamar de aço fino, por constar que os moiros de Tunis tinham fechado com grossas cadeias de ferro o porto d'esta cidade, chamado da Goleta.

Partiu a armada portugueza, levando por seu general D. Antonio de Saldanha, e foi surgir no porto de Barcellona, onde se devia reunir á esquadra do imperador.

Quasi ao mesmo tempo chegaram a essa cidade, por terra, o nosso infante D. Luiz, duque de Beja, e o duque de Bragança, que tinham sahido d'Evora furtivamente para tomarem parte n'esta expedição, persuadidos de que el-rei lhes não daria licença se a pedissem. Antes, porém, de entrarem em territorio hespanhol, alcançou-os o conde da Castanheira, que era portador da licença regia.

Largaram as duas armadas do porto de Barcellona, conduzindo mais de trinta mil homens de desembarque, sob as ordens do proprio imperador Carlos V e do infante D. Luiz.

Chegando em frente de Tunes, começou logo a esquadra do imperador o

ataque contra as fortalezas, que defendiam a barra, fazendo todas as diligencias para romper a cadeia que se prendia de uma a outra fortaleza por baixo d'agua.

Vendo baldados todos os seus esforços, pediu então Carlos v ao infante D. Luiz, que commettesse a empreza ao galeão *S. João Baptista*. Com effeito á segunda vez que este formidavel navio, com todas as velas desfraldadas, e favorecido do vento, investiu com aquella fortissima corrente, esta rebentou entre montanhas d'agua, que subiram aos ares. O invicto galeão entrou a barra, vomitando fogo por todos os lados, e desmantelando os fortes que em grande numero guarneciam o porto, que até então se julgava inconquistavel. Seguiram de perto o galeão todos os navios das duas armadas, e assim caiu Tunis em poder do imperador Carlos v, não obstante o immenso poder com que a defendia o celebre almirante turco Heredim, mais conhecido entre os christãos pelo nome de *corsario Barba-Roxa* (12 de Julho de 1535).

Quando o exercito alliado, depois do desembarque, abriu brecha nos muros da cidade, por onde a ganhou aos moiros, caíram d'envolta com as pedras do muro duas estatuas, que, ao que parece, estavam occultas na espessura da muralha. Eram as imagens acima referidas, que provavelmente alli foram escondidas por alguns christãos em tempos anteriores.

A cidade de Tunes foi dada a saque aos conquistadores, que tiraram d'ella um riquissimo despojo. O infante D. Luiz guardou e trouxe para Lisboa, por unica recompensa dos seus serviços, n'esta arrojada empreza, as duas referidas imagens.

Era o infante um dos mais denodados cavalleiros d'aquelle tempo, e como ninguem mais do que elle sabia apreciar a coragem e o valor, galardoou estas nobres qualidades, que distinguiam em alto gráu a D. João de Castro, fazendo-lhe presente d'aquelles sagrados e gloriosos tropheos da conquista de Tunes, em que este fidalgo tomára parte muito distincta.

D. João de Castro collocou as santas imagens no seu oratorio particular, onde se conservaram até que seu neto, D. Francisco de Castro, as trasladou para a sua capella de Corpus Christi, mais conhecida pelo nome popular de Capella dos Castros, em razão de servir de ultima morada ás pessoas d'esta familia.

Nos quatro tumulos de marmore, que descançam sobre elephantes da mesma pedra, mettidos no vão de outros quatro arcos, jazem D. João de Castro e sua mulher D. Leonor Coutinho da parte do evangelho, e D. Alvaro de Castro, seu filho, e D. Anna de Athaide, esposa d'este, do lado da epistola. No presbyterio estão as sepulturas do bispo D. Francisco de Castro, fundador da Capella, e de sua irmã, D. Violante de Castro, condessa de Odemira. Em um vasto carneiro, que se abre por baixo d'esta capella, cuja abobada é sustentada por seis arcos, em um dos quaes se ergue um altar, jazem em caixões varios outros membros d'esta familia.

Palacio dos srs. marquezes de Fronteira, em S. Domingos de Bemfica.

A capella de Corpus Christi, pertencente aos condes de Penamacor, descendentes e representantes do vice-rei D. João de Castro, foi reparada, e novamente ornamentada, haverá 30 annos, pelo 1.º conde de Penamacôr, pae do actual conde. Andam annexas a esta capella umas casas com seu jardim, que o referido bispo edificou para si, e onde ia de vez em quando passar algum tempo.

VII

Descrevendo a situação do convento, fallei nas duas quintas, que lhe ficam visinhas, e que tanta belleza e magestade dão aos variados panoramas, que alli se disfructam. A gravura a pag. 485 mostra os arvoredos da alameda de S. Domingos, e da quinta, que pertenceu á fallecida senhora infanta D. Isabel Maria, cercando com suas frondosas copas o palacio da mesma quinta e o edificio do extincto convento dominicano.

Foram fundados o palacio e a quinta, na segunda metade do seculo passado, por Gerardo Devisme, abastado negociante britannico da praça de Lisboa, sendo o risco e a direcção das obras do architecto Ignacio d'Oliveira Bernardes.

Devisme ornou a quinta com muitas estatuas de marmore, e diversidade de arvores e plantas exoticas, raras então em o nosso paiz; e decorou o palacio com muita copia de objectos d'arte, principalmente quadros a oleo de que era amador. Ao cabo de annos, vindo a enfastiar-se, não d'esta sua propriedade tão encantadora, mas sim do paiz por causa de alguns desgostos que n'elle teve, vendeu esta magnifica residencia a D. Pedro de Alencastre, 3.º marquez d'Abrantes. Seu neto, tambem D. Pedro d'Alencastre, 5.º marquez d'Abrantes, vendeu esta propriedade, em 1834, á serenissima infanta, que ahi foi residir, fazendo consideraveis obras, com que accrescentou e afformoseou o palacio. Havia n'este um muito curioso museu de historia natural, de objectos d'arte, de archeologia, e de numismatica, fundado por Devisme, e augmentado pelo 3.º marquez d'Abrantes, e por sua alteza.

VIII

A quinta e palacio dos senhores marquezes de Fronteira constituem uma formosa e magnifica residencia, fundada no seculo XVII por D. João Mascare-

Varanda dos Reis no jardim dos srs. marquezes de Fronteira

nhas, 1.° marquez de Fronteira e 2.° conde da Torre. O palacio está construido segundo o gosto d'architectura então em voga na Italia. Tem tres fachadas principaes, todas differentes no risco e nos ornatos, e todas de muita nobreza e originalidade. A escada é grandiosa, e as salas são vastas, e algumas das quaes ostentam nas paredes muitos quadros de pintura a oleo, em que se vêem retratos de familia, avultando entre todos, pelas dimensões do painel, e pela gloria do individuo, o retrato de D. Fernando de Mascarenhas, 1.° conde da Torre.

Está collocado este quadro na sala chamada *das batalhas*, onde se acham representados pela pintura os principaes combates, em que se distinguiram a sua pericia e valor, durante as guerras da restauração da nossa independencia, iniciada gloriosamente em 1640.

O frontispicio da capella, e a frontaria do palacio, que lhe fica contigua, estão ornamentados com aquellas graciosas decorações de fructos, folhagens e flores, em alto relevo e de côres vivas, dispostos em cercaduras, festões e grinaldas, que immortalisaram os grandes artistas Della Robbia.

Deitam estas frontarias para um pequeno jardim plantado no gosto moderno.

A gravura a pag. 493 representa aquellas frontarias e a fachada, que se ergue airosa e bella no jardim principal. É mui vasto este jardim, e conserva a sua antiga planta. Ennobrecem-n'o muitas estatuas, e cinco tanques de marmore com figuras e taças de repucho. O que lhe dá, porém, celebridade e maior belleza é a famosa *varanda dos reis*, adornada com os bustos em marmore de todos os nossos reis até D. João VI; e sobranceiro a um grande lago, que estanceia entre duas largas escadarias, que conduzem á varanda, guarnecidas de balaustradas e vasos de marmore.

O lago é ornamentado com eguaes balaustradas e vasos, com estatuas da mesma pedra, e com grutas de embrexados.

Pertence esta propriedade aos senhores marquezes de Fronteira e d'Alorna, sr. Pedro João de Moraes Sarmento, 2.° barão da Torre de Moncorvo, e pelo seu casamento 8.° marquez de Fronteira, e 6.° d'Alorna, 9.° conde da Torre, e a sr.ª D. Maria Mascarenhas Barreto, filha e herdeira do 7.° marquez de Fronteira, e 5.° d'Alorna, e 8.° conde da Torre.

SETUBAL

Igreja Parochial de S. Julião

A antiga villa hoje cidade de Setubal foi fortificada por el-rei D. Affonso IV, que lhe mandou fazer uma boa cerca de muros com cinco portas e nove postigos. No decurso do tempo, não cabendo dentro do cinto de pedra que a apertava, estendeu-se por fóra d'elle, formando dois arrabaldes, com o nome de *Palhaes* ou *Fontainhas*, e *Troino*. Continuando o tempo a correr, em parte as convulsões do solo, em parte o progressivo desenvolvimento da população, foram lançando por terra, pouco a pouco, a velha cerca de D. Affonso IV. Então os dois arrebaldes, unindo-se á villa, tomaram a denominação de bairros. Assim ficou Setubal com quatro parochias: duas nos seus novos bairros, e as outras duas no *bairro da villa*, comprehendidas dentro do antigo recinto murado.

Estas são dedicadas a *S. Julião* e a *Santa Maria da Graça*. É de tão remota data a instituição de ambas, que, por falta absoluta de documentos que a declarem e comprovem, disputam ancienidade uma á outra.

E, não obstante ser dado á de *Santa Maria da Graça* o titulo de matriz, a parochia de *S. Julião* disputou-lhe por largos annos essa honra, e se afinal desistiu foi mediante um accordo, pelo qual consentiu aquella em repartir com esta uma das prerogativas de matriz, que, geralmente, mais se apreciam. Consistiu, pois, o accordo em que saisse a procissão do Corpo de Deus alternativamente um anno da igreja de *Santa Maria da Graça*, e outro da egreja de *S. Julião*.

Parece que a parochia de *S. Julião* teve principio em uma capella edificada pelos pescadores e por elles dedicada ao mesmo santo.

Por carta regia de 2 de Fevereiro de 1513, ordenou el-rei D. Manuel que se procedesse a uma reconstrucção completa do templo, por se achar muito arruinado.

Para esta obra concorreu o povo e a ordem de cavallaria de S. Thiago, que tinha o padroado das parochias de Setubal. Ficou a nova igreja muito mais espaçosa e rica do que a antiga.

O terremoto de 1531 causou-lhe consideraveis estragos, tornando necessaria uma nova reedificação, que se levou a effeito em 1570.

D'esta vez ainda lhe respeitaram as suas feições primitivas.

Conservou-se a nova igreja em bom estado por dois seculos e meio. Sobrevindo, porém, o terremoto do 1.º de Novembro de 1755, posto que a não lançou por terra, deixou-a muito damnificada, sendo o maior prejuizo ficar com as paredes por tal modo fendidas e desaprumadas, que, ao cabo de alguns annos, ameaçando ruina, foi necessario demolil-a quasi inteiramente para ser reedificada de novo.

Setubal padecêra tão grande destruição com aquelle cataclismo, que por muito tempo escacearam os braços para a levantar das ruinas, sendo forçoso acudir primeiro ao que mais urgia de promptas providencias, como era reconstruir ou reparar a cazaria da villa, para que regressasse a seus lares a população, que, fugindo espavorida na occasião do sinistro, ficára vivendo, pela maior parte, com grande incommodo, e mal resguardada do tempo, em barracas de lona ou de madeira armadas por ordem do governo nos arredores de Setubal. Por este motivo é que houve tanta demora nas obras da igreja de *S. Julião*, que só se emprehenderam no reinado da rainha D. Maria I.

Está situada esta igreja na praça do *Sapal*, que fica visinha do edificio que foi palacio dos duques d'Aveiro, os quaes tinham tribuna para o dito templo, onde os illustres descendentes de D. Jorge de Lencastre, duque de Coimbra, costumavam assistir aos officios divinos, e mais festividades da parochia, quando habitavam temporariamente aquelles seus paços. Esta circunstancia de terem estes fidalgos tribuna para dentro da igreja, era prova bastante, ainda que não houvessem outras razões, para se affirmar, que foram bemfeitores d'ella. Além de largas esmolas com que concorriam para as solemnidades religiosas, e da doação de algumas alfaias preciosas, que se perderam ou desencaminharam por occasião do mencionado terremoto, fôra feita, ou pelo menos renovada, a expensas dos duques d'Aveiro, a obra de talha doirada da capella-mór da igreja.

Da reedificação d'el-rei D. Manuel apenas resta uma memoria artistica, que é o rico portal do templo, representado em a gravura que vae junta a este artigo.

Dispensa-me da descripção a gravura por estar muito exata e perfeita; assim como me despensaria o portico de declarar a epocha em que foi fabri-

Igreja parochial de S. Julião, em Setubal

cado. Aquella architectura caprichosa, em que estão misturados os estilos gothico e arabe, com alguma ornamentação colhida no estilo da renascença, denuncia claramente o ultimo periodo da architectura gothica, o periodo da transição da arte gothica para o do renascimento, que em o nosso paiz corresponde aos fins do seculo XV e primeiro quartel do seculo XVI, abrangendo os reinados de D. João II e de D. Manuel.

O resto da fachada é simples e sem belleza, desdizendo completamente da architectura do portico, como tambem da sua elegancia e riqueza.

Não obstante ter sido despojado das galas do estilo gothico, que outr'ora o adornaram interiormente, as tres esbeltas naves, em que o templo é dividido, e a formosa obra de talha relevada e dourada, que ornamenta a capella mór e as oito capellas do corpo da igreja, quatro de cada lado, offerece aos visitantes uma prespectiva, a que não falta belleza e magestade.

INDICE

Introducção 1
Convento de Santa Maria da Victoria, vulgarmente chamado da Batalha 1
Collegiada de Nossa Senhora da Oliveira, em Guimarães 75
Igreja de S. Miguel do Castello, em Guimarães 105
Castello de Guimarães 109
Castello dos templarios e convento da Ordem de Christo, em Thomar 117
Palacio real de Cintra 208
Mosteiro de Santa Maria d'Alcobaça 229
Sé primaz de Braga 267
Mosteiro de Santo Thirso 297
Igreja de Santa Maria de Leça do Balio 305
Casa dos conegos seculares de S. João Evangelista, em Evora 319
Aqueducto da Amoreira, em Elvas 327
Sé d'Evora 335
Castello d'Alvito, na villa do mesmo nome 355
Convento de Nossa Senhora do Vencimento do Monte do Carmo, em Lisboa 365
Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães 383
Terreiro da Misericordia, em Guimarães 389
Ermida de S. Braz, em Evora 391
Mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra 397
Monumentos prehistoricos — Dolmin de Adrenunes, em Cintra 439
Ermida de Nossa Senhora da Conceição, em Braga 447
Castello de Palmella 453
Padrão do Campo Pequeno; dissensões entre el-rei D. Diniz e o infante D. Affonso 472
Padrão do Largo d'Arroyos 479
Convento de S. Domingos de Bemfica 484
Igreja parochial de S. Julião, em Setubal 497

Obras editadas pela Empreza do Archivo Pittoresco

ARCHIVO PITTORESCO—Onze volumes, in-folio, com mais de 1:800 gravuras de monumentos e vistas de Portugal..

ARCHIVO PITTORESCO—Serie dos cinco ultimos volumes da collecção (completamente independentes dos primeiros nos assumptos de que trata).....

OBRAS COMPLETAS DE NICOLAU TOLENTINO, com um estudo biographico por José de Torres—Um volume, illustrado por Nogueira da Silva.....

O HISSOPE—poema heroi-comico de Antonio Diniz da Cruz e Silva. Edição critica com um prologo e notas por José Ramos Coelho, e illustrada com desenhos de Manuel de Macedo, e gravuras de Alberto, Hildibrand, Pedroso e Severi—Um grosso volume, in-4.º.....

REVISTA ESTRANGEIRA—Um grosso volume, in-folio, formato do Archivo Pittoresco, illustrado com mais de 80 lithographias e gravuras.....

MONUMENTOS DE PORTUGAL, Historicos, Artisticos e Archeologicos, por Ignacio de Vilhena Barbosa—Um grosso volume in-4.º, illustrado com 108 gravuras e com a biographia do auctor por Manuel Pinheiro Chagas....

AS FREIRINHAS DE ODIVELLAS, por Manuel Bernardes Branco. Contém este volume a historia do convento de Odivellas, muitas poesias curiosas, anecdotas, vida de diversas freiras, episodios entre a celebre Madre Paula e D. João v, etc. — Um volume in-8.º com 400 paginas e gravuras.....

GETTY CENTER LIBRARY